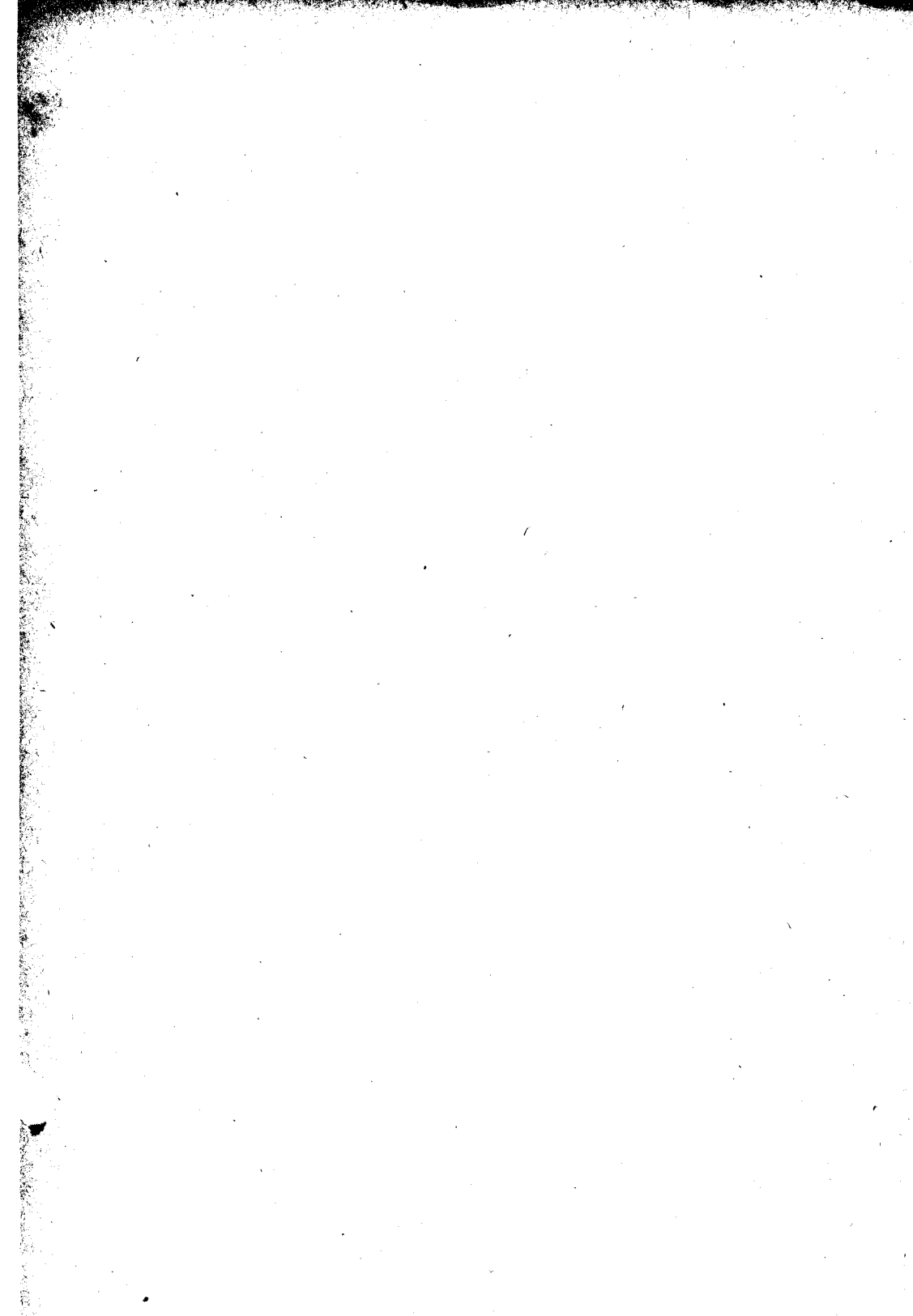


REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO

1942
IMPRESA OFICIAL DO ESTADO
SÃO PAULO



REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO

FUNDADO EM 1.º DE NOVEMBRO DE 1894

DIRETOR RESPONSÁVEL:

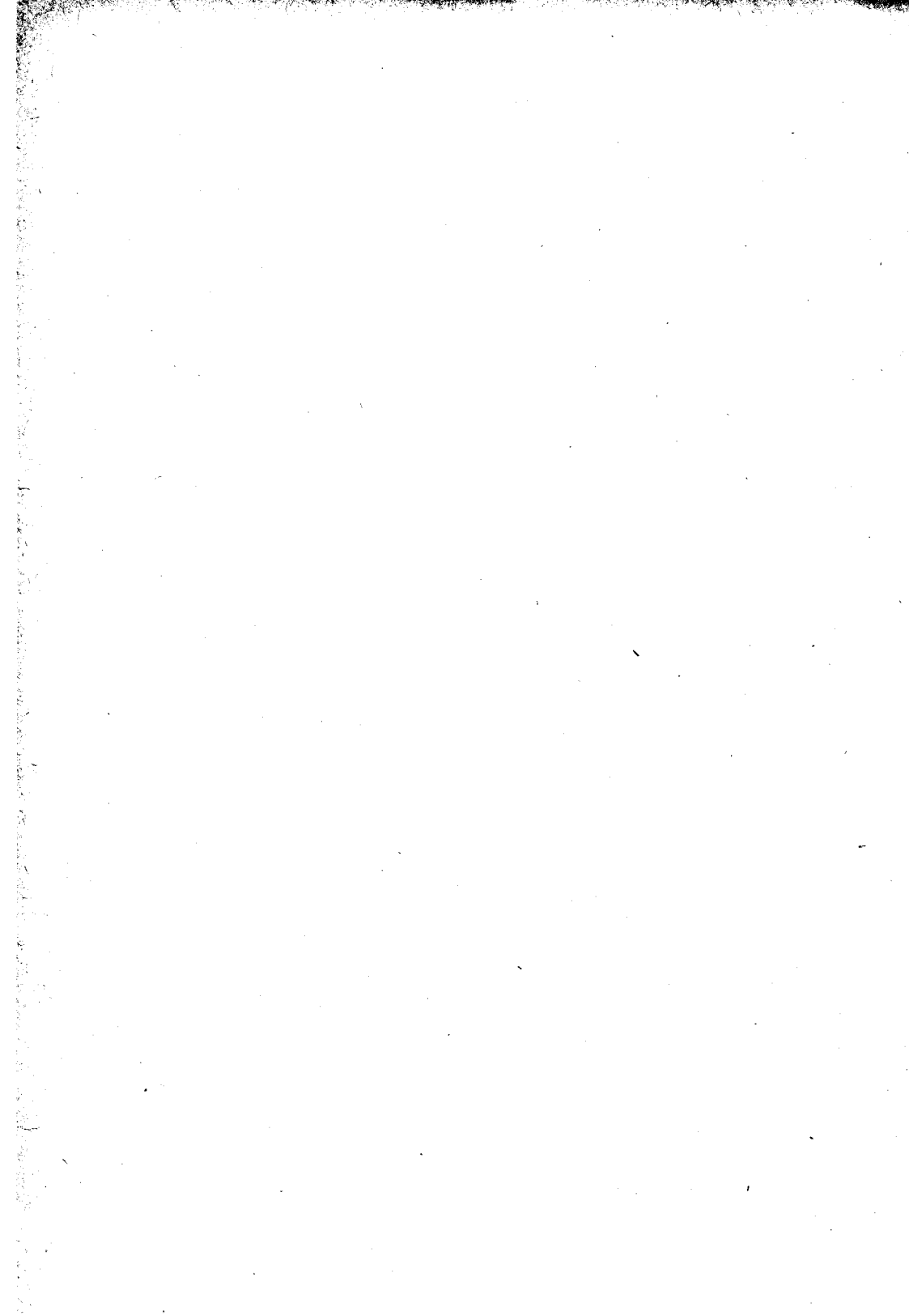
PROF. NICOLAU DUARTE SILVA

VOLUME XLI

EDIÇÃO DO

Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

2.º SEMESTRE DE 1942



INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE S. PAULO

D I R E T O R I A :

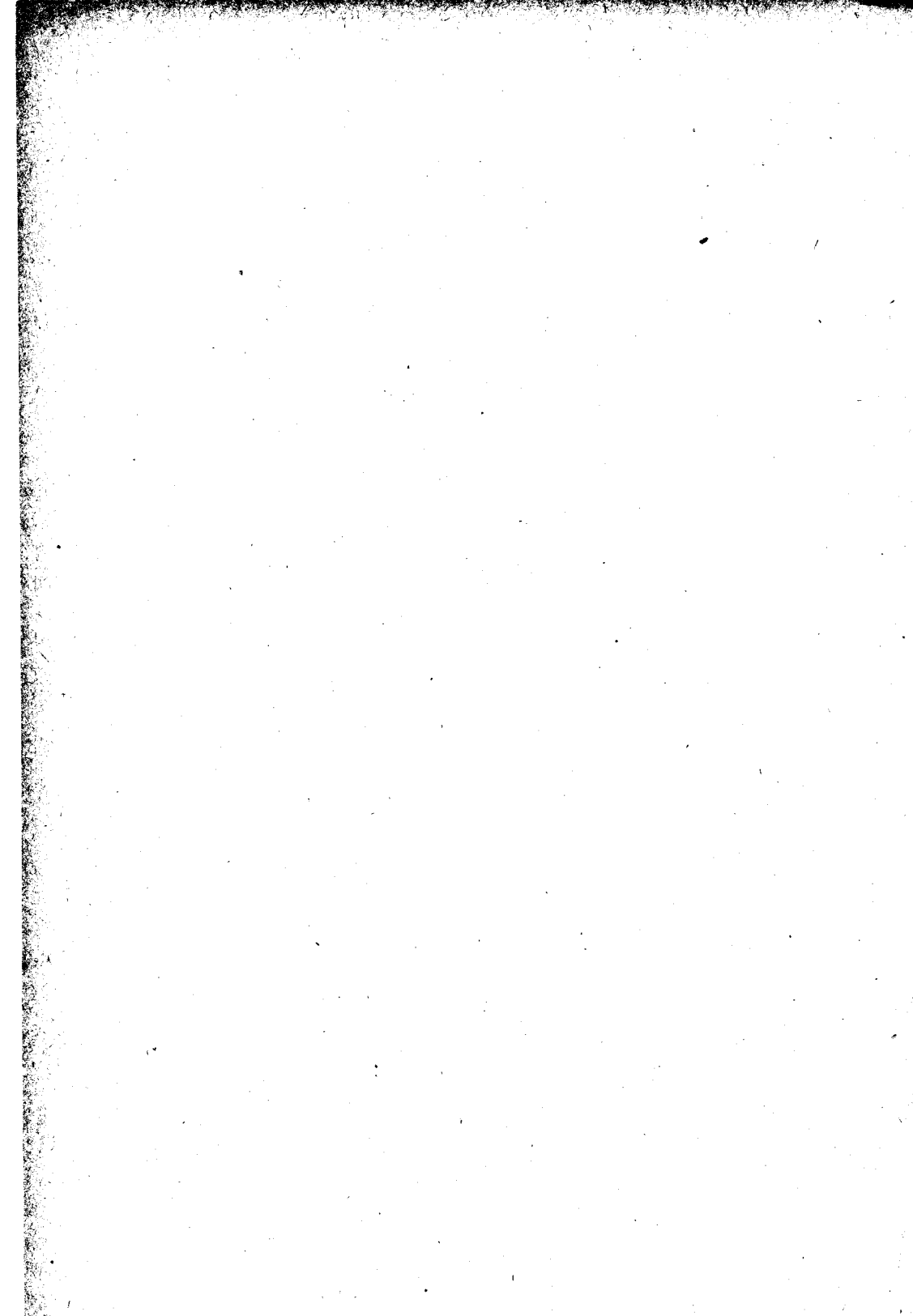
| | |
|-----------------------------|--|
| Presidente Perpétuo | Dr. José Torres de Oliveira |
| 1.º Vice-Presidente | Prof. Nicolau Duarte Silva |
| 2.º Vice-Presidente | Dr. Artur Pequerobí de Aguiar Whitaker |
| 3.º Vice-Presidente | D. José Gaspar de Afonseca e Silva |
| 1.º Secretário | Prof. Tito Lívio Ferreira |
| 2.º Secretário | Dr. Carlos Alberto Nunes |
| Suplentes do 2.º Secretário | Dr. Aureliano Leite Dr. Marcelo de Toledo Piza e Almeida |
| Tesoureiro | Prof. Dácio Pires Correia |
| Orador | Dr. José Carlos de Ataliba Nogueira |

COMISSÃO DE REDAÇÃO DA REVISTA:

Desemb. Afonso José de Carvalho

Prof. Nicolau Duarte Silva

Prof. Tito Lívio Ferreira



Martim Afonso de Sousa e a Fundação de São Vicente (*)

José Torres de Oliveira

Parece... parece que não andou bem inspirada a ilustre Diretoria desta associação de patriotas, arrancando-me da suave obscuridade em que sempre me comprazí viver, e projetando-me neste cenário, estuante de seiva e de vida, para vir recordar, perante vós, minhas senhoras e meus senhores, páginas da História desta nossa terra estremecida.

As luzes refulgentes desta ribalta parece que só deviam surgir almas impregnadas desse ardor e desse entusiasmo, que são exclusivos apanágios da incomparável mocidade.

Efetivamente, só os moços podem fazer vibrar, com o preciso vigor, as cordas dos corações patriotas, e conduzi-los à realização dos grandes ideais de progresso, de liberdade e de justiça.

Só eles conseguem arrebatam os grandes auditórios e arrastam as multidões à defesa dos sagrados ideais de patriotismo.

Não é muito de aceitar-se o brocardo que ensina: "**plus valet umbra senis quam sapientia juvenis**: mais vale a sombra do velho do que a sabedoria do moço".

As forças eficientes e dinâmicas dos povos residem na sua juventude.

Mas, para aqui me chamastes e aqui me tendes, no intento de ajudar-vos nesta obra de amor e de devotamento a São Paulo, se não com o viço da mocidade e com o fulgor dos verbos luminosos, sem dúvida com o estudo, a ponderação e a calma que são atributos de já não poucos anos decorridos.

Nós, os velhos, só podemos marchar incorporados às forças da retaguarda.

(*) Conferência proferida no "Clube Atlético Bandeirante", em 8 de fevereiro de 1934. — N. da R.

Mas, é preciso reconhecer também que sem essas forças não se podem organizar tropas bem eficientes.

Assim, pois, como soldado da retaguarda, aqui estou, a vosso lado, para acompanhar-vos neste esforço dignificante de avivar a memória dos incomparáveis feitos dos nossos maiores, na sua gloriosa trajetória pelo cenário do mundo.

Felizmente tocou-me recordar convosco um belo trecho, sem dúvida o mais importante trecho da nossa história antiga:

“a expedição de Martim Afonso de Souza e a
fundação de S. Vicente”.

Neste terreno não me sinto deslocado, e vou palmilhá-lo do melhor modo que o escasso tempo e as minhas fracas forças permitirem, contando, para isso, com a generosidade da vossa benévola atenção.

*
* *

Na lição anterior, aqui ministrada pela palavra erudita e brilhante de Percival de Oliveira, já foram passadas em revista as 4 primeiras expedições oficiais, mandadas do Reino português novamente **descobrir o Brasil**, depois do encontro, casual ou não, que do continente sulamericano fizera, em 1500, Pedro Álvares Cabral.

Como nessa ocasião se recordou, dessas expedições as três primeiras foram enviadas durante o governo de D. Manuel, o **Venturoso**, e a quarta já o foi sob o domínio do **Rei Piedoso**, seu filho, o ínclito príncipe D. João III.

Na primeira, de 1501, que veio sob o comando, de André Gonçalves (ou Cristovão Jacques, ou Gonçalo Coelho, ou D. Nuno Manuel) e na segunda, de 1503, que foi conduzida, sem controvérsia, por Gonçalo Coelho, veio embarcado, com ou sem funções de mando, o cosmógrafo florentino Américo Vespúcio, que fez dos seus trabalhos uma exploração (**reclamo**) tão engenhosa e audaz, que derivou para sua pessoa o nome que, por direito, cabia ao descobridor do continente americano.

Como também na mesma ocasião já foi lembrado, ao tempo dessas expedições exploradoras oficiais, recebeu o nosso litoral numerosas visitas particulares, feitas por navegantes de toda a espécie e com os mais variados intuitos: investigadores científicos, aventureiros clandestinos, traficantes, flibusteiros, piratas, corsários, etc.

A terceira expedição, de 1516, e a quarta, de 1526, confiadas ambas à competência e bravura de Cristovão Jacques, a-pesar-de

terem combatido, com grande sucesso, a pirataria encontrada ao longo da costa, e fundado feitorias, entre as quais a célebre de Itamaracá, (1) não conseguiram estabelecer no continente nenhum núcleo regular de povoamento, que pudesse ser considerado como início de colonização.

Essa ingente e especial tarefa, de iniciar regularmente a colonização do Brasil, foi entregue, em 1530, à quinta expedição, que para aqui velejou sob o comando de Martim Afonso de Sousa, nomeado **Capitão-mor e Governador das terras do Brasil**, tendo como primeiro auxiliar seu irmão Pero Lopes de Sousa, que serviu de escrivão da armada.

*
* *

Os irmãos Martim Afonso de Sousa e Pedro Lopes de Sousa, referem os cronistas, eram fidalgos de alta linhagem.

Netos de Pedro de Sousa e filhos de Lopo de Sousa e de sua consorte D. Brites de Albuquerque, tinha seu pai os predicamentos de Senhor do Prado, Pavia e Baltar, alcaide-mor de Bragança e do Castelo do Outeiro.

Martim era o primogênito, e veio à luz em Vila Viçosa no ano do descobrimento do Brasil, 1500. Era Senhor das Vilas de Alcoentre e Tagarro, e alcaide-mor do Rio Maior.

Contava, pois, apenas 30 anos de idade, quando lhe foi confiada a direção da maior, mais importante e mais numerosa das expedições saídas de Portugal rumo ao novo mundo descoberto.

Basta assinalar esta circunstância, dos seus poucos anos, para evidenciar o grande valor de sua personalidade e o alto conceito em que era tido na corte portuguesa.

“Do carater enérgico de Martim Afonso se conta, diz Eugênio de Castro, que desde criança o afirmara, e, singularmente, um dia, quando Gonçalo Fernandez de Córdova quis premiá-lo com um colar, de grande valia, que o menino recusou aceitar. Sensibilizado com essa prova de idealismo, em quem andava ainda tão na flor da idade, Gonçalo de Córdova ofertou-lhe a sua gloriosa espada, cingida, ao depois, por Martim Afonso, com honras de cavaleiro.

“Das suas qualidades de guerreiro e de político, anteriormente ao seu viver em Espanha, continua Eugênio de Castro, já algumas glórias se lhe poderiam dar; mas o período áureo delas se vem a caracterizar com a expedição ao Brasil, acres-

(1) Outra foi a de Porto Seguro.

centar-lhe com os seus cruzeiros em águas indianas, como Capitão-mor do mar, e acrescentar-lhe e diminuir-lhe com os feitos de bravura, ou de escassa honradez, praticados quando culminara na carreira, a que o destino o levava, de Governador da Índia.

Retrata-o assim, o ilustre Conde de Ficalho, segundo ainda informa Eugênio de Castro: "erudito e homem de ciência, fidalgo nos primores da bravura e na cortezia altiva, aventureiro na sede do ouro, na falta de escrúpulos, e na largueza de consciência cinicamente manifestada".

Há cronistas, efetivamente, que afirmam ter o grande capitão marcado o nome ilustre, praticando excessos e desatinos na Índia, para onde seguira, com atribuições de alta governança, em 1534, e, depois, como Vice-Rei, em 1541.

Outros asseguram que a sua mocidade pre-viceentina, na terra lusitana, não decorreu isenta de censuras.

Entretanto, S. Francisco Xavier, o grande apóstolo das Índias, seu coevo e companheiro, gaba-lhe as virtudes, sobretudo a piedade.

Será isto erro de observação ou simples generosidade do santo Patriarca?

Camões, sagrando-lhe o nome simbólico, cantou:

"Este será Martinho que de Marte
O nome tem co'as obras derivado,
Tanto em armas ilustre em toda parte
Quanto em conselhos sábio e bem cuidado".

O nosso Frei Gaspar da Madre de Deus qualifica-o de **exemplar de cortezãos virtuosos, modelo de generais completos, norma de conselheiros sábios.**

Não nos interessa, no momento, averiguar o que há de exato ou de inverídico nestas apreciações.

Entre nós a sua individualidade é inatacável, pois sempre se assinalou por atos de alto valor, notável prudência e grande sabedoria.

*
* *

A esquadriha martim-afonsina zarpuu do Tejo (Lisboa) em 3 de dezembro de 1530, e avistou terras do Brasil, pela primeira vez, em 31 de janeiro de 1531.

Compunha-se essa flotilha de 5 embarcações: a nau-capitânea, cujo nome não chegou até nós, a cujo bordo vinha o chefe da expedição, e era comandada por Pero Lopes de Sousa; a nau

“São Miguel”, capitaneada por Heitor de Sousa, provavel parente de Martim Afonso; o galeão “São Vicente”, dirigido por Pero Lobo Pinheiro, e as caravelas “Rosa” e “Princesa”, governadas, respectivamente, por Diogo Leite e Baltazar Gonçalves.

Ao desferrarem do porto de partida, viam-se, nestas 5 embarcações, 400 pessoas, inclusive os respectivos comandantes. Era, naturalmente, uma população heterogênea.

Entre tripulantes e passageiros, contavam-se fidalgos de todas as linhagens, plebeus de todas as escalas, artífices, aventureiros lusos, franceses, italianos e alemães, e, também, necessariamente, criminosos degredados, pois a metrópole nunca se esquecia de nos brindar com essas preciosidades.

Respirando trabalhos de genealogistas e cronistas, como Frei Gaspar da Madre de Deus, Pedro Taques de Almeida Pais Leme, Simão de Vasconcelos e outros, pudemos anotar os nomes que seguem, de passageiros que, então, desembarcaram em São Vicente, aí se fixaram e salientaram.

Vamos aqui registá-los com prazer, porque são, quase todos, troncos de grandes e notáveis famílias paulistas, e, sem dúvida, ancestrais da maior parte dos componentes deste seletto auditório: Cristovão Aguiar de Altero; Brás Cubas (primeiro povoador de Santos); Pero Góis da Silveira (de boa instrução, a quem se atribue a redação do **Diário de Navegação**, de Pero Lopes de Sousa) e seus irmãos Luiz, Cipião e Gabriel; Domingos e Jerônimo Leitão; Antão e Pedro Leme; Antônio e José Adorno, genoveses (este, mais tarde, condutor, a Iperoig, da missão pacificadora dos apóstolos jesuitas Nóbrega e Anchieta); os irmãos Rui, Francisco e Antônio Pinto; Antônio de Siqueira; Antônio de Oliveira; Jorge Pires; Pedro Colaço (que, mais tarde, foi zeloso procurador do Conselho); Antônio de Proença; Jorge Ferreira; Antônio Rodrigues de Almeida; João Gonçalves Meirinho (que, segundo Frei Gaspar, foi quem trouxe ao Brasil a primeira mulher branca); Pedro Correia (depois jesuíta, massacrado, com seu companheiro, João de Sousa, pelos índios carijós, nos sertões de Cananéia).

Posteriormente foram chegando outros europeus, que, também, se destacaram, em S. Vicente, como Pedro Taques Pompeu, Fernando de Camargo, D. Simão de Toledo Piza, D. Diogo de Lara, Estevão Ribeiro Baião, Baltazar de Moraes Dantas, Fernando Dias Pais etc.

Da comitiva de Martim Afonso, porem, só fizeram parte os primeiros nomeados.

Nesta altura, surge, naturalmente, uma pergunta:

Ao numeroso séquito de Martim Afonso não vieram incorporadas representantes do sexo feminino, sós ou acompanhadas, solteiras ou casadas?

A interrogação tanto mais se justifica quanto se empresta à missão da esquadra lusitana intuítos precipuamente colonizadores.

Efetivamente, como formar e desenvolver colônia com indivíduos de um só sexo?!

Eis, realmente, um ponto muito controvertido da primeira História de S. Paulo.

O padre Santa-Maria, no seu "**Santuário Mariano**", e, com ele, Frei Jaboatão, são pela afirmativa.

Este diz expressamente que a flotilha "**conduzia vários casais e muitas pessoas nobres**".

Pedro Taques, na "**História da Capitania de S. Vicente**", deixa dúvidas, pois, nomeando alguns membros desse acompanhamento, ao mesmo passo em que cita Luiz de Góis "**e sua mulher Catarina de Andrade e Aguiar**", fala também de Domingos Leitão, Rui Pinto e outros, dando estes como casados, mas não declara se vinham acompanhados das respectivas esposas.

Varnhagem afirma, sem fundamentar o asserto, que "**embarcaram famílias inteiras**" ("**História Geral do Brasil**, 3.^a edic.).

Modernamente os historiadores Padre Rafael Maria Galanti e Rocha Pombo levantaram novamente a questão, expuseram a controvérsia, mas se esquivaram de resolvê-la.

O **Diário de Navegação**, de Pero Lopes de Sousa, talvez por ser mais trabalho de mareante que de cronista, silencia a respeito.

Frei Gaspar, a nosso ver com mais razão, é pela negativa.

"Não é verosimil, diz ele, que viessem casais na primeira esquadra; como nesse tempo ainda não havia colônia alguma regular de portugueses no Brasil, ninguém quereria embarcar sua família para região tão distante e tão pouco conhecida, sem primeiro se ver o sucesso de Martim Afonso.

Com efeito, acrescenta o douto investigador, vieram muitos casais do Reino, e das Ilhas, assim da Madeira como dos Açores, porem todos depois de estabelecidos na terra os primeiros povoadores, a maior parte dos quais ou foram ou mandaram vir suas mulheres e filhos".

Por esses e outros motivos que apresenta, conclue positivamente o erudito cronista que "a primeira mulher branca que passou a Nova-Lusitânia foi a de João Gonçalves, mas nem esta se embarcou na esquadra de Martim Afonso".

("Memórias para a História da Capitania de São Vicente"). (*)

Para nós, não há dúvida. Com o Capitão-mor não veio mulher alguma, nem sequer sua esposa, D. Ana Pimentel, a nobre castelhana com quem se havia consorciado em Salamanca.

Esta circunstância, entretanto, de modo algum autoriza negar-se à expedição a incumbência primacial de iniciar a formação da colônia.

Este plano ficou bem delineado nas Cartas Patentes outorgadas ao chefe expedicionário pelo rei de Portugal.

*

* *

Tendo avistado terras do Brasil e dobrado o cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, em 31 de janeiro de 1531, qual a derrota seguida pela armada, ao longo de nossas costas, até o seu aferramento no porto de S. Vicente?

Os historiadores e cronistas que escreveram a respeito antes do ano de 1839, perdem-se em cálculos e conjecturas, e, cotejando datas e fatos, se contradizem e refutam; todos, como era natural, desacertando.

E' que até esse ano não se conhecia um documento autêntico sobre o qual se pudesse alicerçar uma afirmativa incontestável.

Nessa data, porem, todas as dúvidas se dissiparam inteiramente, o pode-se, daí em diante, traçar, com nitidez e segurança, o itinerário seguido pela esquadra exploradora.

E' que, então, após mais de três séculos, foi descoberto o **Diário-de-Bordo** da esquadra martim-afonsina, da autoria de Pero Lopes de Sousa, irmão do comandante-chefe e escrivão da armada, contendo informes completos sobre toda a rota seguida, desde o dia da partida até final.

E a quem se deve esse importantíssimo achado, que veio lançar inteira luz nesse labirinto de incertezas e de trevas?

Deve-se à intuição quase divinatória e aos esforços desse espírito percuciente que se chamou Francisco Adolfo Varnhagem, a quem as nossas letras históricas já deviam os maiores serviços e passaram a dever mais esse, inestimável.

(*) Estas "Memórias" foram publicadas em 1797. Anteriormente, porem, na "Notícia dos anos em que se descobriu o Brasil etc.", publicada em 1784, havia dito que "na armada vieram vários povoadores com suas mulheres e seus filhos".

E, uma vez que estamos fazendo História Paulista, consignemos, desde logo, que o sábio e benemérito historiador Francisco Adolfo Varnhagem, Visconde de Porto-Seguro, era paulista, natural de Sorocaba.

O Códice contendo o **Diário-de-Navegação**, de Pero Lopes de Sousa, informa Eugênio de Castro, foi encontrado na Biblioteca do Paço Real da Ajuda, em 1839, quando estava essa livraria sob a direção de Alexandre Herculano.

A Biblioteca do Paço da Ajuda, fundada por D. José I após o terremoto de Lisboa, de 1755, foi esse documento parar por compra; tendo estado, até então, incorporado à livraria organizada pelo parente de Martim Afonso e Pero Lopes, Tomé de Sousa Coutinho de Castelo-Branco e Menezes, 2.^o Conde de Redondo”.

Pode-se, pois, presumir, sem esforço de imaginação, que a este parente, esforçado organizador da seleta livraria, tivessem, herdeiros dos ilustres navegantes, feito venda ou doação do precioso in folio, desconhecendo-lhe, provavelmente, o insuperável valor histórico, geográfico e cosmográfico.

*
* *

Reconstituindo-se, assim, à vista desse cimélio, o até então problemático roteiro marítimo, desenvolvido pela flotilha ao longo das costas brasílicas, pode-se afirmar, sem a mínima dúvida, que foi ele o seguinte:

Pernambuco, Baía de Todos os Santos, baía da Guanabara, Cananéia, extremo Sul, novamente Cananéia, e, afinal, S. Vicente.

Nesta sequência, e sem mais escalar em ponto algum, foi realizado o percurso de que nos ocupamos.

*
* *

Recordemos, rapidamente, os principais incidentes dessa longa e acidentada travessia.

Em Pernambuco a armada apreendeu 3 embarcações de filibusteiros franceses, que carregavam pau-brasil.

Uma delas tomou o nome de “Nossa Senhora das Candeias”, e substituiu a nau-capitânea, quando esta, mais tarde, sossobrou na altura da Ilha das Palmas, nas proximidades do estuário do Rio da Prata.

Em 13 de março entrou na Baía de Todos os Santos, e aí permaneceu 5 dias, apreendendo a uns portugueses, que indevi-

damente traficavam com o gentio, a caravela "Santa Maria do Cabo".

Tendo notícia deste aportamento, veio apresentar-se ao capitão e prestar-lhe obediência, o português Diogo Álvares Correia, o célebre e meio legendário Caramurú, que, unindo-se, a seguir, a vários chefes indígenas, promoveu, com estes, grandes e originais festividades em honra do egrégio visitante.

A demora na baía guanabarina foi de três meses (*) consumidos, em grande parte, na construção de dois bergantins, que foram incorporados à flotilha. Mandou, também, o capitão-mor 4 homens ao interior fazer explorações, e estes diz-se que voltaram, dois meses depois, trazendo, em sua companhia, um cacique e amostras de minérios.

Talvez esta versão seja lendária como tantas outras em que se comprazem cronistas imaginosos.

Pensa Frei Gaspar que Martim Afonso abandonou o Rio-de-Janeiro, deixando de se estabelecer nessa maravilhosa baía, por não estar aparelhado para enfrentar os Tamôios, que verificou serem numerosos, ferozes e aguerridos.

(Memórias citadas).

A ancoragem em Cananéia deu-se em 12 de agosto do mesmo ano e prolongou-se por 45 dias.

Aí encontrou Martim Afonso, além de vários portugueses e espanhóis, talvez degradados largados por expedições anteriores ou naufragos delas sobreviventes, um original português, conhecido pela autonomasia de Bacharel, lá residindo, como degradado, segundo se dizia, há cerca de 30 anos, mas cuja identificação, até hoje, não se pode fazer.

Um genro deste Bacharel, por nome Francisco de Chaves, de imaginação fértil e desmarcada cobiça, logrou convencer o capitão de que se lhe fossem fornecidos homens e recursos, entraria no sertão, e de lá voltaria, dentro de 10 meses, trazendo 400 escravos, sem dúvida índios, carregados de ouro e prata.

Imprimindo aos seus dizeres calor e verosimilhança, organizou-se, efetivamente, uma expedição, composta de 80 homens, 40 besteiros e 40 espingardeiros, a qual, sob a sua guia e ao comando de Pero Lobo Pinheiro, condutor do galeão "São Vicente", adentrou o sertão desconhecido, a 1.º de setembro.

Malogrou-se inteiramente esta arrojada e imprudente empresa, sumindo-se nas florestas a numerosa caravana, sem que dela jamais se tivesse uma notícia positiva.

Supõe-se que tenha sido massacrada pelos ferozes carijós nas margens do Iguassú, no Paraná.

(*) De 30-4 a 1-8-1531.

Prosseguindo na sua rota para o sul, nas proximidades do arroio Chuí, foram os expedicionários acoçados por violenta tempestade, que fez sossobrar a nau capitânea, salvando-se, felizmente, embora com imensas dificuldades, o capitão-mor e grande parte da tripulação.

Acolhidos os sobreviventes à Ilha das Palmas, entrou, a seguir, somente Pero Lopes, com um bergantim, no estuário do Prata, e velejou rio acima, até o esteiro dos Carandins, lançando, embora erradamente, padrões de posseamento em regiões incontestavelmente pertencentes à Coroa de Castela.

De volta dessa exploração, e novamente reunido aos companheiros, tomaram todos rumo do Norte, e, depois de uma nova e curta escalada em Cananéia, vieram a entrar na abra do porto de S. Vicente no dia 22 de janeiro de 1532.

*

* *

Operado o desembarque nessa data, 1532, não podia Martim Afonso ter deixado de encontrar em S. Vicente o que já lá verificara existir, dois anos antes, em 1530, o navegante e cosmógrafo Alonso de Santa Cruz, segundo descreve em seu *Islário*: uma população mista, composta de portugueses, índios tupís e mamelucos; 10 ou 12 casas, uma das quais construída de pedra, com telhado; torre de defesa contra os índios; grande abundância de cousas e produtos europeus, como porcos, galinhas e hortaliças.

E' ponto fora de dúvida que S. Vicente, como simples povoado, já existia antes da chegada de Martim Afonso de Sousa.

(Eugênio de Castro, *Rev. do Inst. Hist. e Geogr. de São Paulo*, vol. XXIX).

*

* *

Uma vez em terra, tratou o chefe expedicionário de dar as primeiras providências para a instalação da Vila, mandando construir habitações para os colonos recém-chegados, levantar casa para o Conselho, Igreja para o culto, cadeia e pelourinho para repressão da criminalidade, Forte para guarda e defesa da população.

A seguir, criou os primeiros cargos para os serviços da Justiça e da Administração, e nomeou as primeiras autoridades e funcionários.

Ao mesmo tempo, entregou a direção espiritual da incipiente povoação ao Padre Gonçalo Monteiro, que tinha vindo como capelão da armada, e a quem arvorou, por assim dizer, em Vigário da Paróquia.

Tratou de distribuir terras pelos companheiros e de auxiliá-los para que levantassem suas casas e dessem início aos trabalhos da lavoura e da criação.

Para esse fim fez largo fornecimento de sementes, plantas e animais domésticos, e, mais tarde, de mudas de cana de açúcar, que mandara vir das Ilhas.

Estabeleceu o primeiro engenho de açúcar, sob a invocação de S. Jorge, o qual, tendo, depois, passado para a propriedade dos alemães Erasmo Esquert e Julião Visnat, tomou o nome de S. Jorge dos Erasmos.

(Pedro Taques, "História" citada).

Deste engenho ainda existem vestígios, que foram por nós há pouco visitados.

Com a distribuição de pequenos trechos de terra no centro da povoação, foram feitas, nos arredores, concessões de grandes sesmarias, sendo beneficiários das três primeiras, Pero de Góis da Silveira, Rui Pinto e Francisco Pinto.

Criou também uma alfândega.

Com estes atos principais e os complementares que se lhes seguiram, ficou definitiva e oficialmente instalada a primeira Vila nesta então colônia lusitana.

*
* *

Desde que estamos estudando ou revivendo páginas da História de São Paulo, recordemos, também, que o sítio onde hoje assenta a graciosa e pitoresca cidade de S. Vicente, não é o mesmo onde foi erigida a vila primitiva. Esta Vila, com todas as suas benfeitorias, inclusive a Igreja e a Casa do Conselho, foram arrazadas e destruídas pelo mar dez anos depois da sua fundação.

Refere Frei Gaspar da Madre de Deus: "No ano de 1542 já não existia a Casa do Conselho, e a povoação se tinha mudado para o lugar onde hoje existe. Por essa razão se assentou, na vereação de 1.º de julho deste ano, fazer nova casa para o Conselho. Aos 3 de janeiro de 1543 levaram em conta a Pedro Colaço, procurador do ano antecedente, a quantia de 50 réis, que se haviam gastado em tirar do mar os sinos e Pelourinho; 300 réis pagos a Jorge Mendes, que os merecera no Pelourinho da praia; 20 a quem o conduziu para a vila, e 250 que se satisfizera a Jerônimo Fernandes, por dar a pedra, o barro e a água necessária para novamente se levantar o dito Pelourinho. Também a Igreja Matriz veio a padecer o mesmo infortúnio, como provam a circunstância de se extrairam do mar os sinos,

e a outra de dar o povo faculdade aos camaristas, em janeiro de 1545, para mandarem fazer nova Igreja com alicerces de pedra, e o mais de taipa, coberto de telhas, ou patiz, à custa do mesmo povo.

Hoje é mar o sítio onde esteve a vila”.

A deslocação, renovação ou substituição, entretanto, como se vê, operou-se apenas sobre a parte material. A parte política, administrativa e religiosa conservou a mesma feição que lhe tinha imprimido o primeiro fundador, Martim Afonso de Sousa.

*

* *

Logo após o seu apertamento em S. Vicente, fez o Capitão-mor, aliás em circunstâncias bem curiosas, relações de amizade com duas figuras extraordinárias, aí moradores há muitos anos, e cuja identificação continua envolta em denso mistério: os portugueses João Ramalho e Antônio Rodrigues, cujas personalidades serão estudadas mais adiante, por outros mestres que me sucederem nesta **cátedra**.

Apenas aqui recordarei que, em companhia do primeiro, isto é, de João Ramalho, subiu Martim Afonso ao planalto de Piratininga, e aqui conheceu o cacique Tibiriçá e sua numerosa prole mameluca, derivada da ligação, com esse misterioso português, de uma filha desse morubixaba, de nome Mbici ou Bartira.

Por essa ocasião teve o colonizador o ensejo de, por assim dizer, **oficializar** uma antiga povoação, fundada pelo referido João Ramalho, na **borda do campo**, cerca de três léguas aquém da posterior Vila de S. Paulo de Piratininga.

Era um povoamento misto, governado discricionariamente por essa estranha figura, a quem o ilustre visitante houve por bem, entretanto, conferir o título de **Capitão-mor do Campo** ou **Guarda-mor do Campo**.

Esse núcleo de povoação, que, mais tarde (*) tomou o nome de Santo André da Borda do Campo, foi extinto por Mem de Sá, a pedido do Padre Nóbrega, como um foco de rebelião, de vícios e de crimes; e da sua exata localização não se encontraram, até hoje, quaisquer vestígios.

*

* *

Dando por finda sua grandiosa empreitada, com a instalação da Vila de S. Vicente, pouco mais de um ano após, pelos prin-

(*) Foi erigido em Vila por Tomé de Sousa.

cípios de 1533, voltou Martim Afonso para o Reino, transmitindo os poderes de que se achava investido à sua mulher, D. Ana Pimentel, dama das mais altas qualidades e do mais subido valor, e nomeando seu lugar-tenente e capitão-mor o Padre Gonçalo Monteiro.

Algum tempo depois, esta senhora substabeleceu ditos poderes ao referido Padre Monteiro, a quem, por sua vez, sucedeu, como capitão-mor, governador e ouvidor, Antônio de Oliveira.

E, por esta forma se foi desdobrando, normalmente, a vida social da primeira Vila, inaugurada em terra brasileira.

Em fins de 1534 seguiu Martim Afonso para a Índia, com a patente de capitão-mor. Anos passados tornou ao Reino, donde voltou para a Índia, investido nas funções de Vice-Rei.

De retorno à pátria, aí faleceu em fins de 1571 ou princípios de 1572, aos 71 anos de idade, encerrando sua laboriosa peregrinação terrena.

*
* *

Anunciam presentemente as Gazetas Portuguesas que, aproximando-se o primeiro ciclo das navegações e dos descobrimentos lusitanos, está oficialmente aberto concurso, no velho país de nossos pais, para o projeto do monumento a se erigir ao infante D. Henrique, na extremidade sul do promontório de Sagres.

Tambem nós, um dia, na abra do porto de S. Vicente, levantaremos condigno monumento à memória imperecível do egrégio Capitão de Terra e Mar, que lançou os alicerces de nossa querida pátria.

*
* *

Em um compêndio de vulgarização histórica, da autoria do Professor Otelo de Sousa Reis, intitulado **Noções de História do Brasil**, "para uso das classes superiores das escolas primárias e princípios do ensino secundário", 4.^a edição, de 1930, à pág. 37, se lê que "no Museu do Ipiranga se guardam a couraça e a espada que Martim Afonso usava: são de peso fora do comum e a espada traz, gravadas na folha, uma de cada lado, estas duas sentenças: "Não me saques sem razão"; "Não me embainhes sem honra".

Dando esta alviçareira notícia, pretendíamos fechar, com chave de ouro, esta palestra, convidando o auditório a ir amanhã, o mais cedo possível, ao Ipiranga, admirar essa maravilhosa peça histórica.

Não sabemos onde colheu esta informação o ilustre docente de História do Brasil.

Podemos, entretanto, assegurar que ela é destituída de qualquer fundamento.

No Museu do Ipiranga, informou-nos seu ilustre Diretor, o eminente historiador das bandeiras paulistas, Dr. Afonso de Taunay, não existe, nem nunca existiu, qualquer espada ou cou-raça de Martim Afonso, ou cousa que com isso se pareça.

E aí está como se escreve a História, muitas vezes!

*
* *

O quanto de importante e valioso representa para nós a fundação de S. Vicente, a primeira Vila criada e oficialmente instalada no Brasil, foi posto em grande destaque nas Conferências sobremodo brilhantes, com que o Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, em 1932, comemorou a passagem do 4.º centenário do significativo episódio.

Dois anos faz que a sociedade paulista vibrou, com a maior alegria, nas esplendorosas festividades comemorativas desse quadri-centenário.

Nem era para menos.

Basta assinalar que esse ato político do grande Martim Afonso foi, na frase feliz de Carlos Malheiro Dias, a

“célula-mater da nacionalidade”.

Marcou o início da nossa formação nacional.

E nós, PAULISTAS, devemos rememorar-lo sempre com o maior entusiasmo e com a maior ufania, porque ele representa para nós, particularmente, a eclosão, o nascimento legal desta mansão bendita, com que a Providência Divina nos brindou, e que já em 1839, em carta publicada na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, volume XXXII, parte 1.ª, página 175, José Feliciano Fernandes Pinheiro, o ilustre Visconde de São Leopoldo, sagrava, enfaticamente, e, talvez, profeticamente, com sua alta visão e autoridade de historiador, patriota e sábio, como sendo (palavras suas) a

“NOSSA PÁTRIA PAULISTANA”.

Gênese social da gente bandeirante (*)

Posturas quincentistas

TITO LÍVIO FERREIRA

Tanto na Grécia como em Roma, o regime municipal constituía a única força viva da cidade autônoma, fundamentada na religião, em cujo complexo se fundiam, num conjunto de ritos, de cerimônias litúrgicas, de preces e, ao mesmo tempo, de disposições legislativas consuetudinárias, os seus cultos, o seu direito e o seu governo. Erguida sobre os alicerces de uma religião e estruturada como uma Igreja, sua força poderosa restringia a liberdade individual, com onipotência hierática e império absoluto, pois a cidade guarda qualquer coisa de sagrado e divino na independência política e religiosa de seus habitantes. Esse jugo religioso criara o Estado e o Estado mantinha, reciprocamente, a religião; com integrar esses dois poderes, confundindo-os. Com a ruína dessa organização antiga, Grécia e Roma passam por extensa e radical mudança em suas instituições municipais. Desaparece, aos poucos, o espírito municipal primitivo. Modifica-se, com o correr do tempo, com as transformações sociais, com a conquista e a vassalagem de outros povos, a característica marcante da cidade antiga, minúsculo mundo cuja muralha sobranceira limitava o horizonte próximo onde cabiam os desejos e os pensamentos de cada um dos cidadãos ali congregados. E com as instituições caídas rolam, insensivelmente, usos e costumes de outrora, para sempre desaparecendo.

Nem sociedade regular, nem sistema de governo organizado vêm ocupar o espaço aberto pelo mundo que perecia. Roma revive, muito mais tarde, o regime municipal isento do espírito, do princípio e dos postulados de antanho. Gaulesa ou grega, a cidade constituída no século dos Antoninos perdeu todos os aspec-

(*) Trabalho lido, em sessão do Instituto, no dia 6 de abril de 1942, e que constitui capítulo inédito de um livro em preparo. — N. da R.

tos da cidade antiga. E assim a cidade romana apaga todos os vestígios dos tempos idos, até se tornar o centro dos grandes povos, dominados por um senhor e jungidos por novos laços sociais.

Ainda com o advento do cristianismo outras formas sociais alteram, profundamente a fisionomia da cidade. Também o direito se modifica. Torna-se inteiramente independente da religião e situa-se fora dela. Desde então ele evolue conforme as regras da natureza, segundo a consciência humana, dentro das necessidades sociais e sob o ansêio de justiça em nosso íntimo latejante. E assim o direito das gentes se desenvolve, com amplitude, acompanha os progressos da moral e reflete os ideais das associações humanas.

Entardece o período medieval quanto madrugam, no conselho português, as luzes longínquas do município romano. Projeta-se, nos forais, dispositivos referentes à distribuição da justiça, à administração pública e à estrutura política e social dos grêmios lusitanos, com precisar, desde o século XIII, os poderes dos vereadores, a quem incumbe legislar sobre questões administrativas e econômicas.

E daí esses diplomas conterem, nas linhas mestras, as provisões mais importantes relativas ao direito público constitutivo do organismo municipal, configurando-o. Assim, mostram os forais passagens bem explícitas: "As cousas que não estão aqui escritas sejam julgadas por arbítrio dos juizes e dos homens bons". Outros esclarecem: "Todas as cousas não escritas nesta carta sejam julgadas pelos homens bons da vila". Decisivas e precisas a esse respeito, as instituições municipais da Guarda explicam: "Esta é a carta de foro da Guarda, a qual fizeram os homens bons dessa povoação em proveito da cidade, tanto dos poderosos como dos humildes". (Alexandre Herculano, *História de Portugal*). Então os costumes de Santarem (Portugal) estatuem que os "degregos", isto é, as posturas devem ser promulgados a contento do conselho, em conformidade com o alcaide e os alvasis. Postura, significa, por essa época, a lei civil comum. Aliás essa palavra não é nova. Surge no reinado longínquo de D. Diniz. E ela guarda hoje o mesmo sentido remoto.

Organizados os conselhos lusitanos, sua estrutura jurídica se transfere para cá, em pleno quinhentismo. Vige e viça esse regime municipal nas Câmaras instituídas em nossa terra, pelos povoadores lusíadas. Assim, aparecem as primeiras notícias das posturas de Santo André da Borda do Campo, na ata de 12 de fevereiro de 1556: "Pelo alcaide desta vila por mandado de paulo de proença almotacel", foram elas apregoadas. Nessa mesma sessão alude o procurador a "hua postura sobre vaquas e por-

quos que não andassem apastorados que pagasse (os seus donos) hum tostão por cabeça, e por lhe parecer ser a pena grande e o povo se aqueyxaer diso, ele requeria aos ditos ofisiais que abaixasem a dita pena e posesem a que fosse onesta para se poder elevar, porquanto os moradores desta vila são povres." Em face do argumento aduzido pelo advogado do povo, "resolvem os vereadores que lhes parecia bem a pena de um tostão por cada cabeça de vaca encontrada em roças alheias e fosse igualmente aplicada a multa de um vintem por cada cabeça de porco". A 12 de outubro desse mesmo ano revêm os camaristas a postura feita "a serca do remdeyro e coymeiro do côcelho e por ser a pena pouca das dytas coymas será crydo por seu juramento". Publicadas as posturas do ano passado, a 18 de junho de 1558 estabelecem os edís que pelo gado vacuum encontrado à noite, extra-muros, seu dono pagaria a multa de um tostão por cabeça. E até fins de março de 1558, quando se lavrou a derradeira ata conhecida da vila de João Ramalho, nada mais existe a respeito das posturas de Santo André da Borda do Campo. Igual silêncio paira sobre as atas da Câmara da vila de São Paulo, até 10 de julho de 1563. Nessa data, em sessão realizada em casa do juiz Simão Jorge, o procurador Salvador Pires requer aos camaristas, "da parte de sua alteza que eles fizessem as posturas que lhes parecesse". Tal disposição foi executada a 6 de dezembro de 1575, com a "presença da mor parte do povo desta vila e de Manuel Fernandes, almotacel, que mandou apregoar as posturas que por os senhores officiais eram feitas". E assim se procede conforme o uso e o costume tradicionais.

Contudo, em começos de maio do ano seguinte mandaram os officiais que se cumprissem e se guardassem as posturas contridas no livro da Câmara, encerrado no ano anterior, para serem apregoadas e "imxucataadas" (executadas). E o rabisca-atas acrescenta: "as quaes não mandarão aqui tresladar por não gastar papel por o não aver na terra". Correm os anos. Reunidos os vereadores em 20 de abril de 1579, "pera falarem em cousas necessarias do bem da repuvrica mandar chamar o povo", a-fim-de ser escolhido o magarefe e quebrada a postura referente ao corte de carne. E ouvido o consenso popular, "assentaram e ouveram a dita postura por quebrada".

Decorridos cinco dias resolvem os camaristas que se "fizessem e mandassem cumprir as que eram feitas pelos officiais passados, ao que ditos officiais responderam que as haviam por boas as que feitas eram". E, quanto a tratar de outras, eles cuidariam d'isso quando preciso fosse.

No mês seguinte o escrivão Lourenço Vaz consigna, em

ata, o pregão das posturas velhas, "por mandado dos senhores ofisiais, perante mim, no adro da vila". Aparece, pela primeira vez, em 1.º de julho de 1583, o rol das posturas dos sapateiros, "que pertencem a seu oficio". Publicadas em agosto, em julho do ano seguinte foram apregoadas pelo almotacel Gaspar Nunes. A 21 de setembro do outro ano toma conhecimento o povo dos dispositivos regulados para tecelões e tecedeiras de pano de algodão. Nesse mesmo dia os vereadores ficam cientes de um "provisão del rei nosso senhor em que manda e declara que deste mes e ano se tirem dez dias acima declarados por vertude do sãoto papa de hu calamdrairo que disse fez". E assim os piratinhanos ficam ao par da reforma do calendário.

Deslisam os anos na pauta do tempo. Em 15 de abril de 1588 requer o procurador a seus dignos pares "que suas mercês probebem sobre as pusturas que foram feitas pelos ofisiais do ano passado a saber ferreiros e çapateiros e os mais oficiais que não quizeram tomar regymento das pusturas de seus ofisios". Ademais "o povo clamaba de pouca justiça"... Procedese a revisão completa dos atos legislativos anteriores, em 14 de abril de 1590, quando reunidos os vereadores "falarão nas posturas todas que até o presente estão feitas e as reíromarão de todo de novo". E ei-las redigidas em dezesseis artigos.

Prescreve o primeiro: "Assentarão que qualquer pessoa, branco ou negro macho que se achar na fonte ou lavadouro peguando moça escrava ou india ou branca paguará por isso, quinhentos reis e o mesmo qualquer pessoa que for a fonte não tendo la que fazer, e sera crido um homem branco por seu juramento e por duas pessoas escravo ou indios, e a pena sera para o concelho e cativos e acusador". Rigorosa deve ser a policia de costumes, com indivíduos sem escrúpulos. Estabelece o seguinte: "Que não resguatem com indios que venham para casa de seus compadres e amigos a trazer qualquer couza, sera (cera) redes, peças, com pena de mil reis para o concelho e cativos e acusador, e serão os indios cridos, ou um branco, por seu juramento, e sendo indios ou escravos cristãos hão de ser duas pesoas". E fica regulado esse comércio.

Em plena liberdade, pelas capoeiras e invernadas circunvizinhas, o gado sobeja, em completa promiscuidade. Porisso: "Quem tiver gado e o quizer ferrar andando com outro alheio, de mistura, o fará apregoar e saber no dito dono do gado, com pena de quinhentos reis para o concelho e cativos e acusador". Determina o artigo imediato: "Quem pasar gado para qualquer parte ou levar gado para o mar o fara apregoar para se saber, com pena de quinhentos reis, conforme as posturas acima". Essa obrigatoriedade implica em outra: "Quem tiver gado o ferrará e

o asinalará e o ferro trara a registrar na camara, com pena de duzentos reis para o concelho e acusador". Faltam cercas ou valos nas divisas das terras, portanto: "Quem tiver gado vacum o guarde que não va a roça alheia, e indo pagara (seu dono) cinquenta reis por cada cabeça e a perda a seu dono das roças e sera crido o dono da roça por seu juramento e outro qualquer vizinho e por seus escravos ou índios cristãos por seu juramento". Em consequências: "Não será inimigo o que assim der a dita coima e sendo inimigo será outra testemunha e pena para o concelho". Assim o inimigo é considerado como testemunha suspeita. Se o gado vive solto, os porcos tambem passeiam livremente, pelas ruas, largos, caminhos e adjacências. Daí, "quem tiver porcos que façam dano nas lavouras pagara por cada cabeça vinte reis e sera conformé a postura, para o concelho a pena, e crido o dono da roça ou vizinho, ou duas pesoas, escravos ou índios cristãos." No entanto, os suinos causam outros prejuizos. Nesse caso "Qualquer porco ou porca que matar galinha, pintão ou ave que se crie em casa de seus donos o farão evitar disso, e queixando-se disso quem receber dano uma e outra vez pela terceira lhe pagarão a perda e ao concelho cinquenta reis". A respeito dos chiqueiros dispõe os camaristas: "Que não façam chiqueiros perto das roças alheias, ao menos de distancia três tiros da besta, com pena de quinhentos reis, a metade para o concelho e cativos e acusador". Resolve o artigo seguinte: "Que ninguem tome cousa alheia nem mande tomar das piassavas do mar nem destes rios com pena de quinhentos reis para o concelho, cativos e acusador. Ordena o seguinte: "Que negro nem branco traga de noite, fogo pela villa, com pena de cem reis para o concelho e não se entenda de um vizinho para outro e fronteiro". Esta medida recorda outra. Quarenta anos antes, em Santo André da Borda do Campo, reunidos a 29 de abril de 1556, os camaristas da vila ramalheana "acordarão todos juntos que se não tyrase fogo de nenhuma caza sem ser cuberto, ou llevem... em panella... Esta pena se emtemdera das cercas a dentro e a call pena emtemderão aquelle que o llevar, ho call pagará symcoemta reis a metade para o concelho e a metade para quem ho acuzar". Decórridos tantos anos o perigo continua. Continuam as casas com a cobertura de sapé, ótimo combustivel para as chamas. Constitue o gado a prosperidade e a riqueza dos piratininganós. Resolvem porrisso os edís: "Que ninguem tire gado do campo e capoeiras, sem fazer saber a quem alí tiver gado, com pena de mil reis para o concelho, cativos e acusador". E com essa providência tenta-se evitar reclamações futuras.

Outro dispositivo preceitua: "Que ninguem traga cães que façam dano a bezerro nem gado nenhum, e matando ou correndo

apoz os bezerros e gado, pagara seu dono, pela primeira vez, mil reis e pela segunda a mesma pena e a res que matar e será morto (o cão?) por justiça, e esta pena sera para o concelho, cativos e acusador”.

De há muito reclamam os munícipes contra certos indivíduos acostumados a lançar mão do alheio em beneficio próprio, sem prévio consentimento do proprietário. Donde: “Que ninguém tome cavalgadura alheia, no campo, nem cavalgue nella sem licença de seu dono, com pena de duzentos reis para o concelho, e se entendera nas pessoas de dez anos acima”. E decidem por último: “Que nenhuma pessoa edifique casa, fazenda nem curral junto com fazenda de nenês visinho, menos de duzentas braças de distancia, com pena de cinquenta reis para o concelho, cativos e acusador”.

Obscura e áspera como a época, a redação oferece, às vezes, certa dificuldade para sua intelligência. Todavia, praticadas em Câmara, pelos vereadores e outras pessoas do povo, as posturas municipais devem ser apregoadas todos os meses, para conhecimento dos habitantes de Piratininga. Assim o mandam os camaristas Afonso Sardinha e Sebastião Leme, o juiz Fernão Dias e o procurador do conselho João Maciel. Legislam os homens bons quinhentistas, para seu tempo, sua terra e sua gente. E convidados a resolver as questões administrativas e econômicas relativas à comunidade, procuram dirigir a sociedade nascente, com prever-lhe as necessidades sociais, provendo-as.

TRICINCOENTENÁRIO DO SUPLÍCIO DE TIRADENTES

Por motivo do 150.º aniversário da execução de Tiradentes, ocorrido em 21 de abril de 1942, realizou o Instituto uma sessão extraordinária, comemorativa, na qual foram lidos pelos srs. prof. Tito Lívio Ferreira e dr. Cesar Trípoli, respectivamente, os trabalhos que vêm estampados a seguir, de autoria dos srs. prof. Joaquim Silveira Santos e prof. Antônio Piccarolo, que, por se acharem enfermos, deixaram de comparecer.

A REDAÇÃO.

Tiradentes, herói e santo

JOAQUIM DA SILVEIRA SANTOS

Não vos cansarei a atenção fazendo minucioso relato do que foi a Conjuração Mineira, que vós conheceis ao menos em suas linhas fundamentais. Direi apenas desse episódio sangrento, o que baste para realçar a figura do seu imortal chefe.

Esse movimento foi apenas uma nova manifestação da antinomia política que se acentuava entre brasileiros e portugueses; uma veemente demonstração das disposições que animavam o espírito da colônia e mais um aviso enérgico de que era impossível continuar a sua união política com a metrópole. E era fatal que assim fosse.

Cerca de duas gerações depois que se iniciou a colonização sistemática da América Portuguesa, começou a se formar uma população genuinamente brasileira, cujo espírito nacionalista se foi de mais em mais avigorando. Esse espírito transparece primeiro timidamente nos atos daqueles titas modernos, os bandeirantes paulistas, os quais, na mira sucessiva de cativar índios e descobrir minas, foram devassando os sertões e arredando para o lado do Pacífico os limites da Colônia Portuguesa. Vemo-lo já bem preciso em 1640, quando os mesmos paulistas aclamam, para seu rei, a Amador Bueno em vez de D. João IV. Ele se manifesta depois bem vívido em 1645, quando, contra a vontade do reino, os brasileiros natos organizaram a insurreição pernambucana, que terminou enfim com a expulsão dos holandeses. Irrompe mais tarde esse espírito nacional na praça pública, em 1710, contra os portugueses de Olinda, e quase ao mesmo tempo, em Minas, nas lutas sangrentas, entre paulistas e emboabas. E mais enérgico, e visando diretamente o predomínio português, ele reaparece em 1720 no movimento sedicioso chefiado por Veiga Cabral, e que teve como epílogo a execução feroz, de uma barbaridade inaudita, do cabecilha Filipe dos Santos.

Ora, perdurando por toda a parte as mesmas causas de conflito, a saber: o desamor da Metrópole pela Colônia, suas tendências para conservá-la manietada; a arrogância suspicaz dos reinóis que tratavam os naturais como subalternos e vencidos; o

consequente encarecimento e dificuldades da vida, contrastando com a ganância insaciável do fisco, é natural, é lógico, que continuassem vívidas, crescendo continuamente, alastrando-se por toda a parte, as aspirações de independência política, as disposições para quebrar um jugo que se tornava cada vez mais intolerável.

Atentai para estes dados concretos que bem caracterizam a situação do Brasil no último quartel do século XVIII. Segundo Oliveira Martins, só no governo de d. João V (1707-1750), foram mandados para a Coroa 130 milhões de cruzados; 100.000 moedas de ouro; 315 marcos de prata; 24.500 marcos de ouro; 700 arrobas de ouro em pó; 392 oitavas em peso e mais 40 milhões de cruzados de valor em diamantes. Isto, fora o monopólio do pau-brasil e dos impostos do quinto, que rendiam para o Tesouro anualmente, mais de um e meio milhão de cruzados. Como diz um historiador moderno, "o território de Minas Gerais, tinha as suas entranhas abertas. O ouro, o diamante e outras pedras preciosas brotavam do seu seio fecundo em proporção assombrosa. Só de 1700 a 1799, foram extraídos em Minas Gerais 36.687 arrobas de ouro, não figurando naturalmente nesse cômputo o ouro desviado pelo contrabando, cuja proporção atingiria certamente igual valor".

De par com essas exigências financeiras, vinham da Metrópole as medidas draconianas, tendentes a impedir o surto industrial e a prosperidade da Colônia. A carta régia de 15 de julho de 1776 abolira no Brasil o ofício de ourives e 158 ourivesarias foram demolidas e suas forjas e instrumentos entregues aos agentes policiais. O alvará de 5 de janeiro de 1725 determinava a extinção de todas as fábricas, manufaturas ou teares, de galões ou bordados de ouro e prata, de seda, de algodão, de linho ou lã, excetuando as de fazenda grossa destinada aos escravos e às classes pobres. Mandou-se fechar uma tipografia que aqui existia e proibiu-se a entrada das obras de Rousseau, Voltaire, Spinoza, Hobbes, Byle, e La Fontaine. Ora, tudo isto não constituía um desafio perene aos brios, à dignidade, aos sentimentos nativistas dos brasileiros?

É natural portanto, que o sentimento da independência pairasse por todo o Brasil, como uma aspiração legítima que se aviçorava à medida que a Colônia se desenvolvia. Mas esta aspiração devia ser mais vivaz em Minas, que se tornou, no decorrer do século XVIII, o centro mais intenso de atividade industrial e nacional. Foi o que aconteceu.

Formou-se entre juristas e literatos aquele primeiro esboço de conjura que não passaria talvez de confabulações platônicas, de vagas aspirações de teoristas, se lhes tivesse faltado o concurso

de um homem de ação, que se tornou a alma do movimento — Tiradentes. Foi ele realmente o centro, o eixo, o chefe, o único homem da conspiração, único não só pela atividade de propagandista que desenvolveu, como pela dignidade e desassombro com que se portou perante os juizes, como pela inexcusável grandeza moral que revelou ao sofrer o infamante castigo que lhe foi imposto. Seu vulto lendário viveu sempre na imaginação popular e foi crescendo com o decorrer dos tempos. E como esse vulto constituísse um remorso vivo, uma censura permanente irrogada à dinastia brasileira — um áulico imperial, um escritor que privava na corte de d. Pedro II, o sr. Joaquim Norberto de Sousa e Silva, tomou a si a tarefa ingrata de amesquinhar, denegrir, deturpar a figura da heróica vítima. Foi ele o primeiro escritor que teve em mãos todas as peças do processo relativo à conjuração mineira, peças reunidas em volumosos tomos. E por esse fato as suas apreciações foram aceitas de fé pelos historiadores, a começar de Varnhagem, pelos publicistas, pelo público letrado. Torcendo o depoimento de alguns dos inconfidentes, deformando as expressões de outros, adulterando às vezes, comentando-as a seu geito, conseguiu apresentar do herói a efigie com que é geralmente conhecido: um homem feio, antipático, fisionomia repelente, olhar espantado. Tentou apagar o seu prestígio dando-o como um homem leviano, tagarela, imprudente, sem nenhuma influência pessoal, um plebeu ignorante e fanfarrão, que só serviu para comprometer os companheiros de conjuração. Tudo balado. A verdade tem por si a força incoercível dos fatos e não há poder humano capaz de sufocá-la. É o que se dá com Tiradentes; vamos ver.

Nasceu Joaquim José da Silva Xavier em 1748 no sítio do Pombal, na vila de S. José d'El-Rei, hoje cidade de Tiradentes. Eram seus pais Domingos da Silva Santos e d. Antônia da Encarnação Xavier. Tinha três irmãos, dois dos quais eram padres, e uma irmã. Do seu irmão — o padre Domingos, recebeu a instrução primária, inclusive o francês. Não fez nenhum curso acadêmico; mas da robustez de sua inteligência, aptidão enciclopédica e tendências de seu espirito, dizem bem o tato de ter-se dedicado ao estudo da arte dentária, da medicina, da mineralogia, e mesmo da engenharia. De tudo isto há provas suficientes. Era dentista perito, e daí lhe veio a antonomásia com que passou à história; como médico, realizou curas importantes até no Rio de Janeiro. Por **ter inteligência mineralógica**, foi escolhido pelo governador da Capitania — d. Luiz da Cunha Menezes, para uma importante diligência no sertão da Capitania, acompanhando o sargento-mor Galvão Martinho. E a prova da sua capacidade como engenheiro, ele a deu apresentando ao vice-rei d. Luiz de

Vasconcelos, um projeto de fundação de trapiches na Saude e de captação dos rios Maracanã e Andaraí, no Rio de Janeiro. Deste projeto zombaram os letrados e os entendidos do tempo; entretanto foi ele depois realizado no governo de d. João VI.

Quanto à sua posição na sociedade, basta ver que do rol dos utensílios e roupa que lhe foram sequestrados, constam objetos finos e trajes de rigor, só usados por pessoas de trato social, naquele tempo em que a indumentária obedecia a regulamentação oficial. Ainda mais. Por uma carta ou portaria de d. Maria I, de 1782, teve Tiradentes "o encargo dos gêneros e mais fornecimentos precisos na guarda do Caminho Novo, para o Rio", prova de confiança que só se dava a pessoas de prestígio e responsabilidade social. Pelas tendências de seu espírito ou por necessidade profissional, Silva Xavier percorreu os sertões de Minas, dedicando-se também ao comércio ambulante. Estendeu as viagens até S. Salvador da Baía, onde se pôs em contato com a situação intelectual do tempo. Lá conheceu a corrente democrática que começava a convulsionar a França; lá se pôs a par do movimento político que nos Estados Unidos terminara com a independência daquele país.

A este conjunto de circunstâncias intelectuais e materiais, juntem-se as suas qualidades morais. Tiradentes possuía uma alma ardente, apaixonada, vibratil; era sincero, leal, corajoso e dedicado. De sua dedicação aos fracos diz eloquentemente o fato de ter sido preso em Vilas Novas, por ter querido impedir o castigo de um escravo.

Finalmente, em contradição à lenda palaciana que apresenta o grande patriota como uma figura esquipática, desengonçada e feia, há o testemunho autêntico de três pessoas que fazem fé. Uma, d. Inácia Simplicia de Sousa, que em 1862 contava 85 anos de idade, e que o conheceu pessoalmente, declarava entre outras informações, que **Tiradentes era um homem bonito**. Outra, o cônego Joaquim Camilo de Brito, afirmou que o cônego Rodrigues da Costa, que foi um dos conjurados, lhe disse reiteradas vezes que **o Xavier era um rapaz simpático**. Finalmente, o capitão Antônio Dias Barbosa, prestou esta informação que foi publicada no **Correio Mercantil**, de 9 de maio de 1860: "Formara muita tropa com grande concurso de povo; ao meio-dia chegou o padecente, que ele pessoalmente conhecia, e em cujo rosto se via a resignação e a coragem: era de mediana estatura, de cabelos louros e bem parecido (Vede José Feliciano, Tiradentes e a educação cívica, 1907).

E agora que podemos reconstruir, embora apagadamente, a imagem do herói e tal como ela foi na realidade, acompanhem-lo na rápida ascensão que o levou à glória e à imortalidade.

Depois da vida afanosa que a princípio tivera, Silva Xavier dedicara-se à carreira militar, subindo ao posto de alferes do 1.º regimento de Dragões. Nesse posto distinguiu-se sempre pela correção de proceder, pela exaçaõ no cumprimento dos deveres militares, desempenhando com presteza e galhardia, as mais ariscadas incumbências; entretanto foi sempre vítima de injustiças frequentes, sendo nas promoções preterido pelos que contavam com o favoritismo e com a proteção dos superiores. De sorte que, pelo conhecimento direto que tinha da situação da Colônia; pela opressão de que via serem vítimas os seus concidadãos; pelas extorsões de que todas se queixavam; em suma pelos vexames a que estavam sujeitos os brasileiros, vexames que ele mesmo experimentara, não podia deixar de tomar corpo em seu cérebro a ânsia coletiva de emancipação política. Naquela alma ardente, afinada ao sopro das tormentas, não podiam deixar de soar como um eco de clangor longínquo, as vozes dos oprimidos e o sangue dos que tinham sido sacrificados ao ideal da liberdade.

“Tiradentes, diz um historiador contemporâneo, transfigurava-se quando falava no povo oprimido, quando falava na pátria vilipendiada e violentada. Nesse momento a sua voz eloquentemente assumia tons emocionantes, as suas faces acendiam-se, os seus olhos fulguravam, e lágrimas ardentes saltavam em punho, dos olhos (**A inconfidência mineira, na Memória Histórica do bicentário de Ouro Preto**).

Descontente com as injustiças que sofrera na vida militar, pediu licença e dedicou-se à mineração, em que foi mal sucedido. Partiu em seguida para o Rio e apresentou então ao vice-rei os projetos de que já falamos.

Nessa ocasião chegava da França o moço mineiro, dr. José Alves Maciel. Era em setembro de 1788. Tiradentes foi visitá-lo. O jovem recém-chegado pôs o grande patriota ao par da situação européia, trabalhada já intensamente pelas idéias liberais, que deviam no ano seguinte desencadear sobre a França a tempestade terrível, mas fatal e indispensável, que veio renovar a face do mundo. Falou-lhe igualmente da recente independência dos Estados Unidos, assim como dos passos que, junto de Jefferson representante daquela República na França, deram José Joaquim da Maia e outros estudantes brasileiros, no sentido de obter para a independência do Brasil o apoio dos Estados Unidos. Todas estas informações caíram como centelhas vivas na alma de Tiradentes, afervorando nele os ideais que o arroubavam.

De volta a Ouro Preto, intensificou a propaganda, transmitindo com o ardor de apóstolo e com a destimidez de visionário, o evangelho da redenção da Pátria. Propósitos semelhantes já

eram objetos das cogitações do grupo de juristas e poetas, nas palestras literárias que os reuniam frequentemente. Formou-se daí a conjuração que cresceu em consistência e amplitude. A ela aderiram elementos valiosos. Eram padres, eram comerciantes e mineradores, era o próprio comandante das armas, tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade. Finalmente uma feliz oportunidade se apresentava para os revolucionários. O visconde de Barbacena, recentemente chegado a Ouro Preto, trazia a incumbência de lançar a derrama para a cobrança executiva do imposto do quinto em atraso. Esse imposto ascendia em 1778 à fabulosa soma de 539 arrobas de ouro. O povo que não podia satisfazer tão elevada exigência, considerava-a como uma extorsão. Havia de revoltar-se: era chegado, pois o movimento revolucionário. Houve então uma reunião definitiva entre os conjurados, em que ficou inteiramente assentado o plano da revolução, e distribuído o papel de cada um no momento decisivo. A Tiradentes, como de razão, tocava a ação mais arriscada e importante. E de acordo com os planos assentados, partiu ele para o Rio no escopo de angariar a adesão da capital ao movimento projetado, assim como ao padre Correia de Toledo, natural de Taubaté, tocava obter o apoio de S. Paulo.

A esse mesmo tempo, porem, a delação miserável, rastejante, vil, ia, na pessoa de Joaquim Silvério dos Reis, levar ao Visconde de Barbacena, a denúncia do movimento planejado e o nome de todos os conjurados. O resto, vós o sabeis. O governador suspendeu a derrama; e os conjurados, presos e metidos a ferros, foram levados para a capital da Colônia. Tiradentes, que se achava no Rio, procurara fugir à sanha do vice-rei ocultando-se à sombra de amigos dedicados; mas foi por um ato de traição descoberto e entregue à prisão, com grande aparato de força (10 de abril de 1789). Abriu-se então a devassa que durou até abril de 1791.

Cheias as prisões, começaram logo os interrogatórios, que duraram cerca de três anos; e não preciso dizer-vos, pois que fora longo e fastidioso, o que foi essa provação dolorosa, imposta aos prisioneiros pelo crime nefando de terem sonhado com a independência nacional. Direi somente, e com profunda tristeza, que todos sossobraram nessa prova terrível. Foi um naufrágio tremendo de caracteres, em que os réus negavam sua coparticipação no movimento, desdiziam-se, acusavam-se mutuamente, arrepe-lavam-se, e chegavam a rastejar aos pés dos algozes, implorando-lhes perdão. Apenas duas figuras salvaram nesse doloroso episódio a dignidade humana: o padre Correia de Toledo, que confessara sem rodeios a sua adesão à conjura, e Tiradentes, que

mostrou em todas as cenas, em todos os passos desta lúgubre tragédia, a têmpera de uma alma adamantina, a destimidez de um espartano, a impassibilidade de um estóico, a serenidade altiva de um Savanarolla. Foi submetido nesses três longos e intermináveis anos de masmorra, a onze extensos e minudentes interrogatórios: nos três primeiros limitou-se a uma serena e singela negativa. Vendo porem, o procedimento de seus companheiros de prisão, expôs francamente, sem reboços, os seus ideais republicanos, a propaganda que fizera, a parte que tomara no conluio, mas sem incriminar ninguém, sem retaliar. Pelo contrário, chamou sobre si só toda a responsabilidade do que se houvera feito, e procurou defender os companheiros, inclusive Gonzaga que era seu inimigo pessoal. A mesma firmeza, a mesma coragem, o mesmo estoicismo conservou até à cena capital desse drama pungente.

Na noite de 17 de abril de 1792 foram os conjurados, em número de 21, levados das prisões para o oratório da cadeia pública. Os ministros da alçada, que vieram de Portugal especialmente para este julgamento, começaram a redigir o *acordão* da sentença que foi lida aos presos na madrugada do dia 19. Por essa sentença eram condenados à morte nada menos de onze conjurados; alguns absolvidos, e outros condenados a degredo perpétuo ou a desterro temporário nas costas da África.

Quando, na manhã desse dia, a terrífica notícia voou com a celeridade do raio pela cidade do Rio-de-Janeiro, a consternação foi geral e indiscriminável. Como não? Nunca se presenciara no Rio semelhante espetáculo; não havia na memória dos homens lembrança de tanta efusão de sangue, de tão bárbara carnificina. No dia seguinte o patíbulo enorme, sinistro, de descomunal altura, começava a erguer-se, ameaçador e terrífico, nos campos de Lampadosa. Corriam as horas e a consternação pública aumentava. As execuções deviam realizar-se em breve.

Eis, porem, que uma ordem da Alçada mandava reunir novamente os sentenciados no oratório da cadeia pública. Ali, depois da missa conventual, o juiz da Alçada leu aos conjurados uma carta régia em que D. Maria I autorizava aquele tribunal a minorar a sorte dos acusados; e em virtude desta autorização a Alçada reformava a sua sentença para comutar em degredo perpétuo na África, a pena de morte de dez dos condenados: só Tiradentes, como chefe ostensivo e reconhecido da projetada rebelião, devia sofrer a pena capital. Foi indescrevível, no dizer das testemunhas presenciais, a cena que se seguiu a esta declaração. Como cadáveres arrancados ao túmulo, sentindo a intensa alegria de quem retorna à vida, os condenados davam gritos, riam-se, abraçavam-se, à medida que se lhes retiravam os ferros. E no

meio deste quadro estridente, nesta atmosfera de triunfo e de tumulto, só um homem se conservava a um canto, curvado ao peso das algemas e dos grilhões. Era Tiradentes.

Como vítima propiciatória, que ia ser imolada no altar da pátria, ele mostrou neste lance decisivo que era digno das bênçãos da posteridade e da glória que havia de circundar-lhe o nome. Do lugar em que se achava, acenava alegremente aos companheiros, sorria-lhes compassivamente dizendo que se sentia feliz por morrer sozinho, sem a máguia de os arrastar consigo ao cadafalso.

A nova notícia propagou-se com a mesma rapidez da primeira, e é de ver-se o efeito que devia produzir no ânimo da população consternada. Um sentimento de alívio substituiu a incomportável tortura que a todos oprimia. E nesse estado de excitação momentânea, nessa inesperada reviravolta de ânimo deu-se o que era de se esperar: o povo entregou-se a ruidosas manifestações de alegria, que a benignidade da Alçada lhe inspirava. É certo que ainda havia uma vítima; mas isso que importava, se estavam absolvidos 10 brasileiros, e o que ia morrer nem aos menos era conhecido?

Justamente a esse efeito visava o procedimento da Alçada. Ela já sabia que tinha de aplicar a pena última a um só dos conjurados, que era o chefe, o cabeça do conluio. Mas para que este ato não suscitasse protesto, antes provocasse manifestações de aplausos como convinha aos interesses da Metrópole, preparou toda aquela encenação hipócrita de calculada e mentirosa severidade.

Fez as reuniões no oratório da cadeia, funebremente decorado de negro; proferiu aquela condenação de 11 réus, para em seguida sacando de uma carta que tinha em mãos há dezoito meses, como se a recebesse naquele momento, reduzir as execuções a uma só! E infelizmente não podemos ocultar que o clero católico daquele tempo emprestou o concurso da religião para servir às vistas refalsadamente maquiavélicas, do governo português: foram missas aparatosamente fúnebres para aterrorizar: sermões laudatórios para a ação oficial, **Te-Deum** em ação de graça.

No dia seguinte, que era um sábado, consumou-se o martírio de Tiradentes. O governo empenhou-se em cercar de todo o aparato, em dar todas as mostras de regosijo público, àquela execução que devia ficar como escarmento dos povos, como exemplo da sorte que aguardava a todos os que tivessem a mesma ousada pretensão.

Foi proibida a saída de navios; excessivo movimento de

tropas percorria em todas direções a Capital. As ruas por onde tinha de passar o condenado foram garridamente ornamentadas, como para os grandes dias de festa pública. E a população carioca, mau grado a repulsa que suscita toda efusão de sangue, tornou-se até certo ponto conivente com as vistas do governo. É duro de dizer-se, mas não podemos deixar de estranhar, senhores, que a-pesar-dos atos de calculada preparação psicológica referida, não tivesse a população do Rio ao menos um movimento de simpatia pelo brasileiro que ia morrer, ou um gesto de repulsa e reprovação àquela ostentação de força. Não teve; e o governo ponde assim executar a seu salvo, e com requintada dureza, o seu plano terrorista: consumir em plena praça pública, no coração da cidade, e diante de uma população estuprificada, uma sentença de morte, que era costume fazer-se às ocultas, longe do olhar aterrorizado do público.

Com efeito, naquele sábado festivo, à luz de um sol radiante, saía da cadeia pública, o préstito fúnebre que levava à forca o glorioso brasileiro. Com a mesma resignação heróica, com a mesma firmeza espartana, sujeitava-se a todos os aprestos daquela terrificante solenidade, pedindo unicamente que lhe apressassem a execução, que lhe encurtassem o martírio. E para verdes como era atendido nesta súplica, basta dizer-vos que o préstito consumiu cerca de três horas para fazer o percurso do caminho, hoje constituído pela rua da Assembléia e a rua da Carioca. E depois que alcançou o alto do patíbulo, teve ainda de suportar o sermão com que um sacerdote, frei José do Desterro, lhe prolongou o martírio...

E assim, sereno, resignado, imponente, como se desferisse o vôo para a Glória, despenhou-se do alto aquela figura augusta que pelo baraço ficou suspensa entre o céu e a terra.

Consumou-se o teu martírio, Tiradentes! Após três anos de incomportável sofrimento, pelas masmorras sombrias, após aqueles intermináveis, exaustivos interrogatórios, aquelas acareações em que afirmaste a rijeza de tua fé, em que te não conspiraste com o mais leve deslize, foste enfim entregue à justiceira sanha do carrasco! Expuseram-te à irrisão do público: a realeza viu em ti, não o criminoso que vai pagar na ignomínia da forca os crimes que cometeu, mas o instrumento de vingança contra as aspirações de independência nacional, a vítima expiatória que devia pagar pelo povo brasileiro o crime de sonhar com a liberdade política! Que importa? Começaste desde ali a ter uma existência forte, mais intensa, e mais fecunda; começaste a viver no coração e no espírito das gerações sucessivas! Ah! E nunca foste tão terrível, tão revolucionário, tão perigoso para os inte-

resses da Metrópole, como dali em diante. Tu sonhaste quebrar os elos políticos que nos ligavam a Portugal. Quiseste tornar o Brasil independente e implantar nele a República. E desde o momento da força, tu te tornaste patriarca dos republicanos, o chefe invisível que a todos incitava a pelear a boa peleja. Tu estiveste ao lado da falange imortal que em 1817, isto é, apenas 25 anos depois do teu martírio, proclamava a prematura República pernambucana, tão cruelmente abafada em sangue! Em 1822, eras tu quem guiava o braço do sábio, do grande estadista Andrada, que realizava a primeira parte do teu programa: a separação política do Brasil. Tu dirigias depois, em 1824, a ação dos patriotas que proclamavam a República do Equador. E era ainda o teu vulto gigantesco que exaltava os ânimos de Bento Gonçalves e dos legionários da república de Piratinim. Mas, a tua ação reduplicou, intensificou-se, cresceu, a partir de 1870, com a fundação do partido republicano. Eras a todo o momento lembrado nas reuniões e conciliábulos do partido; era o teu verbo inflamado, que pela boca dos oradores, convulsivamente sacudia as multidões nos comícios da praça pública e fazia fremir de entusiasmo o auditório das conferências.

E porisso teu vulto glorioso, tua imagem rediviva, como que estremecia de júbilo na alma dos patriotas, quando ao alvorecer do dia 15 de novembro proclamava-se a República no Brasil. Completava-se o programa que te arroubara a alma de escol. Desde esse momento, ao teu vulto incomparável **ligaram-se para sempre** as imagens de José Bonifácio e Benjamin Constant!

Salve, nume tutelar da nação brasileira!

Salve, Tiradentes!

Valor histórico e moral de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes

Antônio Piccarolo

Poder-se-ia considerar ousadia excessiva, e até inconsciência, a de vir eu, brasileiro de adesão, aqui chegando quando os quarenta já tinham caído no mar da eternidade, falar-vos de assunto brasileiro de tamanha importância que diz respeito à vossa independência e constituição em nacionalidade — se não tivesse para mim a justificação do momento, que dá a estas minhas palavras um sentido todo especial e lhe empresta importância.

A minha pátria de nascimento e esta minha segunda pátria de adoção, que é o Brasil, estão atravessando um momento dos mais difíceis para as suas relações. As relações diplomáticas entre estes dois países estão cortadas. Um sopro de dissidência envolve ambas as Nações. Indivíduos desclassificados e verdadeiros espíões, dirigidos e protegidos por diplomáticos pouco honestos, que pretendem representar a Itália, obrigam a Polícia desta terra a prendê-los; da mesma forma, esse governo já obrigara o governo brasileiro a tomar disposições drásticas em defesa dos interesses próprios e dos seus governados contra os atos de pirataria que infestam os mares americanos, e criando assim um verdadeiro estado de guerra virtual, se não real.

Doutro lado, aqui existe uma colônia italiana numerosíssima, que se conta a centenas de milhares, que ao vosso lado labuta em todos os campos para o bem-estar e a grandeza desta terra; aqui existem outrossim centenas de milhares de filhos e descendentes de italianos aqui nascidos: todos abraçaram sinceramente os destinos da pátria que lhes deu vida e bem-estar. Toda esta gente não só não está de acordo, mas exproba os governos que foram causa do estado presente de cousas; desde o primeiro momento se colocou ao lado do Brasil e do seu iluminado governo e não quer ser confundida com o governo que arrastou a Itália para a guerra e para a ruína, nem muito menos com indivíduos que, em nome e por encargo desse governo, aqui estão

exercendo a sua obra de espionagem quinta-colunista aos danos desta terra.

Em nome, pois, de todos esses italianos aqui residentes, espalhados por este vasto Brasil, bem como no dos italianos espalhados por todo o mundo, os quais reprovam a ação insensata e criminosa do governo que atçou a fornalha que está ameaçando de destruição o mundo inteiro, vos dirijo a palavra para dizer-vos: — a Itália verdadeira, a Itália do povo, a Itália que trabalha e que pensa está convosco, está com o Brasil e com todos os povos aliados em defesa da Liberdade e da Justiça: a Itália dos homens livres neste momento está convosco para comemorar e honrar a memória do protomartir da vossa independência e da vossa liberdade.

Este o sentido da minha presença nesta tribuna, única justificação da minha ousadia.

Que é que eu poderia dizer, aliás, que já não tenha sido dito, muito mais brilhantemente do que a minha pobre forma?... Tempo e capacidade faltam-me para pesquisas originais, especialmente depois dos importantíssimos estudos a que foi submetido este ponto da História Brasileira, e sobretudo a sua figura principal e mais representativa, depois da publicação oficial dos atos processuais a que os Inconfidentes foram submetidos.

Limitar-me-ei, portanto, a poucas considerações sobre o valor histórico e moral da pessoa de JOAQUIM JOSE' DA SILVA XAVIER, o TIRADENTES.

O Brasil gemia sob a tirania do governo português, que explorava impiedosamente os seus homens e as suas riquezas. Note-se bem: falo em **governo** e não em **povo português**. O povo português era explorado, angariado não menos do que o brasileiro. Falo de governos não menos ineptos do que corruptos que viviam do passado, esbanjando os últimos restos da grandeza que nos séculos precedentes assombrara todo o mundo. Perdidas as colônias, que os lusitanos da época gloriosa conquistaram com o seu valor e com a sua audácia, esses governos pretendiam tirar do Brasil, única grande colônia que lhes restara, o que não podiam mais tirar das outras.

Era este, aliás, o princípio dominante na corte de Lisboa: a fazenda real precisa de uma determinada quantia; os súditos devem pagá-la, estejam ou não em condições de corresponderem às exigências da corte (a famosa derrama, que devia marcar a hora da revolução, outra cousa não era senão a aplicação desse princípio). A corte tinha estabelecido uma determinada quantia de ouro que as minas deviam pagar-lhe anualmente. A lavra nas minas diminuiu e não dava mais a quantia estabelecida. Isso, porem, não se entendia com a corte, que não transigia sobre

aqueles que chamava de seus direitos. O que faltava da quantia determinada devia ser pago pelos proprietários das minas, proporcionalmente ao número dos escravos possuídos. E isto significava: diminuição de entradas e aumento de impostos.

Costuma-se qualificar, geralmente, a Inconfidência de “revolução de poetas e de sonhadores”, que, embebidos de profundo idealismo, sonhavam uma República ideal, uma República platônica e uma liberdade bucólica: — **Libertas quae sera tamen**

E' verdade. Os chefes da revolução eram poetas, idealistas, sonhadores, portanto, pouco temíveis. Como se explica então o fato de que contra esses sonhadores tão pouco temíveis acirra-se de forma verdadeiramente feroz a sanha dos juizes, por ordem da própria rainha, daquela rainha que os panegiristas não se cansam de qualificar com os epítetos de piedosíssima e de clementíssima? — Pode-se superar esta contradição estridente só lembrando as duas faces que o movimento mineiro apresentava: a face idealista, personificada nos literatos, nos poetas, em Cláudio Manuel da Costa, em Tomaz Gonzaga, em Alvarenga e outros; e a face realista, isto é, a voz do povo explorado, angariado, personificada em Tiradentes.

Este dualismo se apresenta em todos os momentos do terrível drama; a dizer desde o estabelecimento dos princípios que deveriam constituir a base da futura República até a sentença dos juizes, e mais ainda, até ao modo por que essa sentença foi recebida pelos réus. Os poetas, cheios de lembranças clássicas, queriam uma República moldada nas tradições de Roma, uma República ideal, e este seu desejo se reflete no lema do futuro estado: — **Libertas quae sera tamen...** Constituindo eles, entretanto, a maioria da conjuração e valendo-se da autoridade que lhes dava a cultura de que dispunham, saíram vitoriosos contra a opinião de Tiradentes, indivíduo simples e sem cultura. Mas, Tiradentes, por sua vez, melhor conhecia as necessidades e os sentimentos populares e, porisso mesmo, queria dar à sua República bases essencialmente práticas, correspondentes às necessidades do momento e aos sentimentos que naquele momento dominavam as multidões. Com efeito, que interesse podia apresentar para os pobres indivíduos brancos, analfabetos, que passavam a vida cavando a terra e perfurando as rochas, a República romana, da qual nunca ouviram falar, e o emistiquio virgiliano que não compreendiam? Não é com um programa dessa feita — pensava Tiradentes — que se pode arrastar o povo para a revolução, mas sim fazendo-lhe brilhar diante dos olhos os melhores argumentos que poderá obter, que obterá sem dúvida uma mudança de regime, falando-lhe uma linguagem compreensível, apelando sobretudo para os sentimentos nele predominantes, que se resumiam no sentimento

religioso. Não lembranças clássicas, portanto, nem lemas latinos, mas um símbolo que fale direta e compreensivelmente ao coração dessas multidões perdidas nas tristes montanhas em busca de uma riqueza, que servir a enriquecer uma corte da qual nada conhecem, afora dos pesados tributos que lhe pagam: esse símbolo consiste nos três triângulos que representam a Trindade divina, na qual as multidões põem toda a esperança por uma felicidade que não lhes é concedido conhecer sobre esta terra.

A mesma diferença observa-se na ação dos conjurados. Os intellectuais discutem, fazem planos abstratos, ideais, mas não saem da própria roda restrita, limitada pelas montanhas que circundam Vila Rica e outras poucas localidades. Algum entre eles mais afouto pensa em pedir auxílio no estrangeiro àqueles americanos que só em si mesmos tinham procurado e encontrado as energias necessárias para conseguirem a própria independência. Entretanto, fazem versos; versos bonitos, não há dúvida. Manuel da Costa faz vibrar com arte delicadíssima a lira arcádica, como poucos fizeram não somente no Brasil mas também no exterior; — Tomaz Gonzaga, mais moderno, mais sentimental, antecipa os tempos e a sua musa se resente do pathos romântico (Dirceu e Marília são simples homenagens à moda velha, ao arcadismo sobrevivente; na realidade o sentimento sincero, um pouco doentio dos românticos já vibra nos versos do juiz de Vila Rica, que quer descansar no regaço da sua amada). Assim diga-se também dos outros, menores como poetas, mas igualmente sonhadores como políticos. A política para toda esta gente é simples reflexo da poesia; a revolução se apresenta como realização de um poema ainda não escrito.

Nada disso acontece com Tiradentes. Enquanto os outros fazem versos e esperam o grande dia da derrama, ele se move e se agita, agita os outros, corre de um lugar para outro procurando adeptos à causa da independência e da liberdade. Somente quando Tiradentes voltou do Rio, onde fora para se entender com os amigos que acompanhavam o movimento revolucionário, é que o núcleo de Vila Rica entra em período de verdadeira ação; isto em fins de 1788. — “Pelo caminho teve ele ocasião de se entender com muitas pessoas que aderiram ao plano de levante” — escreve Rocha Pombo. Ao chegar a Vila Rica procurou logo os companheiros; e é de agora em diante que por seu incitamento se organiza a verdadeira conspiração e tomam corpo, num projeto definitivo, as idéias que agitavam aqueles homens.

De grande importância era atrair para o movimento a força armada, comandada em Minas pelo tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, com quem teria sido muito interessante entender-se, porque desse passo sobretudo poderia depender o re-

sultado da revolução. Mas, quem teria a coragem de tentar esse passo, tratando-se de um homem muito cauto e circunspecto? E' verdade que entre os conjurados havia um parente desse militar, o dr. Alves Maciel; mas nem este nem qualquer outro tinha pensado na possibilidade de atrair para o movimento esse homem, considerado quase impenetravel. Por outro lado, o menos indicado para isto, parecia, e era de fato, Tiradentes, simples alferes e porisso dependente de Freire Andrade, seu superior. Qualquer outro indivíduo ter-se-ia amedrontado diante dessa dificuldade. Mas Tiradentes não hesitou e, aproveitando o parentesco do dr. Alves Maciel com o chefe da força armada, dirigiu-se sem mais nem menos diretamente a Freire de Andrade, expôs-lhe sem reboço a causa que o levava perante ele, e conquistou-o à causa da liberdade.

Podia Minas, porem, fazer uma revolução de tamanha importância sem o concurso das outras provincias? Única cidade com a qual os conjurados tinham algum entendimento era a capital, e isso ainda através da pessoa de Tiradentes. Agora que tudo estava preparado, precisava avisar os amigos do Rio. Disso encarregou-se novamente Tiradentes, que retomou o caminho da corte, que desta vez empreendeu com maior segurança, entusiasmado pelos sucessos obtidos, não deixando, durante a viagem, de fazer, em qualquer ocasião, propaganda da causa. "Em toda parte — escreve o mesmo historiador — pelas fazendas, pelas casas de negócio, pelas estalagens, ergue a voz desassombrada, proclamando a boa nova, como um visionário nos seus delírios".

Ao seu encalço, porem, vinha o espião com o encargo de vigiá-lo e denunciá-lo; o que fez imediatamente, apenas chegado na Capital. Tiradentes estava perdido. Quando deu pela vigilância a que era submetido e pelo perigo que o ameaçava, tentou ocultar-se, homisiando-se em casa de pessoa conhecida, na esperança de poder voltar às suas montanhas e tomar parte na revolução ao lado dos seus companheiros. Inutilmente. Foi preso e fechado nas masmorras do Rio. Ao mesmo tempo eram presos os conjurados de Vila Rica e levados para o Rio.

Começa o processo, cujo andamento pode-se acompanhar através dos sete volumes há pouco publicados pelo governo, nos quais refulge ainda uma vez a altivez e a superioridade moral do Tiradentes. Os poetas, os homens de letras, os sônhadores, diante da dura realidade e do perigo que os ameaçava, acovardaram-se, choramingaram, consideraram-se perdidos. Cláudio suicidou-se; os outros só pensaram em se salvar. Espetáculo pouco edificante, na verdade. O único que se manteve na altura da posição em que se tinha espontaneamente colocado foi Tiradentes. — No começo negou. — Houve quem lhe fizesse, a esse martir, culpa desse fato,

esquecendo que não só é do próprio instinto humano, mas também que naquela contingência semelhante comportamento constituía um dever, eis que admitindo, sem mais nem menos, a existência da conjuração, Tiradentes acusaria não só a si mesmo, mas também a seus companheiros. — Em seguida, quando vâ se tornou toda negativa, confessou abertamente a verdade; procurando, porem, inocentar os companheiros, chamando para si toda a culpa e declarando-se o único promotor do movimento.

Depois de um processo demasiadamente demorado, em que se procuraram todos os meios para atormentar os acusados, veio a sentença, inspirada a uma ferócia inaudita. Tiradentes foi julgado cabeça da revolução e como tal condenada à forca, devendo a sua cabeça ser levada a Vila Rica e exibida num posto alto, no lugar mais público da vila; o corpo, dividido em quatro pedaços e estes expostos nos sítios onde o réu tinha tido as suas “práticas infames” — diz a sentença — “durante a viagem de Vila Rica ao Rio; a casa onde morava devia ser arrazada e o lugar salgado a-fim-de que ninguem aí mais edificasse, e levantado no mesmo chão um pilar que recordasse as culpas e castigo do réu. E como se isso não fosse suficiente, a sentença privava de todos seus bens os filhos e netos do réu, declarando-os infames. Outros conjurados foram também condenados à morte e seus descendentes declarados infames; os restantes condenados ao degredo a vida ou temporário.

O abatimento mais profundo desceu em todos os sentenciados, como atestam as duas testemunhas diretas do fato, que foram o Padre que assistiu a Tiradentes até ao suplício e frei Raimundo Penaforte. Só Tiradentes se manteve calmo e sereno, confortando os seus companheiros de infelicidade. E quando chegou a carta da rainha, em virtude da qual a pena de morte era comutada na de degredo à vida, mantida porem a condenação à morte de Tiradentes, este, enquanto todos levantavam uma gritaria ensurdecadora pela alegria, mantinha-se calmo e dava parabens aos companheiros, segundo escreve o autor da Relação: “No meio de tão vivos transportes de alegria só o Tiradentes estava ligado de mãos e pés, que justamente foi por último declarado sedutor testemunhou esta não esperada metamorfose; mas tão corajoso como contrito, respondeu ao diretor, que o confortava até aquí: que agora morreria cheio de prazer, pois não levava após si tantos infelizes a quem contaminara; que isto mesmo intentara ele nas multiplicadas vezes que fora a presença dos ministros, pois sempre lhes pedira que fizessem dele só vítima da lei”.

O escritor mais infesto a Tiradentes, talvez, o meu amigo Assiz Cintra, diz que Tiradentes morreu “mais como um santo humilde e resignado, do que como um herói, altivo e bravo”. Deve-

se lembrar que as notícias relativas às últimas horas de Tiradentes são fornecidas por dois Padres e, como tais, interessados em exaltarem os sentimentos religiosos do sentenciado e a clemência da rainha. Tiradentes era religiosíssimo, não há dúvida; mas isto não diminui absolutamente os seus sentimentos patrióticos e o seu heroísmo. Tiradentes foi, sobretudo, um místico, mas um místico verdadeiro, sincero, não daqueles místicos artificiais e falsos que os presentes regimes totalitários pretendem ostentar aos povos.

As razões pelas quais Tiradentes foi excluído da clemência (oh! que clemência!...) de Maria, a louca, merecem ser postas em evidência, porque melhor esclarecem a verdadeira figura do nosso herói. Em mais de um ponto da devassa do processo, os inquisidores e os próprios juizes deixam perceber a convicção de que os conjurados eram possuídos, o que quer dizer que ofereciam escasso perigo, com exceção de Tiradentes. A perigosidade de Tiradentes era admitida não porque fosse o mais ativo, o mais enérgico, o mais resoluto, mas porque era o mais próximo do povo, porque pertencia ao povo, compreendendo este e sendo por este compreendido melhor. Nessas condições, em virtude do seu sentimento religioso sincero e profundo e em virtude do seu misticismo, poderia ele exercer sobre as massas populares uma influência que os outros nunca teriam exercido. Foi, portanto, Tiradentes, antes de tudo e sobretudo, uma vítima de classe, um exemplo para impedir que certos sentimentos e certas tendências abrissem caminho entre as classes populares.

A tentativa conhecida sob o nome de “**Inconfidência Mineira**” foi, assim, sufocada no sangue e nas perseguições, e o absolutismo iludiu-se pensando ter por este modo sufocado para sempre o perigo que a ameaçava. Ilusão efêmera! Trinta anos depois, aquela independência, que ele pensava ter sufocado, triunfava, e um neto da rainha em nome da qual foram cometidos tantos crimes legais, proclamava-se pregoeiro daqueles mesmos princípios que a avó perseguira com tamanho encarnecimento. A proclamação do Ipiranga — “Independência ou Morte!” — era a vingança do sangue vertido em 1792: “sangue de mártires, semente de cristãos”, dissera o grande apologista Tertuliano.

O sangue de Tiradentes, como boa sementeira, germinou, propagou-se e produziu a independência brasileira.

E se eu hoje estou nesta tribuna, não é somente para prestar homenagem ao símbolo da independência e da liberdade deste grande país; não é só para dar prova tangível da solidariedade existente entre a minha pátria de origem e esta pátria de adoção, entre a Itália e o Brasil; mas, é, sobretudo, porque nunca talvez, como hoje, se tornou necessário lembrar os heróis e os mártires que se sacrificaram para testemunhar o direito dos povos à inde-

pendência e à liberdade; porque nunca, como hoje, tornou-se tão necessário inspirar-se às fontes mais puras do amor pátrio e do altruísmo para enfrentar os perigos que ameaçam as conquistas dos antepassados, que se sacrificaram para esses grandes ideais.

Uma ameaça terrível paira hoje não sobre este ou aquele país, mas sobre o mundo inteiro. Partidos e governos que, sob a máscara da novidade, escondem o mais feroz reacionarismo contra todos os princípios de liberdade e de independência dos povos e das nações, tentam, de armas em punho, impor o seu domínio às nações civilizadas que, à custa de sacrifícios seculares, conquistaram a própria independência. Parte da Europa, os países mais civilizados, já estão submetidos a esse regime de reação e de absolutismo. Itália, França, Bélgica, Dinamarca, Noruega, Tcheco-Slováquia, Áustria, Iugoslávia, Grécia, deixaram de ser nações livres e independentes, para se tornarem terras de conquista dos regimes totalitários, os quais, não satisfeitos ainda, estendem as suas ambições aos outros continentes, sobretudo a esta América, berço da moderna democracia. Os piratas do "eixo", de fato, já estão infestando as costas orientais do novo continente com os seus submarinos, e estão afundando os navios das nações americanas, em primeiro lugar os do Brasil, pelo simplés motivo de ter esta grande nação proclamado a sua fé nos princípios da democracia e da liberdade.

Poderá o Brasil de Tiradentes, o Brasil da Inconfidência, o Brasil de tantas revoluções realizadas para a conquista da própria liberdade, permitir que tamanhos crimes se cumpram sem reação?...

A palavra do seu governo e, mais que a palavra, os fatos, já deram a resposta, clara e insofismável: — O Brasil está com a Liberdade e pela Liberdade; com a Democracia e pela Democracia.

A minha presença nesta tribuna, hoje, significa com a maior clareza, que a Itália, a verdadeira Itália, a Itália do povo livre, do povo honesto e trabalhador, do povo da oficina como da cátedra universitária, a Itália livre, em suma, não a Itália escravizada ao "eixo", está ao lado do Brasil e das Democracias para o triunfo da independência e da liberdade dos povos.

São Paulo antigo (*) (1882-1886)

AFONSO JOSÉ DE CARVALHO

Minha presença neste ambiente de mocidade e viço há de dar-vos a impressão de um flagrante contraste. Vosso grémio possui uma alma juvenil que deseja naturalmente ouvir palavras de atualidade lançadas para o futuro, enquanto que minha voz ressoará no ambiente como éco do passado, a percorrer as eiras florejantes de vossa amavel companhia. Mas assim o quisestes, e eu vos agradeço muito, pois me permitis a ilusão momentânea de um remoçamento, ao menos enquanto aspiro a fragrância de vossa boa vontade no ouvir o velho conterrâneo sobre cousas de nossa terra e de nossa gente.

Falar de aspectos paulistanos de cincoenta e tantos anos atrás, como é de meu intento, importa em trazer à tona velhas cousas submergidas. E logo se me afigura que me perguntareis, vós, os moços, como podia a Paulicéia de outrora viver sem o cinema e sem o rádio, sem automoveis e sem os grandes mananciais d'água, sem energia elétrica e sem os viadutos, sem "football" e sem os estabelecimentos modernos de ensino, sem os atuais melhoramentos da imprensa e sem os complexos recursos que, numa palavra, denunciam a grandeza moral e material de nossa formosa capital. E a resposta constituirá naturalmente o assunto de minha desprentenciosa palestra.

Em 1882 começava São Paulo a colher os primeiros frutos da árvore plantada anos antes por João Teodoro Xavier e conservada por seus sucessores no governo da Província. O casulo hispido agitava-se, na transformação trepidante da crisálida. Prosperidade relativa, sem dúvida, e ainda vagarosa. Rolavam

(*) Conferência pronunciada no "Clube Piratininga", em 19 de novembro de 1936.

ainda lentamente pelas ruas centrais os bondinhos toscos de tração animal. A instrução pública primária permanecia rotineira e falha. E a cidade não se libertara ainda dos anúncios de negros foragidos, nem dos boeiros infectos, nem dos entrudos perigosos de março, nem dos rojões e buscapés do mês de junho. Ainda em pleno largo da Sé, no sábado de aleluia, os garotos atroavam os ares com uma gritaria infernal, interrompendo o trânsito a malharem o judas despencado do alto da torre secular. Mas a imprensa e outros fatores iam desbastando as arestas do viver, desentorpecendo as juntas e reajustando as rodas nos eixos da Civilização. Porisso mesmo o beatério perdia o carrancismo dos tempos da mantilha e a maçonaria, por sua vez, se aquietava um pouco, já morta a questão religiosa do tempo da prisão dos bispos. E já os habitantes começavam a edificar nos bairros, empregando melhor as suas economias e compreendendo que a cidade não cabia mais nos âmbitos do planalto e que as terras além do centro se ofereciam solícitas com promessas de prosperidade e conforto. Não obstante São Paulo era ainda relativamente bem pequeno. A população embora acrescida não ultrapassava em 1882 de 35.000 almas. Nas novas plantas a cidade perdia a configuração de pequeno polvo com o corpo formado pelo triângulo central e tentáculos representados por alongadas e raras ruas que levavam às saídas para o sertão, e ia adquirindo o aspecto de uma teia de aranha, pelo ligamento das ruas em torno do núcleo central. Mas a verdade é que ainda em 1884 os limites da área habitada não passava do largo do Arouche, do largo dos Guaianazes, e mal tocavam no Convento da Luz, na Estação do Norte, na curva final da rua da Glória, e estacavam na rua do Riachuelo, por trás da Academia, e na igreja da Consolação, em frente o último ponto de bonde, como se os fiéis e os passageiros temessem enveredar pelo caminho vermelho e barrancoso que levava ao cemitério municipal. Um chacareiro da rua do Triunfo levou à imprensa, em 1882, uma queixa contra indivíduos que caçavam, dizia ele, nas matas da vizinhança. O bairro do Chá se considerava ainda um bairro novo e perigoso, cujos moradores (assim se expressava a "Província de São Paulo") eram teimosos e destemidos, pois se atreviam a edificar e a residir entre tiros e desordens das imediações. Em 1885 a "Gazeta do Povo" noticiava ironicamente que no largo Sete de Abril a mata crescia soberbamente à lei da natureza "demonstrando a fecundidade do solo americano". Enfim a aglomeração de casas só existia nos cinco únicos distritos de então, que eram o norte e sul da Sé, a Santa Ifigênia, o Brás e a Consolação. Não podiam deixar de ser pobres as rendas fiscais, e o eram efetiva-

mente, pois o município arrecadava apenas 230 contos de réis, quase mil vezes menos o valor atual, sabido que o orçamento de hoje quase ultrapassa a cifra de 220 mil contos. A escassez do erário não impedia entretanto o movimento contínuo progressivo, e posso garantir-vos que a Paulicéia não padecia de mau humor. A pecha de povo macambúσιο que lhe atiravam os de fora carecia de justeza. Sem dúvida que, comparado com o povo carioca de grande e excepcional expansividade, poder-lhe-ia caber o conceito de algo reservado nas discussões, nos colóquios em geral. Isto mesmo, porém, se entenderia em termos. Nada de confundir lealdade com rudeza, nem singeleza de maneiras com ausência de sociabilidade. Um sorriso lano e acolhedor vale mais às vezes que abraços espalhafatosos. Uma hospitalidade simples e sincera vale tanto como uma grande recepção com arcos de triunfo. O povo de Amador Bueno, contente em seu planalto, jamais descreu do próprio valor, e não desanimou jamais, porque nunca lhe faltaram as qualidades primaciais garantidoras de êxito e que eram, como serão sempre, os sentimentos de uma piedade saudavel, sem artifícios, de uma hospitalidade leal, sem expansões rumorosas, de um gosto cultural artístico sem dissimulação, de um respeito ao princípio de autoridade sem subserviências, e, sobretudo, (segredo da virilidade de Piratininga) o árdego amor ao trabalho e o apego a suas tradições cívicas, pela consciência do destino histórico de seu torrão natal. E nem é verdade que pelo ano de 1882 houvesse casmurrismo nos hábitos do paulistano. Dizia então, é certo, o viajante Junius que o Dr. Paulo do Vale, professor de retórica no Curso Anexo à Faculdade de Direito, era naquela época o tipo completo do antigo paulista, grave no seu fato escuro, frequentador de igrejas, respeitador das tradições, inimigo de novidades e modernismos, de teatros e modas. Mas ainda bem que se referiu a época anterior, pois na de que trato, o paulistano já não era assim, já não saía ao luar (como desenhava o Cabrião) de braço dado com a matrona, levando por diante toda a prole, a um de fundo, desde a filha mais velha até o caçula, e seguido das creoulas com um moleque desengonçado a encerrar a fila, mais o cachorrinho da casa. Em 1883 a Paulicéia já sabia divertir-se com muito gosto, em contato com a alegria dos estudantes provindos de todos os pontos do Império. Impossível guardar uma perene impassibilidade no convívio com esses rapazes, que se insinuavam na vida familiar e espalhavam por toda a parte a sua loquacidade e verve juvenil. A estroinice dos moços já não estomagava a pacatez dos velhos. E, como fator novo de bom humor, havia o lapis travesso de insignes caricaturistas, como Angelo e gostini e Huasca.

de Vergara, ou as crônicas desopilantes de revistas e jornais fluminenses e paulistanos.

Ainda em 1881 as troças burlescas de Figueiras e Raul Pompéia no "Boêmio da Academia" continuavam galhardamente as sátiras impiedosas mas hilariantes de Luiz Gama e de seus chistosos companheiros da redação do extinto Polichinelo. Quem, entretanto, desatou deveras os nervos da Paulicéia foi a Ópera Cômica, um dos mais potentes motivos do remoçamento do planalto. O riso triunfou, como numa revelação de gosto galhofeiro, com a apreciação de operetas originais ou vertidas para o vernáculo, trazidas pelos grandes empresários Jacinto Heller e Sousa Bastos, e interpretadas por uma turma jovial de artistas cômicos de primeira ordem. A música alegre conquistou a geração inteira. Sem dúvida que o dramalhão pesado encontrava ainda numerosos adeptos, lacrimosos admiradores da "Morgadinha de Val Flor" e das "Duas Orfãs", com seus grandes lances de virtude indignada e de cinismos opressores vencidos e subjugados no fim da peça. E é certo que uma suculenta ópera lírica deliciava de quando em quando amadores de apurado paladar. Mas as óperas cômicas de Lecock, de Offenback, de Suppé adaptadas a libretos em português graças a Eduardo Garrido, Artur Azevedo, Sousa Bastos e outros, assim como as produções originais do mesmo Sousa Bastos musicadas por Francisco Alvarenga e desempenhadas por artistas como Correia Vasques, João Machado, o calvo, Hermínia Adelaide, Pepa Ruiz e outros, alcançaram vitórias retumbantes no palco paulistano. Era o tempo das audições dos "Sinos de Corneville", do "Joven Telémaco", da "Grã Duquesa", da "Dona Juanita", do graciosíssimo "Periquito", delícias da rapaziada de meu tempo. Não me acuseis, senhores, de saudosista, pois eu até vos declaro pertencer ao número dos que bendizem os tempos modernos, que nos deram o cinema e nos livraram das bocas de lobo nas vias públicas e da falta de água. Mas não posso calar a verdade de que vós, os moços, desconheceis o encanto da verdadeira opereta representada em português por artistas consumados, cuja presença no palco trazia a platéia em ininterrupta emoção estética e franca e sadia hilariedade. Operetas com enredo interessante e execução magistral. E não hesito em afirmar a influência desse gênero de espetáculos, com as competências artísticas daquele tempo, sobre os hábitos da vida paulistana. Os trechos mais apreciados do "Periquito", interpretado este primeiramente por Hermínia Adelaide e posteriormente pela atriz Pepa Ruiz, viviam e vibravam nos lábios da juventude. Um de seus requêbrados tangos se ouvia de dia e de noite, assoviado, cantado, executado nas esqui-

nas, no interior das casas, nas cervejarias, nos cafés, no bonde, nos jardins, a toda hora, com ou sem violão, ao som do piano, do violino, da flauta. A febre roçou pelo delírio. Comerciante ouve que deu logo o nome de **Periquito** à sua loja de fazendas. Havia cigarros a **Periquito**, confeitos a **Periquito**, Mercadorias que nada tinham com o enredo da peça, tomaram açodadamente a denominação querida. Dois literatos, observando essa disposição popular, escreveram uma bonita paródia com o título de **Papagaio**. Mas o povo preferiu o **Periquito**, naturalmente por causa da música e dos intérpretes.

Ora, um povo que assim se entusiasmava por cousas de teatro não merecia mais o conceito de povo triste. Quando não havia companhias teatrais na cidade, o paulistano de 1882 buscava distrações em serões risonhos, reunidas as famílias amigas. Jogava-se o vispora a vintem o tento até a hora do café ou do chá, com pinhão cozido ou milho-verde, ao tempo da colheita desses produtos. De outras vezes brincava-se de prendas na sala de visitas, cantavam-se modinhas, recitava-se. As danças eram mais raras. Em compensação, uma vez começadas, prosseguiam com piano ou com alguns músicos de orquestra até o raiar do dia. Aos domingos e quintas-feiras o paulistano **perambulava** pelo Jardim da Luz, então frequentado pelo grande público, e gozava os dobrados e tangos da Banda dos Permanentes, ou subia ao Canudo, o célebre mirante amarelo de cinco andares, maravilha das maravilhas para as gentes do interior. Vir a São Paulo e não subir ao Canudo era tão extravagante como ir a Santos e não ver o mar. Havia ainda o passeio à **Ilha dos Amores**, então ainda linda, muito florida e garrida, com seus canteiros perfumados, com sua pontezinha alta e recurva, à moda chinesa, deixando lá embaixo a água clara do Tamandateí. Outros preferiam os taludes do Carmo ainda bonitos, com seus tabuleiros em forma de largas escadarias junto a recortes de relva bem cuidada e muito verde, legado de Teodoro Xavier. Outros ainda iam à Floresta, além da Ponte Grande, para os convescotes ingentes. Periodicamente vinham as festas populares, a do Pocinho, a da Tabatinguera, a da Penha, com a sua jogatina desenfreada e pancadaria de quando em quando, antes e depois da procissão. Já no mês de fevereiro começava o Entrudo alucinado, impulsivo e bravo, temido pelo Carnaval.

A essas diversões não cedia jamais terreno o recitativo o indefectível, o fatal, e que hoje até podemos chamar o redivivo. Mas naquele tempo ele era o que hoje se denominaria um caso sério, tão sério como uma epidemia. Uma coletânea intitulada "**O Trovador**", em cinco volumes, editada pela livraria Cruz

Coutinho do Rio de Janeiro, em 1876, havia inundado o Brásil de modinhas, lundús e poesias apropriadas a uma declamação com acompanhamento musical todo especial. Antes de chegarem pianos a São Paulo, o violão triunfava sem porfia, e a modinha gemia dentro de casa, ou nas esquinas, por noites de lua, a romantizar a vida, a dizer as queixas contra as ingratas e a recordar amores idos e sentidos, de que ficaram saudades chorosas. Nas varandas cheias de ouvintes, pediam as damas ao violonista, insatisfeitas sempre, que lhes cantasse o **"Anjo do céu, tu me matas"**, o **"Quero fugir-te mas não posso, ó virgem"** e as **"Lembranças de nosso amor"**. E havia embevecimento e languor. Com os pianos o recitativo propriamente dito disputou a palma à modinha, e investiu com tão forte ímpeto, que nem o molestou a onda de ridículo sobre ele despejada pelos famosos folhetins de França Júnior estampados na **"Gazeta de Notícias"** do Rio de Janeiro. Eu chamo de recitativo propriamente dito aos versos endecassílabos amoldados ao compasso de mazurca e compostos propositadamente para se declamarem com altos e baixos da voz e com intermitências de silêncio entre as **sextilhas**. Somente quem os ouviu poderá bem compreendê-los. Inutil descrever a perpetração, embora eu já o tentasse no Instituto Histórico desta Capital, ocupando-me do tipo clássico, ao gosto da **"Mulher é bela, qual não sei pintar-te"**, de autor ignorado. Felizmente, pelos anos de 1882 em diante, o recitativo sofreu uma grande evolução, mercê de acompanhamento musical do **Cântico de Boabdil** composto por Furtado Coelho para a Dalila. Então os declamadores se passaram com armas e bagagens para as poesias condoreiras de Castro Alves, abandonando o recitativo amazarcado e mecânico. Veio assim a vez do **Navio Negroiro** e das **Vozes da África** recitados com os olhos no teto e gesticulação **ad libitum**. Era então um remexer de braços, como se estes não bastassem para auxiliar a dicção. Nem todos os declamadores entretanto abusavam da faculdade. E um deles, bem me recordei, limitava-se ao gesto único de passear com a mão direita no ar, lentamente, como se tentasse em vão descerrar uma cortina pequena e invisível, a fim de olhar para o exterior. Mesmo quando se referia ao mar ou ao deserto, lá o víamos sempre a lidar com a cortininha: **"Estamos em pleno mar..."** E' certo que, finda a declamação, a Dalila ia morrendo aos poucos em pianíssimo, enquanto choviam as exclamações: **"Que beleza! Que memória! E que gesticulação!"** Atualmente, exmas. senhoras e meus senhores, volta o gosto pelas declamações. Mas apresso-me a declarar que elas oferecem hoje inéditos aspectos, que nada se parecem com os recitativos de minha adolescência.

Aos estudantes românticos muito cabia na responsabilidade por tal epidemia, porque não perdiam vasa para exhibições. E de românticos estava cheia a Academia. Não me refiro aos grandes poetas da época. Mas, ao lado de Vicente de Carvalho, Teófilo Dias, Rodrigo Otávio e alguns mais, todos no verdor dos anos e já inclinados ao parnasianismo em que vieram a tornar-se astros de primeira grandeza, versejadores havia que cultivavam o gênero lírico apaixonado, às vezes piegas. Quanto à prosa ressentia-se a imprensa acadêmica de então de certa gravidade que não condizia com a tradição dos anos anteriores. Os prosadores preferiam a política, os assuntos graves. Retraia-se a galhofa. Notava-se mesmo na imprensa dos estudantes certa decadência do espírito brejeiro, como se este quisesse repousar das sátiras estridentes do período anterior. **Cumpr**e ressaltar entretanto algumas vocações, como por exemplo a de Pedro Cardim, que, amigo da rima brincalhona, compunha, em verso, graciosos diálogos, para criticar os costumes locais. A verdade é que a alegria dos estudantes daquele tempo só se reservava para o teatro, para os saraus, para os clubes e cafês, para a intimidade das **repúblicas**. Eu, nesse tempo, estudava ainda preparatórios, e recebíamos, eu e meus condicípulos, o felpudo nome de **bichos**. Coerentemente o Curso Anexo onde estudávamos se chamava abrutalhadamente o **Curral**. Nessa dependência do Convento de São Francisco eu não podia observar bem o que se passava na vizinhança, embora me chegasse aos ouvidos vagamente a fama dos estudantes do tempo, entre os quais refulgiam talentos peregrinos. Mas, em compensação, eu conhecia pessoalmente os preparatorianos de 1882, alguns dos quais veteranos como Gomes Cardim, Vitor Airoso e Filinto Elísio, e outros mais novos, como Adail de Oliveira, Pereira dos Santos e dezenas de outros alegres rapazes. Nós vivíamos ali no Curral bem certos de nossa condição de estudantes inferiores. Mas não nos conformávamos. Os estudantes de Direito pareciam menosprezar-nos. O mesmo sucedia nos salões de baile. Nós chamávamos de baile qualquer noitada danstante desde o arrasta-pés improvisado até os mais alentados saraus. E constituia quase uma **captis diminutio** dançar com um bicho. As damas se queixavam umas às outras: — “Não houve remédio senão dançar com o bicho!” Salvo, entretanto, o caso de necessidade. Em casa de minha tia, por exemplo, esta convidava poucas famílias, mas escolhidas dentre as que ofereciam maior número de moças para as 15 ou 20 quadrilhas, que eram a dança substancial da época. Ora, acontecia que uma dessas famílias vinha sempre conduzida por uma senhora espiçada que dansava mal, mas que, em compensação, trazia um

contingente de cinco ou seis sobrinhas gentis e peritas. Uma garantia, sem dúvida; mas com este tropeço: a velha fazia questão fechada de dansar também todas as quadrilhas. Uma só vez que se esquecessem dela, erguia-se imediatamente da cadeira, num repelão, e lá se ia embora para casa, arrastando as donzelas e produzindo na sala um desfalque sensível e desastroso. Então conciliadora e prudente, minha tia nomeava uma turma de bichos encarregada de revezar-se para dansar com a velha. Para isso nós servíamos. E, graças à nossa abnegação, o baile prosseguia desassombradamente até o nascer do sol.

Os bichos de meu tempo eram aliás muito afoitos. Vivíamos em grande agitação, aspirando muito. Metíamos-nos a literatos e chegamos a organizar um vigoroso clube sob a invocação do professor Galvão Bueno. E exibíamos um estandarte. Não contentes fundamos um periódico de grande formato, cheio de pretensões em prosa e em verso. O poeta Silva Braga, o Braguinha, baixinho, magro e feioso, pedia, em sonetos, beijos à namorada. E nós outros lançávamos artigos de légua e meia, discutindo a filosofia de Aristóteles e comentando a invasão dos bárbaros ou a influência da cavalaria medieval sobre as sociedades modernas. Eram terríveis os bichos. Brigavam de vez em quando, com assomos às vezes cavalheirescos. Um deles desafiou a outro para uma luta corporal no largo da Bexiga. Para lá rumou a bicharada como testemunha. E, depois de muito se esmurra-rem e de rola-rem pelo chão, foram os duelistas separados pelos colegas e trocaram o aperto de mão da paz. Os professores não escapavam. Um de nós certo dia em plena aula de filosofia, interpelou o dr. Lapa Trancoso, travando com ele o seguinte curto diálogo:

- Peço a palavra à ilustrada Cadeira.
- Tem a palavra o ilustrado Banco.
- Ontem a ilustrada Cadeira esposou uma doutrina, e hoje esposa outra. Donde eu tiro a conclusão que a ilustrada Cadeira é contraditória consigo mesma.

O professor Trancoso era prudente e sagaz. E respondeu pachorrentemente:

- O ilustrado Banco está enganado. Eu expús várias doutrinas e opiniões sobre o assunto, sem esposar nenhuma delas. Mas o ilustrado Banco não entendeu, donde eu tiro, por minha vez, a conclusão de que o ilustrado Banco é de pedra e não de pau.

Um outro bicho, hoje tabelião de grave aspecto, não gostava do professor dr. Francisco Aurélio, por ter sido reprovado no exame de aritmética. E, repetido o exame, tendo-lhe perguntado

o ilustre professor qual o motivo de designar-se uma raiz quadrada escrevendo-se um número à direita de outro, respondeu com ênfase:

— Por prevenção.

— Por prevenção! exclamou o examinador.

E o bicho muito sério, muito firme:

— Sim, senhor, por mera prevenção.

O dr. Francisco Aurélio não quis insistir. Mandou que ele se retirasse e deu-lhe um simplesmente.

No dia seguinte dizia o rapaz aos colegas:

— Bem percebi que ele me queria reprovar. Mas não teve coragem diante da minha “mera prevenção”. Ele viu que a assistência ficara impressionada, a supor que eu estava preparado na matéria.

Em geral eram os preparatorianos de condição modesta: os pais não tinham grandes posses. Mas também no curso superior minguavam os argentários. Sirva de exemplo um conhecido meu, o Francisco Paiva, ou Chico Paiva, como seus colegas o chamavam. Esse, que alcançaria posteriormente altas posições sociais, como senador e vice-presidente do Senado, passava com a **reles mesada** a que alude a canção “**Triste vida do estudante**”. E possuía uma cama desconjuntada, que, para manter-se de pé, necessitava de amarração com cordéis nos pontos mais fracos. Se um colega o visitava, entrava no quarto e se dirigia para o leito, o Paiva o detinha numa aflição:

— Não vá sentar-se aí! bradava. A cama tem um segredo que só eu conheço.

O segredo era o barbante.

O paulistano, ao que parecia, não nadava em dinheiro. A grande faina industrial ainda estava por vir. Mas a cidade ia vivendo, ia progredindo, ia divertindo-se, tendo, como poder regulador de sua atividade, o seu tradicional sentimento de solidariedade e justiça. Mediatemente, através da imprensa, ou imediatamente, por ação direta, fiscalizava a ordem pública. O policiamento se efetuava por soldados denominados “**urbanos**” que o povo, em sua ogeriza contra eles, por maltratarem os presos na rua, chamava de **urubús**. Em falta de carros de polícia, desordeiros e ébrios tinham de seguir para o xadrez entre dois ou mais guardas. O desordeiro resistia, o ébrio gritava. Daí os safanões. O povo lançava imediatamente o seu protesto: — “Não pode! Não pode!” E via-se então o espetáculo curioso de seguirem os presos levados pelos guardas, e seguirem estes escoltados pela multidão, que não admitia brutalidades pelo caminho. E agora notai: esse mesmo povo que implicava com os

“urbanos” foi o que certa vez, havendo um destes revelado intrepidez no apagamento de um incêndio, reclamou pela imprensa uma gratificação para o herói. A justiça antes de tudo.

Os incêndios forneciam efetivamente oportunidade para a coragem e a grandeza da alma popular. Em falta de bombeiros cabia à guarda urbana e ao povo a extinção do fogo, por meio de baldes d'água. Para isso acorriam solícitos os pipeiros ao primeiro sinal de alarme. Davam rebate os sinos mais próximos ao local do sinistro. Depois o toque se generalizava. Uma tabela publicada por editais regulava os alarmes de incêndio. Dava-se primeiramente uma badalada, seguida, meio minuto depois, de 15 outras badaladas aceleradas; e assim sucessivamente até quatro ou cinco repetições. E o povo saía imediatamente a correr, em busca do incêndio. E vinham daí os atos heróicos, a que a escassez de água emprestava mais merecimento e vulto. Logo se esgotavam as rotundas pipas, que forneciam água à população a dois vintens o barril. Dessa falta d'água resultava a angústia para a higiene citadina antes de generalizado o serviço da Cantareira. Banho confortável somente o forneciam as duas casas de banho da época: a da **Ilha dos Amores** sobre o Tamanduateí e a da **Sereia Paulista** na esquina do largo de São Bento. Dentro de casa, nas famílias da classe média, o banho se fornecia em bacias redondas de todos os tamanhos, sendo aplicada a água ao corpo de maneira homeopática, aos punhadinhos, regradamente, a-fim-de que não se prejudicassem os direitos do pote e da cozinha. Daí ainda como consequência, nas épocas da seca e de grandes calores, o surto de epidemias para rude castigo da população.

Conhecida a falta do precioso líquido, facilmente aquilatareis o grau de loucura da Paulicéia em manter o costume tradicional do Entrudo, com desperdício d'água, como se o povo tivesse um chafariz à disposição em cada rua. O Entrudo era então a paixão de molhar, o delírio da alagação, a folia das laranjinhas de cera, das bisnagas, das seringas, dos baldes, sem que ninguém cogitasse de possíveis constipações e pneumonias. No ímpeto da brincadeira esquecia-se por vezes o Carnaval. Em 1884 a “**Gazeta do Povo**” rogava aos jogadores de limões de cheiro se abstivessem do folguedo **ao menos** durante a passagem dos préstitos carnavalescos, a-fim-de que as famílias pudessem permanecer à janela. Essa incontida orgia das águas, pelos meses de fevereiro e março, perdurou até os últimos anos do século passado como um protesto solene contra quem quer que julgasse melancólico o povo paulistano.

Grave e séria, sim, mostrava-se a imprensa diária no orientar a opinião pública, o que não lhe impedia entretanto, de quando em quando, um traço de bom humor. Numa Semana Santa,

havendo um edital, sem motivo para tanto rigor, proibido o trânsito de veículos pela cidade, a sisuda “**Província**” consultou o chefe de polícia se seria pecado andar de tálburi. Troçava com o Clero e com os santos. A propósito de um cometa cujo aparecimento coincidira com as festas de São João e também com certos distúrbios, perguntou o noticiarista qual dos dois influira mais no barulho: o cometa ou o santo? Noticiando a prisão de um gatuno pilhado em flagrante delito de furto de um cobertor de lã, o jornal lançava um trocadilho, dizendo que o gatuno fora buscar lã e saíra tosquiado, porque no xadrez fazia um frio de rachar. Reclamando da Câmara Municipal contra a grade de um boeiro, que já ocasionara a queda de transeuntes, rogava uma praga contra os vereadores: — Deixem estar, exclamava, que um deles há de levar boléu!

As piadas frequentes contra o Clero me sugerem indagar convosco se a aceitação que logrou em São Paulo a série de revistas anticlericais desde 1876, os ataques da imprensa maçônica chefiada no Rio por Saldanha Marinho, influíram ou não nos hábitos e costumes paulistanos. E a meu ver a afirmativa, se impõe. Depois de 1881 aparecia a comunhão social sem certos defeitos que assinalaram a intolerância de tempos anteriores. O lapis e a pena haviam golpeado, é certo, a devoção, produzindo uma crise muito séria. As almas timoratas, que já se haviam escandalizado com a prisão dos bispos de Olinda e do Pará, não sabiam, depois, compreender uma união da Igreja e do Estado em que se permitiam malcriações pela caricatura e pelos jornais, contra cousas por tanto tempo intangíveis e veneráveis. Parecia-lhes um sacrilégio. Para outros o prestígio das pompas religiosas baqueava. Desfazia-se o encanto para eles. Mas com a depressão exterior coincidiu algo de melhor na substância da vida religiosa. Se por um lado se coíbiavam os exageros do beatário acrisolava-se por outro o sentimento da piedade cristã. À maneira do que sucede com o fenômeno da condensação das nebulosas, a devoção paulistana, após a questão religiosa e a consequente campanha anticlerical, ganhou positivamente em qualidade o que perdera em quantidade. À simples religiosidade das massas sucedeu o acendrado credo no coração dos verdadeiros crentes. Devo entretanto assinalar a irreverência de muitos e o indiferentismo de outros ante as práticas litúrgicas. A imprensa anticlerical não perdia ocasião de molestar os representantes do Clero, zombando das solenidades religiosas ou comentando asperamente acontecimentos sem importância. Eu poderia apresentar-vos numerosos exemplos. Mas apenas lembrarei aos velhos paulistanos que me ouvirem a falta de compostura de muitos rapazes daquele

tempo durante os atos religiosos, a reclamarem por vezes a reprimenda enérgica dos vigários. Erra porisso mesmo, quem supõe existir na atualidade menos devoção que outrora. Com raras exceções a capital paulista daquele tempo parecia bracejar numa onda de ceticismo e incredulidade. Aos domingos iam os moços à missa conventual do Páteo do Colégio, não para rezar, e sim para ouvir trechões de ópera, que eram executados com bombo e pratos pela banda do Corpo de Permanentes, numa atroada propagada ao longe, pois se ouvia até a rua da Imperatriz, que é a nossa atual 15 de Novembro. De outras vezes aglomeravam-se rapazes nos gradís laterais da igreja da Sé para namoros bravios, com grande correspondência de olhares, por entre os rolos de incenso. Hoje, ao contrário, quem entra numa igreja, moço ou velho, vai disposto a orar contritamente, ou a cumprir, respeitoso, o dever homenageante para com um amigo ou para com a memória de um morto. Consolava entretanto aos velhos guardadores das tradições religiosas a reação de uma parte da mocidade acadêmica na imprensa da Faculdade. Era um bravo regimento em torno do lábaro da Fé, enquanto iam passando os demolidores. Por esse tempo irrompiam por São Paulo as idéias positivistas. Miguel Lemos iniciava no teatro São José uma série de conferências, dando, em 1881, ensejo ao "Boêmio" para desenharem o respeitável público a ouvir o conferencista por um fone ligado ao ouvido direito e a escutar por outro o dr. Sá Benevides, lente ultramontano de Direito Constitucional, enquanto Satanaz, de chavelhos, o puchava pela sobrecasaca na direção do teatro, e um sacristão de outro lado badalava uma grande campainha, indicando a cátedra do intransigente professor. Para mais atribulação do Clero, festejou-se com pompa desusada o centenário do marquês de Pombal e intensificou-se a propaganda republicana, em que oradores árdegos bramavam na tribuna e na imprensa contra a união da Igreja e o Estado. Abalava-se o edifício da Monarquia. Manifestações populares celebravam com estrondo a eleição dos representantes do credo democrático e a data de Sete de Setembro passava na cidade sob o frio glacial do indiferentismo popular.

Recrudescia a febre do desrespeito a tudo que se ligava a pragmáticas imperialistas. E toda a gente comentava a transcrição da notícia brincalhona de um jornal carioca a referir que na lista dos visitantes de sua majestade imperial, em dia de grande recepção e gala, figuravam pomposamente o sr. Marquês Mastodonte e o sr. Conde Rinoceronte. Ruíam tradições. Mas as qualidades raciais não se abalavam jamais no coração do povo, como por exemplo, a cordura a sensibilidade pelo sofrimento alheio. Por ocasião de uma das grandes secas do Ceará ninguém

negou o seu óbolo. E, tendo vindo a São Paulo uma turma de flagelados, toda a gente acudiu ao local do seu alojamento a levar-lhes o necessário conforto. Em 1885 um terremoto infelicitou a Andaluzia. São Paulo não ficou indiferente. Uma colossal quermesse encheu de povo o Jardim Público, em prol das vítimas da catástrofe. Causou sensação a barraca das nações a cargo de damas excelentes das colônias francesa, alemã e italiana. Tanto ou mais bela estava a barraca da Imprensa a cargo das senhoras Olímpia, Henriqueta e Francisca Azevedo Marques, Cristina Navarro de Andrade e a esposa de Léu Fonseca, redator do "Diário Mercantil". Distribuiu-se um jornal com o título "São Paulo Andaluzia" e tudo foi brilho e munificência de grandes efeitos. Já vos disse a espontaneidade dos socorros levados aos prédios incendiados. Mais impetuosa ainda que as labaredas, se propagavam as idéias humanitárias. Procedia-se ao arrolamento dos mendigos, criava-se o Asilo da Mendicidade, e, semelhante a um vendaval, perpassava o movimento abolicionista, a verberar pela Imprensa o castigo imoderado infligido aos escravos, ao passo que acoroçoava a prática das manumissões. Os poderes públicos já permitiam as representações da Cabana do Pai Tomaz, e o povo, aquí e alem, vaiava os capitéis do mato condutores de negros fugidos acorrentados. Cumpre lembrar, aliás, que, em São Paulo, com lamentáveis exceções, nunca se usou contra os escravos o rigor extremista cruel de que dão notícia as crônicas dos latifúndios espanhóis ou anglosaxões. Havia aquí, para amenizar a sorte dos infelizes africanos, a boa índole de nossa gente, que abarrotava o teatro nas festas beneficentes e protegia com flores, dinheiro e aplausos generosos, um cego pianista que por esse tempo aquí apareceu; bondade abnegada como a do Barão de Ramalho, que mandava prender o cão de fila para que não mordesse os peraltas das redondezas, denunciados pelo hortelão como depredadores das frutas de seu pomar; bondade admirável como a do Padre Chico de Paula, que não conhecia a palavra **não**, quando se batia às portas de sua benemerência, alma de arminho desdobrada em fulgores de caridade cristã, verbo de luz na tribuna sagrada, para que não se apagasse o lume da fé no coração dos filhos de Piratininga.

E o que vivia também radicado no coração paulistano era o seu zelo pelas cousas de seu torrão natal. Não consentia que o menosprezassem. Certa vez uma turma de rapazes da Escola Politécnica do Rio de Janeiro visitou São Paulo. Compunham-na moços muito distintos. Mas alguns deles, mal avisados (e isso acontece em todas as agremiações de moços) entenderam de, passeando pela cidade, criticar em voz alta as nossas deficiên-

cias, rindo-se e brincando. Pareceu ao paulistano que eles nos tratavam como cidade conquistada. Comentários surgiram, acerbos e indignados. E, no primeiro domingo, reproduzindo-se no Jardim Público a atitude imprudente daqueles estudantes, um grupo de populares arremeteu contra eles e positivamente os expulsou daquela estância. Imaginae o escândalo. Noticiou-se o caso, houve protesto. Um lente da Escola tomou as dores pelos rapazes, a imprensa tratou de acomodar as cousas. Mas o desagravo ficou. De outra feita uma companhia lírica, destinada a vir trabalhar no Teatro São José, anunciou um repertório donde não constava entretanto nenhuma das óperas de Carlos Gomes. O paulistano viu nisso desaforo. Comentou-se muito o caso, a imprensa reclamou e nós ouvimos o "Guarany" magnificante do glorioso maestro campineiro. Em matéria de teatro e música o entusiasmo não recusava briga. No teatrinho da rua da Boa Vista, ao tempo em que se denominava **Ginásio Paulistano**, uma troupe de variedades alcançou grande êxito, graças a duas atrizes francesas, Blanche e Richard, cujos admiradores tornavam dois partidos, o das camélias brancas e o das camélias vermelhas. E o palco juncava-se de flores toda vez que as divas apareciam em cena. Mas foram suores para os mantenedores da ordem. Comentando o sucesso dizia um jornal achar aquilo muito bonito, mas que o espetáculo nada tinha de paulistano.

Sobre o **paulistanismo** dos moradores do planalto naquele tempo, cumpre reconhecer-lhe um significado amplíssimo, compreensivo da simpatia por quem quer que se identificasse com os interesses de São Paulo. Ele não distinguia nacionalidades e regiões, porque pretendia ver um paulistano em todos os moradores da cidade. Era já o fenômeno da assimilação. Assim, o **Clube Paulista**, fundado em 1881, possuía em sua diretoria um estrangeiro. Entendia o nativo que o forasteiro se paulistanizava. E eu creio que essa idéja de força absorvente constituía mesmo um dos grandes fatores de nossa prosperidade e de prestígio na comunhão nacional. Empresa em que entravam pessoas nascidas ou não em terra paulista, se a ela prestava serviços era empresa paulista. E porisso mesmo a "**Província**" podia noticiar, vitoriosamente, que vários cavalheiros, sem lhes indagar da procedência, haviam contratado com a companhia lírica Ferrari a volta da empresa para o ano seguinte, e concluía com estas palavras: "Parece pois que nós, paulistas, devemos felicitar-nos por esse resultado que nos coloca a par das grandes cidades do mundo civilizado quando temos uma população estimada apenas em 35.000 almas". E aí tendes, senhores, porque nos chamam orgulhosos. População de 35.000 almas possui hoje muita cidade sertaneja. E já a nossa imprensa da época empurrava São

Paulo para o convívio dos grandes centros mundiais. Como todos os caracteres fortes e honestos não duvidava o paulistano da estima que lhe votavam os forasteiros aqui chegados de qualquer procedência. Leal e sincero abria os braços a todos que o procuravam e nunca estabelecia diferenças de povo a povo na colaboração do trabalho. Desde os mais altos cargos da administração até os mais modestos empregos, as portas se escancaravam para todos as competências. Cercava porisso mesmo de respeitosa deferência todos os presidentes que nos enviava o poder central, provindos de todas as partes do Brasil. Sirvam de exemplo, em 1880 a 1885, o gaúcho Florêncio de Abreu, o pernambucano Soares Brandão, o paraense Barão de Guajará e o baiano Almeida Couto, aos quais todo o paulistano fez justiça reconhecendo-lhes o mérito. Era assim a Paulicéia uma energia confiante e calma, uma lealdade que se entregava de coração aos que a procuravam, lealdade sem fronteiras, e, ao mesmo tempo, um sentimento sereno de justiça, para mandar colocar sobre o fêretro do presidente Sebastião Pereira uma coroa em cuja fita se liam apenas estas eloquentes palavras "**Homenagem à virtude**", e para acompanhar ao último jazigo, num caudal imenso de povo, o corpo morto de Luiz Gama, em plena vigência do elemento servil, pois apenas se lembrava de que o preto que tombara fora uma genialidade insigne apaixonada pelo resgate dos filhos da própria raça escravizada.

Sério nos negócios, o paulistano custava a desconfiar. Mas se a dúvida lhe penetrava no espírito, dificilmente retornava a confiança. Após a quebra fragorosa do Banco Mauá, dizia-se, é que o paulistano começou a construir nos bairros, derivando para aí as suas economias. Não quis mais saber de depósitos. E de mil circunstâncias transparece a sua lealdades nas transações. O comércio bem o sabia. Porisso mesmo adotava o sistema do preço fixo. O que custava meia pataca na **Loja dos Três Irmãos** da Travessa da Sé, meia pataca lhe pediam no **Novo Mundo** da rua da Imperatriz. Não duvido entretanto que houvesse exceções, pois do contrário não haveria necessidade para os proprietários da loja de fazendas "**Porta Larga**" da rua do Imperador em anunciar como o fizeram, pelo Almanaque Lisboa, a fixidez do preço de suas mercadorias, em alviçareiras quadrinhas, uma das quais dizia assim:

Para a nossa freguesia
A verdade é uma só,
Pois assim nos ensinava
A defunta nossa avó.

E era mesma uma só, até para os aguadeiros, quando vendiam as suas águas das pipas a dois vintens o barril, antes da generalização do consumo d'água da Cantareira. Costumavam deixar um barrilzinho sob a torneira, a encher-se devagar, enquanto eles iam despejar outro no interior da casa. E traçavam a carvão na parede, cada dia, tantos riscos verticais quantas as vasilhas despejadas. No fim do mês multiplicavam os riscos por 40 réis, e estava feita a conta, e nem o aguadeiro temia um apagamento de traços, e nem a freguesia receava um acréscimo de riscos de carvão.

Com esse temperamento e hábitos prosseguia a vida paulistana esperançadamente, não obstante lamentáveis anacronismos, entre os quais o ensino cantado nas escolas primárias intermeado de castigos corporais. Havia mesmo professores que tomavam nota num papel do número de bolos que cada vadio teria que sofrer, e deixavam o castigo geral para o fim da aula. E logo que o relógio marcava o fim das tarefas, o mestre procedia a chamada das vítimas, e começavam as palmatoadas, recebendo cada qual o seu quinhão. Depois de bem apanhar e gritar, punham-se todos de pé, e rezavam em voz alta um Padre Nosso e três Ave-Marias, em ação de graças. Felizmente já de colégios excelentes, como os de Rangel Pestana, Abílio Borges, Vicente Mamede, Moretzson e outros ia transparecendo o moderno sistema de ensino, que deveria um dia generalizar-se e que hoje enobrece a instrução pública em nosso Estado. Além disso a instrução superior na Faculdade de Direito ostentava iluminados professores, que abrilhantavam o ensino e mantinham o prestígio das tradições de cultura. Na cidade abriam-se novas livrarias. Já em 1876 viera ajuntar-se ao Garraux a livraria Teixeira, depois a Dolivais e outras que logo surgiram. Ideologias novas apareciam, fundações novas como o Centro Abolicionista, o Liceu de Artes e Ofícios, novos diários e periódicos da imprensa, como o "Ipiranga" de Pelino Guedes, o "Diário de São Paulo" de Leite de Moraes e Augusto de Queiroz, a "Gazeta Liberal" de Correa Júnior, o brilhante "Diário Mercantil", e o desde logo acatadíssimo "Diário Popular" de José Maria Lisboa e Américo de Campos desligados da "Província de São Paulo" em 1884. Começou-se a pensar melhor no valor dos homens públicos paulistas. Por proposta do vereador Manuel Lopes de Oliveira, resolveu-se erguer uma estátua ao padre Feijó. Iniciaram-se as grandes reuniões abolicionistas e republicanas. Estrangeiros, acreditando já nas fortes possibilidades paulistanas, empregavam seus capitais em prédios pelos bairros, os alemães em Santa Ifigênia, os portugueses por toda a parte. No teatro S. José do largo da Assembléa reuniram-se os italianos

sob a presidência de Domênico de Luca e acordaram, entre outras resoluções, não se imiscuir na política do Brasil e obter terrenos para grupos coloniais agrícolas, criar associações destinadas à fundação de estabelecimentos comerciais. Inaugurava-se a exposição organizada pela Associação Comercial Agrícola, assim como as obras do Ipiranga. Jules Martin assinava solenemente o contrato para a Construção do viaduto do Chá cuja lenta gestação entretanto só deveria produzir resultado após o novo regime político, prenunciado pela formidável manifestação de apreço recebida por Prudente de Moraes eleito deputado republicano à assembléia geral. Era o progresso real de São Paulo que estava batendo às portas do tempo.

Aquí me detenho. Mas deixai-me dizer-vos ainda que se algum de vós quiser visitar o largo Alexandre Herculano, ao lado da rua Sebastião Pereira, desta capital, aí verá, em meio da praça, uma estatueta de ferro, a representar um pagem medieval, em posição de descanso sobre uma perna, a mão direita sobre o quadril onde aperta um punhal, enquanto a outra segura uma esguia haste do mesmo metal. A figura sofreu a ação da intempérie, e tem a blusa toda esverdeada o gorro encardido, as pernas escamadas, esfoladas pela oxidação. Mas se o curioso perguntar ao pagenzinho que significa a sua presença naquele local, poderá ele, se puder falar, responder o seguinte: "Jovem paulistano que me visitas, bem vejo que me julgas velho e imprestável na sordez da minha blusa, e nem sabes porque me puseram aquí. Pois fica sabendo: eu sou a testemunha sexagenária do teu esforço. Eu contemplo a tua cidade desde o tempo em que eu estacionava à entrada da Ilha dos Amores na Várzea do Carmo, a sobraçar esta mesma haste, que naquele tempo estava encimada por uma lâmpada de gás. Nas noites desse tempo eu alumia-vá os canteiros lindos e mais os passeantes da *urbs*, todos orgulhosos da minha mocidade, que era a mocidade deles. E eu vi todas as etapas do progresso da Paulicéia, assistí às revoluções e aos combates, e eu mesmo sofri, após o desaparecimento da Ilha, como me removerem de um lado para outro. Ninguém sabia como desfazer-se do antigo pagem, até o dia em que me puseram aquí, nesta área pequena e secundária, meio envergonhados quem sabe de minha pobre aparência. Mas não debes desprezar-me ó passeante, a mim que estou contente de tuas vitórias. E demais repara em minha face. Ela é ainda jovem sob a injúria do tempo. E tu poderás ler em minha fisionomia que eu tenho a alma sempre nova do paulistano de outrora. Considera que eu hoje represento a tua perseverança vencedora. E convence-te de que todos esses arrojós arquiteônicos, todos esses arranha-céus,

todos esses penachos que se elevam das chaminés das fábricas industriais, tudo isso é, como eu, mocidade perene, organismo que não envelhece e se eterniza através das idades, é criação monumental repousada sobre alicerces inalteráveis, os do trabalho, probidade e civismo do povo paulistano.

O dr. Ricardo Gumbleton Daunt (*)

RICARDO GUMBLETON DAUNT (Neto)

Em seu programa de comemorações festivas do bi-centenário de Campinas e no qual avulta a figura do capitão-mór Francisco Barreto Leme, seu cidadão máximo, o Centro de Cultura Intelectual reservou um lugar para o Dr. Ricardo Gumbleton Daunt.

Como é do conhecimento do sr. prof. João Gumercindo Guimarães, ilustre presidente deste Centro de Cultura e a cujos esforços construtivos e patrióticos se deve a realização de brilhantes palestras comemorativas dos fastos campineiros, foi com timidez que tomei a deliberação de aceitar tão honrosa quão agradável investidura de falar sobre o meu antepassado, hoje aqui homenageado.

Temí que o culto de veneração por mim tributado à memória de meu avô, o Dr. Ricardo, traisse a imparcialidade do cronista.

Receei, mesmo, incorrer, embora involuntariamente, na mesma observação que fora feita, quando da inesquecível comemoração do primeiro centenário natalício do Dr. Ricardo, em 1918, por um letrado — filho de outras terras e que o povo generoso de Campinas acolheu — que, depois de informado do meu interesse, sentenciou: “o rapaz julga tenha sido o avô um Napoleão”.

Contudo, a-pesar-dos receios, aquí estou sr. presidente, emocionado e grato, por mim e pelos meus, para agradecer-lhe e também ao Centro de Cultura Intelectual, a finura com que se houveram neste programa de comemoração, reservando este momento para o Dr. Ricardo, cuja personalidade está intimamente ligada a um grande período da História de Campinas.

A princípio, nutria pela memória do Dr. Ricardo o que em geral sentem os netos educados no respeito pelos seus antepas-

(*) Conferência realizada no “Centro de Cultura Intelectual”, de Campinas, em 1 de dezembro de 1939. — N. da R.

sados, votando-lhes natural afeição e ternura. Com o decorrer do tempo, porem, ao ler o que dele se tem escrito e ao ouvir a narrativa de fatos da sua vida, esses sentimentos se transformaram em profunda e respeitosa admiração, em nada diferente a por vós também sentida.

No convívio social, tenho encontrado, tanto em Campinas como em todo o Estado, pessoas para as quais são bem familiares as mais curiosas tradições, reveladoras do quanto se cultua a memória do Dr. Ricardo. Ainda há pouco, perguntando a um ilustre filho de Campinas quais eram os amigos do Dr. Ricardo, respondeu-me o distinto cavalheiro: Toda Campinas.

Daí senhores, poder afirmar nesta casa: amava e venerava este meu avoengo; porem, somente aprendi a conhecê-lo e respeitá-lo como cidadão, depois que os próprios campineiros, de nascimento e de adoção, ilustraram o meu espírito com fatos concretos de uma vida dedicada aos seus semelhantes.

E que maior prova do que afirmo, senão a espontânea homenagem ora promovida pelo que esta cidade tem de mais representativo: o Centro de Cultura Intelectual?!

Bem complexa foi — e por que não dizer, é — a personalidade do Dr. Ricardo.

Duas obras publicadas condensam inúmeros dados informativos da sua vida.

Estevão Leão Bourroul, o saudoso publicista paulista, dedicou-lhe um ensaio biográfico, em cujas páginas sintetisa, em fortes traços, a origem aristocrática, a formação intelectual, as idéias político-sociais e religiosas do Dr. Ricardo, seguindo-se da sua adaptação perfeita pelas cousas e interesses do Brasil, da sua ação como médico, historiador, filantropo e cidadão.

No Livro de Ouro editado por ocasião da passagem do 1.º Centenário Natalício do Dr. Ricardo, em 1918, figuram as adesões da Excelsa Princesa D. Izabel de Bragança, a Redentora; de Jorge V, rei da Inglaterra; dos Presidentes da República e do Estado de São Paulo, respectivamente Venceslau Brás, Conselheiro Rodrigues Alves, Altino Arantes, além de inúmeras colaborações de verdadeiros expoentes dos que o País tem de mais representativo.

Na religião: Cardeais D. Arcoverde e D. Sebastião Leme; Arcebispos D. Duarte Leopoldo e Silva e D. José, Marcondes Homem de Melo; Bispos D. João Correia Neri, D. Francisco de Campos Barreto e D. Alberto Gonçalves; Monsenhores Ezequias Galvão da Fontoura, Camilo Passaláqua, Manfredo Leite e Ribas d'Ávila.

Na História, Afonso d'Escragnolle Taunay, Manuel de Oli-

veira Lima, Barão Homem de Melo, Escragnolle Dória e Max Fleiuss.

Na Genealogia: Luiz Gonzaga da Silva Leme e Luiz Porto Moretzohn de Castro.

No Magistério e nas Letras Jurídicas: Rui Barbosa, Pedro Lessa, João Mendes Júnior, Clovis Beviláqua, João Arruda, Estevão de Almeida, Reinaldo Porchat, Rodrigo Otávio, Gabriel de Rezende, Vergueiro Steidel, Rafael Correia de Sampaio, Cândido Mota, Gama Cerqueira, Brás de Sousa Arruda, Vicente de Azevedo, Muniz Barreto e Noé de Azevedo.

Nas Forças Armadas: General Barbedo e Gregório Fonseca.

Na Engenharia: Ramos de Azevedo e Adolfo Augusto Pinto.

Na Filologia: Alonso Guerra e Otoniel Mota.

Na Pintura: Benedito Calixto.

Na Ciência: Luiz Pereira Barreto e Roquete Pinto.

Na Política: Washington Luiz, Jorge Tibiriçá, Cândido Rodrigues, Cincinato Braga, Manuel Vilaboim, Antônio Lobo, Alfredo Ellis, Rafael Sampaio Vidal, Galeão Carvalhal e Alves Palma.

Na Medicina: Vieira de Carvalho e Rubião Meira.

No Jornalismo: Leopoldo Amaral Sousa Aranha, Nestor Rangel Pestana, José Maria Lisboa Júnior, Plínio Barreto e Raul Apocalipse.

Na Diplomacia: Carlos Magalhães de Azeredo e Luiz Guimarães Filho.

Na Literatura: Afonso Celso, Coelho Neto, Olavo Bilac, Alberto de Oliveira, Vicente de Carvalho, Martim Francisco, Amadeu Amaral, Adalgiso Pereira, Alfredo Pujol, O'Connor d'Arlach, Manuel Carlos, Monteiro Lobato, Rafael Duarte.

Foi, ainda por ocasião das festas comemorativas do 1.º centenário do Dr. Ricardo, que registamos a bela conferência do Dr. Edmur de Sousa Queiroz, no Centro de Ciências, Letras e Artes (1) sendo seu presidente Alberto Faria, e os formosos discursos do Dr. Joaquim Gomide, que propôs a solidariedade da Câmara dos Deputados de São Paulo como homenagem ao antigo Deputado Provincial, do Vereador Omar Simões Magro e de Oscar Stevenson, que falou em nome da mocidade estudantina, no significativo ato da inauguração de uma placa de bronze na casa onde residira e falecera o Dr. Ricardo.

Os expressivos dizeres, que ornam aquele bronze, consagram, perenemente, a memória do Dr. Ricardo e testemunham, de ma-

(1) V. "Nota" n 1

neira eloquentíssima, a nobreza de sentimentos dos campineiros, cujo culto dispensado às suas tradições e à sua história os torna cada vez mais dignos do seu passado glorioso.

Alem dessas duas importantes publicações, já não é pequena a documentação bibliográfica sobre o Dr. Ricardo, cuja relação, embora incompleta, apresentamos com o fim de constituir parte integrante deste trabalho (2).

A 8 de setembro de 1816, na antiga igreja de Humbleton, Condado de York, na tradicional Inglaterra, unem-se pelo matrimônio: Ricardo Gumbleton Daunt e Ana Raines Dixon, de 18 anos de idade e filha de Jonathas Dixon e Jane Raines.

Os cônjuges eram filhos de boas e antigas casas portadoras de títulos esclarecidos à luz de pergaminhos heráldicos-genealógicos, consoante as crônicas de documentações traçadas por conceituados linhagistas nos registos dos reis d'armas da nobreza.

Ricardo Gumbleton Daunt, com 21 anos de idade, segundo filho de William Daunt, Senhor do Castelo e domínios de Kilcascan (Condado de Cork, Irlanda) e de Jane Gumbleton, filha de Ricardo Gumbleton, do Castelo de Ricardo (tambem chamado Balligarron-Castle ou Glencairn Abbey, Condado de Cork, Irlanda) e de Elisabeth O'Connor, descendentes dos O'Connor da Casa Real de Connaught, cujo progenitor foi Brian, filho de Eschy-Moyvane, 124.º monarca da Irlanda.

Não lhe cabendo, na sucessão do Castelo que continuaria com seu irmão Joseph Daunt, o direito de primogenitura, escolheu, Ricardo Gumbleton Daunt, a carreira das armas, servindo-a com distinção no posto de Coronel.

Do casamento do Capitão Ricardo Gumbleton Daunt com Ana Dixon nasceu, a 30 de agosto de 1918, um menino, que, ao ser batizado na igreja de Humbleton recebera o nome de Ricardo, aquele que de futuro seria meu avô, o Dr. Ricardo, e para quem o Destino contemplaria com eminente e gratíssimo lugar nas páginas da história desta Campinas.

O nascimento do Dr. Ricardo coincidiu com o histórico período da regência de Jorge IV, que governara durante a demência de seu pai, época em que as instituições políticas e religiosas da Grã-Bretanha estremeciam sacudidas pelo vendaval de efervescentes lutas, visando a restituição da liberdade política-religiosa dos católicos, reclamada pela palavra e pela ação do grande tribuno Daniel O'Connell.

Muito cedo, com a tenra idade de cinco anos, o Dr. Ricardo

(2) V. "Apêndice" 1.

e seus irmãos William Haroldo e Ana Tereza se viram privados dos carinhos maternos, com o prematuro desaparecimento de sua progenitora, falecida aos 25 anos de idade, no esplendor de seus dotes de beleza e inteligência, segundo nos conta a tradição e nos revela uma carta "verdadeira jóia arrancada a suntuoso escrínio", por ela escrita em fevereiro de 1818, do Castelo de Kilcascan, a seu irmão Isaac Dixon, que acabava de tomar grau científico na Universidade de Oxford.

Os três orfãos passaram a residir perto de Londres, com seus avós maternos, e encontraram especialíssimos carinhos maternos em sua tia Elisa Dixon Barnett, mãe do General Barry Barnett, do exército das Índias, visto como o Coronel Ricardo Gumbleton Daunt se achava com seu regimento em Corfú, de onde passou para Malta.

Narremos um pitoresco fato da infância do Dr. Ricardo.

Contando cerca de seis anos de idade, deram-lhe, como meio de distração, a incumbência de cuidar de um galo. À noite, a pagem, procura o menino para fazê-lo recolher-se ao leito. Depois de muito procurar, a serviçal, solícita e aflita, dá ciência do seu desaparecimento. A aflição se comunica a todos da casa e uma busca pelo quintal e pela vizinhança foi logo empreendida.

Após muito trabalho, deparam com o menino de pé e junto a uma árvore. Interrogado sobre a razão do seu estranho desaparecimento, imediatamente replicou: que ali estava, olhando para o galo empoleirado naquela árvore, em cumprimento ao encargo que recebera!

Com a idade de nove anos, já bastante adiantado na língua latina, dedicava-se ao idioma de Homero.

Depois de um excelente curso de humanidades, que teve a burilar-lhe o viço intelectual a ajuda de seu tio-materno, o Dr. Isaac Dixon, ingressou no curso de medicina frequentando assiduamente, de 1836 a 1841, as três famosas Faculdades de Paris, de Viena e de Edinburgo, onde se laureara em 2 de agosto de 1841. Teve por mestres as notabilidades como: Orfila (Mateus José Boaventura), grande químico francês, presidente da Academia de Medicina (1851) e fundador do Museu que hoje tem o seu nome, na mesma Academia, autor de importantes obras de vulgarização, falecido em 1853; Simpson (James Young), escocês, médico da Rainha Vitória, em 1847, ano em que tornou conhecida sua importante descoberta das propriedades anestésicas do clorofórmio e sua aplicação na obstetria, foi sepultado em Westminster com funerais públicos, em 1870; Charles Bello, notável fisiologista escocês, grande cirurgião, descobridor das distintas funções dos nervos; Alexandre Monro, grande anatomista e fisiolo-

gista inglês; Tomaz Charles Hope, químico inglês, professor em Edinburgo, falecido em 1844, descobridor da estronciana (1792) e autor da inda hoje clássica demonstração do máximo da densidade da água; James David Forbes, naturalista escocês, médico do exército das Índias e da casa da rainha em Londres, ocupou-se sobretudo das formações das geleiras, tradutor e vulgarizador de importantes obras; Chomel, professor de Medicina Clínica na Academia de Medicina de Paris.

Logo depois de formado, o Dr. Ricardo, em companhia do Dr. Buckland, exerceu a medicina em Londres e pertencera, desde 1841, à Sociedade Médica de Paris, da qual fora Secretário por algum tempo.

Vamos, com traços rápidos de uma narrativa apressada, descrever uma passagem da vida do Dr. Ricardo, em que figura uma decisão muito própria dos homens que sempre viveram ao lado dos oprimidos.

A serviço do exército, achava-se na Inglaterra, acompanhando de sua família e comandando uma Companhia de Guerra, o Capitão Ricardo Gumbleton Daunt, verificando-se, nesta época, o nascimento do Dr. Ricardo.

A família, ilustre pela sua ascendência inglesa e irlandesa, tinha perfeitamente assegurado o seu prestígio social. Assim, bem razoável era, também, a sua condição religiosa, que, devido à existência de ramos ingleses e ramos irlandeses, contava com um grande número de protestantes e de católicos.

Passam-se os tempos e o Dr. Ricardo, já homem feito, assiste ao desenrolar de uma intensa luta política, cuja causa verdadeira residia na questão religiosa. Assim é que, se os católicos sofriam as mais rudes desatenções, os irlandeses católicos eram, por sua vez, tratados como verdadeiros párias.

O Dr. Ricardo, vendo e não se conformando com tamanha desigualdade, embora inglês de nascimento, por força das circunstâncias assim expostas, timbrava em ostentar a nacionalidade dos seus avoengos irlandeses, declarando-se irlandês e católico.

A prematura e repentina morte de seu irmão William Haroldo, falecido com a sonhadora idade de dezoito anos em Paris quando estudava medicina, muito e fundo golpeou o coração do Dr. Ricardo, que, também desgostoso da situação política-religiosa de sua pátria, viu, nesses fatos, as razões capitais, as justificativas da sua decisão de expatriar-se.

Partiu, então, com destino às Índias e aportou à Colônia do Cabo da Boa Esperança, onde, a 11 de janeiro de 1842, recebia do Governador autorização para exercer a medicina, em respeito à sua condição de médico.

Desistindo de fixar-se nas Índias, tomou a deliberação de vir para o Brasil, aquí chegando em 1843, e, aos 31 de agosto daquele mesmo ano, apresentou e defendeu publicamente, perante a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a tese exigida por lei, a-fim-de habilitar-se ao exercício da medicina no Império do Brasil.

Em 1844, o Dr. Ricardo esteve em Macaé, província do Rio de Janeiro, e daí, em fevereiro de 1845, se transferiu para Campinas, onde, aos 18 de setembro do mesmo ano, se casou com dña. Ana Frañcelina dos Santos Camargo, filha do prestante cidadão e senhor do primeiro engenho deitado construído em Campinas, Joaquim José dos Santos Camargo, um dos signatários das atas da Câmara na época da Independência e pessoa ligada por traços de parentesco a muitas famílias desta cidade e contava, entre seus ascendentes maiores, com figuras como as do Capitão Fernando de Camargo Ortiz, Fernão de Camargo, "O Tigre", João do Prado, João Maciel, Miguel Garcia Carrasco, João Ramalho e Tibiriçá, o chefe da Aldeia de Inhapuambuçú.

Em 1850, naturalizou-se cidadão brasileiro. Um dos seus biógrafos declarou: "o seu ardente amor pela pátria de origem não era obstáculo a que adotasse a de sua esposa e filhos. O seu coração era grande, bem podia amar duas pátrias, e a sua dedicação pelo Bem Social não tinha limites".

Elegendo uma segunda pátria e não se contentando em ser um filantropo, aliviador da miséria de tantos brasileiros, tornou-se um cidadão cujo civismo forte e esclarecido inspirara muitos de seus novos compatriotas.

Investido das prerrogativas de cidadão brasileiro, passou a exercer seus direitos sob o lema de um profundo respeito devido a tão honroso mandato.

Transferindo-se com sua esposa e os primeiros três filhos nascidos em Campinas — Haroldo, Torlogo e Fergus — em janeiro de 1851, para Itú, residiu num sobrado sito à rua da Palma.

Logo que ali se instalou, escreveu uma série de artigos tendentes a intensificar e generalizar em São Paulo a cultura do trigo, fazendo nesse sentido uma representação à Assembléa Provincial em que sugeria a nomeação de uma comissão a-fim-de examinar o magno assunto.

Objetivando uma aspiração do clero ituano, foi um dos primeiros a verberar, em 1852, junto à Assembléa Legislativa Provincial, contra o mau sistema de realização de eleições nos Templos.

As lides políticas atraíam-no.

Escolheu o partido que mais se coadunava com os seus princípios — o Conservador.

A sua condição de respeitável chefe de família, de homem de saber e de clínico dedicado e desinteressado, formara-lhe uma auréola de grande e sólido prestígio.

Com 11 anos de permanência no Brasil, 9 de residência na Província de São Paulo e, finalmente, 4 de cidadão brasileiro, tinha assento na Assembléia Legislativa Paulista, como um de seus membros.

Em disputado pleito, foi eleito para a legislatura de 1854-1855, tomando parte ativa na maioria dos trabalhos.

Pertenceu às comissões de Redação e de Contas das Câmaras Municipais e tornou-se perfeito conhecedor da legislação sobre posturas municipais, como de futuro, atestaria sua fecunda ação quando Vereador em Campinas.

Ombreava-se com o Conselheiro Carneiro de Campos, Barão de Tietê, Antônio Joaquim Ribas, notável jurisconsulto; Antônio Gonçalves Barbosa da Cunha, talento de escol e o primeiro orador daquela Assembléia; Silveira da Mota, jurisconsulto; Antônio Joaquim da Rosa, o futuro Barão de Piratininga, poeta e prosador Padre Valadão, Barão de Rio Claro; José Manuel da Fonseca e outros.

Os trabalhos legislativos corriam-lhe em meio de desusada animação, mas não isentos da crítica dos liberais, que, entrincheirados pelas colunas do jornal "O Ipiranga", lhe desferiam as venenosas farpas da oposição.

Visavam apenas o Dr. Ricardo, como figura de destaque no partido dominante, conforme nos revela Vicente de Paulo Vicente de Azevedo em valioso trabalho de pesquisa histórica.

Faziam trocadilhos: "Ricardo, nem sempre Dão-te, às vezes tomam-te".

A 4 de abril de 1855, iniciava "O Ipiranga" uma série de artigos intitulada: **Galeria Parlamentar**, por diversos escritores. O primeiro era sobre o Dr. Ricardo. "Vedes aquele homem, dizia o autor anônimo, de estatura elevada, de fronte larga e arqueada como a de Guizot, magro pelas vigílias e lucubrações contínuas, pálido como se fora a marmórea estátua da Ciência, com o nariz adunco e pontudo; verdadeiro bico de águia, os olhos azues onde luzem os raios da eloquência e onde, ao mesmo tempo, há o ligeiro sombreado da reflexão, do cálculo e da meditação profunda?... É um cenobita da Ciência, que descora sobre os livros e consome o corpo para sublimar o espírito... Ouví-o na tribuna! Como soa sua voz, eco longínquo da harpa de Erin — a esmeralda dos mares! — Em seus discursos há calma e

frieza, o argumento lógico, refletido de William Pitt Filho (com quem ainda se parece pelo ar grave, pela estatura e magreza) e ao mesmo tempo, de quando em quando, a veemência e o entusiasmo brutal, mas sublime, de O'Connell".

Faz-lhe justiça "O Ipiranga", diz o erudito cronista Vicente de Azevedo que nos revela ter sido o Dr. Ricardo redator e proprietário de um jornal "O Paulista".

"A mão estrangeira alçou-se entre nós — aparece o Paulistinha!

"É' periódico de origem inglesa, etc.

O símile não passava de uma alusão ao gesto, pois o Dr. Ricardo tinha o hábito de erguer a mão direita, em sinal de pedir atenção.

Uma vez que caricaturamos o Dr. Ricardo, conviria, desde já, apresentá-lo sob o perfil que lhe traçara Carlos Magalhães de Azeredo, embaixador do Brasil na Europa.

Para aquele fino cultor das letras e elegante figura de diplomata, que muito honrou e elevou o nome do Brasil no estrangeiro, o Dr. Ricardo reproduzia exatamente a figura de Lamartine, nos seus últimos e atribulados anos, como representa uma famosa fotografia de Nadar.

Os mesmos traços, o mesmo vestuário, menos a cartola. "Figura original, própria para gravar-se na imaginação de quem o visse, menino ou adulto. Muito alto, muito magro, cabelos brancos, nariz aquilino e predominante, a projetar-se da cara pálida, ossuda, toda raspada, grande cartola, de abas largas e retas, traje preto, de sobrecasaca, acentuando-se as arestas do corpo esguio e ascético — havia nisso o bastante para fazer dele um tipo não comum, que não era mais possível esquecer".

"Tinha no rosto enrugado, que iluminavam olhos miudos, mas argutos e imperativos, uma expressão de autoridade e bondade unidas".

Assim, o Dr. Ricardo e o grande Lamartine, considerados sócias entre si, tiveram uma passagem de interessante coincidência: no mesmo ano de 1847, ambos foram admitidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Depois desta ligeira divagação, retornemos ao nosso estudo, apreciando três atos do Dr. Ricardo como homem público.

Por sua iniciativa, foi criada a Comissão de Saude Pública.

O serviço do correio da Província também preocupava ao Dr. Ricardo. Na sessão de 18 de abril de 1857, da Assembléa Provincial, faz uma crítica do serviço postal de então, analisando sobretudo o itinerário das linhas de correio e a falta de comunicações diretas entre as localidades do interior. Isto porque tais comunicações se faziam com a capital, servindo as localida-

des intermediárias, mas quando se tratava de localidades de diferentes linhas, elas não podiam se comunicar diretamente, sendo necessário que a carta viesse primeiramente a São Paulo, para depois seguir ao seu destino. Cita, então, o caso de um ofício que, procedente de Sorocaba e destinado a Itú, gasta 10 dias, quando a distância entre estas duas cidades era de 6 léguas! Havia tal demora, porque o ofício vinha primeiramente de Sorocaba para São Paulo, numa distância de 18 léguas, e depois daqui seguia para Itú, percorrendo mais 17 léguas.

Expõe ainda o Dr. Ricardo que ao governo provincial devia também ser permitida a faculdade de organizar e estabelecer as linhas de correio pelo nosso interior.

Analisa, finalmente, a questão dos funcionários postais, quanto à sua falta de urbanidade para com o público.

Depois dessa exposição, apresenta um requerimento propondo representar-se à Assembléa Geral sobre a necessidade de reformas na organização dos correios da Província.

Completemos este tópico do nosso estudo, narrando a interferência do Dr. Ricardo no projeto de lei que tratava do Monumento do Ipiranga.

Na histórica sessão legislativa da Assembléa de São Paulo, reunida a 16 de março de 1855, constava da ordem do dia para sua primeira discussão o projeto n. 15, sobre a construção do Monumento do Ipiranga. (3)

Nessa sessão o Dr. Ricardo proferiu memorável oração, aliás oportuna resposta a um de seus colegas àquela antiga insinuação de sua condição de estrangeiro, quando disse:

“E eu também não sou brasileiro? Sou tão bom ou melhor do que o nobre deputado”.

Seu discurso encerra uma lição de história.

Impressiona pela grande elevação de conceitos.

O Dr. Ricardo considerava a estatuária como testemunho concreto dos fatos históricos. Assim, as obras monumentais, como as pirâmides, os templos, os arcos triunfais, etc. não eram meras expressões artísticas, pois na verdade, elas concretizam a história da humanidade, perpetuando a memória de um povo pela objetivação de um fato histórico.

Dai, sem dúvida, o interesse do Dr. Ricardo na ereção de um monumento à nossa Independência, fato histórico esse que ocupa, na História do Brasil, um lugar singular e impar, pois ainda é o maior entre os maiores.

Lembra a inclusão, na comissão de notáveis da terra, o nome do cônego Ildefonso Xavier Ferreira, ator real na gloriosa epopéia, pois foi o primeiro que aclamara D. Pedro I com o título de Imperador do Brasil.

Revivendo fatos e nomes do movimento das vilas coligadas a cuja frente se achava Itú, que recebeu do Imperador o título de "Fidelíssima", recorda que seria injustiça deixar no olvido cidadãos que foram deputados às cortes portuguesas e que, pelo seu nobre procedimento, contribuíram para dar alento e ânimo ao partido patriota da província de São Paulo.

Terminado o biênio legislativo, 1854-1855, o Dr. Ricardo dedica-se somente aos seus afazeres clínicos, pois que, na renovação do mandato para o biênio seguinte, apenas figurava como suplente. Entretanto, o seu repouso seria muito relativo, pois, logo a seguir, foi chamado para prestar relevantes serviços públicos na qualidade de inspetor escolar. Esta designação foi uma consequência natural da sua atuação na Assembléia, onde tratara da questão do ensino.

Como material informativo do interesse que o Dr. Ricardo nutria pela nobre causa do ensino, darei hoje a conhecer alguns tópicos da sua correspondência oficial (4) mantida com a Inspeção da Instrução da Província de São Paulo, quando, de novembro de 1855 a abril de 1857, gratuitamente exercera o cargo de Inspetor da Instrução Pública do Distrito Escolar de Itú, com jurisdição em Itú, Cabreúva, Monte-Mor e Indaiatuba.

Lendo-se aquela correspondência, tem-se uma idéia exata da razão por que Estevão Leão Bourroul, ao biografar o Dr. Ricardo, afirmou: "a sua energia, o seu talento estavam consagrados à causa nacional, ao bem público, incondicionalmente, com o sacrifício sempre de sua saúde e de sua bolsa".

Escrevendo ao Dr. Diogo de Mendonça Pinto, Inspetor Geral da Instrução de São Paulo, o Dr. Ricardo diz: "ao tomar posse do cargo, não pude por um instante hesitar em aceitar tão honrosa prova de confiança de V. S. e do Exmo. Vice-Presidente — era então o Dr. Antônio Roberto de Almeida (1855-1856) — sob pena de mostrar-me insensível àquilo que devo justamente considerar digno de subido apreço. Não obstante, pois, a posição difícil e altamente comprometedora em que me coloco, visto a minha firme resolução de dedicar-me ao cumprimento de meus deveres, resolví tomar posse do cargo".

Uma das primeiras providências tomadas pelo D. Ricardo,

(4) V. "Nota" n. 2.

consistiu na distribuição, para os professores públicos seus jurisdicionados, dos regulamentos do ensino (1851) a-fim-de que se familiarizassem com a legislação em vigor.

Dotou de livros, para a competente matrícula, as escolas do seu Distrito.

A seguir, pleiteia o aumento do estipêndio da cadeira de primeiras letras, que era de 200\$000 anuais, "para que a instrução pública pudesse contar com professores inteligentes e idôneos, de forma a poderem desempenhar seus deveres de maneira satisfatória a bem da boa instrução".

Propõe, na vaga de professor da escola da Paróquia de Ca-breuva, "que o lugar fosse preenchido pelo cidadão José de Barros Melo, pessoa morigerada e habilitada para as funções do cargo e com alguma prática de ensino, gozando ainda da simpatia que lhe tributam pessoas respeitáveis do lugar, penhor de uma coadjuvação que o facilitaria remover dificuldades criadas pelo insignificante estipêndio".

Num legítimo interesse de defesa do ensino público, o Dr. Ricardo dirige às autoridades competentes um officio "pedindo instruções sobre a latitude de interpretação do artigo 18 do Regulamento do Ensino, baixado em novembro de 1851, quanto à fiscalização de habilitações, que entendia necessária aos interesses do Estado, relativamente aos professores ou mestres que se ocupavam do ensino particular nas propriedades rurais. Constituindo a medida proposta — continua o Dr. Ricardo — uma inovação e como o povo é naturalmente cioso e desconfiado da ação da autoridade, quero proceder sobre bases sólidas e depois de maduro estudo da matéria".

Não era pequeno o número de proprietários rurais que mantinham em suas casas professores particulares e, além de muitos não possuírem habilitações para o exercício do magistério, era bem nefasta a concorrência declarada.

Entretanto, o espírito ponderado do Dr. Ricardo fazia-o declarar tratar-se "de um recurso provisório e improvisado pela necessidade".

Para estimular o aumento da frequência nas escolas públicas, sugere, com mais vivo empenho, à Inspeção Geral, "a concessão de gratificações, merecido prêmio aos professores que com seu esforço e dedicação conseguirem excesso de alunos frequentes sobre o mínimo de 15 estabelecido pelo Regulamento".

O alcance dessa medida só poderá ser devidamente apreciado, depois de saber-se que, naquela época, as escolas primárias particulares competiam vantajosamente com as escolas primárias públicas, que, dado a penúria de suas instalações, carência

de utensílios escolares e outros fatores de ordem econômico-social, eram relegadas ao mais ínfimo plano do desprezo.

Entendia que nenhum professor particular, "lecionando por conta própria ou em colégios, pudesse fazê-lo sem prévia licença da Inspetoria Geral".

Trata da necessidade de "serem as Instituições de Música Vocal e Instrumental obrigadas a fiscalização do Estado".

Sustentava como fato incontroverso na legislação vigente a incompetência das Câmaras Municipais nos atos de administração dos Seminários ou Asilos de Menores.

Propõe a nomeação e o contrato de professores que "alem das aptidões para o ensino possuam qualidades morais".

Adverte um professor por manter casa de jogo, considerando "incompatível com a seriedade e sisudez que se deve exigir de um instrutor da mocidade, a quem vicia pelo exemplo e pelo ensino da doutrina que a pobreza justifica qualquer recurso para minorar suas agruras".

Defende os professores da intolerância e tirania política; recomenda aos professores públicos "rigorosa imparcialidade política e abstenção de todo ato que pudesse ser traduzido como quebra dessa conduta".

Pleiteia o pagamento do ordenado dos professores pela Coletoria local e, a respeito, escreve: "Penso que a nenhum dessa infeliz classe se deve condenar a sofrer uma diminuição de um já por demais exíguo estipêndio, evitando-se que os mesmos fossem, na Capital da Província, desapiedadamente molestados pelos negociantes ou cambistas que arranjam a transação".

Preocupa-se com a saúde dos professores, defendendo, perante o poder público, seus direitos à licença, com o respectivo ordenado, como no caso da grave enfermidade do Padre Felix do Amaral Gurgel, zeloso professor público de latim e francês, quase reduzido à indigência depois de 23 anos de serviços públicos.

Solicita instruções "quanto ao emprego de castigos físicos nas escolas públicas" e tece considerações "sobre a disciplina dos alunos e o respeito que se devia ao professor, a bem da sua força moral", reportando-se à Constituição do Império, à Lei Provincial de 1846 e ao Regulamento de 1851.

Pede certos reparos no edifício onde funcionava o Seminário de meninos pobres, cujo orago era Nossa Senhora do Bom Conselho e capelão o Padre Jerônimo Pedroso de Barros, sugerindo medidas preventivas, de caráter sanitário, para evitar a invasão do Cólera Morbus Epidêmico.

"Seria extremamente conveniente aos interesses deste esta-

beneficimento se o Governo Provincial desse ao menos os serviços de dois dos Africanos livres que existem na Província à disposição do mesmo Governo, a-fim-de se poder assim cultivar o espaçoso quintal do Seminário e beneficiar o pasto, podendo-se assim manter uma vaca de leite para o uso dos Pensionistas e vender hortaliças a bem dos fundos da casa”.

Luta desassombadamente contra a resistência dos pais “que retiravam os filhos da escola, uma vez que soubessem simplesmente desenhar o nome”.

Fornece, por conta própria, vestiário “para que várias meninas pudessem com decência frequentar as aulas da escola de Indaiatuba”.

Solicita a colaboração do Juiz de Orfãos “para garantir a proteção moral de meninas de má-indole”.

No seu relatório, de janeiro de 1857, contém sugestões de grande importância, reveladoras de sua larga visão, assim resumindo suas idéias:

- 1) — Criação de mapas estatísticos informativos para conhecimento das crianças em idade escolar de 8 a 14 anos;
- 2) — Ensino primário obrigatório;
- 3) — Lei que determinasse, como condição para a elevação de freguesias a vilas e destas a cidades, a construção, pelos respectivos habitantes, de casas para a escola e residência dos professores;
- 4) — Proibição de matrícula nas escolas particulares de alunos expulsos das escolas públicas, sem licença da Inspetoria Geral ou do Distrito;
- 5) — Exigência do conhecimento da gramática portuguesa como condição de matrícula nos cursos de latim.

Empenha-se em prover, e o faz com grande interesse, as escolas de material necessário ao desempenho do magistério, pois, “a existência das escolas públicas só deixará de ser uma ficção quando os alunos tiverem os meios mecânicos da instrução”.

Não deixa de ser interessante conhecer-se em que consistia o material escolar daqueles remotos tempos. A relação determinava: tinta, azeiros, lousas com lapis próprio, lapis para papel, esponjas, penas do reino, canivetes para o aparo das penas, gramática da língua portuguesa, tabuadas, aritmética, catecismo e compêndios de leitura elementar.

Insiste o Dr. Ricardo na adoção de compêndios, em substituição “ao bárbaro e inconveniente uso de ensinar a ler por meio

de cartas cheias de erros, com defeituoso talho das letras, ou jornais" e recomenda: "o Expositor Português, o Método facilimo de Monte-Verde, Arte de aprender a letra de mão, de Duarte Ventura, e Fábulas de Esopo".

Empenha-se em obter para as escolas, "mesas próprias, com tampo de planos inclinados para escrever, e armários para a guarda de utensílios". Interessado na segurança do transporte dos materiais destinados ao seu distrito escolar, apressa-se em fazer notar que o meio mais fácil de fazer chegar a Itú qualquer encomenda seria transportar por meio dos carros do sr. Augusto Certain, morador no bairro da Consolação, que conduzem pedras para a Capital e voltam com quaisquer objetos."

Depois de ingentes esforços do Dr. Ricardo, a Inspeção Geral mandou-lhe, por mãos do prestante cidadão francês Augusto Certain, a quantia de 560\$000, para aquisição do material escolar, mobiliário, etc.

Constituiu o fato uma verdadeira munificência.

Ainda não era tudo. Outras dificuldades teriam de ser removidas. O material escolar era encomendado no Rio de Janeiro e o mobiliário construído pelos poucos oficiais de carpinteiros existentes no município. Contudo, o Dr. Ricardo, ao demitir-se do cargo em abril de 1857, por ter de mudar-se para Campinas, deixa todas as salas de aulas públicas do distrito providas dos necessários utensílios e mobiliários.

Forneceu muitas vezes, por conta própria, livros didáticos às crianças pobres e distribuiu prêmios de livros aos alunos das aulas públicas e particulares, que mais se distinguiram. O "Diálogo sobre a História Romana", publicado por Laemmert, constava das suas distribuições.

Ao retirar-se de Itú, deixa assegurado o custeio da instrução de alguns meninos e continua a interessar-se pela sorte de três meninas que demonstravam interesse pelo professorado.

Uma característica do acendrado amor do Dr. Ricardo pela causa da instrução é demonstrada pelo contínuo interesse que tinha em patrocinar os estudos dos jovens inteligentes e de talento promissor.

D. João Correia Neri, ilustrado e santo bispo de Campinas, patenteou, num gesto de requintada nobreza e independência de espírito, sua gratidão ao Dr. Ricardo, como figura principal, e primeira, da sua admissão como aluno no Colégio "Culto à Ciência".

Em 1864, vemos o Dr. Ricardo trabalhando com afinco, junto ao Padre Miguel Correia Pacheco e do visitador jesuíta Padre Razzini, na fundação do Colégio São Luiz, de Itú, sob cujo teto passaram várias gerações e ilustres brasileiros.

O pendor genealógico levou-o a estudar as remotas origens dos "clãs" das primeiras eras paulistas. Dentro em breve, era dos maiores sabedores das linhagens de São Paulo, consultado como verdadeiro oráculo de quantos queriam saber sua própria linhagem, e correspondia-se, contínua e ativamente, com os numerosos cultores de nossa genealogia e da nossa história, especialmente com o Barão Homem de Melo, Barão de Piratininga, General Couto de Magalhães, Inácio Xavier Pais de Barros de Campos Mesquita, João Mendes de Almeida, Barão de Tefé, Francisco Álvares Machado, Luiz Gonzaga da Silva Leme, Francisco Correia de Almeida Novais, Nicolau Nogueira do Vale da Gama, Conde de Iguassú, Brigadeiro Machado de Oliveira, Luiz Inácio Bittencourt, Antônio de Toledo Piza, Augusto Monteiro de Barros, Tristão de Alencar Araripe, Carlos Honório de Figueiredo, Antônio Álvares Pereira Coruja, Francisco Álvares da Silva Campos, etc.

Dilatou suas indagações sobre genealogia, mantendo correspondência com Luiz Aleixo Boulanger, que era escrivão da nobreza e rei, d'Armas do Império, com Sacramento Blake, autor do Dicionário Bibliográfico Brasileiro, e genealogistas portugueses e irlandeses de renome como Adriano José Curvo Semmedo de Portugal da Silveira e John O'Hart, autor da obra "Irish Pedegrees".

Do seu anedotário, passo a contar dois fatos passados um em Itú e outro em Campinas, reveladores do quanto o Dr. Ricardo prezava a boa estirpe e estigmatizava, com sua ironia, aqueles que a desprezavam.

De sobrecasaca, cartola e cavalgando um animal, o Dr. Ricardo pergunta a um amigo:

— "O senhor sabe onde fica o sítio onde reside um sr. Amaral?"

Estranhando que o Dr. Ricardo fosse procurar um ferrador de animais, assim distante da cidade, perguntou-lhe:

— O Dr. foi chamado, para ver um doente?

— Não, responde o Dr. Ricardo. Este homem descende dos Amarais, de gente nobre da província, hoje, embora um simples ferreiro, devido a contingências da vida, quero visitá-lo como aquilo que de fato é — um Amaral.

De outra feita, um cidadão de origem alemã, tencionando gracejar com o Dr. Ricardo, passa às suas mãos um rolo de papel e diz:

— Dr. Ricardo, aqui tenho a minha árvore genealógica e, como o Dr. poderá ver, a minha família é bem mais antiga do que a sua.

O Dr. Ricardo, ao começar a leitura do trabalho, viu que se

tratava de uma pilhéria de muito mau gosto. Displícitamente pôs-se a ler:

— Adão... Seth... Enos..., etc....

Depois de ler uma boa parte do escrito, disse:

— Sr., não preciso continuar a leitura de sua árvore genealógica. Sei, agora, porque razão existem tantos cretinos na sua família.

Um hábito peculiar do Dr. Ricardo, índice do seu amor à tradição, era evidenciado toda vez que prestava seus serviços obstetras, ou mesmo quando se lhe oferecia uma oportunidade. Para os recém-nascidos, ou para as crianças ainda não batizadas, o Dr. Ricardo jamais deixou de indicar um nome para o pimpolho. Acontece, porém, que os pais, na maioria das vezes sem entrar no mérito do nome sugerido, não raramente desistiam dos nomes lembrados pelo Dr. Ricardo, por considerá-los exóticos, ou bizarros. Entre os muitos nomes aconselhados, figuravam as Brites, Aldonças, Violantes, Mencias, Urracas, Briolandas, Filipas, Tarejas, etc.

Afonso de Taunay, o brilhante historiador patricio, consagrou ao Dr. Ricardo estas linhas:

“Tradicionalista apaixonado, perscrutou o passado do Brasil com verdadeiro amor, empolgado pela grandeza da obra daqueles que rechaçaram, quase para o sopé dos Andes, o castelhano e a linha de Tordesilhas e cujo sangue corria nas veias de seus filhos.”

“Deve-lhe a nossa história o conhecimento — e quiçá a preservação de um documento básico para o estudo das velhas gerações vicentinas” — (Explicação da geração de Pedro Afonso, manuscrito de 1613, ou o cruzamento dos europeus com mulheres indígenas).

“Absolutamente integrado na comunhão brasileira, há-de-lhe o nome ser sempre lembrado como o de um dos mais dedicados e ilustres servidores de nossa terra, de um dos mais notáveis e beneméritos filhos adotivos do Brasil”.

A história de Campinas mereceu do Dr. Ricardo um trabalho publicado em 1879 e intitulado: “Reminiscências do Distrito de Campinas em Bairro, Freguesia e Vila”.

Neste trabalho encontramos importante documentação histórica, constituindo-se em verdadeira fonte de pesquisas e informações para os historiadores mais modernos.

Não fora a angustiosa impenetrabilidade do tempo, muito diríamos à respeito da sua atuação como cientista e como médico.

Mesmo assim, não podemos deixar de assinalar que o Dr. Ricardo sempre se preocupou com os problemas médicos e higiênicos. Sua correspondência denuncia o interesse que dispensava

aos estudos e experiências feitos no terreno patológico e no âmbito terapêutico da lepra, da tuberculose, do antidoto do veneno da cobra, da raiva, da varíola, do tifo, da malária, da sífilis, do cancer, etc. Além de interessantes e próprias observações, sempre comunicadas às sociedades médicas estrangeiras, nutria com carinho o interesse de mostrar lá fora, no estrangeiro, o labor científico desenvolvido pelos nossos estudiosos.

Era conhecido como habilíssimo terapeuta, pois nunca violava os preceitos da arte de formular.

Mantinha sempre a compatibilidade dos medicamentos. Deixava a conhecer ao abalizado químico e professor Malhado Filho algumas das suas receitas, emitindo ele sua autorizada opinião, que tenho a satisfação de transcrever neste trabalho.

“Foi para mim grande prazer a leitura das receitas do seu venerando avô, Dr. Ricardo Daunt, médico de renomada fama que, por muitos anos, clinicou em Campinas. Velho farmacêutico, nascido e criado nos fundos de uma botica, militando legalmente na profissão desde os 17 anos, senti verdadeira emoção ao deparar, de novo, com a redação de fórmulas, ainda em uso, no início da minha carreira e, hoje, jogadas ao ostracismo, talvez sem razão.

Poderão dizer que tais fórmulas são do tempo do onça, simplesmente pela sua posologia, pois, na sua maior parte, trazem, ainda, a marca dos grãos, das oitavas e das onças, isto é, dos antigos complexos, há muito felizmente, substituídos pelo sistema métrico decimal.

Mesmo quando o atual sistema de pesos e medidas já estava sendo correntemente usado em nosso país, o velho médico, fiel ao sistema antigo, teimava em empregá-lo.

Encontrei-o vencido pelo sistema decimal somente de 1891 para cá. Isto se explica, e mesmo se justifica, pela dificuldade que todos nós experimentamos em mudar de hábitos e de idéias arraigados.

Fato idêntico se observa em química e, provavelmente, em outras ciências com as teorias que as servem.

Em plena vigência da teoria atômica, conheci profissionais da Química aferrados ao dualismo e, agora mesmo, quando a teoria eletrônica já domina, como senhora, o campo daquela ciência, a maior parte, talvez, dos que a praticam, ainda se vale da teoria atômica nos seus trabalhos e raciocínios.

Finda esta digressão, que teve por fim unicamente explicar a relutância do velho médico em seguir o sistema decimal, volto a tratar das fórmulas do Dr. Ricardo.

No que respeita à terapêutica por ele utilizada, pode-se afir-

mar que, em grande parte, é, ainda, de atualidade. Nas suas prescrições, não se encontra nenhuma fórmula na qual o agente terapêutico esteja desacompanhado do adjuvante e do corretivo.

Neste particular, elas são impecáveis.

Formular é arte que se alicerça em sólidos conhecimentos; e, nessa difícil arte, o Dr. Ricardo era mestre”.

Como terapeuta, o Dr. Ricardo também tinha suas exquisites.

Certa vez o Dr. Ricardo foi chamado às pressas, a-fim-de atender um doente muito grave.

Chegado à casa do paciente, desde logo ficou verificado tratar-se de uma intoxicação etílica. O Dr. Ricardo, que de há muito conhecia os hábitos do inveterado bebedor, olhou displicentemente para o doente cujo estado natural era aquele mesmo, toma do papel e prescreve:

Para o sr. Fulano

Uso interno.

1 cálice de conhaque pela manhã.

De outra feita, o Dr. Ricardo foi convidado para conferenciar com alguns colegas que, sem um resultado eficiente, tratavam de um doente.

Era sabido que o Dr. Ricardo detestava os indivíduos gaiatos e, em se tratando de um médico, então a sua contrariedade tocava às raias da desconsideração.

Chegado à casa do doente, lá estava, entre outros colegas, um médico conhecido como grande galhofoeiro.

O Dr. Ricardo, depois de anunciada a sua presença, dirige-se a alguém da casa e diz:

— Desculpe-me, mas eu vim para conferenciar com um médico. Mande chamar o prático João Verde, que tem maior noção da sua responsabilidade do que a gaiatice vestida de médico.

E João Verde foi chamado.

O saudoso Mestre Tito, cujo nome está ligado à história da Igreja de São Benedito, desta cidade, era um ervanista de mérito invulgar e, por isso mesmo, sempre mereceu a simpatia do povo campineiro.

À consulta do Dr. Ricardo, apresentou-se um indivíduo portador de uma úlcera na perna. Narrando a sua dolorosa história, concluiu dizendo que os médicos que o haviam examinado foram unânimes em afirmar a necessidade de amputar aquele membro.

O Dr. Ricardo, depois de cuidadoso exame, diz:

Estou de acordo. Os médicos que me precederam não poderiam deixar de aconselhar essa terapêutica tão fulminante. Arrancada a perna, a ferida deixará de existir no seu corpo. Mas,

ouça o meu conselho — procure o Mestre Tito e faça o que ele mandar. Estou certo de que a ferida irá embora e que a perna ficará no seu lugar. Mestre Tito curou o infeliz.

O Dr. Ricardo era parte integrante daquela constelação formada por Teodoro Langaard, Álvares Machado, Cândido Gomide, Pereira Lima, Guilherme da Silva, Cunha Mota, Emílio Ribas, Vieira Bueno, Tomaz Alves, etc.

* * *

Embora militante do Partido Conservador, o Dr. Ricardo jamais admitiu que uma idéa progressista estagnasse por força da disciplina partidária. Assim, para ele, a idéa de membro do Conservador significava não o contínuo de “pleno acordo” às idéias arcaicas mas, exclusivamente a conservação de um perfil paralelo entre a vida em sociedade e as realidades político-sociais e morais.

Em Campinas, exerceu com zelo os cargos de Juiz de Paz, Juiz Municipal e de Orfãos, de Vereador, prestando serviços de real importância e que ainda vivem na memória dos campineiros, e que, em sessão da Câmara Municipal, realizada aos 12 de junho de 1893, poucos dias depois do seu falecimento, foram proclamados por vereadores, na sua maioria republicanos e antigos adversários políticos (4).

Pode-se dizer que, fosse eleito ou simples espectador, o Dr. Ricardo durante cerca de meio século, nunca deixou de assistir às sessões da Câmara de Campinas.

Segundo seus coevos, o Dr. Ricardo conhecia, de cor, a Lei Orgânica das Municipalidades.

Na sessão de 26 de agosto de 1889, da Câmara Municipal de Campinas, o Dr. Ricardo propõe fosse solicitada a concessão de um braço para esta cidade. Sabendo de antemão, como habil político, que a sua proposta pudesse “ofender suscetibilidades democratas” e — como bem se expressaram os autores de **A Pedra d’Armas de Campinas** — “a República não suportava a idéa de braços, o próprio Dr. Ricardo redigiu o ofício em que se fazia tal pedido ao Ministro do Império, Barão de Loreto, como ele mesmo confessa em carta ao Barão Homem de Melo, solicitando seu concurso e interferência para conseguir seu intento”.

Vem a República, mas ao nosso homenageado isto não constituiu impedimento para que Campinas tivesse o seu emblema heráldico, pois, em sessão de 16 de dezembro de 1889 “ofereceu

(4) V. “Nota n. 3.

um modelo em desenho do braço que tem de usar esta Câmara e explicou a sua propriedade". E a 30 do mesmo mês, "a comissão encarregada de dar parecer sobre o escudo d'armas, cujo modelo em desenho foi oferecido pelo Dr. Ricardo, foi de parecer que fosse aceito, eliminando-se o timbre".

Graças, pois, à tenacidade do Dr. Ricardo e seu entranhado amor a esta terra, Campinas desde então passou a ostentar o seu braço d'armas, em cujo campo de blau, uma fenix de ouro renasce de sua imortalidade, simbolizando o seu reerguimento, como ele próprio havia sugerido.

* * *

O Dr. Ricardo era um erudito em Medicina, Filosofia, História, Ciências Naturais, e conhecia perfeitamente o latim, o grego, o inglês, o alemão, o celta, o francês, hespanhol e português.

Colaborou em revistas e jornais do Brasil, da Europa e dos Estados Unidos, legando às letras importantes estudos sobre medicina, botânica, história, filologia, política e religião. (5)

Os problemas da emigração e da imigração também mereceram, de sua parte, uma atenção muito cuidadosa.

Foi um precursor dos estudos eugênicos, hoje tão em voga nos centros de alta cultura, segundo escreveu, em 1918, Rafael Sampaio Vidal.

Na polêmica, impressionava pela energia, pela lógica e pela subtileza dos conceitos emitidos.

A firmeza de princípios, quer religiosos, quer políticos, jamais empalideceu naquele lutador, para quem ceder seria fraquejar, para quem fraquejar seria desertar.

Se longe vão os tempos em que a atividade do Dr. Ricardo atuou em benefício dos seus semelhantes, o magnífico cenário dos seus feitos ainda hoje corporificam sua personalidade, numa legítima expressão de imortalidade magnificamente vivida nesta solenidade.

Uma vida tão repleta de lutas, não poderia deixar de fazer jus a um anedotário condensador de tanta atividade.

A respeito do Dr. Ricardo, as anedotas se alinham às dezenas.

Destacaremos algumas.

Chegou, certa vez, ao conhecimento do Dr. Ricardo, que um fervoroso adepto de Baccho iria, por qualquer motivo, tomar-lhe

sérias satisfações. O informante não esqueceu de aconselhar ao ameaçado uma natural prudência e, até mesmo, a cautela de prevenir-se com uma arma qualquer.

O Dr. Ricardo ouviu e... seguiu o conselho do amigo-informante. Armou-se.

Um belo dia, o Dr. Ricardo vê o tal indivíduo dirigir-se à sua pessoa, esbravejando e gesticulando como um doido.

Calmo e sem vacilar, o Dr. Ricardo tira do bolso traseiro da calça um embrulho e põe-se a desfazê-lo. Quando o quase agressor viu o cano do revólver, desatou a correr e, com essa decisão, deu por consumada a promessa alardeada.

Os amigos do Dr. Ricardo estranhando a maneira empregada para a consumação da mais legítima defesa, perguntaram-lhe:

— Dr. Ricardo, por que o senhor levou o revólver assim en-volto em ataduras? Até que o senhor desembulhasse a arma, aquele beberão poderia ter consumado a agressão?!

O Dr. Ricardo responde:

— Os senhores estão enganados. Para o meu agressor eu trouxe apenas a tira de pano, para pensá-lo em caso de acidente na correria. O revólver serviu, tão somente, para evitar que a atadura se amarrotasse...

Uma distintíssima dama da sociedade campineira, desejando demonstrar seu respeito e sua gratidão, envia ao Dr. Ricardo um régio presente para a época: uma coleção de velas de estearina, importadas da Europa.

O Dr. Ricardo, sentindo-se acanhado com tamanha deferência, escreve à ilustre senhora, pedindo licença para devolver a sua magnífica dádiva, pois, habituado às velas de sebo, depois de consumidas as de estearina ver-se-ia na contingência desagradável de forçar a habituar-se com aquilo que já estava acostumado. Ora, se as suas condições financeiras não lhe permitiam usar velas de estearina, por que deveria, mesmo por alguns dias, aposentar as velas de sebo?

O Dr. Ricardo tinha por norma apresentar suas contas de honorários profissionais somente no fim de cada ano.

Assim, para um ricoço da cidade, o Dr. Ricardo apresenta a seguinte nota de honorários:

Serviços prestados, durante o ano tal, a sua esposa, seus filhos, fâmulos e escravos... Rs. 150\$000.

Soube, o Dr. Ricardo, que o devedor havia considerado a conta muito exagerada.

No ano seguinte o Dr. Ricardo apresenta a mesma conta:

Serviços prestados, no correr do ano passado, à sua esposa, seus filhos, fâmulos e escravos... Rs. 1\$500.

O devedor compreendeu, mas pagou e levou o recibo passado na conta de 1\$500.

Como verdadeiro cientista e filantropo, sua vida foi sempre a negação do materialismo grosseiro, do individualismo egoísta.

A fazenda Monte Serrate, a melhor parte do Sítio Grande, que herdara de seu sogro, logo foi entregue aos credores, pois aquela gleba de terras apenas servia para absorver os parcos proventos que lhe vinham de sua numerosa clientela.

Tratava os escravos com excessiva e cristã brandura. Alimentava-os bem e lhes fornecia calça de algodão, camisa de riscado, paletó de baeta e sapatos de couro. Recomendava: "Não quero madrugadas; quero que os escravos durmam cedo e não gastem em prosa as horas de sono".

Quando entregou a fazenda aos credores, a-pesar-de perder tudo, sentiu-se como que livre de um pesado e honerosíssimo fardo. Opõe-se à venda do escravo João, por ser velho e antigo na família de sua sogra.

Mais empobrecido do que era, verificou-se, então, o que bem podemos chamar de "campanha da gratidão".

Assim, um pugilo de amigos do Dr. Ricardo reuniram-se e ofereceram-lhe o teto para sua família, casa essa (6) em que morreram vários membros da família e, também, o Dr. Ricardo.

Foram doadores: Barão de Itatiba, Coronel José Teixeira Nogueira, Capitão Antônio Carlos de Almeida Nogueira, Barão de Itapura, Rafael Luiz Pereira da Silva, Barão de Monte Mor, Antônio Américo de Camargo, dona Teresa Miquelina do Amiral Pompeu, Baronesa de Campinas, Barão de Atibaia, Barão Ataliba Nogueira.

* * *

A propaganda abolicionista, que culminou com a Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, era feita sob os mais variados matizes, tendo, cada um deles, a sua razão particular e até mesmo respeitável.

O Dr. Ricardo, cuja cultura histórica se confundia com o saber médico, passava, aos olhos dos menos avisados, como escravocrata intransigente, como um excêntrico da opinião já dominante.

Se no terreno histórico o Dr. Ricardo apontava as transições bruscas como possíveis prólogos de revoluções futuras e

(6) V. "Nota" n. 4.

desconcertos sociais, no plano médico, defendia o fator eugênico da questão racial.

Vamos narrar um fato que se passou com um ex-escravo do Dr. Ricardo, o preto Acácio, boleeiro da casa.

Achava-me em visita à minha tia d. Alicia e, como era do meu costume, fui conversar com os antigos serviçais da casa, recordando fatos e ouvindo novas da vida do Dr. Ricardo. O Acácio tomava parte na conversa. No meio da palestra, aparece uma pretinha que vinha tratar seus serviços como cozinheira e, ao anunciar-se como interessada no novo emprego, estendeu a mão, recebendo, de todos, o cumprimento feito. Acontece, porém, que ao chegar a vez do Acácio, ele, ostensivamente, recolhe a mão e, sem reboços, declara: "Negro aristocrata não dá a mão a qualquer negro".

Confesso que fiquei perturbado, mas, graças a esse fato, comeci a compreender melhor aquele que, embora considerado um "escravocrata" e um "excêntrico", jamais chamou um escravo sem ligar aos nomes o tratamento de senhor: senhor Acácio, senhor Huberto, creoulo esse que, desde a mais tenra idade, sempre mereceu o tratamento de senhor.

Ainda o Huberto, que sempre usou camisas engomadas, roupa de casemira e botinas engraxadas, foi contemplado no testamento do Dr. Ricardo, para que aperfeiçoasse a sua educação literária.

A interpretação, já se vê estrábica, que alguns deram à ação do Dr. Ricardo na propaganda abolicionistas, se amálgama com aquela passagem da Câmara Municipal de Campinas, em relação a um poço d'água existente na casa de meu avô.

Em 1856, editou um opúsculo intitulado "Esboço da Doutrina Filosófica de São Tomaz de Aquino".

Alí, vinte e dois anos antes do advento de Leão XIII, convidava a classe literária dos paulistas a admirar os preciosos tesouros que se acham no estudo consciencioso da maravilhosa suma do Anjo das Escolas.

Declarava-se recompensado da sua iniciativa, com a satisfação de ter carregado uma pedra para erigir, na terra paulista, que tanto estremecia o edifício da Ciência e da Virtude.

Manteve numerosa correspondência com a Internunciatura Apostólica no Rio de Janeiro, sobre propagação da fé, Óbolo de São Pedro, Santa Infância e com tudo o que se relacionasse com o bem social religioso.

Religioso por princípios alicerçados na fé e no saber, agia sempre sob os imperativos concientes, isentos de impregnações místicas. Ambicionava para a igreja sacerdotes virtuosos e de

preparo intelectual capaz de garantir a conservação e a propagação da fé católica e os direitos do Trono.

A tradição, mais tarde documentada pela História, propagava haver o Dr. Ricardo contribuído muito para a feliz nomeação de D. Antônio Joaquim de Melo para bispo de São Paulo. Conta-se que, ouvindo o Dr. Ricardo, em Itú, um sermão pregado pelo então padre e vigário Antônio Joaquim de Melo; em que este abordava considerações de caráter instrutivo a respeito dos deveres religiosos e políticos do povo para com a Igreja e com a Coroa, o Dr. Ricardo tomou a inspirada iniciativa de enviar uma cópia do referido sermão ao senador José Martins da Cruz Jobim, recomendando fizesse chegar às mãos do Imperador aquela preciosa documentação de fé e de patriotismo.

O desejo do Dr. Ricardo foi satisfeito.

O Soberano, depois de ler os judiciosos conceitos antes apregoados de um púlpito, ampara-os com merecido e distinguido carinho, resultando, desse fato, a investidura, nas honras do Episcopado, de D. Antônio Joaquim de Melo, fundador do Seminário de São Paulo.

Mais tarde, 1878, em carta enviada a seu filho Fergus, que na Europa se preparava para o sacerdócio, transmitindo-lhe notícias de seus padrinhos de baptismo d. Ana Eufrozina de Almeida Nogueira, senhora do patriciado campineiro, e também do senador Dr. José Martins da Cruz Jobim, que se achava gravemente enfermo no Rio de Janeiro, lamenta tenha este último abraçado idéias em tudo diferentes à sua antiga fé católica, outrora tão amigo da Igreja e até principal comparsa na escolha de D. Antônio Joaquim de Melo para bispo de São Paulo.

Foi o Dr. Ricardo um dos signatários do Manifesto de 11-6-1890, que lançou o Partido Católico Paulista, não acedendo na inclusão de seu nome para deputado e nem para senador.

A recordação de pessoas e de fatos evocadores do passado, era como que o alimento obrigatório da sua imaginação.

Quando do sepultamento de sua idolatrada Mãe, dona Ana Dixon, surgia-lhe à mente, envoltas pela penumbra do tempo, as silhuetas de dois cavalheiros, vestidos de negro e com aspecto grave, severo, a ele apresentados como irmãos de seu pai. Um, Joseph Daunt, o morgado da família, mais tarde morto tragicamente em duelo a tiros batido contra seu parente Daniel O'Connor, primo-irmão do famoso agitador irlandês, Fergus O'Connor; outro, o tenente Roberto Daunt, que tomou parte e foi ferido na celebre batalha de Waterloo.

Era-lhe constante a lembrança de sua terna e fidelíssima companheira, esposa amantíssima e mãe modelar, companheira de quarenta anos de util existência, sempre a iluminar-lhe o lar

com os revêrberos de seus dotes espirituais inspirados nos mais elevados princípios evangélicos. De formação piedosa e comunicativa, dona Ana Francelina de Camargo sabia dar à conversação um colorido atraente e repleto de narrativas inspiradas no martiroológico cristão. As orações, que se comprazia em compor, dão-nos o testemunho de sua profunda fé religiosa.

Confrangia-lhe o coração a prematura separação de seus filhos Padre Haroldo e Briano. A saudade parecia vencer aquele hércules da vontade.

Levava-o, com força de intensa atração, aos cenários da agitada política irlandesa, a correspondência epistolar com seu primo e morgado Willam Joseph O'Neill Daunt, literato, historiador, parlamentar, colaborador sincero de O'Connell e do qual fora por algum tempo secretário.

Acariciava com afeto a lembrança de sua passagem pela Universidade de Edinburgo, onde se graduara, a cuja biblioteca fazia valiosas ofertas e mantinha contínua correspondência científica.

x x x

Do seu consórcio, o Dr. Ricardo teve sete filhos e duas filhas, dos quais seis nascidos em Campinas e três em Itú, sendo todos já falecidos.

De sua prole daremos os seguintes traços.

Padre HAROLDO DE TRACY PRADO DE CAMARGO DAUNTRE, ilustrado e virtuoso sacerdote, vigário de Capivari, cidade essa onde deixou saudosa tradição;

Comendador TORLOGO O'CONNOR PAES DE CAMARGO DAUNTRE, agraciados por serviços prestados a Campinas, com a Ordem da Rosa; organizador da primeira Exposição Regional de Campinas (1886), um dos grandes acontecimentos dos anais da história local; deixou descendentes do seu casamento com sua prima dona Clotilde, filha do Comendador Querubim Uriel Ribeiro de Camargo e Castro, também figura de relevo nas crônicas de Campinas; com apenas 15 anos de idade, apresentou-se à Junta Militar, pois desejava incorporar-se nas fileiras do Exército Nacional para, assim, lutar pela Pátria naqueles dias tormentosos da Guerra do Paraguai. Com a aprovação e o estímulo do Dr. Ricardo, seguiu para o Rio de Janeiro. A sua tenra idade, porem, impediu-o de realizar tão elevado sonho;

Monsenhor FERGUS O'CONNOR DE CAMARGO DAUNTRE, sacerdote de grande cultura teológica e literária, Vigário-Geral e provisor do bispado de São Paulo durante toda a administração de Dom Arcoverde, mais tarde o primeiro Cardeal Brasileiro;

Dona ALÍCIA O'CONNOR DE CAMARGO DAUNTRE, solteira, senhora de acrisoladas virtudes cristãs e muito dedicada ao culto da família e de suas tradições;

Doutor BRIANO O'CONNOR DE CAMARGO DAUNTRE, bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo, inteligência cultivada e promissora, falecido com a idade de 33 anos;

Dona WINIFRIDA DE OWLPEN DE CAMARGO DAUNTRE, senhora de exemplares virtudes cristãs e domésticas, casada com o Coronel José de Salles Leme, lavrador progressista, filho do Alferes José de Campos Sales, um dos primeiros republicanos históricos de Campinas; deixou numerosos descendentes;

FERNANDO ACHILLES DE CAMARGO DAUNTRE, espírito investigador e comunicativo, profundamente estimado em Campinas;

CORNELIO O'CONNOR ORTIZ DE CAMARGO DAUNTRE exerceu o magistério particular em Campinas e Jundiá, casado com dona Anésia de Queiroz Ferreira, neta do Barão de Jundiá e sobrinha do Conde de Parnaíba;

Doutor ROGÉRIO O'CONNOR LOPES DE CAMARGO DAUNTRE o meu progenitor, diplomado pela Faculdade de Direito de São Paulo, exerceu cargos no Ministério Público e na Magistratura e, mais tarde, evidenciou-se uma autoridade em Finanças tendo sido o fundador de importante firma comissária de café em Santos. Casado com dona Iria de Figueiredo Gonçalves dos Santos, neta dos Barões de Monte Santo, faleceu em 1914 deixando descendentes.

x x x

Se, para os meios estranhos, o Dr. Ricardo se apresentava como uma figura enigmática, uma esfinge feita de interrogações e de austeridade, para os íntimos, o Dr. Ricardo era a cordura em pessoa, era todo obsequiosidade e atenções.

O Dr. Ricardo não tinha por costume afastar as comissuras labiais em risos francos, pois, um sorriso, naquele rosto austero, era, quando muito, constituído por ligeira contração do orbicular.

Dispondo de muito pouco tempo para a leitura, aproveitava o percurso de uma visita médica para ler, principalmente as revistas científicas, no carro que o conduzia.

Sentado e recostado no fundo do seu carro, cruzava de maneira original as pernas e punha-se a ler.

Quando o seu creoulo de estimação — o Huberto — não o

acompanhava, levava alguns de seus sobrinhos, que o ajudavam a carregar o maço de revistas.

Na rua, dificilmente tirava o chapéu, pois, aparentemente distraído, não faltavam problemas a busca de solução naquele espírito ávido de novos conhecimentos.

Aos homens cumprimentava somente com a inclinação do corpo, dificilmente levantando sua cartola. Entretanto, às senhoras, dedicava reverente inclinação sempre de cabeça descoberta.

Dar a mão, constituía, para o Dr. Ricardo, uma exceção.

Retraído por natureza, não dava ensejo a intimidade. Nunca, em toda sua vida, entrou em casa de seus grandes amigos Juca Bravo (José de Camargo Penteado) e Barão de Itatiba, em cujas casas almoçava diariamente, isso durante anos, sem se fazer anunciar, batendo palmas.

Parcimonioso ante os acepipes mais convidativos, o Dr. Ricardo era muito sóbrio na sua alimentação.

Sua austeridade e distinção, no tratar com senhoras, era proverbial.

Da saudosa baronesa de Paranapanema e da veneranda senhora dona Ana Queiroz Teles Tibiriçá, filha dos Condes de Parnaíba, ouvi, e ainda podem ser ouvidas, expressivas referências à finura toda própria com que o Dr. Ricardo se apresentava no convívio social.

A sua esposa, filhos e netos dava sempre o tratamento de senhor ou de dona.

x x x

A Providência chamou-o no dia 7 de junho de 1893 pouco tempo depois que ele vinha de fazer uma visita de caridade.

Recem-casados, achavam-se meus pais na casa do Dr. Ricardo.

Meu avô acabava de chegar de uma visita médica.

Em um sofá da sala-de-jantar, o Dr. Ricardo, depois de apanhar os jornais, deita-se e põe-se a ler. Enquanto isso, meus pais conversavam e, de quando em quando, ouviam uma palavra, um conceito, uma opinião de meu avô.

De repente, minha mãe nota que o jornal caíra das mãos de meu avô. Meus pais veem, com apreensão, o fato. Ambos, solícitos, correm para perto do Dr. Ricardo. Tomam-lhe o pulso, procuram ouvir o coração, chamam-no. Nada.

Aquele que sempre vivera pelo coração, morria do coração. Caprichos do Destino, ou, talvez, da Providência Divina.

No seu sepultamento, todas as classes sociais estiveram pre-

sententes, formando um préstito imenso, magestoso, verdadeira lágrima da cidade, que abençoava, em funeral público, aquele ataúde que também era um sacrário. Ninguém ficara em casa, narrou-me um antigo filho de Campinas, e assemelhava-se a um grande dia de festa religiosa, na consagração do respeito, do amor e da gratidão.

A cidade, desejosa de homenagear aquele que, pelos seus feitos, continuava, mesmo depois de morto, a viver nos seus feitos, erigiu-lhe um mausoléu, sendo a comissão encarregada de angariar os donativos composta dos senhores: Joaquim Floriano Novais de Camargo, Comendador Francisco de Paula Camargo, Barão de Ibitinga, José Paulino Nogueira, Dr. Luiz Silvério Alves Cruz, — que orou, no cemitério, em nome da cidade — Bernardo Alves Teixeira, Cônego Correa Neri, Rafael Sales, Comendador João Prost Rodovalho, Henrique de Barcelos, José Inocência de Godói, Júlio Frank de Arruda, Joaquim Teixeira Nogueira de Almeida e Joaquim Ferreira Penteado.

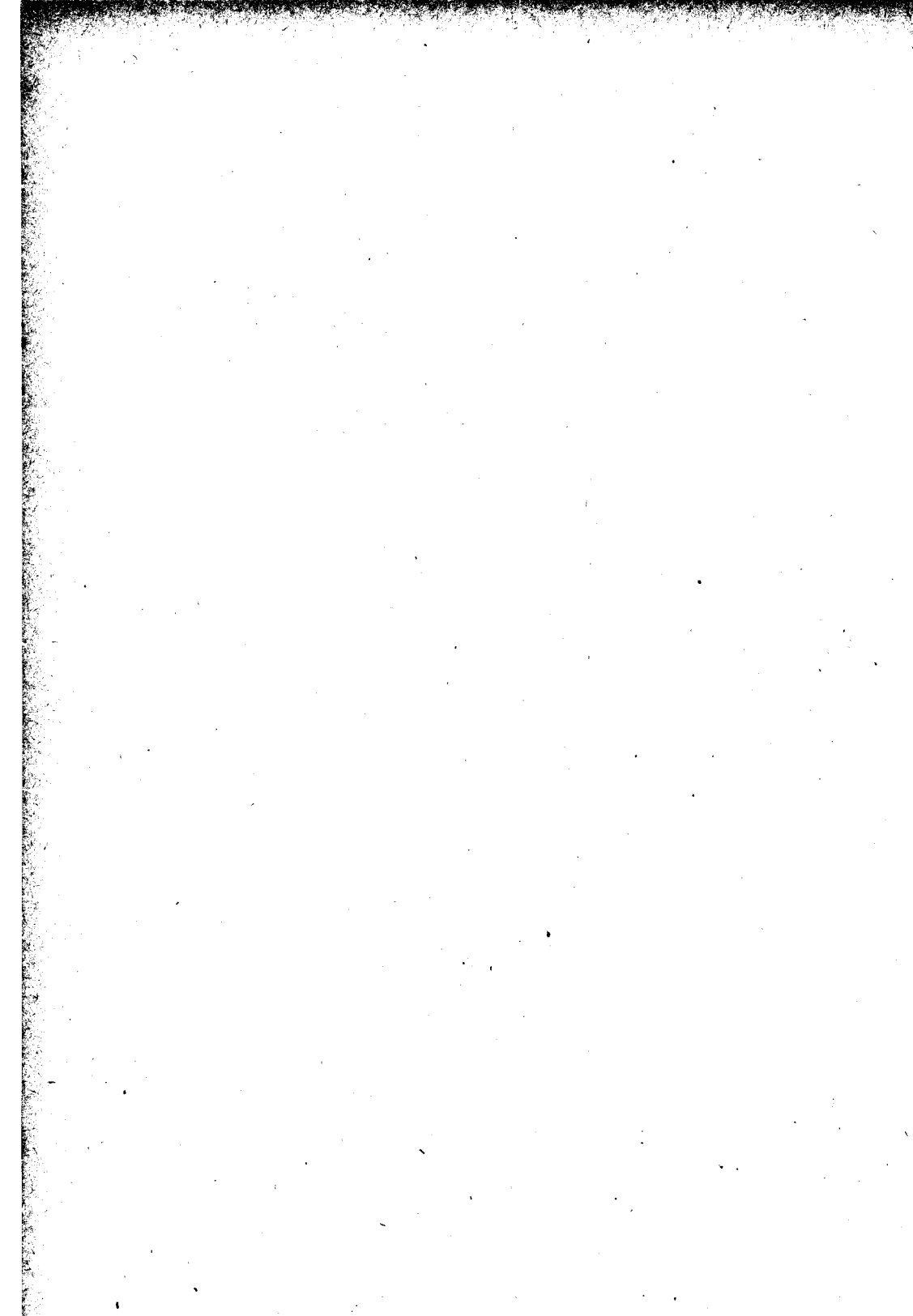
Não seria aceita quantia superior a 30\$000, para que toda a população pudesse concorrer. Em pouco tempo, as colunas dos jornais publicavam extensas listas de nomes e seus respectivos donativos.

Era mais uma homenagem tributada a quem em vida tivera o seu nome dado a uma rua da cidade.

Esta homenagem aqui prestada ao Dr. Ricardo Gumbleton Daunt, esplêndida por ser uma demonstração sincera e profundamente amiga do coração campineiro, empalidece sua grandiosidade com a pobreza dos méritos do orador que no momento vos dirige a palavra mas, esta sombra tem, a resguardar a grandeza do momento, o amparo das festividades que ainda vão prosseguir. Assim, dentro de alguns instantes, passaremos a ouvir, cheios de graça e repletos de beleza, versos da lavra de D. Pedro II, o magnânimo Imperador cuja personalidade ainda se nos apresenta como figura excelsa do patriotismo e do amor.

Se a minha palavra fosse capaz de acompanhar os agradecimentos de meu coração e o penhor de minha família a todos aqueles que ainda hoje cultuam a memória de meu avô, dedicaria a cada um os mais belos hinos daquela gratidão inconfundível e que, no recôndito de nossas almas, vive acariciada pelo penhor da nossa estima e do nosso afeto.

A todos, a Campinas inteira e, muito particularmente, ao Centro de Cultura Intelectual, na singeleza do nosso "Muito Obrigado", o testemunho da minha eterna gratidão e da nossa imorredoura e afetuosa amizade.



N o t a s

1) Sessão realizada a 1.^o de setembro, às 13 horas, tendo Alberto Faria, presidente do Centro, aberto a sessão e convidado para presidi-la o desembargador dr. Luiz Porto Moretzshon de Castro, que organizou a mesa da forma seguinte: Drs. Antônio Lobo, presidente da Câmara dos Deputados, Abeilard de Almeida Pires e Francisco Cardoso Ribeiro, Juizes de Direito da 1.^a e 2.^a varas, Afonso d'Escragnolle Taunay, representante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Edmur de Sousa Queiroz, procurador da Fazenda Estadual, orador oficial; e Ricardo Gumbleton Daunt, neto do Dr. Ricardo, para servir de secretário. Estiveram também presentes: Drs. Tomaz Alves, pela Faculdade de Medicina de São Paulo; Omar Simões Magro, pelo Prefeito e Câmara Municipal; Prof. Augusto Cesar, pela Faculdade de Direito de São Paulo; Jorge da Veiga, pelo Instituto dos Advogados de São Paulo; e pessoas da família do homenageado e da Sociedade de São Paulo e Campinas.

2) Os estabelecimentos públicos do Ensino, na Província, compunham-se em 1856 de 176 escolas de primeiras letras, 4 seminários de educandos, 1 escola normal, 29 aulas de ensino simultâneo de francês e latim, e 1 de desenho e pintura, num total de 5.690 alunos de ambos os sexos. O governo provincial dispendia com o Ensino a importância anual de 104.629\$976 que correspondia a 1/5 da sua receita. Há 84 anos o ensino público da Província de São Paulo compreendia um curso primário, redução apenas à leitura, escrita, quatro operações e catecismo, embora a lei também determinasse o ensino da gramática portuguesa, de noções de Geometria, aritmética elementar e Moral da Religião do Estado e, como complemento, um curso secundário com o estudo do latim e do francês.

O distrito escolar de Itú possuía, em 1857, 15 cadeiras de primeiras letras, sendo 8 de instrução pública e 7 de escolas particulares, funcionando ainda 9 cadeiras de latim e de francês, das quais 7 eram ministradas por estabelecimentos particulares.

Dos 4 Seminários, ou Asilos da Infância Desvalida da Província, 2, com reduzido número de internados, estavam em Itú.

O ensino, tanto particular como público, contava em Itú com a dedicação de muitos professores que deixaram fama pelo saber e dos quais destacamos: Padre Felix do Amaral Gurgel, Padre Manuel Joaquim de Quadros, Tobias de S. Palo Penteadó, abalizados latinistas, Manuel Estanislau Delgado, habilíssimo educador e fundador do colégio Delgado, onde eram ensinados o inglês e Retórica. Nos cursos pri-

mários, eram citados: Antônio José Rhormes, José de Barros Melo, Luiz Antônio do Amaral, Antônio Dias de Araujo, Elias Lobo — músico inspirado —, José de Almeida Leite, Inocêncio da Silva Ferraz e Tobias de S. Paio Penteado. Dentre as professoras: Rita Cândida Pacheco Freire, Vicência da Apresentação, Elisa Teresa da Silva, Angela Leopoldina da Silva e Ana Guilhermina Álvares Amaral.

Não podemos deixar de assinalar que estes dados e toda a atuação do Dr. Ricardo como Inspetor do Ensino puderam ser aqui expostos, graças aos inéditos documentos que enriquecem o Arquivo Público do Estado, este relicário precioso de cousas antigas de nossa terra e de nossa gente, que a dedicação e operosidade do Dr. Lelis Vieira, seu atual diretor, soube emprestar-lhe um cunho de sodalício onde se cultiva a nossa História, com especial carinho e sob seus múltiplos aspectos.

-
- 3) Na sessão de 13 de junho de 1893 é apresentada à Câmara Municipal de Campinas a seguinte moção.

“Indicamos que na Ata de hoje seja lançado um voto de profundo pesar pelo falecimento do sr. dr. Ricardo Gumbleton Daunt, considerando que esse venerando cidadão como vereador da Câmara Municipal prestou durante muitos anos serviços de real importância a este Município, pelo que a sua memória é incontestavelmente digna de respeito desta Corporação.

Portanto, com esta merecida homenagem à memória daquele cidadão, cujo devotamento e dedicação pela prosperidade de Campinas são realmente reconhecidos, a Câmara, além da prova que dá de reconhecimento dos serviços prestados pelo ilustre morto, procede de maneira correta: cumpre um dever. Campinas, 13 de junho de 1893. (aa) — José Paulino, João Aranha, Gomes Pinto, Antônio Lapa, C. Kaisal, José Falque.

Os vereadores Dr. Melchert, Coutinho e Ricardo Coelho, ausentes da sessão em que foi apresentada a indicação, declaram-se solidários com a manifestação da maioria dos seus colegas.

-
- 4) Na então rua do Imperador n. 10, depois Marechal Deodoro ns. 12, 26 e, atualmente, 1.117.

Apêndice I

BIBLIOGRAFIA

- A. A. DA FONSECA — “D. Antônio Joaquim de Melo”, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo*, vol. II (págs. 317 a 319), 1896 e 1897.
- A. POMPEU — “Os paulistas e a igreja”, I e II vol., 1929.
- AFONSO TAUNAY — “IV Centenário da Fundação de São Vicente — João Ramalho e Santo André”, conferência, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo*, vol. XXIX (págs. 59 e 119), 1939.
- ALFREDO ELLIS JR. — “Populações Paulistas” (págs. 230), 1934.
- ANTÔNIO AUGUSTO DA COSTA AGUIAR — “O Brasil e os Brasileiros” (pg. 5), *Tip. Comercial, rua Santo Antônio, 60, Santos*, 1862.
- ARISTIDES MONTEIRO DE CARVALHO E SILVA e ROBERTO THUT — “A Pedra d'Armas de Campinas”, in *Revista do Arquivo Municipal, de S. Paulo*, vol. XXVIII, 1936.
- AUGUSTO VITORINO ALVES SACRAMENTO BLAKE — “Dicionário Biográfico Brasileiro”, Ricardo Gumbleton Daunt, vol. VII (pg. 181). 1900.
- BENEDITO OTAVIO — “Campinas e a Independência”, 1922.
- BENEDITO OTAVIO — “História Religiosa de Campinas”, in “A Tribuna”, Campinas, 1924.
- BRAZ DE SOUZA ARRUDA (Dr.) — “O'Connor D'Arlach”, in *Revista da Faculdade de Direito de S. Paulo*, vol. XX (pg. 198), ano 1912.
- BUENO AZEVEDO FILHO — “Dois Estudos de Heráldica” (pg. 73), 1936.
- CARLOS MAGALHÃES DE AZEVEDO — “O Dr. Ricardo Gumbleton Daunt”, in *Revista do Brasil*, n. 50, vols. IX (pg. 109) e XIII (pgs. 111 a 115), 1920.
- CARVALHO FRANCO — “Os Camargos de S. Paulo” (pg. 15), 1937.
- CARVALHO FRANCO — “O Título dos Arrudas Botelhos”, in *Revista de Estudos Genealógicos de S. Paulo*, ano I, n. 2 (pg. 236), 1937.
- ESTEVAM LEAO BOURROUL — “Hércules Florence” — 1900.
- ESTEVAM LEAO BOURROUL — “O Dr. Ricardo Gumbleton Daunt” — 1818-1893-1900.
- ERMELINO DE LEÃO — “Vultos do passado paulista”, Curitiba, Paraná, — 1923.
- IRMANDADE DO SENHOR DOS PASSOS — “Compromisso da Irmandade do Senhor dos Passos de Campinas” (págs. 12 a 14), 1865.
- J. F. DE ALMEIDA PRADO — “Primeiros Povoadores do Brasil — 1500-1530” — (págs. 110 e 111) — 1935.
- J. M. MONTERO (Padre) — “Lembrança do XXV aniversário do Colegio de São Luiz de Itú” (pg. 12), 1892.
- J. REMÉDIOS MONTEIRO — “Biografia — Dr. Antônio Luiz Patrício da Silva Manso”, in “Gazeta Médica da Baía”, n. 12 (pg. 561), 1888.
- JOAQUIM GOMIDE (Dr.) — “Dircurso alusivo à comemoração do 1.º Cen-

- tenário do nascimento do Dr. Ricardo Gumbleton Daunt", proferido na Câmara dos Deputados do Estado, in "Anais do Congresso do Estado, 1918.
- JOHN DAUNT (Rev.) — "Some account of the Family of Daunt", — 1899.
- JOHN O'HART — "Daunt Family", in "Irish Pedigrees" (pg. 442), 1881.
- JOHN O'HART — "The Irish and Anglo-Irish Landed Gentry" — 1884.
- JOSÉ LUIZ ALVES (Comendador) — "Elogio Histórico dos treze sócios nacionais e estrangeiros" — ano 1893 e 1894 — in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, (págs. 14 a 17), 1895.
- LEOPOLDO AMARAL — "Campinas — Recordações", 1927.
- MÁRIO DE SANCTIS (Dr.) — "Carimbologia", in "Boletim da Sociedade Filatélica Paulista" n. 21 — 1934.
- RAFAEL DUARTE — "Discurso — Centenário da Independência do Brasil" (pág. 8) — 1922.
- RICARDO GUMBLETON DAUNT — "Tradições Paulistas" — Dna. Maria Justina de Camargo, in Revista do Instituto de Estudos Genealógicos de S. Paulo, ano I, n. 1 (pg. 192) — 1937.
- ROBERTO THUT — "O Correio de Campinas e seus Primitivos Carimbos", in Brasil Filatélico n. 46/47, Rio de Janeiro, 1939.
- RODRIGO OTAVIO LANGAARD DE MENEZES — "Minhas memórias dos outros", 1.ª série (pg. 18), 1934.
- SILVA LEME (Dr. Luiz Gonzaga) — "Genealogia Paulistana", vol. I — 1903.
- SOCIEDADE LEGIÃO DA CRUZ — "Relatório Anual" (pgs. 11 e 12) — 1894.
- UM CARMELITANO — "Pro Aris et Tocis — Da Matriz Velha da Conceição à Nova Matriz do Carmo — 1739/1939", Campinas — 1939.
- UM PROFESSOR CAMPINEIRO — "Monografia de Campinas" (pg. 31) — 1922.
-
- ATA DA 8.ª SESSÃO — Falecimento do Dr. Ricardo Gumbleton Daunt, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 56, parte 2.ª (pág. 178) — 1893.
- ATOS E ANAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS, publicados pelos jornais.
- ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA PROVÍNCIA DE S. PAULO — 1854/1855.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO — NO ANTIGO E NO NOVO REGIME — 1834-1918 (pgs. 26 a 29).
- ENCICLOPÉDIA E DICIONÁRIO INTERNACIONAL — "Ricardo Gumbleton Daunt", vol. VI, (pg. 3.342).
- LIVRO DE OURO DE RICARDO GUMBLETON DAUNT — Poliantéia comemorativa do seu primeiro centenário natalício, a 30 de agosto de 1918.
- OUR OWN CATHOLIC MAGAZINE, 1893.
- REVISTA DO CENTRO DE CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES DE CAMPINAS — ns. 46-47 (pgs. 21-22) — "O Dr. Ricardo (G.) Daunt", — 1920.
- SOCIETY FOR THE PRESERVATION OF IRISH LANGUAGE, 1885-1886, 1886-1887, 1888-1889 e 1891.

APÊNDICE 2

Da ata da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, realizada a 16 de março de 1854, em cuja "ordem do dia" entrou em primeira discussão o projeto p. 15 daquele ano, sobre a construção do Monumento do Ipiranga, apresentado pelo deputado Manuel Eufrazio, consta o seguinte:

"O Sr. Ricardo: — Sr. presidente, que as nações invoquem o auxilio das belas artes para perpetuarem por símbolos de duração sempiterna as recordações daqueles feitos que por sua natureza heróica refletem lustre, cujo brilho jamais diminuirá sobre os povos entre os quais eles appareceram, nada mais natural; e as nações que assim procedem obedecem ao mesmo tempo a um dos mais nobres instintos da humanidade e consagram uma prova de sua illustração e de sua capacidade para apreciar devidamente a grandeza moral do belo Estético reduzido a formas palpaveis, brilhantes concepções que o génio e a inspiração mais elevada imprimem no mármore, no bronze, e sobre o pano que assim por seus esforços chegam a — como que divinizar. E não há dúvida alguma que aqueles povos, que mais suscetiveis de simpatia se têm mostrado para com as artes estéticas, occupam até hoje, no respeito da raça humana, uma posição muito mais elevada do que esses outros que, desprezando essas tão nobres inspirações, e procurando a mera utilidade, o aumento dos gozos materiais, enfrontam-se em uma carreira exclusivamente industrial. Quem não sympathizara muito mais com essas monarchias asiáticas, envolvidas hoje em uma sombra tão misteriosa, que nos legaram as maravilhas de Babilônia e Nínive, cujos restos estão sendo hoje expostos de novo às nossas vistas depois de cobertas e escondidas por tantos séculos, do que com o povo comercial e materializado da Holanda? Quem não ambicionaria para a sua raça as glórias daquela raça cheia de sentimentos tão elevados, a raça Pelágica que doou ao mundo admirado os milagres, os portentos da arte da antiga Tebas e que encheu Atenas com as produções mais sublimes dos seus esculptores e architectos? E porisso, Sr. presidente, declaro que considero em uma condição pouco superior à do embrutecimento desprezível, todo e qualquer povo que não deseja realizar pensamentos semelhantes àquele consignado no projeto atualmente em discussão. Assim, Sr. presidente, entendo que é altamente nobre e digno das nossas sympathias esse pensamento, que quer fazer tributário das glórias da nação brasileira as produções do artista, para criar um monumento digno que faça imprimir em letras indeleveis aquele grande drama, que começado nos campos do Ipiranga, e tendo ali o seu mais importante ato, foi depois consumar-se no pronunciamento monárquico das vilas do Oeste e do Sul da provincia, à cuja frente esteve Itú e foi então quando Itú recebeu o titulo de "Fidelíssima".

Uma voz: — Faltava que não trouxesse Itú para a questão.

O Sr. Ricardo: — Se se tivesse estudado a fundo a história do movimento da independência nesta provincia, não haveria aqui ninguém que estranhasse que eu acidentalmente ligasse e collocasse em relação o brado que souo nos campos do Ipiranga, como movimento das vilas coligadas à cuja testa então se achava a vila de Itú, hoje cidade, que em verdade então se cobriu de glórias, intervindo para salvar a monarchia ameaçada pelas intrigas da capital, fato reconhecido por S. M. o Imperador D. Pedro I quando ele premiou essa dedicação, condecorando Itú com o titulo de "Fidelíssima".

Mas, Sr. presidente, ao mesmo tempo que reconheço tudo isto, entendo que devemos ter todo o cuidado em tratar de uma matéria tão elevada de uma maneira perfeitamente conveniente. — E que não devemos, quer

por uma acumulação de detalhes, quer por um caracter nimiamente regulamentar, que se queira dar a projeto semelhante incorrer no perigo de em alguma sorte amesquinhar o objeto de que se trata, objeto a respeito do qual entendo que qualquer deliberação da Casa deve ser concebida em termos, cuja simplicidade esteja em harmonia com a sua grandeza. Entendo que o projeto atualmente em discussão peca por este lado.

O Sr. Barata: — Apoiado, é muito regulamentar.

O Sr. Ricardo: — Sem dúvida é muito regulamentar. Não contente de dar uma forma material, um corpo àquilo que está no pensamento de tudo quanto é paulista, entra em debates que nesta ocasião pouco cabimento podem ter.

Eu, pois, não me oponho à idéa capital do projeto e entendo que ninguém se oporá; mas julgo que conviria muito que o projeto fosse maduramente estudado, porque não o considero convenientemente elaborado para servir de base a uma discussão.

Receio que uma discussão, na qual se tivesse de objetar apartes do projeto, pudesse ser mal interpretada, que se correria algum risco de sofrer a censura de opposição a uma idéa, quando somente haveria opposição à matéria de detalhes.

A trata-se de uma parte só do projeto, não com a intenção de o discutir, porque esta discussão especial não teria agora cabimento, mas somente para dar uma prova da razão que me assiste, pedirei aos meus colegas que olhem para o art. 6.º, que dispõe quanto à escolha do pessoal que deve ser incumbido de realizar e dar execução prática à idéa do monumento que o projeto propõe fundar, artigo que contém uma relação de nomes próprios.

Enquanto a este artigo, eu digo que, se na segunda discussão do projeto nos for oferecida uma discussão especial sobre este artigo, muitos de nós havemos de nos achar colocados em uma posição assaz penosa e embaraçada.

O Sr. Valadão: — Em embaraços.

O Sr. Ricardo: — Porquanto, não duvidando nem um só instante da idoneidade absoluta de todos os cidadãos designados neste artigo, poderemos com razão duvidar da sua idoneidade relativa àquela de outros cidadãos cujos nomes não são mencionados.

Até podia-se apresentar um argumento muito valioso que destruiria logo, se fosse aceito, a pretensão do nobre deputado autor do projeto, quanto a vários nomes aqui consignados, embora sejam muito dignos, porquanto eu entenderia que em um projeto desta ordem, na escolha das individualidades, se devia procurar unir, fazer solidários, na execução da idéa, aqueles nossos patrióticos que ainda sobrevivem, que tiveram uma parte mais ou menos direta na realização do glorioso feito da Independência.

O Sr. M. Eufrázio: — Então o nobre deputado sempre quer individualidades?

O Sr. Ricardo: — Eu apontaria vários nomes de cidadãos que tomaram uma parte muito ativa naquele acontecimento, e que entretanto não se acham aqui apontados no art. 6.º; apresentaria, visto que nesta relação de nomes se faz entrar o de alguns cidadãos que naquele tempo deviam ter uma idade muito pouco adiantada, ao passo que se esquece o de alguns outros que eram atores muito reais naquela gloriosa epopéia, digo, apresentaria, v. g., o nome do Sr. Dr. Cônego Ildefonso Xavier Ferreira, que creio que foi o primeiro que no teatro desta capital aclamou naquele dia, o Sr. D. Pedro I com o título de Imperador do Brasil; apresentaria também o de outros cidadãos distintos.

O Sr. Barata: — Como do exmo. Sr. Barão de Pindamonhangaba.

O Sr. M. Eufrázio: — Quanto ao Sr. Barão de Pindamonhangaba,

guardo esclarecimentos para mostrar que foi ele quem deu o primeiro grito para a Independência nesta província; porisso nada afirmo por ora a este respeito.

O Sr. Ricardo: — É mais uma prova da impossibilidade de se consagrar em um projeto de lei todos estes pormenores que dependem de uma espécie de processo dos fatos para se chegar ao conhecimento da verdade.

Assim como também ainda nos restam cidadãos que foram daqui deputados às cortes de Portugal, e que pelo seu nobre procedimento naquela ocasião não contribuíram pouco para dar alento e ânimo ao partido patriótico nesta província; e entre estes seria injustiça deixar em silêncio o nome do Sr. Barão de Piracicaba. Temos também o nome do Sr. Cândido José da Mota, cujas virtudes cívicas ultrapassam qualquer descrição que delas poderia pretender oferecer. Esse cidadão foi a alma, pôde-se dizer, do movimento monárquico e patriótico das vilas coligadas que forma uma das mais brilhantes páginas na história de nossa independência nacional, e tudo merecendo existe hoje em uma posição muito modesta.

Em razão pois dos princípios que expendi, entendo que o projeto deve ser remetido a uma comissão, mesmo sem ser aprovado em primeira discussão. Desejo que o nobre deputado autor do projeto não pense, nem por um instante, que por eu oferecer este requerimento, haja nisto o mais leve ressaibo de indisposição pessoal, porque é princípio que eu desejaria ver adotado geralmente nesta Casa, que aparecendo qualquer projeto que não seja de sua natureza muito simples, e sendo assinado só por um, dois ou três Srs. deputados, vá sempre remetido a uma comissão a-fim-de receber aquele estudo preparatório e indispensável para que as matérias submetidas à nossa consideração possam vir com a conveniente elaboração. Desejaria muito que houvesse uma reforma no nosso regimento neste sentido. Tenho-me servido do art. 6.º do projeto como prova de que ele, no seu estado atual, não pode com conveniência ser sujeito à discussão nesta Casa...

O Sr. Rosa: — (Dá um aparte que não ouvimos).

O Sr. Ricardo: — Parece-me que realmente precedeu à confecção deste artigo a idéia de fazer um amálgama de cidadãos tirados de todas as parcialidades políticas; e creio que esta idéia de reunir num assunto tão nacional os representantes de todas as opiniões políticas nas províncias, não pode ser preferida. Mas quando se deixa ao arbítrio do governo da província a realização dessa idéia, o governo, seja de que credo for, há de empregar para esse fim pessoas que representem todas as opiniões. Quanto a este princípio creio que nada há que dizer...

O Sr. Rosa: — Então o acha bom?

O Sr. Ricardo: — Acho que o descer a esses detalhes, a essa individualização de pessoas, amesquinha o objeto que, como eu já disse, deve ser tratado com a simplicidade que melhor se harmoniza com aquilo que é grandioso e de majestoso tem o assunto.

Mas quanto à remessa do projeto a uma comissão, eu já declarei que em tese desejaria que isto sempre se praticasse; e porisso quisera que este projeto, antes de ser submetido à discussão, tivesse esse destino, a-fim-de que se possa com vantagem oferecer algum projeto substitutivo, faculdade esta que pelos estilos está proporcionada a qualquer comissão a que porventura este projeto for enviado.

Tenho alguma dificuldade quanto à designação da comissão a que deva ser remetido este projeto, e desejaria mesmo que algum dos meus nobres colegas me orientasse quanto a este tópico.

Não desejo de maneira alguma que se rejeite o projeto, pois que contém uma idéia tão nacional, tão paulistana e tão justificável, nem quero que vá a uma comissão para ser abafado; e creio que as comissões da Casa presentemente não merecem censura alguma nesse sentido; antes

creio que as comissões do ano passado e deste ano, tem-se portado de maneira que as torna muito dignas dos agradecimentos da assembléa e do público, creio que nas pastas dessas comissões não se acham retidos nenhuns papéis de importância. Desejo pois tão somente que o projeto, não estando formulado de modo correspondente ao que temos em vista, seja examinado, estudado e substituído por outro que nos possa satisfazer completamente.

Mas julgo que o projeto não deve ir para a Comissão de Obras Públicas, porque seria amesquinhar o assunto, visto que essa Comissão de Obras Públicas, Comércio e Indústria é uma comissão com tendências materiais. Não faço injustiça aos honrados membros dessa comissão, sei que nela existe um dos mais distintos literatos que esta província enumera entre seus filhos; mas o fim desta comissão é todo de utilidade material.

A Comissão de Fazenda é igualmente imprópria, porque está claro que questões financeiras, questões de dinheiro, nenhuma relação podem ter com este objeto, visto que não podemos equiparar uma questão financeira com a realização deste projeto. A Comissão de Constituição e Justiça...

O Sr. Barata: — Se sair daí, não sei para onde irá.

O Sr. Mendonça: — Para a Comissão Eclesiástica.

O Sr. Ricardo: — A Comissão de Constituição e Justiça talvez seja mais própria, entretanto que não a julgo inteiramente própria para o fim que temos em vista.

O Sr. Eufrázio: — Chegue logo à de Redação, que é o melhor.

O Sr. Ricardo: — A Comissão de Redação trabalha sobre o vencido na Casa.

O Sr. Eufrázio: — Também redige trabalhos para poderem ser discutidos.

O Sr. Valadão: — É melhor requerer uma comissão especial.

O Sr. Ricardo: — Eu talvez pudesse justificar a remessa do projeto à Comissão de Constituição e Justiça; mas acho realmente melhor que autorizemos a Mesa ou ao Sr. presidente da Assembléa a nomear uma comissão especial, para que examine este projeto e apresente o seu parecer com a brevidade que comporta a importância da matéria. Neste sentido, pois, pretendo mandar à Mesa um requerimento. Lê, apoia-se e entra em discussão o requerimento do Sr. Ricardo."

Em seguida, o deputado Manuel Eufrázio passou a proferir o discurso que se vê abaixo:

"O Sr. M. Eufrázio: — Sr. presidente, o nobre autor do requerimento, no desejo de fazer com que o projeto vá a uma comissão para ser melhor elaborado, apenas contentou-se em demonstrar que alguns nomes ilustres deixaram de ser contemplados no artigo 6.º.

O Sr. Ricardo: — Impugnei a forma porque se acha redigido o projeto.

O Sr. M. Eufrázio: — O nobre deputado, exigindo que este projeto vá a uma comissão, está completamente no seu sistema. Vimos que o nobre deputado, tratando por exemplo sobre a praça de Itú, exigiu que uma comissão desse o seu parecer apresentando medidas no sentido de melhorar o estado dessa praça.

O Sr. Ricardo: — Não me lembro disso.

O Sr. M. Eufrázio: — Não estou certo qual foi um outro pensamento que o nobre deputado trouxe à Casa e o empurrou para uma comissão. Enfim o nobre deputado, quando tem qualquer idéa, sempre quer que outros a levem a efeito.

O Sr. Ricardo: — É modéstia.

O Sr. M. Eufrázio: — ...e portanto como não há de querer que o mesmo aconteça a respeito das idéias de qualquer de seus colegas? Assim, Sr. presidente, o nobre deputado está nos seus princípios, está no seu sistema.

Não tenho presunção; não é possível que eu suponha estar este meu trabalho perfeito. Julguei ser conveniente que se levantasse um monumento no Ipiranga, apresentei essa idéia, aos nobres deputados cumpre aperfeiçoá-la, e é o que eu esperava do nobre deputado o Sr. Ricardo. O honrado membro, sendo tão ilustrado, tão patriota, etc., e tendo o projeto em sua casa, devia ter apresentado agora um substitutivo, visto não achar bem formulado o meu projeto. Era assim que o nobre deputado mostraria bons desejos e aplicação.

O Sr. Ricardo: — Não me julgo o mais próprio para isso.

O Sr. M. Eufrázio: — É modéstia do nobre deputado. Suponho não ser muito parlamentar termos uma idéia e mandarmos que outrem a desenvolva, quem tem qualquer idéia é de certo o mais próprio para desenvolvê-la.

O Sr. Ricardo: — Estou escudado de um precedente muito valioso; o nobre deputado residente em Sorocaba fez a mesma cousa.

O Sr. M. Eufrázio: — Não sei como o nobre deputado pode querer que um projeto que foi distribuído na Casa há tantos dias e cuja utilidade e constitucionalidade não põe em dúvida, seja remetido a uma comissão. Não vejo que disso possa resultar vantagem alguma, porque o projeto pode ser substituído agora ou emendado na segunda discussão.

O nobre deputado procurou também fazer reconhecer que não achava uma comissão a que pudesse ir este projeto convenientemente. Não sei, Sr. presidente, se é o pertencermos a esta ou àquela comissão que nos dá habilitações para tratar de qualquer matéria, assim sendo, bem, mas do contrário, sendo os membros desta Casa todos de diversas comissões, não havia inconveniente algum em que o nobre deputado já mencionasse à qual delas devia ser remetido o projeto, isto seria mais regular.

Deixo, Sr. presidente, de tratar da conveniência de quanto antes de tomarmos uma deliberação a respeito de tão importante matéria, porisso que julgo que a Casa está suficientemente compenetrada dessa conveniência. é desnecessário qualquer desenvolvimento, e assim espero que adotará aquela medida que em sua sabedoria julgar mais acertada; na certeza de que pouco me importa que o projeto passe tal qual se acha ou modificado ou mesmo substituído.

O que desejo é que a idéia seja abraçada, que o Ipiranga possua um monumento digno dos atos que ali se praticaram, parta o projeto donde partir. Não quero a glória da paternidade, esta de certo não me pertence, porque a idéia da construção de um monumento no Ipiranga é uma necessidade que há muito todos os corações paulistanos sentem, todos os brasileiros reclamam."

Não havendo mais quem peça a palavra, julga-se o requerimento discutido e é rejeitado.

Logo depois, o deputado Ribas ofereceu outro projeto com idêntico fim e assinado por vários deputados. Julgado objeto de deliberação e dispensado de impressão, ficou para entrar na ordem dos trabalhos.

APENDICE 3

OFERTAS DO DR. RICARDO GUMBLETON DAUNT
AO INSTITUTO HISTÓRICO BRASILEIRO

De 1847 a 1893

M A N U S C R I T O S

Tomo XV

- 1) Manuscritos dos Taques Pompeus — na Revista, vol. 18. Nobiliarquia Paulistana de Pedro Taques (tít. Arrudas, Botelhos e Sampaio) 22-8-1851.
- 2) Notícia genealógica de Francisco Pacheco Domingues, de Itú — 24-10-1851.
- 3) Suserania de uma grande porção do sul do Brasil, por Francisco do Monte Carmelo — 21-11-1851.
- 4) Duas poetas do Capitão-mor Vicente da Costa Góis e Aranha — 21-11-1851.

Tomo XXIII

- 5) Vida do Padre Mestre Estanislau de Campos São José, religioso da Companhia de Jesus; escrita em latim pelo Padre José de Campos Lara — 25-5-1860.
- 6) Autógrafo do Capitão-mor de Itú Vicente da Costa Taques Góis Aranha — 5-10-1860.

Tomo XXIV

- 7) Documentos sobre o município de Campinas da Província de São Paulo — 12-7-1861.

Tomo XXVII

- 8) Portaria de D. Luiz Antônio de Sousa a Francisco Barreto Leme, ordenando a fundação de Campinas, em 1774 — (Of. em 1864).

Tomo XLIII

- 9) Vários documentos a respeito dos emolumentos pagos com o trigo em São Paulo, 1765 — 28-5-1880.

OBRAS IMPRESSAS

Tomo 26

- 1) Antiguidades da Irlanda — Dublin — 2 volumes.

Tomo 40

- 2) Catecismo da língua portuguesa e brasílica — Sem folha do rosto.
- 3) The aryan origin of the gaelic race and language — London, 1875.
- 4) Poliantéia nova — Francisco Furtado, 1607, in folio.
- 5) Vida do veneravel Padre Belchior de Pontes — Lisboa, 1752.

Tomo 42

- 6) On the gaelic etymology — London, 1877.

Tomo 45

- 7) Monitor Católico — 1881 a 1882.

Tomo 54

- 8) Biblioteca Boliviana — Mojos e Chiquitos.

PUBLICADO

- 1) Explicação da geração de Pedro Afonso, manuscrito de 1613, ou o cruzamento dos europeus com mulheres indígenas — LI, 2.º, 91.

Documentos relativos à questão Monsanto- Vimyeiro (*)

Por El Rey

A Gomes Freire de Andr.a Gov.or e Capp.m Gn.al
da Capp.nia do R.o de Janr.o e do seu Cons.o
Nov.o — 20 — 1749

S.e informar do estado da Capitania de S. Vicente, do seu valor, e do rendimento, que nella compete ao Donatario.

Dom João por graça de Deos, Rey de Portugal e dos Alg.es daq.m, e dalem mar em Africa Snr. de Guiné &c.a

Faço saber a vos Gomes Freire de Andrada, Governador e Capp.m general da Capp.nia de Ryo de Jan.ro, que Dom João de Faro Prellado Patriarchal me reprezentou como tutor de seu sobrinho o Conde de Vimieyro, que eu fora servido mandar se comprasse para a minha real faz.a a Capp.nia de S. Vicente, chamada hoje da Conceyção, que fora dos ascendentes delle supp.e, e de que eu mandara ajustar a d.a compra com o Conde da Ilha por ter sido possuida por seu Pay, e Avó; e porq' elle supp.e lhe tinha movido húa cauza sobre a mesma Capp.nia, em que mostrava ser injusto aquella posse, e pertencer o seu dominio á casa de seo sobrinho, o que tinha impedido emte agora as deligençias, que deviaõ preçeder ao dito contrato, q' elle supp.e não quer retardar por ser taõ interessado na sua averiguação, como o Conde supp.do, que não deixaria de convir na expedição das suas ordens se estivera presente nesta Corte, porque determinada a cauza, que pendia entre elle e o supp.e, se podia logo effectuar a compra da d.a Capp.nia, aproveitando-se utilm.e o tempo, que se ha de consumir na sua disputa: Me supplicava fosse servido mandar, que junta esta sua petição aos maes papeis se puzesse tudo na minha real presença, para tomar neste cazo a providençia que pareçesse mais conveniente a meu real serviço; o q' visto Me pareçeo ordenar vos informeis com vosso

(*) Cópias oferecidas pelo Dr. Afonso de E. Taunay. — N. da R.

parecer do presente estado desta Capp.nia, do seu valor, do rendimento, que nella compete ao Donatario, e de como os que até aqui o tem sido satisfizeraõ as suas obrigaçoens, ouvindo p.a esse effeito por escrito aos Provedores da Faza, e Ouvidores dessa Cid.e do Ryo de Jan.ro, e S. Paulo.

El Rey nosso Snr. o m.dou pellos Dez.es Fernando José Marques Bacalhao, e Diogo Rangel de Alm.da Castello Branco Consr.os do seu Cons.o Ultram.ro

Theodorio Cobellos Pereira a fes em Lisboa a 20 de Novembro de 1749.

O Secretario Joaq.m Miguel Lopes de Lavre a fes escrever.

Fern.do Jose Marq.s Bacalhau.

Diogo Rangel de Alm.a Castellbr.co

(Fls. 204 a 205 v do Vol. 35 das Cartas Régias — Secção Histórica do Arquivo Nacional.)

Ex.mo S.r Govern.or e Cap.m G.l

Para satisfazer com informaçãõ, q' V. Ex.ca me pede desta Cap.nia respectiva a materia contheúda na Provizaõ R.l de 20 de Novembro de 1749, expedida a requerim.to do Prelado Patriarchal D. João de Faro, exponho a V. Ex.ca o q' colhi dos L.os antigos de Reg.o desta Provedr.a, dos quaes consta, ainda q' confusam.te, houveraõ dous Donatarios, a saber o Marquez de Cascaes D. Luiz Alvz' de Castro e Souza, a q.m succedeo D. Luiz Alvz' de Ataide de Castro e Souza, taõbem Marquez de Cascaes, os quaes fizeraõ rendam.to da Cap.nia de S. Vicente, e S. Paulo a varias pessoas já por si, e já por seos Procuradores, por cuja conta correõ a recadaçãõ do rendim.to q' lhes pertencia, e naõ era m.to, pois por triennio consta se lhes dera de rendam.to 320\$000, e senaõ declara quaes fossem as Villas, e Lugares da sua Cap.nia, mas antes pelo contr.o se encontra nos mesmos Livros q' os Condes da Ilha do Principe Fran.co Luiz Carn.ro e Souza, e Ant.o Carnr.o de Souza se intitularaõ Donatarios da mesma Cap.nia de S. Vicente, S.tos, S. Paulo, Ilha grande, Parnaguã, Iguape, Cananea da Cap.nia de N. Sr.a da Conceyçãõ de Itanhaé, S. Fran.co das Chagas de Taubatê, Goaratinguitã, Jacarehy, Pindamunhangaba, Sorocaba, Ubatuba, cujas terras por suas Procuraçoens declaraõ serem da sua doaçãõ, aliaz haverem sido doadas pelo Snr. D. Joaõ 3º a Martim Afonso de Souza trezavo do referido Francisco Luiz Carnr.o e Souza, e q' a recadaçãõ do rendim.to respectivo aos mencionados Donatarios a faziãõ seos Procuradores por elles nomeados, os quaes nenhum já vive, e sô permanece nos L.os da faz.da r.l 7º, 8º, e 9º os reg.os das Procuraçoens dos d.os, e outrosim o da Carta de Confirmaçãõ, o q' tudo visto, me persuado q' houveraõ aqui duas Cap.nias diversas, húa do Marquez de Cascaes, outra do

Conde da Ilha; mas não sey distinguir, quais dos Lugares, e povoaçõens pertenceraõ a aquelle, e quais dos Lugares, e povoaçõens pertenceraõ a aquelle, e quais a este, pois elles mesmos o não sabião, seg.do se mostra do reg.o das suas Procuraçoins, q' lidas fazem húa total confuzaõ; e menos sey o q' rendiaõ p.a elles por não constar dos referidos L.os

Do 11º de reg.os consta de húa carta de S. Mag.de, scilicet do Snr. D. João 5.º de saudoza memoria de 6 de 7.bro de 1712, firmada pela sua r.l mãõ, escripta ao Gov.or Fran.co de Tavora do theor seg.te — Por m.tas rezõins, q' se offereceraõ de meu serviço fui servido rezolver q' se comprasse por conta de m.a real faz.da 50 legoas de costa, q' o Marquez de Cascaes possuia no estado do Brasil em a Cap.nia de S.tos, e S. Vicente de q' era Donatorio incorporandose na Coroa as jurisdicoins, Senhorios, e rendas q' tinha o d.o Donatario, como constará da escriptura, q' se celebrou com elle, a q.l se vos remette &c.a

Acha-se outra carta do mesmo Snr' do dia, e anno acima d.o, escripta ao Gov.or da Cap.nia do Rio de Janr.o em q' se contem o seg.te — Ao Ouv.or g.l ordeno soquestre todas as jurisdicoins, de q' tem uzado o Prior Duarte Teyxra Chaves, e as ponha na jurisdicaõ da coroa r.l e q' não consinta uzo algú de jurisdicaõ a nenhú dos Donatarios, e q' assim o execute sem emb.o de quaisq.r emb.os, appellaçaõ, ou agravo &c.a

E emfim se acha copiada outra carta do Ouv.or g.l q' era no Rio de Janr.o Paula de Torres Rijo Vieira, escripta ao Secretr.o do Governo, e diz assim — Vi as doaçoins, e mais papeis, q' V. M. me envia por ordem do Snr. Gn.al a resp.to do Conde da Ilha, e me parece q' nem ainda pela nova Provisaõ, q' apresenta de 29 de Março do prez.te anno, se lhe deve conceder o exercicio das d.ãs doaçoins pela contr.a Provisaõ de 14 de Abril de 1712, em q' se prohibe aos Donatarios de algúas terras desta Cap.nia o uzo de algúa jurisdicaõ &c.a

Todo o referido em suma hé o q' dos L.os colhi, e me parece q' com bast.e fundam.to concidero aqui, como no principio desta expuz a V. Ex.ca, ter havido duas Cap.nias, ou duas partes de terras, pertencentes húas ao Marquez de Cascaes, e outras ao Conde da Ilha, porem não acho clareza, nem noticia individual p.a distinguir as q' foraõ da doaçaõ do Marquez das q' foraõ, ou saõ do Conde da Ilha; e sô por algú Piloto perito, e pratico da Costa, e seos certos se poderá conseguir essa distincãõ â vista das Cartas dos mencionados Donatarios. Termos, em q' não posso informar a V. Ex.ca do q' rende, ou rendeo esta Cap.nia p.a os referidos Donatr.os, pois elles fizeraõ os seus rendam.os, e cobranças por seos Procuradores, q' todos saõ ao prez.e fallecidos; e menos posso informar do como satisfizeraõ

as suas obrigaçõs, posto q' encontro algúas Provizõs, e Cartas patentes, das quais se mostra q' elles apresentavaõ Capitães Mores, Ouvidores, os quais eraõ confirmados pelos senhores Reis, q' então viviaõ. E pelo q' respeyta ao prez.te estado desta Cap.nia, sô posso dizer q' S. Mag.de em toda ella recada pelos seos Ministros da faz.da Dizimos, Passagens de rios, Subsidios, Direytos de Officios, de escravos de Guiné, de entradas de cavalgaduras de S. Pedro do Sul, de cruzados de sal, q' aqui tem consumo, como consta das rellaçõs q' em cada hum ano se remettem ao Cons.o Ultram.o, e no prez.te anno se tem remettido: outrosim mais se recada a Dizima tocante a Alfandega, a q' pertence ao contrato della, e ao Contratador do Rio de Jan.ro, por se lhe haver anexado ao seo contrato, e tudo por ordens reaes, q' hã p.a isso; e me não consta q' os referidos Donatarios recadassem couza algúa depois das reaes ordens citadas nesta informaçãõ.

Praça de Santos 22 de Abril de 1751.

Do Prov.r da faz.da R.l de S.tos

Joseph de Godoy Moreyra

(Fls. 206 a 207 v do Vol. 35 das Cartas Régias — Secção Histórica do Arquivo Nacional.)

Senhor

A coatro pontos se reduz a materia sobre que V. Mag.e he servido mandar-me ouvir pella real ordem junta passada a requerim.to de D. João de Faro, como Tutor de seu sobrinho o Conde de Vimieyro, e vem a ser.

Primeyro o estado da Capitania de Saõ Vicente chamada da Conceyçaõ.

Segundo o seu vallor.

Terceyro o rendimento, que nella pertencia ao Donatario.

Quarto, se os que athe aqui o tem sido satisfizeraõ as suas obrigaçoens.

Emquanto ao pr.o ponto encontro equivocaçãõ na dita ordem a respeito do nome da Capitania vistos os docum.tos, que acompanhaõ; porque a Capitania de Saõ Vicente sempre foy distinta da Capitania da Conceyçaõ, e cada húa dellas fundada por diversas pessoas. A de Saõ Vicente se chamou assim em seu principio, por ser a sua Capital húa Villa deste nome, situada na Ilha de Santos, junto ao Mar, que ainda exziste aruinada, e com este nome se conservou m.s ann.s esta Provincia, ou Capitania; e ainda hoje os Geografos estrangeiros lho daõ nas suas Cartas, e Mappas. Depois de alguns annos no de mil seiscentos e oitenta e tres, por provizaõ do Marques de Cascaes Donatario da dita Cap.nia, passou a ser Capital a Villa de Piratininga (hoje Cidade de Saõ Paulo) de que lhe foy dar posse

o Capitão Mor Diogo Pinto do Rego em o dito anno de 1683, e desde esse tempo p.a ca ficou sendo Capitania de São Paulo, a que the então se chamava de São Vicente. A Capitania porem da Conceyção cuja Capital he a villa de Nossa da Conceyção de Itanhaem (sic!) foy sempre distinta da outra Capitania, e fundada por Martim Affonso de Souza, quando veyo ao Brazil a povoar a Capitn.n.a de cem legoas de terra de que lhe havia feito m.ce o Snr. Rey D. Joaõ o terceyro, que saõ as que se achão demarcadas, no docum.to junto, e vem a ser sincoenta e sinco legoas, que começã de treze legoas ao Norte de Cabo frio, e acabaõ no Ryo Curparer, e dahy discurrendo o rumo que se acha designado no dito docum.to acabaõ na Altura de vinte e trez graos, e as corenta e sinco, que faltaõ p.a preencher as cem legoas de doaçã começã do Ryo de São Vicente e acabaõ dose legoas ao Sul da Ilha da Cananea.

Esta he a Capitania de Martim Affonso de Souza; que lhe foy dada pelo Snr. Rey D. Joaõ o 3.o por carta passada em Evora em o anno de 1534, e depois confirmada na Pessoa de Francisco Luis Carneyro Conde da Iha do Principe, terceyro Neto do dito Martim Affonso de Souza, pello Snr. Rey D. Pedro 2.o, por Carta passada em Lx.a aos 3 de M.ço de 1666, e confirmada mais pello Snr. Rey D. Joãõ 5.o na Pessoa de Antonio Carneyro de Souza Conde da Ilha filho do sobred.o por Carta passada em Lisboa aos 19 de Fevr.o de 1709, registadas no L.o 9.o dos registros da Provedoria de Santos a fol. 165 v et sequent.s

O Irmaõ de Martim Affonso de Souza, chamado Pedro Lopes de Souza, a quem o m.o Snr. Rey D. Joãõ 3.o tinha feito m.ce de oitenta legoas de terra na Costa do Brazil veyo fundar a sua Capitania, e a fes entre as terras que tinha tomado seu Irmaõ Martim Affonso, constituiu por Capital a Villa de São Vicente que fica na Ilha de Santos; e desde a dita V.a de S. Vicente, incluzive se extendia pela Costa athe a villa de Ubatuva excluzive: e como os dous Irmaõs fundaraõ suas Capitancias taõ perto hũa da outra, tiveraõ seus sucepores varias demandas, e duvidas sobre a qual das Capitancias pertenciaõ as Villas que novam.te se fundavaõ, tanto na Costa, como no Certaõ dentro.

De cuja confusaõ nascia, que tanto o Conde de Monsanto Marquez de Cascaes, que succedeo, e foy Donatario da Captn.n.a de Pedro Lopes de Souza, como os Condes da Ilha, que succederaõ e foraõ Donatarios da Capitania de Martim Affonso de Souza, huns e outros se apellidavaõ Snr.es Donatarios, e Alcaydes Mores, da Capitania de São Vicente, e São Paulo, como consta de varias, e repetidas procuraçõens dos ditos Donatarios, que faziaõ aos Capitaens Mores, p.a lhes recadarem as suas

rendas, e direitos; as coais se achão registadas nos Livros da Provedoria da Fazenda Real de Santos; pois no L.o 7.o dos registos a fol. 56 se acha húa procuração feita em Lx.a aos 20 de M.ço de 1691, pello Conde da Ilha a Christovão de Azevedo Barreto, p.a lhe cobrar, e executar todas as pessoas, que lhe fossem devedoras, na sua Capitania de Nossa Snr.a da Conceyção de Itanhaem, e se intitulla do modo seguinte — Francisco Luis Carneyro de Souza Conde da Ilha do Principe, &c.a Governador da Capitania de São Vicente, Santos, São Paulo, Pernambuco, Ilha Grande, Tapizes, Cananea, Iguape, Bertioga, &c.a, e no mesmo Livro se acha outra feita em 25 de Jan.o de 1700, em q' se intitula — Fran.co Luis Carnr.o &c.a Donatario, e Alcayde Mor da Capitania de São Vicente, Santos, São Paulo, Ilha g.d.e, Pernagoa, Cananea, &c.a

E a fl. 72 v.a do mesmo Livro se acha húa procuração feita em Lx.a em 23 de M.ço do mesmo anno de 1691 pelo Marquez de Cascaes, a seu, Primo Luis Cesar de Menezes para cobrar as rendas caidas da sua Capitania, e se intitulla do modo seguinte — D. Luis Alves de Castro e Souza Marques de Cascaes Snr. e Cap.am G.nl da Capitania de São Vicente, e São Paulo, no Estado do Brazil, &c.a e a fl. 136 do Livro nono esta outra procuração do Conde da Ilha feita em 4 de Abril de 1709, em que se intitulla — Antonio Carneyro de Souza &c.a Governador e Cap.am g.nl da Capitania de Nossa Snr.a da Conceyção de Itanhaem, São Vicente, Santos, São Paulo, Parnagoa, São Francisco das chagas, Ilha g.d.e, Tapizes, Cananea, Iguape, Bertioga, Guaratinguitá, Iacarahy, no Estado do Brazil, &c.a

De cuja variedade, e confusão se colhe, que athe os mesmos Donatarios ignoravaõ as terras, e Villas; que pertenciaõ as suas respectivas Capitancias, pois ambos se denominavaõ Snr.es de terras, que pertenciaõ a outra, ou seria por conservarem a pertençaõ que tinhaõ por conta das duvidas, que entre elles havia.

Mas o certo he, que a Capitania da Conceyção de Itanhaem sempre foy distinta da de São Vicente, com diversos termos, comarcas e Ouvidores, e que da prim.ra eraõ Donatarios os Condes da Ilha e da segunda os Marquezes de Cascaes, como se ve de varias sesmarias antigas.

E querendo se averiguar as villas, que diversam.te pertenciaõ a cada qual dellas achey a fl. 75 do Livro 7.o dos registos da Provedoria de Santos, registada húa pauta da avaliação dos officios das duas Capitancias, e della consta, que em cada húa havia Ouvidores diferentes, e diferentes Donatarios, e que o da de São Vicente tinha de rendim.to em cada hum anno cem mil reis, e as Villas da sua Com.ca eraõ as seguintes: São Vicente

Capital, Santos, Ilha de São Sebastião, Villa de São Paulo, Parahyba, Jundiáhy, Mogy, Jacarahy.

E a f. 77 do mesmo Livro consta, que o Donatario, e Alcayde Mór da Capitania de Nossa Snr.a da Conceyção de Itanhaem tinha de rendim.to em cada hum anno sincoenta mil reis, e que as Villas da sua Com.ca desta banda eraõ as seguintes: a Villa de Nossa Snr.a da Conceyção de Itanhaem Capital, Nossa Snr.a das Neves de Iguape, São João da Cananea, Ubatuva, Parathy, Ilha grande, Guaratinguita, Taubaté, Utuassú, Sorocaba, Pernagoa, e Ryo de São Francisco.

E respondendo ja a primeyra pergunta sobre que V. Mag.e me manda informar, digo, que as Villas da antiga Capitania da Conceyção, de que eraõ Donatarios os Condes da Ilha, estaõ hoje divididas por trez Comarcas, ou Ouvidorias da Coroa, a saber: São Paullo, Pernagoa, e Ryo de Janr.o; a São Paullo tocaõ as seguintes, a villa da Conceyção, Ubatuva, Guaratinguita, Taubate, Utuassu, e Sorocava; a Parnagoa as seguintes, Parnagoa, Iguape, Cananea, e Ryo de São Francisco; aos Ryo de Janeiro as seguintes, Parathy, e Ilha gd.e

A mim me toca som.te dar conta do estado das villas da minha comarca de São Paullo, das outras informaraõ os seus respectivos Ouvidores. A Villa de Nossa Snr.a da Conceyção de Itanhaem antiga Capital esta hoje reduzida ao estado de húa pobre Aldea, e quazi despovoada pella suma pobreza de seus moradores, e não ter comercio algum, e taõ pobre, que ha m.s ann.s tem derubada a Igr.a Matris sem a poderem reedificar as mais padecem a mesma ruinna, e miseria, com pouca, ou nenhúa melhoria excepto Ubatava, que ainda não vy, mas pello que me informaõ he peor, que a da Conceyção.

Emquanto ao vallor da dita Capitania eu julgar, sem ter inteyro conhecim.to do estado das mais villas, que estaõ fora desta Com.ca, e foraõ da dita Capitania; e ainda que o tivesse não poderia formar juizo do seu vallor, quando este se deve regullar pello tempo da venda desde o qual athe o prez.te tem variado gravissam.te o estado das couzas.

O que so posso informar he que pella Capitania de São Vicente dava a Capitaõ Mor Jose de Goes e Moraes no anno de 1710 corenta mil cruzados, ao Donatario, de que se chegou a fazer escriptura e consulta a V. Mag.de e mais seis de luvas p.a o d.o Donatario, e seu filho Conde de Monsanto, para prestar consentim.to, como me affirmou o dito Capitaõ Mor, que vive nesta Cid.e; não sey porem se de húa a outra se pode faser comparação, na bondade, e rendim.to, p.a pello preço de húa se regullar, o da outra.

A terceyra pergunta respondo, que não descubro docum.to

algun por donde conste do rendim.to, que competia ao Donatario mais, que os direytos declarados nas cartas de doação juntas, e som.te no Livro setimo dos registos a f. 77 da mesma Provedoria da Faz.da real de Santos na pauta da avaliação dos officios da dita Capitania da Conceyção, achey que ao Donatario e Alcaide Mor da mesma Capitania, competia de rendim.to em cada hum anno a quantia de sincoenta mil reis.

A f. 98 do L.o nono dos registos da fazenda real de Santos está húa escriptura pella qual consta, que o Cap.am Mor Jose de Goes e Moraes em 21 de 8.bro de 1704, fes arrendam.to ao Donatario da Capitania de Saõ Vicente, o Marques de Cascaes, de todos os seus direytos, e rendas, que lhe competiaõ, da dita Capitania (exceptuando os quintos de ouro) por trez annos, tudo pella quantia de tresentos, e vinte mil réis, que vem a caber a cada anno pouco mais de cento e mil reis, e vem a concordar, com a avalliação citada a f. 75, do L.o setimo dos registos da Fazenda real de Santos, adonde se dis que ao Donatario da Capitania de Saõ Vicente, competiaõ de rendim.tos em cada hum anno cem mil reis, e como no mesmo Libro 7.o f. 77 se dis que o Donatario, e Alcaide Mor da Conceyção, tinha som.te 50\$000 sincoenta mil réis pode se inferir, que este rendim.to era a metade do da outra. Informando-me porem com o dito Cap.am Mor Jose de Goes e Moraes arrendatario, a resp.o do, que sentio, me affirmou, que em o prim.ro anno do tres do seu arrendam.to lhe renderia ao todo seis centos mil reis, no seg.do a este resp.to, com diminuição, no terceyro coatro centos e tantos mil reis, segundo a sua lembrança.

A quarta pergunta se os Donatarios satisfiserão as suas obrigaçoens. Entendo serem estas obrigaçoens as de q. falla Lib.o 2.o tt.o 35 p. totum q' são comuas, e genericas p.a todos os legatarios e snr.es de terras, e alem dessas as q' especialm.te tiverem pellas suas doaçõens particulares. Exzaminando a carta passada ao Conde da Ilha Francisco Luis Carneyro registada a f. 165 do Livro nono dos registos da d.a Provedoria de Sitos a f. 172 acho lhe foy confirmada a doação da dita Capitania da Conceyção de elle, e seus suceçores meterem em cada hum anno na dita Capitania, des casaes de pessoas a sua custa; porem não sey, nem pude averiguar, se os ditos Donatarios cumpriraõ a dita obrigação, por ser factõ antigo, e não encontrar docum.to de que conste a sua satisfação ou negligencia.

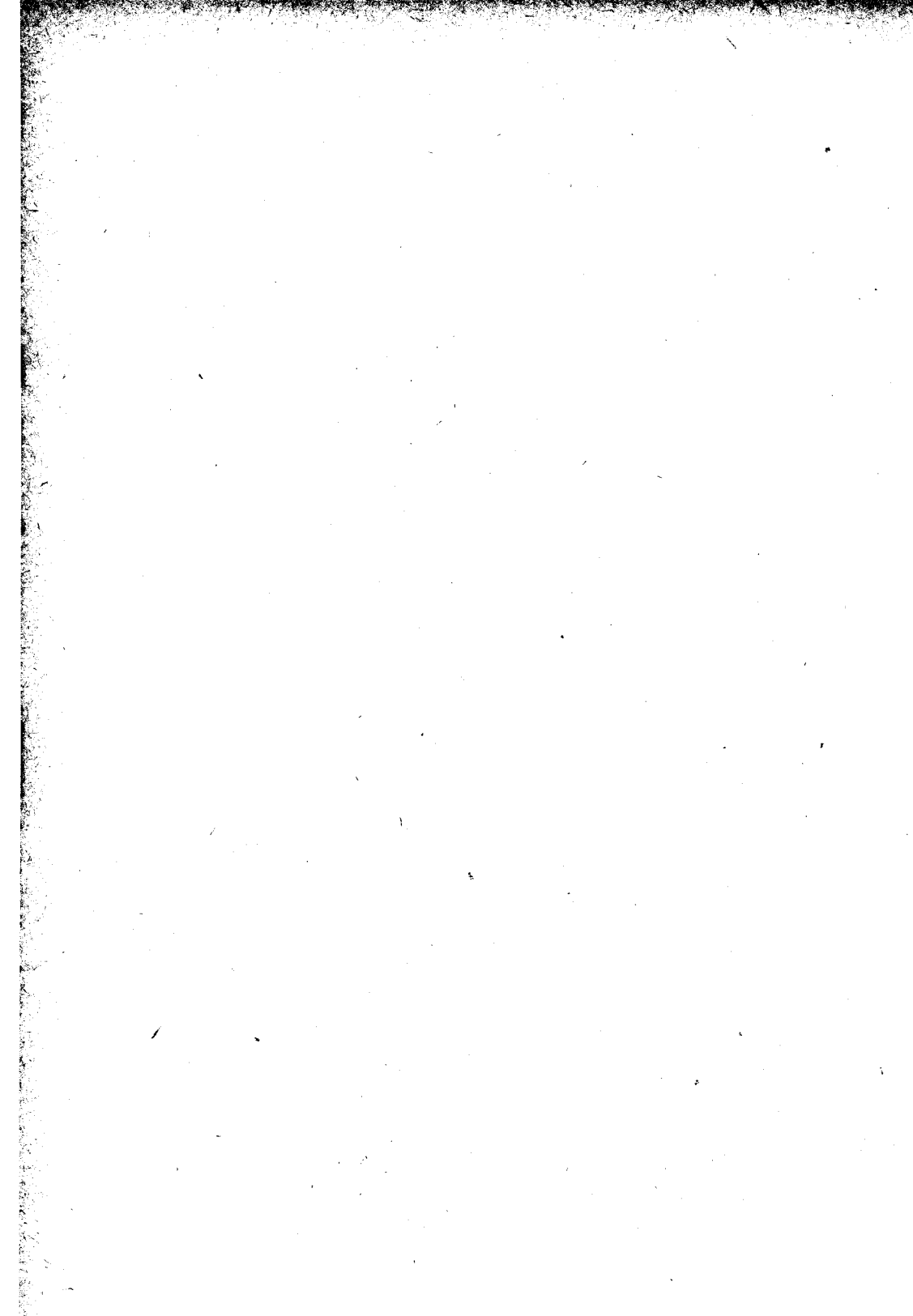
Não ha livros, nem Archivo antigo nesta Com.ca donde se possaõ extrahir noticias certas, e infalliveis destas antiguidades, porque alguns, que havia na Camera da Villa de antiga Capital os mandou queymar hum Ouvidor desta hindo a ella de correyção (como me informaraõ) e que ainda

existem na Provedoria de Santos e safados, e por Letras tão antiquadas, que se não percebem, nem podem ler: Os Livros das mais Camaras da Comarca todos são modernos, e do tempo, que esta Capitania esta pela Coroa real. He o que posse responder, e informar a V. Mag.de, que mandara o que for servido: São Paulo, Mayo 29 de 1751 annos.

O Ouv.or g.l da Com.ca de São Paulo

José Luis de Brito e Mello

(Fls. 208 a 211 v do Vol. 35 das Cartas Régias — Secção Histórica do Arquivo Nacional.)



A última e dramática obra de um grande historiador (*)

Francisco Isoldi

O notável historiador e valoroso discípulo de Beloch, Caetano de Sanctis, depois de ter feito pesquisas epigráficas na Tessália e tomado parte na exploração arqueológica de Creta e da Cirenaica subia (1900) na cátedra de História antiga da Universidade de Turim.

Em 1907 deu começo à publicação da "Storia dei Romani" que devia continuar até 1923. Esta obra, insigne pelo equilíbrio de crítica, completa de informações, orgânica fusão em tudo harmônico dos vários elementos, o elevava junto ao grande vulto de Mommsen.

Não há muito tempo saiu a "Storia dei Greci dalle origini alla fine del secolo V".

Duas obras de duas civilizações, em dois períodos longínquos da sua longa e laboriosa atividade histórica. Nesta última ele, já setuagenário, não consegue ocultar o contraste de dois endereços históricos diferentes, o que prova o estado geral do nosso tempo e do mundo inteiro.

Em revistas e artigos, De Sanctis já havia demonstrado ter-se afastado dos primeiros conceitos.

Abandonada a historiografia filologicamente entendida, passou a considerar a história como a única forma de conhecimento. Esta obra da sua velhice servirá para difundir os novos conceitos melhor do que as próprias obras historiográficas de Benedetto Croce.

Tendo sido educado na escola do documento e na pura filologia, pela qual a história humana não está em nós, da qual somos guardas e herdeiros, mas sim fora de nós, isto é, nos documentos, com o auxílio dos quais precisa reconstruí-la trabalhosa e, ele havia composto a "Storia dei Romani".

(*) Trabalho lido em sessão do Instituto, realizada no dia 5 de julho de 1941. — N. da R.

Foi uma obra laboriosíssima, e no seu tempo muito discutida, combatida ou defendida.

Negada a objetividade da reconstrução histórica, havia falhado ao mesmo tempo a história. Mas, na realidade a obra foi e será ainda útil no campo da pura filologia, na discussão e dissecação do documento.

É um campo no qual não há muito idealmente em comum com a historiografia. Precisaria, pois, refazê-la se se quisesse aplicar os novos conceitos da metodologia histórica.

Houveram estudiosos de história literária e de antiguidades clássicas, quando a sua formação era já completa, que quiseram abraçar as novas idéias de B. Croce: idéias que também hoje estão em contínua elaboração e aperfeiçoamento no mesmo autor. E obteve-se uma sobreposição muitas vezes entristecedora, mas sempre perigosa.

As novas idéias é preciso aproximar-se com alma virgem. Porisso elas encontram acolhimento e compreensão nos jovens cuja educação está em formação.

Sem negar a sua precedente atividade, De Sanctis se refez jovem, e, depois severíssima e longa preparação fechou as fontes e os repertórios de documentos, e na sua forte velhice interrogou a si próprio e a sua humanidade, para a preparação deste seu trabalho. Mas nele se percebe o penoso labor do erudito, e isto comove.

Impressioná logo a confissão que os anos cheios de acontecimentos não passaram sem que aproveitasse da riqueza nova de experiências.

E não é o passado que lhe interessa, pois que seu espírito é sério; mas sim o presente, pelo qual nos parece que ele procurara ansiosamente uma norma de vida, que seja o movente termo da sua própria vida. Característica do nosso tempo é a luta titânica entre duas concepções políticas: a democrática-liberal e a absolutística-estatalátrica.

Para o De Sanctis apresentou-se a pergunta: democracia ou antidemocracia? Estatolatria sobretudo ou completa correlação entre direitos e deveres? A tal pergunta, ele interrogou a si próprio o passado para obter normas de vida e de ações.

Vivendo com o espírito todo na grecidade, interrogou da história grega a parte que mais podia dar-lhe uma resposta segura: a história da democracia ateniense na sua evolução. Mas a alma do historiador aparece incerta, e os acontecimentos que apresenta não encontram nele a linha do seu lógico desenvolvimento. Na obra deste grande cultor da história comove-nos a tragédia do homem e do pensador. E se ela não for conduzida

logicamente, ficará um documento do estado de ânimo geral da nossa época.

De Sanctis estava espiritualmente preparado a reviver somente a parte da história grega, que encontra o seu centro em Atenas do V século.

O espírito humano não pode sentir contemporaneamente todos os problemas de um longo período **de história**.

Teríamos superficialidade de tratados de algumas partes, desordem e muitas vezes incompreensões.

A obra de De Sanctis é viva e palpitante somente na parte que trata da história da democracia ateniense. Mas em tudo aquilo que precede tal período, riquíssimo de novos pensamentos e investigações pessoais, sente-se o choque entre as duas formações do Autor, que aqui ficam sobrepostas sem ter tido a força de eliminarem-se: a primeira puramente filológico-erudita; e a outra que reconhece as suas premissas na doutrina historicística. Esta última quereria dar o tom geral, mas a primeira a sobrepuja.

Falta, pois, a visão de conjunto da Grécia antiquíssima, e da idade média helênica.

Era muito difícil fundir a personalidade humana pensadora e documento, para que se obtivesse a verdadeira história. Por exemplo, é muito mesquinho o quadro das populações dos ario-europeus, dos quais se acaba **fazendo um mito**.

Não convence a identificação, porquanto engenhosa, dos Dóricos com os Acheus. É obscura a exposição das lendas das origens.

A forma polêmico-filológica, incompatível em uma visão histórica de conjunto, ofusca capítulos muito bonitos, como aqueles que tratam de Creta prehelênica e da Grécia na idade de bronze. Pela exposição da epopéia homérica, não se compreende porque Homero interessa a história da idade média grega, se, como diz, Homero deu aos gregos a antiquíssima história nacional coletiva enquanto que os acontecimentos nacionais coletivos se iniciam com as guerras persas.

Nos períodos nos quais se sente mais a sua vontade, se podem relevar cousas interessantes, como para a expansão dos Gregos no Mediterrâneo, e especialmente para aquilo que trata das tiranias e das democracias.

Capítulo perfeito é aquele sobre as unidades regionais e as primeiras coligações que tornaram possível à Grécia de afrontar a invasão persa.

Em todo o modo é uma das maiores tentativas modernas de

ver a história grega em uma síntese completa — político-econômico-literário-filosófico-moral.

Adiante da nobre tentativa do valoroso velho erudito, eu, tendo vivido nas duas épocas, e conciente das diferenças entre os dois métodos, curvo-me com veneração.

De Sanctis aplica a nova doutrina, que o seu criador com legítimo orgulho chamou laconicamente **temporis partus masculus**.

E ao repensar e reviver um período cheio de dificuldades, e grande da história dos Gregos, quanta grandeza de ânimo há neste historiador da antiguidade clássica!

Centenário de um livro (*)

HILDEBRANDO SIQUEIRA

Fez um século, no ano de 1941, que saiu dos prelos da Tipografia de Costa Silveira, estabelecida na antiga rua de São Gonçalo n. 14, na Capital do Estado, o "Diário de viagem do dr. Francisco José de Lacerda e Almeida pelas Capitânicas do Pará, Rio-Negro, Mato-Grosso, Cuiabá e São Paulo, nos anos de 1780 a 1790 — Impresso por ordem da Assembléa Legislativa da Província de São Paulo". Trata-se de opúsculo de 89 páginas, in 16. É um claro e minudente relatório, escrito com segurança e simplicidade por conhecido e acatado sábio brasileiro, cujo nome, principalmente em Portugal, se encheu de honrarias, tornando-se dos mais notáveis na época em que viveu.

Entretanto, mesmo que o livro fosse de diminuta importância, não seria justo deixar de assinalar, embora ligeiramente, a passagem do centenário de seu aparecimento. O aparecimento de um livro, escrito com elevadas intenções, como o de Lacerda e Almeida, é, sempre, ocorrência memorável.

No caso vertente, porém, força é afirmar que se comemora o centésimo aniversário da publicação de obra, que é, a bom prazer, ótima fonte de informes sobre paisagens e costumes de extensa região brasileira, no anoitecer do século XVIII. São que farte os méritos que a exornam. Não há, pois, senão trazê-la à lembrança dos amigos da gente e terra do Brasil.

* *
*

Na décima sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo, realizada aos 17 de janeiro de 1839, sob a

(*) Trabalho entregue à "Revista", para publicação, em junho de 1941. — N. da R.

presidência de Martim Francisco Ribeiro de Andrada, o 1.º secretário, dando conta do expediente, leu um officio do secretário do governo, "remetendo uma cópia do diário do Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida nas suas viagens desde o Pará, Mato-Grosso e Cuiabá até a Vila de Porto Feliz, segundo lhe foi exigido por esta Assembléa". Encaminharam-se os papéis, a requerimento do deputado Joaquim do Amaral Gurgel, à comissão de Fazenda. No ano de 1841, em edição modesta, mas, para a época, bem cuidada, appareceu, impresso por ordem da mesma Assembléa, o interessante livro de Lacerda e Almeida. Do exemplar, que possuímos, é a fotografia, que ilustra esta nótula.

* *
*

Quem foi, porem, esse dr. Francisco José de Lacerda e Almeida? Certo, conhecem-no todos quantos se dedicam, de sobre-mão, ao estudo de nossos fastos e homens. Mas, que saibamos, nunca é de mais evocar figuras que herdaram aos pósteros nome e obras, que merecem lembrados. E, neste rol, inclui-se, não há negar, Lacerda e Almeida.

Nasceu o nosso autor na cidade de São Paulo, em meado do século XVIII. Quando, porem, teria ido para Portugal? Onde teria iniciado seus estudos? Eis um ponto obscuro de sua vida.

Sabe-se, entretanto, que, aí pela altura de 1772, cursou o primeiro ano de matemática na Universidade de Coimbra, onde, a 24 de dezembro de 1777, colou grau de doutor. Terminado o estudo universitário, veio Lacerda e Almeida para o Brasil, a-fim de desobrigar-se de importante comissão científica.

O tratado de Santo Ildefonso, destinado à fixação de nossas fronteiras com colônias espanholas, e concluído a 1 de outubro de 1777, revestiu-se de carater condicional. O governo português necessitou, porisso, de proceder a definitiva demarcação das regiões lindeiras do Brasil.

Francisco José de Lacerda e Almeida foi nomeado, então, com Ricardo Franco e Antônio Pontes, membro da terceira partida de "demarcadores, encarregada da delimitação de fronteiras desde o Jaurú até Japurá".

O "Diário", a que nos referimos e de cuja publicação se comemorou em 1941, o centenário, relata, exatamente, a viagem e trabalhos do jovem cientista.

O grande paulista partiu de Lisboa a 8 de janeiro de 1780. Chegou ao Pará a 26 de fevereiro. Começou, nesse momento, sua

DIÁRIO

DA VIAGEM DO DR. FRANCISCO JOSÉ DE LA-
CERDA E ALMEIDA PELAS CAPITANIAS
DO PARAÍ, RIO NEGRO, MATTO-GROSSO,
S. CUYABA, E S. PAULO, NOS A.
NOS DE 1798 A 1799

(IMPRIMIDO POR ORDEN DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA PROVÍNCIA DE S. PAULO.)



S. PAULO.

Na Typ. de Costa Ribeiro

Em a 1. de Junho de 1841

1841.

incansavel peregrinação através do dédalo hidrográfico e florestal do setentrião e oeste brasileiro, onde deveria exercer, por incumbência de Portugal, o árduo mister de astrónomo e cartógrafo. O regresso ao reino só foi possível em 1790.

“Regressando a Portugal, onde chegou a 21 de setembro de 1790 — dá-lo o “Enciclopédico ou Novo Dicionário da Língua Portuguesa”, de Almeida e Lacerda — fez presente à Academia Real de Ciências do “Diário” de sua última viagem de Vila Bela a Santos, acompanhado de mapa, em que descrevia parte do rio Paraguai. Mais tarde apresentou à Academia outro mapa do curso do Guaporé desde Vila Bela até o Mamoré. Este mapa era acompanhado de uma memória sobre as missões castelhanas nos confluentes do Guaporé. Foi sócio da Academia de Ciências. Foi incumbido mais tarde de realizar por terra viagem entre Moçambique e Angola. O ministro da Marinha, querendo por à disposição do dr. Lacerda toda a autoridade e recurso da colônia, nomeou-o governador subalterno dos Rios de Sena. Partindo imediatamente de Portugal, preparou esta expedição em Tete; quando chegou, porem, às terras de Cozembe adoeceu gravemente, falecendo poucos dias depois; antes de expirar fez entrega ao seu imediato de todos os trabalhos acerca da expedição; o qual por este fato desanimou, regressando a Tete. No arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro existem alguns traslados dos manuscritos e trabalhos do dr. Lacerda sobre esta empresa”.

* *

*

O livro em questão foi escrito, como o título o indica, em forma de diário, constituindo, em resumo, uma série, indiscutivelmente valiosa, de anotações referentes a costumes, fatos e aspectos de várias e quase desconhecidas regiões do Brasil, que o autor foi exarando em sua carteira de viajante. O cenário inédito e tumultuoso era, não resta dúvida, propício a epopéias. Mas Lacerda e Almeida, inteligência fria de cientista, não foi dominado, por ele. Sereno, metódico e imparcial, escreveu estas páginas com naturalidade, fugindo ao arroubo e entusiasmo, a que o ambiente o deveria tentar. Há, mesmo, nas linhas do “Diário”, certa severidade de estilo, que caracteriza, aliás, o homem afeito aos dados concretos dos estudos matemáticos. Como quer, porem, que seja, o que jamais se poderá negar é a utilidade, ainda hoje inquestionavel, de muitas observações, contidas no centenário livrinho.

Principia o diário a 8 de janeiro de 1780. “Sahi da cidade de

Lisboa — anota o autor — com todas as pessoas que da dicta cidade vinhão nomeadas para a dicta diligencia”. A 26 do mês seguinte, aporta a comitiva à “cidade do Grão Pará, onde fomos recebidos com grande agazalho dos seus habitantes”. Em companhia de João Pereira Caldas, commissário geral das demarcações da capitania, reiniciou o cientista a viagem, a 2 de agosto. Começam, aí, os penosos trabalhos, que durariam dez anos.

Escreveu, dia a dia, Lacerda e Almeida, as suas observações, durante toda a peregrinação.

A 25 de dezembro, saiu de Barcelos em demanda do Forte de São José de Marabitanas e do rio Vaupes. Chegou a 1 de janeiro do ano seguinte (1781) à “foz do rio Matique”. Daí, com Ricardo Franco e Pires Pontes, empreendeu viagem pelo rio Branco, “que desagua no Rio Negro e por outros de que constará este Diário”. Em setembro, partiu de Barcelos para a capital de Mato-Grosso. As peripécias da travessia são registadas minudentemente.

Com os companheiros mencionados linhas acima, Lacerda e Almeida deixou, a 30 de abril de 1786, a localidade de Vila Bela, **para estudar os rios Jaurú e Paraguai. Obedecia, assim, a ordens do capitão general da Capitania de Mato-Grosso, Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Caceres.**

Em setembro de 1788, partiu, novamente, de Vila Bela. Mas, agora, dirigia-se a São Paulo, onde chegou no décimo dia de janeiro de 1789, depois de pitoresca viagem quase que inteiramente fluvial. Esta parte do “Diário”, achamo-la interessantíssima, quer pelo sabor da narrativa, quer pela grande soma de informações, que nos fornece. Oferecendo-a à Academia Real de Ciências de Lisboa, externa-se Lacerda e Almeida desta maneira: — “Espero que a Real Academia se digne de acceitar este pequeno signal de veneração, com que respeito uma sociedade de homens sabios, que tanta honra fazem á Nação; e não deixo de pedir indulgencia para os defeitos, que houverem de notar, devidos não somente aos meus fracos conhecimentos, como tambem aos descuidos procedidos do cansaço, que necessariamente se devia sêguir a um trabalho diario, que tinha principio ao romper do dia, e acabava pelas seis horas e meia da tarde, com só hora e meia de descanso ao meio dia, e seguido da perda de grande parte das noites nas observações Astronomicas, que o tempo permittia fazer”.

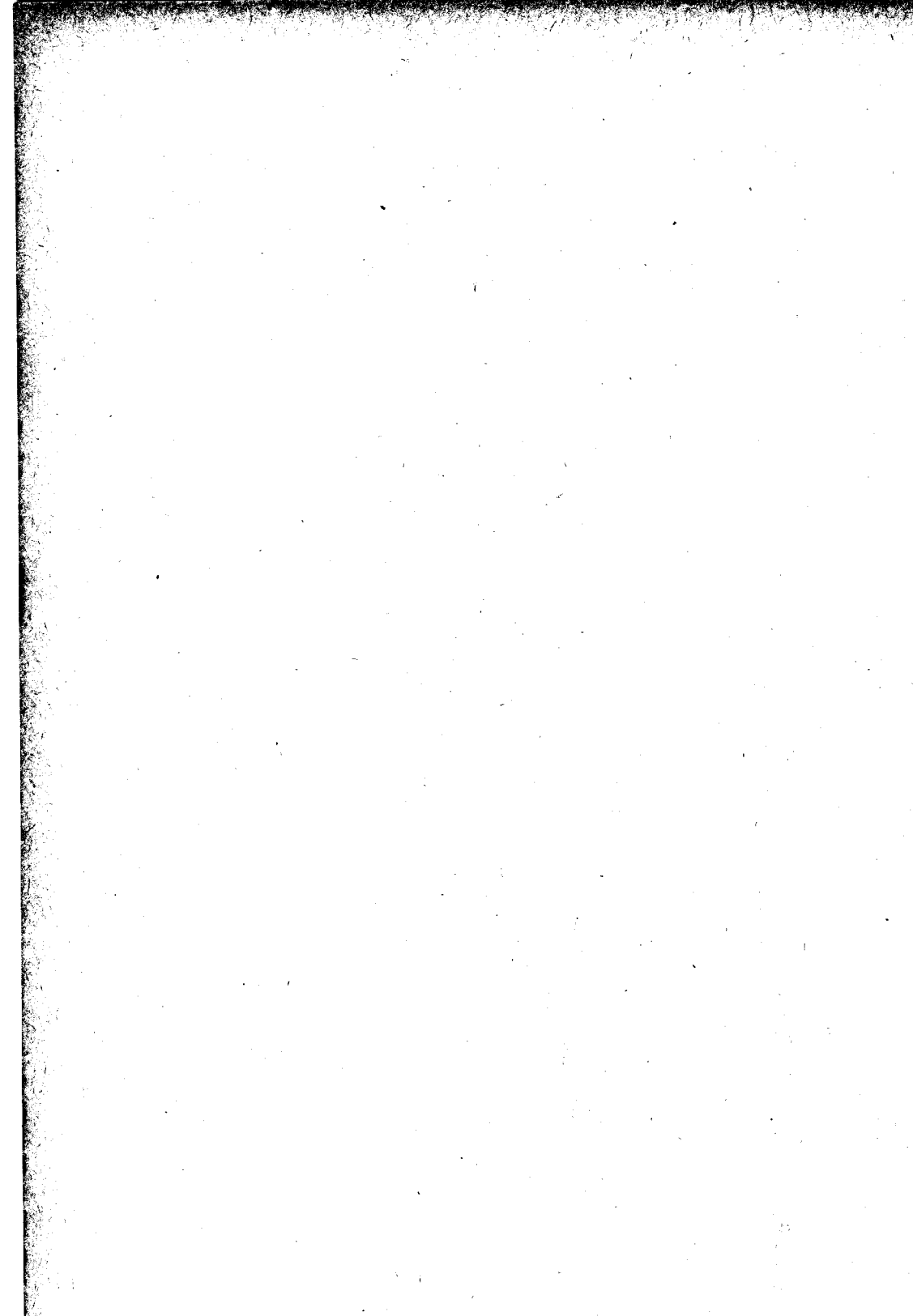
De cabo, lê-se na página 88 esta noticia: — “Anno de 1790. Maio, 13 — Sahi de São Paulo, e cheguei á Villa e Praça de Santos, fundada na margem meridional de uma espaçosa e limpa bahia, em que pode estar uma numerosa armada, e abrigada de todos os ventos: a barra tambem é limpa, e não ha necessidade de pilotos para entrar por ella. Demorei-me até o dia 10 de Junho,

em que me fiz á vela para Lisboa, em cujo porto dei fundo a 21 de Setembro com 10 annos e 8 mezes e meio de ausencia”.

A derradeira página do livrinho contem dados sobre “Longitudes, contadas da ponta mais occidental da Ilha do Ferro, dos logares abaixo declarados pertencentes á Capitania de S. Paulo, e Rio de Janeiro, determinadas por Francisco de Oliveira Barbosa, e Bento Sanches d’Orta; longitudes, latitudes e variações da bussola, dos logares abaixo declarados, dos quaes se faz menção n’este Diario; numero de legoas de caminho de terra, e de cada um rio que naveguei, e numero das cachoeiras de cada um dos rios”.

* *
*

Vai em cem annos, pois, que se editou, por determinação da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo, o “Diário de viagem” do dr. Francisco José de Lacerda e Almeida. Tomando a luminosa medida de publicar tão valioso livro, fizeram-se dignos de nossa gratidão os legisladores paulistas. Não colhe, no caso, a indiferença e o esquecimento. Aquí vem de molde que os homenageemos a todos: o sábio, que deixou de si obra de incontestavel vulto, e os seus patricios do século passado, que o souberam compreender e lhe perpetuaram o nome em terra de São Paulo.



O negro no Planalto

(Do século XVI ao século XIX)

Por CIRO T. DE PÁDUA

P R E F Á C I O

Este estudo é uma pesquisa. Trata de história e, em história, é impossível a gente deixar de tomar partido. Uma ciência, como a química, por exemplo, não apaixona o seu cultor. Mas a historiografia mexe com o que o homem tem de mais pessoal, de mais humano: o sentimento da vida, o desejo de agregação, o contrário, portanto, do isolacionismo. Só a solidão gera o absenteísmo. Além disso, na história, principalmente a nossa tão pouco conhecida, comumente se criam lugares comuns, tabús, fórmulas arcaicas, e tudo isso pede um sujeito céptico, com espanador em punho, para limpar a poeira ou um jardineiro, para mondar o mato ruim. É o que tentei fazer. A introdução explicará melhor o meu fim. Agora, quero apenas discretar um pouco. Uma observação é necessário, logo de início. Alfredo Ellis Júnior, certa vez, escreveu que no setecentismo é que findava o período da caça ao índio, quando os vicentinos pesquisavam a existência de riquezas ou mineravam o ouro nas Gerais, em Goiás ou em Mato Grosso que eram povoados, **não mais pelo bandeirismo que havia terminado**, mas pela avidez pelos metais preciosos. Então, não era mais o bandeirismo que só teve vigência até 1710. Depois dessa data o ciclo foi outro. Trato do negro e dele na bandeira, embora o meu fito seja apenas demonstrar que o negro veio para S. Paulo em quantidades apreciáveis logo ao fim do século XVI. Mas, ao tratar da bandeira, entendo a penetração dos sertões pelos paulistas como um ciclo único, indivisível: o bandeirismo, do século XVI quase ao raiar o XIX. Aquela subdivisão não tem razão de ser e é ilógica.

Foi Seidler quem disse que o negro no Brasil verdadeiramente não é melhor que um irracional e não se deve tratá-lo como homem, por mais que semelhante afirmativa pareça inhumana. Contra a opinião desse mercenário alemão que aqui esteve lá pe-

los anos de 1825 a 1827, levantam-se os testemunhos de centenas de viajantes estrangeiros, menos prussianos, para os quais o negro tinha, no Brasil, exercido e continuava a exercer (na época) papel de relevo, no sangue, na cultura, nas idéias, etc., do nativo. Gilberto Freire, Artur Ramos, entre outros, já estudaram o influxo do negro, particularmente no norte. Faltava alguém no sul que o fizesse, também. Cassiano Ricardo, em "Marcha para Oeste" deu-nos obra de fôlego e onde defende idéias sobre o negro em S. Paulo que até há pouco a ninguém ocorreu. Limite-me, com este trabalho, a seguir-lhe as pegadas, documentando certas conclusões a que cheguei, poucas, mas que servem de contribuição para esclarecer melhor a influência do afro-negro entre os paulistas. Há quem a apouque. Penso que não têm razão e nem podem dogmatizar, como se fossem das tais "verdades eternas". O negro, no Brasil, em S. Paulo, não é uma abstração, um símbolo, a que o querem condenar arianistas de última-hora. O trabalho dele foi o de pioneiro. Se o estrangeiro branco hoje domina, deve-o ao seu irmão preto, que, escravo, sofreu duramente para lhe dar o conforto que aqui veio, depois, a encontrar e, é certo, ampliou. S. Paulo é uma terra de mestiços, como o Brasil. A arianização que lhe querem dar não tem fundamento na sua própria história. Se o mameluco lhe valeu as bandeiras, o Oeste em grande parte só se valorizou com o trabalho escravo. Um abriu a picada. O outro derrubou a mata e semeou. Mas a colheita quem a fez foi o branco...

Se o negro deixou de valer o que valia antes, o "idealismo" da libertação repentina e sem mais aquela é o culpado. Faltou quem fizesse alguma cousa em benefício do escravo, liberto dum momento para o outro. Porisso é que começaram as levas de brancos europeus e, até há pouco, as dos amarelos. Uma anotação de Franz Boas, que foi feita no exemplar dos "Capítulos de História Colonial" de Capistrano de Abreu, da sua biblioteca, pág. 241 da 3.ª edição, é ilustrativa a esse respeito: ao índio e ao negro, "What is sacred and dear to the native is trodden under the foot, and pressure is exerted on him to adapt his way of feeling and living to our own", etc. Foi o que fizeram os que se mesclaram. A aculturação chegou ao que sabemos. Mas, se temos uma cultura original, o pouco que nela é original traz a marca das três raças. As que vieram posteriormente estão contribuindo, não se pode negar, mas até que ponto? Sérgio Buarque de Holanda, no prefácio que escreveu à sua tradução do livro de Tomaz Davatz "Memórias de um colono no Brasil" (para a Livraria Martins, de S. Paulo), traçou magistralmente um panorama do começo da época em que o branco começou a

afluir em ondas cada vez mais caudalosas mostrando o que a agricultura paulista ganhou com a imigração ariana. Pinta ele, igualmente, aquele instante de transição entre o trabalho livre e o escravo. Mas o que me interessa, propriamente, é o conceito que tem do que chama de "figurante mudo". Escreve o eminente crítico: "Para estudar o passado de um povo, de uma instituição, de uma classe, não basta aceitar ao pé-da-letra tudo quanto nos deixou a tradição escrita. É preciso fazer falar a multidão imensa dos figurantes mudos que enchem o panorama da história e são muitas vezes mais interessantes e mais importantes do que os outros, os que apenas escrevem a história" (pág. 35).

Foi com essas palavras em mente que percorri os volumes dos "Inventários e Testamentos", os "Documentos Interessantes", as "Atas" e os "Registo Geral" da história de S. Paulo, para ouvir falar esses "figurantes mudos". Mas, como não basta aceitar tudo quanto a tradição nos deixou, aqui está o meu trabalho, superficial, ligeiro, mas sempre trabalho.

Alguns talvez o apodem de compilação. Pouco se me dá. Os que entendem do riscado aí encontrarão cousas que antes de mim ninguém fez ou escreveu. Muitos conceitos meus provocarão mucochos de pouco caso, despeito ou, até, incompreensão. Quero apenas que se faça justiça ao meu esforço e às canceiras que dá consultar obras históricas, folhear documentos e ler. Ler e assimilar. Muitos não assimilam o que leem, daí a ficção dos "entendidos".

E para terminar: este livro é um livro de pesquisa histórica — repito. Mas, para lhe dar um objetivo mais geral, fiz algumas referências de caráter sociológico e antropológico-social. Referências, apenas. Não quero que vão dizer, depois, que fiz sociologia barata. Pretendo tratar do negro, do branco, do amarelo, etc., numa obra de mais fôlego. Se não me faltarem força, disposição de espírito e... se Deus quiser.

INTRODUÇÃO

A história do negro em São Paulo e no Brasil está ligada intimamente à escravidão. Quais seriam, entretanto, as origens duma instituição que remonta à pre-história? Sumner, em "Folkways" estuda a escravidão e procura explicá-la à luz de acontecimentos do passado, em épocas remotas e mais chegadas, na América do Sul, na Polinésia, na Melanésia, na Ásia, no Japão, na antiga Roma, entre as nações germânicas, etc. Na opinião do sociólogo americano, a escravidão foi provocada por maus sentimentos dos membros de um dado grupo social para com os

membros de um outro grupo, pelo desejo de obter algo nada despendendo, por simples vaidade de domínio e pelo ódio ao trabalho. Citando Maine, pensa o antigo professor de Ciência Política e Social da Universidade de Yale que o simples desejo de usar as forças físicas de uma outra pessoa, como meio de alguém viver no ócio ou obter prazer, é sem dúvida o fundamento da escravidão e tão velho quanto a natureza humana. Mas, para a existência da escravidão é preciso a aprovação do grupo em sua totalidade, que a aceita como costume e reforça a existência dela. Historicamente, parece que a escravidão principiou com o cativo dos prisioneiros de guerra, se eles ou elas (homens ou mulheres) não fossem condenados à morte de antemão em virtude das leis de guerra de outrora. A verdade, todavia, é que a escravidão, embora pareça estranho, concorria para aliviar a situação dos prisioneiros, particularmente as mulheres, livrando-as da condenação à morte. Parece, igualmente, estabelecido que semelhante regime econômico-social principiou onde o sistema econômico era tal que tornava vantajoso fazer dum prisioneiro de guerra um escravo, em vez de matá-lo. Onde a escravidão existiu, influenciou todos os "mores" da sociedade (1). No Brasil, a importação do negro começou desde o estabelecimento das capitanias e avultou nos séculos seguintes, primeiro por causa da cultura da cana, mais tarde por causa do fumo, das minas, do algodão e do café. Depois da supressão do tráfico em 1850, o café provocou deslocações consideráveis na distribuição interna; o mesmo efeito produziu a abolição (2).

Em São Paulo a vinda do negro é francamente admitida pelos historiadores no que se refere aos séculos XVIII e XIX. A propósito, porém, da tese, ainda hoje debatida, de que o negro tenha tomado ou não parte nas bandeiras quinhentistas ou que tenha tido contribuição avultada nos séculos XVI e XVII, a divergência é profunda. Para uns o negro só se tornou elemento notável na população paulista depois do setecentismo, enquanto outros entendem que já nos anos de 1500 até 1700 o negro era fator de valia em Piratininga. Os dois grupos, entretanto, só podem fundamentar suas opiniões ou ilações nos documentos antigos, pois fora deles tudo é suposição.

A escravidão do negro foi precedida pela do índio. Porque? Segundo Gandavo, citado por Capistrano de Abreu (3), os escravos indígenas eram a primeira cousa que os colonos portugueses adquiriam, "para neles lhe fazerem suas fazendas". Se uma pessoa chega na terra a alcançar dois pares, ou meia duzia deles (ainda que outra cousa não tenha de seu) logo tem remédio para pôder honradamente sustentar sua família: porque um lhe pesca, e outro lhe caça, os outros lhe cultivam e grangeiam

suas roças e desta maneira não fazem os homens despesas em mantimentos nem com eles, nem com suas pessoas. Ora, com o negro ocorria idêntico fenômeno. O colono aqui encontrava a liberdade e dela abusava forçando o índio e pouco mais tarde o negro, a trabalhar para si. A palavra — liberdade, sugere alguns ligeiros comentários, oportunos também. Em “Retrato do Brasil”, livro interessante sob muitos aspectos, mas acentuadamente pessimista, Paulo Prado, ao aludir à colonização da Virgínia, nos Estados Unidos, referindo-se aos colonos ingleses, escreve que estes, ao se instalarem, submetiam-se à rigidez da lei puritana que os forçava, como impunha Samuel Argall **sob pena de morte** (sic), a aceitar a doutrina da trindade, o respeito à autoridade da Bíblia e o **comparecimento obrigatório** (sic) à igreja (4). Como se vê, a **liberdade** começava com imposições, inclusive a pena de morte... Diz o escritor brasileiro: “Essa gente (os colonos) trazia para o Novo Mundo o princípio de **liberdade e rebeldia** que os fizera deixar a mãe-pátria”. Pouca gente, talvez, tenha notado essa contradição entre a ânsia de liberdade com que os pioneiros do “Mayflower” vinham para a América e as coações que eles a si mesmos impunham. Não obstante imbuídos dessa idéia libertária, a escravidão do negro a que antecedeu a do “pele-vermelha” não lhes parecia uma contradição do seu regime de liberdade... que encontrou em Lincoln, séculos depois, o verdadeiro apóstolo e martir. Felizmente, na colonização do Brasil não encontramos tão forte contraste entre o subjetivismo da idéia de liberdade e a sua prática. Contraste que o tempo, não obstante, acresceu, do que resultou o preconceito racial, uma das manchas da cultura norte-americana.

Artur Ramos com grande razão escreveu condenando o lirismo de certos autores que tratam do negro no Brasil, lirismo que denomina de evocativo, mas perigoso porque tem pruridos científicos (5). Sérgio Milliet, o jovem sociólogo de São Paulo, encara o problema do negro sob prisma inteiramente diverso do de Gilberto Freire. Seus argumentos são ponderosos, apesar de que nem sempre pareçam imparciais. Defende o autor de “Roteiro do Café” a tese da formação étnica regional de nosso país em oposição à do estilista de “Casa Grande e Senzala”, de uma miscigenação generalizada dos três elementos, branco, negro e índio com predominância do negro (6). Para o autor paulista, o complexo racial brasileiro, mais ou menos idêntico de norte a sul antes da Independência, toma aspectos locais bem diferentes e marcados, à proporção que avançamos para o século XX. A imigração estrangeira, cuja distribuição, mais densa no sul, veio modificar o panorama social da região que engloba São Paulo,

Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tem influência que, no julgamento dele, deve ser levada em consideração. "O grande erro do sr. Gilberto Freire está em generalizar as conclusões a que conscienciosa e brilhantemente chegou em relação ao nordeste" — escreve Sérgio Milliet. Estará com a razão o tradutor de Jean de Lery? Não creio. Ao contrário, suponho que sua opinião tem uma base sentimental assaz acentuada. Não que eu esteja certo de que a teoria de Martius, do mestiço brasileiro formado pela confusão de três raças, tenha confirmação nos diversos trechos do território nacional de Sul a Norte ou de Leste a Oeste. Não. Mas entre essa teoria e a outra, oposta, medeia grande distância. Nenhuma das duas cõstitue fórmula cômoda. Evidentemente ambas exageram seus pontos-de-vista, apoiando-se em documentos históricos nem sempre merecedores de crédito.

Em São Paulo a questão do negro foi estudada em um ou vários setores por aquele autor, por Cassiano Ricardo, por Samuel Lowrie, por Dácio Aranha de A. Campos, por Afonso de E. Taunay, por Alfredo Ellis Junior, por Roberto Simonsen, por mim e, superficialmente, por Alcântara Machado e Otoniel Mota, este seguindo ao escritor de "Vida e Morte do Bandeirante", repetindo-o precisamente no que tem de menos exato e historicamente fundamentado. Tais estudos revelam desacordo sensível, principalmente nos que tratam do negro sob o prisma antropológico-social. Cassiano Ricardo encarou a influência do negro nas bandeiras, chegando a conclusões até há pouco não obtidas por outrem. Sérgio Milliet, no seu livro citado, esclareceu pontos obscuros da história do café, umbilicalmente ligada à vinda do negro e sua escravidão. Samuel Lowrie analisou a evolução do negro sob o aspecto demográfico, dando-nos, a esse respeito, trabalho completo, mas que mereceu restrições de Gilberto Freire. Dácio Aranha de A. Campos fez interessante estudo, todavia prejudicado por conceitos que a antropologia social e a etnologia contemporâneas desmentem integralmente. Otoniel Mota seguiu na esteira de Alcântara Machado. Alfredo Ellis, dentre todos, foi o que se dedicou mais afoitamente ao estudo do negro. Conquanto seus livros sejam redigidos com certo cuidado, toda a sua argumentação peca pela base, pois é quase inteiramente destituida de fundamentos sólidos, quer históricos, quer sociais e quer científicos. Roberto Simonsen, em "História Econômica do Brasil" insere páginas que tratam do negro, mas particularmente sob o ponto-de-vista econômico.

A matéria, como se vê, a-pesar-de muito explorada ainda não foi esclarecida como devia, e isso graças ao pouco manuseio da velha documentação colonial dos séculos XVI, XVII e XVIII. No geral os autores se repetem mutuamente, sem entrar no mé-

rito da questão e sem se preocupar em verificar se suas teses tem correspondência na verdade histórica. O maior erro tem sido exclusivamente este. O pouco valor que se tem dado à documentação. Ninguém procura seguir o exemplo beneditino do sr. Afonso de Taunay, o único historiador que pesquisa cuidadosamente e documenta suas afirmações. E' que lhes falta, provavelmente, tempo e... paciência.

A contradição, porem, não é de hoje. Vem de longe. Os viajantes estrangeiros que escreveram sobre o Brasil-Colônia ou o Brasil-Império oferecem margem para muitas dúvidas, tais os desencontros de opiniões e dados que nos deixaram. Tudo depende, pois, dos livros que a gente lê e do que deles aceita ou refuta. A opinião deles, no entanto, em muitos pontos é vaga e, no que se refere ao negro, discordam, às vezes, em cousas vulgares ou quotidianas.

Segundo os estudiosos que negam a participação do negro nas bandeiras do século XVI e do século XVII, a palavra "negro" ou "negra" muito usada então, quer pelos jesuítas em suas cartas e crônicas, quer nos inventários e testamentos da época, indicava simplesmente o selvícola, o gentio, o aborígene, natural da terra, e não o negro de proveniência africana. Os que se colocam em posição contrária, dizem que tal cousa não sucedia assim tão ao pé-da-letra: "negro" tanto podia encobrir o índio nativo como o negro africano, pois o tráfico negreiro iniciou-se no começo do século XVI. Taunay, em "História Geral das Bandeiras Paulistas", tomo 1.º, página 129, escreve: "Aliás "negro" nos nossos primeiros séculos tanto podia significar indígena da América como da África." No tomo 1.º, página 103, pergunta: "No Brasil quando começaram a entrar negros? E' difícil dizê-lo exatamente. Mas certamente desde a segunda metade do século XVI, avultando muito, sobretudo para as lavouras açucareiras de Pernambuco e da Baía, rendosíssimas. Em São Paulo, muitíssimo menos, embora no testamento de Afonso Sardinha, que data de 1596, se fale que este célebre descobridor tinha um navio que ia a Angola". Paulo Prado (7) tratando do sacrificio de vidas e do inutil e infrutífero esforço dos homens que a história do ouro no Brasil nos revela, escreve que apenas, em um ou outro ponto, algum faiscador mais feliz enriquecia à custa do ouro de lavagem, como no Jaraguá, em São Paulo, Afonso Sardinha, o moço, que dizem deixou em testamento 80.000 cruzados de ouro em pó escondidos em botelhas de barro enterradas. Miragem ou não, como explicar que testamentos de moradores de Piratininga, do começo aos meados do século XVII, já falassem em gargantilhas de ouro, com pedras verdes, pérolas e aljófares, anéis de ouro com pedras azues e brancas, onças de prata, tamboladeiras

de prata, colheres de prata, etc? O próprio Alcântara Machado, a-pesar-de certos deslizes históricos que cometeu, escreve:

“A partir de 1601 vai melhorando paulatinamente a situação econômica dos paulistas. Na primeira metade da centúria três acervos se registam superiores a um conto de réis. São em 1629 o de Gaspar Barreto, que, afora a gente forra, constante de oito peças e três pecinhas de tenra idade, atinge a quantia de 1:298\$000; de 1637 o de Catarina de Siqueira, mulher de João Barroso, que importa em 1:194\$880, sem contar trinta e cinco serviços; e em 1641 o de Manuel João Branco, estimado em 1:190\$568 (8). Que se pode inferir dessa melhoria financeira? No nosso caso, sem atentar contra a história, indubitavelmente devemos pensar que havia cabedais suficientes para que os paulistas pudessem comprar os negros importados da costa da África.

Portanto, dificilmente se alegaria que o paulista não procurasse comprar o negro, trazendo-o para o planalto e levando-o para o sertão. Um tapanhuno ou negro africano, valia em 1660, 50\$, 45\$ ou 32\$. Em 1603, 1 negra por nome Genebra de nação tamóia com uma criança era avaliada em 27\$; um rapaz tamóio por nome Cazao era avaliada em 20\$. Assim, quase meio século depois, a diferença entre os preços dos gentios e dos africanos não era tão notável assim que constituísse impedimento à importação. O testamento de Mário Bicudo, de 1660, aberto em 1669 e neste ano feitas as devidas avaliações das “peças” escravas, serve de indicação aos que duvidam das possibilidades pecuniárias do paulista para a compra de escravos negros (9).

Ora, Taunay, na página 104 do livro aludido, diz que “Assim, no ciclo da caça ao índio, é pequena, muito pequena mesmo, a interferência de africanos nas operações do bandeirismo. Começam a aparecer negros no séquito dos bandeirantes notáveis, na época das grandes expedições do ouro, na conquista do coração do Brasil, da ocupação de Minas, de Goiaz e Mato Grosso”. Isso só se aplica, porém, ao século XVIII. Paulo Prado o confirma: “Só na última dezena do século XVII se desvendaram ao mundo as minas riquíssimas das Gerais. Ia começar, então, um novo drama” (10). Mas, na realidade, a preocupação do ouro, que nos interessa tanto quanto a sua descoberta e ulterior exploração, se revela muito anterior. Pois Diogo Nunez, narrando em carta a d. João III uma viagem à província de Machifalo, e datada de 1552, alude a uma saída por S. Vicente. Na província mencionada “sem dúvida há muito ouro”. Distante, mesmo longínqua, parece que perto do Solimões, tinha a saída para S. Vicente (11). Os índios, por sua vez, em S. Vicente, falavam em minas de “ouro limpo e descoberto”, muitas léguas pelo sertão a dentro

de S. Vicente... (12). O negro já se tinha imposto no norte desde o primeiro século. Em S. Vicente não se desconheciam os seus préstimos, nem nos engenhos, nem nos trabalhos agrícolas, nem em outros de natureza não sedentária. Eschwege diz que a mineração de ferro, no Brasil, foi aprendida do africano, a-pesar-de que pouco tivesse dado de si pelo atraso dos processos (13), logo não seria demasiado otimismo dos colonos residentes em S. Vicente, melhor, do paulista, tentar a sorte no sertão levando consigo o negro, tão habilidoso e de cuja industriiosidade tinha conhecimento.

Em 1605, conforme vem no volume 30 dos "Inventários e Testamentos" à página 33, Mecia Roiz' deixava testamento do qual faz parte um inventário com data de 1614. Para não lhe tirar o sabor do tempo nem fazer correções na linguagem nossa atual, transcrevo-o na íntegra:

INVENTARIO E TESTAMENTO DE MECIA ROIZ'

1605-1614

Inventario q' mādou fazer o juiz bertolomeu
bueno p.r falesim.to de Mesia Roiz' molher que
foi de cristovão pereira.

Ano do nasim.to do Noso Sõr Jezú Xpt.o de myl e seis sentos he sinco anos em o primr.o dia de Agosto da dita era no termo desta vyla de Sam paulo Cap.a de Sam V.te de que hé Capitão e governador o Sõr Lopo de Souza p.r sua magestade no termo desta vyla na fazenda de Cristovão pereira nas..... aonde chamão tijuco su ... aonde fomos Bertolomeu Bueno juiz ordinario e eu t.am a fazer enventario da fazenda que ficou de Mesia Roiz molher q' foi do dito Cristovão pereira e loguo ahi pelo dito juiz foi dado juram.to dos Sanctos evangelhos ao dito Cristovão pereira perante my t.am pera q' pelo dito juram.to jurase toda a exatidão q' p.a isso cõ a dita sua molher defuncta así movel e rais e divydas q' lhe devesem e ele deve se pera tudo se por neste em ventario e se dar partilha da metade a Ant.o barcelos q' depresente estava pai da dita defuncta pr. não aver filhos de ãbos e o dito Cristovão pereira p.rmeteo pelo dito juram.to de tudo declarado asim cõ o dito juis Át.o Roiz' escrivã o escrevi.

O juis † bueno

E loguo ahi me foi dado o testam.to da defuncta aberto p.a acostar aqui que.....como adiante sege q' acostei p.r mädado do dito juis Ä.to Roiz escrivão o escrevy.

.....
no ano do Nasim.to de Noso Sör Jesus Xpt.o de mil e seis centos e cinco annos em os treze dias do mes de julho nesta.....da villa de Sam paulo da Cap.a de Sam Vicente de que hé capitão e governador dela o Sör Lopo de Souza nas cazas de morada do escrivão.....em p.co onde fui chamado no enventario de Me-cia Roiz mulher do dito e por achar doente doensa que Nosso Sör lhe deu. por ela foi dito a mí t.am lhe fizesse.....da dito emventr.o....a qual ele.....fiz na maneyrá seguinte — q' deixa.....disse que encômendava sua alma a Deos Noso Sör e a nossa bendita mai a virgem Nossa Snra. Santa Maria e Sam Miguel Arcanjo e Sam Joam bautista e a todos os Sanctos apostolos Sam pedro e a todos os Sanctos e Sanctas da Corte do Céu cuja ajuda.....São Pedro adiante do ma.....de Nosso Sör — disse q' em nome de Nosso Sör..... de o levar..... a presente..... deste mostr.o sua alma..... e por não..... o que pede e pedir assy neste dito como fora delle que ele.....para bem de sua alma — manda que seu corpo seja enterrado na igreja de Nossa Sra. do Carmo — disse que deixa de esmola hú boi a Nossa Snra. do Carmo..... deixa q' lhe digão hua missa a Nossa Senhora da Conceisão desta.....deixa q' lhe diga hua missa digo mända que no dia de seu enterramento..... se lhe diga húa missa cantada cõ officio deixa de.....o ca.....com o paulo hua vaqua — hua missa a Nossa Snra. do Rozario — e outra ao arcanjo Sam Miguel e outra ao anjo da guarda..... sinquo em po..... outra missa..... a nossa Sra do Carmo afora a q' mända cantada e officio — hua missa a Santa de seu nome total.....missas..... rezadas — deixa hú cruzado de esmola a nossa Snra. de..... da Santa misericórdia hum cruzado — desmola a Polonya.....húa camysa e hú roupão pelo amor de Deos — e hua tersa deixa para o que tãbem quer q' lhe retirem as pesoas forras que..... deixa outra missa — de Asis deixa ao dito..... q' lhe a de dar desmola pera e pedia.....de sua mai.....por bem..... por sua hultima e deradeira vontade..... que deixa a sua prima hua saya e hu roupão domingos.....asinou por ela e Domin-guo lins.....e Manoel Martins.....

.....
 asino por a dita Mecia e por Martins fernãdes e..... de mo-
 raes..... monoel Martins de
 moço...../ /.....por ele testamtr.o
tabelião desta
 proprio q' tenho em...sinal fiz q'cõ.....

lloguo pelo dito juis foi má.....joão da Costa parti...que
 pelo juram.to de seu ofisio avaliasse toda a fazenda q' fose posta
 neste inventario ele p.rmeteu fazer e por o dito Cristovão pe-
 reira e o dito Ant.o de barselos foi dito em presensa do dito juis
 que eles ãbos erão contentes que ho dito joão da Costa avaliasse
 só a fazenda e p.r serem contentes o asinarão aqui cõ o dito juis
 ãt.o Roiz escrivão o escrevi.

Tornarão as partes a requerer ao dito juis que dese juram.to
 ha fr.co da Costa por que ele cõ joão da Costa avaliassem todas
 as cousas q' fosem postas neste inventario e lloguo pello dito juis
 foi dado juram.to dos Sanctos evangelhos ao dito fr.co da Costa
 perante mi escrivão p.a q' cõ o dito joão da Costa avaliassem
 tudo ele pr.meteo fazer e asinarão Ant.o Roiz escrivão o escrevi.

do juis.....

FAZENDA QUE SE ACHOU

| | |
|--|--------|
| // húa negra p.r nome joana avaliada em vinte myl | |
| reis casada cõ hú negro | 20.000 |
| // Marya escrava avaliada em vinte myl reis | 20.000 |
| // domyngos forro | |
| // Agostinho topigua | |
| // húa basia avaliada em dozentos rs. | 200 |
| // outra mayor avaliada em coatro sentos e oiten- ta rs. | 480 |
| // hú tacho de cobre avaliado em coatro myl rs. | 4.000 |
| // outro tachõ piqueno avaliado em seis sentos e corenta rs. | 640 |
| // oito pratos piquenos e grandes de estanho ava- liados em myl e dozentos rs.. | 1.280 |
| // hú salheiro avaliado em seis rs.. | 006 |

| | |
|---|-------|
| // hú pichel (1) avaliado em duzentos rs. | 200 |
| // outro saleiro avaliado em dozentos rs. | 200 |
| // húas galhetas avaliadas em sento e sessenta rs. de estanho | 160 |
| // tres colheres de estanho em sesenta rs. | 060 |
| // tres castisaís de latão avaliados em dozentos e corenta rs. | 240 |
| // Coatro tigelas de..... avaliada em oitenta rs. | 080 |
| // hú machado e hú relho avaliados em trezen- tos rs. | 300 |
| // húa cunha ayaliada em dozentos rs. | 200 |
| // duas enxadas avaliadas em duzentos e vinte rs. | 220 |
| // tres fusos avaliados em trezentos rs. | 300 |
| // hú cabaso de mãeiga de porco e hú panela e outro cabaso piqueno q' logo demos cada hú sua parte cõ húa | |
| // a piroleira pataca e mea q' são coatro sentos e oitenta rs. | 480 |
| // duas piroleiras de feijõis avaliados em coatro centos rs. | 400 |
| // seis piroleiras (1) vasiaas avaliadas em seis sen- tos rs. | 600 |
| // duas botijas avaliadas em sem rs. | 100 |
| // húa escopeta (2) cõ hua bolsã avaliadas em myl e seis sentos rs. | 1600 |
| // hua viola avaliada em tresentos e vinte rs. | 320 |
| // húa prensa de hú fuzo avaliada em myl e do- zentos rs. | 1.200 |
| // as Casas da vyla cõ hú pedaso de chão avaliadas em seis myl rs. | 6.000 |
| // tres cadr.as razas avaliadas em seis sentos rs. | 600 |
| // húa mesa avaliada em quinhentos rs. | 500 |
| // hua caixa avaliada em quinhentos rs. | 500 |
| // hú porco capado avaliado em seis sentos e co- renta rs. | 640 |
| // outro porco capado avaliado em seis sentos e corenta rs. | 640 |
| // húa porca cõ tres leitõis avaliada em oito sen- tos rs. | 800 |

(1) **Pichel** — vasilha para tirar vinho da pipa.(1) **Piroleira** — vasilha de barro, de forma afunilada e antigamente usada para conservar azeitonas.(2) **Escopêta** — espécie de espingarda.

| | |
|--|-------|
| // outra porca cõ dois leitões avaliada em seis sentos e corenta rs. | 640 |
| // outra porca cõ dous leitõis avaliada em coatro sentos e oytenta rs. | 480 |
| // hú bacoro em trezentos e vinte rs. | 320 |
| // hú boi avaliado em myl e dozentos rs. | 1.200 |
| // húa vaca avaliada em myl e dozentos rs. | 1.200 |
| // outra vaca magra avaliada em nove sentos rs.. | 900 |
| // húa caixa avaliada em oito sentos rs. sem chave | 800 |
| // outra caixa cõ chave avaliada em myl e dozentos rs. | 1.200 |
| // esta casa de palha avaliada em coatro myl e coatro sentos rs. | 4.400 |
| // hú sitio de arrosal avaliado em dois myl rs.. | 2.000 |
| // húa saya de panno forrada e avaliado em sincoenta rs. | 050 |
| // outra saya velha de pano.....avalyada em oito sentos rs. | 800 |
| // hú sayo (1) de baeta velho avaliado em seis sentos e corenta rs. | 640 |
| // hú mãto de sarja usado avaliado em dous myl e coatro sentos rs. | 2.400 |
| // hú gibão de tafetá em carnado avaliado em myl e dozentos rs. | 1.200 |
| // outro gibão de lam roxa usado avaliado em dozentos rs. | 200 |
| // hú corpinho velho de tafetá avaliado em sem rs. | 100 |
| // hú chapeo de tafetá azul velho avaliado em trezentos e vinte rs. | 320 |
| // hú calçado chapim (1) e sapatos usados avaliados em coatro sentos rs. | 400 |
| // dous cabesõis avaliados em oito sentos rs. | 800 |
| // hú dedal de prata velho avaliado em oitenta rs. | 080 |
| // húa boceta cõ húas.....avaliada em sento e seis rs. | 106 |
| // húa rede de dormir avaliada em oito sentos rs. | 800 |
| // outrá rede avaliada em coatro sentos e oitenta rs. | 480 |
| // hum movel avaliado em myl e novesentos e vinte rs. | 1.920 |
| // húa cela com seo freo e estribos avaliada em coatro myl rs. | 4.000 |

(1) São — vestimenta dos homens ou parte do vestuário das mulheres.

(1) Chapim — calçado antigo para damas.

| | |
|---|-------|
| // hú espelho em sento e sesenta rs. | 160 |
| // hú poldro m̃so avaliado em tres mil rs. | 3.000 |
| // dois poldros brabos de dois meses avaliados em oito patacas | 3.200 |
| // húa egua avaliada em myl e seis sentos rs. | 1.600 |
| // de carne de porco síncro myl e coatro sentos e corenta rs. | 5.440 |

// divydas q' lhe devem

| | |
|---|-----------|
| // húa de João Gomes porque deve dez myl rs. | 10.000 |
| // outra de Julião Gorrea de síncro pesos myl e seis sentos rs. | 1.600 |
| // outra de myl e oito sentos | |
| // seissentos e sesenta rs. | |
| // q' lhe devya seu cunhado fernãdes de barselos tres myl e oito sentos rs. | 3.800 |
| // q' lhe devya Mel Ribr.o dous myl e oito digo seis sentos rs. | 2.600 |
| // q' lhe devia Amador frz' myl e seis sentos e co- renta' rs. | 1.640 |
| // e lhe devia bernardo de Coadros vinte he dous vales — oitosenos e oitenta | 22.880 |

dyvidas q' deve

| | |
|---|-----------|
| // a Diogo moreira novesentos e sesenta rs. | 960 |
| // a fernã marqes setesentos e oitenta rs. | 780 |
| // a hú f.o de fernão machado seis myl rs. p.r hú a.o | |
| // a fr.co Viegas nove sentos e vinte rs. | 920 |
| // a mel brãco trezentos e vinte rs. | 320 |
| // a belchior da costa seis sentos e corenta rs. | 640 |
| // a belchior da veiga myl rs. | 1.000 |
| // a Geronymo mayo myl e trezentos e vinte rs. | 1.320 |
| // a Bastião frz' sento e senta rs. | 160 |
| // a fr.co barreto trezentos e vinte rs. | 320 |
| // a Costodio dagiar coatro myl e oitenta rs. | 4.080 |
| // ao padre Vyegas síncro varas de panno dalgodão | 1.000 |
| // aos padres do Carmo sento e sesenta rs: | 160 |
| // ao padre paulo Lopes seis sento e se digo e no- venta rs. | 690 |
| // ao p.e Nunes tresentos e tres rs. | 303 |

| | |
|--|---------|
| // a fr.co velho des myl rs. p.r hú a. o.. | 10.000 |
| // a cõfrarya do Sã Sacram.to sento e sesenta rs. . . | 160 |
| // a Clemente Alz' myl e dozentos e oitenta rs. . . | 1.280 |
| // a Simão Alvz' sento e vinte rs. | 120 |
| // deve do emventr.o deserrano oito myl rs. | 8.000 |
| // a matias dolivr.a seis | |
| avaliada em dous myl e coatro sentos rs. | 2.400 |
| //....deve dous myl e trezentos rs. | 2.300 |
|q' devya coatro myl e oitosenos rs. | 4.800 |
| // a Rafael dolivr.a seis sentos e corenta rs. . . . | 640 |
| // a Salvador prs. nove myl rs. de húa | |
| | 9.000 |
| Soma toda a fazenda q' se hacha neste enventario pellas adisõois aonde emtrão as dividas q' se devem a Cristovão pireira sento e vinte e seis myl e seis sentos rs. | 126.620 |
| Desta copia asima seão de tirar de divydas q' Cris- tovão pireira deve sincoenta e dous myl e seis sentos rs. | 52.600 |
| Restão p.a partirem ambos setenta e coatro myl e vinte rs. | 74.020 |
| cabe a cada hú trinta e sete myl e des rs. | 37.010 |
| tirando da metade da tersa doze myl e tresentos e sin- coenta..... e tãtos e seis rs. fi..... | |
| de.... são p.r q' se acharão na..... | |
|de mais des myl rs. de dyvidas q' são por dadas sesenta e dous myl e seis sentos rs. q' tirando da soma dava do meo..... ficão p.a partir sessenta e coatro myl e vynte rs que partidos pelo meo..... cada hua parte sessenta e seis myl e des rs. digo trinta e dous myl rs. | 32.000 |
| tirada a tersa desta metade fica a tersa des myl e seis sentos he setenta rs. | 10.670 |
| ficão liqedos p.a a parte de que ficão a tersa vinte e hú mil e tresentos e corenta rs. | |
| // Coube a Ant.o de barselos o tacho em coatro myl rs. | |
| // o mato em tres myl e coatro sentos rs. | |
| // a piroleira de mãteiga em coatro sentos e oitenta rs. | |
| // hú castisal em sento e vinte rs. | |
| // húa fouse em sem rs. | |
| // dois cabesõis em oito sentos rs. | |
| // sayo em dous myl rs. | |
| // a saya em sinco myl rs. | |
| // o calzado em coatro sentos rs. | |
| // gibão em oito sentos rs. | |
| // hú corpinho em sem rs. | |
| // hua saya velha em oito sentos rs. | |

//em myl e novesentos rs.
 // a fr.co Viegas dozentos r.s
 // húa rede em oito sentos rs.
 // em carne oito sentos rs. q. fazem tudo a dita soma em
cõfesou o dito Ant.o de barselos reseber tudo atras
 escrito e deu p.r qite e livre eu Cristovão pereira de toda sua
 parte até fins do mundo e ficarão cõtentes eu Cristovão pereira
 se obrigou a pagar a todas as dividas q' neste emventr.o estão
 declaradas lansar a sorte nas duas pesas forras e tomarã cada
 hú seu..... e o asinarão cõ o dito juis Ant.o Roiz escrivão q'
 o escrevi.

Cristovão Pr.a

Ant.o de Barselos

O Juis † bueno

Aos vinte e dous dias do mes de mayo de myl e seis sentos
 e seis anos nas casas de my t.am me foi..... Cristovão pr.a
 pedido deste, seja notificado Cristovão pr.a..... de dentro
 de tres dias dê comprim.to o testam.to de sua mulher q' foi Me-
 cia Roiz sendo m.to p.a estranhar tão grande descuido. S. paulo
 4 de fevr. de 606.

Administrador

Juis dos orfãos de comprim.to deste inventario na forma
S. Paulo, 21 de julho de 610 anos

Rabello

Seja notificado Crystovão pereyra q' com penna de mil reis
 pera e.... nos cujo poder q' dentro de des dias de comprim.to
 ao testam.to de sua molher que tãbem sobpena de proseder
 contra elle como me parecer just.a conforme ao despacho do
 Sõr Ovidor geral. S. Paulo.....Janer.o de 610 anos.

.....
 Seja notificado p.o Roiz e de comprim.to ao testam.to de
 sua fa satisfaça ao R.do p.e Mig.el cõ..... do administrador
 do defunto Cristovão pr.a dentro.de tres dias sob pena de exmo.
 S. paulo 9.....614.

Administrador.

Encontramos aí escravos valendo 20.000 réis cada um e nu-
 merosos objetos, alem de animais domésticos. **Apreciando-o**
 minuciosamente vemos que o nivel de vida de então **era rela-**
tivamente folgado, fato que o inventário de 1599 tambem confir-
ma. Possivelmente o retrato que nos pinta Alcântara Machado
 (14) seja o mais real e em que a fantasia menos supera uma

vizão irreal, vislumbrada por certos escritores e historiadores mal avisados. Mas, se não se trata do luzimento e do donaire de um salão de Versalhes engastado na bruteza da floresta virgem, no dizer de Oliveira Viana, tão pouco existe a miséria tradicional, inequívoca a que os historiadores de S. Paulo de Piratininga, em sua maioria nos acostumaram. Se, ainda em 1590 (15) a iminência de novo ataque de aborígenes sobressalta e compele os moradores a providências de defesa, esta ocorrência, embora o seu caráter grave, não devia impedir que continuassem à procura da prosperidade e que os inventários da época mostram já existir, dentro sempre da relatividade dos meios disponíveis e de um círculo restrito de explorações agrícolas e de criação, mas inteiramente inconcebível segundo o negro quadro que nos pintam os que até aqui escreveram sobre Piratininga. Excuso-me de citações de autores. A documentação transcrita serve de paradigma para o que digo. A posse de negros servia de indicação para se saber da riqueza dos moradores de Piratininga. Mas, é claro que muitos inventários e testamentos devem ter falhas, nem seria admissível supor o inverso. No volume XXVIII, dos "Inventários e Testamentos", edição de 1937 do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, no testamento e inventário do reverendo Manuel Nunes, de 1641, se fala em "serviços do gentio da terra, como os de Guiné" (pág. 50); além de que, as referências às peças forras são numerosas, mas a-cerca-das quais não se menciona se são índios ou negros. E quantos inventários não trazem nenhuma indicação sobre a cor ou a origem dos escravos? O testamento de Dona Maria, de 1642, em que os tapanhunos (pág. 196) são avaliados em 40\$0 cada um, tem uma falha que esclarece como se procedia então na redação de tais documentos. Na página indicada, sob o título "Avaliasam dos tapanhunos" figura o seguinte: "Foi avaliado Bastiam negro de Guiné em corenta mil reis". Adiante, na página 204, vem inserta uma lista sob o título: "Gentio forro", a qual, na página 207, traz o seguinte: "Hú rapagam por nome Bastião". Ora, serão o único e mesmo Bastião índio ou dois diversos, um africano e o outro gentio da terra? Teria havido engano incluindo o mesmo negro na lista do gentio forro? Quem afiança que não? E quantos enganos assim ou diferentes não teriam sido cometidos nos inventários?

As confusões são comuns em documentos antigos e o mesmo Taunay alude a uma, a de Marcgraf: "Diz aliás o ilustre Marcgraf que no Brasil do seu tempo, seiscentista, se chama mame-luco aos filhos de europeu e de negro" (16). O historiador.

patrício entende que o avolumamento do transporte de africanos para o sul do Brasil fez decrescer as operações do tráfico vermelho, a-pesar-de que durante os três primeiros quartéis do século XVII aquele foi limitado (17). Todavia, limitado que fosse, seria incongruente não aceitar a participação em quantidade ponderável dos negros mesmos nas bandeiras do século XVI, pois de uma forma ou de outra o africano já tinha sido encaminhado para aqui e logicamente estaria sendo aproveitado para certos misteres das bandeiras para os quais os índios não tinham propensão ou não se adaptavam.

Já na armada de Cabral havia escravos, diz Varnhagen. Na capitania de S. Vicente, dezesseis anos depois de fundada, avultava a escravidão africana. E' uma informação de Varnhagen. Capistrano não a julga provável. Em 1630, porém, a escravidão africana já estava muito desenvolvida na capitania de S. Vicente. O códice "Pernambuco" da coleção Castelo Melhor, M. S. da Bib. Nac. I. 1.2.44, diz: "La tierra y villa de S. Paulo tiene muchos índios de pais conquistados y muchos negros de Angola de los navios que todos los años van al rio de Janeiro que está ally serca... "A escravidão era exportada de Portugal em larga escala; segundo Domingos de Abreu Brito, de 1575 a 1591, o tráfico para as colônias elevou-se a mais de 52.000 peças. Em 1584, Anchieta calcula em 10.000 os africanos de Pernambuco, em 3.000 os da Baía. Em 1600, refere Capistrano, a colônia devia possuir cerca de 20.000 negros da África, incluindo os filhos de africanos. Por essa época — comenta Paulo Prado — já devia ser intenso o processo geral de cruzamento, ramificando-se nas mais variadas designações: mamelucos, mazombos, crioulos, mulatos, curibocas, caboclos (18).

Taunay, que nunca é demasiado citar, tal a sua autoridade em história paulista, admite o seguinte, a tal respeito: "Estudou Calógeras com a habitual acurately, no capítulo IX do primeiro tomo de sua "A Política Exterior do Império", os primórdios do tráfico africano. Assim, segundo Anchieta em 1583, nas "Informações", haveria 14.000 africanos no Brasil: 10.000 em Pernambuco, 3.000 na Baía, e apenas 1.000 no Rio de Janeiro. Segundo Manuel Quirino, já em 1538, vinham africanos para o Brasil. No século anterior, recebeu Lisboa grandes levas de cativos do continente negro" (19).

E' bom notar, sobretudo, que uma das consequências do aumento do tráfico de negros para o Brasil, ainda no século XVI, devia ter sido a 1.ª lei decretada para suprimir o tráfico vermelho. Taunay elucida este fato: "Em 1570 promulga-se a 1.ª lei

sobre o tráfico vermelho no Brasil, proibindo o cativo de indios à exceção dos vencidos em justa guerra, mas as disposições do rei aventureiro de Alcacer Kibir ficam letra morta" (20). Se, como o próprio Taunay indicou, já no século XV Lisboa recebia grandes levas de negros escravos, não é arriscar muito admitir como evidente que a proibição de 1570 do tráfico vermelho tenha redundado no aumento do tráfico dos negros, quer para as capitanias do norte da colônia, quer, excepcionalmente, para o Rio e S. Vicente. Ora, segundo Anchieta, aí citado duas vezes, em 1583 — portanto 13 anos após o Decreto de 1570 — já existiam no Brasil 14.000 escravos negros. Se aí não figurava S. Vicente quer essa omissão exprimir que aqui não existiam, então, negros cativos? Podemos supor, perfeitamente, que o número de negros fosse, em relação as outras capitanias, tão diminuto, que Anchieta entendesse que não devia computá-los. Mas é um pouco difícil figurar na mente que eles não tivessem ainda vindo para S. Vicente.

Oliveira Viana, "Populações Meridionais do Brasil", volume 8 da "Brasiliana" da Cia. Editora Nacional, página 70 da 4.^a edição de 1938, diz que embora no tempo de Luiz de Góis já existissem três mil escravos em S. Vicente, o corpo de trabalhadores negros não é ainda suficiente para o movimento das grandes explorações açucareiras". (Vide documento n. 1) Vem, depois, o arremesso às florestas... Esse Luiz de Góis já estava em S. Vicente antes de 1554, meados do século XVI e, conforme Oliveira Viana, dispunha de numerosos escravos negros.

Não é só isso. Serafim Leite S. J., em "Novas Cartas Jesuíticas", volume 194 da "Brasiliana", S. Paulo, 1940, transcreve na página 67 uma carta do padre Manuel da Nobrega ao padre Miguel de Torres, provincial de Portugal, datada da Baía, de 2 de Setembro de 1557. Em certo trecho diz o fundador de S. Paulo: "De S. Vicente escreví, conformando-me com o Padre Luís da Grã, que nos parecia não se haver de aceitar de El-Rei terras nem escravos para grangearia; agora, conformando-se com o que de lá escrevem, e com o parecer dos Padres daqui, digo que se aceite tudo até palhas; e digo que se Sua Alteza nos quisesse mandar dar uma boa dada de terras, onde ainda não for dada com alguns escravos de Guiné, que façam mantimentos para esta casa, e criem criações, e assim para andarem num barco, pescando e buscando o necessário, seria muito acertado, e seria a mais certa maneira de mantimentos desta casa".

Adiante, referindo-se a escravos de Guiné, dos quais "todos são já mortos", "salvo uma negra" (também de Guiné), faz supor que em S. Vicente teriam necessidade dos escravos de Guiné,

naturalmente tanto quanto na Baía, pois também em diversas cartas Nobrega os reclama com insistência: "escravos da terra não nos parece bem tê-los por alguns inconvenientes"... Da Guiné não fazia mal. Duplicidade que o tempo explica, mas a moral católica não.

Nobrega escrevia no ano de 1557, quando já tinha estado na Capitania de S. Vicente. Ele sabia das necessidades dos padres aqui e ponderava que as satisfizessem. E' o que se conclue da leitura da carta toda.

Alcântara Machado, no seu livro hoje famoso, na página 151 refere-se ao fato de que "o casamenteiro, ou marido, recebe **geralmente peças de Guiné** ou do gentio do Brasil, instrumentos da lavoura e cabeças de gado, etc.". O escritor, talvez por distração, não frizou a época em que se fazia aquela recepção de presentes, motivo porque sublinhei as palavras "geralmente peças de Guiné". Como na página 5, no capítulo "O que dizem os inventários", alude a inventários publicados pelo Arquivo do Estado, processados de 1578 a 1700, sua asserção pode revelar que peças de Guiné figuravam, também, nos primeiros inventários anteriores a 1607 (vide página 187 do livro dele). Essa afirmação, sem em-largo, vem reforçar a minha tese.

Não é de admirar que o padre João Alvares, em 1629, dispusesse de uma bandeira de tapanhinhos, pois em inventários anteriores, como o de Salvador de Lima, que data de 1612, portanto com antecedência de 17 anos, figura uma negra tapanhuna, avaliada em 30 mil réis, por nome Esperãsa. (Vide página 75 do volume XXX dos "Inventários e Testamentos", de 1939). Em data posterior, no inventário do padre Manuel Nunes, vigário da vila de S. Paulo, de abril de 1641, página 49 e seguintes do volume XXVIII dos "Inventários e Testamentos", de 1937, lá se fala em serviços do gentio da terra "como os de Guiné". São dezenas os inventários seiscentistas que se referem ao negro de Guiné, evidência tamanha da existência do negro desde os fins do quinhentismo que não é preciso citar um por um.

Nelson de Senna divulga, a respeito dos negros no Brasil, dados dos mais interessantes. Segundo este autor, o negro foi levado como escravo, para Portugal, desde 1446 e logo a partir desse século começou, **de fato**, o tráfico negreiro, **ininterrupto**. O mais importante é que ele assegura que desde 1531 já eram empregados negros na lavoura da cana de açúcar, na Capitania de S. Vicente (território paulista atual) (21). Acrescenta o escritor mineiro: "O estabelecimento do Governo Geral da Baía (1549), após o declínio do regime feudal das Capitanias hereditárias, marca o verdadeiro início do comércio regular de escravos para o Brasil, alimentado o tráfico pelo próprio governo da

Metrópole, que durante mais de 300 anos o explorou, bastando dizer, para comprová-lo, que a última "feitoria de resgate" da África Ocidental portuguesa foi fundada, no porto de Ambriz, em 1845, em pleno século dezenove" (22).

Mais adiante informa esse historiador: "Já pela época da nossa Independência (1822), calculava José Bonifácio que entravam no Brasil, em média, cerca de 40.000 escravos africanos, cada ano; e daí deduziu Sílvio Romero, mais tarde, o seu cálculo de haver recebido o nosso país "uma avalanche calculada em doze milhões de escravos africanos", nos trezentos anos de plena vigência do tráfico negroiro (1550-1850). O historiador Rocha Pombo eleva a média anual de entrada dos africanos para um número variando de 50 a 60 mil negros, e conclue fixando em quinze milhões o total da massa de indivíduos de sangue africano introduzidos no Brasil até 1857 (foi esse o ano em que, efetivamente, cessou o abominável tráfico, embora já declarado extinto pela lei imperial de 4 de setembro de 1850, devido à energia do ministro Eusébio de Queiroz, no Segundo Reinado). Desde 1831, no Período Regencial, se decretara a extinção do tráfico, mas fora uma lei "letrá morta", que continuou burlada pelos traficantes e escravagistas "negreiros", por mais 26 anos, até cessar de todo o desumano tráfico, em 1857" (23).

Um argumento muito empregado pelos estudiosos do passado vicentino, é o de que os paulistas, "não sendo opulentos, como eram os baianos, pernambucanos, etc. os quais, graças às riquezas, que lhes proporcionava a cana de açúcar, podiam importar a cara mercadoria que era o africano escravo, ficavam na contingência obrigatória de se atirar ao sertão, para apresar o índio" (24). Mas essa escassez de cabedais era relativa, pois, como fixou Nelson de Senna (obra citada), já em 1531 eram os negros empregados na lavoura da cana de açúcar, em S. Vicente. E, naquelas eras distantes, a cana de açúcar era a maior riqueza da colônia de Portugal. O bandeirismo, como se sabe, teve início ainda na centúria de 1500. "Em fins do século XVI — escreve Taunay — opera-se notável transformação na vida paulistana. Em grande parte a determina a ação de um homem ilustre: d. Francisco de Souza, 7.º governador geral do Brasil, inteligência superior que pelo espaço de onze anos dirige os destinos da colônia (1591-1602). E' muito graças a ele que os paulistas se projetam pelo sertão a dentro. Cabe-lhe papel capital na história da expansão geográfica do Brasil. E' o verdadeiro promotor do bandeirismo que deixa de ser sincopado e transforma-se num esforço persistente e contínuo" (25).

No trabalho de Gileno Dé Carli, "O açúcar na formação econômica do Brasil", separata do "Anuário Açucareiro", edição de

1937, do Instituto do Açúcar e do Alcool, Rio de Janeiro, conseguimos saber que a preocupação a respeito do açúcar principiou em 1516, conforme alvará de d. Manuel, desse ano. Em 1533 Martim Afonso fundou em S. Vicente um engenho, à margem de um riacho, distando 12 quilômetros, ao Sul, da atual cidade de Santos, o qual foi denominado primeiramente “engenho do Senhor Governador”, depois “dos Armadores” e finalmente de “São Jorge dos Erasmos”. Em 1548 S. Vicente possuía 6 engenhos. Na Baía o 1.º só se funda em 1549. Segundo aquele economista, nos fins do século XVI só existia um engenho em S. Vicente. A Capitania — observa ele — regrédia.

Mas, o sr. Gileno Dé Carli, pouco adiante diz: “Em S. Vicente, segundo Bleau, no fim do século XVI o panorama era ainda de atraso. Setenta casas com uma centena de habitantes — portugueses e mestiços. Três ou quatro engenhos de açúcar.

Na página 13, do trabalho em questão, lá está que em S. Vicente só existia um engenho, “testemunhando o grau de regresso a que atingia nos fins do século XVI”. Na página 16, inversamente, “três ou quatro engenhos de açúcar”... Em que ficamos?

A história está mal contada a propósito de S. Vicente. Testemunhos do tempo são indeterminados, têm frizante falta de rigor no que dizem.

Havia quatro engenhos, vamos dar de barato, no fim do século XVI. Os engenhos valiam de 20 a 60 mil cruzados segundo Gabriel Soares de Souza. No parecer de Fernão Cardim, em cada engenho devia haver ao menos sessenta escravos, mas muitos tinham de 100 a 200 escravos de Guiné e da terra.

Quatro engenhos com sessenta negros seriam cerca de 240 negros. Isto em fins do século XVI, fins do quinhentismo... Em 1606 — é bom lembrar — a Câmara de S. Vicente reclama negros de Guiné para as minas... Como conciliar teses tão dispares sobre a entrada de negros na Capitania?

Roberto C. Simonsen, “História Econômica do Brasil”, 1.º tomo, página 201 e seguintes, alinha dados sobre a entrada total de escravos no Brasil, assim discriminados:

| | | |
|---------------------|---------------------------|-----------|
| Século XVII: | açúcar | 350.000 |
| Século XVIII e XIX: | açúcar | 1.000.000 |
| | mineração | 600.000 |
| | café | 250.000 |
| | outros misteres | 1.100.000 |

no total de 3.300.000 escravos negros.

Como se explica que a mineração tenha concorrido com tão pequeno número de escravos, e igualmente o café?

E' sabido que no alvorecer do século XVIII os preços do açúcar entram em declínio, surgindo, então, a febre do ouro, que já vinha, todavia, do século precedente, e que, por tal motivo, as minas é que deviam transformar-se no chamariz de escravos. E' verdade, porem, que no início do século XIX houve uma espécie de ressurreição do açúcar, mas tinham passado quase dois séculos de permieiro...

E, depois, veio o café.

Não é simples coincidência apontar, mais, a escassez de índios e a necessidade dos negros, não só por causa das minas, mas de outros misteres, assinalados mais acima com o milhão redondo e mais cem mil de lambuja.

Roberto C. Simonsen fala, na página 331 do 1.º tomo de sua obra, do grande incremento do tráfico de índios paulistanos para outras regiões, e que parece ter-se verificado a partir de 1628, muitos dos quais foram vendidos no Rio a 20\$000 por cabeça.

Nos dados sobre o número de escravos importados falta o século XVI, por que? Em 1583 a Baía possuía 36 engenhos e Pernambuco 66. Os preços eram, nessas eras distantes, altamente compensadores, segundo afirma Gileno Dé Carli, página 13, monografia citada.

Quanto ao aparecimento do negro em S. Paulo, é inegavel que ele para aqui veio desde a era quinhentista. Corroboram essa afirmação Artur Ramos, Varnhagen e Perdigão Malheiro, estes dois últimos citados pelo primeiro. Nelson de Senna segundo vimos, afirma que já em 1531 eram empregados negros na lavoura da cana de açúcar, na Capitania de S. Vicente (26). Artur Ramos secunda-o e escreve que nos primeiros engenhos de cana de açúcar da Capitania de S. Vicente trabalhavam negros africanos, conforme a opinião de vários historiadores (27). Ora, se eles aqui já se encontravam desde 1531, é claro que MUITOS deles deviam ter tomado parte nas bandeiras do século XVI, mau grado opiniões em contrário.

Um outro documento, divulgado na página 133 do volume LI dos "Documentos Interessantes", sobre o qual na página 338 figura uma nota de Basílio de Magalhães, é a carta de d. Álvaro da Silveira de Albuquerque, de 7 de Setembro de 1702, (Vide documento n. 2), que mostra que ainda permanecia a limitação da venda anual de 200 negros aos paulistas, "sem embargo de que todos confessam ser grande detrimento, assim para os moradores como para as minas o **hauerem** de ir tão poucos". O alvará régio que punha tal limite ao número de negros e mandava que **fossem vendidos aq preço dos escravos da terra** vem na página 12 e data de

1701. Dessa forma o rei impedia, conjuntamente, a exploração dos próprios paulistas se os importadores exorbitassem nos preços. Iniciava-se, então, o século XVIII, mas a carestia de selvícolas, alegada pelos paulistas, vinha de muito antes, do século anterior. O "detrimento" de que fala a carta não era só para as minas, os moradores da Capitania também o sofriam.

Todavia, qual seria o número de negros entrados em S. Paulo desde o início do tráfico para S. Vicente ou via Rio de Janeiro? Sabemos, com certeza, que eram Bantus, a-pesar-de que, outrora os unissem várias denominações, tais "peça da África", "negro da Costa", "preto", "negro", etc., deixando largo campo para dúvidas e investigações. Em "O negro Brasileiro", à página 24 e em "As culturas negras no Novo Mundo", à página 285, Artur Ramos insere mapas em que mostra os primitivos focos da entrada de negros escravos no Brasil. Nesses mapas S. Paulo está assinalado como foco de Bantus. De conformidade com a classificação do autorizado sociólogo, bantus foram os "angolas", os "congós" ou "cabindas", os "benguelas", os negros de Moçambique (incluindo os "macuas" e "angicos" a que se referiram Spix e Martius) (28). Quanto ao lado cultural dos bantus o aludido autor o estudou tão detidamente que, julgou, bem pouca cousa outros lhe acresceriam.

Não se pense que, ao reivindicar maior influência do negro no planalto da antiga Capitania de S. Vicente, depois Província de S. Paulo, me mova doentio sentimentalismo. Reconheço, e seria tolice negá-lo, que foi aqui que os mamelucos maior influência tiveram, do que em qualquer outra região do Brasil, salvo, em alguns aspectos, no norte. O meu interesse é pesquisar a verdade, apenas. Sobretudo, desejo que se note que procuro exclusivamente razões históricas ou científicas, aquelas com a demonstração, documentada, duma contribuição negra maior do que a geralmente conhecida, estas, ao tratar deles, sumariamente, sob o prisma da antropologia-social. A minha discordância, atinge diretamente e eu o sei, os trabalhos do sr. Alfredo Ellis Junior, cultor da nossa história, é verdade que algum tanto apaixonado. Em 1941, o "Boletim do Departamento Estadual de Estatística", n. 1, de janeiro daquele ano, divulgava um trabalho do autor de "Populações Paulistas" sobre o tema: "O negro no bandeirismo". Depois de lê-lo discordei de numerosos conceitos do apreciado historiador, isto é, de referências desabonadoras que fez a respeito dos negros como raça. Embora, inicialmente, dissesse que não é adepto das idéias de Gobineau, mais tarde adotadas por Lapouge, Woltmann, Ammon, Chamberlain e outros, e que são perfiçadas no Brasil por Oliveira Viana, não há dúvida de que, no fundo dos pensamentos que emitiu a esse respeito, há uma tal ou qual negação do valor

dos negros. Por exemplo, cito, a título de exemplificação, este trecho: "Se, porém, nos portarmos sob outro ângulo visual, o que encara as raças sob o ponto-de-vista fisiológico, intelectual ou sociológico em geral... o negro é inferior em muitos índices apresentados, como superior em outros." Na página 10 daquele "Boletim" vem mais isto: "Porisso, ele (o negro) socialmente, se apresenta inferior, pois, mergulhado em plena civilização européia, em que vários índices de eficiência são precisos, sob o ponto-de-vista psíquico, moral, fisiológico e intelectual, níveis estes que o negro não atingiu. Porisso, esse elevado teor nas estatísticas de malandragem, de criminalidade, de anormalidade, em que o negro e seu mestiço mulato preponderam, como se observa". O sr. Alfredo Ellis Júnior friza, à mesma página: "Só elaborei as minhas teorias sobre o africano depois de uma análise meticulosa dos fatos. Não os busquei para dar consistência a idéias preconcebidas. Estas só nasceram das constatações".

Não é difícil objetar a tais "constatações". Só que a verdade é outra e verificada num país onde o negro anda por milhões e em muitos pontos quase puro, sem misturas raciais ponderáveis. "The Annals", publicação da "The American Academy of Political and Social Science", de setembro de 1941, é uma edição especial dedicada ao "Crime in the United States". Segundo um aviso inserto na capa, trata-se de "An attempt to understand the basic patterns of causation underlying criminal conduct".

Entre os trabalhos que divulga, um, intitulado: "The Negro and Crime", da autoria de Guy B. Johnson, nos revela fenômenos e ações da coletividade negra norte-americana de surpreendente veracidade e interessantes para qualquer sociólogo de segunda ordem... Interessa-nos, de tudo quanto diz e apresenta, as conclusões. Vou resumí-las aqui, para ilustrar a sem razão do historiador brasileiro, sr. Alfredo Ellis Júnior. A posição do negro na sociedade americana, contudo quanto isso significa de subordinação, de frustração, de insegurança econômica, e de participação incompleta, penetra significativamente em quasi cada aspecto da causação dos crimes pelo negro. Na verdade, é tão importante que constitue virtualmente o maior alvo dos fatores sociais e psicológicos que podem explicar os crimes dos negros, tanto que necessita esclarecimentos a-parte: A administração da justiça em si mesma, é, do princípio ao fim, um grande fator na totalidade do sistema de relações entre brancos e negros, e precisa ser apreciado não só como processo que faz discriminações contra os negros e assim influe na estatística dos crimes, mas também é causa direta para a produção do crime entre os negros. O regime de casta é — em suma — o fator que caracteriza a média criminal entre os negros. Como se vê das conclusões que resumí, a administração da

justiça e o sistema de castas, nos Estados Unidos, tem grande influência sobre o crime da gente de coloração negra ali nascida. (Vide transcrição da opinião do sociólogo Guy B. Johnson). (*)

“Estabeleçamos nesta discussão que a melhor maneira de estudar os motivos por que os grupos sociais podem diferir no número ou na distribuição de crimes que cometem, reside na pesquisa das suas relações entre si e nas suas diferenciações sociais. Ulteriormente, deveremos ceixar esclarecido que as causas fundamentais do crime entre os negros são as mesmas que atuam em qualquer outro grupo, e que a simples questão da raça não é suficiente para explicar nenhuma diferença importante na conduta criminosa dos distintos grupos. Embora possamos aceitar a hipótese de que o negro difere do branco no temperamento e na psicologia, devemos reconhecer, por mais que forcemos a nossa imaginação, que tal fator não pode ser o principal motivo determinante do montante ou da natureza dos seus crimes. Verificaremos, também, que em vista da cada vez mais assinalada situação acultural nos Estados Unidos, o conflito cultural proveniente do choque da herança africana do negro com a sua herança européia, não é suficientemente vital para ser considerado um fator importante no crime entre os negros.

O fato mais importante a respeito das relações entre o negro e a sociedade americana e a sua situação social de subordinado. No Sul, a sua posição social está tão rigidamente definida que eles constituem verdadeira casta, e mesmo no Norte e no Oeste, a-pesar-de uma certa igualdade no que diz respeito aos “direitos civis”, o negro está, geralmente, submetido ao ostracismo social e a limitações econômicas. Uma análise do papel da situação social do negro nas causas dos seus crimes será o motivo central da nossa pesquisa.

Se fosse possível computar alguns índices de desordem social para servir de bases para uma provável previsão de proporção de crimes, com toda a certeza a proporção correspondente ao negro seria maior do que a de qualquer outro grande grupo da nação. Fatores econômicos e atraso cultural desempenham papel ativo na desorganização individual e coletiva do negro, como sucede com os outros grupos, mas há certos pontos nos quais a posição social afeta diferencialmente a relação do negro com a sociedade em geral. Há, por exemplo, o bem conhecido fato, comum não só no Sul, como no Norte e no Oeste, de que o negro não pode viver onde quer. Inúmeros grupos imigrantes para aqui vieram, viveram em cortiços durante algum tempo e, por fim, melhoraram de situação. Isso não sucedeu, porém, com o negro. Preconceitos raciais tendem a fazer dele um eterno morador de cortiço. É preciso, porém, acrescentar o fato, particularmente verdadeiro no Sul, de que a comunidade negra não dispõe virtualmente de poder político e, assim, não pode participar equitativamente dos benefícios e da proteção dos poderes públicos.

Visto que na sua grande proporção, os crimes de negros ocorrem nas áreas urbanas, a relação entre a cidade e a desorganização do negro é um tema que merece um assunto muito mais amplo do que até agora se tem feito. Estudos ecológicos já demonstraram a relação entre “as áreas de delinqüência” e a estrutura e o desenvolvimento das cidades. As “áreas” desorganizadas caracterizam-se pelo fato de serem populadas por pessoas que ocupam o mais baixo nível social e econômico, e suas relações com as configurações urbanas maiores torna impossíveis para eles a estabiliza-

Mas, dirá o historiador patricio, entre os americanos do norte talvez seja assim; aqui, todavia, acontece o contrario. Não temos regime de castas e a nossa justiça nunca poderia ser qualificada de propender pelos brancos em prejuizo dos negros.

É certo mas prossigamos.

Os argumentos do sr. Alfredo Ellis Junior são, à primeira vista, irrespondíveis. Entretanto, amparado por antropólogos contemporâneos e na ciência sociológica, quero, — respondendo — contribuir para esclarecer um problema crucial para o Brasil: o da inferioridade ou superioridade das raças. Na parte dedicada à antropologia-social, exponho alguns dados a-cerca-do negro, que reduzem as teorias esposadas por aquele autor à sua verdadeira inconsistência.

CAPÍTULO I

QUAL O NÚMERO DE ESCRAVOS NEGROS ENTRADOS NO PLANALTO?

Ao entrar diretamente no assunto que serve de tema a este trabalho, voltemos, novamente, à indagação enunciada na Introdução. Qual seria o número de negros entrados em São Paulo? A pergunta é assaz difficil de responder e me parece que não responderei convenientemente. Não por falta de buscas, mas devido a falhas numerosas na documentação existente a esse propósito. No geral as estimativas indicam o número de escravos entrados no Brasil, mostrando a existência em tais e tais épocas nas antigas Províncias. Procurei valer-me do que achei mais mão, sem contudo, confesso, ter obtido o que desejava de exato e minucioso. Consegui, nõ entanto, traçar um resumo estatístico, que não passa de esquema apressado, sujeito a modificações.

E' o seguinte:

ção ou a conquista de uma ordem moral ou de um sentimento de comunidade que tenha "esprit de corps". Vicio, crime e desordem social tornam-se comum. O negro é o nosso maior ocupante de cortiços, e por causa dos preconceitos de cor, os seus cortiços continuam a existir, com pequenas mudanças. Quando a gente se lembra de que cerca de 90 por cento dos negros do Norte e do Oeste são moradores da zona urbana e que com toda a probabilidade perto de 90 por cento deles moram nessas áreas desorganizadas, o cômputo das causas dos crimes é particularmente alarmante."

| Anos | | População escrava | População livre, de cor |
|------|------|-------------------|----------------------------|
| 1797 | (1) | 69.127 | — |
| 1813 | (2) | 48.245 | 48.004 |
| 1819 | (3) | 77.667 | — |
| 1819 | (4) | 122.622 | — |
| 1836 | (5) | 93.544 | — |
| 1838 | (6) | 86.933 | 66.265 |
| 1872 | (7) | 167.999 | 196.458 |
| 1883 | (8) | 102.000 | — |
| 1888 | (9) | 107.329 | 2.553 |
| 1890 | (10) | 179.526 | 217.605 |

Vemos, pelos números transcritos, quão falhas são as estatísticas ou cálculos apresentados. São valores que se desmentem reciprocamente, e, mesmo quando honestamente colhidos, sujeitos a grande margem de erros. Estimativas que são simples evidências não podem servir para o malabarismo dos que pretendem vulgar a influência dos negros baseando-se em números tão aleatórios.

Não me move nenhuma vaidade de ter descoberto dados inéditos, mas simplesmente o objetivo de contribuir para lançar algu-

Fontes onde encontrei esses números:

(1) Dácio Aranha de A. Campos, "Tipos de Povoamento de S. Paulo", "Revista do Arquivo Municipal", volume LIV, página 16.

(2) Auguste de Saint-Hilaire, "Viagem à Província de São Paulo", edição da Livraria Martins, página 96.

(3) Dácio Aranha de A. Campos, obra citada, página 24.

(4) Roberto C. Simonsen, "História Econômica do Brasil", edição de 1937 da "Brasiliana" da Companhia Editora Nacional, tomo II, página 328. O mesmo autor dá para o ano de 1766 uma população de 62.000 almas para a Província de S. Paulo, incluindo os índios civilizados, o que parece estar em desacordo com os dados de 1797, conforme a nota (1).

(5) Dácio Aranha de A. Campos, obra citada, página 17. Estão incluídos negros, escravos e mulatos.

(6) Auguste de Saint-Hilaire, obra citada, página 96.

(7) Samuel H. Lowrie, "O elemento negro na população de São Paulo", "Revista do Arquivo Municipal", volume XLVIII, página 12. O total de escravos era de 156.612. A população de origem africana era de 364.457 indivíduos.

(8) Nelson de Senna, "Africanos no Brasil", Belo Horizonte, 1938, páginas 54. Faltam os indivíduos de cor, livres, inclusive mulatos.

(9) Artur Ramos, "As culturas negras no Novo Mundo", Civilização Brasileira S. A. Editora, Rio, 1937, página 234.

(10) Samuel H. Lowrie, obra citada, página 12. Não havia mais escravos. A 1.^a coluna indica negros e a 2.^a os mulatos. O total de origem africana era de 397.131.

ma luz sobre qual foi a verdadeira contribuição do negro no planalto, sem outro intuito que o de mostrar como muitas pessoas teimam em sustentar um juízo que a história não confirma.

Baseio-me, essencialmente, de um lado, na relatividade das estimativas ou dos recenseamentos feitos, cujos dados a respeito dos negros não merecem muita fé, conforme observação anterior. Essa falta de exatidão das estatísticas antigas é posta em relevo por muitos viajantes estrangeiros, entre eles Saint-Hilaire e Daniel P. Kidder. E' deste o seguinte julgamento (29): "Não nos foi possível obter estatísticas fiéis com respeito a população do Brasil, pelo simples motivo de que jamais se procedeu a recenseamento algum, digno de fé. Os relatórios provinciais e ministeriais fazem todos os anos referência ao assunto, mas, raramente contêm algo de novo ou de importância, a não ser conjecturas ou alguma vaga referência ao número de mortos e batizados em certas paróquias. Contudo, para que o leitor possa ter uma idéia da população do país, damos a seguir as mais recentes estimativas que conseguimos obter nos numerosos documentos consultados". S. Paulo figura no quadro publicado por Kidder, sem menção de escravos e livres, separadamente da população branca. O total que ele dá para a Província atinge a 326.902 habitantes, no período de 1837. Em "Marcha para Oeste" página 271, Cassiano Ricardo elucida: "A população da província de S. Paulo, em 1837, era de 326.902 almas, das quais 42.930 na 5.ª comarca — hoje Estado do Paraná. Da cifra apresentada, excluídos os 42.930 habitantes da 5.ª comarca, resulta que a população do território agora paulista atingia a 283.927 almas. Nesse cálculo figuram 79.122 negros e 74.176 pardos". Tais números, segundo a nota do autor no pé da página, são extraídos de Daniel Pedro Müller, 1836. Comparando com o total relativo ao ano de 1838, alinhado no esquema que fiz, percebemos imediatamente que os cálculos, estimativas ou que nome tenham, coincidem. Somando 79.122 negros aos 74.176 pardos, temos 153.298 negros e mestiços. No ano de 1838 figuram 86.933 escravos e 66.265 livres de cor, no total de 153.198 indivíduos de cor. A coincidência, apenas denota que a fonte consultada é uma e mesma: o marechal Daniel Pedro Müller. Os dois totais diferem em 100 negros, que tanto pode ser erro de transcrição como de revisão. E' que uns negros eram escravos e como tal estão computados, e outros não, estando apartados como livres. Esse manejo dos números do século XIX, como se apresentam, dá lugar a novas confusões se não houver cuidado na enumeração das rubricas sob que eram contadas.

Outro exemplo: Sálvio de Almeida Azevedo, em um trabalho para o volume LXXV da "Revista do Arquivo Municipal", de

Abril de 1941, sob o título: "Imigração e Colonização no Estado de S. Paulo", pág. 113, ao estudar dados de população no planalto, faz referências ao recenseamento de Janeiro de 1886, conhecido em 1888. Dá, assim, para S. Paulo, uma população de 107.329 escravos e 3.786 negros puros. No esquema, para aquele ano, estão dados que tirei de Artur Ramos, vide nota. Não há menção dos negros puros. E' de se pensar que no total de escravos apresentados por Sálvio de Almeida Azevedo, já estejam incluídos os tais negros puros, pois do contrário alteraria o montante de escravos para mais. Não pude pesquisar na fonte direta, de sorte que a dúvida fica de pé. Tudo isso tem aparência de ninharia, mas serve para demonstrar quão complicadas eram as estatísticas sobre a escravidão e a população de cor em geral.

CAPÍTULO II

AS DÚVIDAS SOBRE O EMPREGO DA PALAVRA "NEGRO" NOS DOCUMENTOS ANTIGOS, ATÉ O SÉCULO XVIII

Na Introdução discorri largamente sobre as dúvidas a-cerca do emprego da palavra "negro" que se notam entre os historiadores que têm tratado da história de S. Paulo. E' curioso que se faça um "cavalo de batalha" duma simples denominação sem mais importância — hão de pensar muitos. Mas, na história, há ocasiões em que pequenas futilidades, bagatelas, levam a grandes descobrimentos ou proporcionam meios e modos de se esclarecer incertezas. O termo "negro" é sintomático a tal propósito. Em "Vida e Morte do Bandeirante", página 187, escreve Alcântara Machado: "De maior resistência física e maior passividade que os brasis são os africanos. Daí e do fato de estarem sujeitos a direitos de entrada muito onerosos, o preço enorme que atingem.

"Tapanhunos, assim lhes chamam os documentos coloniais. Em língua geral **tapuiuna** significa gente preta, em contraposição a taputinga ou gente branca, nome aplicado aos europeus.

"E' em 1607 que aparece pela primeira vez um negro de Guiné. Estimam-no em quarenta mil réis, soma exorbitante para a época. O valor das **peças da Índia**, ou da Angola, ou **fôlegos vivos**, aumenta de tal sorte com o decorrer dos anos, que um tapanhuno ladino ou educado vale duzentos e cinquenta mil réis ao tempo de Leonor de Siqueira. **Moleques, molecas, moleconas**, alcançam preços exagerados. Ao invés do que sucede com os indígenas, a idade demasiado tenra ou avançada e a própria moléstia não desvalorizam de todo os africanos. Em oito mil réis é

alvidrado um pretinho de dez meses, em trinta um de dois anos; em vinte e cinco um negro velho; em igual quantia uma moleca doente de gota coral, e assim também uma negra malos pés, aleijada, com cria de braço. Tanto basta para evidenciar que nesta matéria, como em muitas outras, o artigo nacional não pode competir com o estrangeiro.

“Tudo isso explica o número diminuto de tapanhunos que figuram nos acervos setecentistas. Cento e poucos, ao todo. Arroslam-os muita vez sobre a denominação genérica de peças de Guiné. Vários são nomeados como pertencentes ao gentio de Angola. Só nos inventários do século XVIII é que se encontram individuados africanos de nação benguela ou bainguela, moniolo ou muniollo, mina e cabo verde”.

Isso o sr. Alcantara Machado escreveu em 1930 (2.^a edição). Em 1941 o sr. Otoniel Mota publicou um trabalhinho: “Do Rancho ao Palácio” (30). Na página 87 ao tratar do tema “A Gente”, depois de dizer que “ainda não se fez um estudo aprofundado, que me conte, sobre o elemento germânico na população paulista; que me parece mais ponderável do que em geral se considera”, esclarece: “Não havia a princípio negros de Guiné. E só aos poucos viriam para cá. O negro custava em média 40\$. O paulista, paupérrimo, precisaria vender quarenta vacas para comprar um negro! Os ricos senhores de engenho de Pernambuco e Baía é que absorviam a carga do navio negreiro. Só em 1607 aparece mencionado, num dos inventários, um negro de Guiné. E através de todo o século XVII o negro é elemento escasso. Inventários opulentos — o leitor saberá dar ao adjetivo, no caso, o seu valor relativo — em que entram centenas de escravos índios, não se menciona, às vezes, um único africano”.

Agora vem uma lambada...: “E é o momento de abrir os olhos aos inexperientes (aquí boto um (*) sic...) que abrirem as páginas dos Inventários ou das Atas. Até o século XVIII (notem: século (*) XVIII) a palavra **negro**, que é ali encontrada a cada passo, se não vem acrescida das expressões **tapanhuno**, ou de **Guiné**, exclue o africano. E' o índio. Disto não há dúvida possível”. e logo em seguida aduz: “Tapanhuno — e às vezes tapanho — é corruptela de **tapuia una tapuia preto**”.

Já mostrei como, outrora, a confusão sobre os qualificativos de cor dos indivíduos eram empregados, como se diz hoje, à besa. Não encontrei, em nenhum documento que verifiquei, uma orien-

(*) Do autor deste trabalho.

(*) Idem.

tação em meio à barafunda de nomes de negros e índios. Quis me firmar, mas o terreno é resvaladiço, escorregadio, e as indecisões me deixaram descrente de tudo quanto se vem dizendo do negro em S. Paulo com uma certeza que chega a lembrar certos casos de paranóia nervosa, quando um sujeito qualquer afirma de uma cousa que é, é e é mesmo.

Negro não é negro, "seu bobo"... Não vê logo que negro é índio? Ora, pois, não faltava mais nada. Veja os Inventários. Não se pode duvidar.

Se eu tivesse que discutir com alguém que ficasse firme nessa convicção, o interlocutor manteria, inicialmente, um diálogo que devia principiar dessa maneira.

Felizmente, julgo, o problema não é tão simples assim. O negro famoso, famosíssimo, a que os arianos encapotados dão a subida honra de ter sido o 1.º a ser mencionado em Inventário de vicentinos vem citado no inventário de Francisco Barreto, cujo testamento e inventário datam de 1607, publicado no volume II dos "Inventários", na página 204. Ali está o tal pioneiro, atrás do qual vieram os milhares que "infestaram" S. Paulo... E, o que é mais importante, o "coitado" se casou com uma índia forra, para mal dos pecados de quem afirma que o índio tinha repulsa ao negro. O primeiro que chegou, zás, logo abiscoitou uma delas. Cabra sacudido.

Deve ser ele, mas o que digo mais adiante convencerá do contrário.

Aquí vai um pouco de documentação pesquisada com carinho, não em um volume, mas em dezenas.

Eis o que rezam alguns deles:

No volume 1.º dos "Inventários e Testamentos", publicado em 1920, no inventário de Damião Simões — sapateiro — de 1578, descobre-se que ele dispunha de 3 escravos tamoios. No de Pero Leme, de 1592, no de Grácia Rodrigues, de 1594, fala-se de escravos avaliados em 20\$ e 12\$. No inventário de João do Prado, de 1597, figuram escravos numerosos, gado vacum, em quantidade de pasmar para época tão remota, galinhas, marmelada, feijões, milho, algodão, sal do reino, árvores frutíferas, etc., sinal duma vida de abastança não desprezível. A casa de Maria Gonçalves, avaliada no inventário de 1599, página 191, é sobradada de dois lanços. Na página 90 fala-se em arado (rústico arado, mas arado). Na página 223, do volume 1.º, no ano de 1624 se alude a peças de Guiné, mulatos filhos de escravos e escravos da mesma região africana. Tais peças valem de 20\$ a 15\$ e 10\$.

Que deduzir dessas informações?

Que um simples sapateiro dispunha de três escravos, que os

escravos índios e negros de Guiné valiam preços iguais, que a agricultura e a criação estava desenvolvida (não pensem em nossa época, coloquem-se naquele tempo, com as naturais dificuldades dum meio ainda inhóspito), que, existiam casas assobradadas que se conhecia o arado.

No inventário que vem no volume 30 — reparem na distância entre o volume 1 e o 30, mas referentes ao mesmo ano, isto é, 1599 (um foi dado a lume em 1920 o outro em 1939) figuram cousas que merecem ser fixadas aqui.

A vida na vila de Piratininga — alega-se — era miseravel no ano de 1599. Vejamos o inventário de Salvador Chaves e sua mulher Polônia Domingues, daquele ano, que vem no volume 30 dos “Inventários e Testamentos”.

Das “cousas q’ acharão” não se sabe muito, pois que a traça corroeou o inventário em muitos trechos, mas como sobrou algo, vejamo-lo:

- 1 vaca com 1 filho, avaliado em 1800 reis
- 14 cabeças de porcos com 4 bácoros e 3 porcas com 7 leitões
avaliado tudo em 3.200 reis
- 1 espada avaliada em 1.600 reis
- uns calções de pano de algodão preto e 1 roupeta parda sem mangas e 1 camisa de mulher, velha, avaliado tudo em 1.000 reis
- 6 calções pardos e 1 cinto, 1 roupeta de algodão e 1 saia preta
- 1 sapato, 1 espelho velho avaliado em 150 reis
- 4 tostões em dinheiro
- 1 chapéu preto avaliado em 640 reis
- 4 enxadas e 1 enxó avaliados em 800 reis
- 1 carapuça em 100 reis
- Outra em 200 reis
- 1 meia e sapatos avaliados em 200 reis
- uns novelos de fios em 100 reis
- 1 cadeado com sua chave em 100 reis
- 1 roupeta e calções de pano avaliados em 1.600 reis
- umas mangas de pano de algodão
- 1 gibão de pano de linho e 1 corpinho, em 400 reis
- 1 saia avaliada em 1.200 reis
- 1 manto de sarja avaliado em 5.000 reis
- 1 calçado avaliado em 400 reis
- 1 enxó avaliada em 200 reis

Não necessita comentários o que transcreví. Hoje, em nosso tempo, em pleno ano de 1942 qual o operário de S. Paulo, do

Brás, da Mooca, da Lapa, do Belenzinho, do Ipiranga, que seria capaz de deixar tanta cousa, depois de morto?

Quantos empregados no comércio dispõe de mais de 2 ternos de roupa, de mais de 2 sapatos, de mais de 2 camisas, de mais de 2 pares de meias, etc.? Que o digam os sábios da escritura.

E alegam que a vida em Piratininga, naquele remoto ano de 1599 era feita de miséria...

A vida na Baía, na mesma época, pouco diferia. Basta ler as crônicas e correspondência dos jesuítas. Havia mais açúcar, mais escravos, sem que, no entanto, praticamente o conforto fosse efetivamente muito superior. A existência, logicamente, devia decorrer um tanto mais fácil.

O volume **XVI**, dos "Inventários e Testamentos", publicado em 1921, traz à página 67, no testamento e inventário de Maria Bicudo, de 1659 e 1660, respectivamente, na página 64 referência a "bens moveis e de raiz escravos e peças do gentio da terra" e à página 67, faz menção de negra do gentio da terra e de um tapanhinho de nome Francisco. Na página 82 a palavra tapanhinho vem citada três vezes, sem indicação de nomes, que a traça consumiu. Sob o título de: "Peças do gentio da terra" figura a seguinte enumeração: "Camila mulher de Antonio tapanhinho com seis filhos mulatos a saber — Gabriel — Manuel — Salvador — Antão — Euzébia — Micaela". Alude a outros mulatos que não se sabe se são filhos de branco e negro ou branco e índio, afora moças mamelucas, etc. Ao citar nomes de "negros" segue-se a afirmativa de que "está no sertão". Na página 94, na parte referente à avaliação das peças de escravos, há 1 negro tapanhinho lançado no inventário por 45\$ e um "negro escravo" por 40\$. Mas, este deve ser o "Antonio tapanhinho" já mencionado antes... Na página 119 há referência clara e direta a "escravos de Angola" e "peças da terra". Na página 391 do mesmo volume da documentação vicentina, consta: "Foi avaliado um moleque do gentio de Angola por nome Antonio" por 36\$. Trata-se do inventário de Manuel Peres Calhamares, de 1663. No inventário de Francisco Ribeiro de Moraes, de 1676 o "de S. Paulo" e de 1665 o "do Sertão", figuram mulatas, molecas moças, com avaliações que vão a 40\$ as mulatas e 25\$ a moleca; mulatinhas; negro de Guiné, aleijado, por 16\$, negra velha tapanhuna por 28\$, alem de gente forra, entre esta "Agueda mulher do tapanhuno". No que se relaciona com o quinhão das dívidas e custas, leem-se três vezes o nome de tapanhunos e tapanhunas, avaliados em 25\$, 40\$ e 28\$. O "moleque" Ventura da página 487, passa, na página 493 a tapanhuno... A "moleca moça" Izabel da página 486 passa a tapanhuna na página 493... O mesmo

volume insere centenas de nomes de “negros”, “moleções”, “mancebos”, etc. Nas páginas 186 e 187 vêm mencionados os tapanhunos Benedito e João, avaliados em 50\$, inventário de Iza-bel Ribeiro, de 1661.

O volume LIII da coleção “Documentos Interessantes” do Arquivo do Estado de S. Paulo, publicado em 1931, insere na página 84 e seguintes até 90, um documento do Arquivo do Conselho Ultramarino, que data de 1.º de junho de 1711 (portanto do século XVIII), em que, entre outras cousas interessantes, se lê que “suposto se deva proibir que os **mamelucos, Carijós pretos, e mulatos** possam trazer armas”, etc., por onde se percebe que antigamente a classificação dos indivíduos quanto à cor era tudo o que havia de mais incerto.

O volume VII, do “Registo Geral da Câmara Municipal de S. Paulo” (suplemento), editado em 1919, relativo aos séculos XVI, XVII e XVIII, assim como todos os que pude verificar, ao se referirem ao selvícola usam as palavras **índio, gentio, gente da terra, gentio da terra, negro da terra** e algumas vezes os nomes das tribus. Os documentos por mim manuseados de 1598 e 1599 usam as palavras **índio** ou **gentio**. No inventário de Antônia Leme, do volume XXI dos “Inventários e Testamentos”, página 409, há um trecho que diz: “peças escravas e do gentio da terra”, que pode dar lugar a enganos, pois não aparecem as tais “peças escravas”, senão sob a rubrica “Gente da terra”. Na página 248, no testamento de Felipe de Campos, há outro trecho que merece transcrição: “Declaro que tenho algumas peças da terra, cinco casais em que entra um tapanhuno, por nome João, um negro por Liseu, outro rapagão por nome Miguel, e outro por nome Gabriel apaiá, e negras soltas seis com uma rapariga; com as famílias que se acharem; tenho mais uma bastarda, por nome Felícia, que servirá a meus herdeiros na conformidade que me serviu, mas não será vendida, por nenhum modo, e quando o seja, poderá remeter-se a outro herdeiro; para que a tenha na conformidade que eu a tive”.

Ainda no mesmo volume, na página 472 lá está: “Declaro que deixei uma rapariga tapuia em casa de João de Almeida Naves mal vendida que me tinha dado dois mil réis à conta ficou-me a dever três mil réis”. Logo adiante diz isto: “Declaro que tenho duas peças do gentio da terra e deixei um negro em casa de meu primo João de Almeida Naves quando vim do sertão do rio abaixo também gentio da terra mulato que não sei se é morto ou vivo”. Os termos se misturam até para indicar um mesmo indivíduo como anotei em alguns inventários.

Em documentos do ano de 1606 se usa linguagem onde apa-

rece referência a negros da Guiné como a carta da Câmara de S. Vicente ao rei (*).

No mesmo volume VII, página 115, o documento "Matrícula de Gente Carijó", se refere a esta nos termos "índios" e "índias" e, numerosas vezes, "negra" e "negro", sobrelevando os dois primeiros. O documento data de 1615 e a carta da Câmara da Vila de S. Vicente é de 1606. Podemos, confiadamente, aceitar "negro" e "negra" como querendo dizer unicamente, exclusivamente, selvícola, quando sabemos que nos documentos lavra grande desordem na terminologia empregada, verdadeiramente imprecisa a esse respeito?

E' verdade que no assento da gente de Crisóstomo Álvares se fala, conjuntamente, em "índia", "índio" e "negro", em que este último diz respeito claramente, ao índio Guacarã, mas aí a referência é direta e compreensível.

No volume XVI dos "Inventários e Testamentos" encontrei citadas as palavras "negra do gentio da Guiné" no testamento de Pedro Dias Leite, de 1658 e inventário desse mesmo ano, onde também está a palavra tapanhuna. No traslado do inventário de Fernando Raposo Tavares, página 125 e seguintes até 162, e que data de 1659, lá estão as embaraçantes palavras "negro velho", "negro barbado", "negro potroso", "negro doente", etc.

Há mais...

Taunay, no capítulo IV da 1.ª parte do tomo 3.º da "História Seiscentista da Vila de S. Paulo", página 56 (31), alude aos casamentos entre índios e negros, fato que vem lançar maior confusão no nosso intrincado caso de saber se "negro" era índio ou negro mesmo... Diz, entre outros conceitos, o sábio historiador: "uma das velhacadas profícuas dos escravistas continuava a ser arranjar-se o casamento entre índios das aldeias e os **negros importados da África ou seus descendentes**, igualmente escravizados". Não obstante a proibição partisse do governador do Rio e datasse dos fins do século XVII, pode-se supor, sem medo de incorrer em algum "gato" que esse "crime" só seria possibilitado se pelo menos o número de negros fosse relativamente grande, a-fim-de que os casamentos pudessem ser realizados, interessando, como de fato interessou, a numerosos bandeirantes da época...

Alcântara Machado, em "Vida e Morte do Bandeirante", página 187, últimas linhas do capítulo "Índios e tapanhunos", escreve que "é em 1607 que aparece pela primeira vez um negro

(*) Vide documento n. 3.

de Guiné”, quando a carta da Câmara da qual transcrevemos alguns trechos data de 1606.

Em 1681, no inventário de Manuel da Fonseca Osório, página 86 do volume XXI, estão classificados três tapanhunos e um negro e uma negra de Guiné, sinal, aliás patente, de que a importação de negros vinha de muito longe.

O saudoso escritor alude também a “moleques”, “molecas”, “moleconas”, explicitamente, como se fossem negros ou negras. Pois bem, “molecão” e “moleca” são palavras textuais do testamento do capitão Fernando Raposo Tavares, de 1658, meados do século XVII, logo, de acordo com aquela interpretação, escondem um negro e uma negra...

Fuçando a documentação do volume XXI dos “Inventários e Testamentos”, lá estão cerca de 38 vezes, entremeiadas, as palavras “negro de Guiné” e tapanhuno, nos treze inventários que insere. E isso fora as palavras “mulata”, “negro da terra”, “negra da terra”, etc. E não se trata de acervo setecentista, mas seiscentista. Na página 170, no inventário de Antônio de Azevedo Sá, figura uma “negra tapanhuna”, perfeita redundância, que elucidada quão confuso, repetimos, era o emprego de termos peculiares à coloração das raças africanas e brasileiras. Na página 231 também está um “negro tapanhuno”, inventário de Felipe de Campos. Na página 263 do volume tantas vezes citado, inventário de Domingos da Silva, de 1681, figura o seguinte: “Foi avaliada uma negra de Guiné dos pés inchados por nome Lucrecia em sua avaliação de vinte e seis mil réis”; e mais adiante: “Foi avaliado um rapaz pequeno filho da negra Lucrecia por nome Martinho em sua avaliação cinco mil réis”, onde negra está sem o indicativo de Guiné, que se faria necessário se a distinção, embora já feita, merecesse naqueles remotos tempos o cuidado que se quer dar a entender existia.

Mas, a história não é uma colcha de retalhos, cujos acontecimentos a gente pega a seu bel-prazer e com eles fabrica hipóteses agradáveis para o amor-próprio. Não. E’ uma cousa séria. Muito séria até.

Já aludí ao valor do negro como trabalhador. Os portugueses, os paulistas, conheciam a utilidade do africano, a sua conveniência. O índio era empregado nas minas. Não discordo. O documento anexo de n. 4 comprova essa asserção, datando de 1615, antes da epopéia bandeirante do “rush” às minas, mas dentro da órbita das suas correrias e entradas celebrizadas por uns, caluniadas por outros. A preocupação com as minas, dentro de S. Paulo, do território da antiga capitania de Piratininga, é velha. O documento anexo n. 5 o atesta. Não tem data, mas pre-

sume-se ser antiquíssimo, anterior ao século XVIII, de início, talvez, do XVII. Mas o documento n. 6, do ano de 1559, mais o confirma. Aliás, em qualquer história do Brasil do curso secundário isso é dito mais ou menos claramente. Apenas procuro documentar o que afirmo. O documento n. 7, sobre ouro em Cananéia, datando de 1678, o n. 8, do ano de 1674, o de n. 9, de 1675, dentre centenas ou milhares que poderia juntar aqui, testemunham a ansiosa expectativa dos colonos na procura do ouro, da prata ou das esmeraldas. Não são documentos inéditos. Todos já são conhecidos; se não de toda a gente, pelo menos dos que se dedicam a estudar a história nas suas fontes diretas. Por isso não me acويمem de vaidoso ao transcrevê-los na íntegra. Quero, simplesmente, que fique positivado o que relato, sem outro intuito.

Ora, como a história não se constrói aos pedaços, mas é uma, inteira, cada fato tem uma causa e um efeito e todas as causas e todos os efeitos se interrelacionam, precisamos analisá-los de per-si e conjugá-los, para chegar a deduções certas e não a meras hipóteses.

Vou exemplificar: Os numerosos papéis que estão colecionados no volume III dos "Documentos Interessantes", 3.^a edição de 1913, em que se trata da catequese do gentio que habitava as paragens alem Tietê, em pleno sertão paulista, como, por exemplo, o que vem na página 104, sobre as explorações nos rios indicados e que data de Porto Feliz, em 16 de setembro de 1809, outros de 1810 etc., mostram a constante preocupação dos paulistas em trazer para o seio da assim chamada civilização os milhares de selvícolas que ocupavam os sertões de S. Paulo, banhados pelos rios Tietê, Paraná e Tibagi. Mesmo depois dessa época, em meados do século XIX, continuava aquela preocupação, quando milhares de negros já tinham derrubado, no Oeste, centenas de quilômetros quadrados de matas para as plantações de café. Haverá algum ingênuo, porém, que, embora as informações sobre o negro sejam escassas nos "Documentos" do século anterior (em contraste com o XVIII), queira afiançar fossem estes em nossa então Província, em número diminuto a ponto de não figurar, ou muito raramente, em tais papéis?

Só uma espécie de documento não pode servir de ponto de referência, como os "Inventários" e mesmo as "Atas", hoje armas de combate para todos os misântropos da história vicentina dos séculos XV, XVI e XVII. E' preciso que haja rigorosa e cuidadosa pesquisa em tudo quanto se refira ao negro no planalto para, depois, tirarmos conclusões precisas. Isto no caso de nos interessarmos apenas pelo presente, relegando ao desprezo

pontos básicos para melhor conhecimento da nossa formação racial e da influência negra em S. Paulo, que tanta gente procura apoucar, não sei bem porque...

Se um historiador do futuro quisesse conhecer algo sobre o negro em S. Paulo no ano de 1920 e se dispusesse a fuçar as atas da antiga Câmara Municipal ou os nossos cartórios de orfãos e tabeliães, não encontrando referências a negros ou muito poucas, concluísse por escrever que não tínhamos negros ou, se os tínhamos, eram tão diminutos que não valia a pena considerá-los, que pensar de semelhante atitude? Errada, é claro. Pois bem, hoje se incorre nesse erro. Procurei prová-lo.

CAPÍTULO III

Novas razões históricas e novos argumentos

São sem conta os argumentos que poderia alinhar contra a tese dos que são contrários, historicamente, sentimentalmente e... racialmente à influência do negro, quantitativamente apreciável, do século XVI até meados do XVIII. Até hoje, que eu saiba, a não ser Saint-Hilaire, em "Viagem à Província de S. Paulo", ninguém tentou qualquer trabalho para se saber qual a percentagem do negro na população paulista. O de Samuel Lowrie, ótimo em muitos pontos, também é falho. Os outros que apareceram, do século XIX ou neste, não merecem grande confiança. O que precisaríamos saber — mas se tornou impossível, a não ser que apareça de um momento para outro algum documento milagrosamente escondido e que deslinde tudo — é a percentagem dos negros sobre os habitantes da antiga vila de Piratininga na Capitania de Itanhaem e suas adjacências. Sabe-se, por papéis daquele tempo e crônicas de jesuítas que a população era diminuta. Se assim era, certo número de negros — vamos dizer X — já poderia exercer uma influência maior do que a que se supõe. No meio de 1.000 brancos — por hipótese — não é nada. 300 negros. Mas, entre 500 brancos, 300 negros já é número respeitável. Em Saint-Hilaire (32) encontramos para o ano de 1777, uma população total de 116.975 habitantes. Ele recolheu esses números em Southey, são, pois, de segunda mão. No meu caso, de terceira mão... De 1777 a 1805 a população aumentou, em 28 anos, de 75.754 almas, com um termo médio anual de 2.705. Esse período, entretanto, não foi o da vinda de negros escravos para o café. Descreve-o Sérgio Milliet (33): "A situação econômica em fins do século XVIII é conhecida. O sonho do ouro transformara-se, já então, em pesadelos. As lavras esgotadas não

atraiam mais os aventureiros paulistas. A emigração para as minas cessara por volta de 1780 e aos poucos o bandeirante desiludido voltava-se para a agricultura, num esforço lento e difícil de readaptação. De café não se cogitava ainda. Apenas a cultura da cana de açúcar conseguia dar certa estabilidade a uma população irrequieta por índole e avessa ao trabalho sedentário da terra. O comércio exterior da capitania era insignificante. Um quadro de Balbi, referente a 1796 e reproduzido por Roberto Simonsen, na sua *História Econômica do Brasil*, consigna, para o valor da exportação pelo porto de Santos, a importância de rs. 55:641\$458, isto é, apenas 2 1/2 % do total indicado para a colônia". Segundo o mesmo autor, em 1836 S. Paulo colheu 582.066 arrobas de café, mais de 4/5 na zona norte e o restante na zona central (34). Portanto, praticamente, o café principiou em 1836, embora tivessem sido iniciadas as plantações bem antes. A zona norte — como é geralmente sabido — foi onde elas principiaram. Dalí se irradiaram para o resto da Província. Saint-Hilaire dá para o ano de 1838 (e quando digo dá tome-se no sentido mais relativo possível) uma população de 326.902 habitantes, dos quais 153.198 eram negros e mulatos, livres ou escravos, para 172.879 brancos. Havia, ainda, 825 indígenas. Num período morto — falando em linguagem de automobilista, estava-se num "ponto morto" — o número de negros escravos e livres era enorme em relação ao total da população. Não se pense, todavia, que, ao se desfazer o sonho do ouro, com a diminuição do ouro de lavagem ou o esgotamento das fontes, que os negros das minas desceram para S. Paulo. Saint-Hilaire diz, a esse respeito, que enquanto as minas da comarca de Ouro Preto se esgotavam, a agricultura se desenvolvia nas outras regiões da província (35). Isso significa — expressivamente — que o negro não retornou com o bandeirante. O chefe, no geral, voltava, desiludido ou não, voltava. O africano ficava. A população instável, de negros, tornava-se permanente. S. Paulo, assim, nada lucrava com a conclusão do belo e heróico ciclo do ouro. Mas, como ter uma impressão documentada do S. Paulo desse tempo ou de época ligeiramente recuada? O volume LXII dos "Documentos Interessantes" que compreende os censamentos de 1765-1767, edição de 1937 do Instituto Histórico e o Geográfico de S. Paulo, traz algumas informações esclarecedoras sobre a população ativa da época, residente na cidade fundada por Nóbrega. Embora não sejam essenciais para o meu estudo, lançam alguma luz, fraca na verdade, mas sempre luz. Pelo recenseamento de 1765 se verifica a existência de numerosos indivíduos de cor, na maioria mestiços. Posso mencionar, entre outros qualificativos usados os

seguintes: preta forra, mulato forro, mulata forra, pardo forro, negra agregada, creoula agregada, pardo escravo, parda forra etc. A distinção, no século XVIII, como se vê, não obedecia a uma orientação mais ou menos exata, à semelhança do que se fazia antes. Já não se fala mais em índios, entretanto, é inegável que existiam em quantidade na Capitania e continuavam a se unir sexualmente com elementos da população, conforme documentos autênticos da época nos mostram, alguns insertos no fim deste livro. Aquele volume dos "Documentos" tras da página 7 à página 55 cerca de 53 indicativos de coloração das pessoas recenseadas. O documento sem data que estava entre os papéis de 1767 e que o índice diz ser "resumo da população da cidade", dá um total de 2.774 almas para a vila naquele ano. Muitos dos indivíduos de cor exerciam profissões como ourives, alfaiate, sapateiro, pintor, agregado, agregada, pedreiro, carpinteiro, mineiro, feitor, barbeiro, proprietário de loja etc., o que indica que exerciam profissões que hoje poucos deles seguem, com raras exceções. Dessas informações pode-se concluir, entre outras cousas, que o preconceito de cor, social e economicamente falando, não lhes impedia de seguir certas profissões remuneradoras (dentro da relatividade do meio) fora da escravidão. E o número dessa gente era grande conforme qualquer pessoa pode verificar manuseando aquele volume dos "Documentos Interessantes".

Estavamos em meados do século XVIII. As minas, no tempo, continuavam a atrair gente, forasteiros de toda a parte e escravos negros, escravos, muitos escravos. A má situação econômica, conforme vimos, foi posterior, fins do setecentismo. Como explicar tantos indivíduos de cor, sedentariamente instalados em S. Paulo nos meados do setecentismo? Por que? E exercendo profissões de gente branca que requerem longo aprendizado muitas delas, outras exigem habilidade, gosto etc.? Devia ser gente ambientada de há muito, não de dois, três ou quatro anos, mas de vinte, trinta, meio século, mais talvez, filhos, netos etc.

Comprova-se, dessa forma, por simples argumento com base em recenseamentos e no conhecimento da situação econômica da época, que os negros já vinham de período muito anterior. Do século XVII, do século XVI... Os "Inventários" transcritos e a transcrever o confirmam.

"Mas não se deve confiar demais nos algarismos", escreve Alcântara Machado. "O que vale a terra — ajunta ele — é na realidade muito mais do que as avaliações traduzem. Há um capítulo admirável de Oliveira Viana, em que a sesmaria, o domínio rural, a grande fazenda de criação ou cultura, aparece

como o centro de gravitação do mundo colonial. Do latifúndio é que parte a determinação dos valores sociais; nele é que se traçam as esferas de influência; é ele que classifica e desclassifica os homens; sem ele não há poder efetivo, autoridade real, prestígio estavel. Nenhuma força organizada se lhe opõe. Não tem a colônia um escol de letrados e intelectuais nem uma classe industrial ou comercial poderosa e educada. Fora das grandes famílias radicadas ao chão, o que se encontra é meia dúzia de funcionários, é uma récuca de aventureiros e pandilhas, é a arraia meuda dos mestiços, é o rebanho dos escravos. Num ambiente assim, a figura central e dominante há de ser pela vontade irresistível das cousas o senhor do engenho, o fazendeiro, o dono da terra". Mais adiante conclue: "Repete-se no Brasil o mesmo fenómeno observado na idade média européica. A propriedade territorial (escreve Chaisemartin) é então a base das relações entre os homens. Fonte de todos os direitos políticos, assume por assim dizer as feições da soberania. E' privilégio dos homens livres. Nem as mulheres, a princípio, são admitidas a exercê-lo" (36).

Se era assim, se a terra valia muito mais do que as avaliações traduzem, devemos interpretar os números que os inventários mencionam de maneira diversa da até aqui adotada. Aliás, pela leitura de centenas de testamentos e inventários do século XVI ao século XVII, já pensava comigo mesmo que a história de Piratininga estava sendo encarada sob uma faceta obscura, das menos verdadeiras, o que conduzia fatalmente a convicções igualmente falsas. O relativismo dos números aí está perfeitamente demonstrada por mim e por Alcântara Machado. Mas, vou reforçar a minha argumentação. O volume XXIV, dos "Inventários", inclui um, de 1696, em que figuram 3 tapanhunos avaliados em 60\$ cada um. Menciona, ainda, gente da terra. Esta, que está sob a qualificação de "peças escravas" (para 1697), em número de 19 indivíduos, está avaliada em quantias que vão de 50\$, 56\$, 70\$ e 72\$, além de outras quantias. Nas páginas 17 e 18, num dos testamentos, o testador faz distinção clara entre peças escravas e do gentio da terra; em outros lugares lê-se "peças da terra". Pois bem, há preços que são inegavelmente de negros da Guiné, de tapanhunos, mas que não trazem referência nenhuma a essa origem. Basta cotejar os preços para se notar imediatamente a desconformidade. Há tapanhunos de 50\$ e há de 60\$. De 1697 a 1701 poucas são as referências à coloração dos escravos. Na página 354 e na 355, entretanto, figuram 1 mulato a 140\$ e 1 escravo do gentio da Guiné a 45\$. Que concluir dessa barafunda de preços e dessa falta de menção acerca de peças escravas que se percebe serem negros africanos e não

índios? Peças da terra não seriam os africanos “nascidos” já no Brasil, em Piratininga? Nascidos na terra? Peças da terra... Se assim é, pode-se concluir pelo fato de que alguns milhares de escravos — peças da terra — que figuram nos inventários desde o começo do século XVI são de origem afro-negra. E' lógico que não irei afirmar peremptoriamente que é assim, mas toda a suposição leva a crer que é isso mesmo. Como distinguir uns dos outros, afiançando que são índios e não negros?

O inventário inserto no volume II dos “Inventários e Testamentos”, publicado em 1920, testamento sem data, inventário de 1610, menciona (página 484) “um negro da Guiné por nome Francisco casado e sua mulher por nome Doroteia forra com uma filha de mama avaliado em 24\$”. A avaliação diz “avaliado”, logo é só o negro. Esse preço, em 1610, desmente de maneira categórica o que escreveu Otoniel Mota no livro já mencionado: “O negro custava em média 40\$”. Há negros mais caros, mas já em 1697. Que deduzir daí? Que os inexperientes são muito mais do que a gente pensa... O sr. Otoniel está metido entre eles. Já se vê, de tudo quanto venho expondo cuidadosamente, a condicionalidade das faceis fórmulas empregadas pelos que escrevem sobre alguns episódios da história paulista. O documento n. 10, relativo ao ano de 1715 mostra quanto se alteraram as avaliações dos negros, elevando-se de maneira assombrosa. O de n. 11, referente a 1661, é outra avaliação. O de n. 12 é típico da época — 1686-1687 — e porisso o transcrevo na íntegra, para que se possa ter idéia acerca de como testavam os paulistas de então. A Ordem Régia — documento n. 13 — que pode ser usado, de má-fé, contra a minha argumentação, indica que no reino se restringia a vinda de negros para S. Paulo, — limitados a 200 por ano — o que num século perfaz 20.000. Essa revogação é importante porque até certo ponto está em desacordo com o que disse o sr. Sérgio Milliet. Assim, o aumento de escravos para S. Paulo ocorreu antes, 73 anos antes de 1836, quando o norte da Capitania progredia à custa do café.

O documento de n. 14 transcrevo-o a título de mostrar que a legislação racial, de opressão contra o negro — no sentido político-econômico — não era privilégio da Câmara de S. Paulo de 1733, como quer fazer crer o sr. Otoniel Mota (página 88 de seu livrinho), era, apenas, um sistema defensivo da classe dominante, perfeitamente natural — do ponto-de-vista e do interesse dela — mas explicável. Nada tinha de sentimento racial, como dá a entender o historiador paulista. Aquí fica a ressalva e a retificação do que ele afirmou. E também resposta ao que insinua: “Eu desejaria saber em quantas regiões do Brasil seria possível

essa legislação...” Esta reticência implica numa profissão de fé do conhecido pastor protestante, muito de acordo com os sentimentos dos pioneiros norte-americanos, cuja religião segue...

Os papéis numerados de 15 a 26 podem ajudar os estudiosos que não dispõem de tempo para pesquisas a compreender melhor certos acontecimentos da história de S. Paulo ligados ao bandeirismo e à vinda dos negros escravos da África. Há muito paralelismo entre eles, motivo pelo qual achei de bom alvitre incluí-los neste livro, não obstante acrescesse o número de páginas. Mas o meu trabalho é um trabalho de história e não obra de ficção. Minha obrigação é documentar o que digo. A documentação aí fica. Discutam-na os entendidos. Mas nada de tentativas demolidoras. Precisamos construir a história real do passado vicentino, desde o século XVI até este, e para isso temos de aproveitar tudo quanto nos torne mais inteligente a ação dos nossos ascendentes.

Em “Retrato do Brasil”, pág. 126, Paulo Prado faz alusão às paixões violentas e exaltadas a que chegaram os colonos e nativos, que criou o tipo representativo do sertanista. Atuava a fascinação do ouro como exclusiva mania. Confirmando esse sentimento — que chama de extenuante na sua esterilidade materialista — o escritor paulista indica Sebastião Pinheiro Raposo, bandeirante paulista, como tipo representativo e pitoresco. “Vindo de S. Paulo — escreve — percorreu com a comitiva de camaradas e escravos índios e negros os sertões do norte e nordeste, deixando por toda a parte um rasto sanguinolento e uma lenda de riqueza”.

Mas, quem seria esse Sebastião Pinheiro Raposo?

Dele diz, em “Bandeiras e Bandeirantes de S. Paulo” o historiador Carvalho Franco, página 180 do livro que tem o n. 181 da “Brasília”, Cia. Editora Nacional (1940):

“Dom Baltazar da Silveira, a 22 de outubro de 1713, dava patente ao capitão Sebastião Pinheiro da Fonseca Raposo, para o descobrimento das ambicionadas pedras “porque ele tinha notícia do sítio em que as havia, pelas experiências que fez no tempo em que andou ocupado no descobrimento delas em companhia de Garcia Rodrigues Pais”. Assim, juntamente com seu filho Antônio Raposo Tavares e de seu enteado, Antônio de Almeida Lara, iniciou aquele paulista sua última célebre jornada pelo sertão, varando em sondagens todo território de Minas-Gerais e indo se deter nas cabeceiras do rio das Contas (1718).

Aí se estabeleceu nas vizinhanças da bifurcação das duas estradas que ligavam a Baía a São Paulo, uma que seguia pelo rio de São Francisco e outra pelo espigão da serra do Espinhaço,

até ao rio Verde-Grande e suas cabeceiras, Itacambira e rio das Velhas. Num riacho dessas paragens, denominado Mato Grosso, descobriu e minerou ouro. O relatório apresentado a Vasco Fernandes Cesar pelo mestre de campo Miguel Pereira da Costa, dá minudente notícia da atividade desse bandeirante, que terminou seus dias no fundo do Piauí, assassinado por certo Manoel de Almeida, praça de sua bandeira (721).”

Assim, em pleno início do século XVIII o negro andava já no sertão distante, colaborando, tanto quanto o índio, na descoberta do ouro e das esmeraldas. Para a minha tese é um documento de grande valor, pois a confirma, em alguns pontos, mesmo naquele de que o negro já andava em correrias pelo sertão desde o século inicial da nossa vida social. Uma cousa puxa a outra e, se formos estendendo o cordão pelo passado afora, há uma como que entrosagem entre as entradas dos negros do século XVIII e as dos séculos anteriores. Com uma diferença — que as do setecentismo são aceitas — mas classificadas como não sendo bandeirismo — enquanto as outras são bandeirismo, mas nelas os negros não tomaram parte ativa, apenas esporádica e, assim mesmo, a gente as conta pelos dedos.

Mas, como acentuei, a história é um quadro que, com suas perspectivas diversas, mostra unidade de ação, de causas e efeitos. Há simbolismo em algumas atuações mais destacadas, sem que as que figuram em plano secundário tenham menor valor. O que é necessário fazer-se é ligá-las entre si, coordenando acontecimento e acontecimento, episódio e episódio, por menos importante que seja, para atingir a uma conclusão que não venha, posteriormente, a encontrar desmentido na documentação nas crônicas ou nas epístolas dos protagonistas do passado.

CAPÍTULO IV

O negro durante o Século XX

Através dos informes que figuram nos três fascículos já publicados do “Boletim do Serviço de Imigração e Colonização” da Secretaria da Agricultura, temos alguns indícios sobre a presente contribuição do negro como elemento demográfico na população do Estado. Assim é que sabemos que os imigrantes e trabalhadores nacionais alojados em 1937 na Hospedaria de Imigrantes, classificaram-se, quanto à coloração, em brancos, pretos e amarelos, que acusaram, respectivamente, as seguintes porcentagens: 67,43 %, 15,44 %, 10,88 % e 6,22 % ou em números in-

teiros 44.469, 11.102, 7.826 e 4.477. Os nacionais acusaram uma porcentagem de indivíduos brancos de 71,73 %. Para o total dos 66.966 nacionais alojados, 48.038 eram de cor branca. Os pardos somavam 11.102 e os pretos 7.826.

Em 1938 os indivíduos de cor branca somaram 31.702, os pardos 2.827, os pretos 8.320 e amarelos 2.419.

O "Boletim" de onde transcreví tais dados diz, mais, que de 1936 a 1939 os imigrantes e trabalhadores nacionais alojados na Hospedaria acusaram as seguintes porcentagens de cor branca:

| | |
|------------|------|
| 1936 | 57 % |
| 1937 | 67 % |
| 1938 | 70 % |
| 1939 | 62 % |

Acrescenta, em seguida, o "Boletim": "E' sabido que o movimento da Hospedaria de Imigrantes constitue-se em sua esmagadora maioria, de trabalhadores nacionais procedentes de regiões onde a infiltração de estrangeiros não pode ainda ativar, mediante o cruzamento, o processo de branqueamento da população. Levando-se em conta essa circunstância, os índices encontrados de indivíduos de cor branca são bastante expressivos".

Em 1939 vieram para S. Paulo e se alojaram ali 89.651 imigrantes nacionais, dos quais 62.972 procediam da Baía e 19.584 de Minas Gerais, Estados onde se diz que o contingente negro, durante a época da escravidão, foi maior do que em S. Paulo.

Desde 1934 até 1939 entraram em nosso Estado 322.464 trabalhadores nacionais, dos quais eram baianos 151.236 e mineiros 88.789.

Em 1940 a Hospedaria alojou 15.877 brancos, 15.077 pardos e 7.195 pretos.

Temos, portanto, adicionando tais números, 29.006 pardos e 23.341 pretos em três anos, faltando aí 1939, que figurou no "Boletim" com a porcentagem de 62 % de brancos, sem outra menção explicativa. O total de indivíduos de cor, naqueles anos, foi de 52.347.

Mas, devemos contar com as retiradas. Releva ponderar que às vezes elas são bem grandes, mas o saldo a favor das entradas é sempre maior, felizmente. De 1908 a 1936 entraram pelo porto de Santos 125.826 trabalhadores nacionais e saíram 95.845, num período de 28 anos. Sabe-se, todavia, que a massa principal dos nacionais vem pela Central do Brasil e por ela sai, também. De 1938 a 1939, a porcentagem de fixação do elemento nacional em S. Paulo, pelos dados do porto de Santos, foi de 36,07 % em

média, mas é de se acreditar que seja, para o total do Estado, de mais de 50 %. Com a queda da imigração e com as restrições que se fazem ao elemento nipônico, tende a aumentar, felizmente, a influência do elemento nacional dentro do Estado e, com ela, cresce, até certo ponto, a coloração da população paulista.

A influência negra prossegue sem solução de continuidade, pois desde 1900 ela se manifesta com os trabalhadores nacionais vindos de outras regiões do país onde o negro tem relevante posição demográfica. Conquanto o elemento estrangeiro predominasse, sem dúvida, pois que de 1908 a 1939 entraram, só pelo porto de Santos, 1.906.830 imigrantes, deles 188.217 eram brasileiros. A estes temos de juntar os vindos pelas estradas de ferro, inclusive a Central do Brasil. Se descontarmos a metade dos entrados como tendo retornado aos seus pagos, ainda sobra muito.

No "Boletim do Serviço de Imigração e Colonização", n. 2, de outubro de 1940, encontrei dados sobre a afluência do negro nos anos mais próximos: de 1935 a 1939 entraram na Hospedaria de Imigrantes, entre imigrantes e trabalhadores nacionais:

| | |
|----------------|---------|
| Branços | 187.176 |
| Pardos | 53.388 |
| Pretos | 56.783 |
| Amarelos | 7.656 |

O total da gente de cor era de 110.171 indivíduos, entrados em um período de cinco anos. Não se pode fazer uma estimativa aproximada dos brancos nacionais, pois os estrangeiros estão sob essa rubrica. Quanto aos pretos e pardos devem todos ser brasileiros. Eram casados 95.671, solteiros 202.649 e viuvos 6.683. É grande a quantidade dos que estão em condições de se reproduzirem mediante casamento e, entre eles devem estar milhares inclusive a Central do Brasil. Se descontarmos a metade dos menores de 18 anos que a lei não permite que se casem. Eram masculinos 202.844 e femininos 102.159. A estatística silencia, neste ponto, de maneira que não sabemos quantos negros e negras eram, separadamente.

Em 1941, segundo o "Boletim" do Departamento Estadual de Estatística, de novembro desse ano, n. 11, entraram na capital, na Hospedaria de Imigrantes, do mês de janeiro ao de outubro:

| | |
|----------------|-------|
| Branços | 9.455 |
| Pretos | 5.137 |
| Pardos | 2.273 |
| Amarelos | 2 |

Se morrem negros, devido a fatores econômico-sociais, em compensação, caso assim pudessemos chamar à tal corrente de migração interna — a contribuição dos homens de cor, com suas tradições mais ou menos uniformizadas, continua, acentuando em S. Paulo o complexo racial índio-branco-negro.

CAPÍTULO V

Resenha de antropologia social sobre o negro

Benedito Calixto, no trabalho "Capitanias Paulistas", na 2.ª parte sobre a Capitania de Itanhaen (37) escreve: "Em S. Paulo, desde 1587, segundo informam Anchieta, o padre Fernão Cardim, padre Baltazar Borges e Gabriel Soares, já se cultivava a terra com muito proveito. Entre os principais "gêneros do país" avultava o cultivo do trigo, da cevada, da uva, oliveira, etc. Mais tarde, segundo outros cronistas, foi também notável a produção do chá e mais especiarias da Índia". "O maior e mais importante comércio das Capitanias paulistas — prossegue — nesta primeira época, foi a cultura da cana de açúcar e da marmelada que eram exportadas em caixas".

Inventários anteriores revelam a existência da criação em geral, do algodão, etc. Isso naturalmente requeria o trabalho escravo. De começo o selvícola. Este não provou bem. Principiou a importação do negro. E com ele a sequência de costumes e usos que entraram para a nossa cultura. "Folganças populares do velho S. Paulo", de Afonso A. de Freitas (38), traz informações interessantes sobre certos divertimentos de origem negra. Não pretendo esmiuçar este assunto, em que Artur Ramos e Gilberto Freire deram contribuição das mais notáveis, mas apenas coligir alguns dados curiosos para se saber até onde recebemos influência afro-negra nessa matéria. Para o autor paulista foram "infrutíferos todos os esforços por nós empregados para recompor a literatura africana em S. Paulo: nas tradições do povo transplantado do continente negro, nada encontramos além de ligeiras notícias sobre os costumes dos filhos d'Angola e das quadrinhas seguintes que, longe de ser uma manifestação espiritual da raça a quem tanto deve o Brasil, não é senão mera crítica de origem erudita à humilde condição dos modestos colaboradores da nossa grandeza material". As quadrinhas são em número de cinco, resultado desanimador para tão esforçado homem de estudo. Em trecho que precede o transcrito, o historiador conterrâneo alude ao uso do "reque-reque", dos "tambús", das "puitas" e dos "uruçongos" que, com a "marimba" formavam a coleção dos instru-

mentos africanos conhecidos em nossa terra. Tais instrumentos, na capital ou no interior ainda são usados. Mas "com a morte do último africano em S. Paulo, desapareceram as tradições, em sua pureza, da raça negra e hoje o samba, amálgama das múltiplas dansas regionais, da capoeira, do lundú, do jongo, batucado em quase todas as fazendas e sítios do Estado de S. Paulo e fundamentalmente desfigurado pelo perpassar do tempo e da civilização, é tudo quanto resta dos costumes característicos do povo oprimido".

Tudo quanto resta é pessimismo. No falar do paulista, na maioria das nossas modinhas da roça encontramos patente, cheia de viço, a influência negra. A modinha seguinte, por ele recolhida, indica-o, além de outras muitas:

"Gravata, pescoço, colete, setim
Tudo é à custa do "seu" Joaquim
Olélé, olélé, olálá
Largue o namoro e "bamo sambá"

Comentando, pondera: "Tudo novo, tudo moderno, nada que despertasse reminiscências do ancestral africano, além da toada plangente..." Esse "além da toada plangente" resume, a meu ver, tudo. Essa "toada" venceu a alma de nossa gente até hoje e talvez por muitos séculos adiante. Ficou algo no espírito, gravado como uma sobrevivência da velha raça sofredora.

Para Mario de Andrade (39) "a escassa documentação existente tende a provar que os negros faziam a sua música negra lá deles, os portugueses a sua música portuguesa, os índios a sua música ameríndia" isso nos tempos coloniais, depois vieram os reisados, as duas Cheganças, os Congos e Congados, os Caboclinhos e Caiapós e o Bumba-meu-Boi. Todavia, vamos aceitar que o negro, em relação à música nada nos tivesse legado, nem mesmo o cururú, que Mario de Andrade pensa ser uma dansa impressionantemente assimilável em seus passos e ademanos à certas coreografias ameríndio-brasileiras ainda atuais, reveladas pela cinematografia. Ficou o maxixe, ficou o samba, ficou o "frevo", além da instrumentação musical. Ora, se recebemos essa influência do negro africano do norte ou do que aqui se fixou, não interessa. Sofremos a influência musical deles, perceptível tão claramente em qualquer salão paulista da capital ou do interior. Não é influência regionalista, mas nacional, porisso maior o seu valor. Essa psicologia africana que temos na nossa alma musical, um dos característicos dela, possivelmente venha a ser em anos próximos uma das nossas originalidades, através da qual o Brasil é o Brasil, mestiço e socegado.

No folclore a contribuição negra é enorme, não obstante menor que a indígena. Excuso-me de apresentar dados concretos. Serão poucos os paulistas que nunca ouviram de negras, quando na infância, contos e historietas de origem africana. As canções de ninar que temos, provêm deles em sua maioria.

A alegria que é apanágio do carioca e dos nortistas em geral, que se atribue à ascendência negra em nossa população, dizem que encontra no paulista um sujeito vacinado contra ela. O paulista da roça é um desmentido a essa crença, muito arraigada e que encontrou em Paulo Prado um opositor. Diz ele que "só escapam à nefasta influência os simples, os analfabetos, os que representam ingenuamente a alma popular, ou então os raros que tentaram e souberam evitar o perigo de deformação literária" (40). Para o estilista de "Retrato do Brasil", em nossa terra a tristeza sucedeu à intensa vida sexual do colono, desviada para as perversões eróticas, e de um fundo acentuadamente atávico. Desconfio que a sensualidade, as perversões eróticas não fossem só privilégio das três raças que aqui se mesclaram: índio, português e negro. Se o clima, o homem livre na solidão, o índio sensual, encorajavam e multiplicavam as uniões de pura animalidade, não se pode taxar o homem de culpado... Essa sensualidade do índio não parece ter muito indicio de seriedade, pois Lery conta que o adultério feminino lhes causa tal horror que o homem enganado pode repudiar a mulher faltosa, despedi-la ignominiosamente ou mesmo matá-la regendo-se pela lei natural (41). Argumentar que, como os negros, um homem possa ter mais de uma mulher, é lançar mão de evaziva, pois, ainda hoje, no Oriente Médio, é esse o costume, e mesmo entre sírios que, depois de se casarem no Brasil, de volta aos penates contraem novos casamentos. Nos Estados Unidos de hoje não é desmoralizante uma mulher se ter divorciado de mais de dois ou três homens. O caso daquele rei europeu que renunciou ao trono e se casou com uma mulher bi-divorciada é sintomático duma moral que está em decadência. Poder-se-ia chamar esse costume de sensualidade, de erotismo, etc? Pode-se discordar por contrariar nossos costumes, mas a classificação deve ser mais objetiva e menos sentimentalista. As atrizes de cinema adquirem celebridade à medida que passam de marido para marido. As uniões ilegais, hoje, no Brasil, com a instituição do desquite, revelam, quiçá, sensualidade por parte de um dos cônjuges, ou de marido e mulher, ou são incompatibilidade de gênios, eufemismo que também pode, às vezes, esconder outras causas?

A influência sexual do negro, aberrante das normas de moral tradicional, não o eram em virtude do sensualismo inato e que o

próprio branco exagerava, mas produto da própria escravidão como regime econômico-social. Em "Psicanálise do Cafuné (42), Roger Bastide nos conta a maneira como surgiu o cafuné na sociedade escravagista e latifundiária do Brasil antigo. Diz ele que o paulista foi sempre refratário ao cafuné. O bandeirante representava uma sociedade de extrovertidos, diversa da do engenho de açúcar no nordeste. Temos aí, palpitante, viva, a prova de que não foi devido ao fato da pouca influência negra em S. Paulo que o cafuné aqui não chegou a ser o cerimonial em que se transformou no norte açucareiro, mas a um meio de vida diferente, meio de vida econômico-social. O cafuné é produto, portanto, não da sensualidade do branco ou do negro, mas de um regime de existência diverso, de reclusão da mulher branca. O ambiente de luxúria que Paulo Prado soube tão bem evocar, não era o do paulista, por falta de negros, mas porque a vida num ritmo de aventuras o impedia de permanecer numa sedentariedade forçada, como no nordeste. Nos inventários paulistas os filhos naturais são encontrados, mas, também, a escravidão aqui existia e o quadro nortista era copiado com muitas das suas cores carregadas. A quantidade de mulatos que os inventários revelam, além dos próprios mamelucos, significam que aqui havia incitação para as uniões fora do casamento. Aliás isso hoje ainda é comum. Portanto a sensualidade do negro ou do índio nada tem a ver com tais fenômenos de sexualidade excitada e sem possibilidade de satisfação imediata.

Uma das páginas mais inteligentes que já li sobre o negro é a de Raimundo Moraes, no capítulo "O Negro no Anfiteatro" (43). Citando Azevedo Amaral, que escreveu: "Ao negro, a quem devemos a criação das bases econômicas da nacionalidade, ao negro cujo sangue foi derramado mais generosamente que o dos brancos nos nossos campos de batalha, temos ainda a agradecer a dádiva da alegria, que nos impede de ser o povo mais triste do mundo", confessa que depois que começou a balancear o preto nas suas complexas modalidades, sentia mais que amizade por ele: uma grande ternura. Sem a sua alma doce e comovida, a psicose do povo não teria certas delicadezas, certas perfectibilidades morais que constituem as características predominantes no dinamismo coletivo.

Como em S. Paulo — a liberdade do índio no Pará trouxe a escravatura do africano. Liberdade simbólica, exarada na bula de Benedito XIV e no decreto do rei d. José, referendado pelo marquês de Pombal. Os dois primeiros navios que aportaram a Belem conduzindo escravos ancoraram na Guajará no dia 10 de outubro de 1753. O baixo preço porque eram leiloados nas feiras

não os recomendavam. Com a entrada do afro surgiram ao lado do mameluco e do europeu, o mulato, o cafuz, o crioulo, e o curí-boco. Uma leva mestiça, além dessa, desceu pelo sul da bacia, do Maciço brasileiro, egressa dos mocambos matogrossenses povoados de escravos paulistas fugidos. Mas o africano definha e se apaga no Pará. O próprio ritual religioso, na moldura totêmica do Continente Negro, perdeu na aringa paraense o sentido feitiçista. O preto adotou novos deuses, mais amenos e mais propícios. Raimundo Morais ressalta também que “de fato não atingimos — no Pará — ao conúbio afro-brasileiro superiormente descrito pelo monógrafo pernambucano (Gilberto Freire); entre tanto, o escravo destas plagas, na maioria dos casos, se integrava no lar do senhor. Para o trabalho agrário da plantação da cana, do tabaco, do algodão, do milho, do arroz e da mandioca só havia um recurso: o da escravatura negra, que antes representava para nós um problema de economia que propriamente demográfico (44).

Pode-se cotejar S. Paulo e o Pará no que concerne com a imigração do afro-negro em quantidade e em ordem cronológica? Todavia a influência do negro ali ainda perdura conforme o testemunham os livros de Raimundo Morais. Só que ali não se procura negá-la, como uma nódoa, mas compreendê-la, enquanto aqui, ao estudá-la, o observador parte dum ponto-de-vista preconcebido e procura, à força, encaixá-lo na história e na realidade, que é outra, muito outra.

Estou de acordo com Sérgio Milliet quando diz: “O denominador comum indígena não explica o Brasil, como não o define tão pouco o denominador negro”. Estou com ele igualmente quando pondera que das pesquisas e estudos objetivos se conclue pela diversidade das nossas formações sociais e se verifica quão errôneas se fazem as generalizações étnicas. Discordo, porém, quando observa que “em virtude de sua vida nômade e aventureira, S. Paulo prescindiu do negro na época colonial e, quando podia tornar-se necessário, a imigração estrangeira o eliminou”.

Que o negro, em S. Paulo, está sendo paulatinamente eliminado, é fato demasiado evidente para negá-lo. Mas, que nos prestou inegáveis serviços na época colonial e no século XIX, durante o avanço do café do vale do Paraíba para o Oeste paulista é outra evidência que não receia contestações sérias. Eu, pessoalmente, me recordo de que, aí pelos anos de 1909 ou 1910, quando visitava a fazenda que minha avó materna tinha em Bragança (que por sinal se chama “Fazenda do Trigo”), muitas vezes, nos passeios a cavalo pelos arredores ou pelas propriedades vizinhas, encontrava ruínas de velhas fazendas, feitas de taipa e

pau a pique e me lembro, também, que os que me acompanhavam, parentes chegados, me diziam que se tratava de senzalas abandonadas havia muitos anos. Na fazenda citada, da qual só conservo as mais gratas memórias (que vão da infância à adolescência), junto da Casa Grande, num canavial, até há poucos anos ainda existiam ruínas de senzalas. Quem foi o pioneiro nesse local e há quantos anos? Foi o meu avô materno que plantou, há mais de oitenta anos, milhares de pés de café à custa do braço escravo. E, em toda a zona bragantina, há mais de quinze anos, conheci muitos velhos escravos. Eu mesmo, tive por companheiro um "moleque" negro, chamado Benedito, tal como acontecia no Nordeste patriarcal e açucareiro, e no entanto nasci já em pleno século XX. Falo por experiência própria e isso quer dizer que até meados deste século ainda sentíamos em S. Paulo a influência do negro, mesmo depois do afluxo das correntes imigratórias estrangeiras. Ainda pelos anos que vão de 1908 a 1911, na cozinha da fazenda, predominavam as negras cozinheiras, as lavadeiras, as arrumadeiras, não obstante ter a tal Fazenda mais de 200 colonos italianos e espanhóis. E, hoje, existe ali grande maioria de nortistas, quase todos mestiços.

E posso afirmar que os negros e os camaradas mulatos trabalhavam tão bem ou melhor do que os alienígenas, sendo, sob certos aspectos, superiores a estes últimos. Se havia tipos degradantes entre aqueles, havia também entre estes, quer brancos nacionais quer estrangeiros. E, no geral, os mais fiéis aos patrões eram os de cor.

A inferioridade do negro, na capital, é devida, exclusivamente, aos fatores sociais e econômicos. A este respeito escreve Sérgio Milliet, página 159 ob. cit.: "Em um mapa da distribuição dos pretos na zona urbana da capital, executado pela subdivisão de documentação social do Departamento de Cultura, vê-se que a sua maior concentração se dá nos bairros de Barra Funda e Bexiga. São zonas de cortiços, de condições higiênicas péssimas. O grande número de nati-mortos de cor, indica também sérias deficiências de saúde dos pais". Que concluir daí?

Não usarei argumentos meus.

Franz Boas, professor de Antropologia da Universidade de Colúmbia, Estados Unidos, o maior antropólogo social de hoje, publicou um livro "Anthropology and Modern Life", edição de 1928 da W. W. Norton & Company, Inc., Nova York, que elucida suficientemente a questão da inferioridade das raças.

Vou transcrever alguns conceitos do eminente cientista, cuja imparcialidade é indiscutível: "The anthropologist will investigate the interrelation between social conditions that make for

strenuous exercise in a group and the physiological behavior of its members", pág. 13, ob. cit.

"The individual develops and acts as a member of a racial or a social group. His bodily form is determined by his ancestry and by the conditions under which he lives", (idem). Encaramos aqui, pois, fenômenos biológicos e sociais.

Outro exemplo ilustrativo: "As reações mentais dos Índios dos planaltos do Oeste, um povo de cultura simples, difere da dos antigos mexicanos, povo da mesma raça, porem de mais complexa organização" (pág. 14).

E, agora, apenas uma pequena referência aos tais tests de inteligência, tão do agrado do sr. Alfredo Ellis Júnior, que diz, referindo-se a eles: "Os tests a que têm procedido os norte-americanos nos afirmam isso (inferioridade do negro sob alguns aspectos), de modo tal que toda e qualquer dúvida a respeito está varrida", aqui boto um "sic" por minha conta. O contrário diz Franz Boas, pág. 51 ob. cit.: "The test itself shows only that a task set to a person can be performed by him more or less satisfactorily. That the result is solely or primarily a result of organically determined intelligence is an assumption that has to be proved".

Para Alfredo Ellis Júnior, "toda e qualquer dúvida a respeito está varrida", enquanto para Franz Boas, "has to be proved". Uma afirmação acientífica, outra integralmente científica. Escolham à vontade; eu fico com a última.

Mas não é só. Contemporaneamente o famoso livro de Park e Burgess (Robert E. Park e Ernest W. Burgess), "Introduction to the Science of Sociology", é considerado básico, indispensável, fundamental, no estudo da sociologia. Trata de fatos e não de doutrinas. Pois muito bem; à página 94 transcrevem do livro "Papers on Inter-racial Problems", de C. S. Myers (1911, editado por G. Spiller-P. S. King and Son), o trecho seguinte, que deixo no original para não lhe tirar o sabor nem, possivelmente, lhe falsear o pensamento: "We must remember that the European learns a "more or less" well-developed and written language, which serves as an easier instrument and a stronger inducement for abstract thought; he is born into a (more or less) advanced religion. All these advantages and the advantage of a more complex education the European peasant owes to his superiors in ability and civilization. (notem este trecho:) Rob the peasant of these opportunities, plunge him into the social environment of present primitive man, and what difference in thinking power will be left between them?"

Aí está. Tirem-lhes as oportunidades que a civilização lhes oferece e atirem com eles numa cultura de "folk", que lhes resta? Assim ocorre com os negros. São vítimas de preconceitos, por menos atenuados que sejam e das condições sociais e econômicas do ambiente. O europeu, no geral, tem certa animosidade para com o negro, se descontarmos o português. Essa animosidade é assaz acentuada entre nós, para escondê-la sob o prisma sentimental. Assim acontece conosco (brasileiro) em relação ao japonês. É o que em sociologia se chama "contato categórico". Por maior superioridade que o japonês tenha demonstrado em assimilar a civilização ou cultura ocidental, nutrimos contra ele certos preconceitos inconfundíveis. Mesmo que seja nascido no Brasil, olhamos para o filho do imigrante japonês com certo receio. Por que?

Assim sucede com o negro. A pesquisa do Departamento de Cultura, de que fala Sérgio Milliet, elucida melhor que quaisquer outras palavras o problema. A concentração dos negros em cortiços e o grande número de nati-mortos provam que sejam seres humanos de qualidade inferior aos demais que habitam em S. Paulo? A quantidade de nati-mortos só se pode atribuir às condições sociais em que vivem, e não ao tão falado clima do planalto. Por que dar ao clima uma influência que é devida a fatores sociais? Não seria a alimentação inadequada o fator principal da disseminação da tuberculose entre os negros e não o clima ou fraqueza fisiológica inata? Modificando a alimentação não se modificaria o comportamento fisiológico do organismo?

Os Estados Unidos constituem desmentido às apreciações que se fazem aqui à suposta inferioridade do negro. O célebre livro de Booker Washington, vertido para o nosso idioma com o título de "Memórias de um Negro" é ilustrativo. Os que o lerem concluirão comigo: só as condições sociais é que produzem a tal inferioridade do negro, como a produz para o hindú, para o chinês, para o selvícola brasileiro ou os pele-vermelhas norte-americanos.

Para ser exato em meus comentários e não alegarem que falo por palpite ou com inteiro desconhecimento dos fatos, vou transcrever alguns números estatísticos que retirei do volume "A Estatística Policial-Criminal do Estado", edição de 1939, do Serviço de Estatística Policial do Estado de S. Paulo, e do "Resumo do Movimento Demógrafo-Sanitário do Estado", publicado pelo Departamento de Saúde por intermédio da secção de Estatística Demográfica, em 1938:

Em 1938 a população do Estado era calculada em 7.131.486 habitantes. Qual era a percentagem de negros e mulatos? Des-

conhecemos, aliás em virtude de falhas da nossa estatística demográfica. Pois bem, nesse ano nasceram em S. Paulo:

| | |
|--------------------|------------------|
| Raça branca | 199.188 crianças |
| Pardos | 11.834 crianças |
| Raça negra | 7.471 crianças |
| Raça amarela | 10.155 crianças |

alcançando o total de 228.648 crianças. Quantas morreram? Os óbitos foram os seguintes:

| | |
|--------------------|-----------------|
| Raça branca | 92.177 crianças |
| Pardos | 11.137 crianças |
| Raça negra | 9.089 crianças |
| Raça amarela | 2.232 crianças |

atingindo o total de 114.640 óbitos.

Em 1937 nasceram no Estado 6.534 pretos e morreram 8.677; nasceram 9.854 pardos e morreram 10.463. Em 1936 nasceram 6.702 pretos e morreram 9.286; nasceram 10.145 pardos e morreram 11.153. Não é preciso ser especialista em manipulações estatísticas para notar imediatamente que a raça negra e os mestiços, em S. Paulo, apresentam forte tendência para desaparecer, em virtude do "deficit" que existe entre o número de nascimentos e o de óbitos. Quais as causas? Exclusivamente sociais. Se melhorarmos a situação desses infelizes patricios, dando-lhes adequada assistência social, forçosamente os nascimentos superarão os óbitos.

Em 1939, do total de 2.942 dementes recolhidos a hospícios ou casas de saúde, no Estado, eram

| | |
|-----------------------|-------|
| brancos | 1.901 |
| pretos | 467 |
| pardos | 525 |
| amarelos | 46 |
| sem especificar | 3 |

Em 1939, na capital, em virtude de delitos que vão da poligamia até o lenocínio, foram detidos 3.509 indivíduos dos dois sexos. Eram

| | |
|-----------------------|-------|
| estrangeiros | 956 |
| naturalizados | 24 |
| nacionais | 2.292 |
| sem especificar | 237 |

Eram

| | |
|---------------|-------|
| brancos | 2.766 |
| pretos | 283 |

| | |
|--------------------------|-------|
| pardos | 219 |
| amarelos | 14 |
| sem especificar | 227 |
| Tinham | |
| instrução primária | 2.703 |
| Secundária | 81 |
| Superior | 72 |
| nula | 368 |
| Sem especificação | 285 |

Poderia mostrar, ainda, o número de detidos em todo o Estado por agressão, alcoolismo, deserção, desordem, escândalo, ofensas e provocações, jogo, mendicidade, ócio ou vadiagem, pequenos furtos, etc.

Para concluir, em 1939, do total de 33.704, indivíduos detidos no interior de S. Paulo por tais motivos, se eram brancos 18.827, pretos 7.178, pardos 7.481 e amarelos 218, é preciso levar em conta que deles tinham instrução primária 18.536 e nenhuma ou nula 14.912. Podemos, sem temor de errar, indicar o analfabetismo como uma das causas que concorrem para essas detenções e, entre os analfabetos, deve ser grande o número de brancos, embora a estatística não o especifique, o que é outra das suas falhas graves.

A imigração estrangeira está estancada. Tem predominado, em S. Paulo, nos últimos anos a amarela. Felizmente, dos Estados do Nordeste do Brasil têm vindo para o nosso alguns milhares de brasileiros, quase todos mestiços de negro ou índio. O tal embranquecimento da população paulista, portanto, é um mito. Com a entrada dos amarelos, cujo índice de natalidade é alto, e com a dos nordestinos, que também o têm muito elevado, não parece que podemos concluir pelo tão falado embranquecimento, a-pesar-do professor Lowrie, em pesquisa que fez, ter achado maior índice de natalidade entre os estrangeiros do que entre os brasileiros do Estado. Na minha opinião deve haver equilíbrio, se descontarmos os amarelos.

Só um estudo cuidadoso, profundo, direto do meio, nos daria detalhes mais exatos. Esse estudo está por fazer.

CAPÍTULO VI

Continuação da resenha de antropologia social

Um dos livros editados em S. Paulo sobre o negro, em 1941, foi o de autoria de Hadock Lobo e Irene Aloisi: "O negro na vida social brasileira" (S. E. Panorama Ltda.). É um livro

util, feito com inteligência e em que se resumem aspectos da vida e da influência do negro muito bem concatenados. Inicialmente merece destaque o fato dos dois autores terem compreendido que bem poucos trabalhos são, entretanto, os que encaram o atual papel dos pretos e seus descendentes na vida social brasileira. Aliás, esta restrição tem apenas valor relativo, pois que o influxo negro na psicologia, no idioma, no comportamento social de muitos brasileiros descendentes deles em linha direta ou através da mestiçagem, teve tempo de sobra para se firmar em quase cinco séculos de íntima convivência. O que merece censura, e a que os próprios A. A. fazem alusão, é a escassez (que chamam de **relativa**) de citações, tanto as referentes aos trabalhos em que colheram os dados, como as que dizem respeito aos autores das principais teorias adotadas. A alegação de que desejaram produzir obra de síntese não serve, é vaga demais. Pode-se produzir obra de síntese, mas dando a cada um o que é seu, como faz o bom cristão... A falta de citações implica em apropriação de trabalho alheio que a ética proíbe. Além disso, no Brasil, a mania de citações acarretou um prejuízo contrário, a supressão delas. Não se devem temer as citações, quando o trabalho da gente tem o intuito de esclarecer alguma questão intrincada, pois ninguém nasce sabendo e ninguém pode conservar na memória toda a avalanche de documentos e livros que é obrigado a consultar, particularmente em se tratando de assuntos históricos. Não é pois exibição superficial de erudição um escritor qualquer dar a Deus o que é de Deus e a Cesar o que é de Cesar; é simples correção que a vida em sociedade exige, pois a nossa contribuição, desde que dependa de pesquisas de outrem, deve trazer estampada a gratidão que lhe devemos por termos aprendido algo mais que a nossa profunda ignorância ou falta de tempo impedia de aprender...

Um termo diria bem o que quero expressar: afoiteza literária, própria de quem se inicia na literatura de pesquisas...

Os dois A. A. demonstram, ainda, certa infantilidade ao versarem o problema do negro, usando de argumentos frageis e até impróprios de quem estuda. Ao perguntarem: "Quando dizemos, por exemplo, que os pretos e mulatos, no Brasil, se encontram geralmente em situação econômica de inferioridade, haverá necessidade de longas listas de dados para comprovar essa verdade, de todos conhecida, e que ninguém iria ao absurdo de contestar?" Prosseguindo, comentam: "Senão vejamos: no decorrer deste livro é dito que muitas senhoras brasileiras brancas, de certa posição social, colocam aguardente e alimentos frente às imagens de São Cosme e São Damião. Quem tenha

vivido no Brasil, do Rio de Janeiro para o norte, não ignora isso. Mas quem se abalançaria a citar essas senhoras uma por uma, e a lhes publicar as respectivas genealogias, para provar algo que não precisa ser provado? E deveria o estudioso omitir um argumento sobre cuja validade não há dúvidas, só porque o mesmo não se presta a monografias?" Tais argumentos são de cabo-de-esquadra, tão primários, tão sem base.

Outro defeito do livro é o receio dos A. A. de não se prenderem a determinada escola. Fazem bem em certo sentido, pois que a liberdade de ação é a melhor doutrina para o cientista, mas ao dizerem que "preocupa-nos, apenas, conjugar a nossa experiência e a dos autores idôneos, a-fim-de chegar a conclusões que correspondam à verdade, e que possam ser aproveitadas em nosso comportamento social" — e que: "pouco se nos dá que estejam ou não de acordo com aquela corrente", parece despeito de criança mal-criada, a quem se chamasse a atenção para uma falta qualquer. Se o trabalho dos dois A. A. é de síntese, é claro, é evidente e é humano, que o leitor queira saber quais as teorias sintetizadas e quem os autores, para não permanecer no mundo da lua, pois que a observação própria, a originalidade não exclue a indicação das fontes. Assim como essas, outras observações os dois estudiosos incluíram na "Introdução". Há grave contradição entre o dizer que os antecedentes históricos, no caso presente, são já conhecidos e que qualquer demora nesse particular é perfeitamente dispensável e a alegação de que tencionam recorrer aos tais antecedentes, embora sucintamente, para a compreensão dos aspectos tratados na obrinha. A restrição é perfeitamente dispensável em virtude do que disseram posteriormente...

Os dois A. A., na verdade, o que fizeram foi obra em que aparece, claramente, um dogmatismo primário, impróprio de quem se dedica a pesquisas sociais e que só se baseia na evidência. Penso, logo... eis isto... O tom dogmático deles tem um que de humorismo que provoca mais tristeza do que outra coisa, por se ver duas pessoas bem intencionadas malbaratarem o seu tempo em afirmações que, à força, querem que sejam suas próprias, observadas "in-loco", mas sem exemplificação. Por exemplo, característico do estilo e do modo de julgar dos autores é o que escrevem na página 25: "Quanto à situação econômica não há necessidade de qualquer estatística para afirmar, sem o mínimo temor de erro, uma inferioridade bem acentuada dos elementos afro-brasileiros, em geral, tanto nas cidades como fora delas".

O complexo ou mania dos autores contra as monografias e

as estatísticas se repete neste outro trecho: "É facil verificar com toda a segurança, e independentemente de estatísticas ou monografias, a situação de inferioridade econômica em que se encontram, na sua generalidade, os negros e mulatos citadinos".

Seguindo tão péssimo exemplo, de agora em diante, qualquer pessoa "bem intencionada" pode dar a público os seus palpites, quer em sociologia, quer em outra ciência, dizendo: "é facil verificar", ou como quem descarrega a consciência: "vá e veja..."

Na página 29, ao escreverem que constitue um problema o saber se devemos atribuir a uma certa inferioridade racial o fato dos pretos não prosperarem no artozato, lhes faz falta a leitura das "monografias" e pesquisas dos americanos sobre o negro, em que fica claramente, demonstrado que não existe nenhuma inferioridade racial sob esse aspecto, mas possibilidades de existência que contrariam as vocações nesse sentido. Os dois A. A. deviam visitar os Liceus de Artes e Ofícios ou Liceus Industriais, a Escola Masculina e a Feminina de Ensino Profissional, para tirar uma conclusão direta. Aquela inferioridade racial é simples conjectura romântica, indicativa da fragilidade das observações dos A. A. Dizem mais: "É interessante notar que, no tempo da escravidão, havia numerosos pequenos negócios pertencentes a negros libertos. Os autores não mencionam onde puderam encontrar fundamento para tanto, mas, no texto do meu presente estudo menciono exemplos tirados de antigo re- censeamento que confirmam o pressuposto..."

Outra contradição dos autores, uma das muitas: "Parece- nos, não obstante, existir uma tendência, assaz forte, no senti- do elevação da média econômica. Mas qualquer afirmação posi- tiva sobre o assunto se nos assemelha precipitada no momento, pois dependeria de estudos estritamente especializados e apura- das confrontações". Quer isto dizer que as monografias são ne- cessárias e também as estatísticas?

A afirmação da página 32 sobre a luta de classes é hipótese aceitavel e que os quilombos confirmam, inclusive Palmares. Euclides da Cunha explicou o assunto com vigor e tacto. Os A. A. devem ler "Os Sertões" com cuidado e ali encontrarão muito que aprender. Quanto à criação da Guarda Nacional, quem sabe da origem e dos motivos que levaram o Governo do tempo criá-la, passa por alto a sugestão feita.

"Em compensação — escrevem na página 33 — é bem rica a vida associativa dos negros" — para quem estudou antropolo- gia-social, particularmente o que se refere aos negros, essa afir- mação soa como uma simples tautologia...

No que se refere à vida religiosa — e aquí vou jogar com

os meus dados de observação, sem citar fontes — se é fácil reparar que os pretos brasileiros, católicos na sua quase totalidade, fazem muita questão das exterioridades do culto, bem pouco lhes interessando o aspecto moral ou filosófico da doutrina — mais fácil é inda reparar que com a maioria dos brancos acontece o mesmo...

Na página 35, com relação às “verdadeiras adaptações” entre a crença católica e os cultos primitivos dos negros, parece que os A. A. queriam dizer — sincretismo religioso... É sempre útil aplicar a linguagem sociológica exata, que hoje toda a gente mais ou menos aprendeu.

Quanto às conclusões a que os autores chegaram, era preciso que as comprovassem, numericamente. Palpites, em sociologia, não são aceitos, a não ser em sociologia cismática.

Sem provas, quaisquer conclusões são inaceitáveis.

Outra coisa, para concluir: “Todas essas considerações fazem ressaltar a enorme diferença existente entre a “questão do negro” no Brasil e a “questão do negro” nos Estados Unidos. Convinha que se lessem, entretanto, todas as pesquisas feitas nos Estados Unidos sobre o negro, pesquisas diretas, sérias, pensadas, para que, depois, não se façam entre nós afirmações calcadas apenas no senso-comum. O “olhômetro” é inimigo de qualquer ciência, principalmente a sociológica.

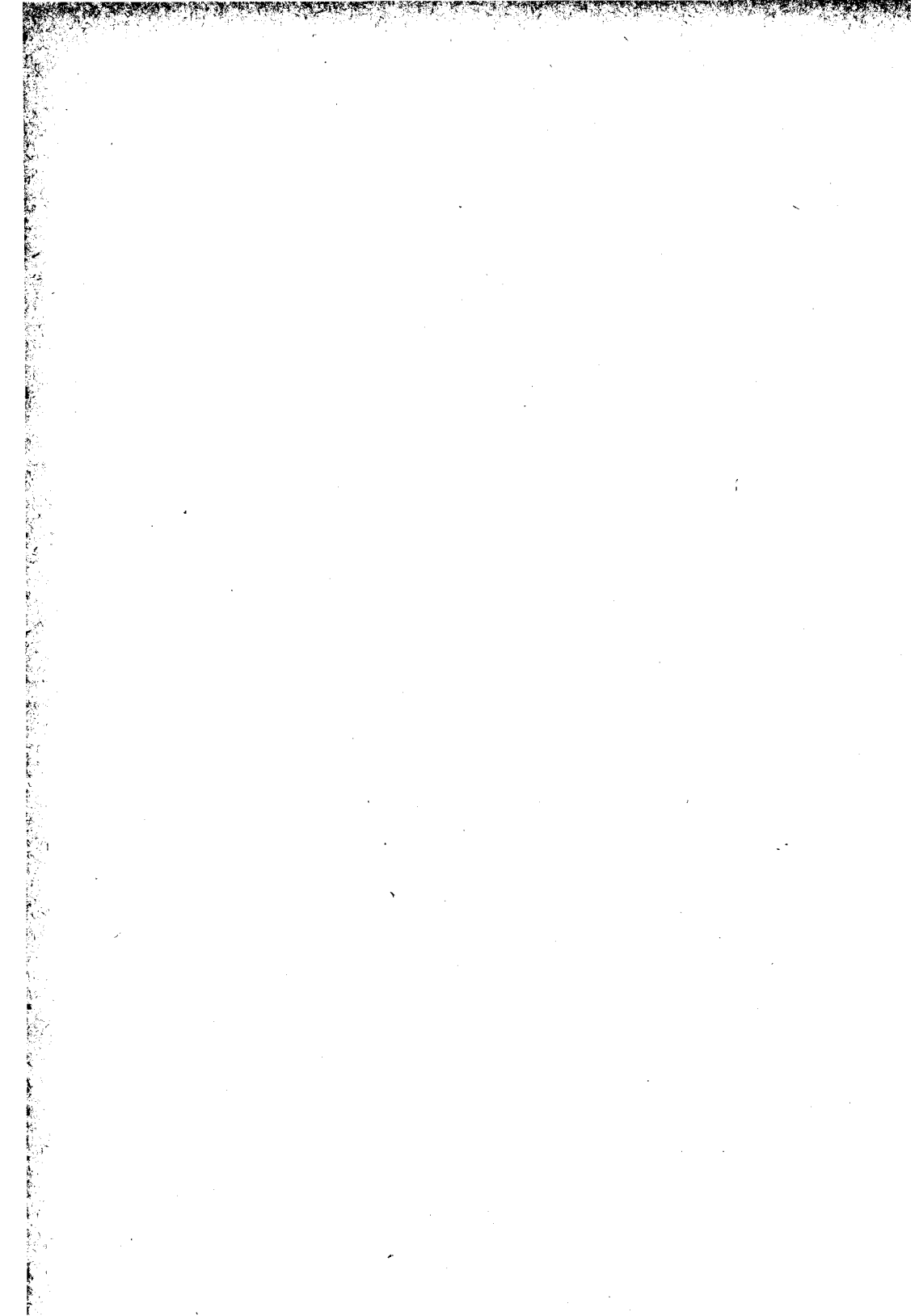
N o t a s

(Os números indicativos do texto correspondem aos deste adendo).

1. William Graham Sumner, "Folkways", Ginn and Company, Boston, U.S.A., 1906, pág. 261 e seguintes.
2. J. Capistrano de Abreu, "Capítulos de História Colonial" (1500-1800), 3.^a edição da Sociedade Capistrano de Abreu, F. Briguiet & Cia., Rio, 1934, pág. 20.
3. Idem, pág. 60.
4. Paulo Prado, "Retrato do Brasil" (Ensaio sobre a tristeza brasileira), IV edição, F. Briguiet e Cia., Rio de Janeiro, 1931, pág. 114 e seguintes.
5. Artur Ramos, "As culturas negras no Novo Mundo", Civilização Brasileira S. A. Editora, Rio de Janeiro, 1937, pág. sem numeração, no "Prefácio".
6. Sergio Milliet, "Roteiro do Café" (e outros ensaios), 3.^a edição, revista e aumentada, Coleção do Departamento de Cultura, volume XXIV, S. Paulo, 1941, pág. 147 e seguintes.
7. Paulo Prado, obra indicada, pág. 94.
8. Alcântara Machado, "Vida e Morte do Bandeirante", 2.^a edição, de 1930, impresso na Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, S. Paulo, pág. 19.
9. "Inventários e Testamentos", volume XVI, editado em 1921 pelo Arquivo do Estado de S. Paulo, pág. 64 e seguintes. Vide também o volume II, de 1920, págs. 6 e 7.
10. Paulo Prado, livro indicado, pág. 94.
11. Idem, idem, pág. 66.
12. Idem, idem, pág. 93.
13. J. Capistrano de Abreu, obra citada, pág. 221.
14. Alcântara Machado, obra indicada, pág. 13.
15. Idem, idem, pág. 14.
16. Afonso Taunay, "História Geral das Bandeiras Paulistas", 1.^o tomo, pág. 129.
17. Idem, "História Seiscentista da Vila de São Paulo",

- páginas 11 e 12, tomo 3.º, Tipografia Ideal, de Heitor L. Canton, S. Paulo, 1928.
18. Paulo Prado, obra indicada, págs. 190 e 191.
 19. Taunay, "História Seiscentista", pág. 12.
 20. Idem, "História Geral das Bandeiras", pág. 114, tomo 1.º.
 21. Nelson de Senna, "Africanos no Brasil", Belo Horizonte, 1938, páginas 40 e 50.
 22. Idem, pág. 50.
 23. Idem, pág. 53.
 24. Alfredo Ellis (Júnior) "O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano", 3.ª edição, pág. 46, volume 36, da coleção "Brasiliana", Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1938.
 25. Taunay, "História Geral das Bandeiras", pág. 114, 1.º tomo.
 26. Nelson de Sena, obra citada, pag. 49.
 27. Artur Ramos, obra mencionada, pág. 281 e seguintes.
 28. Idem, "O Negro Brasileiro", volume 188 da "Brasiliana", Cia. Editora Nacional, S. Paulo, 1940, 2.ª edição, pág. 23.
 29. Daniel P. Kidder, "Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil", págs. 294 e 295, edição da Livraria Martins, S. Paulo, 1940.
 30. Otoniel Mota, "Do Rancho ao Palácio", volume 204, da "Brasiliana", da Cia. Editora Nacional.
 31. Taunay fala de casamento entre índios e negros na "História Geral das Bandeiras Paulistas", páginas 300 e 301 do tomo 4.º.
 32. Auguste de Saint-Hilaire, "Viagem à Província de S. Paulo", tradução de Rubens Borba de Moraes, edição Livraria Martins, S. Paulo, 1940, página 91.
 33. Sergio Miliet, obra citada, pág. 13.
 34. Idem, idem, pág. 22.
 35. Saint-Hilaire, obra indicada, pág. 93.
 36. Alcântara Machado, obra citada, págs. 25 e 26.
 37. "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo", volume XXI, de 1924, pág. 279.
 38. Afonso A. de Freitas, "Folganças Populares do Velho S. Paulo", "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo", volume XXI, pág. 7 e seguintes.
 39. Mario de Andrade, "Música no Brasil". Coleção Caderno Azul, Editora Guaira Limitada, Curitiba, 1941, pág. 29.
 40. Paulo Prado, livro indicado, pág. 180.

-
41. Jean de Lery, "Viagem à Terra do Brasil", tradução de Sergio Milliet, edição da Livraria Martins, S. Paulo, 1941, pág. 203.
 42. Roger Bastide, "Psicanálise do Cafuné", Coleção Caderno Azul, Editora Guaira, Curitiba, 1941, pág. 68 e seguintes.
 43. Raimundo Morais, "Anfiteatro Amazônico", edição da Cia. Melhoramentos de S. Paulo, como de costume, sem data, pág. 150 e seguintes.
 44. Idem, idem, pág. 166.
-



A n e x o s

(Documentos que ilustram as afirmações condensadas no texto e reproduzidos na íntegra

(N.º 1)

CARTA DE LUIS DE GÓES, ESCRIPTA DA VILLA DE SANTOS A EL-REI, D. JOÃO III, PEDINDO-LHE QUE SOCCORRESSE URGENTEMENTE AS CAPITANIAS E O LITORAL DO BRASIL, PARA QUE A CORÓA PORTUGUESA NÃO PERDESSE ESTA SUA CONQUISTA AMERICANA, DE 12 DE MAIO DE 1548:

(Archivo do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, collecção "Torre do Tombo", L.º I, fls. 263)

Senhor — ja os dias passados por meu filho **pero de guois** escrevi a vosa Alteza algumas couzas que compriaõ ao serviço de Deos e seu. — E nesta asy o farei — porque antes quero ser reprehendido de ygnorante escrevendo a tam alto E poderoso principe que magoar a fee E lealdade que lhe devo, Emcobrindo e calando E nam no fazendo sabedor do que tanto compre a seu serviço E bem de seus Reinos e Senhorios, E aagora peço a vossa Alteza que com sua acostumada clemencia queira perdoar meu atrevimento. E Receba em serviço minha vontade diguo muy Alto E muy poderoso Senhor que se com tempo e brevidade vosa Alteza nam socorre a estas capitánias e Costa do Brasil, que ainda que nos percamos as vidas e fazendas vossa Alteza perderá a terra, E que nisto perqua pouco, aventura perder muito, porque não estão em mais de serem os francezes Senhores dela que em se acabarem de perder estas Capitánias que ficão, E de ter elles um pee no brazil ey medo adomde quereraõ E podem ter o outro, Eu quizera antes dizelo em pessoa a vossa Alteza que escrevello porque tam periguossa estaa a costa que não sey Esta Carta que fim averá. — de dous annos a esta parte vem sete oito naõs cada anno ao cabo frio E Rio de Janeiro. ja não ha navio que ouse parecer, porque a muitos tem comitidos. E alguns tomados, Em quanto os francezes nam passavaõ do Cabo de Santo aguos-tinho mais que ate a baya, naõ eram tam sospeitosos nem tam periguozos, mas de se atreverem a passar os baixos E dobrar o Cabo frio, queira deos naõ se atrevaõ a dobrar o cabo de boa esperanza, E ainda ha outro Em-conveniente naõ menos periguoso que Este, porque acustumando os fran-ceses Esta tam sospeitoza navegacão, como sam muitos E cobiçozos, naõ será muito virlhe á memoria o que tam cuidado podem ter, he E de crer que ou a ida, ou a vinda haõ de aver vista das Ilhas que estão a vinte graos E tomandoas fazer nellas fortalezas, pois dellas a Ilha de Santa Uena nom pode aver mais de trezentas leguoas, que sam as paraigens em que por força as naõs da Imdia vaõ ter, E como todalas couzas nos principios

levo Remedio neste com tempo o devia vosa Alteza de por E deitar taõ maa gente fora da terra E desta navegaçaõ, ho que ao presente se pode fazer com pequeno custo E pouco trabalho, porque em tanto que estas capitãtias Estaõ Em pee, com a gente dellas E ajuda e favor de vosa Alteza, se alimpara a costa E o mar delles E lhe tiraraõ a ocaziaõ de mais porque certo a Eu ter quem me seguira com ajuda de deos E a vontade que sempre tenho de servir a vossa Alteza, Eu tomara duas naõs que entrarãõ no Rio de Janeiro E correrã Essas Ilhas, a saber se saõ contaminadas dos francezes, mas nem Eu tive posse nem na terra ha aparelhos para isso. E quem os tem faz como elles, porque tam sem medo Roubaõ os portuguezes a terra, E mais que os francezes, porque Já naõ ha Capitania que naõ seja Roubada e alevantada por elles, E a sua cauza, as que se perderam sam perdidas. E Esta Estaa para se perder E antes que mais se perca, socorra vossa Alteza, E com braço forte, que tudo se ha mester, E se ho naõ mover a terra E os Inconvenientes acima ditos, aja vossa Alteza piedade de multas almas christaãs que soo nesta capitaniã antre homens e molheres. E mininos a mais de seiscentas almas. E de Escravaria mais de tres mil E seis Emgenhos. E muita fazenda que nela se pode perder afora muita que he guastada así por nos que a pvoamos como por muitos que ajudarom a povoar, que de mim diguo que des o dia que vossa Alteza me mandou que a ella viesse com martim afonso de soussa alem de gastar o milhor de minha vida ate agora nam fiz senam gastar, até mais naõ ter E até mais naõ poder E o que fica para guastar he a minha vida E a de minha molher E meus filhos, das quaes a deos e a vossa Alteza farei sacrificio he Em mentes nos durar, sempre Rogaremos a deos pola vida, E Estado de vossa Alteza o qual elle mesmo deos acrecente por muitos Annos, desta Villa de santos capitania de sam vicente de que he Capitaõ E governador, martim afonso de soussa = **Oje 12 dias do mes de mayo de 1548 annos.** = as Reaes maõs de vosa Alteza beijo. = **Iluis de guois.** = (Parte 1.^a, Maço 80, Doc. 110).

“Documentos Interessantes”, volume XLVIII, de 1929.

CARTA RÉGIA A ARTHUR DE SÁ E MENEZES ORDENANDO-LHE DÉSSE PARECER SOBRE A REPRESENTAÇÃO EM QUE A CAMARA DE S. PAULO SE QUEIXAVA DA FALTA DE INDIOS PARA QUE SE CONTINUASSEM OS DESCOBRIMENTOS DAS MINAS DOS CATAGUASES, — de 9 de dezembro de 1701:

(Avulso)

Artur de Sa e Menezes Am.^o EV ElRey vos envio m.to saudar. Os offeçias da Camara da Villa de São Paulo em carta de 29 de Mayo deste anno, me daõ (conta) em como pella falta dos Indios se não continuaraõ pelos moradores daquella Capitania as delligencias das minas dos Cataguas, porq' sendo os das minhas Aldeas admenistrados pella Camara se lhe tem tirado esta regalia, e se lhe dificulta aquelles moradores o daremselhe para os levarem, satisfazendolhes o seu jornal. Ordenovos me informeis com vosso parecer neste requerimento, escrita em Lisboa a 9 de Dezembro de 1701. — REY — Para o Gou.or, e Cap.am gl. do Rio de Jan.o — Conde de Alvor. —

“Documentos Interessantes”, — volume LI, 1930)

CARTA REGIA A ARTHUR DE SÁ E MENEZES REGULANDO A VENDA DOS ESCRAVOS AFRICANOS DESTINADOS AOS SENHORES DE ENGENHO E AS MINAS DE S. PAULO, — de 9 de dezembro de 1701:

(N. 2)

(Da collecção "Governadores do Rio de Janeiro", I. III, fls. 106 v.)

Artur de Saa e Menezes &a Pela comp.a de Guiné, em dias ... se me fez p.te de ter dois navios promptos p.a mandar conduzir nelles athé n. 8 mil escravos p.a essa Cap.a q' lhe haviaõ ficado dos q' tinhaõ por obrigação mandar p.a a de castella, e se achaõ em cabo verde, e na lha do principe p.a esse effeito e porque vira que com esses negros se execute ahi a ordem que mandey passar, p.a se não poderem mandar p.a as minas de São Paulo, mais que duzentos negros cada anno o que seria com grande prejuizo seu, e da fazenda real, interessada nos effeitos da d.a como a Me pareceu ordenarvos como por esta faço que chegando a essa Cap.a estes navios mandeis chamar os officiaes da camara homens da governança e senhores de engenho, e com elles examineis os negros que precizamente lhes forem necessarios, p.a a cultura das suas fazdas., e fabricas dos engenhos, e es-ces deixeis ficar, e os repartais por elles, e as mais pessoas que para o seu serv.ço tambem os hajaõ percizam.te mister, ficando sempre no uosso arbitrio, a justa necessidade dos moradores dessa Cap.a, e a que tiverem destes negros as minas de São Paulo, na consideração dos que tuerem uindo, ou se esperarem uir do Reyno de Angolla, e costa da mina, perferindo os Senhores de eng.os, e os negros que sobejarem poderaõ os mestres dos d.os Nauifcs, ou as pessoas que tuerem comissaõ da Comp.a livre.te vender remetter, e leuar p.a as minas de São Paulo com tal declaração, e condiçaõ que os Senhores de eng.os nem outras alguas pessoas dessa Cap.a com pretexto de lhe serem necessarios, os poderaõ comprar nem vender p.a os mandar p.a as d.as minas, nem dispois de comprados os poderaõ vender, nem remeter p.a ellas, e fazendo o contrario perderaõ os d.os negros, p.a minha fazenda e pagaraõ demais a sua estimaçaõ. Escrip.ta em Lisboa a 3 de Dezembro de 1701. — REY — O Conde de Alvor — P.a o G.or e capi-tão gal do Rio de Janeiro.

"Documentos Interessantes" — Volume LI, 1930.

REGISTO GERAL DA CAMARA MUNICIPAL DE S. PAULO -- PUBLICAÇÃO OFICIAL DO ARQUIVO MUNICIPAL DE S. PAULO
(Volume VII — (Suplemento) — 1919

Traslado da carta de El-Rei nosso senhor deste anno de 1606

(N. 3)

A 8 deste mez de janeiro de 1606 annos recebemos do provedor das minas Diogo de Quadros uma carta de vossa magestade escripta a de 1604 e com ella se alegrou a gente desta villa e se animou summamente vendo as grandes mercês que nella se lhe promettem que assás de grande ventura é nossa sermos lembrados de um tão catholico e grande principe como vossa magestade é e desde agora nos alentaremos e esforçaremos mais para o seu real serviço assim no descobrimento de outras novas minas como no que se nos offerecer / os annos passados pelo mesmo capitão e provedor Diogo de Quadros se escreveu a Vossa Magestade e se lhe mandaram uns apontamentos de certas mercês que se lhe pediam e favores

para esta villa e elle nos certifica que tudo apresentou no conselho e assim pelos mesmos apontamentos como pelo que o governador geral que então era dom Francisco de Sousa escreveu e o que depois de novo houve será Vossa Magestade sabedor do que a terra tem e das riquezas que se vão descobrindo / elle nos certifica que Vossa Magestade nos tem feito mercê querer ajudar-nos com mil negros de Guiné para os pagarmos pelo tempo de tres annos e será de grande effeito tão alta mercê vindo juntamente **mineiros** destros e experimentados **que os que té agora vieram deram pouca** satisfação e se Vosso Magestade eprover nisto esperamos em Nosso Senhor que fará muito accrescentamento em suas... e assim mandando se façam algumas entradas ao sertão a descer e conquistar muito gentio pagão que ha muitas nações que vivem á lei e modo de brutos animaes..... e principalmente o gentio carijó a esta capitania atemorizando terra serão trezentos mil homens que vindo á obediencia de Vossa Magestade.... o contorno das minas redundará tudo em grande serviço seu e muito accrescentamento de sua real fazenda / havendo serviço e proveito do mesmo gentio / que sem elle se poderão beneficiar as ditas minas por genté pobre e nos serem mortos muitos uns de doenças e outros de desastres e... muito gentio e escravaria fóra desta capitania que tudo pedimos a Vossa Magestade mande acudir e por Nosso Senhor a catholica pessoa de Vossa Magestade guarde Deus por largos annos desta Camara da villa de São Vicente do Brasil 13 de janeiro de 1606 annos.

Carta para o senhor da terra.

Com o capitão João Pereira de Sousa que Deus levou recebemos nesta Camara uma de vossa mercê o anno passado na qual nos manda que lhe escrevamos miudamente do que aqui passa. Alguns traslados de cartas se acham aqui das que escreveram a vossa mercê parece que lhe não foram dadas o que de presente se tudo avisar muito papel e tempo é necessario porque são tão varias e de tanta soltura as cousas que cada dia succedem que não falta materia de escrever e avisar e melhor se poderá dizer de chorar.

Só faremos lembrança a vossa mercê que se em sua pessoa ou cousa muito sua e que se muito dôa desta capitania não acudir com brevidade pode entender que não terá cá nada porque estão as cousas desta terra com a candeia na mão e cedo se despovoará / porque assim os capitães e ouvidores que vossa mercê manda como os que cada quinze dias nos mettem os governadores geraes em outra cousa não entendem nem estudam senão como nos hão de esfolar destruir e affrontar / e nisso gastam seu tempo / não vêm nos governar e reger nem augmentar a terra que o senhor Martim Affonso de Sousa ganhou e Sua Magestade lhe deu com tão avantajadas mercês e favores.

Vae isto em tanta maneira razo que pelo ecclesiastico e pelo secular não ha outra cousa senão pedir e apanhar e um que nos tomam e outro que nos pedem tudo é seu e ainda lhe ficamos devendo / e se falamos prendem-nos e excommungam-nos e fazem de nós o que querem que como somos pobres e temos o remedio tão longe / não ha outro que baixar a cerviz e soffrer o mal que nos põem — Assim senhor acuda / veja / ordene / e mande o que lhe parecer que muito tem a terra que dar / é grande / fertil de mantimentos e muitas aguas e lenhas grandes campos e pastos / tem ouro / muito ferro e assucar / e esperamos que haja prata pelos muitos

indícios que ha / mas faltam mineiros e fundidores destros / e o bom governo é o que nos falta de pessoas que tenham consciencia e temor de Deus e valia que nos mandem o que fôr justo e nos favoreçam no bem e castiguem no mal quando merecemos que tudo é necessario / Diogo de Quadros é ainda provedor das minas / até agora tem procedido bem / anda fazendo um engenho de ferro a tres leguas desta villa e como se perdeu no cabo frio tem pouca posse e vae de vagar mas acabal-o-á e será de muita importancia por ser ... da villa e haver muito metal de ferro mais ha na serra de Biraçoiaba 25 leguas daqui para o sertão em terra mais larga e abastada é perto dalli como tres leguas está a Cahatiba de onde se tirou o primeiro ouro e desde allí ao nôrte haverá sessenta leguas de cordilheira de terras que todas levam ouro principalmente a serra de Jaraguá de Nossa Senhora do Monserrate e a de Voturuna e outras.

Pode vossa mercê fazer aqui um grande reino a Sua Magestade / ha grande menceio e trato para Angola e Perú e outras partes — podem se fazer muitas naus e n... que só o breu se pode trazer de lá pois ha muito algodão muitas madeiras e outros achegos — quanto ácerca da conservação do gentio que não contamos avexarem-nos / assim como o fazem annos o fazem a elles e os christãos e vizinhos são quasi acabados mas no sertão ha infinidade delles e de muitas nações que vivem á lei de brutos animaes comendo-se uns aos outros que se os descerem com ordem e para ser christãos será cousa de grande proveito principalmente o gentio carijó que está oitenta leguas daqui por mar e por terra e se afirma que poderão ser duzentos mil homens de arco / esta é uma grande empreza / e a vossa mercê ou cousa muito sua lhe estava bem que se Sua Magestade lhe concedesse lhe importaria mais de cem mil cruzados afóra o de seus vassallos e o que pelo tempo em diante pôde redundar a esta provincia além do particular do mesmo gentio vindo ao gremio da Santa Madre Igreja.

Tornamos a lembrar acuda vossa mercê porque de Pernambuco e da Bahia por mar e por terra lhe levam o gentio do seu sertão e districto e muito cedo ficará tudo ermo com as arvores e hervas do campo somente / porque os portuguezes bem sabe vossa mercê que são homens de pouco trabalho principalmente fôra do seu natural.

Não tem vossa mercê cá tão pouca posse que das cinco villas que cá tem com a Cananéa / pode pôr em campo para o carijó mais de trezentos portuguezes fôra os seus indios escravos que serão mais de mil e quinhentos gente usada ao trabalho do sertão que com um bom caudilho passam ao Perú por terra e isto não é fabula.

Já vossa mercê lá será sabedor como Roque Barreto sendo capitão mandou ao sertão 300 homens brancos a descer gentio e gastou dois annos na viagem com muitos gastos e mortes e por ser contra uma lei de El-Rei que os padres da Companhia trouxeram o governador geral Diogo Botelho mandou provisão para tomarem o terço para ella / e depois veiu ordem para o quinto / sobre isto houve aqui muito trabalho e grandes devassas e ficaram muitos homens encravados que por rol ha nesta villa hoje mais de sessenta e cinco homisiados / não tendo ella mais que cento e noventa moradores / se lá forem algumas informações de que a gente desta terra é indomita creia vossa mercê o que lhe parecer com o resguardo que deve aos seus que não ha quem soffra tantos desaforos / não ha por ora mais. Nosso Senhor guarde a vossa mercê e sua familia e casa da sua Camara da villa de São Paulo capitania de São Vicente 13 de janeiro Belchior da Costa escrevão o fez de 606 anos. E não ha gente mais humilde e obediente que nós neste estado conforme ao que soffremos.

Veja indicação volume VII — “Registro Geral”.

(N. 4).

MATRÍCULA DA GENTE CARIJÓ

A N O D E 1 6 1 5

ASSENTO DA GENTE DE ALONSO PERES

Icahi e sua mulher Ge...
 ..tambaco sua mulher Bri..oba
 Abaquá (*) sua mulher Ca..ba
 sua mulher Agohi
 Taperi — py — Uhapara — Ubahi.

Os quaes indios e indias lhes foram entregues pelo dito capitão por fôrros conforme as obrigações passadas do senhor governador para o beneficio das minas e elle se obrigou a dar conta delles a todo tempo e o assignou com o dito capitão eu Belchior da Costa o escrevi.

Alonso Peres Canhamares — Paulo da Rocha de Siqueira.

PEÇAS DE PEDRO VIDAL FILHO DE ALONSO PERES

Araça e sua mulher Boigoá.
 Yg....— Uvara.

As quaes peças de indios lhe foram entregues com as ditas condições de dar conta dellas e occup-as no beneficio das minas o que se obrigou a cumprir e assignou com o dito capitão eu Belchior da Costa o escrevi.

“Documentos Interessantes”, D. I. volume III, editado em 1913, 3.^a edição.

(N. 1)

(N. 5)

ARANZEL OU ROTEL DE HAVER OURO E PEDRAS PRECIOZAS DOS CAMPOS DE APREETUBA ENTRE O SUL E O LESTE

Entrando nos ditos Campos entre o Sul e o Leste rumo direito passaram dois Ribeiroens, e o dipois passaram duas Serras; daram em um Ribeiram ensima meyo descalvado, ou com bastantes pedras. Em dous Corrigos que mão de Sérra e fazem Barra noditto ribeiram tem ouro com abundancia. Subindo a Serra dobrando para triás tem outro ribeirão mais pequeno, como huma Cochoeira: pello barranco asima da Cochoeira tirarão o Ouro empedassos: Hiram para diente, pendendo para o Sul alguma couza, subindo e dessendo algumas Sérras, não muy alcantiladas, darão com um Vargedo grande que atôlla, tem quatro ou sinco palmos de Lodo, abaixo tem bom Cascâlhó, e tem grandioza pinta. Hiram adiente e darão com

(*) Nos nomes desta lista foi respeitada a ortografia do original, e, porisso, as terminações qua, quo, gua, guo, devem pronunciar-se, na maioria dos casos, ca, co, ga, go.

huma Lagôa grande na veyra desta Lagoa fese hum sucavão, tirou-se ouro em pedassos, e muitas pedras que não soubemos conhecellas de varias cores e pareciam serem preciosas todas. Isto de Sorocaba picando o Mattó, serão oytó ou des dias. Por estar para morrer eja não ter esperanças de vida, fasso este aranzel deixando para os viventes: muitos annos não quiz declarar estes haveres; e quem achar com este meu Roteiro Os haveres dittos, pesso me mande dizer quarenta missas outras quarenta pellas mais necessitadas almas.

V.^a de S. Paulo, 1 de 7bro de 1

Antonio Mendes hê o que andou p.r estas partes.

(N. 6)

“Documentos Interessantes”, volume XLVIII, de 1929.

NOTA DO ALVARÁ REGIO CONCEDENDO ORDENADO A LUIZ MARTINS, MANDADO A EXAMINAR AS MINAS DE METAES, QUE CONSTAVA EXISTIREM NAS TERRAS DO BRASIL, — de 7 de setembro de 1559:

(Arquivo do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, “Registo do Conselho Ultramarino”, L.^o I, fls. 223).

Em lisboa a 7 de setembro de 59 (cincoenta e nove) se pasou alvará por que s. a. ouve por bem enviar as partes do brasil luis martins pera ver os metaes que se diz que nelas ha pela ordem e maneira que por mem de sá lhe for dada, como veria por huá carta de s. a., có o qual carreguo s. a. ouve por bem que ouvesse em cada hu ano emquanto no dito negocio entendese, e o s. a. ouvesse por bem, e não mandasse o contrario / corenta mil reis, os quais começase a vencer do dia que cheguaesse a capitania da baya de todosos santos das ditas partes em diante, e lhe fossem pagos no tesoureiro das rendas da cidade do salvador da dita capitania pelo dito alvará somente, que seria registado no livro de sua despesa pelo escrivão de seu cargo e pelo trelado dele e conhecimento do dito luis martins fose levado em conta ao dito tesoureiro o que lhe pela dita maneira paguase a rasão dos ditos quarenta mil reis por ano / e o governador das ditas partes do brasil que o metese em pose, e lhe desse juramento / e que este valesse como carta sem passar pela chancelaria / (Reg. ant., fls. 195 v.^o).

“Documentos Interessantes” — Volume 53, de 1931.

SOBRE AS VINTE E NOVE OITAVAS DE OURO QUE N'ELLE ENTREGOU THOMÉ DE SOUZA CORRÊA, PROVEDOR DA FAZENDA DO RIO DE JANEIRO, PERTENCENTE AOS QUINTOS DO DA LAVAGEM DE PERNAGUÁ, E CANANÊA; E VAE A COPIA DO ALVARÁ QUE SE ACCUZA, — DE 24 DE MARÇO DE 1678:

(N.^o 7)

(Do Arquivo do Conselho Ultramarino. “Consultas do Rio de Janeiro”, vol. de 1674 a 1700, fls. 44).

Thomé de Souza Corrêa Provedor da Fazenda do Rio de Janeiro (a quem Vossa Alteza concedeu licença para vir a este Reino, e chegou nos Navios, que d'aquelle porto forão ao dos Rios) entregou n'este Conselho

seis centas e vinte nove oitavas de ouro em dezeseite barras, e declarou pertencerem á Fazenda de Vossa Alteza dos quintos do da lavagem, doze da Ilha da Cananéa, e as sinco de Pernaguá; e porquanto d'estes quintos toca á Princesa Nossa Senhora a vintenna, não passando de sinco mil cruzados em cada um anno como se mostra da copia do Alvará, que com esta consulta se envia a Vossa Alteza, e desde o de 672 a esta parte não tem vindo outra quantia, e a que trouxe n'aquelle anno Diogo Carneiro Fontoura, Provedor que tambem foi da Fazenda do Rio de Janeiro (que importou quinhentos e oitenta e nove mil reis) houve Vossa Alteza por bem mandar por decreto de trinta d'Abril do mesmo anno se entregassem ao Thezoureiro da Princesa Nossa Senhora em falta dos annos em que não houve rendimento dos quintos; por tudo;

Parece ao Conselho fazer presente a Vossa Alteza, como nelle ficão as seis centas e vinte e nove oitavas de ouro, para que Vossa Alteza disponha se se hão de entregar na mesma forma ao Thezoureiro da Princesa Nossa Senhora em recompensa dos annos que ha lhe faltão as vintenas d'estes quintos, ou o que Vossa Alteza fôr servido para assim se executar.

Lisboa 24 de Março de 1678 — O Conde — Sá — Malheiro — Telles — Dourado — Cardozo.

“Documentos Interessantes” — Volume LIII

SOBRE O QUE ESCRIVEM OS OFFICIAES DA CAMARA DA CAPITANIA DE SÃO VICENTE A CERCA DO DESCOBRIMENTO DAS MINAS DE PERNAGUÁ E ASSISTENCIA DOS RELIGIOSOS BARBADOS ESTRANGEIROS — DE 7 DE DEZEMBRO DE 1674:

(Do Archivo do Conselho Ultramarino, “Consultas do Rio de Janeiro”, vol. de 1674 a 1700, fls. 9)

(N° 8)

Os Officiaes da Camara da Capitania de São Vicente e São Paulo em carta de 16 de Junho d'este anno escrevem a Vossa Alteza, que por outra que tiverão do Capitão Agostinho de Figueiredo, a quem darão os seus poderes na examinação, que foi fazer das Minas de Pernaguá, assim de prata, como de ouro, e de que se fez ensaio de prata, cujas amostras enviou ao governador geral do Brazil com informação, e a Vossa Alteza do que se la obrando e descobrindo; e n'este descobrimento obrou o dito Agostinho de Figueiredo com dispendio de sua fazenda com os que o acompanharão e na acção de graças a Deus Nosso Senhor.

E que ha poucos annos que forão para o Rio de Janeiro uns Padres Barbados Estrangeiros das partes do norte, e já estavam n'aquelle capitania de São Vicente no centro do sertão donde não havia gentio bem longe da villa de São Paulo; e agora se dizia querião ir para Curityba a fazer convento, que era em uma das minas de prata, que se hião descobrindo, de que avizavão a Vossa Alteza, e o farião do mais que houvesse.

Ao Conselho parece fazer presente a Vossa Alteza o que escrevem os Officiaes da Camara da Capitania de São Vicente, para que havendo inconveniente a estes Religiosos assistirem n'aquellas partes, deve Vossa Alteza mandar escrever ao Governador e Officiaes da Camara avizem com que ordem assistem os ditos Religiosos n'aquellas missões, porque por este Conselho se não expedirão taes ordens.

Lisboa 7 de Dezembro de 1674 — Conde — Malheiro — Telles — Dourado.

(Falta a resolução régia).

(N. 9)

SOBRE O QUE ESCREVE JOSÉ GONSALVES DE OLIVEIRA, CAPITÃO DA CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO, A CERCA DA JORNADA DAS MINAS DE ESMERALDAS PARA QUE SE FICAVA APRESTANDO; E SOBRE O QUE TAMBÉM ESCREVEM OS OFFICIAES DA CAMARA DA MESMA CAPITANIA E O DONATARIO D'ELLA, FRANCISCO GIL DE ARAUJO: E VÃO AS COPIAS DOS PAPEIS QUE SE ACCUSAO, — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1675:

(Do Archivo do Conselho Ultramarino, "Consultas do Rio de Janeiro", vol. de 1674 a 1700, fls. 12).

José Gonsalves de Oliveira, Capitão da Capitania do Espirito Santo escreve a Vossa Alteza em carta de 2 de Junho passado, que no principio d'este ultimo ano de seu triennio o mandou chamar á Bahia o Governador Geral Affonso Furtado de Mendonça, e lhe recommendou a **jornada po descobrimento das esmeraldas**; e tornando para a dita Capitania tratou com o povo d'ella os meios convenientes para o mesmo descobrimento, tomando noticia pelos que já o intentarão. com que se resolveu a fazer a entrada á sua custa por servir a Vossa Alteza; **para cuja execução mandou lançar bando para alistar os que por sua vontade quizessem acompanhar**, e como vassallos de Vossa Alteza se offerecerão **alguns com dispndio de suas fazendas, e outros armados pelos que com suas pessoas os não podião acompanhar**, e outros que por serem pobres os aceitou á custa d'elle José Gonsalves de Oliveira, com que tinha feito a gente, que para essa empreza lhe era necessaria com rezolução de se fazerem exactas diligencias, pelo descobrimento d'estas minas, de maneira que não se achando, não ficaria mais logar, nem esperanças de se buscarem pelo rio doce por onde se intentou até agora e a descobrirão antigamente.

Que fazia este descobrimento com animo muito desinteressado, e que Vossa Alteza lhe teria em seus requerimentos, e pedia a Vossa Alteza a brevidade do despacho do papel incluso, em razão de fazer a jornada em o mez de Abril por ser o tempo em que sempre se fez, e não em outro por se livrar das enchentes do rio, que era incapaz de se navegar, e tambem pela que recebera, e os moradores d'aquella Capitania nos aprestos que estavam fazendo para a jornada, que retardando-se, se perderião e ficarião impossibilitados para o segundo por serem pobres; e suposto que se ficava aviando, não havia de fazer a viagem sem o consentimento de Vossa Alteza, porque queria tambem que Vossa Alteza com promessa de que descobrindo-se estas minas, faria mercê dos que acompanhassem, para que com a esperança de premio obrassem como leaes vassallos de Vossa Alteza.

Os officiaes da Camara da dita Capitania do Espirito Santo em carta de 6 de Junho passado, em que dão conta a Vossa Alteza, que vindo da Bahia o capitão José Gonsalves de Oliveira, aonde foi chamado do Governador Geral, lhes representou queria fazer uma entrada ac sertão em descobrimento da serra das esmeraldas, havendo moradores que o quizessem acompanhar; para esse effeito se botou bando para que em termo limitado se alistassem as pessoas, que expontaneamente o quizessem fazer; e como algumas se alistarão com as condições declaradas na copia do papel, que com esta se envia tambem a Vossa Alteza, lhes pareceu acertado fazer este avizo para que Vossa Alteza ordenasse o que fosse servido.

Ao Conselho parece fazer presente a Vossa Alteza o que Capitão José Gonsalves de Oliveira aviza de se ficar aprestando para a jornada do descobrimento das minas das esmeraldas e com dispndio de sua fazenda, e mercês que pede para si e para as pessoas, que o hão de acompanhar, como se

declara na copia do papel incluso; e o que tambem escrevem sobre este particular os officiaes da Camara da Capital do Espirito Santo; e que considerando-se a importancia deste negocio, e o muito que convém ao serviço de Vossa Alteza, aveiguar-se pelo que pôde resultar de augmento á Fazenda Real.

Deve Vossa Alteza ser servido no primeiro ponto do dito papel, que se passe Patente a José Gonsalves de Oliveira de Capitão-Mór d'esta entrada com toda a jurisdicção sobre a gente, que n'ella fôr: no 2.º ponto, que se lhe passe o alvará, que pede, para que Vossa Alteza, segundo o serviço que elle fizer, tenha respeito para o honrar, e lhe faz em mercê; e em falta do effeito a mercê que houver logar pelo dispendio, e trabalho; e no 3.º ponto, que Vossa Alteza lhe mande passar ordem que pede; e no 4.º ponto que descobrindo-se estas minas, e sendo o mineral fixo e de conta que redunde em beneficio da coroa, possa prometter doze habitos das tres ordens militares com vinte até cincoenta mil réis effectivos nos rendimentos das minas, dois fôros de fidalgos, seis de cavalleiros fidalgos, e seis de moços da camara; e que as mais pessoas que se acharem n'este serviço, terá Vossa Alteza Real respeito para os despachos, segundo o que tiverem obrado; e no 5.º ponto, que Vossa Alteza lhe deve conceder o que pede, sendo a pessoa aprovada pelo Governador Geral: e no 6.º ponto, que Vossa Alteza lhe deve mandar passar ordem, que pede: e no 7.º ponto, que Vossa Alteza mande escrever aos Governadores que assim o executem: e no 8.º ponto que Vossa Alteza o deve mandar ordenar na forma, que pede escrevendo-se ao Governador Geral não se entendendo na Fazenda Real; e no 9.º ponto, que havendo algumas pessoas noticiazas, e **de prestimo para esta jornada, as obrigue, não com violencia, mas com algumas promessas da parte de Vossa Alteza, que terão effeito segundo o successo da jornada, quando não tenha (como se espera) que Vossa Alteza terá respeito ao serviço para se lhe remunerar:** e no 10.º, que Vossa Alteza mande escrever ao Governador Geral sobre este particular.

E no tocante aos pontos do papel incluso, que enviarão os officiaes da Camara da Capitania do Espirito Santo.

Parece ao Conselho quanto ao 1.º ponto, que Vossa Alteza mande escrever a Francisco Gil de Araujo, donatario d'esta Capitania como pedem estes moradores: e no 2.º ponto, que Vossa Alteza deve ordenar que se execute no descobrimento d'estas minas o que dipõem o regimento della e ordenação; e no 3.º ponto, que na forma que n'elle se declara, se deve fazer aviso ao Capitão-Mór José Gonsalves de Oliveira: e no 4.º ponto, que Vossa Alteza mande ordenar ao Capitão-Mór **que reparta com os moradores Indios mansos que levar respectivamente; porém que em nenhuma maneira se capturem Indios brabos nem se possam trazer do sertão.**

Estando esta consulta para se enviar a Vossa Alteza, se recebeu uma carta de Francisco Gil de Araujo de 6 de Julho d'este anno, em que representa a Vossa Alteza, que por renunciação de Antonio Luiz Gonsalves da Camara Coutinho lhe fez Vossa Alteza mercê, que elle fosse donatario da Capitania do Espirito Santo, e se achava (a dar conta), digo, obrigado a dar conta a Vossa Alteza, do estado em que estava a Capitania que era o mais miseravel, que se podia imaginar, tudo causado por alguns capitães, que governarão, e ainda o que estava servindo, sabendo que elle se aprestava para ir tomar conta d'ella, e tratar de seu augmento com dispendio consideravel de sua fazenda, intentava o dito Capitão fazer jornada ao descobrimentos das esmeraldas, sem ordem de Vossa Alteza, e sem o saber a elle Donatario, e o avizava que publicavam ser ordem do Governador Geral do Brazil: e lhe pareceu dar parte a Vossa Alteza e representar o emissario d'aqueles moradores, e que será a dita jornada total ruina d'aquella terra,

sendo ordenada por estes meios, por ser Capitão incapaz de o fazer, e falta de talento e experiencia, porque nunca servio a Vossa Alteza e todo odiado que havia pouco tempo, que o Governador Geral o mandou ir por queixas do povo, e de presente o estava molestando com citações e cobranças das suas mercancias; e que quando Vossa Alteza seja servido que se faça a jornada, elle donatario a mandaria fazer á sua custa; porque o interesse que o pretendia, era o real serviço de Vossa Alteza, e que não se molestasse aquelle povo e se perdesse a jornada como outras muitas se fizerão com semelhantes extorções e preças e ficava esperando a rezolução de Vossa Alteza para o servir como o devia.

E sendo vista a carta referida e o que mais representava a Vossa Alteza por esta consulta:

Parece ao Conselho que Vossa Alteza deve mandar encarregar ao Governador Affonso Furtado de Mendonça chame a Francisco Gil de Araujo, e com elle ajuste o negocio d'este descobrimento; e quando Francisco Gil o queira mandar fazer na conformidade dos apontamentos concedidos, a José Gonsalves d'Oliveira (havendo Vossa Alteza assim por bem) terão effeito n'aquellas pessoas que Francisco Gil mandar, fazendo-se o descobrimento á sua custa, e do mesmo deve Vossa Alteza conceder o alvará das mercês, que se lhe dão de dar a respeito d'este serviço; com obrigação porém que mandara fazer a entrada no tempo, que José Gonsalves aponta, por se não perder a occasião e os mais aprestos, que declarava ter prevenidos para entrar no mez d'Abri!l, que embora, vem; e não se acomodando Francisco Gil nas mercês, que Vossa Alteza conceder, e brevidade do tempo.

Parece ao Conselho que Vossa Alteza ordene a Affonso Furtado dê as ordens necessarias a que José Gonsalves faça a dita entrada, como offerece, e que o possão acompanhar aquellas pessoas que o quizerem fazer, mandando Vossa Alteza escrever a Francisco Gil de Araujo o não perturbe, e que escreva aos mcradores de sua Capitania acompanhem a José Gonsalves os que quizerem por convir assim ao serviço de Vossa Alteza, e não tendo effeito este descobrimento no tempo em que José Gonsalves aponta que está prevenido para ir a elle, lugar fica então a Francisco Gil para ao dicente o prevenir, como offerece, e com maior disposição ordenando o Governador Geral a José Gonsalves que o faça indo-lhe as ordens de Vossa Alteza que se declarão n'esta consulta que Vossa Alteza haverá por bem resolver com brevidade por haver de proximo embarcação para a Bahia para se enviarem estas ordens.

**"Inventários e Testamentos" — Volume XXVI, de 1921
DE MANUEL PACHECO GATO — 1715**

(N. 10)

Peças escravas

Declarou a inventariante que esta fazenda possuia as peças escravas seguintes:

| | |
|---|----------|
| Um negro tapanhuno de nação banguela por nome Paulo de idade de vinte annos pouco mais ou menos que foi visto e avaliado em cento e quarenta mil réis | 140\$000 |
| Um negro por nome José de gentio de Angola de idade que mostra ser de vinte e quatro annos que foi visto e avaliado em cento e trinta mil réis | 130\$000 |
| Um negro por nome Pedro de nação Monyollo de idade que mostra ser de quarenta e cinco annos que foi visto e avaliado em noventa mil réis | 90\$000 |
| Um moleque por nome Miguel de nação Mina de idade de | |

| | |
|--|----------|
| dezeseis annos pouco mais ou menos que foi visto e avaliado em cem mil réis | 100\$000 |
| Um moleque por nome Antonio de nação benguella de idade que mostra ser de treze annos que foi visto e avaliado em quarenta mil réis | 40\$000 |
| Um negro de nação Mina por nome Domingos de idade que mostra ser de trinta e quatro annos que foi visto e avaliado em cento e quarenta mil réis | 140\$000 |
| Uma negra escrava do gentio Mina por nome Luiza que ha annos doente de idade que mostra ser de trinta annos que foi vista e avaliada em trinta mil réis..... | 30\$000 |
| Uma negra por nome Maria de nação benguella de idade que mostra ser de trinta e dois annos que foi vista e avaliada em setenta e cinco mil réis | 75\$000 |
| Um mulatinho filho da dita por nome Gregorio que mostra ser de sete annos que foi visto e avaliado em vinte e cinco mil réis | 25\$000 |
| Uma mulatinha por nome Victoria filha da dita de idade que mostrar de tres annos que foi vista e avaliada em dezeseis mil réis | 16\$000 |

"Inventários e Testamentos", V. XVI, de 1921

INVENTÁRIO DO CAPITÃO FERNANDO RAPOSO TAVARES — 1661
(N. 11)

ESCRAVOS

| | |
|---|---------|
| Avaliaram a Lucas conteudo no rol em quarenta e dois mil réis | 42\$000 |
| Avaliaram a João potroso em vinte e cinco mil réis | 25\$000 |
| Avaliaram a Joseph barbado em trinta e quatro mil réis | 34\$000 |
| quarenta mil réis | 40\$000 |
| Avaliaram barbado | |
| Avaliaram Estevão barbado em trinta e dois mil réis | 32\$000 |
| Avaliaram Manuel sem dentes em vinte e cinco mil réis | 25\$000 |
| Avaliaram outro Manuel barbado em vinte mil réis | 20\$000 |
| Avaliaram a Innocente potroso em dezeseis mil réis | 16\$000 |
| Avaliaram a João barbado em trinta e cinco mil réis | 35\$000 |
| Avaliaram a Cosme em quarenta mil réis | 40\$000 |
| Avaliaram a Gregorio em dezeseis mil réis | 16\$000 |
| Avaliaram a Valentim em trinta e oito mil réis | 38\$000 |
| Avaliaram a Paschoal conteudo no rol em trinta e cinco mil réis | 35\$000 |
| Avaliaram a Matheus barbado em vinte e seis mil réis | 26\$000 |
| Avaliaram Agostinho velho sem dentes dez mil réis | 10\$000 |
| Avaliaram a Paulo aleijado de uma mão em dezeseis mil réis .. | 16\$000 |
| Avaliaram a Mathias moleque em trinta e dois mil réis | 32\$000 |
| Avaliaram a Silvestre moleque em trinta mil réis | 30\$000 |
| Avaliaram a Pedro velho em trinta mil réis | 30\$000 |
| | |
| Avaliaram a Miguel velho em dezeseis mil réis | 16\$000 |
| Avaliaram a Aldonça com um mascavo em um pé em trinta e dois mil réis | |
| Avaliaram a Jacoma em trinta e seis mil réis | 32\$000 |
| Avaliaram a Damiana em vinte e oito mil réis | 36\$000 |
| Avaliaram a Domingas com bobas em dez mil réis | 28\$000 |
| Avaliaram a Justa em trinta e dois mil réis | 10\$000 |
| Avaliaram a Justa em trinta e dois mil réis | 32\$000 |

| | |
|---|---------|
| Avaliaram a Magdalena em quarenta e dois mil réis | 42\$000 |
| Avaliaram a Estacia velha em quinze mil réis | 15\$000 |
| Avaliaram a Marianna em vinte e seis mil réis | 26\$000 |
| Avaliaram a Antonia em trinta mil réis | 30\$000 |
| Avaliaram a Simôa sem dentes em vinte e quatro mil réis | 24\$000 |
| Avaliaram a Ignez velha em dezesseis mil réis | 16\$000 |
| Avaliaram a Lucrecia mascavada de uma mão em trinta e cinco mil réis | 35\$000 |
| Avaliaram a Izabel moleca em vinte e quatro mil réis | 24\$000 |
| Avaliaram a Bernarda em vinte mil digo quarenta mil réis | 40\$000 |

Inventários e Testamentos — Volume XXVI de 1921

(N. 12)

ANTONIO BICUDO DE BRITO

TESTAMENTO — 1686

INVENTÁRIO — 1687

Autuação de testamento do capitão Antonio Bicudo de Brito morador que foi nesta villa de Santa Anna de Parnaíba.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e seiscentos e oitenta e oito annos aos tres dias do mez de fevereiro do dito anno nesta villa de Santa Anna de Parnayva por parte do reverendo padre o doutor Guilherme Pompau de Almeida testamenteiro que ficou por fallecimento do capitão Antonio Bicudo de Brito me foi apresentado o testamento ao diante escripto requerendo-me autuasse para lhe dar seu devido cumprimento em virtude do que tomei o dito testamento e o autuei que é tal como ao diante se segue de que fiz este termo eu o padre Joaquim Gonçalves Meira escrivão da visita o escrevi.

* * *

INVENTARIO DE ANTONIO BICUDO DE BRITO

Auto de inventario que o juiz ordinario Pedro Gonçalves Meira mandou fazer por morte e fallecimento do capitão Antonio Bicudo de Brito

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo da era de mil e seiscentos e oitenta e sete annos em os vinte e dois dias do mez de fevereiro da sobredita era nesta villa de Santa Anna da Parnayva da capitania de São Vicente do Estado do Brasil etc. nesta dita villa em as casas da morada de Maria de Lima dona viuva que ficou do defunto Antonio Bicudo de Brito aonde se achou presente o juiz ordinario Pedro Gonçalves Meira commigo tabellião e os avaliadores Antonio de Queiroz e dom Antonio de Mendonça Furtado para effeito de se inventariarem todos os bens e fazenda que ficou por morte e fallecimento do dito defunto para cujo effeito o dito juiz deu o juramento dos Santos Evangelhos á viuva Maria de Lima que bem e verdadeiramente dêsse a inventario todos os bens e fazenda que possuia com o defunto seu marido assim dinheiro ouro prata dividas que

se devem á fazenda assim por escripturas conhecimentos inventarios roes apontamentos ou sem elles como tambem o que a fazenda dever e ella viuva pondo sua mão direita sobre umas Horas disse que daria a inventario todos os bens e fazenda que possuia com o defunto seu marido e não dando o sobredito a inventario lhe encarregou o dito juiz de lh'o haver por sonogado e de incorrer nas penas de perjura de que o dito juiz mandou fazer este auto que assignou por a dita viuva seu pae o capitão Guilherme Pompeu de Almeida e eu tabellião que o escrevi. — Assigno por minha filha, **Guilherme Pompeyo de Almeйда — Pedro Gonçalves Meira.**

Termo de avaliadores

E logo no mesmo dia mez e anno atrás no auto declarado o dito juiz encarregou aos avaliadores Antonio de Queiroz e a dom Antonio Furtado de Mendonça que bem e verdadeiramente avaliassem o que mostrado lhe fosse para o qual effeito lhe deu o juramento sobre umas Horas elles pondo sua mão direita assim o prometteram de fazer como Deus lhe desse a entender de que fiz este termo em que se assignaram com o dito juiz eu Antonio da Rocha do Canto tabellião que o escrevi. — **D. Antonio de Mendonça Furtado — De Antonio + de Queiroz — Meira.**

E logo por o testamenteiro o doutor Guilherme Pompeu de Almeida foi apresentado ao dito juiz o testamento do dito defunto requerendo ao dito juiz lh'o mandasse acostar a este auto e lhe desse cumprimento ao dito testamento que o dito juiz mandou a mim escrivão acostasse o dito testamento a este auto que logo por mim foi satisfeito de que de tudo fiz este termo de acostamento que assignou com o dito juiz e eu Antonio da Rocha do Canto. — **Pedro Gonçalves Meira — Guilherme Pompeo de Almeйда.**

Testamento

Em nome da Santissima Trindade; Padre, Filho, e Espirito Santo, tres pessoas e um só Deus verdadeiro:

Saibam quantos este instrumento virem como no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo da era de mil e seiscentos e oitenta e seis annos em os doze dias do mez de julho da sobredita era nesta villa de Santa Anna da Pernahiba; eu Antonio Bicudo de Brito estando em meu perfeito juizo e entendimento que Deus Nosso Senhor foi servido dar-me sem enfermidade alguma temendo-me da morte e desejando de pôr minha alma no caminho da salvação por não saber o que Nosso Senhor de mim quer fazer e quando será servido de me levar para si faço este meu testamento na forma seguinte.

Primeiramente encommendo minha alma á Santissima Trindade que a criou e rogo ao Padre Eterno pela morte e paixão de seu Unigetito Filho a queira receber como recebeu a sua estando para morrer na arvore da vera cruz, e a meu Senhor Jesus Christo peço por suas divinas chagas que já que nesta vida me fez mercê de me dar seu precioso sangue e merecimentos de seus trabalhos me faça tambem mercê na vida que esperamos dar o premio delles que é a gloria, e peço, e rogo, á Virgem Maria Nossa Senhora Madre de Deus e a todos os santos da côrte celestial particularmente ao meu anjo da guarda e ao santo de meu nome Antonio e ao archanjo São Miguel e ao patriarcha São José e ao patriarcha São Bento a quem tenho devoção queiram por mim interceder e rogar a meu Senhor Jesus Christo agora e quando minha alma deste corpo sahir porque como verdadeiro christão protesto de viver e morrer em a santa fé catholica e

crer o que tem, e cre a Santa Madre Igreja de Roma e em esta fé espero salvar minha alma não por meus merecimentos mas pelos da santissima paixão do Unigenito Filho de Deus // Rogo a minha mulher Maria de Lima de Almeida e a meu cunhado o padre Guilherme Pompeu de Almeida e a meu irmão Sebastião Bicudo de Brito e a meu irmão Manuel Bicudo de Brito, que por serviço de Deus Nosso Senhor e por me fazerem mercê queiram ser meus testamenteiros // Meu corpo será sepultado na igreja Matriz desta villa, e amortalhado em o habito de Nossa Senhora do Carmo na sepultura de meu pae, que é começando do arcaz de Nossa Senhora do Rosario da banda do altar, e me acompanhará o reverendo padre vigario com as cruzes das tres confrarias de que sou mordomo ha muitos annos perpetuo que é a do Senhor e de Nossa Senhora das Almas.

Mando que morrendo eu a horas de se poder dizer missa, me digam as tres missas juntas de corpo presente, e os religiosos todos que se acharem presentes digam por minha alma // Mando se me digam duzentas missas repartidas pelo modo seguinte. Nove á honra, e louvor do Santissimo Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo; nove á honra e louvor de suas divinas chagas; nove á honra, e louvor de sua sagrada morte, e paixão; tres á honra, e louvor de sua Santissima Reverencia; cinco á honra, e louvor de sua gloriosa Ascenção; tres á Santissima Trindade; nove á honra e louvor das nove festas de Nossa Senhora; a primeira da Conceição; a segunda da Natividade; a terceira da Apresentação; a quarta da Encarnação; a quinta da Visitação; a sexta da Expectação; a setima da Purificação; a oitava da Assumpção; a nona da festa das Neves; dez a Nossa Senhora do Rosario; dez a Nossa Senhora da Conceição; dez a Nossa Senhora da Piedade; onze a Nossa Senhora do Carmo; dez a Nossa Senhora da Penha de França; cinco ao Archanjo São Miguel; cinco ao Patriarcha São José; cinco á Senhora Santa Anna; cinco ao Patriarcha São Bento; cinco a São Pedro; cinco a São Paulo; sete pela alma de meu pae, e irmãos, e irmãs; cinco pelas almas das peças que morreram em meu serviço. Mando se me digam mais para a conta do numero que acima declaro, vinte missas a Nossa Senhora do Rosario, outras vinte a Nossa Senhora da Conceição, dez a Nossa Senhora do Carmo de quem sou irmão ha muitos annos.

Declaro que sou casado de legitimo matrimonio com Maria de Lima de Almeida, e della não tivemos filho nem filha.

Declaro que tenho minha mãe viva, a qual é minha herdeira; com declaração morrendo ella primeiro que eu instituo, a minha mulher Maria de Lima de Almeida por minha herdeira universal // Declaro que temos algumas peças escravas, e algumas do gentio da terra as quaes fio que minha mulher dirá as que são // Declaro que tenho nesta villa umas casas de taipa de pilão em que moro com sete cadeiras e dois bufetes // Declaro que temos algumas caixas que minha mulher dirá as que são // Declaro que tenho um sitio onde de presente assiste, que na escriptura que está nas notas se verá a quantidade que são.

Declaro que tenho mais na paragem onde tenho o sitio duzentas braças de testada com quatrocentas de sertão ao que me reporto na escriptura que tenho dellas no cartorio do escrivão o qual sitio com as ditas terras comprei de Francisco Sutil Side // declaro que tenho um pouco de dinheiro de que vou gastando o qual se governará pelo escriptinho que se achar dentro da caixinha ou codicillo sendo de minha letra ou signal meu, e sendo caso que o dito falte se dará credito ao meu livro de razão, em o qual se achará tudo com clareza christãmente escripto de minha letra e signal, assim do que eu devo como me deverem.

Declaro que até o presente não devo nada a ninguem // Declaro que

de meu serviço tenho dez colheres de prata, e uma tamboladeta grande, e tres pequenas, e um pucaro e salva e um saleiro de prata, no ouro que houver minha mulher dará razão delle // Declaro que tenho oito armas de fogo nove com a pistola.

Mando que depois de minhas dividas pagas se as tiver e minnas mandadas, e legados cumpridos tudo o mais que restar de minha terça, mando que se dê a meu irmão Manuel Bicudo de Brito cem patacas que as dou a sua filha Annica.

Mando que se dê mais a minha sobrinha Annica filha que foi do defunto José da Costa uma peça ou dinheiro para se comprar.

Mando que se dê a sua irmã Zabelinha outro tanto.

Mando que se dê outro tanto a sua irmã Mariquita.

Mando que se dê a minha irmã Thomazia Ribeiro mulher de Manuel Soares uma peça ou valia della que é para sua filha minha afillhada.

Peço pelo amor de Deus á minha mulher dê alguma cousa a minhas sobrinhas filhas do defunto José da Costa quando se casarem.

Declaro que o remanescente de minha terça deixo a minha mulher.

Declaro que tive meu trato nesta villa sendo solteiro e me não lembra que leveasse a ninguem alguma cousa mal levado salvo por não saber.

Mando que por descargo de minha consciencia me tomem a mór cautella vinte e cinco bullas de composição — Declaro que me deve o padre Felipe de Campos cincoenta mil réis por duas clarezas de sua letra e signal.

Mando que se lhe não levem ganhos.

Declaro que me deve o padre Guilherme Pompeu de Almeida trezentos e cincoenta mil réis por duas clarezas de sua letra e signal.

Declaro que me deve o padre Pedro de Lima dez mil réis por uma clareza de sua letra e signal.

Declaro que me deve Lourenço Castanho Taques quarenta e oito mil réis sem clareza nenhuma do qual dinheiro só dezeseis mil réis são meus, e os trinta e dois são do capitão Guilherme Pompeu de Almeida.

Declaro que me deve Francisco Fernandes Magalhães doze mil réis a ganhos des do tempo que lhe emprestei até m'os dar.

Declaro que me deve Jeronymo Gonçalves vinte e quatro mil réis a ganhos por uma clareza de sua letra e signal.

Declaro que tenho dinheiro no Rio de Janeiro em poder de Manuel da Silva Salgado procedido de umas farinhas que lhe remetti o anno passado que será o que elle disser em sua consciencia.

Declaro que tem mais dinheiro em seu poder de sessenta e quatro cestos de farinhas que lhe remetti este anno que me escreveu que as tinha vendidas a cruzado.

Declaro que me deve meu irmão Manuel Bicudo dez mil réis que se me obrigou a pagar por seu cunhado.

Declaro que por este meu testamento revogo qualquer outro testamento ou codicillo que antes deste tenha feito e só este quero que valha por ser esta minha vontade e peço e requeiro ás justças de Sua Magestade assim ecclesiasticas como seculares lhe dêem e mandem dar inteiro cumprimento assim e da maneira que nelle se contém ainda que approvado não seja porque como nesta terra não ha mais que um tabellião pode succeder na occasião faltar para o approvar, e para cumprir meus legados a causas pias aqui declaradas e dar expediencia ao mais que neste meu testamento ordeno torno a pedir a minha mulher Maria de Lima de Almeida, e a meu cunhado o padre Guilherme Pompeu de Almeida e a meus irmãos Sebastião Bicudo de Brito, e a Manuel Bicudo de Brito que por serviço de Deus Nosso Se-

nhor e por me fazerem mercê queiram acceitar serem meus testamenteiros como no principio deste meu testamento peço aos quaes e a cada um em solido dou todo o poder que em direito posso, e fôr necessario para de meus bens tomarem e venderem o que necessario fôr para meu enterramento e cumprimento de meus legados pelo modo acima e atrás hei este meu testamento por feito e acabado. E por me ser custoso o escrever por ser curto de vista roguei a meu compadre Christovão Diniz que este meu testamento escrevesse, e commigo assignasse como testemunha com as mais abaixo assignadas. — Assigno como testemunha; **Christovão Diniz — André Nunes de** — **Antonio Bicudo de Brito — Domingos da Silva — André** — **Domingos da Costa — Sebastião de Arruda Botelho — Thomaz da Costa Homem — Manuel Franco de Brito — Antonio Bicudo de Brito.**

Em nome de Deus amen. Saibam quantos este publico instrumento de cedula de approvação de testamento virem que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo da era de mil e seiscentos e oitenta e seis annos em os vinte dias do mez de dezembro do dito anno nesta fazenda de Antonio Bicudo de Brito estando elle ahí doente em cama de doença que Deus lhe deu mas em seu perfeito juizo e entendimento por o qual me foi dito a mim tabellião Antonio da Rocha do Canto presentes as testemunhas ao diante nomeadas e assignadas que elle fizera esta cedula de testamento em tres meias folhas de papel escriptas e me entregou a mim tabellião de sua mão á minha dizendo lhe approvasse e lacrasse e não fosse aberto até Deus o levar e que era sua ultima vontade e que queria que o que nelle se continha se cumprisse e guardasse inteiramente o que nelle estava escripto e disse revogava como com effeito revogou todos os testamentos e codicillos que antes deste tivesse feito e mandou que valesse por seu testamento por ser sua ultima vontade em testemunho do qual mandou fazer este instrumento de approvação em que assignou testemunhas que foram chamadas o capitão Lourenço Castanho João de Toledo Castelhanos Christovão Diniz o capitão Antonio de Godoy Domingos Fernandes da Costa Jeronymo Gonçalves Meira João de Godoy e eu Antonio da Rocha do Canto escrivão do publico e judicial e notas nesta villa de Santa Anna da Parnaíba que o escrevi e assignei de meu proprio sinal que é tal como abaixo se vê hoje vinte de dezembro. — **Antonio Bicudo de Brito — João de Toledo Castelhanos — Lourenço Castanho Taques — Christovão Diniz — Antonio de Godoy Moreira — Hieronimo Gonçalves Meira — João de Godoy — Domingos Fernandes da Costa.**

Declarou mais que algumas peças que vendera as resgatassem tornando o dinheiro a seu dono que as comprou.

Cumpra-se como nelle se contém
hoje 11 de janeiro de 1687 annos. —
Pedro Dias Leite.

Cumpra-se como nelle se contém.
Parnaíba 11 de janeiro de 1687 annos.

— **Lima.**

Codicillo

Em nome de Deus amen. Padre, Filho, Espirito Santo tres pessoas e um só Deus verdadeiro.

Porquanto tenho feito meu testamento e me são necessarias algumas declarações a bem de minha alma faço este meu codicillo em meu perfeito juizo e são as seguintes.

Declaro que devo de restituição aos herdeiros de Sebastião Leme de Alvarenga quatro mil réis em dinheiro e mando que se pague de minha fazenda.

Declaro mais que devo de restituição aos herdeiros de Antonio de Macedo dois mil réis em dinheiro e mando que se lhe pague.

Mando e ordeno que se dê a Barbara Mendes mulher que foi de Miguel Garcia Bernardes quatro mil réis por descargo de minha consciencia.

Mando que se digam quatro mil réis em missas em restituição de algumas cousas que eu não saiba que se dará de minha fazenda a esmola dellas.

Mando que se comprem dez bullas de defuntos por minha tenção e dos meus defuntos.

Declaro que por morte de minha sogra Anna de Lima até o presente se não fez partilhas dos bens que lhe ficaram nem eu tomei o que me cabia á minha parte e tudo ficou encabeçado em poder de meu sogro o capitão-mor Guilherme Pompeu de Almeida assim que foi com meu consentimento e dos mais herdeiros até que Deus o levasse, e somente me deu um negro do gentio da terra tecelão por nome David e sua mulher Francisca tambem do gentio da terra creio seria á conta da dita herança.

Declaro que no meu testamento mandei se me dissessem duzentas missas das quaes tenho mandado dizer cem missas e só cutras cem missas mandarão dizer.

Declaro e mando que se dê esmola por minha alma ao Convento de São Francisco da villa de São Paulo uma peça de panno de algodão de cem varas.

Declaro que deixo a meu irmão Manuel Bicudo uma espingarda e um cavallo uma e outra cousa será á sua escolha por assim m'o merecer.

Declaro que tenho em um sacco duzentos mil réis em dinheiro pouco mais ou menos de que se vae tirando para gastos de minha casa e não sei o que... liquidamente se achar minha mulher o declarará.

Declaro que devo em minha consciencia aos herdeiros de meu filho Antonio Bicudo de Brito dois mil réis e mando se lhes pague.

Declaro que como testamenteiro de meu cunhado José da Costa paguei algumas dividas que o dito era a dever de sua propria fazenda de algumas cousas que lhe vendi para isso de que tenho quitações as quaes estão entregues a meu irmão Sebastião Bicudo que elle dará conta dellas a todo o tempo que forem necessarias.

Declaro que tenho no Rio de Janeiro já a salvamento cento e cinquenta cargas de farinhas de trigo em duas carregações a saber em uma noventa e tantas pouco mais ou menos destas se venderam a dois cruzados a arroba da última carregação que foram sessenta e quatro cargas se venderam a cinco tostões a arroba e tudo está em poder de Manuel da Silva Salgado e do procedido de toda esta carregação tenho recebido do dito Manuel da Silva Salgado cento e quarenta e sete mil e tantos réis em fazendas.

Declaro que ordeno e mando que todo o gentio da terra que em meu poder tenho do meu serviço e descendencia fiquem livres e forros porque o são de sua natureza disso façam o que quizerem tanto que sirvam todos a minha mulher em sua vida, e por sua morte ficarão todos forros assim e da maneira que ordeno, e mando, e nisto desencarrego minha consciencia sobre a de meus testamenteiros.

E por esta maneira hei este meu codicillo por feito e acabado ao qual se dará inteiro cumprimento como tambem a meu testamento excepto o que nelle falo acerca do gentio da terra porque só quero que valha o capitulo deste meu codicillo em que falo sobre a mesma materia e a tudo o mais se dará inteiro cumprimento por ser assim minha ultima vontade, e

revogo qualquer outro codicillo e peço e rogo a meus testamenteiros o doutor Guilherme Pompeu de Almeida e a meus irmãos Sebastião Bicudo, Manuel Bicudo, e a minha mulher Maria de Lima dêem em tudo cumprimento com a brevidade possível a tudo o que mando, e por estar enfermo roguei a Lourenço Castanho Taques escrevesse este meu codicillo e assignasse como testemunha com os mais abaixo assignados. Fazenda vinte de dezembro de mil e seiscentos e oitenta e seis annos. — Assigno como testemunha, **Lourenço Castanho Taques — Antonio Bicudo de Brito — João de Toledo Castelhanos — Christovão Diniz — Hieronimo Gonçalves Meira — João de Godoy — João Fernandes da Costa.**

Em nome de Deus amen. Saibam quantos este instrumento de approvação de codicillo virem que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo da era de mil e seiscentos e oitenta e seis annos em os vinte dias do mez de dezembro da sobredita era na fazenda e sitio de Antonio Bicudo de Brito estando elle ahi doente em cama de doença que Nosso Senhor lhe deu mas em seu perfeito juizo e entendimento pelo qual logo me foi dito a mim tabellião Antonio da Rocha do Canto presentes as testemunhas ao diante nomeadas e assignadas que elle mandara escrever esta cedula de codicillo em que assignou para descargo de sua consciencia e bem de sua alma para o qual me requeria lhe approvasse o dito seu codicillo o qual elle testador me entregou de sua mão á minha estando em seu perfeito juizo e entendimento o qual codicillo que está escripto em duas laudas e uma folha de papel ceirada e cosida e tem este instrumento de approvação nas costas do mesmo codicillo está cerrado com tres pingos de lacre e disse que outorgava como de feito outorgou por seu codicillo e ultima vontade e quer e manda que quanto nelle está escripto se cumpra e guarde inteiramente manda que não seja aberto nem lido nem publicado até tanto que Nosso Senhor o leve para si da vida presente e disse que revogava como com effeito revogou quaesquer outros codicillos que antes deste tenha feito em qualquer maneira ou forma que seja para que não valham senão este que dentro nas duas laudas está escripto o qual mandou que valha por seu codicillo porquanto o nelle conteudo é sua ultima vontade em testemunho do qual mandou fazer este instrumento de approvação que assignou com as testemunhas que foram chamadas Christovão Diniz João de Toledo Castelhanos Domingos Fernandes da Costa Lourenço Castanho Jeronymo Gonçalves Meira e eu Antonio da Rocha do Canto escrivão do publico e judicial e notas nesta villa de Santa Anna de Parnaiva que o escrevi e assignei de meu proprio signal que tal é como abaixo se vê hoje vinte de dezembro de mil e seiscentos e oitenta e seis annos. — **Antonio Bicudo de Brito — Christovão Diniz — Hieronimo Gonçalves Meira — Lourenço Castanho Taques — Domingos Fernandes da Costa — João de Toledo Castelhanos — Antonio da Rocha do Canto.** (Está o signal publico do tabellião).

Cumpra-se como nelle se contém hoje 11 de janeiro 1687 annos. — **Pedro Dias Leite.**

Cumpra-se como nelle se contém.
Parnahiba 11 de janeiro de 1687. —
Lima,

Herdeiros nesta fazenda a dona viuva Maria de Lima e a mãe do defunto Anna Ribeiro de Alvarenga.

Bens lançados e avaliados neste inventario.

| | |
|--|----------|
| Foi avaliado um sitio casas de taipa de pilão de cinco lanços com as terras que se achar por escripturas em duzentos e cinquenta mil réis | 250\$000 |
| Foram avaliados dois lanços de casas de taipa de pilão que tem nesta villa com sua loja coberta de telha com seu corredor tudo coberto de telha em sua avaliação em cinquenta mil réis | 50\$000 |
| Foram avaliadas cinco caixas grandes duas de nove palmos em sua avaliação com fechaduras a tres (sic) mil réis cada uma | 6\$000 |
| Foram avaliadas duas caixas de seis palmos com suas fechaduras cada caixa a dois mil réis | 4\$000 |
| Foi avaliada uma caixa pequena com sua fechadura em dez tostões | 1\$000 |
| Foram avaliadas seis cadeiras de estado em sua avaliação a mil réis cada cadeira | 6\$000 |
| Foram avaliados dois bufetes um com fechadura e chave outro sem chave ambos em sua avaliação em quatro mil réis. | 4\$000 |
| Foram avaliados cinco catres chãos em sua avaliação a duas patacas cada catre somma dinheiro tres mil e duzentos réis | 3\$200 |
| Foram avaliados quatro colchões de lã que pesou arroba cada colchão a quatro patacas cada colchão que somma dinheiro cinco mil e cento e vinte réis | 5\$120 |
| Foram avaliados nove lençoes de algodão usados em sua avaliação a duas patacas cada lençol que somma dinheiro cinco mil e oitocentos réis | 5\$800 |
| Foram avaliados quatro lençoes de panno de bom uso a quatro patacas cada lençol somma dinheiro cinco mil e cento e vinte réis | 5\$120 |
| Foram avaliados tres pavilhões de algodão em sua avaliação a quatro mil réis cada pavilhão somma dinheiro doze mil réis | 12\$000 |
| Foram avaliadas sete fronhas de travesseiro de panno de algodão e outras sete pequenas as grandes a meia pataca e as pequenas a tostão somma dinheiro mil e oitocentos e vinte réis | 1\$820 |
| Foram avaliadas tres fronhas de panno de linho e cinco pequenas que as grandes a dois tostões e as pequenas a seis vintens somma dinheiro mil e duzentos réis | 1\$200 |
| Foram avaliados tres cobertores de papa de meio uso a cinco patacas cada cobertor que somma dinheiro quatro mil e oitocentos réis | 4\$800 |
| Foram avaliadas quatro toalhas de mesa de algodão usadas a duas patacas somma dinheiro dois mil e quinhentos e sessenta réis | 2\$560 |
| Foram avaliadas tres sobretoalhas a cruzado cada toalha somma dinheiro mil e duzentos réis | 1\$200 |
| Foram avaliados sessenta guardanapos em sua avaliação todos em dois mil réis | 2\$000 |
| Foram avaliadas cinco toalhas de rosto rendadas a cinco tostões cada toalha somma dinheiro dois mil e quinhentos réis | 2\$500 |
| Foram avaliadas quatro toalhas de algodão chãs a meia pataca cada toalha somma dinheiro | \$640 |
| Foram avaliadas tres toalhas de panno de linho fino a cinco tostões cada toalha somma dinheiro | 1\$500 |
| Foram avaliadas tres toalhas de bretanha rendadas a duas patacas somma dinheiro mil e novecentos e vinte réis | 1\$920 |

| | |
|--|------------------|
| Foram avaliadas tres rédes de panno rendadas a dois mil réis somma dinheiro seis mil réis | 6\$000 |
| Foram avaliadas outras tres rédes chãs em sua avaliação a dois cruzados cada réde somma dinheiro dois mil e quatrocentos réis | 2\$400 |
| Foram avaliadas tres libras e tres quartas de prata lavrada em sua avaliação a oitava a tres vintens a oitava somma dinheiro vinte e sete mil e oitocentos e quarenta réis | 27\$840 |
| Foi avaliada uma sella bastarda com suas estribeiras em sua ava- liação em dois mil e quinhentos réis . | 2\$500 |
| Somma o avaliado e lançado neste inventario quatrocentos e onze mil e cento e sessenta réis | 411\$160 |
| Foram avaliadas cinco escopetas e um bacamarte com uma pis- tola de dois palmos tudo em trinta mil réis | 30\$000 |
| Foi avaliado um terçado com seu punho de prata em dois mil e quinhentos e sessenta réis | 2\$560 |
| Foram avaliadas vinte e sete libras de cobre lavrado a cruzado a libra somma dinheiro dez mil e oitocentos réis | 10\$800 |
| Foram avaliadas dezoito foices de roçar a dois tostões cada foice somma dinheiro tres mil e seiscentos réis | 3\$600 |
| Foram avaliados quatorze machados a pataca somma dinheiro quatro mil e quatrocentos e oitenta réis | 4\$480 |
| Foram avaliadas vinte e oito enxadas a doze vintens cada en- xada somma dinheiro oito mil e seiscentos digo seis mil e se- tecentos e vinte réis | 6\$720 |
| Foram avaliadas vinte e quatro foices de segar trigo a quatro vin- tens somma dinheiro | 1\$920 |
| Foram avaliados uns pesos de meia arroba em tres mil e duzentos réis | 3\$200 |
| Foram avaliadas duas frascueiras de nove frascos uma em sua avaliação em dois mil réis a outra de seis frascos em mil réis | 2\$000 1\$000 |
| Foram avaliados dois cavallos em sua avaliação o castanho em seis mil réis foi avaliado o outro cavallo em sete mil réis | 6\$000 7\$000 |
| Foi avaliado um capote de barregana verde em sua avaliação em oito mil réis | 8\$000 |
| Foi avaliado um vestido de estamemha calção e casaca em dois mil e quinhentos réis | 2\$500 |
| Foi avaliado um gibão de escarlata em dois mil réis | 2\$000 |
| Foi avaliada uma capa preta em mil e duzentos oitenta réis | 1\$280 |
| Foi avaliado o capote preto em dois cruzados | \$800 |
| Foi avaliado um tapete em mil e seiscentos réis | 1\$600 |
| Foi avaliado um chapéo de sol em sua avaliação em dois mil e qui- nhentos réis | 2\$500 |
| Foi avaliada a escrava Catharina com seus filhos crianças em cin- coenta mil réis com as crias | 50\$000 |
| Foi avaliado o escravo Lazaro em sua avaliação em trinta mil réis | 30\$000 |
| Foi avaliada a escrava Gracia em sua avaliação em quarenta mil réis | 40\$000 |
| Importa o avaliado neste inventario como por as avaliações se vê seiscentos e vinte e nove mil e cento e vinte réis | 629\$120 |
| Lançou-se mais neste inventario dinheiro que se achou de con- tado pagos os gastos setenta e nove mil e setecentos e setenta réis com o dinheiro que veiu do Rio | 79\$770 |
| Que juntos com a somma atrás importou a fazenda lançada e avaliada setecentos e oito mil e oitocentos e noventa réis | 708\$890 |

Dividas que se devem á fazenda.

| | |
|---|----------|
| Deve o capitão Lourenço Castanho Taques | 16\$000 |
| Francisco Fernandes de Magalhães por um credito doze mil réis | 12\$000 |
| Deve André Nunes de Oliveira por um credito dois mil e setecentos réis | 2\$700 |
| Deve Jeronymo Gonçalves Meira por um credito vinte e quatro mil réis a ganhos | 24\$000 |
| Deve o doutor Guilherme Pompeu de Almeida por uma clareza trezentos e cincoenta mil réis | 350\$000 |
| Deve Mathias de Mendonça por conta do juro dez tostões | 1\$000 |
| Deve Thomé Fernandes da Costa por assentos no livro dez mil e vinte réis aonde entra uma escopeta | 10\$020 |
| Deve Francisco da Rocha Gralho por seu irmão dois mil e cento e sessenta réis | 2\$160 |

Importou a fazenda lançada neste inventario com as dividas que por as addições consta um conto e cento e vinte e seis mil e setecentos e setenta réis

1:126\$770

E logo em o mesmo dia mez e anno atrás escripto e declarado depois de inventariada e lançada a fazenda neste inventario por o dito juiz foi mandado citar a viuva Maria de Lima para as partilhas deste inventario e juntamente mandou citar os procuradores da herdeira Anna Ribeiro de Alvarenga que em cumprimento do mandado do juiz ordinário Pedro Gonçalves Meira citei a dona viuva e aos procuradores da herdeira Bastião Bicudo de Brito e a Manuel Bicudo de Brito de que passei este termo de citação para as partilhas. — **Pedro Gonçalves Meira — Manuel Bicudo de Brito.**

—

“Documentos Interessantes” — Volume LII, de 1930.

(N.º 13)

Ordem Régia, dirigida ao Governador do Rio de Janeiro, revogando a prohibição e taxa relativas aos escravos africanos destinados aos Paulistas e mandando executar a disposição dos tratados sobre o numero de estrangeiros que podiam residir nas conquistas ultramarinas de Portugal, — de 24 de março de 1709:

(AVULSO)

Governador e Capitão geral do Rio de Janeiro. EU El Rey uos imiuo m.to saudar. Mandando ver, e conçiderar o que me escreuestes, e se me rezeptou por parte da Junta dos homens deneg.co congregada na Irmandade do Espirito Santo desta Corte sobre os prejuizos que recebem os direytos Reaes nas Alfandegas, os meus Vassallos no seo comercio, e os moradores de todo o Estado do Brazil nos seus frutos; e ultimamente os Paulistas, em o seo trato, e descobrimentos das miñas do ouro, com a taxa do numero dos negros que mandei estabelecer para não passarem de duzentos os que havião de hir para os Paulistas daquelles que se carregassem, e despachassem nessa Capitania. Fui seruido haver por levantada a tal prohibição e taxa, e que sem embargo della fique liure a todos os meus vassallos o poderem navegar para essa Capitania os Escrauos que lhe parecer, e que della possaõ mandar, ou vender para São Paulo quantos lhes convier sem limitação no numero por ter mostrado a experiencia que desta liberdade poderaõ todos ter as mayores conveniencias, e muito aaccessimo os meus quintos; e porque na referida

proposta dos homens ne geg.co se aponta tambem ser conveniente o não se conçentirem nas conquistas estrangeiros que vão comerçiar. Me pareço ordenaruos deis a execução as ordens que se uos tem passado sobre este particular na forma dos tratados de comérçio ajustado entre esta Coroa, e as mais que hoje estão em seo vigor, para que nas conquistas não viuão mais de quatro familias de cada nasaõ na forma dos mesmos tratados, e os que forem para voltar como elles dispoem, daraõ fiança a tornar para o Reynno com os effeitos que dellas trouxeram. Escritta em Lisboa a 24 de M.ço de 1709. — REf = Miguel Carlos = Para o Gou.or e Cap.m g.l do Rio de Janr.o = 1.^a via = Cumprasse esta ordem de S. Mag.de e se registre nos Los da fazenda e Camara desta Cidade. Rio 27 de Junho de 1709. — Abreu. — Reg.da em o Liuro 1.^o q' serve de Registos na Fazenda Real a fs 60. Ryo 20 de Junho de 1709. — Anto Mor.a da Cruz. — Registesse nos Los da faza real. Rio 28 de Junho de 1709. — Luiz d'Alm.da Corr.a d'Albuquerque.

“Documentos interessantes” — Volume LIII de 1931

(N. 14)

O GOVERNADOR E CAPITÃO GENERAL DE SÃO PAULO E MINAS DA CONTA DA SUBLEVAÇÃO QUE OS NEGROS INTENTARAM FASER NAQUELLE PAIZ, E DOS MEIOS QUE USOU PARA LHES IMPEDIR O SEU INTENTO, E LIVRAR AQUELLES POVOS DESTA OPPRESSÃO, DA QUAL TAMBEM DAM CONTA OS OFFICIAES DAS CAMARAS DAS VILLAS RICA E SAM JOSEPH, E O POVO DA DE SÃO JOÃO D'EL-REY; E VAM AS CARTAS QUE SE ACUZAM, — DE 8 DE JANEIRO DE 1720:

(Do Archivo do Conselho Ultramarino, “Consultas do Rio de Janeiro”, vol. de 1718 a 1720, fls. 232)

Sendo vistas as duas cartas inclusas de 20 d'Abril e 21 de Junho do anno passado, que escreve a Vossa Magestade o Conde de Assumar Dom Pedro d'Almeida, Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo e terras das Minas, em que dá conta a Vossa Magestade da sublevação que os negros intentaram fazer naquelle paiz, fiados na sua multidão, e na nescia confiança de seus senhores, por lhe fiaram não só todo o genero de armas, mas lhe incumbirem a sua insolencia e os seus delictos, e dos meios de que usou para lhes impedir o seu intento, e livrar aquelles povos de semelhante operação (oppressão); como tambem a que escrevem a Vossa Magestade sobre este particular, os Officiaes das Camaras de Villa Rica e Sam Joseph e o povo de São João d'El Rey, em que representam o mesmo caso, declarando que o bom successo delle e o não conseguirem os ditos negros, se devia á grande actividade do Conde Governador, o que tudo largamente se exprime nas referidas cartas, que com esta sobem á real presença de Vossa Magestade.

Das quaes dando-se vista ao Procurador da Coroa respondeo, que na suposição do que informa o Governador, elle se houvera com grande actividade e com grande prudencia, evitando um caso tão verosimil e tanto de presumir da malicia servil, o qual se chegasse a effeito certamente se acabariam as Minas, e perceriam todos os brancos que as habitam, e assim se lhe devia agradecer, ordenando-se-lhe que faça sentenciar logo, os negros culpados que se acham presos conforme merecem as suas culpas, e

mande fazer toda a diligencia por prender aos mais que se acharem comprehendidos; porem porque o castigo agora de uns não havia de ser bastante para reprimir a malicia dos mais, antes era necessario usar de outros remedios que pudesse preservar ao futuro de semelhantes casos, que sam muito conformes ás astucias dos negros, principalmente nas Minas, onde para cada branco ha mais de vinte ou trinta negros; lhe parecia se devia ordenar por um Alvará em forma de ley, que nenhum negro escravo ou livre possa usar de arma alguma offensiva ou deffensiva, de qualquer qualidade ou materia que seja não só trazendo-a consigo mas não ainda tendo-a na sua habitação em qualquer parte que estiver, e fazendo o contrario incorrerá em pena de morte natural, o que se entenderá ainda no caso que acompanhe a seu senhor, salvo em jornada e de caminho, porque então poderá o senhor levar dous ou tres escravos com espada somente, e com isto entende que não só se evita a presumpção dos negros para similhante atrevimento, mas tambem os grandes roubos e delictos, que commettem e pela mesma razão não haverá tantos regulos nas Minas, que todos se fundam no maior numero de voz com escravos, e se estes não poderem ser armados não intimidarão, e cessarão os reboliços.

Nem esta pena é desproporcionada, antes muito conforme, pois tende a evitar o perigo e a extincção total de uma republica, de cuja conservação depende muito a do Reyno, e quando concorre esta circunstancia, por maior que seja se diz; e justa; e porque ainda prohibindo-se as armas aos negros na sobredita forma, podem estes commetter mortes, furtos, e outros crimes capitaes, e os senhores por evitar que a justiça os não prenda, os occultam e escondem.

Que tinha por conveniente que se determinasse, que todo o senhor que occultar escravo seu ou alheio, culpado em crime capital scientemente, pague o tresdobro do valor do escravo a parte offendida se o demandar dentro de certo termo, e não o demandando dentro d'elle será para quem o acuzar metade da dita quantia, e a outra metade para a fazenda real; e todo o senhor de escravo que commetteo crime capital que o entregar á justiça, e nelle for executada a sentença de morte se lhe pagará o preço pelo commum, como se offerece a Camara na carta inclusa, ou pela fazenda real.

Que tambem lhe certificam que nas Minas vestem alguns negros seda e outros vestidos como brancos; lhe parecia justo que se ordenasse ao Governador que o prohibisse com as penas que parecesse, ordenando que não possam vestir senão até pano da terra, e só aquilo que for bastante para cobrir e livrar da inclemencia do tempo, porque assim perderiam os brios e entenderiam que nasceram para escravos dos brancos.

Que o Governador nessa sua carta louva muito ao Tenente General João Ferreira Tavares, confessando ter elle muita parte no bom successo deste caso, e que é Official de bom prestimo e procedimento, e seria justo que Vossa Magestade o tivesse na sua real lembrança para a seu tempo lhe fazer mercês, e ordenasse ao Governador que assim o fizesse presente, ao dito Tenente-General, da parte de Vossa Magestade.

Pareceu ao Conselho que Vossa Magestade mande agradecer ao Conde de Assumar, Dom Pedro d'Almeida Governador das Minas o zelo e prudencia, com que acodio a impedir o intento da sublevação dos negros de que dá conta, devendo-se á sua diligencia o não conseguirem a sua deliberação a qual seria de mui prejudiciaes consequencias se tivesse effeito, pois se virião totalmente a perder as mesmas Minas, e os seus moradores sentirem aquelle orivel golpe, a que os ameaçava esta fabricada conjuração; e porque se reconhece que contribuiu muito para atalhar esta desordem, o cuidado com que se houve o Tenente General João Ferreira Tavares, sendo o

primeiro que lhe deo parte deste negocio, e poz em execução a prisão dos principaes aggressores deste delicto, que se lhe declare que o chama á sua presença e lhe agradeça da parte de Vossa Magestade a boa diligencia com que executou as suas ordens; e que extranhe mui asperamente o mesmo Governador, ao Ouvidor Geral do Rio das Mortes Valerio da Costa de Gouvêa, a renitencia com que se portou na entrega dos seus negros acção mui extranha de um Ministro que devia procurar que se prendessem os reos de um tão abominavel crime, e não embarçar a sua prisão; e que em caso que este Ministro se não ache já no seu lugar, faça manifesto aos seus successores e aos Ouvidores Geraes das Commarcas das mesmas Minas, a demonstração que Vossa Magestade mandava usar contra o dito Ministro.

E no que respeita á devassa que se tirou d'este caso, que o Governador a faça sentençar (sic) pelos ditos tres Ouvidores Geraes, sendo relator della o que a tirou, e o que se vencer por mais votos se execute até morte natural, fazendo-se execução se for possivel nos logares onde for mais conveniente para terror e exemplo, e os mais negros cabendo na forma do seu delicto o castigo de galés, sejam condemnados a ellas e mandados para o Rio de Janeiro, para servirem n'aquella praça na obra das suas fortificações amarrados de dous em dous; e que quando o senhor de escravo delinquente em crime capital, ou que mereça pena de galés entregando-o seu senhor á justiça se o delicto for de conjuração se lhe pague pela fazenda real o preço d'elle, e commettendo outro qualquer delicto se lhe pagará o preço pelo publico, na forma que aponta a Camara de Villa Rica que consta da sua carta, contribuindo para isso toda a Camara.

E em quanto ás armas de fogo, que Vossa Magestade haja por bem de prohibir, a que não vam deste Reyno pistolas, clavinas, nem bacamartes, e que somente possam hir espingardas, e aos negros das Minas em todo o Brazil se lhe prohiba o uso das armas de fogo, de qualquer genero que seja como pena de morte; e que só os senhores quando fiserem jornadas, possam levar em sua companhia até quatro escravos com espingardas, e que acompanhando-se de mais com outros generos de armas, percam os negros com que se acompanharem, metade para o denunciante ou para o Official de Justiça que o achar, e a outra metade para a fazenda real.

E porque todos os annos se vae augmentando o perigo d'esta conquista, pelo grande numero de escravos que se lhe introduz, que Vossa Magestade deve mandar dar uma efficaz providencia, para que n'estes trez annos não vam escravos a ella, e que os carregadores que os levarem com cargas, serão obrigados a trazer-os outra vez á praça d'onde sahiram a que darão fiança, porque por este meio se emmendará o damno que justamente se pode recear, de haver tão excessivo numero de negros nas ditas Minas, e se augmentarão mais as fabricas das Capitánias do Brazil, porque terão mais negros para o serviço dos engenhos, e para a cultura dos mais fructos que produz a terra, que se achavam tão atenuados por falta de quem trabalhe n'ellas, e os comprarão com muito mais commodo.

E por ter mostrado a experiencia que a raiz de que procedem estes prejuizos, e se pode temer nasçam outros maiores dos brios que concebem os negros, de vestirem sedas, guarnições, roupas finas, lençarias estrangeiras; que será conveniente que Vossa Magestade ordene, que os ditos negros não possam vestir mais que vestidos de laá, chapéos e linhos das fabricas d'este Reyno, porque d'este modo se augmentarão as fabricas d'elle, e se utilizará o commercio d'este Reyno, e os negros não divertirão tanto ouro a seus senhores, e que isto seja debaixo da pena que, se se lhe achar vestido que não seja d'esta qualidade, lhe seja queimado logo e açoutado o dito escravo, com cincoenta açoutes, ao pé do Pelourinho, e que isto mesmo

se observará a respeito das negras e negros, mulatos e mulatas forros, praticando-se com elles o mesmo castigo.

E que se tenha grande cuidado em que se não façam ajuntamentos dos ditos negros, e que os senhores não consintam que os seus escravos morem fora das cazas em que elles moram, porque assim se conhecerá melhor se procedem com quietação, e se lhe possa atalhar a que não obrem acções, a que os provoca juntarem-se uns com os outros, o que traz consigo o seu distrahimento e excessos que sam muito notorios.

Ao Conselheiro João Pedro de Lemos lhe parece o mesmo que ao Conselho, excepto no que pertence a impedir-se o uso dos generos tanto nacionaes como estrangeiros, porquanto é muito contra o beneficio do commercio, e do consumo dos generos que d'este Reyno vam para aquella Conquista, que todo se faz pela mão dos ditos escravos, sendo este o meio de se extrahir das suas mãos o ouro com que ficam do lavor das mesmas Minas, e se persuade que será muito util para o socego das mesmas terras, que d'ellas se mandem sahir para fora d'ellas todos os negros e negras fôrras, por se achar que na caza d'estes livres se fazem n'ellas pela maior parte o conselho das sublevações.

Lisboa Occidental 8 de Janeiro de 1720 — Telles — Costa — Abreu — Azevedo — Silva — Souza — Vargos — Lemos — Mello —

(Falta a resolução régia)

“Documentos interessantes” — Volume LI, 1930

(N. 15)

BANDO DE ARTHUR DE SÁ E MENEZES MANDANDO QUE SE RECOLLESSEM AS SUAS ALDEIAS, PARA A DEFESA DE SANTOS, OS INDIOS QUE SE ACHAVAM NAS MINAS, — de 26 de novembro de 1701:

(Da collecção “Governadores do Rio de Janeiro”, I. VII, fls. 138 v.)

Artur de Saá e Menezes &a Por ser muy factivel q' nesta frota possa vir avizo em como S. Mage e q' Ds. g.e ter guerra declarada com alguns Principes da Europa e como he precizo e necessario fortalecerce a Villa de Santos p.a segurança das Capitanias, p.a cujo effeito se necessita de q.m trabalhe na fortificação, e porq' os Indios das Aldeas q' haõ de trabalhar nella, estão esparzidos por estas minas e se devem recolher às suas Aldeas. p.a o sobre d.o effeito ordeno e mando a toda a pessoa de qualquer callidade ou condição q' seja q' em o mes de Abril venhaõ promptos todos os Indios p.a q' vaõ em minha Comp.a, e o q' o contrario fizer mandarei pegar nos seus escravos, ou gente de sua administração em dobro p.a trabalharem em seu lugar e p.a q' venha â noticia de todos este se lance a tom de Caixas registandosse no L.o da Secreteria (e) se fechará (affixará) nas p.tes costumadas. Minas geraes 26 de Novembro de 1701. — Artur de Saá e Menezes.

"Documentos Interessantes" — Volume LI, de 1930

(N. 16)

ALVARÁ RÉGIO MANDANDO QUE OS NEGROS VINDOS DE ANGOLA PARA A CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO, DUZENTOS CADA ANNO, FOSSEM VENDIDOS AOS PAULISTAS PELO MESMO PREÇO DOS ESCRAVOS DA TERRA, — de 20 de janeiro de 1701:

(Avulso)

Eu El Rey faço saber aos que este meu Alvará virem que por ser conveniente ao meu Serviço, que se não falte aos Paulistas com os escravos que lhe são necessários para o trabalho das minas do ouro, nem aos moradores de todo o Estado do Brazil com os que haõ mister para o Serviço de suas Lavouras, e trabalho dos emgenhos, de que depende a conservação do commercio comum de meus vassallos, tirandosse do ditto estado os escravos que nelle ha por preços excessivos para se servirem delles os Paulistas, nas dittas minas, sem repararem no custo que lhe fazem pela conveniencia que com eles emtereção e ser justo dar-se remedio a taõ concide-ravel dano: Hey por bem que de todos os negros que de Angolla forem a Capitania do Rio de Janeiro, se tirem nella cada anno duzentos negros para os Paulistas, os quais se lhes haõ de vender pelo mesmo preço, por que se venderem os da terra, fazendosse a venda por corretor que os officiaes da Camara nomeassem com livro de Registo e arecadação, com declaração do nome dos escravos e suas marcas e dos nomes dos compradores e vendedores do dia mez e anno das vendas; e as certidões dos Livros se dará fé como a escritura publica, e dos negros que ficarem no Rio de Janeiro, e dos que nella já houver não se poderá vender algum aos Paulistas, e o mesmo se praticará nos do seu reconcavo, e dstricto, na ditta Capitania, e em todas as mais do Estado do Brazil, sob pena que o vendedor perderá a valia do negro em dobro a metade para o denunciante, e a outra para a fazenda Real, e não havendo denunciador será tudo para ella, e o Provedor, e Procurador da Fazenda terão particular cuidado da observancia desta ley, e a farão executar pella parte que lhes tocar, e do contrario me darei por mal servido delles e ao meu Governador, e Capitaõ geral do estado do Brazil, mais Governadores das Capitancias delle, officiaes, e Ministros a que tocar, ordeno cumpraõ e guardem este meu Alvará em forma de Ley, e o fação cumprir, e guardar como nelle se conthem sem duvida algúa cada hum na parte que lhe toca, mandandoo publicar nos lugares públicos, e se registará nas partes necessarias, para que venha a noticia de todos os que por ella tenho rezoluto, e quero que se guarde sem embargo de não ser passado pella Chancellaria, e da ordenação do L.o 2.º tt.o 39 em contrario, e se passou por seis vias. Manoel Gomes da Sylva o fez em Lisboa a vinte de Janeiro de sette centos e hum. O Secret.ro Andre Lopes de Laure a fez escrever. — REY — Alvará por que V. Mag.de ha por bem que (de) todos os negros que de Angolla forem a Capitania do Rio de Janeiro se tirem nella cada anno 200 negros para os Paulistas os quais se lhes vendirão pello mesmo preço por que se venderem os da terra, fazendosse a venda por corretor que os off.es da Camara nomearão, com livro de registo, e arecadação, com declaração do nome dos escravos, e suas marcas, e dos nomes dos Compradores, e vendedores, e do dia mez e anno das vendas, e as certidões dos Livros se dará fé como a escritura publica, e dos negros que ficarem no Rio de Janeiro, e dos que nella já houver, não se poderá vender

algun aos Paulistas, e com as mais palavras expeçadas nesse Alvará que vay por seis vias, e não passará pella Chancellaria. — Para V. Mag.de ver. — 1.a via. — Por rezolução de S. Mag.de de 12 de Jan.ro de 1701 em const.a do Cons.o Ultr.o de 3 de Novembro de 1700. — Miguel Nunes de Mesq.ta — José da F.a Serraõ — Registado a fs. 103 em o L.o quarto de Provisões que serve na Secretaria do do Conselho Ultr.o Lx.a 28 de Jan.ro de 1701. André Lopes de Laure. — Cumprasse e registesse nos L.os da faz.da Real Rio de Jan.ro de Outubro de 1702. Luiz Lopes Pegado. — Registada no L.o 15 dos Reg.tos da fazenda Real a fs. 327 v.o Rio de Jan.ro 26 de 8bro de 1702. Leonardo Barboza.

“Documentos Interessantes” — Volume LI

CARTA RÉGIA A ARTHUR DE SÁ E MENEZES COMMUNICANDO-LHE TER PROVIDENCIADO QUANTO A REPRESENTAÇÃO DO MESMO AFIM DE ELEVAR-SE O NUMERO DE ESCRAVOS AFRICANOS DESTINADOS AS MINAS E AOS MORADORES DE S. PAULO, — de 17 de março de 1702:

(N.º 17)

(Avulso)

Artur de Sá e Menezes Am.o e EV ElRey uos emuio m.to Saudar. Hauendo visto o que me representastes sobre a ley que mandei promulgar, de q' se não pudesse vender para as minas, e aos moradores de São Paulo, mais que atlie o numero de dusentos negros cada anno, representandome ser muy pouco este numero para aquelle seru.ço, e emprego em que os podem ocupar, que seria conueniente que se lhes premetisse mayor prouim.to de escauos. Me pareceo dizeruos, que na conceção q' faça medir o comprimento delles p. saber as braças que tem e feito saberá as peçoas que estão presentes e os negros que cada hũ tem tomando disso informações certas e ordenara ao guarda mor faça a repartição das datas dando em pr.o lugar data a peçoas que descobrio o Ribro.; a qual lhe ha de dar a parte adonde elle apontar, e logo repartira outra data para a minha fazenda no mais bem parado e ao descobridor dara logo outra data como lavrador em outra qualquer parte que elle apontar por conuir que os descobridores sejaõ em tudo favorecidos e esta m.ce os anime a fazerem muitos descobrimentos, e no cazo que hũ descobridor descubra quatro ribros no ultimo se lhe daraõ duas datas duas como descobridor, e duas como lavrador; como declaração porem que as duas q' de novo se lhe concedem seraõ tiradas por sorte como neste cap.o vay determinado se dem aos lavradores, e as mais datas repartirá o Guarda mor regulandose pelos escravos q' cada hũ tiver que chegando a doze escravos ou dahi para sima, fara repartição de hua data de trinta braças conforme o estilo, e aquellas pessoas que não chegarem a ter doze escravos, lhes seraõ repartidas duas braças e meia por cada escravo, p.a q' igualmente fique todos logrando da m.ce q' lhe faço e para que não haja queixa, nem dos pobres, nem dos ricos, por dizerem q' na repartição houve dello repartindcse a huns melhor sitio q' a outros por amizade ou resp.to o guarda mor mandara fazer tantos escritos q.tas forem as pessoas com q.m se houver de repartir, e com o nome de cada hũ se deitara em hũ vaso embaralhados por hum minino de menor idade q' se achar mandara tirar cada hum dos escritos e ao p.lo q' sahir lhe assinará a sua data logo na que se seguir á que na forma deste Cap.o se tiver dado ao descobridor como lavrador, esta mesma ordem se iraõ seguindo as demais q' fis a Junta de Cacheu e Indias se dá neste particular a prouideçia necessaria, para que estes meus vassallos possaõ ficar remediados. Escritta em Lix.a a 17 de M.ço de 1702. — REY — Para o Gou.or e Cap.am g.l do Rio de Janeyro — 1.ª via.

"Documentos Interessantes" — Volume LI

CARTA DE D. ALVARO DA SILVEIRA E ALBUQUERQUE AO REI SOBRE A LEI DE 20 DE JANEIRO DE 1701, RELATIVA A' VENDA DE ESCRAVOS AFRICANOS AOS PAULISTAS, — de 2 de agosto de 1702:

(N.º 18)

(Da collecção "Governadores do Rio de Janeiro", l. XIII, fls. 190)

Tendo noticia de q' o M.e de campo Francisco de Castro Moraes governando esta praça por auza de meu antecessor Artur de Sáa e Menezes hauia publicado por hu bando a ley que VMag.e foi seruido mandar estabelecer por aluará de 12 (aliás, 20) de Janr.o de 701 por hauer rezoluto a conta q' o d.o Arthur de Sáa e Menezes hauia dado sobre o impedimento da d.a Ley em carta de 27 de Outubro do anno passado de 701 e q' p.a Junta de Cacheo e Indias se daua a prouidencia necess.a p.a os escravos q' hauiao ir p.a os Paulystas, e minas, e querendo pôr em execuçaõ a d.a Ley entregando ao Prou.or da faz.a para q' em seu comprim.to mandasse fazer as dilig.as necess.as se vão arguindo tantas duuidas que acho ser m.to conueniente ao real seru.o de VMag.e executarse cõ menos aperto porq' se só se houuerem de tirar 200 negros cada anno dos q' vierem de Angola a esta terra e dos mais q' houver nella, e seu reconcauo como a ley manda p.a os Paulistas, e minas, e ainda cõ todos os q' vierem pela Junta de Cacheo mal se podem remediar os d.os Paulistas, naõ só p.a as suas lauouras, senaõ p.a os benef.os das minas, assim porq' estas saõ m.to dillatadas, e distantes os Ribeiros (em que se tira o ouro) hus dos outros, senaõ porq' naõ só os d.os Paulistas mandaõ comprar aqui os d.os negros, senaõ q' por negocio os leuaõ muytos homes desta cidade p.a conduzirem os negros que se lá gastaõ, e hauendose de prohibir estes parará todo o negocio das minas, e consequentem.te terá VMag.e diminiuçãõ em seus reaes quintos, como se experimenta que só dos homens que daqui vão com este tal negocio se cobrarãõ os ditos quintos, e dos de S. Paulo, e mais Capitaniae e onde vay para a mayor p.te do ouro que se tira nas minas he couza m.to limitada o que rendem os quintos alem de q' tenho noticia de q' os dos Paulistas se queixaõ de q' naõ he justo q' sendolhe necessario negros, e tendo com q' os pagar lhe impeçaõ o compralos, e q' q.do isto continue naõ faraõ nouos descobrim.tos pois os naõ haõ de pôder laurar seguindo se també cõ esta prohibiçaõ virem menos negros a esta terra, porq' os donos delles estranhaõ m.to impedirselhes q' os naõ vendaõ liuremente a q.m lh.os quer comprar. Por p.te da d.a Ley se acha inconueniente a ex.çaõ della p.lo q' conuem á conseruaçaõ desta terra na cultura de suas lauouras, pois por falta de negros se pode destruir as faz.as e sem ellas se acabará todo estado do Brazil; e mais q.do o d.o neocio das minas dá occaziaõ a m.tos moradores q' como os negros de suas lauouras se vão a ellas sem emb.o das prohibiçoẽs que lhes tenho posto, porq' estes vendo que os impedem se vão fogidos, e sem se saber, e como pela Junta de Cacheo tenha faltado o prouim.to dos d.os negros parece se deue moderar em p.te a execuçaõ da d.a Ley e á vista de taõ damnozas consequencias, me parece atendendo a tudo se deuia separar dos nauios q' viessem de Angolla, e mais partes donde trouxessem negros vinte por cento para repartir com os moradores p.a as suas lauouras, pondoselhes preço racionauel conforme o estado do tempo, e os mais deixallos vender liurem.te p.a as Minas, e mais partes, p.a q'cada hu pudesse compralos, q' tudo he em augmento deshe, este com a sorte naõ façaõ taõ grauados os q' trouxeraõ os d.os negros, o que he em grande bem da terra porque separado este n.o e com os que chegaõ debilitados com a viagem e os q' por pequenos saõ incapazes de conduzir cargas ficaraõ bem prouidas de negros as lauouras e como este negocio he de taõ grande consideraçaõ me pareceo conueniente apontar a VMag.e todas as cir-

cunstancias delle, para q' mande rezoluer o q' for seruido p.a cujo effeito anticipo este auizo à frota, para q' com toda a breuidade me mande VMage a rezoluçãõ delle e no emtanto tenho ajustado com o Prou.or da faz.a se haja com moderaçãõ na exe.çãõ da d.a Ley por achar ser assim conueniente ao real seru.o de VMage a que com todo o zelo deuo só atender. Ds. g.e a Real pessoa de VMage m.s an.s como seus vassallos hauemos mister. Rio de Janr. 2 de Agosto de 1702. (Sem assignaturas, mas é de d. Alvaro da Silveira e Albuquerque).

"Documentos Interessantes", volume LI

RESPOSTA DE D. ALVARO DA SILVEIRA E ALBUQUERQUE Á CARTA REGIA DE 17 DE MARÇO DE 1702, SOBRE O NÚMERO DE ESCRAVOS AFRICANOS DESTINADOS AS MINAS E AOS MORADORES DE S. PAULO — de 7 de setembro de 1702:

(Da collecção "Governadores do Rio de Janeiro", 1. XII, fls. 56)

Vejo o q' VMage manda p.a ordem incluza e fico p.a dar a execuçãõ o que VMage ordena sobre não hauerem de ir p.a as minas nem para S. Paulo mais q' duzentos negros cada anno sem embargo de que todos confessem ser grande detrim.to, assim p.a os moradores, como p.a as minas o hauerem de ir tão poucos. Ds. g.de a Real pessoa de VMage como seus vassallos hauemos mister. Rio de Jan.o 7 de Set.bro de 1702. (Sem assignatura, mas é de d. Alvaro da Silveira e Albuquerque).

(N.º 20)

"Documentos Interessantes", volume LI

CARTA DE D. ALVARO DA SILVEIRA E ALBUQUERQUE A D. RODRIGO DA COSTA, GOVERNADOR DO ESTADO DO BRASIL, SOBRE VARIOS ASSUMPTOS RELATIVOS AS MINAS, — de 10 de março de 1703:

(Da collecção "Governadores do Rio de Janeiro", L. XIII, fls. 100)

Bem sei q' VS.a ha de pôr todo o cuydado na observancia das ordens de SMage p.a q' não haja communicaçãõ p.a as Minas dessa cid.e p.a segurança dos quintos, e como nessa terra não ha caza delles, e das minas se me repete por avizos de q' vay m.to ouro p.a essa cid.e he necess.o pormos nós hua grande cautella p.a se evitar o q' se escusaua se nella houuesse caza de quintos, porq' não prejudicaua a SMage em nenhuam couza. No que toca a jurisdicção dos gouernos já dizia a VS.a, que em todo o par estou ás suas ordens. A ordem de SMage sobre os 200 negros mando obseruar, e a tenho publicado tambem por hũ Bando como já dice a VS.a e ordenado ao Prou.or da Faza a q.m SMage manda ser ex.or della he de m.to compr.o, sem emb.o de q' este neg.o hade ser contra a faza real, porq' não hindo negros, não hauerã quintos, demais q' me parece q' ella se não deuia obseruar senão depois de terem chegado os Negros de Cacheo q' he o como SMage respondeo à Replica q' deste gouerno se lhe fez, e parecia q' emq.to estes não chegaõ, se deuia dar provid.a aquellas V.as e aquelles moradores. Aqui se tomaraõ huns negros q' vinhaõ sem desp.o dessa terra, e estaõ prezos o M.e da Sumaca fogido, e corre pleito sobre este neg.o na faza, verd.e seja q' esta lei de SMage que eu cá tenho me diz q' eu não poderei deixar ir p.a Saõ Paulo e Minas mais q' 200 negros dos q' vieraõ de

Angolla e não me diz dos q' vierem da B.a, e outras p.tes, e com isto se querem defender os donos dos negros, mas sem emb.o de q' eu lhe acho razão, não quiz de souer absoluto, e o Prou.or da Faz.a o julgará, dando appl.ção p.a o Prou.or mor do estado segurando pr.o os negros p.a lá se julgar o q' parecer mais justo. Chegou a Sumaca e a far.a e beijo a mão de VS.a por este socorro q' nos deu em q' se alentou m.to este Pouo e a por conta de SMag.e p.a socorrer a Colonia me fez VS.a gr.de m.ce porque se não fosse assim, não era possiuel socorrella este anno, e já fica embarçada, e a não p.a partir qualquer dia destes, e neste particular pudera eu fazer hua queixa a VS.a de presumir q' a far.a q' eu lhe pedi para a Colonia era p.a ficar aqui a do q.to bastaua eu dizelo a VS.a p.a não poder fazer outra couza.

A todos os Guardas mayres das Minas M.e de Campo, Prou.res da Faz.a e mais off'es que lá se achão escreuo com grandissimo aperto sobre Joseph Correa, o Alferes João de Araujo da Costa e Estevão Fern.o p.a que fação dilig.a p.os prenderem e remeterem os aqui na forma q' VS.a me aviza, estimarei grandem.te q' estes homens se achem lá assim p.lo q' respeita ao seru.o de SMag.e como porq' se castigue o atreuimento de excederem as ordens de VS.a, porq' quizera ser eu o instrum.to de q' todas se guardassem inviolauelm.te. Ao Cap.m mor do Esp.to S.to esscreui por hua embarcação q' daqui foi p.a lá em que lhe pedia q' me prendesse todos os soldados q' lá achasse fogidos deste 3.o para se remeterem a esta praça hauendo ocazião, e q' assim o hauia de escrever a VS.a a q.m peço me queira fazer fauor mandarlhe esta mesma ordê porq' tenho nota por pessoas q' vieraõ do esp.to S.to q' a mayor p.te dos q' daqui tem fogido q' saõ m.tos se achão lá e a mayor p.te delles cazados, e tambem me dizem q' dali se passãõ p.a essa cid.e e VS.a q' tem fogido desta terra depois q' aqui estou o melhor de 300 homens bastará p.a VS.a vir no conhecim.to da falta q' me poderaõ fazer em qualquer ocazião, a fome e as minas tem sido cauza de tanto excesso, e confesso a VS.a q' receio q' me fuja todo o 3.o; e se VS.a não quizer obrigar aos off.es da Cam.ra dessa V.a a q' deixem vir far.a p.a esta, porq' as roças deste anno não estiuerem capazes de desfazer, não ha outra p.te p.a onde appellar porq' e o anno passado todas as Roças q' se fizeraõ se perderaõ com a seca de sete mezes em q' não choveu, e bêm poderaõ os off.es da Camera dessa cid.e lembraremse q' no seu aperto esta terra he q.m os socorro com 15 ou 16 mil alq.res de far.a p.a não responderem aos M.es das Sum.as, q' lhe foraõ pedir licença p.a carregar, q' comessemos cá terra; bêm sei eu q' se VS.a tiuera esta not.a lho estranhasse. As nouas q' VS.a me deu do nauio francez q' foi a Angolla nem creio, nem deixo de fazer cazo dellas e assim trato da preuenção q' me he possiuel tratando de artilhar bêm as fortalezas, e reedificando os fortes a fachina q' hauia por estas prayas antigam.te e flz Regim.to p.a as fortalezas, dei signaes de rebates p.a as ordenanças acodirem, nomeei as gentes as p.tes aonde hauiaõ de acodir, q' isto he meu am.o e Sr o q' aqui se pode fazer, porq' para o mais nem a gente nem a terra he capaz de nada. Luiz Peixoto se achou aqui taõ dezamparado q' o recolhi em minha caza, porq' e bastaua vir recomendado por VS.a p.a lhe não faltar os mais q' VS.a me encomenda lhes dice q' estaua pronto p.a tudo aquillo q' licitam.te quizessem de mim e a todos elles sou m.to obrigado em me darem ocaziões de servir a VS.a seraõ p.a minha estimação do mayor agrado. Ds. G.e a VS.a m.tos annos. 10 de M.ço 1703. (Sem assinatura, mas é de d. Alvaro da Silveira de Albuquerque).

"Documentos Interessantes", volume XLIX, de 1929

(N.21)

CARTA RÉGIA ESTABELECFENDO NOVAS PROVIDENCIAS SOBRE A
VENDA E REMESSA DE ESCRAVOS AFRICANOS PARA AS MINAS —
de 27 de fevereiro de 1711:

(Avulso)

Gouernador da Capitania do Rio de Janeyro. EV El Rey uos emuiu muito saudar. Por ter concedido Liberdade para que se possa introduzir nas Minas todos os negros, que por commercio se quizerem emuiar para aquellas terras, dispensando na prohibiçãõ que hauia para que se não pudessem mandar para ellas mais que athe o numero de duzentos escrauõs, e entrar em duuida se a prohibiçãõ que antecedentemente hauia posto debaixo de graues pennas para que assim por mar ou por terra se não pudessem remeter negros das mais capitancias do Brazil para as ditas Minas estaua ainda em sua observancia sem embargo da Liberdade concedida. E sem o fazer prezente pelo meu Conselho ultramarino o irreparauei danno que pode rezultar aos mais pouos do Brazil de se obseruar com elles a mesma prohibiçãõ ficando só a utilidade do commercio liure aos dessa capitania sendo todos meus vassallos, e merecedores da mesma graça; sou seruido mandar declarar por esta que a Liberdade de se mandarem por negocio negros para as Minas não comprehende só aos dessa capitania, mas a todos os mais das desse estado. Com aduertencia porem que isto se não entenderá com os negros que estiuerm adidos ao seruiço dos engenhos e mais fabricas dos seos fruitos; porque se não dê occaziãõ a se perderem. E sendo cazo que alguns negros pella peruersidade dos seos naturáes não sejaõ conuenientes para o tracto dos engenhos e das suas lauouras. Hey por bem que seos donos os possam mandar por negocio com tal condiçãõ que logo comprem outros e os metam em seu lugar ficando por conta dos Gouernadores e mais Ministros a uigilancia de examinarem se abuzãõ desta graça impondoselhe a penna aos que uzarem mal della, de perderem não só o ualor do escrauo, mas de mais que ficaraõ priuados para não poderem ter e lograr mais deste commercio. E por ser justo que a fazenda Real se ualha de todos os meyo, que possam ser vteis para se ajudar ao muito a que tem que acudir achandose tam impossibilitada. Me pareceo rezoluer que os negros que entrarem nesse Estado vindos de Angolla, e forem emuiados por negocio para as Minas paguem de sahyda a seis mil reis a que chamaõ pessa de Indias, e os lotados ao mesmo respeito, e os que forem da Costa da Mina, e se remeterem tambem para as Minas, paguem tres mil reis por cabeça e que chamaõ pessa, e os lotados na mesma forma, por serem estes mais inferiores, e de menos seruiço que os de Angolla. De que uos auizo para que na forma destas minhas rezoluçõs façais por (pôr) em execuçãõ tudo o que por ellas ordeno, mandando publicar esta ordem, e registrar nas partes necessarias, para que uenha a noticia de todos os moradores dessa Capitania e suas annexas a rezoluçãõ que fui seruido tomar nesta materia, o que executareis, e fareis executar pontualmente. Escrita em Lisboa a 27. de Feuro de 1711. +: = Rey = Para o Gov.or da Capitania do Rio de Jan.ro = Miguel Carlos = + 1.a via =:

"Documentos Interessantes", volume XLIX, de 1929

(N. 22)

PROVISÃO RÉGIA ORDENANDO AO GOVERNADOR DA CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO QUE DÉSSE PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AGOSTINHO AZEVEDO MONTEIRO, RELATIVA AO DESCOBRIMENTO DE MINAS NO INTERIOR DO BRASIL, — de 3 de abril de 1716 (acompanhada da parte legível do documento anexo):

Dom João por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves daquem, e dalem mar em Africa Senhora de Guiné & a Faço saber a vos Governador da Capitania do Rio de Janeiro que por ser conveniente a meu serviço examinar-se a utilidade que se pode seguir a minha Real fazenda no arbitrio que se propoem (sic) no papel que com esta se uos remete por copia. Me pareço ordenar uos informeis com uosso parecer o que se uos offereçe neste particular. El Rey Nosso Snor' o mandou por João Telles da Sylua, e Antonio Roiz da Costa Conselheiros do seu Conselho Vltro, e se passou por duas vias. Manoel Gomes da Sylua a fez em Lisboa a trez de Abril de mil e setesentos e desaçeis. O Secretr.o Andre Lopes de Laure a fez escrever. — **Joam Telles da Silva. — Ant.o Reiz da Costa — 1.a via. —**

DOCUMENTO ANEXO

Senhor. — A Real Consideração de V. Mag.de expus difuzam.te q.to nas minas excrutey notavel e investiguey rico com as direçoins q' cabem na laxidão dos costumes dos seus habitadores a reformallos e consequentem.te os meyoys proporcionados a arrecadação dos quintos propondo arbitrar outros dirigidos a q' os interesses destes Reinos e as Rendas da Real Coroa de V. Mag.de excedaão as das mais opulentas monarchias da Europa.

E suposto as primeiras expreçoins do meu zello o tempo as abona..... procigo a indiuar a ultima p.te em termos taõ convenientes a prepozição q' não prejudicando premetirçe importará praticarçe por minha industria e conta sem o maior dispendio da Real fazenda de V. Mag.de..... nos montes de ouro das minas deposito sumo de hum inestimavel Thezouro não só de ouro q' se..... prata cobre ferro chumbo e azoge (sic) antimonio caparroza pedra de cevar marmol e christaes q' comprehendem nas de outras pedras preciosas..... cabalmente aproveitado como a corroborar o meu dezignio, me precizo a repetir.

No fim do seculo passado andando os Paulistas a conquista do gentio que aquelles certos povoavão, e heraõ os escravos de q' se serviaõ alojandose as margens de hum Ribeiro do Territorio de Minas Geraes presentiraõ de noute hum rumor que acontece haver nas parages donde ha ouro que oculta cauza athe agora de ninguem avriguada: e advertidos que nas colinas do Corurupêba o mesmo abservavaõ ao subsequente dia se disputeraõ a minerar e acharaõ o pro ouro que se manifestou na serra de Guã-ripirângua em tanta copia que lhes teve mais conta comprar com o q' tiravaõ Negros que divertiremse a cativar Indios.

Com esta noticia que se participou a capitania de S. Paulo foraõ con correndo mais mineiros, penetrando mattas descobrindo mais ouro e entao Manoel de Borba gato q' com seu sogro Fernão dias paes nas jornadas as esmeraldas havia explorado aquelles certos com expicial cuidado indagando tradiçoins e vestigios lembrandoçe do q' reflectira e conferindo com as noticias que se publicavaõ imaginou fazer fortuna e partio de guiritin-

guita donde vivia ao Rio das velhas e la descobrio mtas e importantes minas de ouro com indicio de prata nas serras de Sabarabuçu furnas e Comgonhas.

Deo logo conta ao gor. Artur de Sâ e Menezes que indo pessoalm.te a dispor a administração das minas levou comsigo ao mineiro Ant.o Borges de Faria por qm mandou fazer alguns emsayos das pedras que lhe apresentou Manoel de Borba e so de huma fundio prata e algum ouro e outras reconhecidas de inferiores metaes se desprezaraõ e cometendo a ambos a execuçaõ digo a consecuçãõ daquelles descobrimt.os deixou ao Mineiro vencendo certo ordenado que algum tempo cobrou (e) Manoel de Borba com o cargo de Thenente gn.l das Minas de prata .que mais incistia descobrir.....

“Documentos Interessantes”, volume L.

(N.º 23)

PROVISÃO RÉGIA ORDENANDO AO GOVERNADOR DA CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO INFORMASSE SOBRE SI NÃO CONVIRIAM MAIS A'S MINAS OS NEGROS DE ANGOLA, EM RAZÃO DE SEREM MUITO BRAVIOS OS NEGROS “MINAS”, QUE ALLI TINHAM ENTRADO EM DISSIDENCIA COM AQUELLES OUTROS, — de 18 de junho de 1725:

(Da collecção “Correspondencia activa e passiva dos Governadores do Rio de Janeiro com a côrte”, 1.º II, fls. 36).

Dom João por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves daquem, e dalem mar em Africa S.r de Guiné &.^a. Faço saber a vos Ayres de Saldanha, Governador e Capitaõ gn.l da Capitania do Rio de Janeyro, q' como nas minaz se experimentou já q' os negros q' nellas assistem intentaraõ soblevarem contra os brancos, o q' conseguiraõ se naõ houvece entre elles a diferença de que os negros de Angolla queraiaõ, q' foce Rey de todos hum do seu Reyno, e os minas tambem de q' foce da mesma sua patria, cuja conjuraçaõ se descobrio por expesial favor de Deos, e se acodio a tempo a se atalhar o damno que este movimento podia ocasionar a conservaçaõ das minas, as quais absolutamente se perderiaõ se elles as dominassem, e entrariamos no cuidado de dar huá guerra, a qual não só seria m.to custozoa, mas ariscada sendo necessarias todas as forças do Brazil, para nos tornarmos a restetuhir daquella porçaõ de terras e q'elles pesuicem nesta conçideraçãõ. Me pareceo ordenarvos informeis do meyo q' se vos offerce para se evitar este risco, q' hê de taõ altas conçequencias, e se convem q' sô vaõ p.a as Minas os negros de Angolla, pois se tem visto q' estes saõ mais confidentes, e mais sogetos, e mais obedientes do que os minas a quem o seu furor, e valentia, pode animar a entrar em algua deliberação de se oporem contra os brancos, p.a conforme a vossa noticia, e informaçãõ, poça eu mandar neste particular aquella providencia que pede hua materia de tanto porte. El Rey noso Senhor o mandou por João Telles da Silva, e Antonio Roiz da Costa concelhros do seu conc.o vitr.o, e se paçou por duas v.as Dionizio Cardozo Pr.a a fez em Lx.a occ'al a dezoito de Junho de mil setecentos vinte e sinco. O Secretr.o Andre Lopes de Laure a fes escrever. — João Telles da Silva. — Antonio Roiz da Costa.

(N.ª 24)

CARTA DO GOVERNADOR DA CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO AO DA DE S. PAULO, PEDINDO-LHE MANDASSE EFFECTUAR DILIGENCIAS EM SANTOS, AFIM DE QUE SE EVITASSEM OS DESCAMINHOS DOS DIREITOS A QUE ESTAVAM SUJEITOS OS ESCRAVOS DESTINADOS A' CAPITANIA DE S. PAULO, — de 23 de de 1726:

(Da "Correspondencia dos Governadores do Rio de Janeiro com diversas autoridades", 1.º II, fls. 47 v.º)

Como me consta que nas embarcações que desta Cidade vão para a villa de Santos se descaminhaõ muitos escrauos dos direitos reaes não sendo bastante todas as regurozas deligencias que para evitar este prejuizo mando fazer nellas ao sahir da Barra porque paçandoa os recebem pella costa desta Capitania so afim de não pagarem os direitos a fazenda real: requero a V. S.a que por serviço de S. Mag.de, que Deus g.de, se sirva mandar que no Porto de Santos se examinem os despachos de todas as embarcações que aly entrarem por peçoa que tenha toda a intelligencia e zello de que se carese de tanto impertante diligencia e que nam se desembarque peçoa algúa sem que primeiro se faça esta averiguação, ordenando ao Governador daquella villa lhe dê toda ajuda necessaria para que achandoce escrauo algu sem licença o prendam e a quem o leuar, como tambem ao mestre da embarcação fazendoce judicialmente o aucto necessario, mandandome me remeta com as peçoas sobreditas a esta Cidade para com ellas executar as penas a que ficaõ obrigados e S. Mag.de que Deus guarde manda impor aos descaminhadores de semelhante direito e de sua real fazenda. Deus guarde a V. S.a Primeiro de Janeiro de, digo, Rio de Janeiro 23 de de 1726. — Luiz Vahya Monteiro. — Sr. Rodrigo Cezar de Menezes.

(N.º 25)

"Documentos Interessantes", volume L.

CARTA DO GOVERNADOR DA CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO AO REI, COMUNICANDO-LHE TER RESÓLVIDO, EM JUNTA, MANDAR COBRAR 4\$500 DE DIREITOS DE CADA ESCRAVO ENTRADO NAS MINAS, EM VEZ DE 9\$000, E FAZENDO CONSIDERAÇÕES SOBRE O RESPECTIVO CONTRATO, — de 10 de julho de 1725:

(Da collecção "Correspondencia activa e passiva dos Governadores do Rio de Janeiro com a cõrte", 1.º II, fls. 11).

S.or — O Provedor da Fazenda me fez a representação que remeto incluza sobre a duvida q' se lhe ofereçia a respeito da arrematação que se fes do rendimento que paga cada escravo dos que desta Cid.e vão para as Minas implicandoce esta ordem com as condiçoês primeira, e onze q' dizem se ha de pagar 9\$ r.s da cada escravo, sobre o q' convoquey hua junta de Menistros a q' asestiu o mesmo Provedor, e Procurador da Fazenda, e nella se rezolveo q' se devia cobrar os mesmos 4\$500 r.s que hera costume, cuja rezoluçãõ tambem remeto, e mando praticar a mesma forma que se rezolveo emquanto V. Mag.e não mandar o contrario, podem não poço deixar de representar a V. Mag.e que no caso de se pagarem 9\$ r.s por cada escravo se arendou o contracto com lezaõ enormissima porq' produzindo elle todos annos 30\$ cc.os (trinta mil cruzados) com a suave administraçãõ q' tinha pagando só 4\$500

rs, claro está q' renderá 60 pagando 9\$ cada escravo acrecendo a isto a condição de pagarem os escravos que vão para as villas de Peraty, Santos, Pernagua, e S. Paulo de que atégora heraõ escuzos os q' hiaõ p.a o ser.vio e lavouras daquelles moradores, devendo acrecentar o rendim.to alem das circumstancias referidas a exacta arrecadação dos contractos sempre oneroza aos vaçallos de V. Mage e pouco uteis aos intereços de sua Real fazenda, pois a cada paço a encontro destrahida com o aparente zelo de a vtilizar, e fazendome requerim.to os Procuradores dos Contr.es (que não admity) p.a q' lhe aceitece dezistim.to do d.o contracto, do q.e requerim.to tendo not.a os homens de neg.ço me fizeraõ a representação q' remeto incluza p.la q.l se obrigaõ a pagar os 36\$ cc.os (trinta e seis mil cruzados) cobrando de cada escravo som.te os 4\$500 rs q' atégora se pagavaõ.

A R.al peço.a de V. Mage e.g.e D.s m.s ann.s como seus vaçallos havemos mister. R.o a 10 de Julho de 1725. — Luiz V.a Montr.o.

“Documentos Interessantes”, volume L.

(N.º 26)

PROVISÃO RÊGIA MANDANDO REGISTRAR E ARRECADAR EM SANTOS OS DIREITOS A QUE ESTAVAM OBRIGADOS OS ESCRAVOS DESTINADOS AS MINAS GERAES. — de 6 de março de 1728:

Dom Joaõ por graça de Deus Rey de Portugal e dos Algarues daquem e dalem mar em Africa senhor da guine &a. Faço saber a uos Luis Vahya Monteyro Governador da Capitania do Rio de Janeyro, que se uio o que me escreuestes em carta de dezouto de Julho do anno passado sobre o rendimento do contracto dos quatro mil e quinhentos reis que paga cada escrauo que vay para as Minas, e que dessa Capitania para o sul e na Capitania de Sam Paulo não tem thegora recadação este imposto talves porque se despacharia sempre nessa Cidade, mas como ao prézente vão muytas embarcaçóes com negros em direytura ao porto de Santos, e dahy se introduzem não só para a Capitania de Sam Paulo e Minas sugeitas aquelle Governo, mas voltando pellas villas de Taubate e Guaratinguetá se introduzem nas Geraes, apontando o meyo que se uos offerencia para se euitar este prejuizo. Me pareceo dizeruos se uos louva o zelo desta lembrança, e que aos Gouvernadores de Sam Paulo e Santos ordeno mandem arrecadar estes direyts pello Prouedor da fazenda de Santos, fazendose ahy hu Registo para se examinar rigurozamente os despachos com que vão os escrauos que foram despachados pellas Alfandegas dessa Capitania, Bahya e Pernambuco nos nauíos que entrarem naquelle porto, na forma que expondes na uossa carta. El Rey nosso Senhor o mandou por Antonio Roiz da Costa e o Doutor Jozeph de Caraulho e Abreu Conselheyros do seu Conselho Vítamarino, e se passou por duas vias. Dionizio Cardoso Pereyra a fez em Lisboa occ.al a seis de Março de mil sete centoe e vinte outo. O Secretr.o Andre Lopes de Laure a fes escrever. — Ant.o Roiz da Costa. — Joseph de Carulo e Abreu. — 1.ª via.

**Lista dos officiaes, soldados e mais pessoas
que pertencem a freguezia de N. S. da
Conceição do Facan de que Camp.am
Nuno dos Reis (*)**

| | |
|---|----------------|
| Deid.e 63 ann.s Cap.am Nuno dos Reis | 300\$000 |
| Deid.e 50 ann.s Cazado com Anna da Silva dous filhos Cazados Solteiros | |
| Deid.e 20 anns. Thomas da S.a Reis | |
| Deid.e 18 anns. Rita da S.a | |
| Deid.e 16 anns. Maria da S.a | |
| Deid.e 12 anns. Jozê da S.a Reis | |
| Deid.e 10 ann.s Anna da S.a | |
| Deid.e de 8 ann.s Joanna da S.a esta Comp.a esta vaga de Alferes Sargentos Sarg.to do Numero | |
| Deid.e de 35 ann.s Francisco Pereira de Souza — Possue | 100\$000 |
| Deid.e de 41 ann.s Cazado Com Marcelina Alves Filhos Joze de idade de 11 ann.s Antonio de id.e de 10 ann.s Joam de id.e de 8 ann.s Manoel de id.e de 4 ann.s Salvador de id.e de 2 mezes Maria de id.e de 6 ann.s Clara de id.e de 2 ann.s viuvo | Possue 400.000 |
| Deid.e de 40 ann.s Sarg.to Supra Agostinho Gago filhos | |

(*) Cópia oferecida ao Instituto pelo sr. Benedito Marcondes, amanuense da Secção Histórica do Arquivo Público do Estado de S. Paulo. — N. da R.

| | | |
|--------|--|-----------------|
| | Luis de idade — de 6 ann.s | |
| | Agostinho de idade de 1 anno | |
| | Rita de idade — de 11 ann.s | |
| | Anna de idade — de 4 ann.s | |
| | Maria de idade — de 3 ann.s | |
| Deid.e | 38 ann.s O Cabo Simam Barboza | Possue 50.000 |
| Deid.e | 28 ann.s Cazado com Rita Maria filhos. | |
| | Jozê de idade de hum anno | |
| | Anna de idade de 4 ann.s | |
| | Maria de idade de 3 ann.s | |
| Deid.e | 24 ann.s Joâm Monteyro Ferraz | Possue 150.000 |
| Deid.e | 20 anns. Cazado com Antonia de Oliveyra | |
| Deid.e | de 70 ann.s Diogo Bueno Viuvo | Possue 50000 |
| | filhas | |
| | Maria Buena deid.e 45 ann.s | |
| | Domingaz Buena deid.e 32 ann.s | |
| | Anna Buena de id.e 30 ann.s | |
| | Ursula Buena deid.e 28 ann.s | |
| Deid.e | 32 ann.s Antonio de Mello | Possue 60000 |
| Deid.e | 26 ann.s Cazado com Margarida Buena filhos | |
| | Joam deid.e de 4 ann.s | |
| | Maria deid.e de 3 ann.s | |
| | Anna deid.e de 3 mezes | |
| Deid.e | 27 ann.s Antonio de Araujo Chaves — | Possue nada |
| Deid.e | 25 ann.s Cazado com Maria Correa | |
| Deid.e | 27 ann.s Joâm da Costa | Nada possue |
| Deid.e | 23 ann.s Cazado Philippa filhos | |
| | Joâm de idade de 4 ann.s | |
| | Ignacio de idade de 1 anno | |
| Deid.e | 57 ann.s Miguel Dias Paz | Nada Possue |
| Deid.e | 48 ann.s Cazado com Antonia da Costa filhos | |
| | Miguel deid.e de 13 ann.s | |
| | Estevam de idade de 9 ann.s | |
| | Simão de idade de 4 ann.s | |
| | Ignacia de idade de 24 ann.s | |
| | Izabel de idade de 28 ann.s | |
| | Anna de idade de 18 ann.s | |
| | Domingaz de idade de 13 ann.s | |
| | Maria de idade de 8 ann.s | |
| Deid.e | de 29 ann.s Pedro Rapouzo . | Não possue nada |

- Deid.e de 26 ann.s Cazado com Rita de Jezuz
Deid.e de 30 ann.s Antonio Friz ... Não possui nada
Deid.e 34 ann.s Cazado com Helena de Souza
filhos
Joâm de idade de 5 ann.s
Clara de idade de 1 anno
Deid.e 28 ann.s Valentim Poderozo viuvo—doente—
Não possui nada
filhos
Miguel de idade de 6 ann.s
Ignacia de idade de 12 ann.s
Anna de idade de 5 ann.s
Deid.e 27 ann.s Manoel Rodrigues . Não possui nada
Deid.e 16 ann.s Cazado com Maria da Cunha
filhos
Leonor de idade de 1 anno
Deid.e 22 ann.s Manoel Vieira Não possui nada
Deid.e 16 ann.s Cazado com Anna Poderosa
filhos
Ignes de 1 anno
Deid.e 58 ann.s Ignacio Correa Não possui nada
Deid.e 59 ann.s Cazado com Veronica Poderosa
Deid.e 39 ann.s Cordula Maria viuva Possui 100.000//
Deid.e de 40 ann.s Leonarda Preta . não possui nada
filhos
Maria de idade de 17 ann.s
Joâm de idade de 11 Ann.s
Domingos de idade de 10 ann.s
Thome de idade de 4 ann.s
Deid.e de 47 ann.s Joâm Rangel nada possui
Deid.e de 40 ann.s Cazado com Roza Maria
filhos
Bento de idade de 16 ann.s
Joam de idade de 17 ann.s
Deid.e 37 ann.s Antonio Joze nada possui
Deid.e 19 ann.s Cazado com Ignacia Leme
Deid.e 39 ann.s Ignacio Poderozo — doente — nada
possue
Deid.e 26 ano.s Cazado com Genoveva Frr.a
filhos
Ignacio de idade de 3 ann.s
Maria de idade de 1 anno
Deid.e 13 ann.s Antonio Poderozo Solteyro — doente
Deid.e 12 ann.s Pedro Poderozo Solteyro
Deid.e 11 ann.s Manoel Poderozo Solteyro

| | | |
|--|--------|----------|
| Deid.e 65 ann.s Leopoldo da Sylvra | Possue | 100000// |
| Deid.e 62 Cazado com Helena da S.a | | |
| filhos | | |
| Jozê da S.a viuvo de id.e 26 ann.s .. | possue | 40000 |
| Helena deid.e 23 ann.s | | |
| Deid.e 61 ann.s Diogo Lucas da Cunha | Possue | 200000// |
| Deid.e 51 ann.s Cazado com Fran.ca da Costa | | |
| filhos | | |
| Maria deid.e de 30 ann.s | | |
| Anna deid.e de 25 ann.s | | |
| Jozê deid.e de 14 ann.s aleijado | | |
| Deid.e 40 ann.s Manoel Antonio | Possue | 50000// |
| Deid.e 31 ann.s Cazado com Igenes de Tolledo | | |
| filhos | | |
| Amaro deidade de 12 ann.s | | |
| Joachim de idade de 9 ann.s | | |
| Jozê de idade 7 ann.s | | |
| Antonio de idade de 1 anno | | |
| Anna de idade de 16 ann.s | | |
| Maria de idade de 5 ann.s | | |
| Deid.e 50 ann.s Hyeronimo de Campos Moreyra — | | |
| Possue | | 100000// |
| Deid.e 32 ann.s Cazado com Thereza de Tolledo | | |
| filhos | | |
| Jozê de idade de 12 ann.s | | |
| Antonio de idade de 10 ann.s | | |
| Manoel de idade de 8 ann.s | | |
| Hyeronimo de idade de 5 ann.s | | |
| Anna de idade de 6 ann.s | | |
| Maria de idade de 2 ann.s | | |
| Anna emjeitada deid.e de 6 ann.s | | |
| Deid.e 53 ann.s Luis Moreyra de Campos Soltro — | | |
| Possue | | 50000// |
| Deid.e 40 ann.s Antonio da S.a de Moraes nada possue | | |
| Deid.e 36 ann.s Cazado com Maria das Neves | | |
| filhos | | |
| Francisco de idade de 13 ann.s doente | | |
| Joachim de idade de 9 ann.s | | |
| Maria de idade de 15 ann.s | | |
| Anna de idade de 6 ann.s | | |
| Francisca de idade de 3 ann.s | | |
| Joachina idade de 1 anno | | |
| Deid.e 28 ann.s Felis Frna | Possue | 100000// |
| Deid.e de 20 ann.s Cazado Suzana Maria | | |

| | | |
|-----------------|---|-----------------|
| | filhos | |
| | Manoel de idade de 8 ann.s | |
| | Maria de idade de 6 ann.s | |
| | Anna de idade de 4 ann.s | |
| | Joâm de idade de 1 anno | |
| Deid.e 60 ann.s | Jozê Frr.a ... doente | Possue 60000// |
| Deid.e 40 ann.s | Cazado com Suzana Ribr.a | |
| | filhos | |
| | Jozê Frr.a de idade de 25 ann.s auzente | |
| | Fran.co neto de idade de 12 ann.s | |
| | Jozepha de idade de 26 ann.s | |
| Deid.e 26 ann.s | Salvador Ribr.o .. doente ... | Possue 20000// |
| Deid.e 24 ann.s | Cazado com Angela Mendes | |
| | filhos | |
| | Clara de idade de 3 ann.s | |
| | Fran.co de idade de 2 ann.s | |
| Deid.e 42 ann.s | Hyeronimo Gonsalvez | Possue 10000// |
| Deid.e 25 ann.s | Cazado com Anna Frr.a | |
| | filhos | |
| | Antonio de idade de 9 ann.s | |
| | Jozê de idade de 9 mezes | |
| | Anna de idade de 5 ann.s | |
| | Maria de idade de 3 ann.s | |
| Deid.e 42 ann.s | Joâm Afonso Pires | Possue 300000// |
| Deid.e 23 ann.s | Cazado com Maria Poderosa | |
| | filhos | |
| | Antonio de idade de 5 ann.s | |
| | Anna sua Cunhada de 20 ann.s de ide | |
| Deid.e 49 ann.s | Joâm de Sande Nabo | Possue 50000// |
| Deid.e 38 ann.s | Cazado com Anna de Souza | |
| Deid.e 34 ann.s | Joze Borges dos Santos nada possue | |
| Deid.e 29 ann.s | Cazado com Maria Miguel da Sylvr.a | |
| | filhos | |
| | Joâm de idade de 9 ann.s | |
| | Joze de idade de 3 ann.s | |
| | Calros de idade de 2 ann.s | |
| | Ignes de idade de 7 ann.s | |
| Deid.e 39 ann.s | Maria Ribeyra Viuva .. Nada possue | |
| | filhos | |
| | Ignacio de idade de 23 ann.s | |
| | Joâm de idade de 16 ann.s | |
| | Jozê neto de idade de 8 ann.s | |
| Deid.e 25 ann.s | Jozê Ribr.o — Nada possue | |
| Deid.e 23 ann.s | Cazado com Maria de Syqr.a | |

filhos

Manoel de idade 6 ann.s

Salvador de idade de 5 ann.s

Gabriel de idade de 2 ann.s

Francisco de idade de 1 anno

Deide.e 22 ann.s Jozê Míz — nada possue

Deide.e 20 ann.s Cazado com Anna de Jezus

filhos

Anna de idade de 2 ann.s

Deide.e 40 ann.s Franc.a Martins — nada possue

filhos

Anna de idade de 16 anns.

Deide.e 52 anns. Antonio da Fonseca de Moraes —

Nada possue

Deide.e 52 anns. Cazado com Roza Maria

filhos

Ignacio de idade de 25 anns.

Antonio de idade de 22 ann.s

Agostinho de idade de 17 anns.

Manoel de idade de 11 anns.

Jozê de idade de 6 anns.

Joachim de idade de 3 anns.

Anna de idade de 18 anns.

Margarida de idade de 15 anns.

Roza de idade 10 anns.

Deide.e 44 ann.s Duardo Jozê Caetano — nada possue

Deide.e 22 anns. Cazado com Maria Pires da Fonseca

filhos

Ignacio de idade de 2 anns.

Thomazia de idade de 5 anns.

Roza de idade de 1 mes

Deide.e 37 ann.s Manoel Sutil — nada possue

Deide.e 20 anns. Cazado com Rita Sutil

filhos

Maria de idade de 2 anns.

Deide.e 48 anns. Ignacio da Fonceca Garcia — Nada possue

Deide.e 30 anns. Cazado com Joanna Moreyra

filhos

Antonio de idade de 12 anns.

Jozê de idade de 8 ann.s

Joachim de idade de 7 anns.

- Salvador de idade de 4 ann.s
 Anna de idade de 2 ann.s
 Deid.e 34 anns. Bartholomeu do Prado — nada
 possui
 Deid.e 32 anns. cazado com Anna Moreyra
 filhas
 Francisca de idade de 4 anns.
 Rita de idade de 6 mezes
 Deid.e 46 ann.s Jozê Pires — nada possui
 Deid.e 40 anns. Cazado com Catharina de Olivr.^a
 filhos
 Antonio de idade de 25 anns.
 Joâm de idade de 18 ann.s
 Manoel de idade de 6 anns.
 Helena de idade de 21 ann.s
 Maria de idade de 2 ann.s
 Deid.e 46 ann.s Manoel Correa — nada possui
 Deid.e 40 ann.s Cazado com Maria Frr.a
 Deid.e 60 ann.s Manoel Lopes Souza — encapas —
 nada possui
 Deid.e 50 anns. Roza — sua administrada
 Deid.e 22 anns. Joanna — administrada
 filhos da administrada Roza
 Angelo de idade de 16 ann.s
 Salvador de idade de 10 ann.s
 Anna de idade de 2 ann.s
 Deid.s 50 anns. Andre de Souza Netto — nada
 possui
 filhos
 Anna de idade de 16 ann.s
 Deid.e 34 anns. Miguel Pinto — nada possui
 Deid.e 25 anns. Cazado com Maria Barboza
 Deid.e 30 anns. O Cabo Mamede Friz Lima — Pos-
 sue 40000//
 Deid.e 24 anns. Cazado com Iignes Montr.a de Govea
 filhos
 Leonor de idade de 2 ann.s
 Anna de idade de 9 mezes
 Deid.e 46 anns. Francisco Jozê de Macedo — Pos-
 sue 500000//
 Deid.e 36 anns. Cazado com Marianna Fran.ca
 filhos
 Francisco de idade de 6 ann.s
 Jozê de idade de 4 ann.s

| | |
|---|------------|
| Antonio de idade de 3 ann.s | |
| Joãm de idade de ..1. anno | |
| Deid.e 70 anns. Andre de Sam Payo — Possue... | 100\$000// |
| Deid.e 55 anns. Cazado com Maria da Sylva | |
| filhos | |
| Christovam de idade de 28 ann.s | |
| Joze de idade de 20 ann.s | |
| Andre de idade de 18 ann.s | |
| Manoel de idade de 15 ann.s | |
| Maria de idade de 33 ann.s | |
| Joanna de idade de 30 anns. | |
| Thereza de idade de 25 ann.s | |
| Maria de idade de 23 anns. | |
| Ignacia de idade de 20 anns. | |
| -Anna de idade de 15 anns. | |
| Deid.e de 75 ann.s Luis da S.a Porto Viuvo — Pos- | |
| sue | 600000// |
| filhos | |
| Jozê de idade de 23 anns. | |
| Genoveva de idade de 38 ann.s | |
| Francisca de idade de 37 ann.s | |
| Margarida de idade de 29 anns. | |
| Maria de idade de 28 ann.s | |
| Francisca de idade de 22 ann.s | |
| Emiliana de idade de 19 anns. | |
| Maria de idade de 15 anns. | |
| Deid.e 36 ann.s Jozê Montr.o Ferraz — Possue... | 200000// |
| Deid.e 28 anns. Cazado com Catherina Maria | |
| filhos | |
| Jozê de idade de dous mezes | |
| Deid.e 50 ann.s Dona Anna Gomes de Souza Viuva | |
| — Possue | 300000// |
| filhos | |
| Antonio de idade de 28 ann.s | |
| Lourenço de idade de 18 anns. | |
| Domingos de idade de 17 ann.s | |
| Anna de idade de 16 ann.s | |
| Deid.e 55 ann.s Andre Rois Cordeiro — Nada possui | |
| Deid.e 35 anns. Cazado com Narciza Gomes | |
| filhos | |
| Maria de idade de 15 ann.s | |
| Anna de idade de 11 ann.s | |
| Antonio de idade de 8 ann.s | |
| Luis de idade de 6 ann.s | |

| | |
|--|----------|
| Joâm de idade de 4 ann.s | |
| Josê de idade de 2 ann.s | |
| Francisco de idade de 1 anno | |
| Manoel de idade de 6 mezes | |
| Deide.e 40 ann.s Jozê Roíz de Sant. Iago — Possue | 60000// |
| Deide.e 30 ann.s Cazado com Lucinda Pim.ta | |
| filhos | |
| Maria de idade de 11 ann.s | |
| Antonio de idade de 8 ann.s | |
| Jozê de idade de 6 ann.s | |
| Leandro de idade de 4 ann.s | |
| Thereza de idade de 1 anno | |
| Deide.e de 40 ann.s Alberto Caetano França — Pos- | |
| sue | 50000// |
| Deide.e de 30 ann.s Cazado com Flora Jacintha | |
| filhos | |
| Maria de idade de 13 ann.s. | |
| Anna de idade de 10 ann.s. | |
| Rita de idade de 5 ann.s | |
| Antonio de idade de 9 ann.s | |
| Manoel de idade de 3 ann.s | |
| Jozê de idade de 6 ann.s | |
| Deide.e 46 ann.s Antonio Rodrigues Viegas —Pos- | |
| sue | 200000// |
| Deide.e 28 ann.s Cazado com Maria de Alvarenga | |
| filhos | |
| Anna de idade de 7 ann.s | |
| Maria de idade de 6 ann.s | |
| Joâm de idade de 4 ann.s | |
| Fran.co de idade de 3 ann.s | |
| Margarida de idade de 2 ann.s | |
| Deide.e 42 ann.s Zeferina Fran.ca Viuva — Possue | 300000// |
| filhos | |
| Pedro de idade de 19 ann.s | |
| Fran.co de idade de 22 ann.s | |
| Jozê de idade de 13 ann.s — doente | |
| Leonor de idade de 15 ann.s | |
| Deide.e 30 ann.s Vitoriano dos Santos Souza — Pos- | |
| sue | 100000// |
| Deide.e 53 anns. Florencia da S.a Viuva — Possue. | 600000// |
| filhos | |
| Philippe de idade de 23 ann.s | |
| Jozê de idade de 18 ann.s | |
| Manoel de idade de 17 ann.s | |

| | |
|--|----------|
| Izabel de idade de 15 ann.s | |
| Victoria de idade de 14 ann.s | |
| Anna de idade de 10 ann.s | |
| Deid.e 34 ann.s Manoel Montr.o de Almeyda — Possue | 300000// |
| Deid.e 24 ann.s Cazado com Roza Maria dos Santos | |
| Deid.e 30 ann.s Domingos Montr.o Silva — Possue | 300000// |
| Deid.e 18 ann.s Cazado com Anna Fran.ca | |
| Deid.e 28 ann.s Antonio Monteyro — Possue | 300000// |
| Deid.e 17 anns. Cazado com Eugenia Fran.ca | |
| Deid.e 35 ann.s Joâm Monteyro Sylva — Possue. | 900.000 |
| Deid.e 27 ann.s Cazado com Clara Maria filhos | |
| Joaquina de idade de 4 ann.s | |
| Jozê de idade de 1 anno | |
| Deid.e 24 ann.s Nuno da S.a Reis — Possue | 150000// |
| Deid.e 18 ann.s Cazado com Theodora Fran.ca filhos | |
| Anna de idade de 3 mezes | |
| Deid.e 60 ann.s Manoel Nunes da S.a — Possue.. | 20000// |
| Deid.e 35 ann.s Cazado com Thereza de Jezus filhos | |
| Antonio de idade de 17 ann.s | |
| Joâm de idade de 12 ann.s | |
| Maria de idade de 15 ann.s | |
| Ignacia de idade de 7 ann.s | |
| Deid.e 50 anns. Manoel Nunes — Possue | 50000// |
| Deid.e 40 ann.s Cazado com Violanta do Rozario filhos | |
| Januario de idade 14 ann.s | |
| Thereza de Idade de 13 ann.s | |
| Rita de idade de 6 ann.s | |
| Anna de idade de 12 ann.s | |
| Francisca de Idade de 2 ann.s | |
| Deid.e 80 ann.s Clemente Cordeiro — nada possue | |
| Deid.e 50 ann.s Cazado com Maria da S.a filhos | |
| Jozê de idade de 20 ann.s | |
| Pedro de idade de 18 ann.s | |
| Clemente de idade de 13 ann.s | |
| Maximo de idade de 10 ann.s | |
| Mathias de idade de 8 anns. | |
| Clemente de idade de 4 anns. | |
| Anna de idade de 7 ann.s | |

| | | |
|-----------------|---|-----------|
| | Izabel de idade de 3 ann.s | |
| Deid.e 31 ann.s | Severino de Souza Rabello — Pos- sue | 30000// |
| Deid.e 23 ann.s | Cazado com Maria Nunes filhos | |
| | Ignacia de idade de 8 ann.s | |
| | Anna de idade de 1 anno | |
| | Antonio de idade de 6 anns. | |
| | Fran.co de idade de 3 ann.s | |
| Deid.e 48 ann.s | Antonio Rodrigues de Carvalho — Possue | 20000// |
| Deid.e 40 anns. | Cazado com Antonia Soares filhos | |
| | Jozê de idade de 12 ann.s | |
| | Joachim de idade de 9 ann.s | |
| | Antonio de idade de 7 ann.s | |
| | Balthazar de idade de 5 ann.s | |
| | Bento de idade de 1 anno | |
| | Maria de idade de 16 ann.s | |
| | Izabel de idade de 14 ann.s | |
| | Gertrudes de idade de 10 ann.s | |
| | Catherina de idade de 3 ann.s | |
| Deid.e 27 ann.s | Agostinho de Souza Rabello possui | 15000// |
| Deid.e 41 ann.s | cazado com Fran.ca Correa filhos | |
| | Jozê de idade 6 ann.s | |
| Deid.e 45 ann.s | Joâm Gomes de Sigr.a....possue | 3000000// |
| Deid.e 40 ann.s | Cazado com Anna Maria filhos | |
| | Thome de idade de 6 ann.s | |
| | Joâm de idade de 4 ann.s | |
| | Pedro de idade de 2 ann.s | |
| Deid.e 60 ann.s | Jozê Gomes da Motapossue | 2000000// |
| Deid.e 40 ann.s | Cazado com Catharina Gomes filhos | |
| | Jozê de idade de 16 ann.s | |
| | Francisco de idade de 14 ann.s doente | |
| | Antonio de idade de 10 ann.s | |
| | Marianna de id.e de 12 ann.s | |
| | Anna de id.e de 9 ann.s | |
| | Theodora de id.e de 7 ann.s | |
| | Francisca de id.e 4 ann.s | |
| | Maria de id.e de 6 ann.s | |
| | Catharina de id.e de 1 anno | |

| | |
|---|-----------|
| Deid.e 70 ann.s Franco de Mendonça; Cavaco Possue | 80000// |
| Deid.e 65 ann.s Cazado com Maria Nunes filhos Maria Franca de id.e 20 ann.s | |
| Deid.e 55 ann.s Jozê Alves de Olivr.a.....Possue | 2000000// |
| Deid.e 50 ann.s Cazado com Margarida do Amaral filhos Antonio de id.e de 14 ann.s Joze de id.e de 5 ann.s Joachim de idade de 10 ann.s | |
| Deid.e 30 ann.s Joâm Pr.a — Juiz ordinário Possue | 600000// |
| Deid.e 22 ann.s Cazado com Anna de Olivr.a filhos Antonio de idade de 6 ann.s Thereza de idade de 7 ann.s | |
| Deid.e 30 ann.s Jozê Martins Nogr.a..... Possue | 700000// |
| Deid.e 18 ann.s Cazado com Maria de Olivr.a | |
| Deid.e 50 ann.s Joâm de Souza do Valle ..Possue | 50000// |
| Deid.e 35 ann.s Cazado com Rita Correa | |
| Deid.e 30 ann.s Joze Pr.a Cruz — doente — nada possue — | |
| Deid.e 16 ann.s Cazado com Maria de Souza | |
| Deid.e 96 ann.s Manoel Lopes Figr.a — Viuvo — encapasPossue | 200000// |
| filhos Antonia de id.e de 35 ann.s Maria de id.e de 30 ann.s Luiza de id.e de 26 ann.s Manoel de id.e de 24 ann.s | |
| Deid.e 45 ann.s Antonio Figr.a — doente Possue | 400000// |
| Deid.e 20 ann.s Cazado com Barbara Maria filhos Anna de idade de 2 ann.s Joâm de idade de 1 mes | |
| Deid.e 65 ann.s Jozê Gomes Granito — doente Possue | 400000// |
| Deid.e 50 ann.s Cazado com Ignacia da S.a filhos Masimo de id.e de 24 ann.s Gazpar de id.e de 16 ann.s Antonio de id.e de 18 ann.s Marianna de id.e de 20 ann.s Ignacia de id.e de 12 ann.s Victoria de id.e de 20 ann.s | |

| | | | |
|--------|---|--------|----------|
| | Anna de id.e de 4 ann.s | | |
| Deid.e | 35 ann.s Cosme Jozê | Possue | 300000// |
| Deid.e | 20 ann.s Cazado com Maria Victoria | | |
| Deid.e | 65 ann.s Bento Aliz — Viuvo — nada possui | | |
| | filhos | | |
| | Bento de idade de 30 ann.s | | |
| | Antonio de idade de 20 ann.s | | |
| | Jozê de idade de 15 ann.s | | |
| | Ignacio de id.e de 12 ann.s | | |
| | Roza de id.e de 20 ann.s | | |
| | Joanna de id.e de 18 ann.s | | |
| Deid.e | 35 ann.s Joâm Roís de Barcellos — Não possui nada | | |
| Deid.e | 25 ann.s Cazado com Maria Alves | | |
| | filhos tres de menor idade | | |
| Deid.e | 30 ann.s Manoel da S.a Granito | Possue | 300000// |
| Deid.e | 22 ann.s Cazado com Margarida Fran.ca | | |
| | filhos | | |
| | Joachim de idade de 4 ann.s | | |
| | Anna de idade de 2 ann.s | | |
| Deid.e | 30 ann.s Antonio Pr.a Rangel | Possue | 200000// |
| Deid.e | 28 ann.s Cazado com Iignes Gomes | | |
| | filhos | | |
| | Antonio de idade de 5 ann.s | | |
| | Joze de idade de 3 ann.s | | |
| Deid.e | 30 ann.s Fran.co da Porciuncula — nada possui | | |
| Deid.e | 20 ann.s Cazado com Thereza Ramos | | |
| | filhos dous menores | | |
| Deid.e | 35 ann.s Francisco Gomes Granito — Soltr.o | | |
| | — Possue | | 300000// |
| Deid.e | 43 ann.s Fernando Lopes da S.a — Soltr.o | | |
| | Possue | | 100000// |
| Deid.e | 65 ann.s Nicolao da Fonseca | Possue | 100000// |
| Deid.e | 40 ann.s Cazado com Escolastica Buena | | |
| | filhos | | |
| | Nicolau de id.e de 25 ann.s | | |
| | Lourenço de id.e de 18 ann.s | | |
| | Antonio de id.e de 12 ann.s | | |
| | Raphael de id.e de 8 ann.s | | |
| | Marianna de id.e de 7 ann.s | | |
| Deid.e | 55 ann.s Jozê de Lima — prezo | Possue | 100000// |
| Deid.e | 60 ann.s Cazado com Francisca Lemes | | |
| Deid.e | 30 ann.s Luiz da S.a Frr.a | Possue | 200000// |
| Deid.e | 20 ann.s Cazado com Monica da Crus | | |

| | | |
|--|--------|------------|
| Deid.e 48 ann.s Manoel de Moura | Possue | 100\$000// |
| Deid.e 18 ann.s Cazado com Anna Barboza | | |
| Deid.e 50 ann.s Antonio Ferram de Carvalho | Possue | 800000// |
| Deid.e 40 ann.s Antonio de Freytas...nada | possue | |
| Deid.e 35 ann.s Cazado com Faustina | | |
| filhos | | |
| Anna de id.e de 11 ann.s | | |
| Joze de id.e de 9 ann.s | | |
| Joaquina de id.e de 6 ann.s | | |
| Antonio de id.e de 1 anno | | |
| Deid.e 35 ann.s Severino de Araujo — Soltr.o — | | |
| possue | | 60000// |
| Deid.e 50 ann.s Clara Maria — Viuva — nada | possue | |
| filhos | | |
| Antonio de idade de 20 ann.s | | |
| Deid.e 50 ann.s Jozé Caetano — pardo | nada | |
| possue | | |
| Deid.e 40 ann.s Cazado com Maria — parda | | |
| filhos | | |
| Margarida de idade de 20 ann.s | | |
| Francisca de idade de 18 ann.s | | |
| Francisco de idade de 14 ann.s | | |
| Joachim de idade de 10 ann.s | | |
| Deid.e 45 ann.s O Cabo Domingos Afonso Lima — | | |
| Possue | | 600000// |
| Deid.e 28 ann.s Cazado com Catherina das Neves | | |
| filhos | | |
| Domingos de idade de 3 ann.s | | |
| Joãm de idade de 4 mezes | | |
| Maria de idade de 6 ann.s | | |
| Marianna de idade de 4 ann.s | | |
| Roza de idade de 2 ann.s | | |
| Deid.e 40 ann.s Miguel Txr.a — pardo — doente | | |
| Possue | | 600000// |
| Deid.e 30 ann.s Domingos de Araujo Sylva — pardo | | |
| nada possue | | |
| Deid.e 26 ann.s Cazado com Marianna — parda | | |
| filhos | | |
| Miguel de idade de 2 ann.s | | |
| Joachim de idade de 1 mez | | |
| Deid.e 40 ann.s Manoel Txr.a Vellozo | Possue | 50000// |
| Deid.e 26 ann.s Cazado com Maria Gomes de Sigr.a | | |
| filhos | | |
| Manoel de idade de 6 ann.s | | |
| Luis de idade de 1 anno | | |

| | |
|--|----------|
| Anna de idade de 9 ann.s | |
| Joaquina de idade de 7 ann.s | |
| Deid.e 50 ann.s Manoel Gomes de Syqr.a — doente nada possui | |
| Deid.e 55 ann.s Cazado com Anna Carvalho filhos | |
| Manoel de id.e de 19 ann.s | |
| Francisco de id.e de 14 ann.s | |
| Thomazia de id.e de 16 ann.s | |
| Deid.e 36 ann.s Felis Gomes de Syqr.a — Viuvo | |
| Possue | 200000// |
| filhos | |
| Anna de idade de 2 ann.s | |
| Joachim de idade de 4 ann.s | |
| Deid.e 24 ann.s Salvador Gomes de Syqr.a Possue | 10000 |
| Deid.e 26 ann.s Cazado Thereza de Jezus | |
| Deid.e 36 ann.s Gabriel Dias Frr.a Possue | 10000 |
| Deid.e 34 ann.s Cazado com Anna filhos | |
| Manoel de idade de 10 ann.s | |
| Joze de idade de 5 ann.s | |
| Deid.e 60 ann.s Joze de Azevedo nada possui | |
| Deid.e 50 ann.s Cazado com Maria Telles filhos | |
| Ignacio de idade de 7 ann.s | |
| Jozê de idade de 3 ann.s | |
| Fran.co de idade de 1 anno | |
| Maria de idade de 20 ann.s | |
| Escolastica de id.e de 16 ann.s | |
| Anna de idade de 12 ann.s | |
| Izabel de idade de 5 ann.s | |
| Deid.e 80 ann.s Izabel Nunes de Syqr.a — Viuva nada possui | |
| filhos | |
| Antonio de idade de 20 ann.s — Surdo | |
| Deid.e 43 ann.s Sebastiam Nunes de Syqr.a — Viuvo nada possui | |
| filhos | |
| Antonio de idade de 20 ann.s — Mudo — | |
| Joze — Sobr.o dod.o de id.e de 12 ann.s | |
| Deid.e 20 ann.s Joze Lopes nada possui | |
| Deid.e 16 ann.s Cazado com Anna Maria Pinheyra filhos | |
| Jozê de idade de 6 mezes | |

| | | |
|--|-------------|----------|
| Deid.e 33 ann.s Fran.co Gliz | Possue | 100000// |
| Deid.e 42 ann.s Cazado com Joanna Correa filhos | | |
| Domingos de idade de 15 ann.s | | |
| Maria de idade de 14 ann.s | | |
| Deid.e 47 ann.s Fran.co Roiz de Carvalho .. | Possue | 150000 — |
| Deid.e 24 ann.s Cazado com Florida Maria filhos | | |
| Manoel de idade de 9 ann.s | | |
| Joâm de idade de 7 ann.s | | |
| Jozê de idade de 6 ann.s | | |
| Antonio de idade de 1 anno | | |
| Anna de idade de 5 ann.s | | |
| Maria de idade de 3 ann.s | | |
| Deid.e 36 ann.s Gabriel Gomes de Syqr.a.. | Possue | 200000// |
| Deid.e 30 ann.s Cazado com Roza Maria de S. Payo filhos | | |
| Jozê de tres anos de idade | | |
| Ayres de dous annos de idade | | |
| Deid.e 30 ann.s Nicolau Roiz da Costa..... | Possue | 60000// |
| Deid.e 28 ann.s Cazado com Fran.ca Lemes de Olivr.a | | |
| filhos | | |
| Maria de idade de 4 ann.s | | |
| Marianna de idade de 2 ann.s | | |
| Deid.e 25 ann.s Manoel Antonio da Rocha | Possue | 150000// |
| Deid.e 20 ann.s Cazado com Maria Thereza filhos | | |
| Raymundo de idade de 2 ann.s | | |
| Manoel de idade de 1 anno | | |
| Maria de idade de 3 ann.s | | |
| Deid.e 35 ann.s Ignacio Caetano | nada possue | |
| Deid.e 20 ann.s Cazado com Maria Alves filhos | | |
| Anna de idade de 3 ann.s | | |
| Deid.e 30 ann.s Manoel Caetano Soltr.o | nada possue | |
| Deid.e 40 ann.s Custodia Aliz — Viuva | nada possue | |
| filhos | | |
| Jozê de idade de 16 ann.s | | |
| Marianna de id.e de 12 ann.s | | |
| Deid.e 35 ann.s Joze Correa da S.a | Possue | 100000// |
| Deid.e 30 ann.s Cazado com Maria de Olivr.a filhos | | |
| Joze de idade de 10 ann.s | | |
| Luis de idade de 5 ann.s | | |

- Joaquim de idade de 2 ann.s
 Antonio de idade de 2 ann.s
 Roza de idade de 16 ann.s
 Deid.e 30 ann.s Jozê de Olivr.a — Soltr.o ..Possue 50000//
 Sua Irma Maria de id.e de 20 ann.s
 Sobr.o
 Domingos de id.e de 15 ann.s — doente —
 Deid.e 40 ann.s Ignacia de Souza parda nada possui
 filhos
gente mal
procedida
 Joâm de idade de 24 ann.s
 Alexandre de id.e de 20 ann.s
 Antonio de idade de 16 ann.s
 Joachim de idade de 8 ann.s
 Salvador de idade de 5 ann.s
 Martha de idade de 12 ann.s
 Maria de idade de 10 ann.s
 Francisca de idade de 6 ann.s
 Anna de idade de 3 ann.s
 Deid.e 51 ann.s Joân Antunes Fialho — doente —
 nada possuie 50000//
 Deid.e 40 ann.s Cazado com D. Maria Josepha
 filhos
 Raymundo de idade de 16 ann.s
 Jozê de idade de 9 ann.s
 Joâm de idade de 7 ann.s
 Francisco de idade de 3 ann.s
 Marianna de idade de 16 ann.s
 Josepha de idade de 14 ann.s
 Margarida de idade de 12 ann.s
 Francisca de idade de 6 ann.s
 Deid.e 28 ann.s Domingos Jozê Pr.a Possui 15000//
 Deid.e 22 ann.s Cazado com Sua molher D. Izabel
 Jacintha
 filhos
 Maria de idade 1 anno
 ..Deid.e 60 ann.s Ignacio Cabral — doente — Pos-
 sue 50000//
 Deid.e 40 ann.s Cazado com Maria de Jezus
 filhos
 Antonio de idade de 25 ann.s
 Jozê de idade de 22 ann.s
 Ignacio de idade 18 ann.s
 Manoel de idade de 12 ann.s

- Antonio de idade de 8 ann.s
Francisca de idade de 14 ann.s
Maria de idade de 11 ann.s
Antonia de idade de 4 ann.s
Deid.e 48 ann.s. Jozê Dias Leyte. — Viuvo — Pos-
sue 12800//
filhos
Vicente de idade de 8 ann.s
Deid.e 60 ann.s Maria Roíz — Viuva — nada pos-
sue.
filhos
Joâm de idade de 30 ann.s
Anna de idade de 25 ann.s
Deid.e 68 ann.s Manoel Munis Pr.a — nada possue.
Deid.e 40 ann.s Cazado com Anna Pr.a
filhos
Jozê de idade de 18 ann.s
Joachim de idade de 16 ann.s
Thomas de idade de 14 ann.s
Francisco de idade de 8 ann.s
Ignacia de idade de 12 ann.s
Deid.e 26 ann.s Fran.co da Costa — nada possue
Deid.e 30 ann.s Cazado com Brigida Vr.a
filhos
Bernardo de idade de 10 ann.s
Joâm de idade de 5 ann.s
Ignacia de idade de 6 ann.s
Anna de idade de 7 ann.s
Leonor de idade de 11 ann.s.
Deid.e 56 ann.s Euzebio de Olivr.a — nada possue
Deid.e 45 ann.s Cazado com Antonia Velluda
filhos
Antonio de idade de 18 ann.s
Verisissimo de idade de 14 ann.s.
Joachim de idade de 8 ann.s
Jozê de idade de 6 ann.s
Anna de idade de 20 ann.s
Margarida de idade de 16 ann.s
Marianna de idade de 12 ann.s
Maria de idade de 5 ann.s
Francisca de idade de 2 ann.s
Deid.e 30 ann.s O Cabo Claudio Soares — doente —
nada possue.
Deid.e 30 ann.s Cazado com Maria Frr.a
filhos

| | | |
|--------|--|--------------|
| | Joachina de idade de 2 ann.s | |
| Deid.e | 50 ann.s Diogo Garcia | Possue 40000 |
| Deid.e | 40 ann.s Cazado com Maria de Olivr.a | |
| | filhos | |
| | Joãm de idade de 9 ann.s | |
| | Antonio de idade de 3 ann.s | |
| | Guiteria de idade de 15 ann.s | |
| | Escolastica de idade de 14 ann.s | |
| | Anna de idade de 12 ann.s | |
| | Maria de idade de 7 ann.s | |
| | Francisca de idade de 6 ann.s. | |
| | Thereza de idade de 1 anno | |
| Deid.e | 24 ann.s Gonsalo Correa | nada possue |
| Deid.e | 20 ann.s Cazado com Maria Frr.a | |
| | filhos | |
| | Marianna de idade de 4 ann.s | |
| Deid.e | 76 ann.s Fran.co da Porciuncula — encapas | |
| | — Possue | 50000// |
| Deid.e | 50 ann.s Cazado com Fran.ca Correa Pedroza | |
| Deid.e | 35 ann.s Bernardino Jozê — doente — nada | |
| | possue | |
| Deid.e | 20 ann.s Cazado com Francisca Rodrigues | |
| | Chaves | |
| | filhos | |
| | Joachina de idade de 2 ann.s | |
| Deid.e | 60 ann.s Antonio da Costa Chaves — doente | |
| | — Possue | 100000// |
| Deid.e | 50 ann.s Cazado com Ignacia Roíz | |
| | filhos | |
| | Maria de idade de 12 ann.s. | |
| Deid.e | 55 ann.s Pedro Pereira de Macedo — doente | |
| | — Possue | 60000// |
| Deid.e | 38 ann.s Cazado com Roza Maria | |
| | filhos | |
| | Manoel de idade de 17 ann.s | |
| | Anna de idade de 6 ann.s | |
| | Maria de 15 ann.s | |
| | Thereza de idade de 5 ann.s | |
| | Masimo de idade de 2 ann.s | |
| Deid.e | 35 ann.s Manoel Gliz | nada possue |
| Deid.e | 30 ann.s Cazado com Rita da Costa Chaves | |
| | filhos | |
| | Jozê de idade de 3 ann.s | |
| | Francisca de idade de 6 ann.s | |
| | Maria de idade de 16 ann.s | |

- Deid.e 50 ann.s Francisco Dias de Carvalho — nada
possue
- Deid.e 20 ann.s Cazado com Andreza de Castilho
filhos
Francisco de idade de 2 ann.s
- Deid.e 60 ann.s Antonio Preto de Matos — doente
— possue 30000//
- Deid.e 50 ann.s Cazado com Fructuozza Frr.a
filhos
Antonio de idade de 40 ann.s
Felis de idade de 20 ann.s
Joze de idade de 16 ann.s
Francisco de idade de 15 ann.s
Manoel de idade de 13 ann.s
Salvador de idade de 10 ann.s
Nicazio de idade de 7 ann.s
Izabel de idade de 24 ann.s
Maria de idade de 14 ann.s
Thereza de idade de 6 ann.s
Rita de idade de 5 ann.s
- Deid.e 30 ann.s Joâm Ferr.a nada possue
- Deid.e 17 ann.s Cazado com Maria Glíz
filhos
Manoel de idade de 5 ann.s
Clara de idade de 3 ann.s
Ignes de idade de 1 anno
- Deid.e 25 ann.s Eugenio Rodrigues — nada pos-
sue
- Deid.e 20 ann.s Cazado com Roza da Conceição
filhos
Francisco de idade de 4 ann.s
Joanna de idade de 2 ann.s
- Deid.e 55 ann.s Manoel Glíz dos Santos — nada
possue
- Deid.e 25 ann.s Cazado com Fran.ca do Nascim.to
filhos
Manoel de idade de 3 ann.s
Jozê de idade de 10 ann.s
Maria de idade de 18 ann.s
Anna de idade de 2 ann.s
- Deid.e 35 ann.s Jozê Martins Possue 10000//
- Deid.e 20 ann.s Cazado com Maria Roza
filhos
Joze de idade de 7 ann.s
Francisco de idade de 5 ann.s

| | | |
|---|--------|---------|
| Anna de idade de 3 ann.s | | |
| Deid.e 50 ann.s Braz Frr.a | Possue | 30000// |
| Deid.e 25 ann.s Cazado com Ursula da Conceição filhos | | |
| Braz de idade de 10 ann.s | | |
| Maria de idade de 8 ann.s | | |
| Roza de idade de 5 ann.s | | |
| Catharina de idade de 3 ann.s | | |
| Anna de idade de 2 ann.s | | |
| Francisca de idade de 1 anno | | |
| Philippa da mesma id.e | | |
| Deid.e 40 ann.s Simão Miz | Possue | 30000// |
| Deid.e 30 ann.s Cazado com Maria de Moraes filhos | | |
| Leandro de idade de 12 ann.s | | |
| Roque de idade de 10 ann.s | | |
| Francisco de idade de 8 ann.s | | |
| Agostinho de idade de 4 ann.s | | |
| Maria de idade de 11 ann.s | | |
| Margarida de idade de 6 ann.s | | |
| Anna de idade de 2 ann.s | | |
| Deid.e 60 ann.s Pedro de Moraes — Viuvo — Pos- sue | | 8000// |
| filhos | | |
| Antonio de idade de 28 ann.s | | |
| Manoel de idade de 20 ann.s | | |
| Maria de idade de 16 ann.s | | |
| Anna de idade de 12 ann.s | | |
| Deid.e 50 ann.s Matheos Gliz — doente — Pos- sue | | 1000// |
| Deid.e 25 ann.s Cazado com Maria Henriques filhos | | |
| Manoel de idade de 12 ann.s | | |
| Jozê de idade de 10 ann.s | | |
| Matheos de idade de 5 ann.s | | |
| Maria de idade de 4 ann.s | | |
| Anna de idade de 1 anno | | |
| Deid.e 30 ann.s Jozê Caetano Soltr.o — Possue.... | | 30000// |
| filhos não os tem | | |
| Deid.e 45 ann.s Antonio Jozê de Denis — Possue | | 25600 |
| Deid.e 30 ann.s Cazado com Maria Frr.a filhos | | |
| Jozê de idade de 18 ann.s | | |
| Antonio de idade de 10 ann.s | | |
| Ignacio de idade de 5 ann.s | | |

| | | |
|--------|--|----------------|
| | Marianna de idade de 8 ann.s | |
| Deid.e | 30 ann.s Manoel Jozê | Possue 30000// |
| Deid.e | 18 ann.s Cazado com Anna Frr.a filhos | |
| | Joâm de idade de 3 ann.s | |
| Deid.e | 60 ann.s Luis Ramos Barbas — Possue... | 100000 |
| Deid.e | 35 ann.s Cazado com Guiteria de Jezus filhos | |
| | Maria de idade de 20 ann.s | |
| | Joanna de idade de 16 ann.s | |
| | Fabiano de idade de 4 ann.s | |
| Deid.e | 26 ann.s Sebastiam Barboza, Lima — Solt.o — não possui nada | |
| Deid.e | 30 ann.s Joam da Mota | nada possui |
| Deid.e | 20 ann.s Cazado com Madalena Maria filhos | |
| | Manoel de idade de 8 ann.s | |
| | Francisco de idade de 6 ann.s | |
| | Joâm de idade de 4 ann.s | |
| | Maria de idade de 1 anno | |
| Deid.e | 80 ann.s João Jorge | nada possui |
| Deid.e | 50 ann.s Cazado com Getrudes Pim.ta filhos | |
| | Joâm de idade de 20 ann.s | |
| | Anna de idade de 16 ann.s | |
| Deid.e | 25 ann.s Miguel Pires | nada possui |
| Deid.e | 20 ann.s Cazado com Maria Moreyra filhos | |
| | Joâm de idade de 5 ann.s | |
| | Manoel de idade de 2 ann.s | |
| | Anna de idade de 6 ann.s | |
| | Maria de idade de 1 anno | |
| Deid.e | 35 ann.s Joâm Moreyra | nada possui |
| Deid.e | 20 ann.s Cazado com Ignacia Pedroza | |
| Deid.e | 20 ann.s Bras Jozê | nada possui |
| Deid.e | 18 ann.s Cazado com Margarida | |
| Deid.e | 45 ann.s Roza Maria — Viuva — nada possue | |
| | filhos | |
| | Antonio de idade de 6 ann.s | |
| | João de idade de 3 ann.s | |
| | Pedro de idade de 5 ann.s | |
| | Jozê de idade de 2 ann.s | |
| Deid.e | 50 ann.s Manoel de Miranda — nada possui | |
| Deid.e | 40 ann.s Cazado com Joana Lemes | |

| | |
|---|----------------|
| filhos | |
| Jacinto de idade de 14 ann.s | |
| Maria de idade de 24 ann.s | |
| Anna de idade de 18 ann.s | |
| Deid.e 42 ann.s Idelfonso Gomes de Syqr.a — Soltr.o — Possue | 200000// |
| Deid.e 38 ann.s Manoel Luis homem pardo — Soltr.o | nada possue |
| Deid.e 27 ann.s Manoel de Alm.da homem pardo — — Soltr.o | possue 50000// |
| Deid.e 36 ann.s Julio Calros da Sylvr.a — Soltr.o Possue | 50000// |
| Total desta Comp.a de Armas 105 | |

Comp.a da gr.a de N. Snr.a do facam

FACÃO

INOCENTES QUE SEBATIZARÃO NESTA FREG.a
DE NOSSA SRA.a DOS PRAZERES DA V.a DAS
LAGES, DESDE 12 DE SETEMBRO DE 1775 THÉ
OULTIMO DE DEZBR.o DE 1776 AN. OS SE-
GUINTEs (*)

| | |
|---|----|
| Maria filha de Angello de faria Cazado | 1 |
| Eufrazia, filha de Anna esc. de de Marçelino Preira | 2 |
| Joanna, Filha de Manoel de Barros Cazado | 3 |
| Manoel, filho de Martinho forro, Cazado | 4 |
| Visente, filho de Joanna esc. do Alf.es Baltazar Roiz | 5 |
| Izabel, filha de Lourenço Roiz da Rocha Cazado | 6 |
| Tereza, filha de Amador Roiz Cazado | 7 |
| Pedro, filho de Pedro Gliz. furtado — Casado | 8 |
| Vitorino filho de Ilias esc. do Cap.am Mor Reg.te | 9 |
| Janr.o de 76 " Madalena, filha de Mig.el Cordr.o Cazado .. | 10 |
| Eufrazia, filha de Manoel da Silva Ribr.o Cazado | 11 |
| Manoel, e Maria, Gemios f.os de fran.ca esc. | 12 |
| Maria, filha de Nicoláo cazado | 13 |
| Escolastica, filha de Rita Maria de S. Joze Cazada | 14 |
| Bento filho de Bento de tal Cazado esC. | 15 |
| Fran.co filho de Ignácio Pais de Sigr.a Cazado | 16 |
| Antonia, filha de Sebastião Pinto Cazado | 17 |

(*) Ver nota à página...

| | |
|---|----|
| Joaq.m, filho de Joze do Amaral Cazado | 18 |
| Francisco, filho de M.el Roiz de Ataide Cazado | 19 |
| Raymundo, filho de Luiza esC. de Ant.o fran.co de Azevedo | 20 |
| João, filho de Luis felis Cazado | 21 |
| Roza, filha de Simão Barboza Viubo | 22 |
| Joaquim, filho de Antonio Portes del Rey Cazado | 23 |
| Costodia, filha de Joze Boeno da S.a Cazado | 24 |
| Margarida, filha de ViSente esC. de Lou.ço da Rocha | 25 |
| Fran.co, filho de Manoel Jozé, Cazado | 26 |
| Jozé, filho de ALeixo Leme do Prado, Cazado | 27 |
| Florianio, filho de Antonio de Ar.o frança, Cazado | 28 |
| João, filho do Cap.am Bento do Amaral, Cazado | 29 |
| Margarida, filha de Marcelina, esC. dod.o | 30 |
| Mariana, filha de Joze da Roza, Cazado | 31 |
| Floriana, filha de João Luis da Costa, Cazado | 32 |
| Maria filha de Eugenio Cardozo, Casado | 33 |

Estes São os que se acharão Batizados
no L.o dos ASentos desta freguezia des
de 12 de 7br.o de 1775 the o Ultimo de
Dezbr.o de 1776 Anno.

Antonio Corr.a Pinto

| | |
|---|------------|
| Falesidos da Vida Prezente desde 12 de 7br.o de 1775 the o Ultimo de dezembro de | 1776 |
| Bem no ASento atraz, do L.o dos Falesidos | os Seg.tes |
| 1776 Aos 10 de Janr.o Faleseo Thereza esC. de Lourenço do Roiz da Rocha | 1 |
| Aos 8 de febr.o faleção, Leonor, esC. de Ant.o Fran.co | 2 |
| Aos — 19 — de Abril faleção, Januario esC. do dito .. | 3 |
| Aos — 15 — de Mayo faleção, Jeronimo aggr. de Ant.o momta | 4 |
| Aos — 20 — diaz de Mayo faleção, Roza Maria Mulher de Simão Barboza | 5 |
| Aos — 28 — de agosto faleção Pedro Glz. furtado ... | 6 |
| Aos — 30 — de Agosto faleção Euleria m.a mulher de Antonio adornez | 7 |
| Aos 3 — de Outr.o faleção fran.ca Corr.a m.er de Agos- tinho de Souza Rabello | 8 |
| Aos — 30 de Dezbr.o faleção Martinho forro Cazado . | 9 |

São As peSsoas que tem falecido no presente
Anno de 1776 the o ultimo de dezembro dod.o Anno —

Antonio Corr.a Pinto.

Lista geral de todos os habitantes desta V.a nova da
Lage a ordem do Illm.o e Exm.o Snr. General, do anno
de 1777

Pr.a classe das criasas ate 7 annos Completos Id.es

| | |
|--|---|
| Andre f.o de Antonio Lopes | 1 |
| João neto de Antonio Per.a Miz | 1 |
| M.el f.o Anna Nunes | 1 |
| Francisco f.o de Ignacio Cardozo | 1 |
| João f.o de Agustinha Pinta | 2 |
| Francisco f.o de Domingos Miz | 2 |
| João Agreg. em caza de M.el Franco do Rego | 2 |
| M.el f.o de Anna Nunes | 2 |
| José neto de Antonio Per.a Miz | 2 |
| Lourenso f.o de Salvador Per.a | 3 |
| M.el agreg. de Maria Madalena | 3 |
| Ignacio f.o de Nicacia Nunes | 3 |
| Jozé f.o de Fran.co Per.a Masiel | 4 |
| Bras f.o de Agustinha Pinta | 4 |
| Ignacio f.o de Joaq.m Barboza | 4 |
| Vicente f.o Anania Nunes | 4 |
| Ignacio Agre, de D. Bernarda Per.a | 5 |
| Domingos agreg. em caza de Jozé Franco | 5 |
| Jozé f.o de Pedro das Neves | 5 |
| Joaq.m f.o de João Miz | 5 |
| Izidorio Agreg. de Maria Madalena | 5 |
| Joaq.m f.o do Cap.m Antonio da S.a Vianna | 6 |
| Luiz neto de Anna Dias | 6 |
| Bento f.o de D.os Miz | 6 |
| Salvador f.o de Jozé da S.a | 6 |
| Joaq.m agreg. de João da S.a | 6 |
| Bento f.o de M.el Franco do Rego | 6 |
| Antonio f.o de Nicacia Nunes | 6 |
| Joaq.m f.o de Anna Alz viuva | 6 |
| Antonio exposto em caza de Antonio Per.a Miz | 6 |
| Bento f.o de Fran.co Per.a Masiel | 7 |
| Jozé f.o de Domingas Pinta | 7 |
| Gregorio f.o de Domingos Miz | 7 |
| Ignacio f. de Severino Alz | 7 |
| Antonio f.o de Timotio Roiz | 7 |
| Joaquim f.o de Anania Nunes | 7 |

2.^a Classe de todos os Rapazes de 7 até 15 annos completos

| | |
|--|----------|
| Andre f.o de João Miz | 8 |
| M.el f.o de Domingos Miz | 8 |
| Ignacio f.o de M.el Franco dô Rego | 8 |
| Gregorio f.o de Timotio Roiz | 8 |
| Bento f.o de Antonio Per.a Lopes | 8 |
| Jozé f.o de Anna Alz, viuva | 8 |
| João f.o de Fran.co Per.a MaSsiél | 9 |
| Ignacio f.o de Jozefa Miz, viuva | 9 |
| Anacleto, f.o de D.as Pinta | 9 |
| Salvador f.o de Timotio Roiz | 9 |
| Ignacio, neto de M.el Vaz de Siqra | 9 |
| Antonio f.o de João Miz | 10 |
| M.el f.o de Sebastianna Per.a viuva | 10 |
| Gregorio Felliz f.o de Diogo Per.a Pais | 11 |
| Sebastião f.o de Fran.co Per.a Masciel | 11 |
| Andre f.o de João da S.a | 11 |
| Bento f.o de Jozé da S.a | 11 |
| Antonio f.o de Fran.co da Costa | 11 |
| Bento, exposto em caza de M.el Vaz de Siqra | 11 |
| Geraldo f.o de Nicacia Nunes | 11 |
| Bento f.o de Ignacio Cardozo | 11 |
| Bento João f.o do Cap.m Antonio da S.a Vianna..... | 13 |
| Fran.co f.o de Jozé de Veras | 13 |
| Bento f.o de Vitoriana dos Santos | 13 |
| Antonio f.o de Jozefa Miz viuva | 13 |
| Ignacio f.o de João da S.a | 14 |
| Pedro f.o de D.as Pinta | 14 |
| Francisco f.o de João da S.a | 15 |
| M.el f.o de Jozé da S.a | 15 |
| Antonio f.o de João de Veras | 15 |
| Pedro f.o de Pedro das Neves | 15 |

Somão 31

3.^a Classe de todos os de id.e, de 15 até 60 annos
Completos

| | |
|---|----|
| Francisco de Assis f.o de Antonio Per.a Lopes | 16 |
| Joaquim Per.a f.o de Diogo Per.a Pais | 17 |
| Ignacio Cardozo f.o de Roza Per.a | 19 |
| Agustinho f.o de Timotio Roiz | 21 |
| Ignacio Alz Ribr.o | 23 |
| Deziderio Barboza f.o de M.el Barboza | 23 |

| | |
|---|----|
| Valerio Miz Cazado | 25 |
| Fran.co das Chagas f.o de Jozé do Rozario | 26 |
| Jozé Lopes Cazado | 27 |
| Antonio Teyxra Cazado | 27 |
| Salvador Per.a Cazado | 29 |
| Antonio Lopes Cazado | 29 |
| Valerio de Oliver.a Cazado | 31 |
| João Per.a Gomes f.o de Jozé Per.a Gomes | 31 |
| Gonsalo Lopes f.o de Ignacio Lopes viuvo | 31 |
| Salvador Franco Cazado | 31 |
| Joaq.m Barboza Cazado | 31 |
| Constantino Nunes Cazado | 31 |
| M.el Rabello Soltr.o | 32 |
| Agustinho da Costa Cazado | 33 |
| Salvador Per.a Lopes Cazado | 34 |
| João Pires Viuvo | 37 |
| Jozé dos Santos Soltr.o | 38 |
| Felliz Lopes Per.a Cazado | 39 |
| Fran.co Per.a Masciel Cazado | 39 |
| João da S.a Cazado | 39 |
| Antonio Gomes f.o de Jozé Per.a Gomes | 39 |
| Domingos Miz Cazado | 39 |
| Jozé da S.a Cazado | 39 |
| Severino Alz Cazado | 39 |
| M.el Franco de Olivr.a | 39 |
| João da S.a Cazado, agreg. em caza de Mel. Franco do Rego | 41 |
| João Miz Cazado | 43 |
| O Cap.m Antonio da S.a Vianna Cazado | 44 |
| Miguel da S.a Soltr.o | 45 |
| João Antunes de Alm.da Soltr.o | 45 |
| Salvador Nunes Cazado | 45 |
| M.el Miz Cazado | 46 |
| Antonio Per.a Lopes | 46 |
| João de OLivr.a Miz | 48 |
| M.el Franco do Rego Cazado | 48 |
| Pedro das Neves Cazado | 49 |
| Timotio Roiz Cazado | 49 |
| Ignacio Cardozo | 49 |
| M.el Barboza Cazado | 50 |
| M.el Vaz de Sigr.a Viuvo | 55 |
| Diogo Per.a Paiz Cazado | 56 |

4.^a Classe de todos as velhos desde id.e de 60 até
90 anos

| | |
|------------------------------------|----|
| Henrique Miz Cazado | 61 |
| Furtuozo Per.a Viuvo | 61 |
| Jozé Per.a Gomes Viuvo | 62 |
| Ignacio Miz Cazado | 68 |
| Jozé Franco de OLvr.a Cazado | 71 |
| Ignacio Lopes Viuvo | 71 |
| Fran.co da Costa Cazado | 71 |
| Antonio Per.a Miz Cazado | 73 |

Somão 8

5.^a classe de todas as crianças do sexo feminino até
a id.e de 7 annos completos

| | |
|---|---|
| Jozefa f.a de Ignacia Nunes | 1 |
| Anna Joaquina f.a de Cap.am Ant.o da S.a Vianna | 2 |
| Fran.ca f.a de Jozefa Miz viuva | 2 |
| Fran.ca f.a de Benedita Nunes | 2 |
| Izabel f.a de Agustinho da Costa | 2 |
| Ignacio f.a de M.el Jozé Guim.es | 3 |
| Maria f.a de Fran.co Per.a Masiel | 3 |
| Antonia f.a de Constantino Nunes | 3 |
| M.a f.a de Antonio Teyxr.a | 3 |
| Jozefa neta de Anna Dias Viuva | 5 |
| Anna f.a de D.as Pinta | 5 |
| Maria f.a de Jozé da S.a | 5 |
| Caterina f.a de Benedita Nunes | 5 |
| Jozefa f.a de Anna Alz viuva | 5 |
| Joanna f.a de Salvador Per.a | 5 |
| Maria f.a de Jozefa Miz viuva | 5 |
| Ignacia f.a de Fellix Lopes | 5 |
| Anna f.a de Severino Alz | 5 |
| Izabel f.a de M.el Franco do Rego | 5 |
| Ignacia agreg. em caza do d.o | 5 |
| Gertrudes f.a de M.el Barboza | 5 |
| Ignacia f.a de Antonio Teyxr.a | 5 |
| Joanna f.a de João de Olivr.a | 6 |
| Ignacia f.a de Salvador Franco | 6 |
| Ignacia f.a de Antonio Per.a Lopes | 6 |
| Clara Maria f.a de Henrique Miz | 7 |
| Ignacia f.a de Salvador Per.a | 7 |
| Maria f.a de Jozefa Miz viuva | 7 |

| | |
|---|----|
| Anna f.a de Ignacio Cardozo | 7 |
| Bibianna f.a de Henrique Miz | 7 |
| Joanna f.a de João de Olivr.a Miz | 7 |
| Sebastianna f.a de Ignacia Nunes | 7 |
| | 32 |
| Somão | 32 |

6.a Classe de todas as raparigas desde a id.e de 7 até
14 anos —

| | |
|--|----|
| Leonarda agreg. em caza de M.el Franco do Rego | 9 |
| Joanna f.a de Salvador Franco | 9 |
| Maria f.a de Ignacio Cardozo | 9 |
| Ignacia f.a de Joanna de Veras | 11 |
| Anna f.a de Jozefa Miz | 11 |
| Caterina f.a de Salvador Lopes | 11 |
| Anna f.a de Salvador Franco | 11 |
| Ignacia f.a de João Pires | 13 |
| Margarida f.a de D.as Pinta | 13 |
| Escolastica f.a de João de OLvr.a Miz | 13 |
| Rita f.a de M.el Barboza | 13 |
| Maria f.a de Pedro das Neves | 14 |
| Quiteria f.a de Pedro Miz | 14 |
| Maria f.a de Anna da S.a Rocha | 14 |
| M.a f.a de M.el Barboza | 14 |
| | 15 |
| Somão | 15 |

7.a Classe de todas as mulheres desde a id.e de 14
até 40 annos

| | |
|--|--------|
| | Idades |
| Fran.ca f.a de Roza Per.a | 16 |
| Escolastica Maria f.a do Cap.n Antonio da S.a Vianna | 17 |
| Maria f.a de Jozé da S.a | 17 |
| Escolastica f.a de M.el Franco do Rego | 17 |
| Escolastica f.a de M.el Barboza | 17 |
| Escolastica f.a de Ignacio Cardozo | 17 |
| Antonia Alz Subr.a de Anna Alz | 18 |
| Maria f.a do Cap.n Antonio da S.a Vianna | 19 |
| Joanna f.a de Henrique Miz | 19 |
| Anna agreg. em caza de Jozé Franco | 19 |
| Fran.ca. da S.a m.er de Valerio Miz | 19 |
| Anna de OLivr.a m.er de Antonio Lopes | 19 |

| | |
|--|----|
| Maria de Olivr.a m.er de Jozé Lopes | 19 |
| Agustinha agreg. em caza de Constantino Nunes | 19 |
| Antonia f.a de Antonio Per.a Miz | 19 |
| Joanna Maria m.er de Antonio Bonifacio | 20 |
| Maria neta de Anna Dias | 21 |
| Domingas f.a de Ignacio Miz | 21 |
| Vida Lina agreg. de Maria Madalena | 21 |
| Jozefa f.a de Pedro Miz | 21 |
| Maria f.a de Fran.co da Costa | 21 |
| Maria f.a de M.el Vaz de Siqr.a | 21 |
| Francisca f.a de Ignacio Cardozo | 21 |
| Furtuoza f.a de Antonio Per.a | 21 |
| Maria f. de Fran.co da Costa | 23 |
| Joanna f.a de M.el vaz de Siqr.a | 24 |
| Agustinha f.a de Micaella Pinta | 25 |
| Maria Lourensa f.a de Ignacio Miz | 26 |
| Ignacia de Olivr.a m.er de M.el Franco de Olivr.a | 26 |
| Antonia f.a de Fran-co da Costa | 26 |
| Anna f.a de Antonio Per.a Miz | 26 |
| Maria agreg. em caza de D. Bernarda Per.a | 26 |
| Jozefa f.a de M.el Vaz de Siqr.a | 26 |
| Jozefa Per.a m.er de M.el Joze Guim.es | 28 |
| Joanna f.a de Ignacio Miz | 29 |
| Margarida f.a de Pedro Miz | 29 |
| Eugenia f.a de Ignacia Nunes | 29 |
| Caetana de Olivr.a m.er de Agustinho da Costa | 29 |
| Eugenia da Costa m.er de Antonio teyxr.a | 29 |
| Maria Per.a m.er de Francisco Per.a Masciel | 31 |
| Jeronima do Esp.o St.o m.er de João da S.a | 31 |
| Thereza f.a de Pedro Miz | 31 |
| Maria Barboza m.er de D.os Miz | 31 |
| Benta Franca agreg. em caza de M.el Franco do Rego | 31 |
| Maria Per.a f.a de Ant.o Per.a Miz | 31 |
| Anna Maria m.er de Salvador Franco | 32 |
| Anna Rib.ra Viuva | 33 |
| Maria de Souza m.er de Salvador Per.a | 33 |
| M.a Rabella m.er de Constantino Nunes | 33 |
| Sebastianna Per.a Gomes Viuva | 34 |
| Anna Alz Carnr.a Viuva | 34 |
| Roza Per.a f.a de Anna Dias | 35 |
| Romana de Souza m.er de Valerio de Olivr.a | 35 |
| Anna de S.a Rocha Viuva | 36 |
| Clara Per.a f.a de Anna Dias | 37 |
| Joanna das Neves m.er de João da S.a Pereira | 37 |
| M.a da Souza m.er de Ignacio Cardozo | 37 |

| | |
|---|-----------|
| M.a Rabela cunhada de Constantino Nunes | 39 |
| M.a Alz Cordr.a m.er de Joaquim Barboza | 40 |
| | — |
| Somão | 59 |

8.ª Classe de todas as velhas e adultas de
40 annos até 90 — //

| | |
|--|-----------|
| Ursula da virgens m.er de Salvador Lopes | 41 |
| Julianna Per.a m.er de Jozé da S.a | 41 |
| Izabel Teyxr.a m.er de Timotio Roiz | 41 |
| Sizilia Per.a f.a de Ant.o Per.a Miz | 41 |
| Sebastianna Glz de Alm.da m.er do Cap.m Ant.o da S.a Vianna | 42 |
| Anna Correa m.er de Henrique Miz | 43 |
| Nicacia Nunes | 43 |
| Ignacia Nunes Viuva | 45 |
| M.a Per.a f.a de Anna Dias | 46 |
| Jozefa Miz Viuva | 47 |
| Antonio das Neves m.er de M.el Barboza | 47 |
| Micaella Pinta | 48 |
| Anna da Assumpção m.er de João de Olivr.a | 50 |
| Ant.a Ferr.a m.er de João Per.a Veras | 51 |
| Theodora Mendes m.er de João Miz | 51 |
| D.as de Ozeda m.er de Felliz Lopes | 51 |
| Joanna Gomes m.er de M.el Franco do Rego | 53 |
| Marianna da Rocha m.er de Jozé do Rozario | 53 |
| Vitoria de Alm.da m.er de Diogo Per.a Pais | 54 |
| Anna Dias Viuva | 61 |
| Ignacia de Souza m.er de Ignacio Miz | 61 |
| Maria Madalena Viuva | 61 |
| Escolastica Guedes m.er de Pedro Miz | 61 |
| Maria Franca de Olivr.a m.er de Fran.co da Costa | 67 |
| Izabel Dias m.er de Ant.o Per.a Miz | 68 |
| Izabel da Costa Viuva | 71 |
| Maria da Silva Vianna Viuva | 71 |
| Maria Per.a Massiel m.er de Jozé Franco | 76 |
| Catherina de Sene de Alm.da | 76 |
| | — |
| Somão | 29 |

Lista dos escravos desta V.a na pr.a Classe das
crianças até 7 annos

| | |
|--|---|
| Alexandre escravo de Maria da S.a | 1 |
| Salvador escravo de Diogo Per.a Pais | 1 |

| | |
|--|-----|
| M.el escravo de Severino Alz | 2 |
| Joaq.m escravo de Henrique Miz | 3 |
| Fran.co escravo de Anna Alz | 3 |
| Salvador escravo de Diogo Per.a Pais | 4 |
| Benedito escravo de dod.o asima | 5 |
| Eufrazio escravo de Anna Alz | 5 |
| Antonio escravo de Ignacio Cardozo | 5 |
| Theobaldo escravo de Diogo Per.a Pais | 6 |
| Constantino escravo dod.o | 6 |
| M.el escravo de M.a da S.a Vianna | 6 |
| Daniel escravo de Diogo Per.a | 7 |
| Clemente escravo de Henrique Miz | 7 |
| Joaq.m escravo de Joze Franco | 7 |
| Agustinho escr. de M.el Franco do Rego | 7 |
| Atanazio escr. de Ignacio Cardozo | 7 |
| Jozé escr. de M.el Franco do Rego | 7 |
| | — |
| Somão | 18. |

2.a Classe de todos os rapazes de 7 annos até 15

| | |
|---|----|
| Caetano escravo de Jozé Franco | 9 |
| Manoel escr. de Manoel Franco | 9 |
| Silverio escr. de Henrique Miz | 10 |
| Ignacio escr. do dod.o | 11 |
| Mathias escr. de João Per.a Veras | 11 |
| Amador escravo de Salvador Lopes | 11 |
| Ignacio escr. de Manoel Franco do Rego | 11 |
| Pedro escr. de Catharina de Sene | 11 |
| Policarpio escr. de D. Bernarda Per.a | 11 |
| João escr. de M.el Jozé Guim.es | 12 |
| Anacleto escr. de Jozé Franco | 12 |
| João escr. de M.el Jozé Guim.es | 13 |
| Vitorio escr. de João Antunes | 13 |
| Manoel escr. de D. Bernarda Per.a | 13 |
| Manoel escr. do Cap.m Antonio da S.a Vianna | 15 |
| | — |
| Somão | 15 |

3.a Classe de todos os da id.e de 15 a 60 annos

| | |
|---|----|
| Jeronimo escravo do Cap.m Ant.o da S.a Vianna | 20 |
| M.el escr. de Diogo Per.a Nunes | 20 |
| Ignacio escr. de M.el Franco do Rego | 20 |
| M.el escr. de João Per.a Veras | 21 |

| | |
|--|----|
| Antonio escr. de M.el Franco do Rego | 21 |
| Martinho escr. de Henrique Miz | 23 |
| Ignacio escr. de João de Oliveira | 23 |
| Agustinho escr. de Ana da Silva Rocha | 23 |
| Domingos escr. de Anna Alz | 23 |
| Benedito escr. de D. Bernarda Per.a Nunes..... | 23 |
| Luiz escr. de M.el Jozé Guim.es | 26 |
| Matheos escr. de Severino Alz. | 26 |
| Niculaõ escr. de Anna da S.a Rocha | 27 |
| Estevão escr. de Henrique Miz | 31 |
| Fran.co escr. de M.el Franco do Rego..... | 31 |
| Fran.co escr. de Diogo Per.a Pais | 36 |
| Ludovico escr. de Jozé Franco | 36 |
| Bernardo escr. de Diogo Per.a..... | 37 |
| Valentim escr. de D. Bernarda Per.a | 39 |
| Julião escr. de Diogo Per.a Pais | 41 |
| Vicente escr. do d.o | 41 |
| Ambrozio escr. de Henrique Miz | 41 |
| Domingos escr. de M.el Jozé Guim.es..... | 41 |
| Vitorino escr. de Jozé Franco | 41 |
| Furtuozo escr. de M.el Franco do Rego..... | 44 |
| Theotonio escr. do Cap.m Ant.o da S.a Vianna | 45 |
| Silvestre escr. de Manoel Franco do Rego..... | 53 |

Somão 27

4.^a Classe de todos os escravos velhos desde 60 até 90 annos

Idades

| | |
|--|----|
| Filippe escr. de Henrique Miz | 61 |
| Luiz escr. de M.el Franco do Rego..... | 71 |

Somão 2

5.^a Classe de todas as criasas escr. do Sexo femeno até 7 annos — //

| | |
|---|---|
| Sebastianna escr. de Henrique Miz | 1 |
| Alexandrina escr. de Maria da S.a..... | 1 |
| Liberata escr. de Diogo Per.a Pais..... | 2 |
| Margarida escr. de Henrique Miz | 2 |
| Romualda escr. do d.o | 2 |
| Brizida escr. de Anna da S.a Rocha | 2 |
| Narciza escr. de M.el Franco do Rego..... | 2 |

| | |
|--|---|
| Vitoria escr. do C. Ant.o da S.a Vianna..... | 3 |
| Antonia escr. de João de Veras | 3 |
| Fran.ca escr. de M.el Franco do Rego..... | 3 |
| Marianna escr. de Anna Alz | 3 |
| Maria escr. dada | 3 |
| Domingas escr. de Ignacio Cardozo..... | 3 |
| Rozaura escr. de M.el Jozé Guim.es | 4 |
| Anna escr. dod.o | 4 |
| Thereza escr. de Henrique Miz | 5 |
| Dionizia escr. de Pedro Miz..... | 5 |
| Jozefa escr. de D. Bernarda Per.a..... | 5 |
| Alexandrina escr. de Diogo Per.a | 6 |
| Anna escr. de M.el Franco do Rego..... | 6 |
| Micaela escr. de Diogo Per.a Pais..... | 7 |
| Jozefa escr. dod.o M.el Franco | 7 |

Somão 22

6.^a Classe de todas as raparigas escr. desde 7 até
14 annos

| | |
|---|----|
| Izabel escr. de D. Bernarda Per.a..... | 9 |
| Thereza escr. dada | 11 |
| Izabel escr. de Anna da S.a Rocha | 12 |
| Thomazia escr. de João Per.a Veras..... | 13 |

Somão 4

7.^a Classe de todas as escravas de id.e de 14 annos
até 40

| | |
|--|----|
| Maria escr. de M.el Jozé Guim.es..... | 17 |
| Jozefa escr. de Henrique Miz | 19 |
| Joanna escr. de Jozé Franco | 21 |
| Joanna escr. de Catharina de Sene | 21 |
| Margarida escr. de Anna Alz | 21 |
| Maria escr. de Ignacio Cardozo | 21 |
| Marcelina escr. de Henrique Miz | 22 |
| Custodia escr. dod.o | 25 |
| Ignacia escr. de Anna Alz | 25 |
| Antonia escr. de Manoel Jozé Guim.es | 26 |
| Maria escr. do Cap.m Antonio da S.a Viana..... | 27 |
| Violanta escr. de Diogo Per.a Pais..... | 27 |
| Maria escr. de João de Olivr.a | 27 |
| Joanna escr. de Henrique Miz..... | 31 |
| Elena escr. do do | 31 |

| | |
|------------------------------------|----------|
| Dina escrava de Anna Ribra | 33 |
| Lourensa escr. de Diogo Per.a..... | 35 |
| Fran.ca escr. de Henrique Miz..... | 39 |
| | — |
| | Somão 18 |

8.^a Classe de todas as escravas velhas de 40 annos até 90 ———

| | |
|---|---------|
| Jozefa escrava de Jozé Franco | 41 |
| Maria Egiciaca escr. de M.el Franco Rego..... | 43 |
| Maria escr. do d.o | 48 |
| Maria escr. de M.a da S.a..... | 51 |
| Maria escr. de Catharina de Sene..... | 51 |
| Micaella escr. de Henrique Miz..... | 61 |
| Lour.sa escr. de Anna da S.a Rocha..... | 66 |
| Estacia escr. de Henrique Miz | 71 |
| | — |
| | Somão 8 |

9.^a Classe de todos os nascim.tos acontecidos no anno de 1777

| | |
|--|--|
| Sebastianna escrava de Henrique Miz..... | |
| Francisco f.o de Ignacio Cardozo..... | |
| Maria f.a d Valerio Miz | |
| Maria f.a de Pais incognito | |
| Manoel f.o de Jozé Lopes | |
| Daniel f.o de Domingos Miz | |
| Candido f.o de Joaquim Barboza | |
| Maria f.a de Silvestre escravo de M.el Franco..... | |
| Francisca f.a de Salvador Per.a..... | |
| Escolastica f.a de Severino Alz..... | |
| Joaquim f.o de Eugenia Nunes..... | |
| Manoel f.o de João Miz..... | |
| Maria f.a de Agustinha Pinta | |
| João f.o de Salvador Franco..... | |
| Manoel f.o de Constantino Nunes | |
| Izabel escrava de Diogo Per.a Pais..... | |
| Margarida agreg. em casa de M.el Franco..... | |
| Anna f.a de M.el Miz Novais..... | |
| Ritá escrava de Severino Alz..... | |

Déssima Classe de todos os mortos do dito anno
de 77

| | |
|--|-------|
| Vicente f.o de Anna de Barros..... | |
| Jozefa f.a de Maria Pereyra | |
| Joanna escrava de Miguel Franco | |
| Francisca f.a de Benedita de Barros..... | |
| Miguel Franco | |
| Anna f.a de Agustinho da Costa | |
| Placida Nunes | |
| Maria Nunes | |
| Sebastianna escrava de Henrique Miz..... | |
| Manoel f.o de José Lopes | |
| Manoel f.o de João Miz..... | |
| Manoel f.o de Constantino Nunes..... | |
| João f.o de Salvador Franco | |

Somão 13

Vereadores Tietêenses (*)

BENEDICTO PINTO DE ALMEIDA

1 — Dr. José Elias Vaz de Almeida

O dr. José Elias Vaz de Almeida nasceu em Tietê a 25 de março de 1864 e era filho do finado Elias Vaz de Almeida e de dona Maria Antonia de Campos Melo.

Começou os seus estudos no "Colégio do Lageado", em Sorocaba, seguindo depois para São Paulo, onde, após os preparatórios, como aluno do Colégio Moretzsom, matriculou-se na Faculdade de Direito, obtendo o diploma de Bacharel em ciências jurídicas e sociais, em 1890.

Depois de formado regressou a Tietê, onde fixou residência, dedicando-se à lavoura de café.

Em 30 de maio de 1891 contraiu casamento em Uberaba, Estado de Minas Gerais, com a exma. sra. dona Eliza Junqueira de Almeida, filha do sr. João Francisco Diniz Junqueira e de dona Francisca Angeliza Diniz Junqueira.

Em abril de 1892, com a renúncia do dr. José Augusto Correa, do cargo de Intendente foi o dr. José Elias Vaz de Almeida nomeado para a sua vaga, sendo empossado a 17 de maio do mesmo ano e imediatamente eleito Presidente do Conselho.

Feita a eleição da primeira Câmara Constitucional foi o dr. José Elias Vaz eleito vereador e escolhido Presidente da Câmara no novo regimen, recem inaugurado.

Teve sempre parte na direção política local sendo membro de destaque do Diretório do Partido Republicano e Presidente acatado da Comissão de Agricultura.

"O dr. José Elias era um moço de carater ilibado, possuidor de raros dotes de coração, esposo exemplar, pai amantíssimo, filho dedicado e amigo sincero de todos aqueles que com ele pri-

(*) A primeira parte deste trabalho foi estampada no Vol. XXXVIII desta Revista. — N. da R.

varam. Conquanto fosse modesto por excelência e de gênio muito retraído possuía, entretanto, uma alma sempre aberta às mais generosas idéias e era um homem que, cheio de bondade, estava sempre pronto a servir a todos que o procuravam”.

2 — José Pires de Arruda Melo

Era filho de José Pires de Arruda Botelho, que por muitos anos foi Tabelião em Tietê e de dona Maria de Almeida Melo, sendo natural de Sorocaba.

Em 7 de setembro de 1875 casou-se em Tietê com dona Eliza Augusta Teixeira.

Em substituição a seu pai serviu no cargo de Escrivão e Tabelião do 1.º Ofício da Comarca, de março de 1890 a maio de 1892.

Candidato a vereador na 1.ª legislatura republicana de 1892-1895, foi eleito no pleito de 30 de agosto de 1892, tomando posse a 29 de setembro. Nesse mesmo dia foi escolhido Intendente, cargo que exerceu até 9 de dezembro de 1892, quando pediu demissão.

Não chegou a completar o quadriênio, pois renunciou a sua cadeira de vereador em fevereiro de 1894.

O sr. José Pires de Arruda Melo desistiu, em favor da Câmara, dos seus vencimentos de Intendente, tendo aquela resolvido mediante resolução de 9 de dezembro de 1892, que se oferecesse metade dos vencimentos para aplicar nas obras da CASA DE CARIDADE, que na época ia ser construída em Tietê.

Exerceu, de 8 de abril de 1878 a 8 de julho de 1879, o cargo de Secretário da Câmara Municipal.

Mudou-se para São Paulo, onde faleceu como funcionário do Instituto Disciplinar.

3 — João Leite de Oliveira Caçapava

Este ilustre republicano histórico era filho de Antônio Xavier Rodrigues Leite e de dona Francisca de Oliveira Cesar, sendo nascido em 30 de outubro de 1856 em Caçapava, neste Estado.

Estudou primeiras letras em Campinas, no “Externato Bahia” e depois no “Externato Joaquim Roberto”.

Casou-se em 1880 com dona Argentina Ribeiro Caçapava, natural de Piracicaba.

Mudou-se para Tietê em 1882, aqui se estabelecendo com farmácia.

Republicano de convicções, foi um dos fundadores do CLUBE REPUBLICANO DE TIETÊ, juntamente com oito companheiros.

Dando-se o golpe de Estado contra Américo Brasiliense em

19 de dezembro de 1891, foi um dos aclamados pelo povo para fazer parte do Conselho de Intendência de Tietê, cuja posse se deu em 2 de janeiro de 1892, sendo eleito Vice-Presidente do Conselho.

Eleito vereador na 1.^a legislatura de 1892-1895 foi empossado em 29 de setembro de 1892.

Em 1895 mudou-se para Itapetininga, para cuidar da educação de seus filhos. Residiu posteriormente em várias cidades, falecendo em Guarulhos, em princípios de julho de 1936 e com 80 anos de idade.

4 — José Joaquim de Arruda

Vide n. 53 do tempo do Império.

5 — José Correa de Arruda.

Era natural de Porto Feliz, onde nasceu a 2 de agosto de 1842. Foram seus pais Francisco Corrêa de Toledo e dona Ana Esméria de Arruda.

Casou-se em Porto Feliz, com dona Emilia de Arruda Campos, filha de José Rodrigues Leite e de dona Gertrudes de Almeida Leite.

No antigo regimen, militou sempre no Partido Liberal e, depois de proclamada a República, aderiu ao novo regimen.

Fez parte como vereador da primeira câmara constitucional republicana, na legislatura de 1892 e 1895 e empossado a 29 de setembro de 1892; não concluindo porem o seu mandato, em virtude de renúncia, sendo substituído em 8 de agosto de 1893 pelo Cel. Rafael Augusto de Souza Campos.

Com a renúncia dos vereadores da Câmara da 3.^a legislatura logo após a terminação da epidemia de febre amarela, José Correa de Assuda foi empossado em 22 de maio de 1901 juntamente com mais 5 companheiros, sendo nessa mesma data eleito Intendente Municipal.

Feita a renovação da Câmara, em virtude da nova legislatura (4.^a de 1902 a 1904), foi José Correa de Arruda reeleito, continuando como Intendente Municipal até 3 de agosto de 1903, quando deixou o cargo.

Durante o período em que exerceu a Intendência não recebeu o subsídio a que tinha direito e do qual desistiu em favor da Municipalidade, cujos cofres estavam em extrema penúria, pois há pouco se libertára a cidade de terrível epidemia da febre amarela, que incalculável prejuízo deu a nossa terra.

José Correia de Arruda "foi um homem que, pelo seu cora-

ção bondoso e trato simples, se tornou estimado de todos aqueles que com ele privavam”.

Faleceu em 19 de agosto de 1914.

6 — João Alves Correia de Toledo

Nasceu em Tietê no dia 27 de janeiro de 1860 e filho de José Alves Rodrigues de Araujo e de dona Francisca Correia da Rocha.

Casou-se em Tietê, com dona Franklina de Moura Campos, filha de Franklin de Moura Campos e de dona Amélia Amália de Almeida Campos.

Eleito vereador à 1.^a legislatura de 1892 a 1895, renunciou logo ao seu mandato, sendo substituído em novembro de 1892, juntamente com o dr. Joaquim Mariano de Almeida Moraes.

Mudou-se para Piracicaba onde ocupou cargos de relevância na administração pública e na direção política daquele próspero município. Faleceu naquela cidade a 25 de março de 1936.

7 — André Teixeira Pinto

Vide n. 64 do tempo do Império.

8 — dr. Joaquim M. de Almeida Moraes.

Vide n. 30 do tempo do Império.

9 — José Correia de Toledo

Vide n. 59 do tempo do Império.

10 — Alberto Dias de Assunção

Natural de Tietê onde nasceu a 17 de novembro de 1855, Alberto Dias de Assunção era filho do dr. Luiz Antônio de Assunção e de dona Izabel Emília Dias de Aguiar.

Casou-se em sua terra natal, a 3 de fevereiro de 1880, com dona Luiza Cecília de Moraes, filha do Tenente Coronel Francisco Correia de Moraes e de dona Maria Cecília de Moraes.

Em 16 de março de 1881 assumiu o cargo de Delegado de Polícia deste município e que exerceu até setembro desse ano.

Logo no início da 1.^a legislatura republicana, os vereadores eleitos João Alves Correia de Toledo e dr. Joaquim Mariano de Almeida Moraes renunciaram a seus mandatos, sendo eleitos e empossados em suas vagas José Correia de Toledo e Alberto Dias de Assunção, no dia 24 de novembro de 1892.

Alberto Dias de Assunção foi reeleito vereador na 2.^a legis-

latura (1896-1898), sendo escolhido Intendente Municipal em 1.º de junho de 1896 e exercendo o cargo até 6 de julho do mesmo ano.

Em 20 de abril de 1892, foi nomeado 3.º suplente de Juiz Municipal.

Faleceu em 17 de maio de 1899.

11 — Rafael Augusto de Souza Campos

Vide n.72 do tempo do Império.

12 — Major Joaquim Vaz de Almeida Moraes

Nascido a 19 de julho de 1858, em Tietê, era filho de Salvador Correia de Moraes e de dona Maria Cândida de Almeida.

Casou-se em Tietê com Francisca Correia de Moraes.

Foi eleito vereador e empossado em 15 de março de 1894, juntamente com o Cap. José Antão de Arruda, na 1.ª Câmara constitucional da república, nas vagas de José Pires de Arruda Melo e José Joaquim de Arruda.

Juiz de Paz serviu na 2.ª legislatura de 1896 a 1898.

Em 1905, transferiu a sua residência para Botucatu, onde faleceu a 14 de junho de 1916, depois de servir como Juiz de Paz por espaço de 9 anos.

13 — Cap. José Antão de Arruda

O Cap. José Antão de Arruda é sorocabano, sendo nascido em 17 de janeiro de 1860. Foram seus pais Manuel Ileno de Arruda e dona Ana Maria dos Santos.

Mudou-se para Tietê no ano de 1879, onde veio como telegrafista da Estrada de Ferro Sorocabana, cuja linha telegráfica havia sido inaugurada há pouco, servindo como tal, de setembro de 1879 até março de 1881, antes de abrir-se o tráfego da ferrovia.

Dois anos após a sua chegada, aqui se casou no dia 10 de dezembro de 1881 com dona Leandrina Augusta de Proença.

Eleito vereador e empossado em 15 de março de 1894, foi escolhido Intendente em 3 de abril de 1894, exercendo o mandato até 7 de janeiro de 1896 quando foi reeleito por ter sido também reeleito vereador para a 2.ª legislatura de 1896 a 1898. Exerceu a Intendência até 1.º de junho de 1896 quando renunciou a sua cadeira de vereador.

Mudou-se de Tietê para Sorocaba, em junho de 1896, e onde ainda reside, gozando de grande estima na sociedade sorocabana, fazendo parte do Conselho de Administração Temporal do Bispado.

2.ª LEGISLATURA — 1896 a 1898

14 — Dr. José Augusto Correia. 15 — Cel. Indalécio Ferreira de Camargo. 16 — Luiz Alves Correia de Toledo. 17 — Donato da Silva Castro. 18 — João Alves Correia de Toledo. 19 — João de Moura Campos Sobrinho. 20 — Alberto Dias de Assunção. 21 — José Antão de Arruda. 22 — José Garcia Correia. 23 — Joaquim Pereira de Almeida Paula.

14 — Dr. José Augusto Correia

O dr. José Augusto Correia, nasceu neste município de Tietê em 28 de julho de 1860 e é filho de José Correia de Moraes Silveira e de dona Augusta Umbelina de Campos.

Casou-se no dia 27 de maio de 1885 em Tietê, com dona Maria Izabel de Toledo, filha de Joaquim Manuel Correia de Toledo e de dona Maria Vaz de Almeida.

Formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, recebendo o grau em dezembro de 1884, tendo feito, no entretanto, os preparatórios na capital de São Paulo.

Formado procurou a terra natal, onde residiu durante longos anos exercendo com brilhantismo a honrosa e humanitária profissão de médico.

Após a proclamação da república foi nomeado para fazer parte do primeiro Conselho de Intendência, empossado em 24 de janeiro de 1890 e do qual foi eleito Presidente.

Em 2 de janeiro de 1892 foi empossado membro do 3.º Conselho de Intendência e outra vez escolhido Presidente.

Eleito vereador à 2.ª legislatura de 1896 a 1898 empossou-se a 7 de janeiro de 1896, servindo na Presidência da Municipalidade, durante o triênio.

Em 7 de março de 1892 recebeu das urnas o mandato de deputado ao Congresso Estadual, onde prestou relevantes serviços, entre os quais o da solução da questão de divisas do município de Tietê com o de Pereiras, voltando Conchas a pertencer a Tietê.

Em 1898 deixou o cargo de Presidente da Câmara e abandonou as lides partidárias para dedicar-se exclusivamente à missão de médico, até que em 1901 voltou novamente a fazer parte do Diretório Político do Partido Republicano até 1908. Mais tarde, em 1910, foi Presidente da Junta Republicana do Partido Hermista de Tietê, formado em consequência da cisão na família política local.

“A estrela de maior brilho que resplandece sobre a sua vida é a que se vê engastada sob os tetos das enfermarias do nosso

Hospital de Misericórdia desde junho de 1898 data de sua fundação, até hoje, estrela formada de lágrimas e bençãos de tantos infelizes que desde então até agora recebeu diariamente e sem remuneração alguma os carinhos e tratamento desse bondoso coração desse verdadeiro pai dos pobres”, dizia-se em 1906, do dr. Correia.

Em 1911 transferiu a sua residência para São Paulo, onde reside.

15 — Cel. Indalécio Ferreira de Camargo

Era o Cel. Indalécio Ferreira de Camargo, natural deste município filho do Cap. Antônio Gonçalves de Camargo e de dona Maria Anúnciação Ferreira, onde nasceu a 21 de março de 1848. Foi casado duas vezes: a primeira a 15 de janeiro de 1870, com dona Carolina Inocência de Camargo, da qual não houve descendentes, e a segunda vez em 6 de setembro de 1879 com dona Adolfina Vaz de Camargo, filha de Elias Vaz de Almeida e de dona Maria Antônia de Campos Melo.

Desde muito moço dedicou-se à política, exercendo o cargo de suplente de Delegado de Polícia, no qual foi empossado em 20 de novembro de 1870.

Ao ser proclamada a república, em Tietê, no dia 16 de novembro de 1889, fato que se deu no edifício da antiga Cadeia da praça do Jardim, onde tinha sua sede a Câmara Municipal, o nome de Indalécio de Camargo foi incluído no Triunvirato Governativo da cidade, do qual faziam parte: o Cel. Indalécio Ferreira de Camargo; o dr. Adolfo Botelho de Abreu Sampaio e Joaquim Antônio Correia.

Sete dias depois, em 23 de novembro, era o Cel. Indalécio nomeado 2.º suplente de Delegado de Polícia, sendo a 6 de março de 1890 empossado como 1.º suplente e a 21 de dezembro de 1891 investido nas funções de Delegado de Polícia.

Fez parte como vereador da Câmara Municipal, da 2.ª legislatura de 1896 a 1898, e em abril de 1901 dando-se a renúncia coletiva dos vereadores que compunham a Câmara da 3.ª legislatura — foi um dos eleitos, sendo os novos vereadores empossados em 22 de maio daquele ano.

Novamente eleito vereador na 4.ª legislatura de 1902 a 1904, foi escolhido Presidente em 2 de maio de 1904 na vaga deixada com o falecimento do saudoso Francisco de Toledo Campos Piza.

O Cel. Indalécio Ferreira de Camargo foi ainda reeleito vereador na 5.ª legislatura de 1905 a 1907, e na 6.ª legislatura de 1908 a 1910, tendo sido o Presidente da Câmara em ambas as legislaturas.

Foi membro de grande prestígio do Diretório Político do Partido Republicano, de 1903 a 1908.

A Santa Casa local não deixou de prestar o seu valioso concurso, fazendo parte da sua mesa administrativa no biênio de 1908 a 1909.

Foi membro fundador do Tiro de Guerra, incorporado sob n. 90 e fundado em 4 de setembro de 1910.

Era o Cel. Indalécio Ferreira de Camargo "homem educado e crescido nos moldes clássicos da honradês, do respeito à própria palavra e ao próprio nome", sendo "expressão vivida do patrimônio de virtudes que a nossa raça tem de mais próprias e genuínas", dando com a sua vida "exemplo para ser imitado, de energia, lealdade e franqueza, qualidades que lhe engrandecem o nome e o tornaram benquista".

Faleceu em Tietê a 9 de abril de 1924.

16 — Cel. Luiz Alves Correia de Toledo

.. O Cel. Luiz Alves Correia de Toledo é natural de Capivari, sendo filho de Francisco Correia de Toledo e de dona Cândida Alves de Araujo.

Casou-se em Piracicaba, com dona Escolástica Alves de Moraes, filha de Bento Antônio de Moraes e de dona Alexandrina da Silveira Moraes.

Foi eleito juiz de Paz na 1.^a legislatura republicana de 1892 a 1895 e vereador na 2.^a legislatura de 1896 a 1898, sendo reeleito vereador na 3.^a legislatura de 1899 a 1901, sendo que renunciou o mandato juntamente com outros companheiros de vereança, em abril de 1901.

O Cel. Luiz Alves Correia de Toledo exerceu a Presidência da Câmara de 7 de janeiro de 1899 até a data de sua renúncia.

Na 6.^a legislatura de 1908 até 1910 serviu como Juiz de Paz.

Foi membro da Junta Republicana do Partido Hermista, eleito em 24 de abril de 1910, cujo mandato vigorou até 29 de janeiro de 1911 quando foi eleita nova junta.

Membro da Diretoria da Santa Casa de Misericórdia, serviu como Mesário, nos biênios de 1912 a 1913 e 1914 a 1915 e também como Presidente da Comissão de Agricultura, deste município.

Transferiu seu domicílio para São Paulo onde ainda reside.

17 — Donato da Silva Castro

Vide n. 93 do tempo do Império.

18 — João Alves Correia de Toledo

Vide n. 6 do período republicano.

19 — João de Moura Campos Sobrinho

Natural de Tietê, aqui nasceu em 5 de fevereiro de 1872, sendo filho de Rafael Augusto de Moura Campos e de dona Ana Joaquina de Arruda.

Casou-se em Tietê com dona Luiza de Almeida Campos, filha do Alferes Franklin de Moura Campos e de dona Amélia Amália de Almeida Campos, no dia 23 de dezembro de 1895.

Eleito, serviu como vereador na 2.^a legislatura de 1896 a 1898.

Faleceu em Botucatu, para onde se havia mudado, em 5 de janeiro de 1909.

Deixou um único filho, o dr. Franklin Augusto de Moura Campos, Professor da Faculdade de Medicina de São Paulo.

20 — Alberto Dias de Assunção.

Vide n. 10 do período republicano.

21 — Cap. José Antão de Arruda

Vide n. 13 do período republicano.

22 — José Garcia Correia

Era filho de Joaquim Correia de Moraes Abreu e de dona Tereza de Almeida Campos, tendo nascido em Tietê no dia 5 de dezembro de 1849.

Casou-se a 24 de junho de 1876 com dona Inocência Augusta de Almeida Garcia, filha de Elias Vaz de Almeida e de dona Maria Antônia de Campos Melo.

Foi eleito e empossado vereador em 6 de julho de 1896, juntamente com Joaquim Pereira de Almeida Paula nas vagas abertas com a renúncia do Cap. José Antão de Arruda e de Donato da Silva Castro.

Anteriormente, já havia sido 2.^o suplente de Delegado de Polícia, empossado em 14 de janeiro de 1892 e 1.^o suplente de Delegado empossado em 13 de outubro de 1892.

Faleceu em 3 de setembro de 1905.

23 — Joaquim Pereira de Almeida Paula

Joaquim Pereira de Almeida Paula, nasceu no dia 23 de

agosto de 1862 na decantada cidade de Porto Feliz, bem no prédio que serviu de Hospital de Misericórdia, sendo seus pais Jerônimo Pereira de Almeida e dona Bárbara Francisca de Paula.

O seu pai, Jerônimo Pereira de Almeida, foi um dos participantes da celebre CONVENÇÃO DE ITÚ, como representante de Porto Feliz.

Estudou primeiras letras em sua cidade natal e depois foi para o antigo Colégio de São Luiz, em Itú, e lá fez os preparatórios para prestar exame na Faculdade de Direito de São Paulo, o que não veio a se realizar.

Mudou-se para Tietê em setembro de 1883, exercendo aqui o magistério público em substituição a João Marques e passando a exercê-lo particularmente até 1892, tendo de 14 de julho a 25 de novembro de 1892 exercido o cargo de Tabelião do 1.º Ofício da Comarca.

Com a divisão dos cartórios, serviu como Oficial do Registro Geral de Hipotecas até a data em que foi nomeado o Tenente Franklin de Cerqueira Leite, serventuário efetivo.

Em 30 de outubro de 1894, contraiu matrimônio com dona Tereza de Paula Camargo, filha do Capitão Antônio de Souza Camargo e de dona Maria Joaquina Ferreira de Camargo.

Com a renúncia dos vereadores da 2.ª legislatura, Cap. José Antão de Arruda e Donato da Silva Castro, foram eleitos e empossados em suas vagas, José Garcia Correia e Joaquim Pereira de Almeida Paula, no dia 6 de julho de 1896.

No mesmo dia, foi eleito Intendente Municipal, exercendo este cargo até o final de mandato em 7 de janeiro de 1899.

Durante a sua gestão procederam-se ao apedregulhamento da cidade, sargeteamento de diversas ruas e abertura da rua do Matadouro.

Foi reformado o prédio existente na Chácara do Isolamento, como preventivo contra a epidemia de varíola, que grassava em muitos pontos do Estado.

Ao Governo do Estado foi feita a doação do terreno para nele ser construído o prédio do atual Grupo Escolar, sendo também em sua gestão inaugurado o novo prédio da Cadeia e Forum.

Falecendo o grande maestro Carlos Gomes, por iniciativa de Joaquim de Paula, a Câmara aprovou uma Indicação dando o nome do grande músico brasileiro ao nosso Teatro (já demolido).

Mais tarde, a 1.º de dezembro de 1902, foi nomeado Inspetor Escolar, cargo que ocupou durante 10 anos, sendo ao se demitir, a seu pedido, em 6 de maio de 1912, elogiado em honroso ofício do dr. João Crisostomo, então Diretor Geral da Instrução Pública do Estado.

Exerceu a advocacia longos anos, sendo muitas vezes nomeado como Promotor Público Interino.

Foi um dedicado servidor da Santa Casa de Misericórdia, fazendo parte de sua diretoria como Mordomo, de 1903 a 1908, e, como Provedor, no biênio de 1915 a 1916.

Jornalista consumado, escrevia em muitos jornais, sobre os mais variados assuntos.

Mudou-se de Tietê para Campinas de onde se transferiu para São Paulo, onde faleceu em 20 de novembro de 1939.

3.^a LEGISLATURA — 1899 a 1901

24 — Luiz Alves Correia de Toledo. 25 — Luiz Benedito Antunes Cardia, 26 — Joaquim Elias Vaz, 27 — Adolfo Alves de Almeida Lima. 28 — João Rodrigues da Costa. 29 — Osório de Moraes. 30 — Antônio de Toledo Cesar. 31 — Hermano Dias de Aguiar. 32 — Francisco Correia de Lara. 33 — Domingos Augusto de Faria. 34 — Francisco de Assiz Madeira, 35 — Francisco de Toledo Campos Piza. 36 — Cel. Indalécio Ferreira de Camargo. 37 — José Correia de Arruda. 38 — João Dias de Arruda. 39 — Urbano Pires Correia. 40 — Pretestato Rodrigues da Costa. 41 — João Custódio Alves.

24 — Luiz Alves Correia de Toledo

Vide n. 16 do período republicano.

25 — Luiz Benedito Antunes Cardia

E' natural da legendaria cidade de Porto Feliz, onde nasceu a 4 de Março de 1862. Foram seus pais Luiz Antunes Cardia e dona Francisca de Arruda Pais.

Mudando-se muito criança para Tietê, desde então aqui tem vivido e onde se casou a 18 de junho de 1881, com dona Luiza Augusta de Moraes, filha de Salvador Correia de Moraes e de dona Maria Cândida de Almeida.

Dedicando-se à política, em 13 de outubro de 1892 foi empossado como 2.^o suplente de Delegado de Polícia.

Em 7 de janeiro de 1899 foi empossado como vereador na 3.^a legislatura de 1899 a 1901, sendo eleito no mesmo dia para o cargo de Intendente Municipal que exerceu até 5 de maio de 1899, quando renunciou e foi substituído pelo snr. Domingos Augusto de Faria, renunciando a cadeira de vereador juntamente com mais seis companheiros no dia 28 de abril de 1901.

Em 30 de outubro de 1913 foi eleito vereador à Câmara da 8.^a

legislatura de 1914 a 1916, e novamente eleito e empossado vereador juntamente com Domingos Teixeira de Campos, no dia 10 de junho de 1918, nas vagas com a renúncia dos vereadores Teófilo Olinto Filho e Ciriano Ferreira do Amaral.

Foi eleito Prefeito Municipal em 11 de novembro de 1919 e no qual se conservou até 15 de janeiro de 1920.

Fez parte, da Câmara, novamente, da 11.^a legislatura, de 1923 a 1925, renunciando o mandato em 23 de setembro de 1924 para abrir vaga para o sr. Delfino Martins Bonilha, escolhido para ocupar o cargo de Prefeito Municipal.

Com a renúncia do dr. Otávio da Costa Carvalho, vereador na 13.^a legislatura, foi o seu nome sufragado pelo eleitorado republicano em 30 de maio de 1930 sendo esta a última eleição a que se procedeu no município até o advento da era revolucionária.

A posse deu-se no dia 10 de junho de 1930, sendo a sessão da Câmara em que ela se deu, uma das mais agitadas, por questões políticas da época.

Em 15 de janeiro de 1921 foi eleito Provedor da Diretoria da Sociedade Beneficente de Tietê, para o biênio de 1921 a 1922.

Em 15 de novembro de 1908, juntamente com os srs. José Augusto de Toledo, Rafael Augusto de Souza Campos, dr. Domingos de Almeida Campos, dr. Roberto Teixeira de Assunção, João B. de Camargo Barros e Cesário Carlos de Almeida, fundou o Partido que se bateria pela candidatura Rui Barbosa e mais tarde seria o Partido Republicano e que só deixou o poder em 24 de outubro de 1930.

Faleceu em 26 de agosto de 1937, sob imensa consternação do povo tietêense.

26 — Cap. Joaquim Elias Vaz

E' tietêense, tendo aqui nascido em 14 de novembro de 1871, sendo filho de Elias Vaz de Almeida e de dona Maria Antônia de Campos Melo.

Casou-se no Rio de Janeiro com Jona Lídia Ortman de Almeida.

Eleito vereador na 3.^a legislatura de 1899 a 1901, renunciou a sua cadeira em 28 de abril de 1901.

Serviu como Mordomo da Diretoria da Santa Casa de Misericórdia no biênio de 1914 a 1915 e mesário no biênio de 1921 a 1922.

Prestou relevantes serviços à Pátria como Presidente da Junta do Alistamento Militar, servindo com grande dedicação neste cargo por espaço de muitos anos, gratuitamente.

Mudou-se para São Paulo onde reside.

27 — Adolfo Alves de Almeida Lima

Era filho de José Alves de Almeida Lima, um dos propagandistas da República em Tietê, e de dona Maria Cândida de Melo, sendo nascido neste município aos 24 de julho de 1863.

Casou-se em Capivari no dia 15 de maio de 1890, com dona Carolina de Almeida Melo.

Foi eleito vereador na Câmara da 3.^a legislatura de 1899 a 1901 tendo renunciado a cadeira juntamente com os seus companheiros em abril de 1901.

Faleceu em Laranjal, no dia 7 de fevereiro de 1922.

28 — João Rodrigues da Costa

Filho de Antônio Rodrigues da Costa e de dona Gabriela Brásia dos Reis, nasceu em Tietê a 1.^o de julho de 1870.

Casou-se em 23 de junho de 1891 com dona Francisca Alves Correia, filha de José Alves Rodrigues de Araujo e de dona Francisca Correia da Rocha.

Fez parte como vereador, na Câmara da 3.^a legislatura, de 1899 a 1901, tendo renunciado em 4 de abril de 1899.

Serviu à Santa Casa de Misericórdia na qualidade de mordomo no biênio de 1914 a 1915.

Reside em Piracicaba.

29 — Osório de Morais

Era filho de José Mariano Correia de Morais e de dona Amélia Rodrigues de Campos e natural de Tietê, onde nasceu a 16 de maio de 1866.

Casou-se na sua cidade natal a 11 de setembro de 1906 com dona Maria Alves de Lima, filha de Firmino Alves de Lima e de dona Maria Alves de Lima.

Vereador à 3.^a legislatura de 1899 a 1901, renunciou o seu mandato juntamente com os companheiros de Câmara a 28 de abril de 1901.

Foi empossado 3.^o suplente de Delegado de Polícia em 26 de janeiro de 1897, e eleito Juiz de Paz, da 6.^a legislatura de 1908 a 1910.

Pertenceu à Diretoria da Santa Casa de Misericórdia, na qual serviu como Mordomo no biênio de 1912 a 1913.

Foi uma das vítimas da epidemia de gripe de 1918 a 1919, falecendo a 16 de abril de 1919.

30 — Antônio de Toledo Cesar

Era filho de João de Toledo Sales e de dona Sebastiana de Oliveira Cesar e nasceu em São Pedro de Piracicaba.

Casou-se em Tietê com dona Gertrudes de Toledo, filha de João Chrisóstomo Correia de Toledo e de dona Luiza Miquelina de Toledo no dia 17 de janeiro de 1893.

Foi fundador do jornal **O Tietê**, em sua 3.^a fase e que se publicou em 1898.

Antônio de Toledo Cesar foi eleito vereador para o triênio de 1899 a 1901, não tendo tomado posse de sua cadeira.

Mudou-se há muitos anos de Tietê, residindo atualmente em Presidente Prudente, onde é funcionário municipal.

31 — Hermano Dias de Aguiar

Filho de Antônio Dias de Aguiar e de dona Carolina de Assunção era natural de Tietê, onde nasceu a 15 de dezembro de 1856.

Casou-se em Tietê com dona Isabel Alves Correia, filha de Joaquim Porfírio Alves e dona Hortência Correa de Moraes, no dia 22 de janeiro de 1890.

Foi nomeado 3.^o suplente de Delegado de Polícia, sendo empossado nesse cargo em 13 de outubro de 1892.

Eleito vereador na Câmara da 3.^a legislatura (1899 a 1901) não tomou posse de sua cadeira.

Mudou-se de Tietê, sendo já falecido.

32 — Francisco Correa de Lara

Nasceu em Tietê a 17 de dezembro de 1868, sendo filho de Joaquim Rodrigues de Lara e de dona Gertrudes Martins Leite.

Em 1.^o de janeiro de 1891 casou-se em Tietê com dona Etelvina Alves Correa, filha de Francisco Alves de Araujo e de dona Isabel Correia de Arruda.

Com a renúncia dos vereadores diplomados, Antônio de Toledo Cesar, Hermano Dias de Aguiar e João Rodrigues da Costa foram eleitos e empossados em 5 de maio deste ano, Francisco Correa de Lara, juntamente com Domingos Augusto de Faria e Francisco de Assiz Madeira.

Desta Câmara renunciaram as suas cadeiras todos os demais vereadores em abril de 1901, com exceção de Francisco Correa de Lara que ficou como Presidente e Intendente durante muitos dias.

Mudou-se para São Paulo onde residiu muitos anos e faleceu a 5 de outubro de 1938.

33 — Domingos Augusto de Faria

Natural de Tietê onde nasceu a 3 de junho de 1868, era filho de Domingos José de Faria e de dona Manuela Augusta de Assunção.

Seu pai, foi por muitos anos professor particular e Secretário da Câmara, cargo este em cujo exercício, a morte o encontrou.

Foi eleito vereador e empossado em 5 de maio de 1899, juntamente com Francisco de Assiz Madeira e Francisco Correa de Lara, nas vagas de Antônio de Toledo Cesar, Hermano Dias de Aguiar e João Rodrigues da Costa, que renunciaram.

Na data de sua posse foi eleito Intendente, cargo que exerceu até 5 de abril de 1901, quando se deu a renúncia coletiva da Câmara.

Foi Domingos Augusto de Faria um forte, pois, durante a sua administração é que irrompeu a epidemia de febre amarela, em Tietê, e que de fevereiro a setembro de 1900, devastou impiedosamente a uma população que espavorida fugia para os sítios, não se afastando um momento do seu cargo, tendo sido acometido pela terrível moléstia.

A sua administração foi criticada, porém, muitos dos seus críticos foram daqueles que fugiram na hora do perigo.

Apoiado unanimemente por cinco vereadores, estes renunciaram a 5 de abril de 1901 os seus mandatos, num magnífico sinal de solidariedade.

Descontente com a injustiça dos seus conterrâneos mudou-se para Matão.

Domingos Augusto de Faria é credor da estima dos tietêenses pois a ele coube dar as primeiras providências aconselhadas por Emílio Ribas para o saneamento de Tietê.

Faleceu em Catanduva em abril de 1926.

34 — Prof. Francisco de Assiz Madeira

Nasceu em Ubatuba, neste Estado, em 5 de abril de 1866, sendo filho do Cap. Antônio Joaquim Madeira e de dona Maria Angélica Madeira.

Casou-se em Tietê a 12 de dezembro de 1889 com dona Franklina Carolina de Camargo, filha do Cap. João de Camargo Pentead e de dona Franklina Honorata de Arruda.

Formou-se professor público pela Escola Normal de São Paulo, recebendo o diploma a 5 de dezembro de 1887.

Em 20 de janeiro de 1900 foi nomeado Diretor do Grupo Escolar de Tietê, cargo em que se conservou até o mês de outubro de 1928.

Foi eleito vereador juntamente com Francisco Correa de Lara e Domingos Augusto de Faria e empossados em 5 de maio de 1899, em vagas verificadas com a renúncia dos srs. Antônio de Toledo Cesar, Hermano Dias de Aguiar e João Rodrigues da Costa. Deixou a cadeira para renunciá-la antes de terminar o mandato em abril de 1901.

35 — Francisco de Toledo Campos Piza

Filho de José de Toledo Piza e de dona Maria Dulcelina de Toledo, nasceu em Porto Feliz no dia 5 de março de 1840.

Casou-se em Tietê no dia 15 de janeiro de 1868, com dona Felicíssima Augusta de Assunção, filha de Antônio Teixeira de Assunção e de dona Augusta de Almeida Campos.

Nomeado 1.º suplente de Juiz Municipal tomou posse em 15 de março de 1880.

Foi eleito Juiz de Paz para o quadriênio de 1869 a 1872, e, mais tarde novamente eleito Juiz de Paz, para o quadriênio de 1889.

Nomeado pelo Governo Provisório do Estado, tomou posse em 21 de janeiro de 1890 no 1.º Conselho de Intendência, porem a sua nomeação foi tornada sem efeito por ser incompatível com o cargo de Juiz de Paz.

Em 22 de maio de 1901 foi empossado como vereador com mais cinco companheiros, sendo no mesmo dia eleito Presidente da Câmara, cargo que exerceu até o final do mandato.

Reeleito vereador para a 4.ª legislatura de 1902 a 1904, foi confirmado na Presidência da edilidade, exercendo-a até o dia de sua morte.

Exerceu também o cargo de 3.º suplente de Delegado de Polícia, sendo nele empossado em 11 de setembro de 1894.

Foi um dos maiores batalhadores para que Tietê fosse dotada de água encanada, melhoramento este obtido com o auxílio do governo do estado, entregue a um tietêense — Domingos de Moraes.

Faleceu no dia 10 de abril de 1904.

36 — Cel. Indalécio Ferreira de Camargo.

Vide n. 15 do período republicano.

37 — José Correa de Arruda.

Vide n. 5 do período republicano.

38 — João Dias de Arruda.

Nasceu em Tietê no dia 24 de dezembro de 1865, sendo filho de José Joaquim de Arruda Leite e de dona Maria de Arruda.

Casou-se também em Tietê, em 8 de dezembro de 1896, com dona Ana Paulina de Almeida, filha de Augusto Teixeira de Campos Assunção e de dona Ana Paulina da Costa.

Durante o Império exerceu o cargo de 3.º suplente de Juiz Municipal sendo empossado em 17 de outubro de 1883, e mais tarde, já na república, foi nomeado 2.º suplente de Juiz Municipal e empossado em 22 de maio de 1901.

Foi vereador na legislatura de 1899 a 1901 e reeleito na 4.ª legislatura de 1902 a 1904.

Prestou serviços à Santa Casa logo após a sua fundação, servindo como Tesoureiro no 2.º biênio (1899-1900) e na 4.ª Diretoria (1903 a 1904).

Foi estabelecido durante muitos anos em Tietê, com Farmácia, daqui se mudando para a capital do Estado onde reside.

39 — Urbano Pires Correa

Filho de Francisco Pires Correa, um dos primeiros moradores do município e de dona Isabel Correa da Silveira, aqui nasceu em 9 de fevereiro de 1858.

Casou-se em Tietê com dona Minevina de Moraes, no dia 12 de fevereiro de 1881, sendo ela filha de Joaquim Correa de Moraes Abreu e de dona Teresa de Campos Melo.

Durante o Império serviu como 1.º suplente de Delegado, em cujo cargo foi empossado em 16 de maio de 1885.

Foi um dos vereadores substituídos da Câmara renunciante em abril de 1901, sendo reeleito para a 4.ª legislatura de 1902 a 1904.

Transferiu-se para São Paulo em 1914, onde faleceu em 1933.

40 — Pretextato Rodrigues da Costa

Vide n. 52 do período republicano.

41 — João Custódio Alves

Filho do venerando Major Custodio Manuel Alves e de dona Manuela Angélica Silva Rangel, nasceu em Tietê a 30 de janeiro de 1855.

Casou-se em Tietê no dia 25 de setembro de 1880, com dona Manuela Delfina de Almeida, filha de José Alves de Almeida Lima e de dona Maria Cândida de Melo.

Foi escolhido vereador, membro da câmara eleita em abril de 1901, em substituição aos vereadores da 3.ª legislatura que renunciaram suas cadeiras, não chegando a tomar posse.

4.^a LEGISLATURA — 1902 a 1904

42 — Francisco de Toledo Campos Piza. — 43 — José Correa de Arruda. 44 — João Dias de Arruda. 45 — Urbano Pires Correa. 46 — Joaquim Correa de Toledo. 47 — Cel. Indalécio Ferreira de Camargo. 48 — Donato da Silva Castro. 49 — Cel. Rafael Augusto de Souza Campos. 50 — Luiz Antônio de Souza. 51 — Alfredo Manuel Alves. 52 — Prettextato Rodrigues da Costa.

42 — Francisco de Toledo Campos Piza

Vide n. 35 do período republicano.

43 — José Corrêa de Arruda

Vide n. 5 do período republicano.

44 — João Dias de Arruda

Vide n. 38 do período republicano.

45 — José Correa de Arruda

Vide n. 39 do período republicano.

46 — Joaquim Correa de Toledo

O Cel. Joaquim Correa de Toledo é natural de Tietê, onde nasceu a 5 de janeiro de 1871, filho de Joaquim Manuel Correa de Toledo e de dona Maria Correa de Almeida.

Casou-se em Tietê no dia 4 de janeiro de 1894, com dona Adelaide Teixeira de Almeida, filha de André Teixeira Pinto e de dona Luiza Vaz Teixeira Pinto.

Foi eleito vereador e reeleito sucessivamente para as legislaturas 4.a, 5.a e 6.a de 1902 a 1910.

Eleito intendente em 7 de janeiro de 1907, exerceu esse cargo até 15 de janeiro de 1911.

Foi durante a sua gestão que a cidade recebeu grandes melhoramentos tais como Mercado, Matadouro, aumento do Jardim Público, instalação de esgotos, telefone e luz elétrica.

Foi membro do diretório da Junta Republicana e do Partido Conservador, de 27 de janeiro de 1911, quando foi eleito, até 1916, data da dissolução desse partido político.

Serviu como Coletor Federal de novembro de 1913 até novembro de 1919. Neste ano foi exonerado e reconduzido em de-

zembro de 1931 para as mesmas funções, tomando posse a 2 de janeiro de 1932.

Faleceu em 13 de agosto de 1940.

47 — Cel. Indalécio Ferreira de Camargo

Vide n. 15 do período republicano.

48 — Donato da Silva Castro

Vide n. 93 do tempo do Império.

49 — Rafael Augusto de Souza Campos

Vide n. 72 do tempo do Império.

50 — Luiz Antônio de Souza.

Era filho do Dr. Luiz Antônio de Souza Ferraz e de dona Laura de Aguiar e Souza.

Casou-se com dona Eponina Alves, filha do Major Evaristo Manuel Alves e de dona Clara Josefina Alves.

Tendo a Câmara Municipal em sessão de 8 de julho de 1900 decretado a perda do mandato dos vereadores Rafael Augusto de Souza Campos e Donato da Silva Castro, foram eleitos para substituí-los os srs. Alfredo Manuel Alves e Luiz Antônio de Souza que exerceu este cargo até 2 de junho de 1902.

O sr. Luiz Antônio de Souza transferiu a sua residência para a Capital.

51 — Alfredo Manuel Alves

Filho de Manuel Alves de Almeida Lima e de dona Francisca de Campos Leite, nasceu em Tietê a 21 de julho de 1857.

Era casado com dona Manuela de Almieda Lima, filha do Comendador Antônio Manuel Alves e de dona Maria Leopoldina de Almeida.

No antigo regime foi nomeado 1.º suplente de Juiz Municipal e empossado em 29 de abril de 1886 e no ano seguinte empossado em 4 de outubro de 1887 como 3.º suplente de Juiz Municipal.

Foi eleito vereador juntamente com Luiz Antônio de Souza nas vagas abertas com a perda de mandato de Rafael Augusto de Souza Campos e Donato da Silva Castro.

Foi membro de prestígio do Diretório Político Governista de Tietê, de 1903 a 1906.

Possuía fazenda em Laranjal, de onde se mudou para São Paulo e onde faleceu em outubro de 1916.

52 — Pretextato Rodrigues da Costa

Natural de Tatuí, onde nasceu em 9 de agosto de 1864, era filho de Antônio Rodrigues da Costa e de dona Gabriela Brasília dos Reis.

Casou-se em Tietê no dia 12 de outubro de 1886, em primeiras núpcias com dona Joana Alves Correa e em segundas núpcias com dona Eponina Alves Rodrigues.

Serviu como vereador no final da 3.^a legislatura de 22 de maio de 1901 até 7 de janeiro de 1902, e, tendo renunciado em 2 de junho de 1903 a cadeira de vereador o sr. Luiz Antônio de Souza, foi eleito para substituí-lo Pretextato Rodrigues da Costa, que tomou posse em 3 de agosto de 1903.

Nesse mesmo dia foi Intendente Municipal cargo que ocupou até o final do mandato em 7 de janeiro de 1907.

Transferiu a sua residência de Tietê, falecendo em Franca, aos 75 anos, no dia 6 de junho de 1940.

5.^a LEGISLATURA — 1905 a 1907

53 — Cel. Indalécio Ferreira de Camargo, 54 — Teófilo Correa de Abreu. 55 — Antônio Ferraz. 56 — José Augusto de Toledo. 57 — Pedro Ferraz de Arruda. 58 — Cantídio de Camargo. 59 — Joaquim Correa de Toledo. 60 — Pretextato Rodrigues da Costa.

53 — Cel. Indalécio Ferreira de Camargo

Vide n. 15 do período republicano.

54 — Joaquim Correa de Toledo

Vide n. 49 do período republicano.

55 — Pretextato Rodrigues da Costa

Vide n. 52 do período republicano.

56 — Teófilo Correia de Abreu

Vide n. 70 do tempo do império.

57 — Antônio Ferraz

Filho de João Ferraz de Oliveira e de dona Antônia Ferraz de Araujo Lima, nasceu em Porto Feliz e foi casado com dona Guilhermina Maria de Campos.

Foi eleito vereador na 5.^a legislatura de 1905 a 1907.

Foi sempre residente em Conchas onde possuía fazenda e gozou de grande estima e prestígio.

Nos últimos anos de vida mudou-se para Sorocaba onde faleceu em 25 de novembro de 1916.

58 — Cel. José Augusto de Toledo

Filho de Francisco de Toledo Campos Piza e de dona Felicíssima Augusta de Assunção, nasceu em Tietê no dia 13 de maio de 1872.

Casou-se com dona Herminia de Lara Campos, filha do saudoso tietêense Teotônio Rodrigues de Lara Campos, e de dona Francisca de Goes Lara.

Figura de grande destaque na politica tietêense, fez parte como vereador na Câmara da 5.^a legislatura de 1905 a 1907, sendo reeleito para a 6.^a legislatura seguinte, porem renunciou o seu mandato em 8 de dezembro de 1908.

Fez parte do Diretório Republicano Governista, de 1906 a 1908.

Em 15 de novembro de 1908 fundou juntamente com Luiz B. Antunes Cardia e outros companheiros o partido que subsistiu sempre até outubro de 1930.

Tietê muito deve ao Cel. José Augusto de Toledo, principalmente em relação à Igreja Matriz e Santa Casa de Misericórdia.

O Cel. José Augusto de Toledo mudou-se para São Paulo onde residiu algum tempo, e, depois para Avaré, onde é fazendeiro.

59 — Pedro Ferraz de Arruda

Era natural de Mogi-Mirim, onde nasceu do consórcio de Joaquim José de Arruda e de dona Francisca Ferraz de Camargo, a 22 de junho de 1858.

Casou-se em Tietê com dona Laura de Arruda Silveira, no dia 2 de junho de 1883, sendo esta filha de Joaquim Corrêa da Silveira e de dona Francisca de Arruda Leite.

Exerceu a vereança na 5.^a legislatura de 1905 a 1907, sendo reeleito para a seguinte, 6.^a legislatura de 1908 a 1910, não terminando este último mandato por ter renunciado a 4 de janeiro de 1909.

Fez parte da diretoria da Santa Casa de Misericórdia, como mesário, no biênio de 1915 a 1916.

Em 18 de julho de 1920 foi reconhecido membro do Diretório do P. R. P., em cujo exercício veio colhê-lo a morte, em 5 de fevereiro de 1925, gozando sempre de grande estima.

60 — Cantídio de Camargo

Nasceu em Tietê a 27 de outubro de 1873, filho de Olegário Alberto de Camargo Penteado e de dona Maria Luiza Rodrigues.

Casou-se a 19 de setembro de 1895 com dona Noêmia de Arruda Camargo, filha de José Joaquim de Arruda e de dona Maria Luiza de Arruda.

Eleito vereador à 5.^a legislatura de 1905 a 1907, foi reeleito na legislatura seguinte, de 1908 a 1910 (6.^a).

Em 7 de dezembro de 1908 foi eleito Presidente da Câmara, cargo em que serviu até a finalização do mandato.

Na legislatura seguinte, de 1911 a 1913, foi reeleito vereador, servindo como Presidente de 8 de agosto de 1911 até 2 de junho de 1912, renunciando o mandato em 5 de julho do mesmo ano.

Em 24 de abril de 1910 foi eleito membro da Junta Republicana do Partido Hermista de Tietê.

Estabelecidos os entendimentos para a terminação da luta política em Tietê, entrou para o diretório do Partido Civilista Municipal, em 20 de fevereiro de 1912 e a ele pertencendo até 4 de maio de 1918, data em que se deu a eleição do novo diretório.

Em 1925 aceitou a indicação do seu nome para uma cadeira de vereador na 12.^a legislatura de 1926 a 1928, sendo eleito e reeleito para a legislatura seguinte, a 13.^a, de 1929 a 1931.

Em 15 de janeiro de 1929 foi escolhido Presidente da Câmara. Exerceu este cargo até 27 de outubro de 1930, cabendo-lhe a direção da reunião em que foi entregue a Câmara Municipal aos elementos que apoiaram, em Tietê, a revolução de 1930.

Tem servido à Santa Casa local como mordomo de 1906 a 1909, como Provedor de 1910 a 1913; novamente como mordomo de 1927 a 1928 e como Provedor de 1929 a 1934 e nos biênios subsequentes até o de 1940-41.

Foi o fundador da Indústria do "Lactícínios Santa Maria" desta cidade. Com o falecimento de Luiz Benedito Antunes Cardia, foi escolhido Presidente da S/A Fabril Santa Luiza.

O advento do Estado Novo reconduziu o sr. Cantídio de Camargo à vida pública, sendo nomeado Prefeito Municipal de Tietê em 22 de junho de 1938, em cujo cargo, no momento se encontra.

6.ª LEGISLATURA — 1908 A 1910

61 — Cel. Indalécio Ferreira de Camargo. 62 — Cantídio de Camargo. 63 — José Augusto de Toledo. 64 — Pedro Ferraz de Arruda. 65 — Pedro Augusto Correa. 66 — Joaquim Correa de Toledo. 67 — Antônio Rodrigues da Costa Júnior. 68 — João Batista de Camargo Barros. 69 — Saul de Morais Aguiar. 70 — Antônio José Rodrigues. 71 — Antônio Coelho de Oliveira.

61 — Cel. Indalécio Ferreira de Camargo

Vide n. 15 do período republicano.

62 — Cantídio de Camargo

Vide n. 60 do período republicano.

63 — José Augusto de Toledo

Vide n. 58 do período republicano.

64 — Pedro Ferraz de Arruda

Vide n. 59 do período republicano.

65 — Pedro Augusto Correa

Pedro Augusto Correa, filho de José Correa de Morais Silveira e de dona Umbelina de Campos, é natural de Tietê, onde nasceu a 16 de dezembro de 1873.

Casou-se a 5 de janeiro de 1895 com dona Rosa Fleury da Silveira, filha de José Correa da Silveira e de dona Rosa Amélia Fleury.

Fez parte da Câmara na 6.ª legislatura de 1903 a 1910.

Mudando-se de Tietê, fixou residência na capital do Estado onde ainda tem seu domicílio.

66 — Cel. Joaquim Correa de Toledo

Vide n. 49 do período republicano.

67 — Antônio Rodrigues da Costa Jr.

Filho de Antônio Rodrigues da Costa e dona Gabriela Brasília dos Reis, nasceu na vizinha cidade de Tatuí a 19 de abril de 1873.

Conсорciou-se aqui em 17 de fevereiro de 1894 com dona Ana Rita de Cássia, filha de Francisco Alves de Araujo e de dona Isabel Correa de Arruda.

Eleito vereador serviu na 6.^a legislatura de 1908 a 1910.

Faleceu em Tietê no dia 21 de março de 1911.

68 — João Batista de Camargo Barros

O sr. João Batista de Camargo Barros era morador de Conchas, onde sempre residiu, ignorando-se se de lá foi natural.

Vereador na 6.^a legislatura (1908 a 1910), perdeu o mandato por abandono da cadeira tendo a Câmara baixado uma lei a respeito. Em sessão extraordinária do dia 8 de abril de 1912 a Câmara decretou a perda de mandato dos vereadores Joaquim Antônio Correa, José Garcia Correa e José Rodrigues da Costa, sendo ele eleito em uma destas vagas e empossado a 4 de junho do mesmo ano.

Em 20 de fevereiro de 1913 foi escolhido membro do Diretório do Partido Civilista Municipal, ao qual pertenceu até 1914, quando se desligou por motivo da criação do município de Conchas. Após a instalação do novo município fez parte da sua administração e do diretório político daquela cidade, onde faleceu a 3 de janeiro de 1920.

69 — Saul de Morais Aguiar

Era filho do Dr. Joaquim Mariano de Almeida Morais e de dona Carolina de Aguiar Morais, tendo nascido em Tietê no dia 30 de janeiro de 1865.

Diplomou-se em farmácia e foi casado com dona Carolina de Lima Aguiar.

Como Juiz de Paz serviu no biênio de 1905 a 1907.

Em 1.^o de março de 1909 foi empossado juntamente com Antônio José Rodrigues e Antônio Coelho de Oliveira nas vagas abertas com a renúncia dos vereadores José Augusto de Toledo; Pedro Ferraz de Arruda e João B. de Camargo Barros.

Em 28 de maio de 1908 foi eleito membro do Diretório Republicano, tendo renunciado o cargo em novembro do mesmo ano.

Presidente da Comissão Municipal de Agricultura, revelou-

se um infatigável propagandista do aperfeiçoamento científico da lavoura.

Faleceu em Piracicaba para onde havia transferido a sua residência, em 7 de fevereiro de 1920.

70 — Antônio José Rodrigues

Era piracicabano, filho de Bento Antônio de Moraes e de dona Alexandrina Silveira Moraes.

Casou-se em Tietê com dona Cândida Alves de Toledo, no dia 30 de janeiro de 1892, sendo ela filha do Cel. Joaquim Alves Correa de Toledo e de dona Vitalina Leopoldina de Camargo.

Serviu como suplente de vereador de 5 de janeiro de 1909 até 1.º de março do mesmo ano, data em que foi empossado vereador da 6.ª legislatura, juntamente com Saul de Moraes e Antônio Coelho de Oliveira, em vagas aberta com renúncias.

Reeleito para a 7.ª legislatura de 1911 a 1913, renunciou a cadeira em 5 de junho de 1912.

Voltou novamente a ser reeleito para a Câmara da seguinte legislatura, 8.ª (1915 a 1916) exercendo durante o triênio a Presidência da Câmara.

Mais uma vez foi eleito vereador fazendo parte da Câmara da 10.ª legislatura (1920 a 1922) e eleito Presidente desta, em 15 de janeiro de 1920, exerceu o cargo até 15 de janeiro de 1922.

Fez parte da diretoria da Santa Casa como mordomo, no biênio de 1914 a 1915.

Em 1924 — mudou-se para Picacicaba onde residia. Faleceu em abril de 1937.

71 — Antônio Coelho de Oliveira

Era tatuiano, filho de Joaquim Coelho de Oliveira e de dona Maria Hortência de Oliveira e nascido a 18 de janeiro de 1871.

Casou-se em sua terra natal em 6 de maio de 1893, com dona Maria Adelaide Alves.

Tendo os vereadores José Augusto de Toledo, Pedro Ferraz de Arruda e João Batista de Camargo Barros renunciado às cadeiras de vereadores na 6.ª legislatura, Antônio Coelho de Oliveira foi eleito juntamente com Saul de Moraes Aguiar e Antônio José Rodrigues para aquelas vagas, sendo empossados em 1.º de março de 1909.

Foi um dos membros fundadores do Tiro de Guerra n. 90. desta cidade, em 4 de setembro de 1910.

Mudou-se de Tietê para Piracicaba, e de lá para Tatuí, onde veio a falecer a 5 de abril de 1919.

7.^a LEGISLATURA — 1911 A 1913

72 — Cantídio de Camargo. 73 — Dr. Alberto Carlos de Assunção. 74 — Antônio José Rodrigues. 75 — Joaquim Antônio Correa. 76 — José Garcia Correa Júnior. 77 — José Rodrigues da Costa. 78 — Eliezer Teixeira Pinto. 79 — Otávio Augusto de Toledo. 80 — Rafael Augusto de Souza Campos. 81 — Donato da Silva Castro. 82 — João Batista de Camargo Barros. 83 — Júlio dos Reis. 84 — Joaquim Teixeira de Assunção. 85 — Luiz Benedito Antunes Cardia.

72 — Cantídio de Camargo

Vide n. 60 do período republicano.

73 — Dr. Alberto Carlos de Assunção

E' natural de Tietê, onde nasceu a 6 de setembro de 1876, sendo filho do dr. Luiz Carlos de Assunção e de dona Ana Dias de Toledo.

Aquí casou-se no dia 21 de janeiro de 1896 com dona Zaida de Arruda, filha de José Manoel de Arruda e de dona Carlota Teixeira de Arruda, residentes em Santos.

Formou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo e em Ciências Políticas e Administrativas pela Escola de Paris.

Em 1898 foi eleito Deputado ao Congresso Estadual tomando parte nos trabalhos legislativos de 1898 a 1900.

Vereador na 7.^a legislatura de 1911 a 1913, a sua eleição foi anulada pelo Tribunal de Justiça do Estado cujo acórdão foi lido em sessão de 23 de março de 1911. Marcada nova eleição que se realizou em 15 de abril, foi novamente eleito e empossado em 29 do mesmo mês. Esteve à frente da Prefeitura Municipal de 15 de janeiro a 23 de março e de 1.^o de maio a 8 de agosto de 1911. Renunciando à Prefeitura nesta última data foi eleito Presidente da Câmara servindo até o final do mandato.

Em 19 de abril de 1910 foi empossado como 2.^o suplente de Delegado do qual não se exonerou no devido prazo o que veio incompatibilizá-lo com a eleição de vereador, dando lugar ao recurso e anulação acima referida.

O Dr. Alberto Carlos, transferindo-se para Santos, onde ainda reside, tem ocupado cargos de relevo no alto comércio, go-

zando de incontestável prestígio na sociedade daquela importante cidade.

Orador fluente, elegante e simpático, escritor correto e inspirado, tem colaborado na imprensa da capital e no o TIETÊ, em cujas coleções ainda se apreciam as suas magníficas produções.

74 — Antônio José Rodrigues

Vide n. 70 do período republicano.

75 — Joaquim Antônio Correa

Vide n. 73 — do tempo do império.

76 — José Garcia Correa

Tieteense, aqui nasceu em 8 de agosto de 1879, sendo filho de José Garcia Correa e de dona Inocência de Almeida Garcia.

Casou-se com dona Maria Eugênia de Abreu, no dia 19 de novembro de 1912, filha de Teófilo Correa de Abreu e de dona Ana Josefina de Morais.

Elegeu-se vereador como candidato opositor ao acordo firmado entre os dois partidos políticos que se degladiavam, por ocasião da formação da Câmara da 7.^a legislatura de 1911 a 1913, juntamente com Joaquim Antônio Correa e José Rodrigues da Costa.

Perdeu o mandato de vereador por decretação da Câmara Municipal, em sessão de 8 de abril de 1912.

77 — José Rodrigues da Costa

Nascido em Tietê a 4 de novembro de 1871, sendo filho de Antônio Rodrigues da Costa e de dona Gabriela Rodrigues da Costa.

Casou-se em sua terra natal com dona Luiza Alves Correa, filha de Joaquim Porfírio Alves e de dona Hortência Correa de Morais, no dia 1.^o de fevereiro de 1894.

Foi eleito vereador na 7.^a legislatura de 1911 a 1913, juntamente com Joaquim Antônio Correa e José Garcia Correa Júnior pelas forças políticas que discordaram do acordo firmado entre as duas facções existentes em Tietê, em 1911.

Com os seus companheiros abandonou o mandato, tendo a Câmara em sessão de 8 de abril de 1912 decretado a perda da cadeira por abandono.

Membro da Diretoria da Santa Casa de Misericórdia, foi um operoso Mordomo no biênio de 1927 a 1928.

Durante a guerra constitucionalista de 1932 fez parte da Comissão local do M. M. D. C., encarregada do alistamento de voluntários e outros trabalhos.

Foi vereador e Presidente da Câmara Municipal, eleita no regime da Constituição de julho de 1934, cuja posse se deu a 14 de junho de 1936. Esta legislatura não chegou a ser completada à vista do golpe de 10 de novembro de 1938 que estabeleceu o Estado Novo em nossa Pátria.

78 — Eliezer Teixeira Pinto.

Era Eliezer Teixeira Pinto natural de Tietê, onde nasceu a 9 de agosto de 1874 e filho de André Teixeira Pinto e de dona Luiza Vaz Teixeira Pinto.

Casou-se em Tietê com dona Maria Inocência da Cruz.

Companheiro de escol e acatado político, foi eleito vereador na 7.^a legislatura de 1911 a 1913, sendo renovado o mandato para a legislatura seguinte de 1915 a 1916 (8.^a).

Serviu como Prefeito de 31 de março a 30 de abril de 1911 e Presidente da Câmara, de 15 de janeiro de 1916 até 15 de janeiro de 1917.

Foi também 2.^o suplente do Delegado no qual se empossou a 22 de janeiro de 1901.

Sendo residente em Laranjal, após a emancipação política daquele antigo distrito de Tietê, foi destacado membro do Diretório Político daquela localidade.

Faleceu em São Paulo em outubro de 1924, vítima de um desastre de automovel.

79 — Otávio Augusto de Toledo

Vide n. 96 do período republicano.

80 — Rafael Augusto de Souza Campos

Vide n. 72 do tempo do império.

81 — Donato da Silva Castro

Vide n. 93 do tempo do império.

82 — João Batista de Camargo Barros

Vide n. 63 do período republicano.

83 — Júlio dos Reis

Filho de João Batista dos Reis e de dona Tereza Duarte de Albertim, nasceu a 20 de dezembro de 1867, em Tietê.

Estudou primeiras letras na escola primária, do professor Lucídio Leite de Brito em 1877, e, mais tarde, com o Prof. João Ferraz, com quem aperfeiçoou seus estudos, tornando-se seu devotado auxiliar de colégio e grande amigo.

Casou-se em Botucatu com dona Júlia Serafina de Almeida, filha de Francisco Antunes de Almeida e de dona Francisca Correa da Silveira.

Como suplente de Juiz de Paz, serviu nos primeiros anos da República e última legislatura do império.

Foi eleito Juiz de Paz na 1.^a legislatura republicana de 1892 a 1895 e reeleito para a 2.^a de 1896 a 1898.

Tendo sido posto em concurso o Cartório de Paz deste município, nele se inscreveu sendo aprovado em primeiro lugar e nomeado por Decreto de 30 de outubro de 1904.

Em 1902 foi eleito Secretário da Sociedade Beneficente de Tietê para o biênio de 1903 a 1904 e reeleito para o biênio de 1905 a 1906 e escolhido novamente para o de 1907 a 1908.

Em 19 de junho de 1907 foi empossado no cargo de 2.^o Tabelião da Comarca que exerceu até 1912 quando apresentou ao governo a sua desistência.

Foi também professor do Grupo Escolar local por muitos anos.

Tendo renunciado em 4 de junho de 1912 (7.^a legislatura) os vereadores Antônio José Rodrigues e Cantídio Camargo, foram eleitos em suas vagas Joaquim Teixeira de Assunção e Júlio dos Reis, sendo empossados em 12 de agosto de 1912.

Eleito Prefeito em 28 de agosto de 1912, exerceu o cargo até 15 de janeiro de 1914.

Reeleito para a seguinte legislatura (8.^a) foi confirmado na Prefeitura exercendo-a durante o triênio.

Foi novamente eleito para a 10.^a legislatura e mais uma vez exerceu a Prefeitura durante o triênio, vendo o seu mandato renovado para o triênio seguinte (1923 a 1925).

Após esse longo período de vida pública, com a criação da Agência do Banco Comercial do Estado em Tietê, foi nomeado Contador e mais tarde promovido a gerente da mesma agência.

Retornando à atividade partidária foi escolhido candidato a vereador na 13.^a legislatura (1929 a 1931) sendo eleito em um pleito memorável em que o P. R. P. enfrentou as hostes do P. D., que conseguiu a eleição de dois vereadores.

Em janeiro de 1929 foi eleito Tesoureiro da Sociedade Beneficente de Tietê, para o biênio de 1929 a 1930.

Ocupou também, de 1.^o de dezembro de 1917 até setembro

de 1919, o cargo de Secretário da Câmara e Prefeitura Municipal.

Júlio dos Reis, além de ter trabalhado infatigavelmente pelo bem de sua terra, como se depreende dos inúmeros cargos que ocupou, tanto de eleição como de nomeação, foi um fino homem de letras, colaborando intensamente nos jornais locais em longo período, possuindo também apreciável cultura jurídica, demonstrada durante os anos em que serviu nos espinhosos cargos de Prefeito e Vereador. Orientou sempre a Câmara Municipal em suas decisões, que timbraram em ser baseadas no direito e na Justiça.

Júlio dos Reis deixou inédito um livro de "Memórias", repositório valioso de informações históricas sobre o passado tietense.

Faleceu em 15 de março de 1935.

8.^a LEGISLATURA — 1914 A 1916

86 — Antônio José Rodrigues. 87 — Eliezer Teixeira Pinto. 88 — Júlio dos Reis. 89 — Luiz Benedito Antunes Cardia. 90 — Elias Garcia. 91 — Antônio de Arruda Filho. 92 — Augusto de Moura Campos. 93 — Osório Pires de Almeida.

86 — Antônio José Ródrigues

Vide n. 70 do período republicano.

87 — Eliezer Teixeira Pinto

Vide n. 76 do período republicano.

88 — Júlio dos Reis

Vide n. 83 do período republicano.

89 — Luiz Benedito Antunes Cardia

Vide n. 25 do período republicano.

90 — Dr. Elias Garcia

Filho de José Garcia Correa e de dona Inocência de Almeida Garcia, nasceu em Tietê no dia 31 de janeiro de 1883.

Fez os seus preparatórios em São Paulo, findos os quais matriculou-se na tradicional Faculdade de Direito, bacharelando-se em 1907, após um curso brilhante.

Formado, fixou residência em Tietê onde abriu sua banca de advogado e gozou de grande estima. Estudioso e inteligente, tornou-se um conceituado advogado e jurisconsulto abalizado, cujos pareceres foram acatados pelos mais notáveis cultores da ciência jurídica.

Eleito vereador pelo Partido Hermista em 1913, fez parte da Câmara da 8.^a legislatura, juntamente com Antônio de Arruda Filho seu companheiro de chapa.

Retirando-se da Câmara Municipal em 1915, conservou-se afastado da vida política e entregou unicamente aos seus afazeres de advocacia.

Faleceu em 26 de agosto de 1936.

91 — Antônio de Arruda Filho

Não nos foi possível obter informações a respeito deste vereador.

92 — Augusto de Moura Campos

Nasceu em Tietê a 11 de outubro de 1881, sendo filho de Franklin de Moura Campos e de dona Amélia Amália de Almeida Campos.

Casou-se em Botucatu aos 15 de junho de 1911 com dona Eulália de Moura Campos, filha de João de Moura Campos e de dona Eulália de Moura Campos.

Eleito vereador na 8.^a legislatura de 1914 a 1916, após a terminação do mandato foi nomeado 3.^o suplente de Delegado de Polícia sendo empossado em 22 de fevereiro de 1917.

Em 4 de maio de 1918 foi reconhecido membro do Diretório do P. R. P.

Gozando de notório prestígio, serviu nesta investidura política até 1925.

Após a revolução de 1930 transferiu a sua residência para Piracicaba.

93 — Osório Pires de Almeida

Nasceu Osório Pires em Tietê, no dia 10 de fevereiro de 1879, sendo filho de José Pires Guerreiro e de dona Cândida Luiza de Campos.

Casou-se no dia 25 de março de 1902 em Tietê, com dona Ana Cândida de Campos.

Exerceu a sua atividade particular desde muito moço como administrador de fazendas na atual cidade de Conchas. Mudou-

se para sua cidade natal em 1902, onde, logo após o seu casamento, dedicou-se ao comércio.

Em 1913, no mais aceso das lutas políticas, entre o antigo Partido Hermista e o Partido Republicano Paulista, foi escolhido para figurar na chapa de vereadores deste último partido, na legislatura de 1914 a 1916. Percorreu o distrito de Conchas em propaganda de sua candidatura, obtendo para a chapa de sua agremiação grande votação.

A sua ação como vereador foi muitíssimo louvada até pelos adversários políticos da época.

Em 12 de fevereiro de 1917 foi compromissado no cargo de 1.º suplente de Delegado de Polícia que exerceu até a vitória da revolução de 1930. Como substituto imediato das autoridades policiais esteve inúmeras vezes e em longos períodos como Delegado de Polícia efetivo, sendo a sua atuação no cargo muito apreciada por todos. Distribuidor de Justiça como autoridade policial, nunca visou os seus inimigos políticos com mesquinhas perseguições.

Membro de destaque do diretório do P. R. P., nele ingressou como membro em julho de 1920.

Dedicou muitos anos de sua atividade em pró da Santa Casa local, servindo em sua diretoria, como mordomo, de 1921 a 1926 e depois de 1931 a 1932.

Com a vitória da revolução de outubro afastou-se da política dedicando-se unicamente aos misteres da lavoura.

Foi ainda presidente da "Banda Lira Tieteenze" durante 32 anos, do Comercial Futebol Clube, Tesoureiro da A. E. Tietê, Tesoureiro do Tiro de Guerra 601, e presidente das irmandades religiosas de São Benedito e Divino E. Santo.

Faleceu em 17 de setembro de 1938 e o seu enterramento foi uma verdadeira apoteose, tal a multidão que acompanhou os despojos até a necrópole municipal onde repousará eternamente, no seio da terra que tanto dignificou.

9.ª LEGISLATURA — 1917 a 1919

94 — Renato de Freitas Viana. 95 — Elias de Moura. 96 — Otávio Augusto de Toledo. 97 — Teófilo Olinto de Arruda Filho. 98 — Luiz Alves Correa de Toledo Filho. 99 — Pedro de Campos Pacheco. 100 — Caio Graccho de Souza Campos. 101 — Ciríaco Ferreira do Amaral. 102 — Luiz Benedito Antunes Cardia. 103 — Domingos Teixeira de Campos. 104 — Joaquim Pereira da Silveira.

94 — Renato de Freitas Viana.

É filho de Venâncio Rodrigues de Souza Viana e de dona Ana de Freitas Viana, sendo natural de Tietê, onde nasceu em 13 de julho de 1885.

Mudou-se para Pereiras no ano de 1898, tendo naquele município exercido os cargos de Presidente da Câmara Municipal que renunciou antes de completar o mandato e foi membro do Diretório Político do Partido Republicano nos anos de 1909 a 1910.

Mudou-se novamente para Tietê em 1911. A 29 de junho de 1909 casou-se com a Professora dona Rafaela Alves Viana.

Eleito Vereador na 9.^a legislatura de 1917 a 1919 tomou posse em 15 de janeiro de 1917, sendo nessa mesma data eleito Presidente da Câmara cargo que exerceu durante o triênio.

Prestou relevantes serviços à Santa Casa de Misericórdia, ocupando durante 12 anos o cargo de Tesoureiro, de 1915 a 1926.

Foi também secretário do Centro de Comércio de Tietê, associação da classe comercial tietense.

Em 1929 transferiu a sua residência para São Paulo onde reside.

85 — Elias de Moura.

Filho de Franklin de Moura Campos e de dona Amélia de Almeida Campos, é tietense e nascido a 1.^o de novembro de 1876.

Casou-se em Tietê a 22 de julho de 1902 com dona Alcídia Alves Correa de Toledo, filha do Cel. Joaquim Alves Correa de Toledo e dona Vitalina Leopoldina de Toledo.

Eleito vereador à 9.^a legislatura de 1917 a 1919 foi eleito Prefeito Municipal no dia da posse — 15 de janeiro de 1917 — exercendo esse cargo até 10 de novembro de 1919.

Exerceu por muitos anos as funções de 2.^o suplente de Delegado de Polícia empossando-se a 6 de março de 1911.

Fez parte da diretoria da Santa Casa, nos biênios de 1910-1911; 1912-1913; 1914-1915 e 1916-1917.

Nomeado coletor federal de Tietê, em novembro de 1919 exerceu esse cargo até dezembro de 1930 quando foi removido para igual cargo em Bernardino de Campos e de lá transferido para Itapetininga onde reside.

96 — Otávio Augusto de Toledo.

Sendo filho de José de Toledo Piza e de dona Augusta Antonina de Arruda, nasceu em Tietê a 2 de agosto de 1867.

Casou-se em Porto Feliz no dia 18 de julho de 1914 com dona Maria Teixeira de Carvalho.

Vereador eleito para a 7.^a legislatura de 1911 a 1913, foi reconduzido na cadeira na 9.^a legislatura de 1917 a 1919; obtendo uma licença em janeiro de 1919, não mais voltou a ocupar a vereança.

Tem residido em Tietê e em Porto Feliz.

97 — Pedro de Campos Pacheco

Nasceu em Tietê, no dia 8 de dezembro de 1887, sendo filho de José Egídio de Campos Pacheco e de dona Benedita de Arruda Campos.

Casou-se em Tietê, com dona Maria Alves de Moraes, viuva de Osório de Morais e filha de Firmino Alves de Lima e dona Maria Alves Lima.

Foi eleito vereador para a 9.^a legislatura de 1917 a 1919 e reeleito para a 10.^a legislatura seguinte de 1920 a 1922.

Após a vitória da revolução de 1930, foi eleito um dos membros da Delegação da lavoura para a eleição da Diretoria do Instituto do Café, e em 26 de março de 1932 foi empossado como membro do Conselho Consultivo da Prefeitura Municipal.

Fez parte do Diretório do Partido da Lavoura deste município, figurando depois no Diretório do Partido Constitucionalista, fundado no ano corrente de 1934. Mais tarde, em 14 de junho de 1936, foi empossado vereador na 1.^a Câmara, depois da nova constituição, integrando a maioria do Partido Constitucionalista.

98 — Luiz Alves Correa de Toledo F.^o

Natural de Tietê, aqui nasceu aos 30 de julho de 1889, sendo filho do Coronel Luiz Alves Correa de Toledo e de dona Escolástica Alves de Morais.

Casou-se a 5 de setembro de 1912 com dona Berta Alves Correa de Toledo, filha do Cel. Joaquim Alves Correa de Toledo e de dona Vitalina Alves Correa de Toledo.

Serviu como vereador na 8.^a legislatura de 1917 a 1919.

Mudou-se para Piracicaba onde reside.

99 — Teófilo Olinto de Arruda F.^o

E' filho de Teófilo Olinto de Arruda e de dona Brasília Correa de Arruda, natural de Capivarí onde nasceu a 19 de outubro de 1882.

Casou-se em Tietê com dona Suzana de Camargo, no dia

9 de outubro de 1906, sendo ela filha de Olegário Alberto de Camargo e de dona Maria Luiza Rodrigues.

Serviu como vereador na 9.^a legislatura de 1917 a 1919, renunciando porem ao seu mandato nos primeiros dias de 1918, antes da terminação da legislatura.

Transferiu o seu domicílio para São Paulo, onde é industrial, desfrutando destacada posição no alto comércio paulistano.

100 — Caio Graccho de Sousa Campos.

Filho de inolvidavel tieteense Rafael Augusto de Sousa Campos e de dona Emília Augusta de Sousa Campos, aquí nasceu a 24 de agosto de 1880.

Casou-se em Piracicaba com dona Lastenes de Campos Toledo, no dia 24 de março de 1909, filha do Cel. João Alves Correa de Toledo e de dona Franklina de Moura Campos.

Foi eleito vereador sucessivamente nas 9.a, 10.a, 11.a, e 12.a legislaturas de 1917 a 1928.

Como Presidente da Câmara serviu de 15 de janeiro de 1922 a 15 de janeiro de 1923, data em que foi eleito Prefeito Municipal, servindo neste cargo até 15 de janeiro de 1925.

Durante a sua gestão na Prefeitura deu-se a inauguração da estrada de rodagem estadual e da sub-Estação Experimental do Algodão e o movimento revolucionário de 1924.

Serviu na diretoria da Santa Casa como mesário nos biênios de 1923-1924 e de 1925 a 1926.

Em julho de 1920 foi eleito membro do Diretório do Partido Republicano Paulista, no qual tinha posição de destaque pelo seu prestígio pessoal.

Mais tarde, após a revolução de 1930, foi membro proeminente do Partido Democrático, e do Partido da Lavoura.

Em 14 de março de 1932 foi empossado no cargo de membro do Conselho Consultivo Municipal.

Fez parte como vereador da 1.^a Câmara da chamada república nova, empossada em 14 de junho de 1936; no mesmo dia foi eleito Prefeito Municipal, cargo que exerceu até 22 de junho de 1938.

A sua gestão neste período foi muito proveitosa, sobresaindo entre os melhoramentos de sua iniciativa o calçamento da cidade.

101 — Ciriaco Ferreira do Amaral.

Nasceu em Tietê aos 16 de abril de 1884. Filho de Joaquim José do Amaral e de dona Gertrudes Maria Fernandes.

Eleito vereador serviu na 8.^a legislatura de 1917 a 1919, não

chegando a terminar o seu mandato pois renunciou-o nos primeiros dias de janeiro de 1918.

Era chefe político de influência em Laranjal, onde residiu muitos anos, fazendo parte da administração municipal e direção partidária deste município após o seu desmembramento de Tietê.

Mudou-se para Botucatu onde residiu e faleceu aos 8 de fevereiro de 1938.

102 — Domingos Teixeira de Campos.

Nasceu em Tietê aos 17 de março de 1881, sendo filho de João Teixeira de Assunção e de dona Maria Inácia de Campos.

Casou-se em sua terra natal com dona Adelina de Moraes no dia 24 de novembro de 1910, filha de José Correa de Almeida Moraes e de dona Adelina de Arruda Campos.

Serviu como Juiz de Paz no triênio de 1911 a 1913.

Em princípios de 1918, tendo renunciado os vereadores Teófilo Olinto de Arruda e Ciríaco Ferreira do Amaral foram eleitos em suas vagas Domingos Teixeira de Campos e Luiz Benedito Antunes Cardia, empossados em 11 de julho de 1918.

103 — Luiz B. Antunes Cardia.

Vide n. 25 do período republicano.

104 — Joaquim Pereira da Silveira.

Natural de Tietê, aqui nasceu em 5 de maio de 1857, filho de Antônio Pereira de Almeida e de dona Gertrudes Silveira Leite.

Casou-se em Tietê com dona Virgínia do Amaral Pacheco, em 19 de maio de 1883.

Em meados de 1919 na qualidade de suplente de vereador foi chamado a ocupar a cadeira de Otávio Augusto de Toledo que havia obtido uma licença durante a vigência da 9.^a legislatura e que não mais voltara a ocupar o cargo. Na legislatura seguinte a 10.^a, de 1920 a 1922 foi reeleito vereador.

10.^a LEGISLATURA — 1920 a 1922

105 — Antônio José Rodrigues. 106 — Roberto dal Colletto. 107 — Arlindo de Camargo Pacheco. 108 — Eulálio de Sousa Vieira. 109 — Caio Graccho de Sousa Campos. 110 — Joaquim Pereira da Silveira. 111 — Pedro de Campos Pacheco. 112 — Júlio dos Reis.

105 — Antônio José Rodrigues

Vide n. 70 do período republicano.

106 — Roberto dal Colletto

Nasceu em Tietê a 6 de novembro de 1886, sendo filho de Fiore dal Colletto e de dona Eugênia dal Colletto.

Casou-se em Tietê no dia 22 de abril de 1908 com dona Palmira Campi, filha de Agostinho Campi.

Exerceu sempre a sua atividade no comércio, gozando de geral simpatia.

Ingressando na política, foi eleito sucessivamente para as 10.^a, 11.^a 12.^a e 13.^a legislaturas de 1920 a 1931, não logrando terminar o seu mandato em consequência da revolução de 1930.

Foi sempre reeleito Vice-prefeito. Na legislatura de 1929 a 1931, foi votado em 2.^o turno pelo P. D., o que veio garantir-lhe a cadeira de vereador, pois o seu nome, de acordo com a resolução do Partido, havia sido incluído apenas para completar a chapa.

Membro da Diretoria da Santa Casa, serviu na qualidade de Mesário de 1921 a 1922 e de Mordomo de 1923 a 1926.

Serviu também como agente consular do Reino da Itália.

Roberto Dal Colletto foi sempre estimado em todas as rodas sociais de Tietê.

Mudou-se para Santos onde reside e é funcionário do Departamento Nacional do Café.

107 — Arlindo de Camargo Pacheco.

Nasceu a 22 de fevereiro de 1889 em Tietê, sendo filho de Arlindo de Camargo Pacheco e de dona Ernestina de Camargo Penteadó.

Casou-se em Tietê com dona Clélia de Assunção Olinto, filha de Antônio Olinto de Arruda e de dona Iracema de Assunção Olinto.

Foi eleito vereador na 10.^a legislatura de 1920 a 1922.

Membro da Diretoria da Santa Casa de Misericórdia, serviu como mordomo no biênio de 1921 a 1922.

Mudou-se para a Capital do Estado, onde ocupa posição de certo destaque no mundo comercial.

108 — Eulálio de Sousa Vieira.

Filho de Manoel José Vieira e de dona Honorata de Arruda Campos, nasceu em Tietê no dia 17 de maio de 1871.

Casou-se em 13 de junho de 1883 com dona Francisca Emília

de Arruda, filha do Tenente Rafael de Moura Campos e de dona Ana Joaquina de Arruda.

Foi eleito vereador na 10.^a legislatura de 1920 a 1922.

Faleceu em Tietê a 19 de junho de 1935.

109 — Caio Graccho de Sousa Campos

Vide n. 100 do período republicano.

110 — Joaquim Pereira da Silveira

Vide n. 104 do período republicano.

111 — Pedro de Campos Pacheco

Vide n. 99 do período republicano

112 — Júlio dos Reis

Vide n. 83 do período republicano.

11.^a LEGISLATURA — 1923 a 1925

113 — Dr. Palinuro de Moura Campos. 114 — Júlio dos Reis. — 115 Caio Graccho de Sousa Campos. 116 — Roberto dal Colleto. 117 — José de Marchi. 118 — Luiz Benedito Antunes Cardia. 119 — Edgard Alves Correa de Toledo. 120 — Salvador Rodrigues de Moraes. 121 — Delfino Martins Bonilha.

113 — Dr. Palinuro de Moura Campos

O Dr. Palinuro de Moura Campos era filho de João de Moura Campos e de dona Ana Cândida de Sousa. Nasceu em Tietê no dia 24 de junho de 1860. Logo após os estudos preparatórios, partiu para o Rio de Janeiro, onde se matriculou na Faculdade de Medicina, concluindo o curso, no entretanto, na célebre Faculdade de Medicina da Baía, onde recebeu o grau de médico no ano de 1888.

Casou-se em 1890 com dona Augusta de Almeida Campos, filha do Alferes Franklin de Moura Campos e de dona Amélia Arnália de Almeida Campos.

A 16 de novembro de 1889, reunido o povo nesta cidade e lavran-to-se a ata da implantação do novo regime, foi o dr. Palinuro um dos signatários desse documento precioso, cuja cópia se acha transcrita num dos livros de atas da Câmara Municipal.

Em 15 de novembro de 1890, primeiro aniversário da proclamação da república, foi um dos oradores na inauguração do marco

comemorativo da república, colocado no jardim público local, e que foi erigido por contribuição do povo tietense.

Por muitos anos exerceu o cargo de Delegado de Saúde e de Inspetor do Serviço Sanitário e, posteriormente, o de Inspetor Escolar.

Eleito vereador para o triênio de 1923 a 1925, foi elevado à presidência da edilidade, permanecendo na cadeira no triênio seguinte, de 1926 a 1928, em que foi reeleito.

Em março de 1925 foi reconhecido membro do Diretório Político do Partido Republicano Paulista, gozando de notório prestígio. Foi durante a sua presidência na Câmara Municipal, em 1923, que Tietê viu com satisfação na visita do dr. Washington Luis, então presidente de São Paulo, que aqui viera inaugurar a estrada São Paulo-Mato Grosso, o início de uma nova era de progresso, pois a inauguração da rodovia estadual foi o primeiro marco chantado que assinala o Tietê moderno.

Em 16 de janeiro de 1927 foi eleito Provedor da Santa Casa de Misericórdia para o biênio de 1927 a 1928.

O dr. Palinuro de Moura Campos faleceu às 5 e 1/2 da tarde do dia 21 de junho de 1929.

114 — Júlio dos Reis.

Vide n. 83 do período republicano.

115 — Caio Graccho de Sousa Campos

Vide n. 100 do período republicano.

116 — Roberto dal Colleto

Vide n. 106 do período republicano.

117 — José de Marchi

Nasceu José de Marchi na Província de Treviso — Itália, sendo filho de Lourenço de Marchi e dona Catarina de Marchi, vindo criança para o Brasil em companhia de seus pais, que fixaram residência em Tietê.

Casou-se em Lençóis a 23 de maio de 1908 com dona Maria Pereira da Silva, filha de João Pereira da Silva, fazendeiro naquela cidade.

Logo após o seu casamento, retornou a Tietê, estabelecendo-se com casa comercial.

Eleito vereador para a 11.^a legislatura de 1923 a 1925, foi reeleito sucessivamente para a 12.^a e 13.^a legislaturas, ocupando

nesta última a vice-presidência da Câmara. Não terminou este mandato em consequência da revolução de 1930.

Membro de destaque da diretoria da Santa Casa de Misericórdia, foi mordomo de 1915 a 1920 e Procurador de 1921 a 1926.

Em 1932 transferiu a sua residência para Botucatu.

118 — Luiz Benedito Antunes Cardia.

Vide n. 25 do período republicano.

119 — Edgard Alves Correa de Toledo

Nasceu em Tietê, no dia 24 de março de 1879, sendo filho do Coronel Joaquim Alves Correa de Toledo e de dona Vitalina Leopoldina de Camargo.

Casou-se em sua terra natal, com dona Judaíba Alves Correa, filha de João Alves Correa de Toledo e de dona Josefina Correa de Toledo no dia 27 de março de 1897.

Fez parte como vereador na Câmara da 11.^a legislatura de 1923 a 1925.

Fazendeiro no município de Tietê, aqui sempre residiu e faleceu a 18 de novembro de 1939.

120 — Salvador Rodrigues de Moraes

E' piracicabano, nascido a 27 de janeiro de 1881, sendo filho de Joaquim Rodrigues de Moraes e de dona Ângela Maria de Moraes.

Casou-se no dia 5 de dezembro de 1916 com dona Luiza Gonzaga Vieira, filha de Eulálio de Sousa Vieira e de dona Francisca Emília de Arruda.

Serviu como vereador em duas legislaturas seguintes: na 11.^a, de 1923 a 1925 e na 12.^a de 1926 a 1928.

Fez parte da diretoria da Santa Casa de Misericórdia, como mordomo, no biênio de 1927 a 1928.

121 — Delfino Martins Bonilha.

Nasceu em Tietê a 24 de setembro de 1882. E' filho de Francisco José Rodrigues e de dona Ana Martins Bonilha.

Em dezembro de 1924, com a renúncia do vereador Luiz B. Antunes Cardia, foi eleito em sua vaga e empossado em 12 de janeiro de 1925.

A 15 de janeiro desse ano, foi eleito Prefeito Municipal, cargo que desempenhou até o fim do triênio. Reeito vereador na 12.^a legislatura de 1926 a 1928, foi confirmado na Prefeitura, exercendo-a durante o triênio. Feita a eleição para a 13.^a legislatura de 1929 a 1931 foi reconduzido na cadeira de vereador e

na Prefeitura, não terminando o mandato em vista da vitória da revolução de 1930. Durante o período prefeitural do sr. Delfino Martins Bonilha, Tietê recebeu grande impulso de prosperidade e desenvolvimento. A cidade foi aumentada com mais de uma centena de prédios novos; deu-se a inauguração da Fábrica de Tecidos, estrada de rodagem Tietê a Laranjal; reforço à instalação de bombas do abastecimento d'água; criação da escola Normal Livre e Ginásio; Posto de Monta, etc. Também como Prefeito teve que lutar no seu período administrativo, com os atritos políticos originados na grande luta travada entre os partidários do Partido Democrático e Republicano.

Fez parte da diretoria da Santa Casa na qualidade de mordomo nos biênios de 1915-1916; 1917-1918; 1919-1920; 1923-1924; 1925-1926 e de 1929 a 1930.

Foi presidente da Junta de Alistamento Militar.

12.^a LEGISLATURA — 1926 — 1928

122 — Dr. Palinuro de Moura Campos. 123 — Caio Graccho de Sousa Campos. 124 — Cantídio de Camargo. 125 — Roberto Dal Collecto. 126 — Abílio Alves Correa de Toledo. 127 — José de Marchi. 128 — Salvador Rodrigues de Moraes. 129 — Delfino Martins Bonilha.

122 — Dr. Palinuro de Moura Campos

Vide n. 113 do período republicano.

123 — Caio Graccho de Sousa Campos.

Vide n. 100 do período republicano.

124 — Cantídio de Camargo

Vide n. 60 do período republicano.

125 — Roberto Dal Colleta

Vide n. 106 do período republicano.

126 — Abílio Alves Correa de Toledo

Filho do Coronel Joaquim Alves Correia de Toledo e de dona Vitalina Leopoldina de Camargo, nasceu em Tietê no dia 12 de agosto de 1886.

Casou-se também em Tietê no dia 2 de maio de 1907 com dona Olívia da Costa, filha de José Mariano da Costa e de dona Maria Inocência Alves.

Fez parte na qualidade de Tesoureiro da 1.^a diretoria do T. G. n. 90, fundado em 4 de setembro de 1910.

Serviu como Juiz de Paz nas legislaturas de 1914-1916, 1917-1919 e 1920-1922. Eleito vereador, fez parte da Câmara da 12.^a legislatura de 1926 a 1928.

Mudando-se para São Paulo, foi nomeado funcionário do Museu Agrícola e Industrial do Estado de São Paulo, até a sua dissolução. Voltou a residir em Tietê onde faleceu a 5 de julho de 1940.

127 — **José de Marchi**

Vide n. 117 do período republicano.

128 — **Salvador Rodrigues de Moraes**

Vide n. 120 do período republicano.

129 — **Delfino Martins Bonilha**

Vide n. 121 do período republicano.

13.^a LEGISLATURA — 1929 a 1931

130 — Cantídio de Camargo. 131 — Delfino Martins Bonilha. 132 — Júlio dos Reis. 133 — Roberto dal Colleto. 134 — José de Marchi. 135 — João do Amaral Campos. 136 — Dr. O. da Costa Carvalho. 137 — Dr. Ibraim Carlos Camargo Machado. — Luiz Benedito Antunes Cardia.

13.^a LEGISLATURA — 1929 a 1931

130 — **Cantídio Camargo**

Vide n. 60 do período republicano.

131 — **Delfino Martins Bonilha**

Vide n. 121 do período republicano.

132 — **Júlio dos Reis**

Vide n. 83 do período republicano.

133 — **Roberto dal Colleto**

Vide n. 106 do período republicano.

134 — José de Marchi

Vide n. 117 do período republicano.

135 — João do Amaral Campos

Filho de Rafael de Moura Campos e de dona Maria Eulália de Camargo, nasceu em Tietê no dia 7 de novembro de 1883.

Casou-se em Tietê a 19 de dezembro de 1916 com dona Emília de Souza Campos, filha de Francisco Antônio de Souza Campos e de dona Ana Cândida de Souza.

Serviu como Juiz de Paz no triênio de 1911 a 1913.

Eleito vereador na 13.^a legislatura, tomou posse a 15 de janeiro de 1929 não terminando o mandato em vista da vitória da revolução de 24 de outubro de 1930 e consequente dissolução das câmaras municipais.

Fez parte da diretoria da Santa Casa de Misericórdia como mesário, no biênio de 1929 a 1930 e mordomo no biênio de 1931 a 1932.

Tem sempre residido no município de Tietê.

136 — Dr. Otávio da Costa Carvalho.

Filho do dr. Francisco da Costa Carvalho e de dona Carolina Alves Lima, nasceu em 17 de setembro de 1882, em Campinas.

Feitos os necessários estudos preparatórios em sua terra natal, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, recebendo após um curso brilhante, o diploma de bacharel.

Casou-se em Campinas com dona Palmira Penteado, filha de Eliziário Penteado.

Mudando-se para Tietê em março de 1917 aqui abriu banca de advogado.

Foi um dos fundadores do Partido Democrático, do qual se tornou um dos mais prestigiosos chefes.

Em 1928 concorreu a uma cadeira de vereador juntamente com o dr. Ibraim C. C. Madeira, fazendo parte da Câmara da 13.^a legislatura (1929 a 1931), renunciando, porem, o seu mandato em sessão da Câmara de 12 de maio de 1930, por ter de transferir a sua residência para Campinas.

Vitorioso o movimento revolucionário de 1930, retornou a Tietê como Delegado de Polícia, sendo empossado em 30 de outubro de 1930 e deixando o cargo em abril de 1931, solidário com

o Partido Democrático no seu rompimento com o interventor João Alberto. A sua atuação como Delegado foi muitíssimo apreciada por gregos e troianos, sendo intransigente defensor da liberdade de seus inimigos. Mais tarde, quando alguém fizer o histórico da política de Tietê, o nome do dr. Otávio há de ser louvado pois sua impecável conduta nesta emergência é reconhecida e proclamada pelos seus mais acérrimos inimigos.

Faleceu em Campinas, no dia 8 de julho de 1941.

137 — Dr. Ibraim Carlos Camargo Madeira.

O dr. Ibraim Madeira nasceu em Tietê no dia 3 de março de 1891, sendo filho do professor Francisco de Assiz Madeira e de dona Franklina de Camargo.

Feitos os estudos preliminares em sua terra natal, matriculou-se na antiga Escola Complementar de Piracicaba, saindo diplomado professor em 1909. Depois de receber o diploma foi nomeado para reger uma escola primária no bairro do Mato-Dentro, sendo mais tarde removido para o bairro de São Roque, onde esteve poucos meses, sendo depois nomeado diretor interino das Escolas Reunidas de Laranjal, à frente da qual permaneceu oito meses. Desejando porem estudar medicina, o seu grande ideal, e acedendo a um convite do diretor do Liceu Salesiano, foi nomeado lente do mesmo Liceu. "Sem tempo sequer para fazer os preparatórios seguiu para Lorena, onde, no Ginásio S. Joaquim obteve o 1º lugar entre os candidatos inscritos. Matriculou-se na Escola de Farmácia. Não se sentindo bem na carreira que constrangidamente abraçara, completando os preparatórios que lhe faltavam, matriculou-se em 1913 na Faculdade de Medicina, fazendo parte da primeira turma. À noite dava aulas no Liceu". "No 4.º ano, como se tornasse notado pela dedicação e aproveitamento nos estudos, foi distinguido com a nomeação de Interno no Instituto Butantã, então dirigido pelo sábio brasileiro dr. Vital Brasil, glória da medicina brasileira". "A cirurgia atraiu-o logo. E ele procurou aproximar-se do grande cirurgião paulista Professor Antônio Cândido de Camargo, eminente cientista de quem teve a ventura de tornar-se interno por concurso".

Em dezembro de 1919 recebeu o grau de doutor em Medicina, versando a sua tese sobre: "Tratamento da úlcera simples da perna pelo enxerto de Olier Tiersch" e que teve aprovação plenamente alta.

Fixou a sua residência na terra natal, consorciando-se em 6 de junho de 1920 com dona Arací Garcia, filha de José Garcia Correa e de dona Inocência de Almeida Garcia.

Em 1928 aderindo ao Partido Democrático, entrou a fazer

parte do seu diretório em 17 de maio, desenvolvendo grande atividade partidária.

Candidato a vereador na 13.^a legislatura (1929 a 1931), e com o seu companheiro de chapa dr. Otávio da Costa Carvalho, conseguiram ser eleitos por apreciável votação, sendo empossados em 15 de janeiro de 1929.

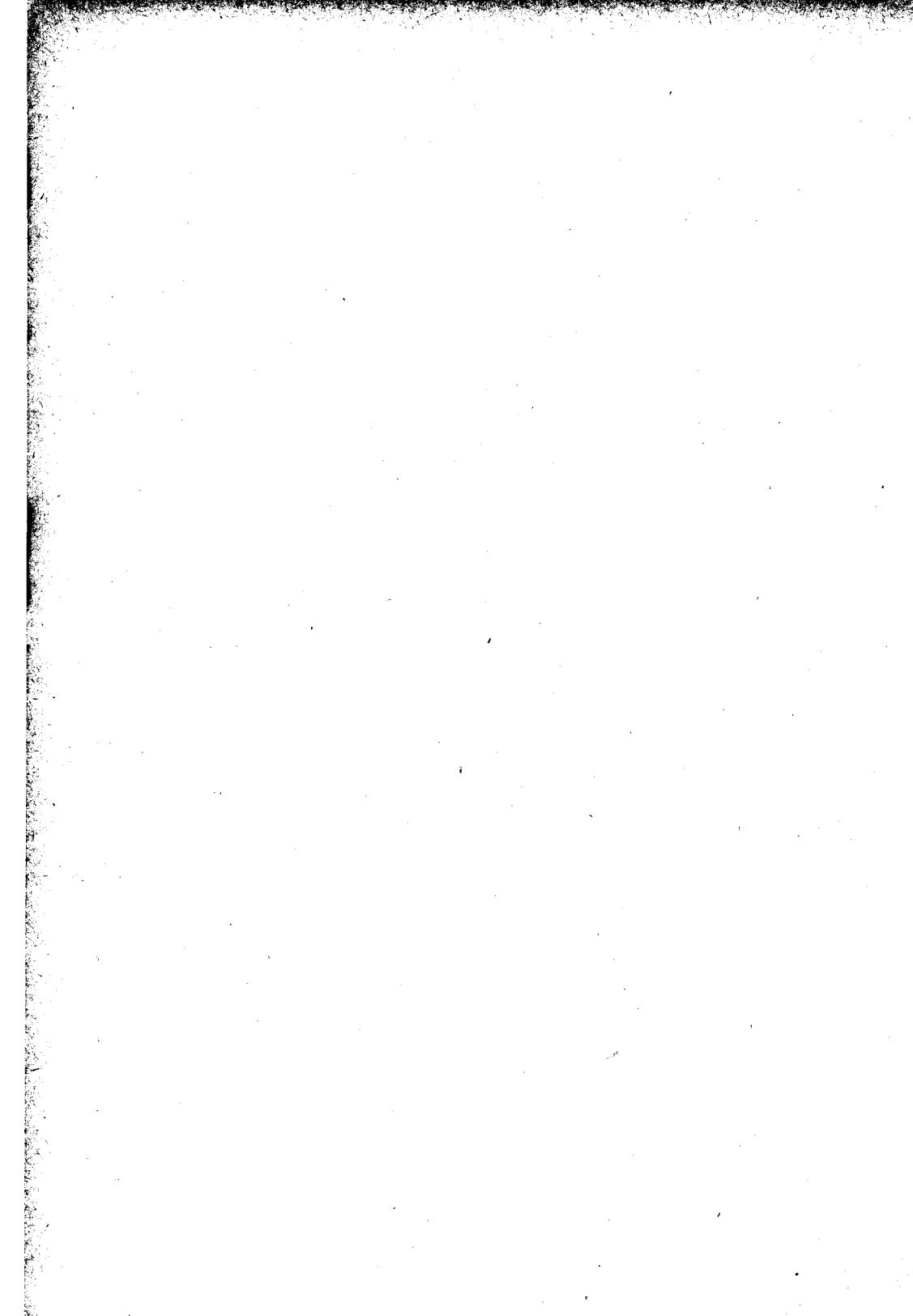
Vencedora a revolução de outubro de 1930, foi nomeado membro da Junta Governativa e declarado Governador da cidade em 27 de outubro, data em que receberam os poderes municipais, sendo nomeado Prefeito em dezembro de 1930, pelo Governo Provisório de São Paulo, cargo que exerceu até 20 de abril de 1931, em vista de ter acompanhado o Partido Democrático em seu rompimento com o Interventor João Alberto.

Em janeiro de 1933 transferiu a sua residência para a Capital do Estado, voltando novamente a residir em Tietê no ano de 1934.

Fez parte como Presidente, do Diretório do Partido Constitucionalista, e, depois da 1.^a Câmara Municipal eleita em 1936, sendo vereador e *leader* da maioria do legislativo municipal, que conduziu com grande tino e elevação, até a dissolução da Câmara pelo Ato de 10 de novembro.

138 — Luiz Benedito Antunes Cardia.

Vide n. 25 do período republicano.



O monumento a Américo Vespucci (*)

EDUARDO JACOBINA

Conferência no Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, em 25 de outubro de 1940.

Na primeira memória que mandei a este douto Instituto e que o **Jornal do Comércio**, de 26 de maio do ano corrente, publicou, estudamos a individualidade moral, intelectual e profissional, tanto de Vespucci como de Colombo à luz de documentos deles emanados e da crítica dos maiores historiadores: Humboldt, d'Avezac, Santarem, Herrera, Las Casas etc. Insurgimo-nos contra a forma de argumentação por "autoridades" e mostramos o que valiam as autoridades, no caso, invocadas.

Continuaremos o nosso estudo, hoje, obedecendo ao mesmo critério, e nele analisaremos as cartas que fizeram a celebridade de Vespucci.

Até o século XVIII, excetuada a imbecilidade de Waldsesmüller, o "homem obscuro", de Humboldt, que do seu buraco na Lorena, Saint-Dié, chama: Terras de Américo, ao Novo Mundo, ninguém reivindicara, para Vespucci, descoberta alguma, nem glórias de navegante. Foram Canovai e Bandini que em fins do século XVIII e baseando-se, exclusivamente, nas "Cartas" de Vespucci, começaram a sua confusionista fama, de nauta e astrônomo; cousas que o lamentavel impostor absolutamente nunca foi.

No protesto que faço contra a ereção de um monumento a Vespucci, em uma de nossas melhores cidades, como o propõe a colônia italiana de S. Paulo e Santos, tenho a absoluta convicção de ser instrumento da sã opinião pública brasileira.

A interferência da Itália do século XVI, Veneza nomeada-

(*) Conferência proferida no Instituto em 25 de outubro de 1940. — N. da R.

mente, nas navegações dos portugueses; longe de ter sido colaboração e ajuda, como hoje quer a colônia italiana de São Paulo, foi exclusivamente espionagem e traição. Disto as provas vão a seguir.

Dentre os coevos, o único que alude a uma viagem de Vespucci, é Hojeda, que em 1513 respondendo ao Fiscal, procurador da Coroa de Castela, diz que levava consigo, em 1499: "Juan de la Casa, Piloto, Emerigo Vespuch e otros pilotos".

A forma da própria resposta mostra a posição secundária do herói na expedição.

No tomo II de seu *Exame Crítico*, diz Humboldt:

"Na bela edição da geografia de Ptolomeu, feita em Roma, 1508, vê-se o sinal das navegações portuguesas ao longo das costas orientais da América do Sul; navegações que atingiram a 50° latitude austral. Aí se diz também não se haver ainda atingido o extremo do continente. Essa edição, impressa por Evangelista Tossinus e escrita por Marco de Benevente e João Cotta de Verona, trás um mapa mundi de Ruysch, no qual a América Meridional é representada com ilha de imensa extensão, com o nome *Terra Sanctae Crucis, sive Mundus Novus*. Aí se vê o cabo *Sanctae Crucis*, é a posição do cabo. Sto. Agostinho, e a costa que a ele segue para o Sul. Nesse mapa lê-se a seguinte nota: *Nautae lusitani partem hanc terrae hujus observarunt et usque ad elevationem poli antarctici 50 graduum pervenerunt, nodum tamen ad ejus finem austrinum*".

Nenhuma referência, neste trabalho escrito e impresso em Itália, por italianos, ao compatriota protegido dos Medici, amigo de Soderini e que se disse descobridor dessas terras e que igualmente pretende as ter navegado até esses mesmos 50 graus de latitude austral; mas em vez disto: "*nautae lusitani*"...

A opinião hoje, corrente entre eruditos, sobre Vespucci é a anunciada na obra: *Los Vascos en America*, de Segundo de Ispizúa:

"Hoy está probado concluyentemente que se no deve a Vespucci ni el descubrimiento de um peñon del continente que lleva injustamente su nombre. Nunca figuró como jefe; y en lo que la expedition La Cosa e Hojeda se refiere, no es mencionado su nombre por dos testigos que tomaram parte en ella, quando sabemos hasta los de los mozos e criados, que llevó el capitan de la flota".

¶, quando Vespucci, sobre si próprio, deixou este, ridiculamente jactancioso juízo: “*Navigandi disciplina magis callebam que omnes naucleri totius orbis*” o espanhol D. Pedro de Nove y Colson da Real Academia de História de Madrid, comparando as epopéias, espanhola e portuguesa, declara:

“*La nuestra epopeya de la conquista de America fué realizada en el exterior por aventureros heroicos; la de Portugal fué realizada en el interior por los Reyes, los Infantes, los Consejeros, por aqueles colosos capaces de concebir, preparar e llevar à feliz termino un labor de titanes*”.

O historiador italiano, Carlo Errera, em sua “*L’Epoca delle Grande Scoperte Geografiche*” escreve:

“*Falsa é la vecchia tradizione, che il Cabral approdasse al Brasile, trascinato inopinatamente a ovest dal Capo Verde della forza della corrente: la rotta così occidentale fu dovuta a deliberato proposito*”.

E esta verdade é tanto mais sensível quando se compara o período de tempo empregado por Cabral para percorrer as 800 léguas que medeiam entre Cabo-Verde e Porto-Seguro, com o tempo das navegações similares descritas por Vespucci; ou com o das de Colombo, ou de outros pilotos espanhóis. Cabral gastou 28 dias; o que revela um conhecimento profundo dos mares e do regime dos ventos da região navegada. O almirante Ernest Mouché, em seu estudo: *Les Côtes du Brésil, 1864* repara: “ainda hoje alguns veleiros levam mais tempo para essa travessia”.

Lancemos agora uma vista d’olhos a procurar compreender porque: as repúblicas italianas da Renascença (de cujos embaixadores, nas Espanhas, trasladarei aqui algumas cartas) tanto se preocupavam com as navegações e descobrimentos dos portugueses. João de Barros nos iluminará o caminho:

“E como Malaca era um centro onde concorriam todos os navegantes, que andavam nesta permutação, assi os da cidade de Calecut, situada na costa de Malabar, e os da cidade de Cambaya, e os da cidade de Ormuz, posta na ilha Geru dentro da garganta do mar Persico, como os da cidade Adem, edificada de fora das portas do mar Roxo, todos com a riqueza deste commercio tinham feito a estas cidades mui illustres, e celebradas feiras. Porque não sómente traziam a ellas o que navegavam de Malaca, mas ainda os robijs, o lacre

de Pegu, a roupa de Bengala, aljofar de Calecaré, diamantes de Narsinga, canela e robijs de Ceilão, pimenta e gengivre e outros mil generos de especies aromaticas, assi da costa Malabar, como de outras partes, onde a natureza depositou seus tesouros. E as que desta parte da India se adjunctavam em Ormuz, deixando alli a troco de outras, as que serviram para as partes da Turquia, e da nossa Europa, eram navegadas por esse mar Persico té a povoação de Batsora, que está nas correntes do rio Eufrates, a qual ora é uma cidade celebre com o favor que lhe deram os nossos Capitães de Ormuz. No qual lugar eram repartidas em cáfilas, humas para Armenia e Trabisonda e Tartaria, que jaz sobre o mar maior; outras para as cidades Halepo e Damasco, té chegarem ao porto de Barut, que é no mar Mediterraneo, onde as vendiam a Venezeanos, Genovezes e Catalães, que naquelle tempo eram senhores deste tracto. A outra especiaria, que entrava por o Mar Roxo, fazendo suas escalas por os portos d'elle, chegava ao Toro, ou a Suez, situados no ultimo seio deste mar. E daqui em cáfilas por caminho de trez dias era levada á cidade do Cairo e dahi per o Nilo abaixo a Alexandria, onde as nações, que acima dissemos, a carregavam per estas partes da Christandade, como ainda agora em alguma maneira fazem; . . . Assi estes Reys e Principes, como os mercadores, por cujas mãos corria o commercio da especiaria, e orientaes riquezas, vendo que com nossa entrada na India por espaço tão breve, como eram cinco annos, tinhamos tomado posse da navegação daquelles mares, e elles perdido o commercio, de que eram Senhores havia tantos tempos; eram todas estas cousas a elles tão grão dor e tristeza, que não sómente àquelles a que tinhamos offendido, mas a todos em geral, era o nosso nome tão avorrecido, que cada um em seu modo procurava de o destruir”.

Assim Veneza mandava em 1502, fundidores de canhões ao rei de Calecut, inimigo de Portugal e simultaneamente despachava para o Cairo o embaixador Benedetto Sanudo, a consertar com o Sultão a ofensiva contra Portugal. Deste conserto resultou a célebre carta (cujo traslado Barros teve em suas mãos) trazida por Frei Mauro, Superior da Casa de Sta. Catarina do Monte Sinai, em que se ameaçava (caso Portugal não se retirasse do Oriente) com a destruição dessa Casa, de todas as Relíquias e de todos os cristãos do Oriente. Tudo pode, a fome do ouro!

Nesse mesmo ano de 1502, no último dia de janeiro, de novo partia Vasco da Gama, para a Índia; e ocorreu nessa viagem, relata Barros, este elucidativo episódio:

“Partido de Restello, fazendo sua derrota via do Cabo Verde, o derradeiro dia de Fevereiro surgio no rosto delle, no qual esteve seis dias fazendo sua aguada, e alguma pescaria, e alli veio ter com elle huma caravela, que vinha da Mina, de que era capitão Fernando Montaroyo, o qual trazia duzentos e cincoenta marcos d’ouro todo em manilhas e joias, que os Negros costumam trazer. O Almirante, porque levava comsigo Gaspar da India que elle tomou em Anchediva, e assi os Embaixadores d’El Rey de Cananor e d’El Rey de Cochij, quiz-lhes dar mostra delle, para que soubessem ser El Rey D. Manoel Senhor da Mina delle, e que ordinariamente em cada hum anno, lhe vinham doze e quinze navios que traziam outra tanta quantidade. A vista do qual ouro houveram estes Indios por tão grande cousa, que vieram descobrir a D. Vasco da Gama huma pratica, que em Lisboa tivera com eles huns venezeanos, em que lhes fizeram crer que as cousas deste Reyno de Portugal eram bem diferentes do que elles viam naquella somma d’ouro; e o caso foi desta maneira. Ao tempo em que esta armada da India se fazia em Lisboa prestes, estava nella um Embaixador dos venezeanos, homem nobre e prudente, a vinda do qual a este Reyno, era pedirem elles a El Rey D. Manoel ajuda contra o Turco, que lhe tinha tomado Modon, o qual soccorro lhe elle mandou segundo escrevemos em nossa Africa. E como este negocio do commercio das especiarias era huma grão parte de que o estado de Veneza se sustentava, vendo estes Embaixadores da India em Lisboa, ou por mandado do embaixador venezeano, ou por qualquer outro modo que fosse, alguns familiares seus, mostrando curiosidade de querer saber as cousas da India, foram fallar com elles. Tendo secretamente prática sobre o tracto da especiaria, assi os induziam que lhes fizeram crer que o Embaixador de Veneza era vindo a este Reno a dar adjutorio de dinheiro, e mercadorias para se fazer aquella Armada, em que elles haviam de tornar para a India; porque este Reyno de Portugal era mui pequeno e pobre e não se atrevia a tamanho negocio, como era o tracto da especiaria, e a senhoria de Veneza era a maior potencia de toda a Christandade; a

a qual senhoria des que houve trato no mundo, sempre negociava com os Mouros do Cairo, que traziam esta especiaria pelo Mar Roxo do Reyno de Calecut, e de toda a costa Malabar, donde elles eram naturaes. — Que o sinal desta verdade elles o podiam lá ver e saber, porque quanta moeda d'ouro os Mouros levavam para a compra della, tudo eram ducados venezeanos; e as sedas escarlatas com totalas outras policias que estes Mouros levavam da mão dos venezeanos, se havia em os portos de Alexandria e Barut; onde elles mandavam suas náos a fazer com os Mouros commutação destas cousas com a especiaria que elles traziam. Que se espantavam muito como os Reys e Principes daquellas partes deixavam de contractar com os Mouros, como té lí fizeram, pois por elles podiam haver totalas cousas, que a Senhoria de Veneza tinha por modo tão pacífico, como sempre usaram. O qual modo elles eram testemunha, não os terem os Portuguezes; porque como eram homens de guerra, e não usados na mercadoria, todo o seu negocio por este novo e comprido caminho, que tinham descoberto, havia de ser a força de armas, e trabalharem por destruir os Mouros daquellas partes, por serem seus capitães inimigos nestas Occidentaes de Africa, por andarem em continua guerra com elles. Finalmente por este modo assi encheram os Venezeanos as orelhas dos Embaixadores, que levaram elles maior opinião do estado de Veneza que deste Reno, e que o mais daquella Armada era adjudas desta grande Senhoria. Però quando elles viram o ouro, que lhe o Almirante D. Vasco da Gama amostrou, ainda que não era muito em peso, como vinha em manilhas e joias, parte delle, e outro assim como nasce, fazia tão grande volume, que houveram elles que Portugal em ter aquella Mina era mais poderoso e rico, que todos os Reys da India, porque nella, principalmente em todo o Malabar, não ha ouro. O Almirante porque El Rey D. Manoel soubesse gratificar o Embaixador de Veneza, que ficava em Lisbôa, esta informação, que os seus deram a estes Indios, per o mesmo capitão Fernão de Montaroyo lhe escreveu”.

Vemos assim a qualidade da colaboração prestada, a Portugal, pela Sereníssima República. Pede-lhe; e dele obtem o socorro pedido contra o Turco, o temível inimigo; e como agradecimento à generosa solidariedade ario-européia: instiga as per-

seguições contra os cristãos nos territórios do Sultão do Cairo e fomenta as rebeliões dos Rajás e Príncipes da Índia!

A seguir transcreverei alguns trechos de algumas cartas de embaixadores das repúblicas italianas em Portugal e Espanha que servirão a dois fins: demonstrar o interesse ávido com que era acompanhada, por elas, a epopéia dos descobrimentos e provar quão diferente, da concepção colombo-vespuciana, era a concepção portuguesa do mundo e da situação nele das terras descobertas.

Para Colombo e Vespucci, totalmente ignorantes da astronomia esférica, já bastante conhecida naquele fim do século quinze, assim como das aplicações desta ciência a arte de navegar e a geografia, as terras do Mundo Novo não eram mais que os limites extremo-orientais do continente asiático, muito mais próximo das plagas ocidentais européias de que, em sua teimosia, julgavam os portugueses. E' assim que vemos no mapa desenhado por Bartolomeu Colombo, o antigo riscador de cartas geográficas em Lisboa, em que ele marca as terras visitadas por seu irmão o almirante, a quem ele acompanhou nesta sua quarta viagem, 1504; ao lado e em ridícula promiscuidade com Cuba, Espaniola, Jamaica e outras terras americanas: Índia intra e extra Gangem, Áurea Chersonesus, Tapobana, Indicum Mare etc. etc.

E' assim que Vespucci escrevendo, 4 de setembro de 1504, a Soderini, para narrar-lhe a viagem que ele diz ter feito ao Brasil em 1503, escreve:

“Partimos deste porto de Lisboa, com o propósito de ir descobrir no Oriente uma ilha chamada Malaca, a qual se dizia muito rica e como o armazem de todos os navios que vêm do Mar Gangético e do mar Indico... Esta Malaca está mais ao Occidente que Calecut e muito mais meridional, pois sabemos que se encontra situada em 33 grãos do pólo antarctico”.

Felizmente ele diz: esta Malaca, porquanto a outra, a verdadeira, a que conhecemos, está muito ao oriente de Calecut e no hemisfério boreal e sua extrema ponta quase atinge a equinocial. Eis aí como concebiam o Orbe estes dois aventureiros que nos querem impingir como autênticos e geniais heróis!

Vejamos, agora, através de documentos da diplomacia coeva italiana, a concepção portuguesa. Em 26 de junho, 1501, o opulento comerciante de Cremona, Giovanni Francesco de la Faitada, de Lisboa, escrevia a Domenico Pisani, “oratore” de Veneza, então em Granada:

“eri al tarde vene uno de li navilij, che fu in zener fino a Calecut, el qual loco si é quello donde se aspetano le spiziarie.”

Em 27 de julho, 1051, este mesmo embaixador veneziano Domenico Pisani, de Granada remetia à Senhoria, cópia de uma carta de Cretico, nuncio de Veneza em Lisboa, anunciando-lhe a volta do primeiro navio da esquadra de Cabral; os portugueses haviam descoberto:

“una terra nova, chiamono la terra de li Papagá, per esser li papapagi longi uno brazo e piú, di vari colori, de li qual ne hanno visto doy; indichano questa terra esser terra ferma, perché correno per costa due mili miglia e piú, ni mai trovano fin, habitano homeni nudi e formosi...”

Em 21 de agosto, 1501, Trevisan, chanceler do embaixador Pisani, escreve a Malipiero, membro do Senado de Veneza:

“Uterius aspetiano di zorno in zorno da Lysbona il nostro doctore (Cretico) que lassò li il nostro magnifico ambassator (Pietro Pasqualigo) el qual a mia instancia ha facto un'opereta del viazo del Calecut, de la qual ne farò copia à la magnificentia vostra, de carta de qual viazo non he possibile haverne, che il Re ha messo pena di vita a chi la dá fóra, questo é quanto posso far adesso per servitio de la magnificentia vostra.”

Dias depois, em nova carta, continuava Trevisan:

“Circa el desiderio ha la magnificentia vostra” de intender el viazo de Calecut, io li ho scritto, altre fiате che aspetto di zorno in zorno Messer Cretico, qual me scrive haverne composto una opereta. Subito ch'el sia zonto, farò che la magnificentia vostra ne haverá parte.”

Aos 18 de outubro de 1501, o embaixador em pessoa, Pietro Pasqualigo, “Oratore” da Sereníssima República, escrevia ao Senado de Veneza dizendo do regresso de:

“una de doy caravelle, quale l'anno passato la majestá del ditto Re mandó a discoprir terra verso la parte de tramontana...”

... Credono questi de la caravella, la sopra scritta terra congiungersé con altra terra, la qual l'anno passato solo la tramontana fu discoperta de laltre caravelle di questa majestá, licet non potesseno arrivar á quella, per esser il mar agiazato con grandissima quantítá de neve, in modo ch'e monti qual terra. Etiam credono congiungersi con le Andílii, che furono discoperte per li reali di Spagna, et con la terra dei papagá, noviter trovata per le nave, di questo re, che andarono in Calecut".

Estes documentos demonstram concludentemente, tanto a atividade diplomática da Sereníssima República, como o cunho positivamente científico das navegações portuguesas. Já no decurso do primeiro ano do século XVI, para Portugal, desde as terras sob a Tramontana (estrela polar) descobertas por Fernandes Lavrador e Corte Real, passando pelas descobertas por Colombo, Pinzon e Hojeda até o extremo percorrido por um dos navios da frota de Cabral todas essas terras constituíam um grande e imenso continente! Mas além disto, há, da competência e capacidade dos cosmógrafos portugueses dessa época, um documento incontestável: o planisfério de Cantino. Este mapa, que mede dois metros e vinte por um metro e cinco, existe em Modena, na biblioteca Estense.

Alberto Cantino, embaixador em Lisboa de Hércules d'Este, duque de Ferrara, obteve de um copista português (não sabemos por que processos) uma cópia, em 1502, do planisfério onde estavam inscritas todas as descobertas portuguesas até a data. Maravilha a aproximação da verdade, a quase exatidão com que lá está representado o contorno do continente Africano; e não menos espanta o fato de lá estar também representado o contorno da península de Flórida, oficialmente descoberta, só em 1512, por Ponce de Leon! Não será esse o Mapa de Pero Vaz Bisagudo, que Mestre João dizia, de Porto Seguro, maio, 1500, a D. Manuel: "mande vossa alteza traer"?

Em meu estudo anterior, disse que tanto Colombo como Vespucci, sendo de origens humildes e vivendo em um século em que era forte o preconceito de classe, ambiciosos e ávidos de honorarias, mentiam desbragadamente, ambos, para se darem ares de importância e fazerem crer aos circunstantes em suas origens fidalgas. Mas, pelo menos em Portugal, nunca, nas casas nobres, conseguiram transpor o limiar da ucharia e da copa, e em suas naus não subiram além do castelo de proa. Dizia, por exemplo, Colombo, na forma retorcida que ele dava às suas patranhas:

“que ele não fora o único almirante da família”; fazendo-se assim passar por parente (de um ou de ambos) dos almirantes “Colombo” conhecidos naquela época. Mas os dois almirantes cognominados “Colombo”, “o velho”, um, “o moço” o outro eram: Georges de Bissipat, grego, o primeiro, e Guillaume de Cazenove, francês, o segundo. Serviam ambos na marinha francesa. Na História do Almirante conta D. Fernando Colombo que: em 1476, servindo seu Pai, sob as ordens do admirante Colombo, o moço, em uma batalha naval, na altura do cabo S. Vicente, contra quatro galeras venezianas, tendo-se incendiado a nau almirante, o jovem Cristovão atirou-se à água e a nado ganhou as praias do Algarve, tendo assim realizado a sua entrada em Portugal! A verdade é diferente e menos heróica para o descobridor da América.

Salvagnini, erudito italiano, descobriu, nos arquivos de Milão, documentos que se referem a uma batalha naval, agosto de 1476, próximo do cabo S. Vicente, em que quatro galeras genovesas foram atacadas por Cazenove, vulgo Colombo; batalha cujas peripécias concordam com a narrativa de F. Colombo. Nesses documentos se vê que dois dos navios atacados pertenciam a Di Nigro e Spinola por conta dos quais, já no ano anterior, no Mediterrâneo rumo a Chio, navegara Cristovão Colombo. Essas quatro galeras genovesas, carregadas de mercadorias rumavam à Inglaterra. Revelam, igualmente, esses documentos: que um dos navios fugido ao ataque refugiou-se no porto de Lisboa, donde após sofrer reparos seguiu a seu destino: Inglaterra. Acham-se esses documentos na Raccolta Colombiana. Rui de Piña, cronista de D. João II narra da mesma forma este encontro; e identicamente o narra o cronista espanhol Alonso de Palência. Colombo não passava então de modesto “super-cargo” do armador Di Negro quando se enfeitava com as penas de marinheiro heróico. Também, de Vespucci, a humilde posição que ocupava, nas frotas portuguesas em as quais navegou em 1501 e 1503, ressalta de suas próprias narrativas. Escrevendo em data de 4 de junho de 1501 a Lorenzo dei Medici, do porto africano Beseghici, diz ele ter encontrado aí dois navios da esquadra de Cabral:

“cherano di ritorno d’alle parte d’India orientale, che sono di quelli medesimi che andarono a Calechut, ora quattordici mesi fa, che furono tredici navigli . . .”

Promete descrever ao seu patrono as regiões percorridas pela frota de Cabral:

“non per via de cosmografia perchè non fu in essa frotta Cosmografo ne Matematico nessuno, chè fu grande error. Ma vi si diranno cosí discorfortamente, como me le contarón, salvo quello es alcun tanto corretto colla cosmografia di Tolomeu”.

Vejam só o ignorante jactancioso: vai corrigir as informações que lhe davam testemunhas de-vista com a “cosmografia de Tolomeu”! e nessa frota em que não fora “cosmografo nessuno” serviam Duarte Pacheco Pereira, o maior nauta da época, e Johanes Emeneslau, o mestre João, Cosmógrafo do rei D. Manuel. Naturalmente Vespucci não lhes pode falar que eles não lhe davam confiança; e Vespucci não conseguia conversar senão com os moços e criados da câmara. As suas informações ele as colheu com:

“un uomo degno de fede, che si chiamava Gasparre, el quale sapeva di molte lingua, e il nome di molte provincie e città. Come dico é un uomo molto altentico, perché ha fatto due fiате il viaggio di Portogallo al mare Indico”.

Este período revela com clareza meridiana a situação social de Vespucci na armada portuguesa. É este Gaspar personagem muito conhecido. Gaspar das Índias, como é cognominado este judeu, que com o batismo recebeu o nome de Gaspar da Gama, por lhe ter servido de padrinho o almirante Vasco da Gama que o trouxera como escravo, de Goa, em sua primeira viagem à Índia em 1498. Para escapar a um banho de breu fervente em que o almirante o mandou meter para lhe tirar da alma a traição, que trazia, em serviço do Sabaio de Goa, a confessou e fez-se cristão e na viagem de Cabral:

“El Rey entregou ao Capitão-Mor, Gaspar da Gama, o judeu, porque sabia falar muitas linguas, a que El Rey deu alvará de livre e forro, e de sua comedia em terra dez cruzados cada mez, muyto lhe recommendando que o servisse com Pedro Alvares Cabral”.

Assim conta Gaspar Correia nas Lendas da Índia. Não me fartarei de repetir: a ignorância tanto humanista como profissional destes dois pseudo-navegadores é proverbial. O próprio Vignaud panegirista de Vespucci diz:

“Vepuce connoissait mal sa propre langue, connoissait encore moins bien le latin.”

Sobre o saber de Colombo a Rainha Isabel não tinha ilusões como o prova esta carta, obra prima de malícia feminina:

“Nos otros mismos, y no otro alguno, habemos visto algo del libro que nos dejáste: quanto mas en este platicamos e vemos, conocemos cuan gran cosa ha seido este negocio vuestro y que habeis sabido en ello mas que nunca se pensó que pudiera saber ninguno de los nacidos. Nos parece que sería bien que llevádeses con vos, un buen Estrologo, y nos parecia que sería bueno para este Fray Antonio de Marchena, porque es buen Estrologo y siempre nos pareció que se conformaba con vuestro parecer”.

Tambem a idéia, que eu lí algures, que o cargo de Piloto Maior dado a Vespucci por Isabel a Católica, correspondia ao de Almirante de Castela, é absolutamente infantil. Humboldt à vista de documentos autênticos assim descreve o cargo:

Ele foi posto como chefe de um verdadeiro deposito hydrographico e encarregado de executar para a “**casa de contracion**” de Sevilha, ponto central de todas as empresas maritimas, um quadro geral das costas e um registro das posições geographicas, (**padron general**) no qual devia acrescentar cada anno as novas descobertas”.

Agora, examinemos as cartas de Vespucci; os únicos documentos que existem de suas navegações; porque: fato único desse período das grandes descobertas, em nem um só documento official ou de cunho official, em nem uma só narrativa de descobrimentos, escrita por embaixadores, cronistas e historiadores coevos, se encontra o nome de Vespucci! Temos diante dos olhos, três das suas quatro cartas: as descrições de sua expedição de 1499, da de 1501 e da de 1503. Fere logo a vista, nesses documentos, a ausência total daquilo que, antes de tudo, interessa o navegante e cosmógrafo: a descrição dos accidentes geográficos das terras encontradas! Nem uma só descrição de um cabo ou de um promontório; nem uma só menção da forma, grandeza e peculiaridade do delta de um grande rio; nem uma só assinalação de profundidades e natureza do fundo de uma baía, enseada ou surgidouro! nada! nada! nada!

Entretanto, nas narrativas das descobertas portuguesas, nos escritos dos cronistas coevos, a cada passo se encontram anotações como esta, de Barros, sobre o Cabo da Boa Esperança:

“Bartolomeu Dias depois que notou dele o que convinha à navegação...”

Mas o que mais espanta, o estudioso destas questões, é como se pode ter criado a lenda da ilustração de Vespucci, em assuntos de cosmografia e náutica, diante das miríficas asneiras de que estão inçadas essas suas cartas! Em sua viagem de 1499 ele chegou ao continente americano em uma terra:

“a qual está situada dentro da zona torrida e fóra da linha equinocial, para a banda do Sul. Sobre ella se eleva o pólo meridional cinco grãos fóra de todo o clima... Os dias eram eguaes às noites, porque arribamos em 27 de Junho, quando Sol está perto do trópico de Cancer”.

Esses são erros palmares. Já no século treze John Holywood, chamado Sacrobosco, professor em Oxford, em seu tratado *De Sphera Mundi* ensinava que o Sol, nos equinócios, para todos os paralelos, os dias são iguaes às noites; e que, para o equador, esta igualdade se dá para todos os dias do ano. Vespucci com este erro revela não somente sua ignorância como sua fraude. Ele não esteve em tal local. Em 5º lat. S com o Sol apenas saído do solstício de inverno: os dias são sensivelmente mais curtos que as noites.

Nessa costa não puderam desembarcar, por ser toda alagada pelos grandes rios que a percorriam:

“Tentamos em muitos portos desembarcar, mas a-pesar-das muitas diligências, as copiosas águas fluviaes não nos permitiram chegar a lugar que não estivesse encharcado. Levantamos então as âncoras e velejamos entre o levante e o sueste pela costa adiante, que assim corria e por espaço de quarenta léguas, tentamos desembarcar, mas foi tempo perdido.”

Na viagem de 1501, que ele conta na *Lettera a Soderini*:

“Prouve a Deus mostrar-nos no dia 17 de agosto uma terra nova. Achamos ser uma terra muito amena, viridente e de boa aparência, e situada para alem da

equinocial cinco graus para o Sul... . . . Partimos desta paragem (5° lat. S.) e seguimos nossa navegação entre Levante e Siroco, — que assim corre a costa. Navegamos tanto que vimos que a terra voltava para Sudoeste, e desde que dobramos um Cabo a que demos o nome de Cabo Sto. Agostinho começamos a navegar para Sudoeste. Este cabo fica a uma distância de 150 léguas para Levante da sobredita terra onde víamos matar os cristãos. Está a oito graus além da linha equinocial para o Sul”.

A comparação dos dois textos, das viagens de 1499 e de 1501 e a análise de cada um deles evidenciam o embuste. Nas duas expedições ele aportou a 5° lat. S. A primeira vez tomou posse da terra em nome do rei de Castela, a segunda em nome do rei de Portugal. Ora a terra é a mesma. No Atlântico, nessa latitude só existe uma terra: é a região do cabo de S. Roque. Em 1499 era ela sulcada de rios caudalosos que por quarenta léguas a tornaram inhóspitas; — em 1501 era ela amena e viridente. Desembarcados os selvícolas lhe mataram um homem da tripulação e o comeram.

Mais ainda: o cabo de Santo Agostinho não está a 150 léguas a Levante do cabo S. Roque, e sim a cerca de 60 léguas ao sul. A costa entre os dois cabos corre quase de Norte a Sul, não se pode pois navegar ao longo dela navegando entre Levante e Sueste. Depois ele continua a descrição de sua viagem ao longo da costa brasileira até 32° lat. S. Percorreu-a pois dêo o cabo São Roque até o extremo meridional da Lagoa dos Patos e não a viu; não a viu, como não viu a baía do Rio-de-Janeiro, não notou a mudança de direção da costa em Cabo Frio, não viu a foz do São Francisco. Nada disso viu! Só viu lagartos de dois rabos na Ilha Fernando de Noronha, à qual dá duas léguas de comprimento e uma de largo quando na realidade ela tem sete quilômetros de comprimento por dois de largo. E, maravilha! leva no bolso a “declaração das órbitas da maior parte.

“das estrelas do polo antártico, dos seus diâmetros e semi-diâmetros”.

Esses diâmetros serão das órbitas ou das estrelas? Eu julgo que só podem ser das estrelas!!

Não! eu creio que: embora seja o nosso pobre Brasil, a terra da ascensão na razão inversa do valor, não descemos contudo ainda tanto que celebremos, com monumentos, a ignorância, o embuste, a mentira!

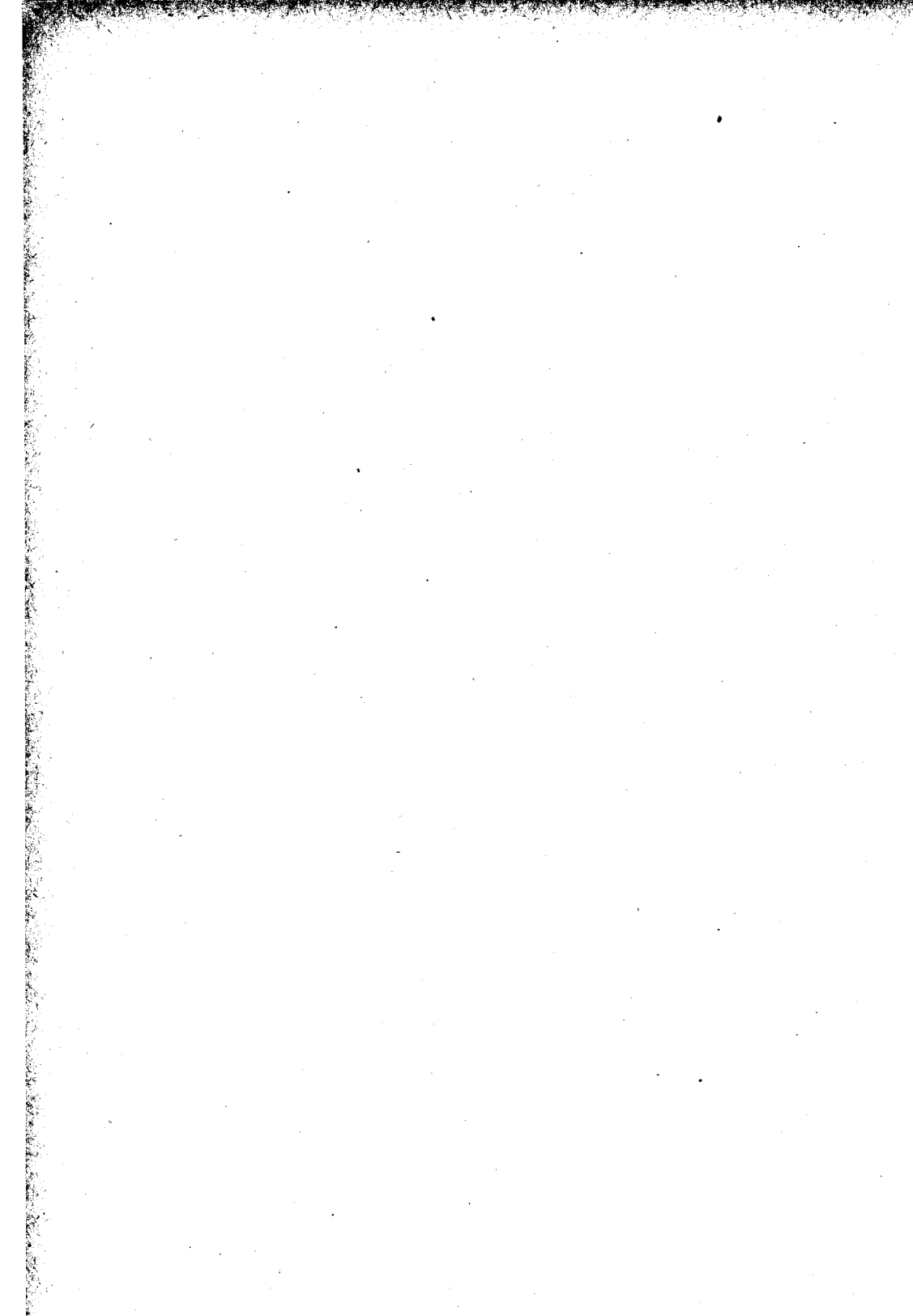
Mas não para aí o embusteiro! Destes 32° lat. S. no dia 15 de fevereiro ele parte com rumo de Sueste e tanto navega que a 3 de abril estava a 52° lat. austral. Colhido, subitamente, por tremendo vendaval de Sul-sudoeste, foge diante dele em árvore seca, e assim a 7 de abril chegam a uma nova terra cuja costa percorrem por vinte léguas. Tudo mentira! não há absolutamente nessas paragens terra alguma. Mas como prova de lá ter estado, ele diz: que essa noite, de 7 de abril, foi de quinze horas de duração. Outra mentira. Calculei, o arco da noite para 52° lat. austral e para a declinação que tinha o Sol nesse dia 7 de abril de 1502 e cheguei a uma duração da noite de 13 horas e 8 minutos; e se descontarmos as horas de crepúsculo, ainda menor foi a sua duração.

Não quero ser fastidioso continuando a enumerar todos os conceitos, todas as afirmativas de Vespucci, das quais nem um só resiste à crítica ou à comparação com outros conceitos, outras afirmativas, por ele mesmo, anteriormente feitos; pondo assim sempre em evidência ou a sua ignorância, nos assuntos em que se dizia mestre, ou a sua intrujice.

Em 1788, em Florença, escrevendo o elogio de Américo Vespucci, julgando ter espírito e fazer humorismo, assim se exprímia Estánislau Canovai:

“In tal guisa Amerigo é veramente la “Cornachia della favola, le penne delle quali si fece bello, gli vengon tolte ad una agli uccelli o proprietari o piú forti, e Colombo che chiama sua la Terra Ferma, e Cabral che suo pretende il Brasile, lo lasciano affato ignudo”.

Foi porisso, por Vespucci ter vestido o alheio, que eu aquí, na praça em público o despi.



Descrição da ilha de S. Miguel (*)

JOÃO DABNEY DE AVELAR BROTERO

A 17 de Maio de 1847 depois de huma longa viagem de 63 dias do Rio de Janeiro, desembarquei na cidade de Ponta Delgada, capital da ilha de S. Miguel. Esta ilha hé a mais extensa e importante das ilhas Açores, também chamadas "Occidentaes" e "Terceiras", grupo de ilhas situadas no Oceano Atlantico na distancia de 800 milhas do cabo de S. Vicente e outras tantas das praias africanas e das da America do Norte.

Espressas trevas envolvem o descobrimento destas ilhas; contradictorias são as tradições a tal respeito. Desconhece-se mesmo qual a epoca em que ellas começarão a ser conhecidas; o Dr. Webster na descrição de S. Miguel, afirma que na Bibliotheca Real de Paris existe hum antiquissimo mappa hespanhol datado de 1346 no qual vem mencionada a ilha do Corvo, e outro, feito em 1384 contem a de S. Jorge. O mappa de André Bianco feito em 1436 e depositado na Bibliotheca de S. Marcos em Veneza, contem não só estas porem todas as mais ilhas Açores. Parece provavel que estas ilhas forão inseridas nesses mapas depois de sua primitiva confecção e a proporção que ellas se forão descobrindo; o que porem hé certo e averiguado hé que só no meado do 15.^o seculo ellas começarão a ser exploradas e habitadas pelos europeos e eis como isso teve lugar.

Reinando em Portugal D. João 1.^o, mandou o Infante D. Henrique a hum fidalgo de nome Frey Gonçalo Velho Cabral que navegasse em direitura para o poente e se descobrisse alguma ilha, tomasse della noticias e lh'as trouxesse. Navegou prosperamente o aventureiro Frey Gonçalo (Frey, porque era commendador do Castello de Amourol) e depois de poucos dias de viagem descobriu huns penedos, aos quaes deu o nome de "Formigas", denominação que ainda hoje conservão; immédia-

(*) Cedido à Revista pelo sobrinho do Autor, Dr. Frederico Brotero — N. da R.

tamente voltou a dar noticias a D. Henrique. Este principe, bem conhecido pelo seu genio emprehendedor, com razão persuadiu-se que nas proximidades desses penedos se encontraria terra e por isso ordenou ao mesmo Cabral que voltasse e descobrisse as ilhas que devião ficar proximas ao penedo das "Formigas". Não se enganava o sagaz D. Henrique e a 15 de Agosto de 1432 descobrio Gonçalo Velho huma ilha que deu o nome de Santa Maria. Descuberta esta, não tardou muito a descuberta de S. Miguel, que se pode avistar de Santa Maria; a Terceira, que se vê de S. Miguel e assim outras, e em 1457 todas as Açores estavam submissas á corôa de Portugal. Eis seus nomes: Santa Maria, São Miguel, Terceira, São Jorge, Gracioza, Fayal, Pico, Flores, Corvo. Este Archipelago estende-se de 37 gr. até 39 grs. 45' Lat. N. e de 25 gr. até 31 gr. de Long. O. de Greenwich.

Nenhuns habitantes forão encontrados nestas ilhas, nenhuma especie de quadrupedes e igualmente nenhuma qualidade de insectos venenozos; destes ultimos ainda hoje são as ilhas livres e os seus habitantes ficão aterrados quando se lhes diz que no Brazil ha numerosas serpentes e mais insectos venenozos, parece-lhes impossivel habitar tal paiz.

O clima dos Açores hé moderado e nunca as estações são severas, reinando porem muita humidade. Terriveis temporaes são frequentes, especialmente no inverno e algumas vezes vêm tão fortes como os famosos furacões das Antilhas.

Diz o Dr. Webster que elles são mais sensiveis nas ilhas que estão para o N. O. e que em S. Miguel e Santa Maria são menos frequentes e menos fortes; o que não tem duvida hé que eu mesmo tive occasião de prezenciar estes furacões quando me approximava dos Açores, estando a bordo da Barca Maria 2.^a.

Dada esta noção geral sobre o archipelago dos Açores descrevemos particularmente a ilha de S. Miguel, aonde como já disse, desembarquei a 17 de Maio. A maneira por que foi descoberta esta ilha foi a seguinte; estando já povoada a ilha de Santa Maria, fugio de seu senhor um preto escravo e escondeu-se na mais alta serra que tem a ilha para a banda do Norte e andando á caça n'hum dia excessivamente claro, reparou que se podia ver em grande distancia huma ilha e voltando com esta nova ao senhor para, por ella alcançar o perdão, immediatamente este mandou avizar ao Infante. Ouvida pelo Infante esta nova e achando-se em sua companhia o seu valido, o famoso descobridor Gonçalo Velho, ordenou-lhe que fosse explorar tambem esta segunda ilha; o que Gonçalo cumprio, mas foi mal succedido porque não achou a terra que procurava.

Porem o Infante D. Henrique, cuja perseverança nesta

descuberta não só o honra mas dá lugar a suspeitar que possuisse algum antigo mapa no qual viessem inseridas estas ilhas (como asseverão alguns escriptores), exclamou que Gonçalo havia passado entre o ilhéu e a terra. Segunda vez pois, mandou o Infante que o illustre, porem mal succedido, Frey Gonçalo voltasse a descobrir a ilha. Dizem as antigas tradições que ainda nesta segunda vez Gonçalo chegou ao ilhéu de Villa Franca, que está quazi pegado á terra e que, apesar de não poder vel-a ouviu medonhos gritos, que dizião: nossa hé esta ilha, nossa hé esta ilha, que parecião ser vozes do demonio. Dá origem talvez a esta tradição, a natureza vulcanica das ilhas, que com os seus frequentes terremotos, suas ribeiras de agua quente e suas medonhas cavernas, parece ser habitada por demonios. Porem a verdade hé que vindo desta segunda vez, Gonçalo Velho e virando a popa directamente contra a ilha de Santa Maria, avistou a ilha que procurava a 8 de Maio de 1444, dia da Apparição de S. Miguel, o anjo; por isso lhe chamou logo o descobridor: ilha de São Miguel.

A primeira parte onde saltarão os descobridores, foi no lugar chamado povoação velha e tomando logo ramos de arvores, pombos, caixão de terra e outros signaes da nova ilha voltarão a apresentar ao Infante, o qual fez logo mercê ao illustre Frey Gonçalo Velho Cabral, da Capitania donataria da Ilha de S. Miguel, bem como já lhe tinha feito da de Santa Maria.

Voltando para Portugal, o descobridor Gonçalo deixou em S. Miguel huns cavalleiros naturaes da Africa e Mouriscos, os quaes havião sido mandados por D. Henrique, não para povoarem a ilha, mas sim para experimentarem o clima; conta-se que estes que ficarão, tal ruido, bramido, estrondo e terremotos frequentemente sentião na nova ilha, que se rezolverão a abandonal-a e com effeito a dezemparrariaõ se por ventura tivessem embarcação. Estes detalhes curiosos achão-se nhuma preciosa obra manuscripta intitulada: "Descubrimentos das Ilhas", composta pelo Dr. Fructuoso, padre da Companhia de Jesus e escripta em 1580.

O mesmo Fructuozo conta que, succedendo ter alguns daquelles mussulmanos se enrranhado um pouco no interior da ilha, achou hum homem morto e deu logo parte aos mais. Estes alvoroçados, se havia gentio no interior da ilha, derão com outro homem ao qual prenderão. Sendo posto a tormentos confessou este que tinha vindo da ilha de Santa Maria com hum seu amigo e com a mulher deste com a qual havia adulterado e por isso fugira de Santa Maria para não ser punido e que elle para ficar com a mulher matára ao marido o qual era o morto que

os mussulmanos acharão. Ouvindo isto o Mourisco, sem inquirir mais coisa nenhuma mandou que se enforcasse o adúltero, o que teve lugar immediatamente; assim pois os homens puzeram hum pé neste torrão, até então inhabitado, começou elle a prezenciar o assassinato, o adulterio e as execuções sanguinolentas; ainda não se havia lançado huma semente á terra, e já estava regada com o sangue humano... Isto não abona muito aos degradados filhos de Eva.

Passado hum anno pouco mais ou menos, por mandado do Infante foi outra vez Gonçalo Velho para a ilha de S. Miguel, trazendo em sua companhia muitos e muitos nobres povoadores e grande porção de aves, trigo, legumes etc., para povoarem e cultivarem a ilha.

Trouxe Gonçalo o mesmo piloto que viera da precedente vez e que havia cuidadosamente observado e demarcado a ilha; chegando porem á sua vista, reparou que a ilha que observara tinha hum muito alto pico na ponta de leste e outro na ponta do Occidente e a que via agora só tinha o pico da banda oriental e de outro lado era plana; igualmente reparou que aquelle mar estava cheio de pedras pomes e troncos de arvores, de maneira que pareceu-lhe não ser a mesma ilha. Entretanto animando-se a entrar, chegou ao mesmo lugar donde tinha sahido e então convenceu-se que o monte occidental tinha voado pelos ares e cahira espalhado no mar, em consequencia do repentino fogo subterraneo que rebentou e cauzou os terremotos e estrondos que tanto susto cauzarão aos Mouriscos que estavam de outro lado da ilha. No lugar que occupava aquelle monte ficarão sete profundos valles, que se chamarão sete cidades e aquella ponta occidental da ilha denominarão "ponta dos Mosteiros", por o parecerem as sete concavidades; esta hé a unica vez que taes fogos subterraneos e terremotos edificarão cidades, sendo seu costume destruil-as e arrazal-as.

Entretanto esta catastrophe não intimidou aos novos povoadores, cheio daquelle espirito emprehendedor e aventurezo, que naquelle tempo caracterizava a nação portugueza; muitos e muitos povoadores das mais nobres cazas, abandonarão os felizes climas da Luzitania e vierão-se estabelecer nesta vulcanica ilha. Com as genealogias das familias destes povoadores occupa o Dr. Padre Fructuozo a maior parte de sua supra citada obra manuscripta, da qual existe apenas hum exemplar, o qual conserva hum curiozo na ilha de S. Miguel; porem a parte mais curioza dessa obra consiste na historia antiga da ilha. Esta consiste especialmente na narração de frequentes terremotos e convulsões subterraneas a que hé sujeita a ilha de S. Miguel, os

quaes forão tão repetidos que se deu á ilha a denominação de fatal ilha de S. Miguel.

Destes terremotos o mais terrível foi o que subverteu a villa Franca o qual narra Fructuozo Liv. 4.º, Cap. 69, 70 e 71 e eis em resumo a descripção desta catastrophe.

Era a noite de 21 para 22 de Outubro de 1522 pura e serena; as duas horas estava o céu estrellado e soprava uma leve aragem de Levante; eis que derepente, sem preceder nenhum signal, dá hum tremor na terra, tão impetuozo, que arremessou sobre a Villa Franca hum monte que estava ao lado do Norte, de maneira que em poucos minutos (no espaço de hum credo, diz o P. Fructuozo) ficou submergida a Villa debaixo de lodo, pedras e terra; e na manhã seguinte, nem altos edificios, nem os sumptuosos conventos, nem o lugar onde estavam pôde mais ser visto. A este primeiro tremor seguio-se immediatamente hum outro e a tarde mais dois. O primeiro edificio que ficou totalmente enterrado foi o Convento de S. Francisco; de todos os frades só tres escaparão, sem saber como, pois a terra impetuosamente os foi levando, e os foi pôr salvos em huma parte abaixo da Villa, 500 braças pouco mais ou menos distante de seu convento. Huma mulher vendo vir correndo após de si huma innundação de terra, agarrou-se a huma tabua, e assim tabua como mulher forão atirados ao mar pela innundação e dahi pôde salvar-se. Outra achava-se durmindo profundamente e na cama foi levada pelos ares e posta a borda do mar, aonde então accordou e sentindo agua e lodo, ficou espantada, pensando que chovia-lhe em caza, porem vendo o que lhe acontecera e aonde estava, foi se arrastando pelo lodo e chegou á terra firme e salvou-se. Alem destes consta que escaparão mais 70 pessoas que moravão num pequeno arrabalde na parte do poente.

Nove dias depois desta fatal subversão, passando huma procissão por onde estava situada a Villa, ouvirão-se huns gritos e clamores debaixo da terra, e cavando-se logo alli com grande pressa, acharão-se tres homens já quazi mirrados, sem semblantes de homens; perguntando-se-lhes como tinham vivido tanto tempo debaixo da terra e que pensamentos tinham, responderão, que humas vezes cuidavão que o mundo se tinha acabado, outras vezes que aquillo seria desastre que só sobre elles viera; que emfim de pasmados não sabião que cuidassem. Que nos nove dias só comião hum pouco de biscoito que por acazzo tinham comsigo, que para matar a sede bebião algumas gomas de agua que cahião da terra superior, que os subterrara; mas o que maior tormento lhes cauzava, era hum homem que de pavor lhes morrera no terceiro dia e que morto por seis dias o tiverão entre si.

Depois deste terremoto seguiu-se huma peste qua cauzou grande mortandade na Ilha; depois da peste, conta o sobredito Fructuozoz, que frequentes incendios succederão-lhe; donde se confirmou o nome de Fatal Ilha.

Muitos outros terremotos narra o mesmo escriptor; depois de sua morte outros sobrevierão de que faz menção o Reverendo Antonio Francisco nhuma obra manuscripta; mas nenhum delles tem nada de particular, excepto o que teve lugar em 1630 a 2 de Setembro, o qual foi seguido de huma chuva de cinza vulcanica tão extraordinaria, que até na Terceira, 30 leguas distante, cahia cinza como que do céu. No dia 5 de Setembro de tal sorte se escureceu o sol que todo o dia mais parecia escura noite; eis aqui a descripção feita pelo Padre Cordeiro de huma procissão que fizerão os Padres da Companhia de Jesus nesse dia. — As 11 horas para o meio dia que então parecia meia noite, hião adiante meninos em grande numero e todos com a insignia da penitencia e entre elles hum andor com a imagem do Menino Jesus, vestida de lucto, o qual hia coberto com a cinza que então chovia.

“Seguia-se logo a confraria dos Officiaes de terra e logo a dos estudantes com a sua imagem da Virgem Nossa Senhora, tudo de lucto e se concluia a procissão com hum pallio preto, e o santo e sacratissimo Lenho da Cruz, com os Padres do collegio com innumeraveis luzes e innumeravel gente, enthoando sempre o psalmo de “Mizerere mei Deus”. Estes terremotos e convulsões vulcanicas ainda hoje são frequentes em S. Miguel, e não ha muitos annos que surgio do meio das ondas hum pequeno ilhéoz, que logo depois dezappareceu; e tres dias antes de minha chegada a S. Miguel, houve hum tremor de terra posto que não muito consideravel.

Esta ilha tem hoje 100 mil habitantes; nella reside o Bispo, posto que a Sé deva ser na Terceira. Nella está a Relação do districto dos Açores; tem hum Juiz de Direito, hum Ouvidor Ecclesiastico, Governador Civil e Militar e prezentemente mais huma Junta Governativa, pois a ilha adherio á cauza dos patriotas do Porto. Os negocios judiciais são aqui tratados com toda a solemnidade e formalidades e disse-me o Dr. Mello, Digno Juiz de Direito do Fayal, que o foro michaelense pode servir de modelo aos de Portugal.

A ilha no seu maior cumprimento tem 48 milhas e sua maior largura hé de 11 milhas e a menor de 6 milhas. Hé montanhoza e sua costa vista do mar, parece elevar-se perpendicularmente sobre o mar. O povo hé laborioso e polido para com os extran-

geiros. Nos tempos antigos erão famosos pela sua valentia e robustez.

Desta materia trata o impagavel Fructuozo em 4 capitulos, desde 60 até 64 no liv. 4.º. Entre a incompendiavel serie de cazos de dextresa e força que elle cita, faremos só menção do famoso cavalleiro Belchior Baldaia, o qual na cavallaria foi tão dextro, què andando com Carlos 5.º Imperador da Allemanha e Rei da Hespanha, não achou em todas as Hespanhas quem o vencesse nem a pé nem a cavallo, e chegando á cidade de Evora ninguem o pode vencer tendo elle posto publico cartel de desafio convidando quem quizesse experimentar a sua dextreza. Atualmente porem os michaelenses applicão sua robustez em mais util arte, da cultura da terra são bem succedidos porque esta ilha não só nutre abundantemente a sua immensa população como mesmo exporta consideravel quantidade de trigo, milho e fava. Toda a ilha hé cultivada e difficilmente se achará hum palmo de terra não plantado. Os terrenos que, por serem pedregulhozos, não servem para aquella cultura, e que chamão aqui "biscoito" serve para a plantação da vinha, pois em S. Miguel faz-se alguma porção de vinho posto que não seja de superior qualidade. Disse-me o Dr. Feio, meu digno companheiro de viagem a S. Miguel para a Terceira, que tendo elle viajado por todas as Hespanhas, pela França e Brazil em nenhuma parte vio a agricultura tão aperfeçoada; parece isto exageração, pois o Dr. Webster em sua Descripção Geologica de S. Miguel, comparando-a com a dos Estados Unidos a acha miseravelmente inferior.

O principal ramo de commercio desta ilha hé a exportação de laranjas. As laranjas de S. Miguel são famozas pela sua doçura e abundancia de seu sumo, posto que sejam inferiores ás nossas laranjas selectas do Rio de Janeiro e Bahia. As plantações de laranjeiras ou como aqui se chamão "Quintas" são rodeados por hum espesso e elevado muro de pedra e mesmo no seu interior são subdivididas por outros muros para fazer abrigo e sombra.

O producto regular de huma boa laranjeira hé de 6 a 8 mil laranjas; ha casos de maior fecundidade e 26 a 29 mil laranjas tem sido colhidas de huma unica laranjeira. Os negociantes de fructas têm por seus empregados alguns homens que vão ás quintas e calculão qual a sua produção attendendo á quantidade e qualidade provavel da laranja; vem dar parte aos negociantes os quaes comprão a laranja ainda verde. Isto chamão aqui "comprar fructa no ar".

Essa especie de correctores, ou commissarios para as com-

pras das quintas chamão-se "cabeças". O tempo em que a laranja colhe-se hé em Fevereiro e Março. As laranjas são cuidadosamente colhidas, embrulhadas em palha de trigo e postas em caixas immensas e assim se exportão para varios pontos, porem, principalmente para a Gran-Bretanha. Ha alguns annos a esta parte appareceu nos Açores hum terrivel flagelo contra as laranjeiras, o qual consiste n'hum insecto que as destroe. No Fayal, este insecto (o coccus speridium), inteiramente extinguiu as laranjeiras e em S. Miguel posto que não cauzasse tanto prejuizo, todavia chegou a destruir quintas inteiras. Entretanto ainda hoje hé immensa a exportação e no hinverno de 1846 a 1847 carregarão em S. Miguel 194 navios unicamente com fructas, levando ao todo 100.266 caixas de laranjas.

Eis aqui o mappa do rendimento desta exportação extrahida do Correio Michaelense:

Direitos para a Alfandega 867\$000.

Idem para destruição do coccus speridium 3:007\$000.

Despezas de embarque 100:266\$000.

Total da exportação 334:856\$000.

A cidade de Ponta Delgada hé a capital da ilha de S. Miguel, hé bastante extensa posto que muito irregularmente construida; as ruas são excessivamente estreitas e tortuozas e as cazas tem todas, os seus portaes feitos de pedra negra o que dá á cidade hum aspecto triste.

Foi esta povoação elevada a villa por el-rei D. Manuel em 1499, e á cathegoria de cidade em 1546 por D. João 3.º por decreto de 2 de Abril do mesmo anno. Está assentada perto do mar, n'hum a planicie e tem perto de hum quarto de legua de cumprimento; e em importancia commercial dizem ser a terceira de todo o reino de Portugal. A Igreja Matriz hé hum templo soberbo e a Igreja de S. Francisco hé igualmente muito espaçosa e rica. O collegio dos Jezuitas, que hoje serve de Palacio do Governador, hé igualmente extenso e alem desses templos ha mais 4 conventos antigos de freiras. Todos estes conventos em outros tempops tinham huma multiplicidade de religiozos e religiozas e todas as Igrejas em geral erão excessivamente ricas; mas no tempo em que D. Pedro 1.º Duque de Bragança esteve nos Açores, extinguiu todas as ordens religiozas, ordenou aos frades e freiras que evaccuassem os conventos, tirou toda a prata das Igrejas para fundir moeda e até mesmo redüzio todos os sinos das Igrejas a moeda de cobre. A capella denominada Mãe de Deus está situada n'hum monte donde se goza de huma magnifica vista de toda a cidade e do mar. O Commendador Laureano da Camara Falcão possui perto da cidade huma

bella e agradável quinta que está aberta todas as tardes ao publico e serve de passeio a varias familias todos os dias.

A 18 de Maio tornei a desembarcar (pois na vespera tinha vindo durmir a bordo) e paguei algumas vizitas que tinha recebido na vesperal. Almocei n'hum soffrivel hotel inglez o qual está proximo ao cães.

Este cães hé espaçozo e grande concurso de pessoas o frequenta, sendo o "rendez-vous" geral, não só dos negociantes, como tambem de muitas outras pessoas que por alli vão a passeio. Varias pessoas vierão-me fallar, perguntando por alguns parentes que têm no Brazil aos quaes pela maior parte eu não conhecia. Entre elles veio me vizitar hum Tenente Jeronymo de tal Trajano, brazileiro adoptivo e ex-official de nossa armada, o qual teve a maior satisfação em saber noticias da Familia Imperial, de varios figurões da Côrte e de alguns de seus antigos amigos, entre os quaes devo mencionar o meu professor de Geometria, F. M. Goulart, o qual foi collega daquelle official; este está muito dezejezo para voltar para o serviço do Imperio.

Varios boatos falsos e absurdos acerca do estado do Brazil circulavão na Ponta Delgada; suppunha-se que o Imperio achava-se n'hum crise revolucionaria e que os brazileiros natos estavam armados contra os portuguezes e os querião expellir. A noticia da lei que no anno p. p. lançou humna imposição sobre os negociantes que tem caixeiros estrangeiros cauizou aqui a mais dezagradavel sensação, sendo horriavelmente exagerada e desfigurada; algumas pessoas não quizeram crer-me quando lhes expliquei em que consistia tal lei. Em humna das folhas que se imprimem em Ponta Delgada annunciou alguns dias antes de nossa chegada que estava a chegar uma galera e um brigue do Rio de Janeiro carregados com pobres emigrados Açorianos que havião sido expellidos pelos brazileiros. Sendo, pelo contrário, verdade que a barca e o brigue vem aos Açores buscar passageiros para o Rio e os que para cá vierão, bem longe de virem nhuma posição desgraçada, trouxerão todos seus bons pezos. Havendo alguns que trouxerão 8 e 10 contos, tendo sahido dos Açores unicamente com seu capote ás costas. Nada mais absurdo do que o ciume que os portuguezes têm aqui contra a emigração; ella hé hum bem para as ilhas e mesmo, humna necessidade, porque a sua população hé superabundante, e, em algumas ilhas muitos morrem á fome e todos os colonos que vão para o Rio, querendo trabalhar, achão meios de empregar-se, sendo muito notavel que a maior parte dos colonos depois de alguns annos de rezidencia no Brazil voltão para as ilhas, pois tem todos elles muito amor

á sua terra natal, sahindo das ilhas sem nada, nunca voltão com mence de 4 a 5 mil pezos.

Entre as pessoas que encontrei e que me pedirão noticias do Brazil não posso deixar de mencionar o famoso Arsenio Pompeo Pompilio del Carpo, do qual muitas vezes se falla na correspondencia de Lisboa, no Jornal do Commercio. Este senhor tem sua mulher e hum filho no Rio de Janeiro, e perguntou-me se conhecia ao sr. Arsenio P. P. de Carpo jr; este havia sido expulso do Collegio Pedro 2.º poucos dias antes de minha partida do Rio, e por isso disse a seu estimavel pae que não tinha a honra de conhecer a seu nobre filho.

Ao meio dia pouco mais ou menos montei n'hum burrinho e parti para o campo em companhia dos dois passageiros de camara na barca e do meu jovem e recente amigo Stanley, sobrinho do sr. Thomaz Hickling, consul americano, e meu Anphytrião em Ponta Delgada. Este methodo de viajar nos burrinhos hé o mais grotesco possivel; sendo aqui cavallos mui raros e os caminhos mui máos, a maneira uzual de viajar hé sobre jumentos. Estes nunca têm freio e quem os guia hé hum rapazinho que vae atraz, a pé, que os governa por meio de hum varapáu e por meio de certos gritos innintelligiveis e que não parecem da lingua portugueza, porque em S. Miguel pronuncia-se infamemente o portuguez. Todos estes jumentinhos têm hum nome, ao qual acodem, como os cães e nunca se anda nelles sobre hum selim, mas sobre huma especie de cadeira amarrada ás costas do burrinho e que se chama "andilha". Fomos pois galopando desta singular maneira por espaço de meia legua ate chegarmos à Quinta do Barão da Fonte Bella. Esta quinta, denominada "do Botelho" hé verdadeiramente magnifica, tem encantadores repuxos, cascatas, bellos tanques sobre os quaes brincão lindissimos cysnes brancos e pretos; huma multidão de arvores raras. Como nesta ilha não ha planicies algumas, a quinta hé situada sobre pequenas collinas o que lhe augmenta a belleza, pois de cada lugar em que se acha a pessoa que passiea, apresenta hum aspecto variado e não ostenta a monotonia de longas e cumpridas filas de arvores fazendo vastos passeios planos. A noite fui dormir a bordo, porque ninguem tem aqui certeza da hora em que hade sahir hum navio, por ser o porto excessivamente dezabrigado, e serem frequentes fortes temporaes que obrigão a todos os navios a cortarem immediatamente suas amarras e pôrem-se ao largo. Para evitar este risco está se construindo huma doca em Ponta Delgada, porem não está acabada e hé tão pequena que só poderá abrigar pequenas escunas, hiates etc.

A 19 às 9 horas da manhã fez-se o navio de vela e partimos

para a Terceira. O antigo socego e commodidade da camera da Maria 2.^a achava-se então cruelmente alterada; tinhamos a bordo mais huma multidão de passageiros para a Terceira e estão amontoados na camara, huns enjoados, outros tagarelando e todos fazendo motim e confusão. Estes novos passageiros **erão**: tres padres recentemente ordenados em S. Miguel e que voltavão para sua ilha natal a Terceira; estes passarão muito enjoados e ninguem pôde travar relações com suas Reverendissimas, posto que hum delles conversasse hum pouco, mas, desgraçadamente, tinha o máu costume de intercalar hum verso de Virgilio ou Horacio em cada duas orações que proferia. Alem destes tambem hião para a Terceira hum João Baptista e o Dr. Feio levando em sua companhia dois meninos de 16 a 17 anos **para hum collegio** na Terceira. Este Dr. Feio, medico e proprietario na ilha Terceira tem a cabeça e as algibeiras admiravelmente bem providas, a cabeça com anedoctas e historias e as algibeiras com huma horrorosa multidão de pistolas, punhaes, lancetas e outros de igual natureza. Acerca das qualidades destas nada posso dizer com conhecimento de cauza, porque não experimentei-as; **porem** quanto á qualidade das anedoctas, como não havia remedio senão ouvi-las, posso afirmar que acerca do cumprimento erão assáz longas; e acerca do interesse não podião deixar de agradar a todos que são apaixonados pela caça e pelas espingardas, punhaes, pistolas, porque a conversação regular do Dr. versa sobre tres famozas pistolas como nunca houverão outras iguaes, das quaes huma tinha 14 canos e dava 22 tiros em huns 5 minutos e as outras.....; não se devendo esquecer que o dito Dr. caçando em companhia de D. Pedro, o deixou estupefacto pela sua destreza etc. etc. Este Dr. durante o tempo que não falla, joga o voltarete, de que hé muito apaixonado, leva para a Terceira de S. Miguel, 12 paizanos trabalhadores, hum cavallinho hum carneiro, uma cadella e huma cabra; esqueci-me da genealogia destes passageiros por ser muito longa, porem o Dr. que tem huma feliz memoria, no-la explicou minuciosamente.

Este Dr. Feio tinha hum filho no Rio de Janeiro, caixeiro nh'huma caza de commercio; no anno passado o pai embarcou-se e foi para o Rio com o fim de fazer huma vizita ao filho; chegando ao Rio, a primeira coisa de que ouviu fallar hé do recente suicidio de seu filho... **este tinha attentado contra seus dias, por se lhe ter attribuido falsamente hum furto.**

Em companhia do Dr. Feio hião tambem, como já disse, dois meninos de 15 annos mais ou menos, os quaes hião frequentar hum collegio que há na Terceira; **estes entretiverão durante toda a viagem em cantar o famozo hymno da Maria da Fonte, e o fa-**

zião com toda a graça. Este hymno que já ouvira cantar em S. Miguel, pois os Michaelenses estão cheios de enthusiasmo pela cauza dos patriotas do Porto, hé assaz bello, quanto á muzica; porem as palavras que hé composto são tão singularmente engraçadas que não posso resistir á tentação de transcrever aqui os versos de que me lembro:

- 1) Viva o cravo, viva a roza
Viva a flor que nasceu hontem
Viva a revolução do Minho
Viva a Maria da Fonte.

Eia, avante Portuguezes
Eia avante, não temer
Pela santa Liberdade
Triumphar ou perecer

- 2) A mulher que no Minho
Fez da foice dura espada
Deve ter na Luza historia
Huma pagina dourada

Eia, avante etc. etc.

- 3) Sahio do céu o sol
Hum dia mui brilhante
E o povo portuguez
De contente ficou triumphante

Eia, avante etc. etc.

Desta maneira, a ouvir cantarolar a Maria da Fonte passamos os dias 19, 20 e 21 com mão tempo e vento ponteiro, com a camara horriavelmente apinhada, com os passageiros do Rio, os officiaes e os passageiros de S. Miguel, que já referi; esquecendo-me porem, de mencionar hum moço do Fayal, que vai para sua ilha natal e apenas chegar, parte para o Brazil na escuna "Thetis". Este senhor torna-se notavel porque tendo só huma mão com essa só, pode trinchar n'huma meza, com todo o desembaraço, pode jogar e dar cartas, etc.

Sendo o vento inteiramente contrario para a Terceira e sendo antes favoravel para o Fayal, rezolveu o Capitão que a Barca fosse primeiramente ao Fayal, porem a 22 estando nós já a vista do Pico, sobreveio calma e assim nos conservamos todo o dia; demaneira que nem para huma nem para outra ilha o navio andava nada. Eis que derepente o Dr. Feio atira as cartas sobre a

meza (pois estava jogando o voltarete) desce á entrecamara e depois de remecher a 5 ou 6 bahús volta com huma trombeta e começa logo a tocar a menos harmonioza muzica que hé possível; de modo que o vento não teve remedio senão obedecer a este chamado, e a tarde começou a soprar favoravelmente e no dia seguinte, 23, chegamos á cidade de Angra, capital da Terceira.

* * *

Terceira.

A cidade de Angra, capital da ilha Terceira e por muito tempo capital de todos os Açores está situada a 38 grãos e 38' e 33" de Lat. Norte, e a 15 grãos 50' e 27" de Long. E. do Rio de Janeiro ou 27 gr. Long. O. de Greenwich. A ilha tem sete leguas no seu maior cumprimento e quatro na maior largura. O seu terreno hé montanhoso e fertil, o ar sadio, posto que muito humido e mesmo mais humido do que em todos os Açores.

Pelas antigas tradições, apenas descuberta a ilha, veio a ella hum Fernão Dulmo, de nação flamenga e entrando pelo Norte alli edificou huma povoação; porem longo depois aborreceu-se do paiz e retirou-se para a Europa e então informou a seu amigo, o fidalgo Jacome de Bruges tambem flamengo da existencia da Terceira, de sua fertilidade, posição etc. e este offereceu-se ao Infante D. Henrique para hir povoar a ilha e conseguiu ser nomeado primeiro donatario da Terceira.

Feito pois este, capitão donatario de toda a ilha, partio logo para ella com dois navios á sua custa, carregados com gado de toda a casta e voltou a Portugal a buscar gente para povoadores. Não lhe sendo facil achar quem quizesse vir em sua companhia, foi para a Madeira com alguns flamengos e nella tomou amizade com hum bom fidalgo, Diogo de Teive, e com elle e outros nobres da Madeira se veio para a Terceira. Não tardou muito que não se suscitassem rivalidades e odios entre aquelles dois amigos e Diogo de Teive fingio huma carta e a enviou a Jacome de Bruges, na qual se lhe participava falsamente que hum seu parente havia morrido em Flandres e lhe deixara immensa fortuna. Bruges partio immediatamente e tal rumo lhe deu Diogo de Teive (Teive) que nunca mais delle se soube. Estes detalhes narra o Padre Cordeiro na sua Historia Insulana, obra curiosa, antiga e rarissima; vê-se por elles que as primeiras scenas presenciadas pela Terceira não são menos tragicas do que as de S. Miguel; e que apenas os homens puserão hum pé nestes rochedos perdidos no meio do oceano Atlantico, começarão elles a servir de scena á falsidades e crimes.

O trahidor Diogo de Teive hindo á Lisboa a tratar de alguns seus negocios ahi foi encarcerado por denuncia da viuva de Bru-

ges e na prisão falleceu. A ilha foi então dividida em duas capitánias: a da Praia e a de Angra e assim permanecerão por muito tempo estas duas capitánias divididas, passando por diferentes alternativas de guerra, triumphos e desgraças. Por histo hé a Terceira a ilha que, de todos os Açores, offerece mais recordações historicas; seu nome está estreitamente ligado aos memoraveis exforços de D. Antonio, Prior de Crato, pela independencia de Portugal, ás desgraças de desventurado rei D. Affonso 6.º e finalmente aos gloriosos triumphos de D. Pedro o grande Duque de Bragança.

Faremos portanto alguma menção destes epizodios da historia portugueza nos quaes a Terceira tornou famozo o seu nome.

Por morte do Rei Cardeal D. Henrique, diferentes pretendentes se apresentarão em campo allegando seus direitos á coroa de Portugal, entre os quaes o duque de Saboia, Phillipe 2.º Rei de Hespanha e D. Antonio, Prior de Crato. Os dois primeiros derivarão seus direitos do lado materno, pois erão filhos de filhas de El Rei D. Manuel, huma das quaes se havia cazado com Carlos 5.º e outra com hum Duque de Saboia. D. Antonio allegava por sua parte o ser descendente de D. Manuel por linha directa e masculina, pois era seu neto posto que não legitimo e igualmente allegava que, entre todos os pretendentes, elle era o unico Portuguez. Pelas leys do Reino e nos corações dos portuguezes, era D. Antonio, o que melhores direitos tinha á coroa, porem o Rei de Hespanha era entre todos os pretendentes o mais forte. O resultado foi que D. Antonio e seus amigos forão esmagados pela prepotencia dos hespanhóes, posto que tentassem os mais acrysolados exforços na sustentação de seus direitos, **exforços que** inspirarão a Mendes Leal, algumas bellas scenas de seu drama "Mascara Negra". Durante esta lucta que fazião os emigrados colonizadores da Terceira? Conservavão-se neutros quando se ventilava a questão de independencia do Reino? **Por certo que** não. No fim do anno de 1580 veio huma participação da camara de Lisboa á Camara de Angra, communicando que havia acclamado a D. Antonio e pedindo que o povo de Terceira o acclamassem tambem; hum D. Antonio da Costa veio **encarregado** por aquelle pretendente para que o acclamassem Rei de Portugal. O povo terceirense não foi surdo ao brado de patriotismo e a Camara e mais gente Terceirense, briozamente reconhecerão como Rei ao Sr. D. Antonio.

Porem este pretendente foi nimiamente infeliz, como acima advertimos e, acabrunhado por forças superiores foi obrigado a auzentar-se do Reino e refugiar-se para a França e Inglaterra. Aqui então começa a Terceira a fazer hum brillantissimo papel;

emquanto todo o Portugal estava submisso ás armas estrangeiras e curvava a sua cerviz ao ferreo sceptro do Rei de Hespanha, a heroica Terceira, pobre rochedo perdido no meio das vagas do Oceano Atlantico, conservava-se firme e inhabalavel na sua obediencia ao verdadeiro rei Portuguez, D. Antonio; e embora o enviado de Phillipe empregasse supplicas e ameaças, embora esquadras, armadas e exercitos fossem enviados pelo conquistador contra a ilha, os Terceirenses conservarão-se tão inabalaveis em sua lealdade como as suas rochas são ás ondas do mar. Por diferentes vezes foi a Terceira atacada pelas armas e pelos exercitos castelhanos; diferentes batalhas sanguinolentas tiverão lugar, sempre com decidida vantagem da Terceira. O Padre Cordeiro na Historia Insulana faz huma narração circunstanciada e minucioza de todos estes sucessos porem seria fastidioso acompanhá-lo nestes detalhes. A unica circumstancia que me parece digna de menção, hé que os Terceirenses, abandonados pelos de S. Miguel, cujo governador era Phillipista e armava insidias contra o Governador da Terceira, abandonadós por todas as outras ilhas, abandonados pelos portuguezes, já então submissos ao Hespanhol, procuraraõ para auxiliares, a mais singular casta de soldados. Contão os antigos escriptores em todas as narrações de combates e batalhas, que a vanguarda terceirense consistia n'huma multiplicidade de bois bravios, os quaes sendo atropelados pela retaguarda do exercito, impelliam-se com furor sobre as linhas castelhanas e cauzavão-lhes geral dezordem e confusão. Posto que pareça rizivel esta singular vanguarda terceirense, ha quem veja ahi a prova evidente da muita erudição daquelle tempo, pois os terceirenses nada menos fazião do que imitar o famozo recurso dos elephantes, uzados pelos antigos; isto tambem mostra qual o estado em que então se achava a arte militar.

Tão relevante e notavel foi a firmeza da Terceira que o proprio desventurado Rei, foragido de Portugal e implorando auxilios das Cortes estrangeiras resolveu vir pessoalmente á sua heroica ilha. Com effeito a 26 de Julho de 1582 desembarcou na villa de São Sebastião com mil soldados francezes e se foi por terra para a cidade da Angra. O recebimento que se lhe fez e a sua entrada, são descriptos pelo supracitado minucioso porem interessante Padre Cordeiro; porem postoque seja curiosidade o ver os antigos costumes da realza, não acompanharemos ao insigne historiador:

Por isso apenas diremos que se demorou D. Antonio na Terceira até 15 de Outubro de 1582 e então auzentou-se, retirando-se para a França aonde finalmente morreu.

A boa fortuna e a força de Philippe finalmente conseguiraõ

acabrunhar e suplantar o patriotismo dos terceirenses; os Hespanhoes apossaraõ-se da ilha depois da batalha de 27 de Julho de 1583. O dominio hespanhol pinta-se pelos terceirenses como huma immensa calamidade; porem os hespanhoes devem aos terceirenses duas preciosas vantagens; 1.º, o famoso immenso e inexpugnavel castello, que rodeia o monte denominado "Brazil", construido por ordem de D. Philippe, e 2.º, a belleza singular das mulheres que sendo descendentes de hespanhoes conservão huma certa elegancia e formozura que são peculiares (segundo dizem) ás hespanholitas.

Entretanto era o dominio castelhano odiado na Terceira, e logo depois da revolução que fez acclamar em Portugal, Rei, o Duque de Bragança, os terceirenses igualmente se resolverão quebrar os grilhões castelhanos. Não lhes era facil, porque os hespanhoes, senhores de um inexpugnavel castello e bem guardado, por muito tempo se defenderão com coragem; porem os terceirenses ostentarão rara intrepidez e pelos mais acrisolados esforços conseguirão expellir a todos os castelhanos; durou esta lucta de 1641 até 4 de Março de 1642 (desde 25 de Março.)

Esta immensa fortaleza que eu fui percorrer a 24 do mez, hé construida de huma singular especie de pedra, que tem a vantagem de se não despedaçar pelo choque das balas, mas hé tal que a bala se entranha perdendo então seu impeto e não prejudicando nada a guarnição. Ella está n'huma posição que se prezume ser inexpugnavel e pode-se affirmar que Angra hé uma das mais fortes praças do mundo inteiro.

Este castello offerece huma dolorosa recordação historica, pois foi a prisão em que por muitos annos esteve encarcerado o desventurado D. Affonso 6.º. Ainda hoje se ve a pedra em que costumava vir sentar-se o infeliz monarcha durante longas e amarguradas horas, contemplando o monotono movimento das vagas que vem quebrar-se perto do castello com sinistro ruido. Quão melancolicos devião ser os pensamentos deste velho desditoso, que havia nascido rei, poderoso entre os poderosos da terra, se achava agora izolado n'hum carcere abandonado pelos seus subditos, atraído pela sua esposa e perseguido por seu irmão. Conta-se que muitas vezes o desventurado rei, dirigia seus olhos para o Levante, lá onde está Portugal e depois de longas horas de meditação as lagrimas cahião-lhe pelas faces enrugadas prematuramente pelas angustias e afflicções; e entre soluços ouvia-se-lhe orar pelo seu irmão, o mesmo que negramente o arrojara de hum throno para o carcere. Entretanto hé verdade que os antigos historiadores insulanos exprimem-se mui diversamente; eis o que diz o Padre Cordeiro, fallando da casa do Governador do Cas-

tello" hé tão nobre este Paço, que nelle morou annos o Senhor Rei D. Affonso 6.º, e nelle mais que em Lisboa o deu por seguro de infieis alvitres o seu irmão o Senhor D. Pedro 2.º"; em outro lugar diz "Esteve nesta fortaleza o Sr. Rei D. Affonso alguns annos até voltar para Portugal aonde viveu no Real e altissimo palacio de Cintra aonde morreu de seus naturaes achaques succedendo-lhe na coroa seu legitimo irmão, o Senhor D. Pedro 2.º que assombrou o mundo inteiro, não só em tudo o mais, porem mui principalmente na fidelidade, amor e grandeza com que tratou sempre da vida, e regio regalo do dito seu irmão".

Com effeito, talvez a historia não apresente outro exemplo igual de amor fraternal; este carinhozo irmão começou por alliviar a seu Rei do peso da coroa e de sceptro; livrou-o de todos os cuidados domesticos tomando para si mesmo a mulher do prezado irmão e finalmente mandou-o viajar pelos Açores providenciando para que se regalasse n'huma fortaleza.

Em 1807 a ilha Terceira escapou aos horrores de huma invazão armada e da glorioza mas dura guerra em què Portugal se achou envolvido; em 1821 padeceu todas as consequencias de encontradas opiniões politicas que então fermentavão no Reino; mas a epocha de maior gloria a esperava no dia 22 de Junho de 1828, em que o bravo batalhão de Caçadores num. 5, de accordo com os principaes e mais honrados habitantes erigirão-se para si, e para a ilha, hum padrão de eterna fama, aclamando Rainha a senhora D. Maria 2.ª, jurando lealdade á carta constitucional, o odio ao tyranico D. Miguel. A Terceira servio então de ponto de reunião a todos os emigrados liberaes, e mesmo D. Pedro, o Grande, ahi preparou a immortal expedição, que depois de se sustentar no Porto a custa dos mais acrizolados exforços, conseguiu remir Portugal da usurpação e do despotismo.

Gratos a estas recordações gloriosas os Terceiros hoje estão edificando hum monumento em memoria de D. Pedro, situado n'hum magnifico local e com proporções para ser huma bella obra. Fui ver o principio deste monumento na tarde do dia 24; o tempo estava lindo e a vista que se goza da eminencia aonde se edifica aquella memoria hé maravilhoza. Ouvia-se ao longe huma banda de muzica; era a banda militar no castello que tocava o Hymno da Maria da Fonte; não pude deixar de meditar sobre a fatalidade dessa politica, pela qual ainda se está principiando, e ao mesmo tempo resoa no mesmo lugar o hymno anarchico dos inimigos da mesma rainha.....

A cidade de Angra tem algumas ruas de nobre apparencia, hé optimamente provida de agua excellente e que hé abundante em todas as estações; o seu porto hé soffrivel, tendo huma

grande vantagem para a Alfandega, que vem a ser que as 8 horas fecha-se hum portão e que ninguem mais pode entrar ou sair. A nós mesmo aconteceu este dezastre, porque indo para o caes hum pouco depois das 8 horas, não poderíamos embarcar se não fosse por meio de especial benignidade de hum dos empregados do porto.

Em 1574 foi Angra elevada aos foros e preeminencia de cidade, com Sé Episcopal; em 1577 forão-lhe concedidos os mesmos privilegios que gozão os cidadãos do Porto; em 1766 foi creada para ella hum Governador e Capitão General que o era igualmente de todas as ilhas Açores, das quaes Angra foi sempre considerada como a capital. Porem hoje acha-se isso alterado porque as ilhas são divididas em três districtos e propriamente a sua capital hé a cidade de Ponta Delgada aonde reside hoje o Bispo e a Relação e aonde incontestavelmente ha mais riqueza e commercio.

Angra hé adornada por huma multiplicidade de Igrejas, cada huma das quaes tem proporções collossaes e que possuão em outros tempos enormes riquezas que D. Pedro confiscou a bem das rendas publicas ou antes a bem de sua expedição contra d. Miguel. Eu apenas entrei e percorri hum destes templos, que foi Sé Cathedral; hé realmente hum edificio soberbo e ricamente construido. Foi edificado por mandado de D. João 3.º em 1536 n'hum adro que está justamente no meio da cidade, cercado de parapeito de cantaria assás alto; e dos quatro lados, quatro nobres ruas, sem que nenhuma caza confine com a Igreja. A principal entrada hé a que vai dar na rua chamada da Sé e hé assás larga e com formozos degrãos de cantaria. O seu frontespicio hé nobre constando de duas altas torres parallellas e varando sobre o meio da portada. Querendo dar a enorme altura d'estas torres, conta o Pe. Cordeiro o seguinte: Liv. 6, Cap. II, n. 101, "São tão altas, que fugindo acima de huma dellas hum menino do coro, a quem o mestre queria castigar e arre-meçando-se fóra da mais alta sineira, o apanhou o vento pela opa vermelha, e o foi pôr sobre o telhadó do convento das freiras da Esperança, distancia de muito mais de tres largas ruas, sem receber damno algum, e foi depois hum bom ecclesiastico". Ora parece esta anedocta difficil de se acreditar; porem de modo algum consinto que se duvide da veracidade do insigne historiador; e para prevenir qualquer duvida vou já lembrando a quem quer que seja o leitor destes apontamentos que naquelles tempos erão muito frequentes os milagres, como consta do mesmo Pe. Cordeiro da Companhia de Jesus, que enche paginas e mais paginas de sua Historia Insulana com a narração delles; de

maneira que não pode haver duvida nenhuma sobre a verdade daquelle caso.

Cheio de respeito fui ver o pulpito em que nesta mesma Cathedral pregou o veneravel e celebre Padre Antonio Vieira em huma festa do Rozario. O supra citado autor o insigne Padre Cordeiro, contemporaneo do P. Vieira, declara que foi esta a unica vez em que a Igreja, vasta como hé, vio-se cheia toda.

O vestuario das mulheres nesta ilha é curioso; consiste n'hum manto negro que chega até os pés, o qual ~~é~~ apertado á cintura e sobre a cabeça, um grande sacco de baeta preta, que se conserva firme por meio de huma varinha passada pelo meio; o aspecto de uma mulher assim vestida hé identico ao que apresenta o anjo da morte que precede a procissão de Passos em S. Paulo. Tendo chegado á Terceira em o Domingo de Espirito Santo, achamos a cidade toda embandeirada, e diferentes "Imperios do Divino" preparados pelo meio das ruas e igualmente varias procissões circulavão pela cidade, e quando passavão por baixo das janellas as senhoras lançavão confeitos e amendoas, para grande entretenimento da criançada. Na 1.^a e 2.^a oitava continuou a mesma funcção, posto que sejam aqui estes dias, dias de serviço, tendo-se extinto todos os dias santos com excepção de 4 ou 5 em todo o anno. Jantei n'hum hotel soffrivel, posto que muito inferior ao de Ponta Delgada, e passei por toda a cidade e fiz algumas vizitas em companhia do sr. Jacintho Machado que me introduzio á sua numerosa familia.

Na occasião em que estive na Terceira não havia fructa, por em na estação propria ha abundancia de varias qualidades de fructas, entre as quaes muitas naturaes do Brazil, como a fructa do conde, a banana, o jambo, o deliciozo ananaz, o aracá, e sobretudo grande copia de goiaba, da qual consta-me que na Terceira se faz excellente doce, não inferior á famosa goiabada de Campos. Alem destas ha muitas especies de fructas europeias e muita laranja, sendo notavel que o terrivel insecto "coccus speridium" que tantos estragos tem feito nas laranjeiras em as outras ilhas, ainda não appareceu em a Terceira. Para se prevenir que se introduza esta calamidade as autoridades prohibem severamente a entrada de qualquer fructa, planta e mesmo folha verde.

Logo que chega a visita da Alfandega, vem outra immediatamente do contracto do tabaco, que despoticamente vai confiscando qualquer migalha de tabaco que encontre, e huma outra com o fim de inhibir o desembarque de qualquer especie de fructa, arbusto ou folha verde.

A 25 de Maio, as 9 horas da manhã fizemo-nos de vela da

Terceira com destino para o Fayal e depois de huma tempestuosa e dezagradavel passagem chegamos ao Fayal e fundeamos as duas horas da madrugada do dia 30, depois de 4 dias de viagem da Terceira e 76 dias depois de minha partida da barra de Santa Cruz. O fundeadouro do Fayal está situado a 20 graos e 3' Lt. Norte e a 14 graos, 29' e 48" Long., E. do Rio de Janeiro. Acho-me pois distante de S. Paulo a referida distancia pouco mais ou menos em Longitude de 33 a 38 graos de Latitude norte.

P

N. B. — Referindo-me à obra manuscrita do Padre Frutuoso intitulada "descobrimientos das Ilhas" disse que apenas havia um exemplar dela a qual se conserva em S. Miguel; foi um engano; em S. Miguel está o original, e há duas cópias, umas das quais existe na Torre do Tombo em Lisboa e outra em uma Livraria Nacional do Rio de Janeiro.

O império colonial português e o Brasil (*)

Um esboço de geografia política

Aroldo de Azevedo

I. A POLÍTICA EUROPÉIA E OS DOMÍNIOS COLONIAIS DE PORTUGAL

Os que acompanham o drama político que se desenrola no Velho-Mundo já não mais se surpreendem quando os círculos europeus lembram-se da existência do Império colonial português e põem-no em foco. A circunstância de ser Portugal uma potência de segunda categoria tem feito com que as suas colônias sejam objeto de cogitações, todas as vezes que a atmosfera política na Europa vem a se encrespar e nuvens negras surgem, ameaçadoras, no horizonte das relações internacionais.

Nos últimos anos, o fato tem-se reproduzido com muita frequência. Foi assim em 1935, quando a situação européia se agravou com a questão ítalo-etíope: muitos acharam que se poderia evitar a conquista do velho império africano e, também, uma conflagração mundial, com a entrega à Itália de algumas das colônias hoje colocadas sob a bandeira de Portugal. Estará sendo, agora, quando a Europa debate-se numa de suas mais graves crises e as potências "mandatárias" não sentem grande desejo em devolver as colônias que haviam pertencido à Alemanha.

Assim, hoje como ontem, pesa sobre o pequenino Portugal essa ameaçadora espada de Damocles: ver imolado, da noite para o dia, no altar da Paz, o seu império colonial, a exemplo de outros países de menor sorte.

Os fatos aí estão vivos. Não há que pô-los em dúvida. Do mesmo modo que se entregou ao "Reich" uma região que (embora habitada por alemães em sua quase totalidade) desde épocas remotas estivera unida aos territórios vizinhos, constituindo

(*) Tese apresentada ao Nono Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em Florianópolis no mês de setembro de 1940. Nos Anais do Congresso foram publicadas as conclusões, ou seja somente o capítulo sexto deste trabalho. — N. da R.

o velho reino da Boêmia, só para evitar, momentaneamente, o sacrifício de milhões de inocentes. — assim, também, ninguém poderá duvidar que, no desejo de evitar que se torne maior o sacrifício da atual guerra ou na ânsia de se encontrar uma fórmula aceitável de paz, as grandes potências venham a concordar em repartir, com o lobo “nazista”, esse pacato rebanho de ovelhas que, até aqui, tem obedecido ao cajado envelhecido dos portugueses.

“Vae parvis!” Ai dos pequenos!

Isto tudo nos leva a examinar o “quinhão” desejado, verificando como se formou, qual a sua extensão e quais os recursos econômicos de que dispõe.

E’ o que vamos fazer, em uma breve síntese.

II. O IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS

Formação histórica

Os domínios coloniais que hoje pertencem a Portugal constituem uma reminiscência da era gloriosa dos descobrimentos portugueses.

Suas bases foram lançadas nos meados do século XV, quando a costa atlântica da África começou a ser explorada pelos navegantes da famosa Escola de Sagres. Depois, foram a descoberta do cabo das Tormentas ou da Boa-Esperança (1486) e a do caminho marítimo para as Índias (1498), logo completada com a descoberta do Brasil (1500).

Ao iniciar-se o século XVI, Portugal era já uma potência colonial e marítima de primeira grandeza: tinha a chave do comércio com as Índias, ofuscando o poderio de Veneza.

A marcha desse imperialismo pode ser acompanhada através dos títulos usados pelos reis portugueses. E’ um pormenor bastante significativo, como se verá.

D. Afonso V, o Africano, que reinou de 1438 a 1481, intitulava-se simplesmente — “rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalem mar em África”.

D. João II, o Príncipe-Perfeito, governando de 1481 a 1495, acrescentou àquele título a expressão — “Senhor de Guiné”.

Finalmente, D. Manuel I, o Afortunado, que reinou de 1495 a 1521, já apresentou um título bem mais pomposo, idêntico, sem dúvida, pela sua extensão ao dos atuais soberanos britânicos:

“Rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalem mar em África, Senhor de Guiné e da Navegação, do Co-

mércio, da Conquista da Etiópia, da Arábia, da Pérsia e da Índia”.

Entretanto, assim tão extenso e poderoso, não tinha bases sólidas o Império colonial português: pouco a pouco foram-se lhe escapando numerosos territórios, uns porque vieram a passar ao domínio de potências mais fortes (como a Índia), outros porque se houvessem libertado do seu poder (como o Brasil).

Com o século XX, o Império português já apresentava a sua fisionomia atual.

Constituição

O império colonial português tem, hoje, raízes na África, na Ásia e na Oceania.

Com os territórios da metrópole, ocupa uma área de..... 2.183.600 kms²., onde se aglomeram cerca de 14.500.000 indivíduos (1). E' o quarto império pela sua extensão territorial.

Pondo de parte os arquipélagos dos Açores e da Madeira (que constituem divisões administrativas da própria metrópole), assim se distribuem os territórios coloniais de Portugal:

| | Capitais |
|----------------------------|------------------|
| Na África: | |
| Arquipélago de Cabo-Verde. | Praia |
| Guiné Portuguesa | Bolama |
| São Tomé e Príncipe | São Tomé |
| Angola | Loanda |
| Moçambique | Lourenço Marques |
| Na Ásia: | |
| Estado da Índia Portuguesa | Nova-Goa |
| Macáu | Macau |
| Na OCEANIA: | |
| Timor | Dili |

Desses territórios, têm importância maior apenas dois: **Angola**, que ocupa uma área de 1.264.000 kms², e congrega 3.225.000 habitantes, e **Moçambique**, que ocupa uma área de 771.000 kms²., onde vivem 4.000.000 de indivíduos.

(1) Dados estatísticos baseados no "Annuaire Statistique de la Societé des Nations" (1937-38).

III. IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DAS COLÔNIAS PORTUGUESAS

Os atuais domínios coloniais de Portugal, por sua posição geográfica, são todos ricos em produtos tropicais.

Angola — duas vezes maior que o nosso Estado de Goiaz — é o mais promissor, graças à variedade dos recursos de que dispõe. No litoral, aparecem culturas bastante desenvolvidas de cana de açúcar, algodão, fumo e milho, ao lado de ativa pesca e indústria extrativa vegetal (nos pontos até onde chega a floresta equatorial). Na região montanhosa, que se lhe segue, cultiva-se o café e explora-se a palmeira de óleo. Nos rebordos interiores do planalto, surgem culturas de mandioca e de batata-doce, ao lado de uma recente atividade na exploração de diamantes. O porto de Lobito é o principal escoadouro de sua riqueza.

O gado completa este quadro econômico; ali existem 2 milhões de bovinos, 1 milhão de caprinos, além de algumas dezenas de milhares de suínos e ovinos. Mas essa atividade é prejudicada pela presença de certas espécies vegetais, que não só ferem o gado, como são mesmo venenosas.

Além disso, não é possível esquecer que ali existem 4.600 kms. de estradas-de-ferro, entre as quais se destaca a via-férrea trans-angolense, que vai de Benguela a Catanga, de grandes possibilidades econômicas, por oferecer comunicações mais rápidas e mais baratas entre este centro produtor de cobre do Congo Belga e os mercados consumidores da Europa.

Moçambique — equivalente, em área, à metade do nosso Estado de Mato-Grosso —, ainda mal aproveitado em virtude do sistema de colonização que ali imperou dispõe de culturas de cana de açúcar e de algodão, além de matérias primas que alimentam a indústria extrativa vegetal. O porto de Lourenço Marques, recentemente aparelhado, é considerado um dos melhores da África do Sul; 22 companhias de navegação têm ali representantes seus — o que diz bem de sua importância.

Os demais territórios não merecem um destaque especial, pois todos fornecem produtos tropicais, em pequena escala. Não nos esqueçamos, porém, de que São Tomé e Príncipe produzem boa quantidade de cacau e de café (2).

(2) Para maiores detalhes sobre as colônias portuguesas, consultar: FERNAND MAURETTE, "Afrique Equatoriale, Orientale et Australe", tomo XII da "Géographie Universelle" de La Blache e Gallois, liv. Colin (Paris, 1938); INSTITUTO GALLACH, "Geografia Universal" (Barcelona); J. WEULERSSE, "L'Afrique Noire" (Paris, 1934); ANTÔNIO G. MATOSO, "Compêndio de Geografia Econômica" (Lisboa, 1933); ESTEFANIA CABREIRA E OLIVEIRA CABRAL, "Corografia de Portugal e seu Império" (Porto, 1935).

IV. AS RAZÕES QUE EXPLICAM A SOBREVIVÊNCIA DOS DOMÍNIOS COLONIAIS DE PORTUGAL

Muitos se admiram que Portugal haja conseguido guardar, até hoje, esses domínios coloniais.

De fato, como seria possível explicar tal cousa, já que os territórios dispõem das riquezas que vimos de citar ligeiramente e ainda poderão ser melhor explorados economicamente?

Muitas causas (e não apenas uma só) explicam a manutenção desse Império sob o controle português. Limitemo-nos a citar duas delas.

a)

Em primeiro lugar, deve ser mencionado um fator, que é importante: o **choque de ambições ou de interesses** das grandes potências tem concorrido para que seja mantido esse equilíbrio. No fundo, nenhuma das potências poderá concordar sinceramente que tais territórios possam ir, no todo ou em parte, aumentar os domínios dessa ou daquela outra. Daí o "statu-quo".

Até quando poderá ser mantida essa situação?

Difícil será dizê-lo.

b)

Ao lado disso, um outro elemento existe a explicar a sobrevivência desses territórios nas mãos de Portugal: o seu **sistema de colonização**.

A base do sistema colonial português tem sido o respeito aos direitos do indígena e a colaboração que deles recebem. Mais que isso: o colono procura se integrar em o novo meio, adapta-se às novas condições de vida e faz da colônia aquilo que ela deve realmente ser — um verdadeiro prolongamento da Pátria-mãe.

Referindo-se à política colonial portuguesa, o ilustre dr. Fernando Emídio da Silva, em conferência realizada em São Paulo (3), resumiu-a em dois grandes objetivos:

1.º — Impor-se por um temor salutar;

2.º — Ganhar a confiança dos indígenas pelas benfeitorias realizadas.

Em relação aos indígenas, garante-lhes Portugal a sua proteção e assegura-lhes a propriedade. Os seus usos e costumes

(3) Conferência realizada na Faculdade de Direito de São Paulo, a 1.º de dezembro de 1939, sobre o Império colonial português.

vêm-se respeitados pelas próprias autoridades coloniais, desde que não ofendam às leis da humanidade. Além disso, têm-lhes sido facultadas instrução e higiene.

Aliás, foi esta sempre a orientação dos portugueses, mesmo nos tempos da formação do seu império. Veja-se à este propósito o testemunho que nos dá Gonzalo de Reparaz em sua preciosa "História de la Colonización", citando uma série de atos emanados do governo português, todos dentro dessa orientação (vol. II, págs. 225-6).

Também Jacques Weulersse, em sua notável obra "L'Afrique Noire", acentua esse mesmo característico da colonização portuguesa, quando diz, à pág. 344:

"Le fait est qu'une réelle égalité existe dans les moeurs et dans l'application des règlements, au point d'offrir le spectacle "scandaleux" de prisonniers portugais soumis publiquement aux mêmes corvées, et dans le même costume infamant que les prisonniers Noirs".

Essa colaboração do indígena — diz Gonzalo de Reparaz — explica a solidez do Império, apesar da fraqueza da metrópole; este Império seria o mais firme dos existentes, se não fossem as ambições estrangeiras.

V. O BRASIL E O IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS

Há alguns anos passados, o acaso fez-nos conhecer, quando em viagem para o Rio de Janeiro, um cidadão português radicado em nosso país, espírito inteligente e culto. Foi em conversa com esse amigo do Brasil que tivemos ocasião de trocar idéias sobre o destino provável das colônias de Portugal; e dos seus lábios ouvimos esta frase, que, no momento, pareceu-nos um tanto descabida:

— "O Brasil não pode ficar alheio à sorte dos domínios portugueses. A ele está reservado um alto destino e esses domínios hão de lhe ser uteis, quando tiver de representar o papel que há de encarnar no cenário político do mundo."

Mais tarde, pusemo-nos a meditar sobre tais palavras; e, tentando interpretar os fatos históricos e procurando aplicar o que nos tem ensinado a Geografia Política, começamos a compreender a agudeza daquela frase e a sentir-lhe a razão e o fundamento.

Poderão, um dia, as colônias portuguesas ser uteis ao Brasil?...

Parece-nos que sim. Se não, vejamos.

Uma visão do futuro

Em primeiro lugar, examinemos o argumento que, sem demora, brota dos lábios de quantos queiram responder impensadamente àquela pergunta; isto é, o de que o Brasil mal dá conta da sua imensa extensão territorial, não necessitando, de modo algum, de novas terras, ainda mais situadas em lugares distantes.

A resposta a este argumento é simples. Claro está que, atualmente, o Brasil não precisa de novos territórios, mormente noutros continentes. Mas será sempre assim?...

Há cem anos atrás ninguém imaginava que os Estados-Unidos viessem a se servir tanto de certos territórios, como os de Havaí ou das Filipinas, base do seu imperialismo no Pacífico. Isto dizendo, não nos esqueçamos de que o Brasil não se encontra exatamente nas mesmas condições que a grande república da Norte-América; mas ninguém poderá negar que ao nosso país parece estar reservado, no futuro, um papel de destaque dentro do cenário político mundial e que há de chegar o dia em que os 8 e meio milhões de kms. 2. de que dispomos (tal como os 7.800.000 dos Estados-Unidos), serão insuficientes à realização de nossos objetivos políticos e econômicos.

Aliás, o publicista francês J. Gaillard, num testemunho insuspeito, em artigo publicado há duas décadas, sob o título "Le développement maritime et l'avenir transatlantique du Brésil", escreveu estas palavras:

"De todos os países da América do Sul é o Brasil o que mais necessita de um grande e poderoso desenvolvimento marítimo e correspondente influência transatlântica para base da sua expansão econômica e comercial e garantia de uma desafogada liberdade de movimentos, no seu tráfico através dos mares. Ora, uma das primeiras consequências políticas dessa atividade marítima seria, pela frequência das comunicações, uma mais íntima ligação de todo um disperso grupo de territórios da mesma língua, isto é, da língua portuguesa". (5)

(5) Artigo publicado na revista "Atlantide", n. 38, de 1919, e citado pelo Dr. Bettencourt-Rodrigues em sua obra — "Uma Confederação Luso-Brasileira" (Lisboa, 1923).

Destruída, assim, tal preliminar, resta saber em que as atuais colônias poderiam nos ser uteis.

A língua como traço de união

Não somos dos que imaginam realizavel o sonho de uma **Confederação Luso-Brasileira**, defendido por tantos espíritos ilustres e exposto com tão sincero entusiasmo em um livro, com este título, pelo dr. Bettencourt Rodrigues, ex-ministro dos Estrangeiros de Portugal e grande amigo do Brasil, onde residiu cerca de 20 anos.

Mas somos dos que acreditam que os povos que falam a língua portuguesa poderão vir a ser dirigidos ou liderados pelo Brasil, mesmo sem que laços políticos os unam. Tal como André Siegfried (6) sonha para a raça branca a possibilidade de ter um líder a guiá-la (papel que viria a caber aos Estados-Unidos), cremos não ser improvavel que os milhões de brasileiros — somos hoje, 43, mas poderemos ser 100 milhões daqui a 50 anos — venham a orientar os milhões que se acham espalhados em Portugal e nos seus domínios.

Colonizando da maneira inteligente por que tem feito, Portugal vai difundindo a sua raça e a sua cultura em terras da África, da Ásia e da Oceania (7). Os indígenas passam a ter uma “consciência portuguesa”; e isto é muito em se tratando de colonização.

Com esses núcleos espalhados aquí e alí, o Brasil poderá realizar uma política internacional de vasta envergadura. Lembremos de que Angola dista da costa brasileira tanto quanto os Estados-Unidos distam da Europa, o que significa que um moderno transatlântico poderá vencer tal distância, com facilidade, em três ou quatro dias de viagem. Recordemo-nos de que os domínios portugueses são verdadeiras etapas na rota para o Oriente: Cabo-Verde, São Tomé, Angola, Moçambique, Índia Portuguesa, Macau, Timor... são as águas do Índico, são os mares da China, são as águas do Pacífico ocidental.

Angola e o Brasil

Para o território de Angola, especialmente, deve voltar-se a atenção dos brasileiros.

(6) ANDRÉ SIEGFRIED, “L'Etats-Unis d'aujourd'hui” (Paris, 1929).

(7) “La masse des indigènes, de gré autant que de force, apprend à parler la langue portugaise, et les Nègres angolais ont acquis une réputation d'habiles travailleurs qui les fait rechercher dans les exploitations nouvelles” (WEULERSSE, obra cit., pág. 344).

Em primeiro lugar, a sua situação geográfica parece convidar o Brasil à realização de um daqueles fins político-econômicos dos Estados, de que nos fala Artur Dix (8): a aspiração ao **domínio das costas opostas**, que se pode consumir "tanto em um campo reduzido, como em um cenário mais vasto". Longe de separar, as águas do oceano servem apenas para unir mais estreitamente os povos. Porisso mesmo, a História está repleta de exemplos que confirmam essa tendência dos Estados (9), que, no caso em apreço, não seria o produto de uma política imperialista, mas o desejo de uma aproximação maior entre povos irmãos.

Em segundo lugar, o fator distância não constitue um obstáculo sério, como já acentuamos. A este respeito, Weulersse lembra — e lembra muito bem — que foi de nossa terra que chegou, em meados do século XVII, a expedição que libertou Angola do domínio holandês, "cujo glorioso aniversário ainda hoje se celebra" (10).

Acrescentem-se a isso tudo mais três traços de união não menos significativos: a identidade de recursos econômicos, já que, como aquele domínio português, temos nos produtos tropicais a base de nossa economia agrícola; a identidade geológica — um embasamento cristalino, sobre o qual se assentaram terrenos de idêntica idade geológica (paleozóica), pois constituíram mesmo o chamado Continente de Gondwana, tão bem identificado pela flora de "glossopteris" — conforme patenteia o mapa que figura na grande obra de Alfredo Wegener (11); e, ainda, os pontos de contacto sob o ponto-de-vista étnico, uma vez que foi de Angola que vieram para o Brasil os mais fortes contingentes de escravos "bantus", os quais se destinaram aos mercados distribuidores de Recife e do Rio de Janeiro, e foram constituir o fundamento de grande parte de nossa população de negros e de mestiços (12).

Restaria lembrar que não menos importante é o intercâmbio cultural entre o nosso país e Angola como outros domínios portugueses. Basta acentuar que certas de nossas publicações periódicas

(8). ARTUR DIX, "Geografia Política", pág. 63.

(9) A Itália em relação ao Adriático e, atualmente, em relação à costa africana do Mediterrâneo; o Japão sobre as costas do mar de seu nome; a Grã-Bretanha sobre todas as margens do oceano Índico — para só lembrar alguns dos mais expressivos exemplos.

(10) WEULERSSE, obra cit. pág. 336.

(11) ALFRED WEGENER, "La genèse des Continents et des Océans", pág. 69 (Paris, 1937).

(12) Vide RENATO MENDONÇA, "A influência africana no português do Brasil", vol. XLVI da coleção "Brasiliana" da Comp. Editora Nacional (S. Paulo, 1935); ou os trabalhos de NINA RODRIGUES e ARTUR RAMOS, sobre o assunto.

dicas possuem elevado número de assinantes e leitores entre os que vivem em tais colônias de Portugal.

Portanto, vários argumentos nos indicam que o Brasil tem um horizonte muito vasto à sua frente, nesse particular.

Quando, há um século, algum estadista "yankee" poderia imaginar o interesse que hoje tem para o seu país as pequeninas ilhas de Guam e Wake, perdidas no oceano Pacífico?...

Também, assim, poderá vir acontecer com o Brasil, em relação às atuais colônias portuguesas.

VI. CONCLUSÕES

De tudo quanto acabamos de expor, podemos concluir:

1.º — existe realmente um perigo a ameaçar a integridade do Império colonial português;

2.º — esse Império (que é o quarto pela extensão territorial) possui raízes na África, na Ásia e na Oceania, dispondo principalmente de produtos tropicais;

3.º — a sua sobrevivência nas mãos de Portugal deve-se sobretudo a dois fatores: a) ao choque de interesses das grandes potências e à necessidade de se manter um equilíbrio entre elas; b) ao sistema de colonização adotado pelos portugueses;

4.º — o Brasil deve se interessar pela sorte dessas colônias, não as defendendo pelas armas (o que poderia ser até ridículo imaginar-se, atualmente), mas se esforçando para que elas permaneçam nas mãos do velho Portugal, pelo próprio bem de todos quantos falam a língua de Camões.

São Paulo, julho de 1940.

Quem fundou São Paulo?

Lançada pela Sociedade "Amigos da Cidade" a idéia de se erigir em São Paulo um monumento a Anchieta, surgiu na imprensa, para tão merecida quão simpática homenagem, uma estranha justificativa: a de que o veneravel jesuíta teria sido "o fundador de S. Paulo". Contra esse erro histórico, manifestou-se, em nosso Instituto, o consócio sr. Ciro Tassara de Pádua, que a 5 de março de 1942, submeteu a debate a seguinte proposta:

"Divulgam os jornais paulistanos que a Sociedade "Amigos da Cidade" decidiu promover uma campanha com o escopo de perpetuar em um monumento a memória do padre Anchieta, a quem S. Paulo e o Brasil devem serviços inestimaveis. Mas, há um reparo a se fazer com relação ao objetivo em apreço: é que a aludida entidade por todas as maneiras tem traduzido as suas intenções em comunicados à imprensa, dando o monumento em projeto como devendo ser erigido em homenagem ao **fundador de S. Paulo**. Ora, é evidente que há aí um equívoco histórico, que embora permaneça desconhecido dos leigos, não o é mais dos historiadores nem dos simples estudiosos de história pátria. Cabe, portanto, ao Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo o dever de colocar as cousas nos seus devidos lugares, como guardião da verdade histórica. Nada se tem a objetar contra a idéia de um monumento a Anchieta. Em si é iniciativa digna de apoio e meritória. Mas, se se trata de um monumento "ao fundador" de S. Paulo, deve-se sugerir aos seus patrocinadores que o "primeiro e principal fundador de S. Paulo" é, incontestavelmente, Nóbrega (vide Padre Serafim Leite, **História da Companhia de Jesús no Brasil**, págs. 276-277).

Ora, sendo assim, não havendo prova em contrário, senão a lenda apenas, sugere-se que o Instituto officie àquela Sociedade para que esclareça publicamente se se trata de uma homenagem ao vulto de Anchieta ou ao "fundador de S. Paulo". Neste último caso deve-se levar em consideração o papel que Nóbrega teve antes e depois de 25 de janeiro de 1554, para que a verdade histórica não seja adulterada inconscientemente."

A questão foi, em seguida, encaminhada à Comissão de História, pelo sr. dr. José Torres de Oliveira, presidente perpétuo do

sodalício. Eis os pareceres que, a respeito, emitiram os três ilustres historiadores componentes daquela Comissão:

Parecer do dr. Afonso de Taunay:

“Como tive o ensejo de exprimir publicamente na nossa última sessão a propósito do projeto da Sociedade dos Amigos da Cidade, penso que se se trata de erigir um monumento ao fundador de S. Paulo, caberá a Nóbrega esta homenagem mais do que a Anchieta que então era como todos sabem, um mocinho noviço. Estou perfeitamente de acordo com o Pe. Serafim Leite cuja opinião é citada pelo nosso consócio sr. Ciro T. de Pádua. E aliás quem poderá divergir de uma autoridade de tamanho peso quanto essa de Serafim Leite?

Penso que seria uma solução esplêndida se os Amigos da Cidade fizessem um monumento no gênero dos Andradas em Santos, aos fundadores. Neste caso seriam eles Nóbrega, Manuel de Paiva e Anchieta, adicionando-se ainda uma figura, que me parece indispensável, a de Tibiriçá, pois bem sabemos que, sem este, muito provavelmente não subsistiria a fundação jesuítica de S. Paulo.

Agora, se se trata de homenagear não o fundador e sim o mais ilustre dos fundadores de S. Paulo, aí sim, caberá a primeira plana a Anchieta incontestavelmente, quer pela sua atuação aqui, quer pelo que fez em tantas outras zonas do Brasil quer ainda pelo enorme relevo que tem uma figura cujo processo de canonização está em andamento. Assim sendo, estaremos de acordo com as exigências da verdade histórica.”

Parecer do dr. Omar Simões Magro

“Tendo lido, nesse Instituto, a carta em que o ilustre dr. Afonso de Escagnolle Taunay manifesta a sua opinião, por meio deste venho manifestar o meu inteiro acordo com ela, que subscrevo integralmente”.

Parecer do prof. Antônio Piccarolo

“A questão levantada pelo ilustre consócio sr. Ciro Tassara de Pádua, relativa ao projetado monumento ao padre José de Anchieta, fundador de São Paulo, não é das mais simples, nem daquelas que se resolvem com uma simples afirmativa ou negativa. Uma cidade é um fato material e moral, é *urbs* é *civitas*; pode portanto ter um fundador material e um fundador moral. Agora, não se pode negar que Anchieta, se não foi o fundador material da cidade, concorreu, como nenhum outro, à formação

primitiva daquela entidade moral, que se tornou em seguida a cidade de São Paulo.

Serafim Leite, aliás, na sua douta *História da Companhia de Jesús no Brasil*, não diz que Nóbrega fundou São Paulo, mas simplesmente que em 1553 aqui pôs dois jesuitas “dos quais não constam os nomes”; e que, no ano seguinte outros jesuitas “chegando a Piratininga acharam a casa; e no dia 25 de janeiro disseram a primeira missa”.

Única cousa que não admite dúvida é que São Paulo foi fundado pelos jesuitas e que, entre estes, avulta a figura de Anchieta pelo seu grande valor moral.

Não vejo, portanto, a conveniência de provocar um *casus belli* por uma questão assaz duvidosa; ainda mais que o povo já criou a sua tradição, que envolve a origem da nossa cidade numa auréola de lenda, como se deu com todas as grandes cidades dos tempos antigos”.

Finalmente, no dia 21 de abril de 1942, em sessão extraordinária que se realizou para convencer a ocorrência do tricentenário da Execução de Tiradentes, foi o assunto definitivamente resolvido, tendo o sr. prof. Tito Lívio Ferreira proferido na ocasião, o seguinte discurso:

“Exmo. Sr. Presidente

Prezados consócios:

Há neste processo de reivindicação histórica, debatido agora perante o nobre sodalício do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presidido pela respeitável figura do dr. José Torres de Oliveira, cujo nome declino com simpatia e amizade, duas prestigiosas personalidades muito dignas, por todos os títulos, de nossa admiração, de nosso apreço e de nosso reconhecimento. Refiro-me, bem o sabeis, ao Padre Manuel da Nóbrega e ao Irmão José de Anchieta. E ambos, “o inesquecível e tão ingratamente esquecido Manuel da Nóbrega”, no dizer expressivo de Capistrano de Abreu, e José de Anchieta, o Apóstolo do Brasil, bem merecem de nosso respeito, o tributo sincero da veneração que lhes consagramos.

Todavia, citados neste plenário, pelo promotor desta causa histórica, o dr. Ciro Tassara de Pádua, ei-los ressurgidos aos nossos olhos, derreados, frementes, cobertos de grandiosos serviços à religião de nossa gente e à civilização de nossa terra. E a pergunta feita no sentido claro de dirimir a dúvida, — quem foi o fundador de São Paulo, Padre Manuel da Nóbrega, ou o Irmão Anchieta — vai encontrar esta noite, no tribunal da história, o

juízo esperado, através da palavra imperativa dos historiadores cultos e honestos.

Enviado o assunto à nobre comissão de história do Instituto, ela apresenta-nos o seu parecer favorável ao Padre Manuel da Nóbrega, com dar-lhe as honras merecidas e indeclináveis de FUNDADOR DE SÃO PAULO. Assinam esse juízo: Afonso de Escragnonle Taunay, mestre de todos nós, "tout-court", porque não há adjetivos que não empalideçam diante do brilho irradiante de sua obra histórica; Omar Simões Magro, estudioso conciente de nosso passado, e Antônio Piccarolo, para quem a história contemporânea e a história antiga se desvenda, se entremostra e se esclarece, toda iluminada pela sua inteligência pesquisadora e clara.

“Todavia, permiti, senhor Presidente e meus nobres consócios, que para esse juízo formulado pela digna comissão de história contribua, a-fim-de ser por vós proferido o juízo definido, e definitivo nesta causa empolgante, sobre todos os pontos-de-vista, a documentação e o voto dos maiores historiadores do Brasil.

A fonte de todos eles está nas cartas jesuíticas, nas biografias escritas por eles e no documentário da época. Nos prolegômenos maravilhosos apostos pelo preclaro Capistrano de Abreu a cada um dos livros da *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, depõe o autor de *Capítulos de História Colonial*: “A idéia foi realizada por Manuel da Nóbrega, que em fevereiro de 1553 chegou a São Vicente em companhia de Tomé de Sousa. Depois de ter conseguido reunir três aldeias no campo de Piratininga, visitou-as no dia da degolação de São João Batista, 29 e instalou-se o aldeamento no ano seguinte com missa rezada a 25 de janeiro, dia da conversão do apóstolo dos gentios. Na sua primeira excursão serviu de guia a Manuel da Nóbrega o primogênito de João Ramalho, pai de muitos filhos aparentados com a melhor gente indígena. “*Omnes autem hos filios Joannes Ramanus (assim escreve Polanco) ex-brasiliensi quadam foemina habebat quae cujusdam principis viri et magne inter eos potentie filia erat.*” (Vida de Inácio de Loyola). Afirma, nesse trecho Capistrano de Abreu, que a idéia da fundação de São Paulo cabe a Manuel da Nóbrega, com a reunião de três aldeias de indígenas, fundindo-as. E assim, o Provincial coloca João Ramalho em posição de destaque, na colônia ainda mal delineada.

Em sua *História do Brasil*, Roberto Southey (pág. 367) declara: “Elevado ao poder, (de Provincial) foi o primeiro ato de Nóbrega fundar um colégio nas planícies de Piratininga”. Logo adiante Southey esclarece: “Treze da Companhia foram, debaixo da obediência de Manuel de Paiva, mandados colonizar este

sítio, onde já Nóbrega tinha previamente estacionado alguns de seus conversos. Com eles foi Anchieta como mestre escola". O eminente historiador inglês dá a Nóbrega a prioridade incontestada na Fundação de São Paulo. E coloca o irmão Anchieta no seu devido posto: mestre escola de Piratininga.

Francisco Adolfo Varnhagen, cuja obra, no dizer de Capistrano "se impõe ao nosso respeito e exige a nossa gratidão", diz em sua *História Geral do Brasil*, (pág. 344): "Este zeloso jesuíta (Padre Manuel da Nóbrega) que até então não se havia descuidado de cumprir os seus deveres, pareceu cobrar novo ardor ao ver-se provincial. Do colégio de São Vicente, onde se achava, passou com alguns dos novos sócios a Piratininga, com projeto de fundar aí para a Companhia uma casa, ou princípio de um novo colégio, no meio desses campos tão amenos, e de um clima que, mais que ao da Europa, é comparavel ao da pitoresca ilha do Atlântico que alguém poeticamente chamou "Flor Oceania". E assim o grande historiador confere a Nóbrega o título de fundador de São Paulo.

Em seu bem fundamentado trabalho *Esquisse de l'Histoire du Brésil*, o Barão do Rio Branco certifica: "En 1554 le Père Emmanuel de Paiva crée une maison dans le village indien de Piratininga, qui prit le nom de São Paulo". Há evidente engano da parte do "deus término" de nossas fronteiras. Criado já estava o núcleo inicial pelo Padre Manuel da Nóbrega, um ano antes. E a Manuel de Paiva cabe dizer, no altiplano, a primeira missa, em 25 de janeiro de 1554.

Confirma a assertiva acima, as palavras do Padre Rafael Galanti, em seu *Compêndio de História do Brasil*, quando afirma: "Elevado ao poder, foi o primeiro ato de Nóbrega fundar um colégio nas planícies de Piratininga. Já estacionara naquele sítio alguns conversos e em princípios de 1554 enviou para lá treze religiosos da Companhia debaixo da obediência do Padre Manuel de Paiva, sendo um deles o irmão José de Anchieta".

Pedro Calmon, a inteligência moça e arejada ao serviço da história pátria, em sua recente obra *História do Brasil — As origens* — no capítulo "Os jesuitas no planalto", assevera: "Viu Nóbrega em S. Vicente que o Colégio não se desenvolveria tão bem e seguramente como no planalto, de melhores ares, em terra desafogada, mais perto dos índios acessíveis à doutrina cristã — e resolveu transferi-lo. Não perdeu tempo. Em junho de 1553 estava nos campos de Piratininga o jesuíta, a anunciar que juntara em aldeia uns cinquenta catecúmenos, apartados dos selvagens para melhor se educarem. O sítio estava na confluência do Tamanduaté, entre este e o Anhangabaú, exatamente onde, sobre os brejais, e defendida eles se levanta a terra numa colina, a

dominar a rasa paisagem em volta. Ramalho, Tibiriçá e Caiubi ajudavam os padres.”

Abramos agora as magistrais **Páginas de História do Brasil**, do Padre Serafim Leite. Ouçamo-lo religiosamente: “No ano de 1553 percorria Nóbrega os campos de Piratininga, onde se ergue hoje esta capital. Andava a estudar a possibilidade de estabelecer aqui um colégio da Companhia. Feriu-lhe a atenção a fertilidade da terra, a benignidade do clima, muito semelhante ao da Europa, e escolheu junto ao Tietê, perto da confluência do Tamanduaté um local para o colégio que queria fundar, posição magnífica “por ser aqui escala para muitas nações de índios”. O lugar que escolheu ainda é hoje o coração da cidade.” E estas palavras ressoaram nesta sala, na noite de 5 de junho de 1934, proferidas pelo eminente jesuíta português.

Ainda em sua monumental obra **História da Companhia de Jesús no Brasil** (tomo 1.º, livro III, capítulo VI — pág. 277), assegura o Padre Serafim Leite: “Uma coisa é certa — e não se pode esquecer — que a Nóbrega se deve, pessoalmente, a escolha do sítio, a primeira casa, os primeiros catequistas, que ali colocou. E também, sob o ponto-de-vista de apostolado, se não teve as primícias do Campo (estas pertencem a Leonardo Nunes) realizou primeiro e grande ato solene dos 50 catecúmenos de Piratininga, no dia 29 de agosto de 1533, festa do Santo Precursor, sugestão litúrgica do próximo advento da civilização cristã nestas religiões. Por estes títulos, NÓBREGA É, INCONTESTAVELMENTE, O PRIMEIRO E PRINCIPAL FUNDADOR DE S. PAULO”. Assim o Padre Serafim Leite realiza a exegese dos textos primitivos. Procedo a renovação ou a revisão de documentos, para se não repetirem por palavras diferentes, afirma ele, nesse trabalho de hermenêutica histórica. E conclue com a sua autoridade irrefutável: “Já na vela de armas, que precedeu a fundação de São Paulo, nos Campos de Piratininga, o chefe civil, João Ramalho, e o chefe religioso, Manuel da Nóbrega, tinham dado o abraço de paz, como que a indicar o caminho de todo o progresso no mundo”.

E assim, se Capistrano de Abreu revela, “quanto mais estudo Anchieta, mais admiro Nóbrega”, ambos permanecem dentro da minha admiração; todavia, Manuel da Nóbrega se alteia na minha mais alta e mais profunda admiração, porque no dizer de Pandiá Calógeras: “Tomé de Sousa e o Padre Manuel da Nóbrega tornaram-se os fundadores do Brasil”, e na palavra autorizada e serena do Padre Serafim Leite, “NÓBREGA, É INCONTESTAVELMENTE, O PRIMEIRO E O PRINCIPAL FUNDADOR DE SÃO PAULO”.

Julgamos igualmente interessante transcrever aqui o substan-

cioso artigo, também de autoria do prof. Tito Lívio Ferreira, publicado no **O Estado de S. Paulo** de 28 de maio de 1942:

“O MONUMENTO A SÃO PAULO

Homenagear o vulto grandioso do padre Manuel da Nóbrega, o fundador de São Paulo, com erguer-lhe, em praça pública, o monumento de nossa viva gratidão, será tributar à Companhia de Jesús, na pessoa esquecida de seu inesquecível primeiro Provincial, o testemunho solene de nosso mais profundo respeito e de nossa mais alta admiração aos veneráveis missionários da obra civilizadora e religiosa iniciada em Piratininga e vivida em toda a sua clara plenitude no Brasil inteiro. Representa de fato, o fundador de São Paulo, padre Manuel da Nóbrega, toda a ilustre Companhia disseminada então pelas terras brasílicas, entregues, de corpo e alma ao assombroso trabalho de catequisar os selvícolas e convertê-los à religião católica. No entanto, grave injustiça cometeríamos se, em nosso desejo de fazer justiça aos imorredouros iniciadores da imensa obra civilizadora, esquecêssemos os mais recentes colaboradores do dinâmico Provincial, cobertos como se acham pela cinza dourada e gloriosa dos sóis de quatro séculos de história. Porisso, bem andou o insigne historiador dr. Afonso d'Escragnolle Taunay em sugerir, com muita felicidade, dentro da verdade histórica, a ereção desse monumento, semelhante ao dos Andradas, em Santos, onde figurassem, em conjunto: Padre Manuel da Nóbrega, padre Manuel de Paiva, padre José de Anchieta e Tibiriçá. A meu ver ficaria completo o grupo dos cooperadores imediatos de Nóbrega, se a eles fosse anexada a personalidade, heráldica e nobre de João Ramalho, cuja vida trabalhosa se integrou, definitivamente, na vila nobreguense, defendendo-a, amparando-a, protegendo-a. Aliás, essa idéia não constitue novidade. Foi apresentada em sessão do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo pelo digno sócio daquele alto sodalício, sr. Geraldo Rúffolo, quando lá se discutia a prioridade incontestada de Nóbrega, como fundador de São Paulo. E daí a razão de ser destas linhas significativas.

Eleito pela Câmara e povo de São Paulo para exercer o cargo de capitão de guerra, João Ramalho ergue, com Tibiriçá, o entrenchearamento ao redor da vila. Assim o fundador de Santo André e o chefe dos Guaianazes se constituem, no momento culminante e decisivo para a vida futura de Piratininga, os ante-murais de São Paulo, quando os selvagens inimigos assaltam o povoado jesuítico, com intuito de arrazá-lo. E os dois, Ramalho e Tibiriçá, defendem a cidadela em perigo, repelem os adversários, salvam a ingente obra dos civilizadores e dos colonizadores de nossa terra, da destruição definitiva.

Ninguém como o dr. Afonso d'Escragnolle Taunay fez o elogio do velho português, em período flamantes de beleza, ao exaltar-lhe a figura altiva e empreendedora.

"Se a preciência dos séculos lhe foi apanágio deve o imortal alcaide mor do Campo ter expirado à feição dos homens que anteveem a vastidão das grandes obras de que foram iniciadores. A sua descendência inumeravel e impetuosa assegurara a firmeza da fundação por ele delineada em prol de seu rei e de sua grei. Em torno da águia expirante já fremiam as revoadas dos aguiluchos, impacientes pela devassa e o apossamento daquelas terras imensas do Ocidente, do Meridião e do Setentrião. E um por um destilariam, naquela antevisão suprema, em face do leito da morte do grande ancestre, o exército dos calções de couro das bandeiras de São Paulo, guiados pelos seus cabos de tropa". (*João Ramalho e Santo André in Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* — vol. 29).

Nestes períodos palpitantes de emotividade e justiça cresce aos nossos olhos, o fundador de Santo André e defensor de São Paulo. Ele contribue, com a sua vida e com seus descendentes, para que a cidade nascente viva, prospere, floresça e frutifique. Depois de ter defendido a cidade vareja o sertão do planalto. E torna-se, por essa forma, o iniciador glorioso dessa gloriosa obra do expansionismo bandeirante dilatador das fronteiras do Brasil adolescente.

Daí completar ele, com honra e galhardia, a plêiade construtora dos mais ativos auxiliares do Fundador de São Paulo. Formam eles harmonioso conjunto, postado cada um no setor irradiante de suas energias criadoras. Dos vértices formados pelos ângulos agudos do polígono onde se colocaram, ei-los que avançam, em linha reta, para o centro dessa figura geométrica desabrochada em luminosa estrela. No ângulo superior altea-se o padre Manuel da Nóbrega — fundador da cidade de São Paulo e chefe religioso dos jesuitas: "vela pela sua segurança material (da jovem colônia), pela unidade da pátria que prevê no futuro". (*Direito e Justiça — Desembargador Percival de Oliveira — in O Estado de São Paulo* de 26 de abril de 1942). Eleva-se no ângulo direito o padre Manuel de Paiva, — celebrante da missa de 25 de janeiro de 1554, no planalto, e abençoador do chão sagrado paulistano. Levanta-se no ângulo esquerdo o suave e humilde padre José de Anchieta, — mestre-escola de Piratininga e santo do Brasil. Em cada um dos outros dois ângulos postam-se João Ramalho — chefe civil do altiplano e Patriarca dos Bandeirantes e o leal e nobre Tibiriçá — defensores alertas da vila nobreguense. E plantam-se aí, nos torrões de vigia da cidade-menina, os valorosos ante-murais de Piratininga, para assistí-la protegê-la e guardá-la. Pode assim,

afirma o dr. Afonso de Taunay, ao ressaltar em cores vivas, a figura imortal desse homem, um dos maiores portugueses de seu tempo, "a geração do alcaide-mor do Campo orgulhar-se de seus feitos e proclamar quanto fora uma grande obreira da vastidão territorial brasileira". E Ramalho e Tibiriçá, genro e sogro, surgem unidos no alvorecer da civilização em nossa terra, para o engrandecimento da obra imorredoura do padre Manuel da Nóbrega.

Todos eles trabalham, com devotamento, para o futuro de Piratininga: nenhum refoge ao seu dever, exaltando-o. Outra não seria, senão dolorosa injustiça se nos deslembrássemos de João Ramalho, o patriarca "daqueles que, como disse Afonso Arinos, descobriram o Brasil desconhecido, e dilataram as nossas fronteiras, rechassando para o sul e o oeste os espanhóis, e chegando mesmo a acender suas almenaras de acampamento sobre a cordilheira dos Andes... (Silvio de Almeida — *Cancioneiro dos Bandeirantes*).

Porisso, ei-los em conjunto, a pelejar nessa jornada magnífica da fundação de São Paulo. Avançam, resolutos e firmes, para o centro da luminosa estrela traçada pelo imperativo de suas atividades realizadoras. Caminham na direção de São Paulo, figura sagrada e comovida, grandiosa e fascinante. Gigante e herói, o apóstolo da gente empunha a espada e conduz o livro. Revela a espada o combatente intrépido, o lutador ardente, o destemeroso soldado de Cristo, cujo verbo humano explica ao gentio a divina verdade exposta no livro sagrado. E a sua palavra radiosa se espalha vibrante de ensinamentos e fremente de espiritualidade. Viveu com a palavra: pregando. Perpetuar São Paulo, o padroeiro da cidade e do Estado, no granito ou no bronze, com levantar-lhe, em praça pública, a estátua de nosso devotado reconhecimento, é, por sem dúvida, nosso mais alto e mais sagrado dever de paulistas e de brasileiros. Rodeado pelos vultos claros e generosos do padre Manuel da Nóbrega — o fundador da cidade; do padre Manuel de Paiva — o celebrante da primeira missa no colégio de Piratininga; do padre José de Anchieta — o mestre-escola de São Paulo e santo do Brasil; de Martim Afonso Tibiriçá — o chefe dos Guaianazes e de João Ramalho — o chefe civil e Patriarca dos Bandeirantes, ante-murais da cidade-menina, São Paulo vai crescendo. Todos o amam, todos o admiram, todos o exaltam. E o amam, o admiram e o exaltam, porque São Paulo é o pensamento em ação e a ação em marcha; pensa e cria; cria e age; age e realiza; realiza e constrói."

Sobre o assunto, enviou o Instituto um ofício à Sociedade "Amigos da Cidade", em data de 27 de abril de 1942. Ulteriormente, foi o sr. dr. José Torres de Oliveira, procurado pelo sr. dr. Ubaldo Caiubi, presidente daquela Sociedade, que esclareceu de-

ver ser erigido o projetado monumento com um critério de sobriedade, tendo em vista somente a figura lendária do catequisador e o seu nome — ANCHIETA, sem quaisquer atributos, que só fariam diminuir-lhe a auréola de que se envolve no conceito do nosso povo. E assim, colocada a questão nos seus justos limites, compraz-se o Instituto em coparticipar da nobre iniciativa tendo o seu presidente perpétuo, sr. dr. José Torres de Oliveira, aceito o convite, que lhe foi dirigido, para figurar como membro da Comissão de Honra do Monumento a Anchieta.

O testamento da Imperatriz D. Amélia (*)

“Sua Magestade a Imperatriz viuva, a sra. d. Amélia Augusta Eugênia Napoleona, duquesa de Bragança, augusta madrasta de S. M. o Imperador, faleceu em Lisboa, no seu palácio das Janelas Verdes, no dia 26 de janeiro próximo passado (1873), às 5 horas da manhã.

A augusta finada era filha do príncipe Eugênio Beauharnais, duque de Lenchtemberg e príncipe de Eichstadt e da princesa Amélia, filha do rei da Baviera, Maximiliano 1.º.

Nasceu a 31 de julho de 1812 e casou, por procuração com S. M. o Imperador o sr. D. Pedro 1.º a 2 de agosto de 1829.

Havia já muitos anos que a augusta imperatriz padecia de **angina pectoris**.

O boletim dos médicos de S. Magestade diz que, além do padecimento cardíaco de que o angina era provavelmente sintoma, S. M. tinha sido por vezes afetada de lesões graves nos pulmões, o que em diferentes ocasiões se haviam manifestado edemas nas extremidades inferiores e na face. Ultimamente desde o dia 7 de dezembro (continua o boletim) S. M. apresentou de novo edema nos extremos inferiores, que pouco depois se acompanhou de brônquite capilar. Este boletim, datado de 25, foi logo seguido de outro de 26, dando notícia de que a augusta enferma entregara a alma ao Criador, às 5 horas da manhã, sem agonia e quase subitamente. No dia 29 verificou-se o enterro da augusta finada, na igreja de S. Vicente de Fora, no meio de imenso concurso de pessoas de todas as classes. S. M. Fidelíssima ordenou que se tomasse luto geral por 2 meses, sendo um de luto pesado e outro de luto aliviado, e que fosse suspenso para 8 dias o despacho dos tribunais e repartições públicas, exceto as casas fiscais.

A augusta finada deixou testamento, que foi aberto poucas horas depois do infausto successo. Transcrevemos a respeito as seguintes notícias encontradas nos jornais de Lisboa:

(*) Cópia cedida pelo Dr. Plínio Airosa: excerto do “Diário de São Paulo” de 18 de fevereiro de 1873. — N. da R.

“Poucas horas depois do falecimento, reuniram-se na residência imperial o Mordomo-mor da Imperatriz, o sr. Marquês de Rezende, os Gentís-homens da Câmara de S. M. o Imperador do Brasil, os srs. Viscondes de Almeida e de Aljizur, o sr. presidente do Conselho de ministros, e os ministros do Brasil, da Alemanha e da Suécia, a-fim-de serem abertos perante todos, pela respectiva autoridade administrativa, os testamentos de que Sua Majestade Imperial fizera depositário o sr. Visconde de Almeida.

O primeiro testamento tem a data de 16 de janeiro de 1863. Foram testemunhas de sua aprovação os srs. Barão de Itamaracá, então ministro do Brasil em Lisboa, marquês de Ficalho e de Pombal e General Canha. O segundo tem a de 9 do corrente (fevereiro). Testemunhas, os srs. Marquês de Ficalho e da Fronteira, General Canha, Visconde da Lançada e Manuel Correia de Sá, vereador de Sua Alteza a sra. Infanta D. Isabel Maria. Ambos os testamentos são escritos em francês, pela própria testadora. O primeiro tem 58 páginas e 18 o segundo. A herança de Sua Majestade Imperial compõe-se de fundos públicos de diversas nações, extensas propriedades na Baviera, dinheiro em ser, jóias, baixelas, mobília e equipagens da sua residência. As suas disposições principais são as seguintes:

Herdeira universal, sua única irmã a rainha viuva da Suécia.

Legatários principais, seu sobrinho, o príncipe Eugênio Maximilianovith, duque de Lenchtemberg, viuvo da condessa Maria Constantina de Beurharnais, seus enteados o Imperador do Brasil e as princesas as sras. d. Januária e d. Francisca, e os filhos da sra. d. Maria II, os srs. d. Luiz, d. Augusto, d. Mariana e d. Maria Antônia.

Testamenteiros, os srs. Viscondes de Almeida e de Aljizur, e na falta destes a sra. Condessa do Rio Maior.

No primeiro testamento também era testamenteiro o sr. Marquês de Rezende, mas no segundo diz a testadora que em atenção à avançada idade e moléstias deste seu antigo e leal servidor, o dispensa de tal encargo substituindo-o pelo sr. Visconde de Aljizur.

EXTRATO DO TESTAMENTO

Pensões anuais e vitalícias

| | |
|----------------------------------|------------|
| Visconde de Almeida | 1:600\$000 |
| Marquês de Rezende | 1:200\$000 |
| Marquês de Cantagalo | 900\$000 |
| D. Maria A. Gomes da Silva | 300\$000 |
| Médico Barrol | 720\$000 |
| Médico M. C. Teixeira | 300\$000 |

| | |
|--|----------------|
| D. Maria do Carmo Xavier Leite..... | 270\$000 |
| D. Henriqueta Simas, viuva do dr. Simas..... | 400\$000 |
| Esta pensão passará por morte da sra. d. Henriqueta para suas duas filhas, em partes iguais. | |
| | Florins |
| Mademoiselle Luiza Gusmershein | 800 |
| D. Carolina Etengel | 2.000 |
| Madame Maria Dolhofen | 300 |
| Ana Druyler | 300 |
| Teodolinda Katt | 94 |
| Viuva Garmer | 800 |
| Professor Kunstemann | 600 |
| Sollfranck | 100 |
| Cecília Stahe | 300 |
| Henrique Jansen | 622 |
| Francisca Romana Zunnu | 400 |
| Joana Jansen | 600 |
| Francisca Romana Schrever e sua filha..... | 93 |
| Francisca Augusturn | 700 |
| Clotilde de Baron | 700 |
| David Rowelt | 933 |
| Carolina Lafebure e sua filha | 500 |
| Viuva Hanstitter | 72 |
| Madame Tereza Soanberger | 160 |
| J. Schmitd | 120 |
| Xavier Haurk | 36 |
| Madame Salomé Siller | 120 |
| Aos pobres da comuna de Stein, Baviera, cujos nomes serão dados por Otto de Munick | 48 |
| Cada florim ao par vale 450 rs. fortes | |
| Júlio Cesar de Andrade Rego | 200\$000 |
| D. Ana Bandeira Brondi | 108\$000 |
| Madame Felicite Hansrswrt, viuva..... | 115\$200 |
| Madame Francisca Romana Slhoreyr..... | 162\$000 |
| Joana Maria, viuva | 48\$000 |
| Maria Ana Metzner | 57\$600 |
| Francisca Romana Brée | 57\$600 |
| Maria do Sacramento | 34\$560 |
| Tereza Maria de Jesús | 28\$800 |
| Maria da Encarnação | 5\$760 |
| José Rocha, seu jardineiro | 115\$200 |
| Maria Gertrudes da Conceição, para seus sobrinhos Alfredo e José Cabreiro e Carolina Rosa..... | 86\$400 |
| Ao Sacristão de sua Capela | 54\$000 |

| | |
|---|------------|
| À sra. Condessa da Ponte, para continuar a cuidar do vestuário e educação de 2 orfãos a seu cargo | 500\$000 |
| À sra. Marquesa de Ficalho, para continuar a dar certas esmolas | 500\$000 |
| Deixas a estabelecimentos pios e de educação etc., etc. | |
| Às casas de asilo da infância desvalida de Lisboa.. | 3:000\$000 |
| Ao asilo de orfãos do cólera e febre amarela, estabelecido no palácio Velho d'Ajuda | 1:000\$000 |
| Ao asilo da infância de Coimbra..... | 500\$000 |
| Ao asilo de infância Viana do Castelo..... | 500\$000 |
| Ao asilo de infância d'Évora | 500\$000 |
| Ao asilo de infância d'Elvos | 500\$000 |
| Ao asilo de infância de Vila Real..... | 500\$000 |
| Ao asilo de infância d'Aveiro | 500\$000 |
| Ao asilo de infância do C. Grande | 500\$000 |
| Ao asilo de infância de Mendicidade de Lisboa..... | 500\$000 |
| Ao asilo de infância de Vila da Praia..... | 400\$000 |
| À Associação Consoladora dos Aflitos..... | 1:500\$000 |
| À Associação protetora das mulheres pobres..... | 500\$000 |
| Ao hospital dos Militares inválidos de Roma..... | 2:000\$000 |
| Aos pobres inválidos da freguesia de Santos o Velho (residência da falecida) | 1:000\$000 |
| Ao convento de Sta. Tereza de Carnide..... | 50\$000 |
| Ao convento de Santo Alberto | 50\$000 |
| Ao convento das Francesinhas | 50\$000 |
| Ao convento das Flamengas | 50\$000 |
| Ao hospital da Misericórdia do Funchal..... | 1:000\$000 |
| Ao asilo de infância do Funchal..... | 1:000\$000 |
| Ao asilo dos orfãos do cólera da mesma cidade..... | 1:000\$000 |
| Ao convento das Mercês do Funchal | 50\$000 |
| Ao recolhimento dos orfãos do Bom Jesús, idem.. | 50\$000 |
| Ao hospital dos lázaros, idem | 50\$000 |
| Ao hospital de S. Luiz dos Franceses, em Lisboa.. | 450\$000 |
| À associação dos pobres alemães de Lisboa..... | 225\$000 |
| Ao Seminário do Funchal, para ser aplicado à vontade do deão da respectiva Sé | 4:500\$000 |

Libras

| | |
|--------------------------------------|-----|
| À igreja católica de Estocolmo | 500 |
| À dita de Christiansund | 500 |

Contempla também algumas associações de beneficência da Baviera.

Legados por uma só vez

| | Libras |
|--------------------------------------|--------|
| Ao Visconde de Almeida | 1.000 |
| Ao Visconde de Aljizur | 1.000 |
| Ao Marquês de Rezende | 200 |
| Às Irmãs de Caridade francesas | 1.000 |

Distribuição de jóias

Os testamenteiros darão uma jóia de sua escolha a cada uma das seguintes pessoas:

- Imperatriz do Brasil
- Rainha de Portugal
- Imperador do Brasil
- Rei de Portugal
- Senhor D. Fernando
- Infanta D. Isabel Maria
- Viscondessa de Almeida
- Marquesa de Cantagalo
- Deão da Sé do Funchal

A Senhora Condessa do Rio-Maior receberá o seu bouquet de pérolas e diamantes (é de grande valor).

Cada parente da testadora não contemplado no testamento receberá também uma jóia.

Os legados deixados à família imperial do Brasil e à família real de Portugal consistem em 258 apólices de 1:000\$000 nominais da dívida pública do Brasil.

Cabem 64:500\$000 a cada um dos filhos existentes do sr. D. Pedro IV, e igual soma pertencia a sra. d. Maria II, se fosse viva, aos seus 4 filhos (16:125\$000) a cada um. Parte do rendimento das referidas apólices é sujeita ao pagamento das pensões vitalícias que devem ser pagas em Portugal.

Os criados foram contemplados do seguinte modo:

Aos de 20 anos de serviços, ordenado por inteiro enquanto vivos; aos de 15 anos, dois terços; aos de 10 anos, metade; aos de 5 anos, um terço.

Os de menos tempo de serviço receberão por uma só vez o ordenado de dois anos.

A testadora manda edificar no Cemitério dos Prazeres um jazigo perpétuo para as irmãs de caridade e padres Lazaristas.

A educação do sr. Pedro Berquó, filho do sr. Marquês de Cantagalo, correrá por conta da herança até o sr. Berquó completar 18 anos.

Igual encargo é imposto na herança a favor de 4 filhos menores do sr. Visconde de Charruada, netos do falecido Conde de Farrabo.

“É com satisfação — escreveu a testadora — que faço este benefício em favor da família Farrabo, pois foi ao Conde pai que se deve em parte, em consequência de generosos adiantamentos de dinheiro feitos por ele, o triunfo da causa da rainha de Portugal”.

Logo no princípio do testamento diz: “Desejo que os filhos do Imperador meu marido, que tenho amado como se fossem meus, e bem assim os seus netos e bisnetos, encontrem aqui a expressão da ternura maternal e do meu vivo reconhecimento pelas provas de afeto que constantemente me deram e que me foram de bem doce consolação”.

Deixa 200 missas por sua alma, sendo 150 ditas em Lisboa e 50 na Ilha da Madeira.

Declara ter vendido a fazenda denominada dos **Macacos**, que possuía na província do Rio de Janeiro.

Dá quitação a todos os seus devedores e manda que se lhes restituam os documentos das suas dívidas que dá por plenamente perdoadas..

O testamento está cheio de expressões ternas e carinhosas para com todos os seus parentes, dama do seu serviço, camaristas e criados, falando nele repetidas vezes, na sua filha querida a princesa d. Amélia, falecida na Ilha da Madeira.

Pede a S. M. o Senhor D. Luiz que o seu enterro seja o mais simples possível; que não haja oração fúnebre; que o seu caixão seja colocado em S. Vicente, junto dos de S. M. o Senhor D. Pedro IV e da princesa D. Amélia; não quer que o seu corpo seja exposto em câmara ardente, nem embalsamado; quer que o seu corpo fique sobre o leito até ir para o caixão, sendo vestido de preto e com um veu sobre o rosto, e roga se lhe não faça autopsia.

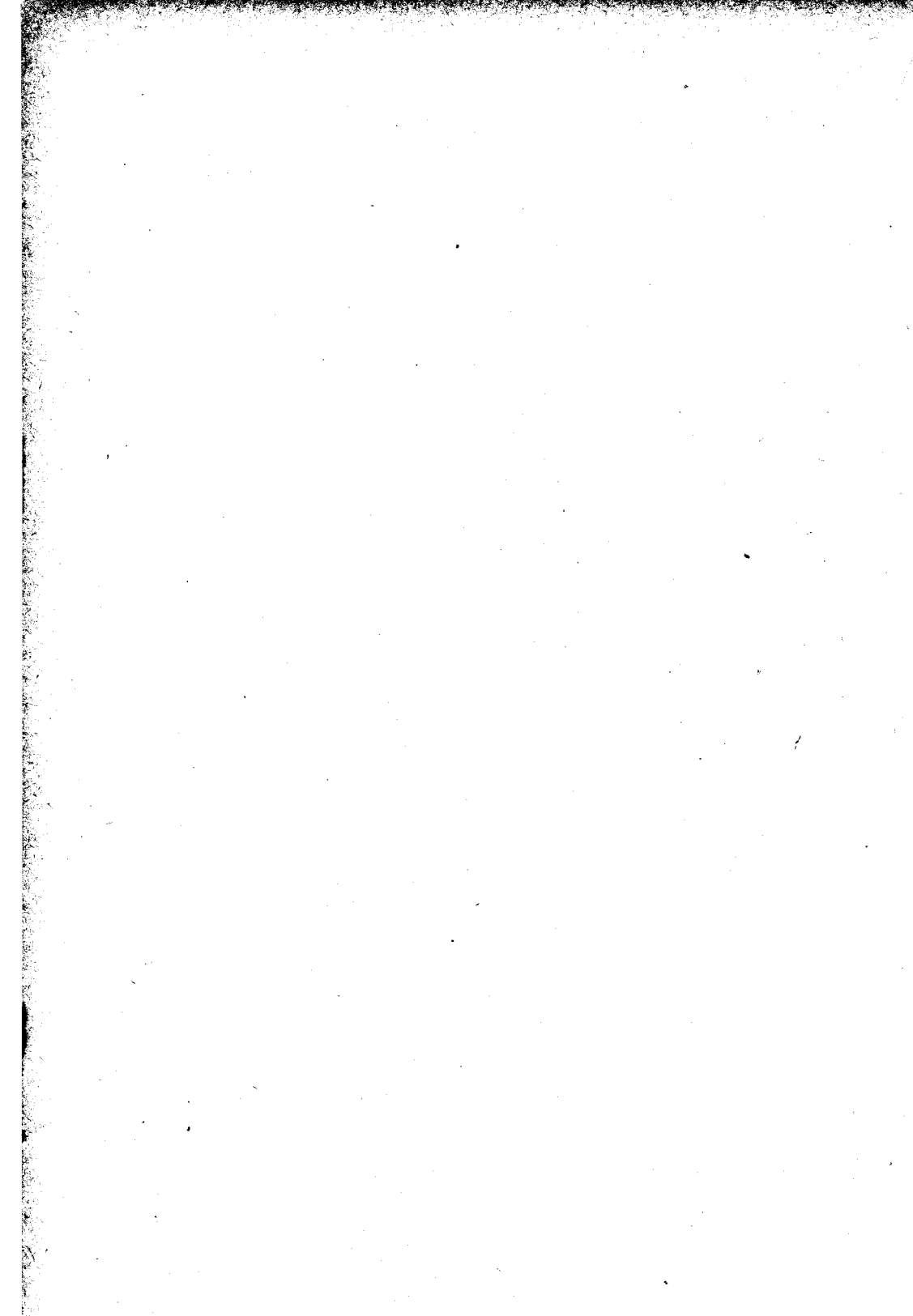
Recomenda muito à sua irmã a conservação do hospital para tísicos, que ela testadora fundara na Ilha da Madeira em memória de sua infeliz filha a princesa D. Amélia.

Determina que os papéis deixados por seu marido o Imperador tenham o destino indicado ao Visconde de Almeida, querendo que só este e mais ninguém cumpra as suas ordens vocais a tal respeito, e, não podendo cumprí-las remeterá os ditos papéis à Rainha da Suécia.

Os seus papéis particulares serão remetidos à mesma Senhora.

O piano da princesa Amélia é deixado à sra. Baronesa de Stegner.

As açafatas são contempladas com os vestidos do guarda-roupa da testadora e legados em dinheiro; mas as suas peliças, veludos e rendas, deixa-os à Rainha da Suécia”.



Padre Angelo de Siqueira, missionário apostólico (*)

Escrevo com o fim de suprir muito imperfeitamente a omissão de qualquer notícia acerca deste grande paulista, nos **Apontamentos Históricos**, do finado dr. Azevedo Marques.

Da nobre família de Siqueira, estreitamente aliada com os Camargos, nasceu em Parnaíba, em fins do século XVII ou no começo do de XVIII, o padre Angelo de Siqueira Ribeiro do Prado, e no começo da sua vida sacerdotal foi levado por interesses de família e por sua fortuna abastada a envolver-se na política da época, e tendo-se aplicado ao estudo de direito prestava-se ao exercício da advocacia.

Sucedeu que, sendo patrono de uma causa, foi em uma rua de São Paulo encontrado pelo indivíduo com quem seu cliente pleiteava, e dele recebeu uma bofetada no rosto.

Este successo que, atendendo às alianças de família e à fortuna do Padre Angelo, deveria ter seguido por pronta e inexorável vingança, foi pelo contrário por ele aceito como uma advertência da Justiça Divina em repreensão de seu apego ao século, e no momento resolveu obedecer às admoestações de cima; vendeu seus haveres, (entre os quais uma carruagem que se diz ter sido a primeira conhecida em São Paulo) e distribuiu o produto com os pobres, com igrejas e com seus parentes, destinando especialmente uma quota para a educação de seu sobrinho o padre Antônio Ribeiro do Prado, ao depois vigário colado da Matriz de Mogí-Mirim. Reservou para si uma muda de roupa e seu Breviário, e desceu a pé a serra até Santos, onde se embarcou para a Europa, e, chegando a Roma, foi ali bem recebido e honrado por Sua Santidade com letras de Missionário Apostólico, em cuja qualidade ele pregou missões nos reinos de Castela e Portugal com grande aceitação, e diz a tradição que ele, em sermão pregado em

(*) Artigo do dr. Ricardo Gumbleton Daunt, publicado no **Almanaque Literário de São Paulo** para 1881, VI ano, páginas 220 a 224, editado por José Maria Lisboa. — (N. da R.)

Lisboa, predissera o grande terremoto com que foi aquela cidade ao depois visitada. Passados alguns anos o sobrinho padre Antônio Ribeiro do Prado, tendo recebido as sagradas ordens, dirigiu-se para a Europa visitar o tio, e encontrou-o com aposentadoria na cidade de Taés, na Galiza, cercado de respeito e veneração do bispo, do clero e fiéis, e além do prestígio devido às suas virtudes e às suas habilitações como orador sagrado, gozando de créditos como literato e teólogo, nascido da publicação em Lisboa de dois livros de devoção ascética. Infelizmente não me recordo dos títulos destes livros dos quais vi, de um, um exemplar há muitos anos em Itú, em poder de um fulano Vieira, morador em Água-Choca (hoje Monte-Mor) que era cunhado do finado Capitão Cirino de Itú e filho de um velho coronel Apiaí, e de outro apenas algumas folhas as quais enviei com notícia do autor ao finado biógrafo Inocêncio da Silva, por intermédio do finado cons. dr. José Feliciano de Castilho, porem ignoro se a informação que prestei foi aproveitada.

Regressaram ao Brasil juntos tio e o sobrinho, vindo este último a ser o primeiro vigário colado em Mogí-Mirim (antigo Mogí dos Campos), cuja matriz ele enriqueceu com as seis imagens da paixão que servem para a procissão do Triunfo e que ainda existem naquela matriz, tendo sido feitas na Baía. Durante seu paroquiado deu-se a instalação da nova paróquia de Campinas, a 8 de setembro de 1774, quando ele assistiu à Missa solene e ao benzimento da matriz provisória. Depois ele renunciou à paróquia, e depois da curta residência em Campinas, recolheu-se ao Salto de Itú, residindo no presbitério anexo à igreja, onde servia de capela, e onde jaz enterrado.

O padre Ângelo, depois de visitar os parentes em São Paulo, passou-se para o Rio de Janeiro onde fundou o Seminário de Nossa Senhora da Lapa, e diz-se também que fundou outro estabelecimento de educação em Campos. Quanto ao Seminário da Lapa, eu passo a transcrever o teor do que vem relatado em algum livro que trata da história do Rio de Janeiro, mas qual seja ignoro, que foi copiado por um meu amigo e remetido a mim por saber quanto eu me interessava acerca da história deste paulista por seu parentesco com minha família. Diz o autor de tal livro: "Foi o padre Ângelo de Siqueira, natural de São Paulo, e missionário apostólico, e fundador do Seminário da Lapa no Rio de Janeiro. Obteve o terreno do Capitão Antônio Rebelo, e tendo alcançado licença do bispo d. frei Antônio do Desterro, pela provisão de 2 de fevereiro de 1751, deu logo princípio à obra, concorrendo ele com diversas esmolas, assim como outros benfeitores. Concluído o edificio, que foi consagrado a Nossa Senhora da Lapa, entraram em exercício as aulas de latim e cantochão

e da cerimônia do coro. No ato de lançamento da pedra fundamental, incluiu-se uma inscrição em latim que vem transcrita nas **Memórias**, de Pizarro. Como os alunos desse Seminário usavam de sotaina preta e capinha da mesma cor, o povo os denominava **Formigões**. Esse Seminário foi extinto em 1810, e em 21 de outubro desse ano começou a ser ocupado pelos frades do Carmo". Eu já vi uma estampa antiga representando seminaristas da Lapa em seu hábito.

Dos últimos anos de vida deste notável varão não tenho notícia. Tão profunda foi a estima em que era tido que eu conheço um moço seu dependente colateral que recebeu o nome de Ângelo em lembrança dele.

Na vida do padre Ângelo e de outros muitos antigos paulistas se pode conhecer o alto grau da verdadeira civilização em que São Paulo se achava antes de começar a época do barbarismo e demolição inaugurada pelo archi-inimigo da nobreza paulista — o desalmado Pombal. Então enquanto duraram as boas tradições, nem a abolição e sabatinas teria trazido a desorganização do ensino e a desmoralização que resulta da experiência do sr. Leôncio. Como prova citarei um velho meu conhecido que foi escrivão de Orfãos em Porto Feliz, que estando a estudar humanidades em ¹⁴ e com boa nota, foi não obstante designado pelo capitão-mor para partir numa leva de gente para o açougue do Prata; mas conseguindo fugir, levou às costas seu dicionário e o seu Horácio ao sítio em São Roque, onde se homiziou. Campinas, 1880.

A capela de N. S. do Rosário, de Campinas (*)

Não se passaram muitos anos depois da ereção do bairro do Mato-Grosso de Campinas em paróquia, desmembrando o seu território da de Jundiá, apesar da oposição violenta do pároco desta (que chegou a informar oficialmente que a população da projetada paróquia existia em tal estado de pobreza que lhe seria impossível sustentar um pároco), que a opinião pública reconheceu a necessidade de haver mais um templo além da igreja matriz; e nos primeiros dias deste século um homem que concentrava em si grande cópia do antigo civismo e espírito empreendedor paulista, Pedro Gonçalves Meira, tratou de edificar uma capela ao lado do lugar atualmente ocupado pela igreja de que tratamos, no terreno em que depois se construiu o sobrado, propriedade do sr. Joaquim Teixeira Nogueira de Almeida, e que depois foi por alguns anos ocupado como cemitério.

Nesse tempo, porém, o terreno no local escolhido era ainda por demais úmido para suportar uma construção de taipa, circunstância que alegou o então vigário colado padre Joaquim Gomes como motivo para dissuadir os seus paroquianos da edificação. Infelizmente Pedro Gonçalves Meira não quis estar pelo prudente alvedrio do vigário, e a divergência degenerou em grossa briga, cujo resultado foi o Meira retirar-se para Itú, ficando a nascente vila privada do valioso concurso que a seu engrandecimento prometera um homem de caráter e fortuna como este.

Decorreram alguns anos, quando as condições do terreno achando-se outras, o revmo. padre Antônio Joaquim Teixeira de Camargo, irmão dos sr̃s. Domingos e Luciano Teixeira Nogueira, ainda vivos, se tornou herdeiro da idéia; e reunindo a si o seu parente, o senhor de engenho Joaquim José dos Santos Camargo, sempre pronto para o que fosse do serviço de Deus, eles deram

(*) Artigo do dr. Ricardo Gumbleton Daunt (Campinas, 1880), publicado no *Almanaque Literário de São Paulo* para 1881. Ano VI, páginas 137 a 141, editado por José Maria Lisboa. — (N. da R.)

começo à obra em lugar que a configuração do largo (hoje do Rosário) indicava como próprio; e aos poucos, e maxime ajudados por esmolos de cativos, conseguiram elevar o templo e pô-lo em estado que permitia a celebração do Santíssimo Sacrifício Eucarístico, tendo-se primeiramente prontificado para este fim uma capela lateral, que é colocada sob a invocação do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria.

A falta de recursos, naquela época, em Campinas, era grande; as esmolos se limitavam no geral a patacas e cruzados; porém a vontade era boa, e assim as obras puderam caminhar. Infelizmente uma morte prematura veio roubar o padre Antônio Teixeira à sua família e a Campinas; e ainda moço o seu corpo descançou no Carmo de Itú, em cuja cidade tinha parentes, e para onde fora em busca de recursos médicos, alí de ordem superior.

Não tardou em aparecer quem eficazmente continuasse a boa obra já assaz adiantada. Foi o revmo. padre Manuel José Fernandes Pinto que disto se encarregou, e, quando ao cabo de poucos anos veiu a falecer, deixou muita cousa feita.

Houve depois um longo período em que a tarefa de completar o que ainda faltava parecia abandonada. A irmandade que havia sido criada para zelar da igreja caíra em tal relaxação que fora suspensa, sendo nomeado um zelador; e nestas condições foi que dois respeitáveis clérigos, filhos de Campinas, o finado padre Januário Máximo de Castro Carneiro e Prado e padre Francisco de Abreu Sampaio (atual vigário da paróquia do Carmo e Santa Cruz de Campinas), se dedicaram aos interesses desta igreja. Conseguiram a restauração da irmandade que, por alguns anos, de 1857 em diante, funcionou com brilho; e encontrando o padre Sampaio, nomeado capelão da igreja mais ou menos por este tempo, em sucessão, (salvo erro) ao padre Januário, um auxiliar de raro préstimo e dedicação na pessoa do sr. José Pinto Nunes, os melhoramentos necessários receberam poderoso impulso.

O corpo da igreja foi forrado à moda abaulada, ou em meia laranja, como se diz. O assoalho e o coro foram renovados. Janelas receberam os competentes caixilhos envidraçados; e construíram-se dois altares aos cantos do Arco Cruzeiro. A igreja estava sem frontespício e torres. Esta falta empreendeu suprir um campineiro de nobre família e elevada posição social, o sr. Joaquim do Amaral Camargo, que entre seus amigos e parentes encontrou o auxílio de alguns contos de réis com que principiou a obra e já a tinha consideravelmente adiantada quando por motivos de enfermidade retirou-se; sendo dali a pouco seu lugar suprido por outro campineiro importante e abastado, morador também no largo, o sr. capitão Camilo Xavier da Silveira Bueno, que, suprindo o déficit das subscrições populares dos bastos re-

curtos de sua ampla fortuna, fez caminhar a obra até dotar a igreja com elegante frontespício e duas torres, e certamente ainda muito maiores benefícios teria feito se em idade que ainda permitia a esperança de sua conservação por longos anos a bem de Campinas, de sua família e de seus amigos, a morte não o houvera roubado.

Quando se realizou a salutaríssima medida da divisão em duas da por demais populosa e extensa paróquia de Campinas, ficou a igreja do Rosário compreendida no território reservado à Nossa Senhora da Conceição, e passou a servir de matriz provisória dessa paróquia enquanto se espera a terminação da nova matriz.

Desde então a irmandade caiu de novo em abandono, não tendo havido eleição de empregados e nem ação de qualquer sorte, sendo por isto muito a desejar que a irmandade seja liquidada e suspensa até melhores tempos e nomeado um zelador.

A igreja tem capela-mor, nave, dois corredores laterais, terminando, um no altar do Senhor Bom Jesus e outro na sacristia. Esta igreja tem no fundo e ao lado direito um pequeno terreno que a separa das propriedades imediatas. Existem os paramentos necessários e algumas imagens boas, e também alguns quadros atribuídos ao pintor paulista Manso. O forro da sacristia foi pintado por um habil artista nacional, cuja viúva morreu há pouco em extrema pobreza, porém sem cousa alguma lhe faltar por haver sido há anos recolhida à casa de um fazendeiro.

A igreja do Rosário ainda necessita de muitos melhoramentos que alguns devotos tem em mente realizar quando de lá se transportar a pia paroquial para a nova matriz.

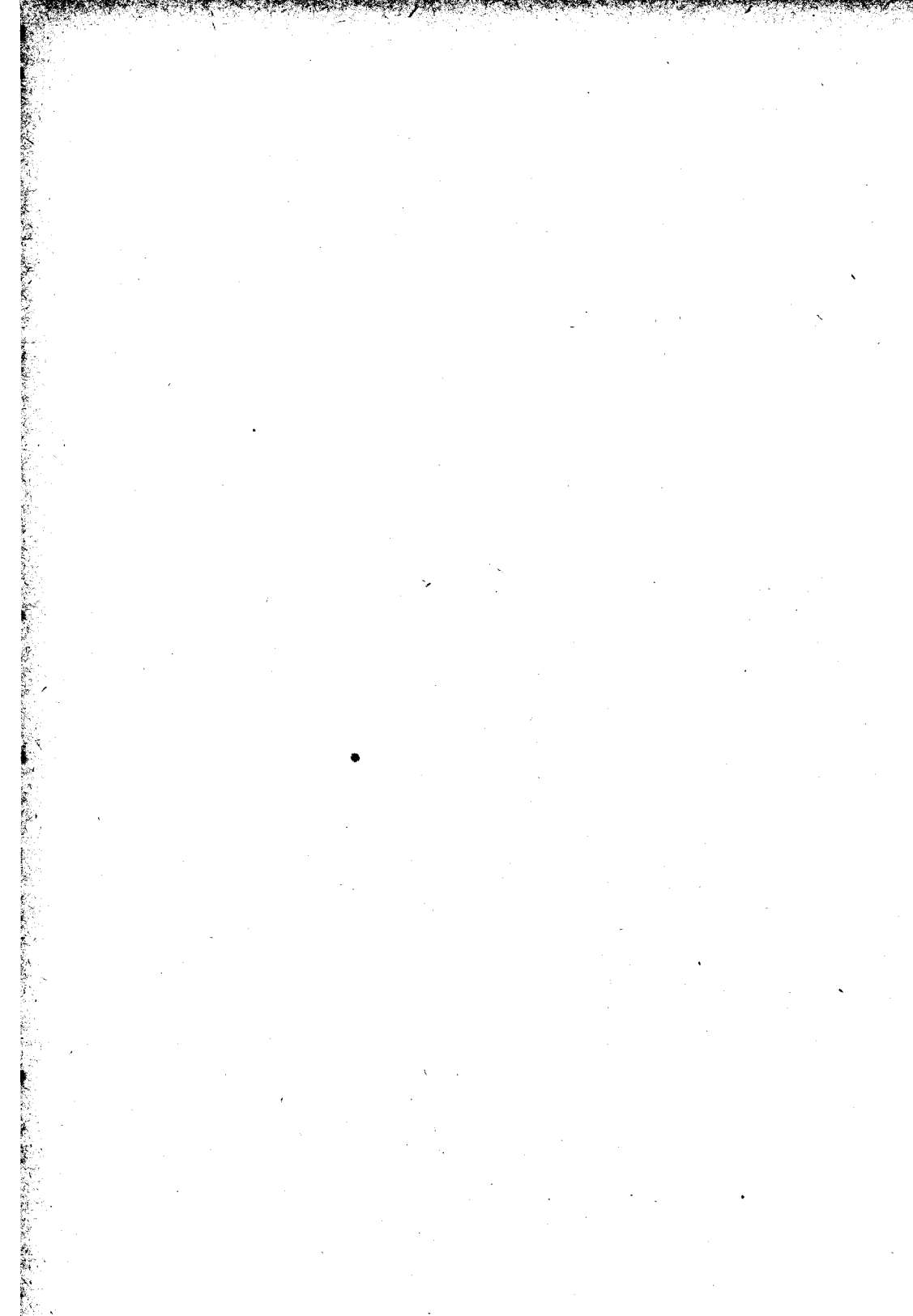
Convém descrever os assuntos desenhados no teto da sacristia, cuja escolha e execução atestam o grau de civilização pertencente a São Paulo "jure proprio" antes da invasão estrangeira.

O teto é dividido em dois compartimentos. O primeiro, à entrada, representa o Santíssimo Sacramento, estando uma custódia ao meio e dois anjos ao lado em adoração. Em baixo um altar e em frente ao altar quatro jovens clérigos de joelhos. No segundo se vê Santa Clara, S. Francisco de Assiz, S. Domingos, Nossa Senhora do Rosário e a imagem de Cristo ressuscitado ou o S. Salvador.

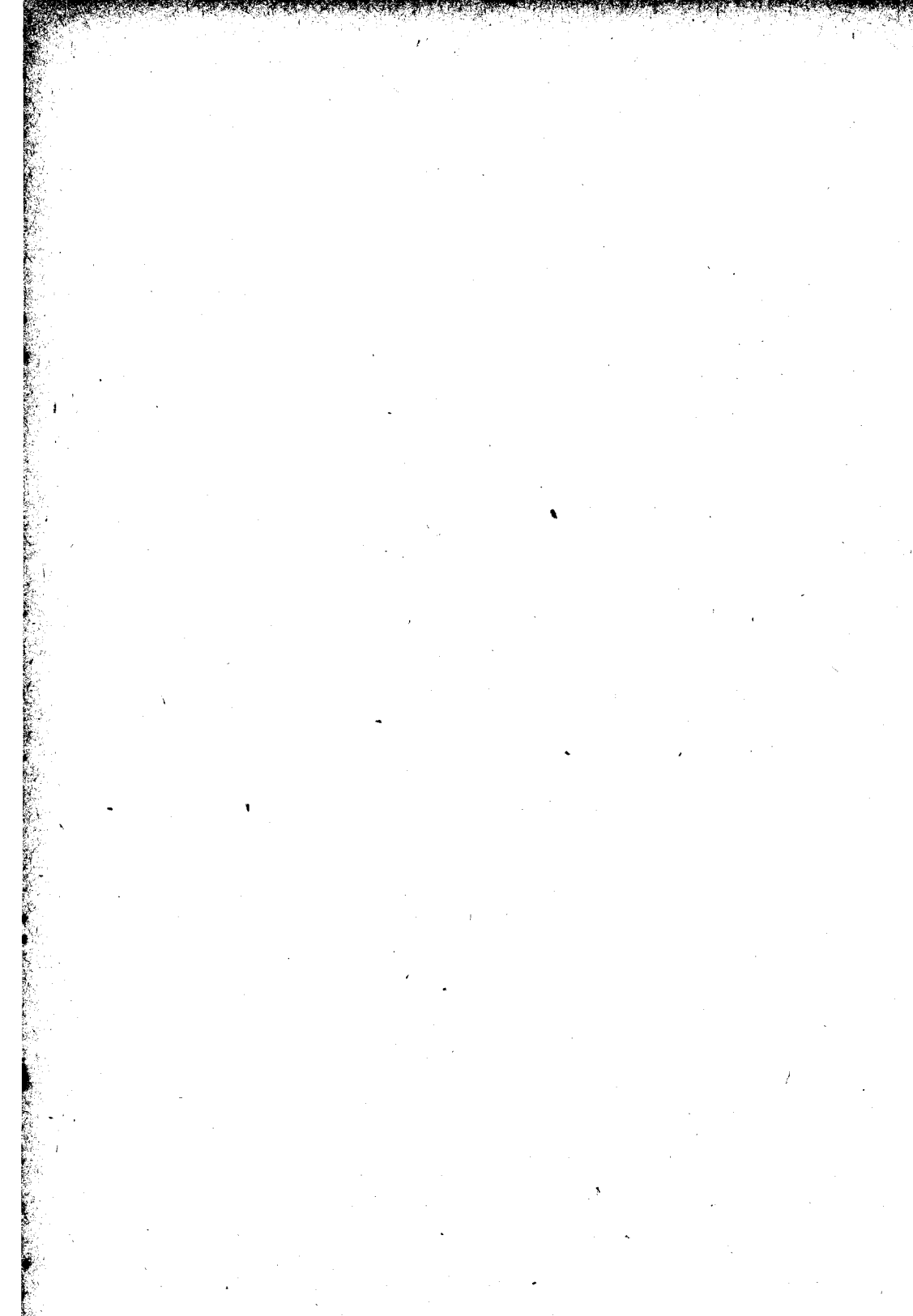
A frente da igreja tem um bonito átrio formado de lajes de Itú, com degraus em volta da mesma pedra, que foi feito a expensas do já mencionado sr. Camilo Bueno.

Campinas, 1880.

R. G. D.



INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO



(*) O 47.º aniversário do Instituto — Elogio histórico dos sócios falecidos em 1941

JOSÉ CARLOS DE ATALIBA NOGUEIRA

Ao comemorarmos, hoje, o quadragésimo sétimo aniversário do nosso Instituto, deparam-se-nos os dois motivos, na aparência contraditórios, que levaram os nossos fundadores a reunir, na mesma data, a alegria de vencermos um ano a mais, conquistando novos louros para o nosso sodalício, e a tristeza de haver-mos perdido, no campo da liça, alguns dos nossos prezados consócios.

Marcham perfeitamente bem ambas as comemorações, porque elas dizem respeito ao passado, porque elas juntas acenam para o futuro, para o exemplo que medra entre nós do amor e da dedicação ao trabalho, trabalho dos mais penosos e que, na maioria dos casos, não revela por seu resultado o quanto de tempo e de paciência são consumidos.

São os nossos mortos o exemplo mais aliciante de persistência e dedicação às investigações históricas, ao trabalho por horas a fio, quer para a reconstrução de feitos notáveis, quer para a feitura da biografia de vultos nacionais.

Ocupar-me-ei, na primeira parte deste discurso, em recordar, de modo extremamente sucinto, os nossos sócios falecidos, durante o ano que finda, reservando a segunda parte ao encômio do estudo das investigações históricas e de sua oportunidade, no ano que se inaugura.

I

Começaremos por dois dos nossos consócios, cujos necrológios já deveram ter sido feitos, anteriormente. A-fim-de sanar-

(*) Discurso pronunciado pelo Prof. Dr. José Carlos de Ataliba Nogueira.

mos tal lacuna, uma vez que, nas datas próprias, não foram lembradas as suas personalidades, incluímo-los na recordação desta noite. E' o primeiro o

DR. MANUEL BRAGA RIBEIRO

Falecido há mais de dois anos, somente há pouco, disto viemos a saber, pela obsequiosa informação de sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas, quando de sua recente visita a S. Paulo. Finou-se na cidade de Belem do Pará, donde era natural. Foi autor, além de uma **Corografia**, das seguintes obras: **História religiosa do Pará**, biografia de **Pedro Teixeira**, **Centenário da praça do comércio do Pará**, trabalhos que lhe grangearam o título de sócio correspondente do nosso Instituto, como também dos congêneres do Pará, Amazonas, Ceará, Pernambuco e Alagoas.

JOÃO DA SILVA CAMPOS

Deixamos aqui uma palavra de saudade a este ilustre engenheiro baiano, membro do Instituto Histórico e Geográfico da Baía, fecundo escritor, pois deixou, além de outras, as seguintes obras: **Contos e fábulas populares da Baía**, **Tradições baianas**, **A música da polícia da Baía**, **Tradições do sul da Baía**, **A voz dos campanários baianos**, **Crônicas baianas do século dezenove**, **Os mistérios subterrâneos da Baía**.

Sua proposta para sócio correspondente do nosso Instituto nem chegou a entrar em votação, pois já foi feita no dia seguinte de sua morte, ocorrida, na cidade do Salvador, aos 5 de maio de 1940.

LUIZ CARNEIRO

Bibliófilo e antiquário conhecido em nossa capital, onde exerceu por longos anos o tirocínio da imprensa, militando no velho órgão **Estado de S. Paulo**, ao lado de Júlio de Mesquita, Luiz Carneiro devotou-se a estudos de História e Geografia, especialmente de S. Paulo.

Foi diretor de um dos departamentos da Cia. Paulista de Estradas de Ferro. Faleceu aos 25 de janeiro de 1941, havendo sido eleito sócio benemérito, em virtude de valiosos donativos de jornais antigos, revistas nacionais e estrangeiras, manuscritos e livros.

AMILAR ROBERTO ALVES

Filho de Joaquim Roberto Alves e de d. Francisca Maria de Azevedo Alves, nasceu Amilar Alves, na tradicional e já então progressista cidade de Campinas, aos 23 de novembro de 1882.

De sua cidade natal, pela qual demonstrou indisível carinho e irreprimível orgulho, aliás sinal característico de todo campineiro, cujo bairrismo é a mais sadia nota regionalista e um dos mais eficazes molimes do rápido e notável progresso local, nunca se afastou Amilar Alves, homem que se fez por si, desde os oito anos de idade, quando se encontrou na mais negra orfandade. Não obstante as dificuldades que é fácil imaginar, não só ganhou para o seu sustento, mas, ainda, encontrou lazer para os estudos, chegando a colaborar assiduamente na imprensa e a escrever peças teatrais.

Repartiam-se os seus dias entre o trabalho para obter dinheiro e a lida intelectual para gosto do espírito.

Foi escriturário da Cia. Paulista de Estradas de Ferro e da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, ferrovia esta última que, antes, devera chamar-se a **Campineira**. Ingressando no funcionalismo municipal, em 1917, deu exemplo do cumprimento do dever, esforço aliás recompensado pelas promoções, que mereceu, passando de cobrador do tesouro a secretário da Prefeitura (1922), chefe da repartição de estatística e arquivo, diretor geral do tesouro e, finalmente, diretor geral do expediente, cargo em que se aposentou, no governo municipal do engenheiro Euclides Viêira.

Dirigiu o **Correio de Campinas**, foi redator do **Diário do Povo**, colaborador da **Cidade de Campinas**, do **Comércio de Campinas** e, ultimamente, do **Diário do Povo e Correio Popular**.

Sócio ativo da notável agremiação campineira, o **Centro de Ciências, Letras e Artes**, foi um dos seus fundadores, havendo exercido cargos da diretoria e, até seu falecimento, membro da comissão de literatura. Foi, ainda, sócio honorário da **Associação dos ex-alunos de D. Bosco** e membro da diretoria do **Conservatório Musical Carlos Gomes**. Espalhou benefícios através das duas instituições de caridade a que pertenceu, a **Sociedade de S. Vicente de Paulo** e a **Pia União dos Cooperadores Salesianos**. Consagrou-lhe a vida de jornalista uma manifestação póstuma, que lhe tributou a benemérita **Associação de Imprensa Campineira**, ainda este ano, colocando o seu retrato no salão nobre das reuniões.

Seu valor como autor teatral, como ensaiador de peças, como dedicado amigo e propulsor do teatro nacional, grangeou-

lhe o ingresso na **Sociedade Brasileira de Autores Teatrais**, assim como o título de patrono da **Academia Artística Amilar Alves**, fundada em Campinas por um grupo de amadores.

Era viuvo de d. Júlia da Costa Alves, de cujo consórcio deixou cinco filhos.

Escreveu vários contos e numerosas poesias, porem, como já dissemos, o traço saliente de sua vida intelectual foi o de autor teatral e ensaiador, havendo-o levado, em tempos idos, a ser um dos auxiliares, com Benedito Otávio, do saudoso bispo campineiro, D. João Batista Correia Nery, que lhe confiava a incumbência de arreglar peças de teatro, já para simplificá-las, já para lhes tirar o elemento feminino, a-fim-de elas serem levadas à cena pelos ex-alunos salesianos ou pelos alunos do Ginásio Diocesano, no teatro do Externato S. João, muitas delas havendo sido ensaiadas pelo próprio Amilar Alves, principalmente nos derradeiros anos de vida daquele saudoso e eminente príncipe da Igreja.

Outra demonstração do reconhecimento do valor das produções teatrais do nosso pranteado consórcio foi a escolha do drama histórico de sua autoria, **Fernão Dias**, para inaugurar a série de espetáculos, incluídos entre os festejos comemorativos do bicentenário da chegada a Campinas do fundador da cidade, Barreto Leme, em 1939.

Dois outros feitos importa serem lembrados: a ereção numa das praças públicas da cidade de uma herma a Cesar Bierrembach, o notavel tribuno campineiro, e cuja iniciativa a ele se deve, e a notavel polêmica mantida com o igualmente saudoso Alberto de Faria, mais tarde membro da Academia Brasileira de Letras. Muito se azedaram, no calor da discussão, Amilar e o poeta das **Aérides**.

Do teatrólogo ficaram-nos: **Qui, Quae, Quod...**, comédia em um ato, por primeira vez representada no Teatro de São Carlos, aos 12 de outubro de 1911, sendo os papéis dos personagens desempenhados por pessoas da sociedade campineira: Valdomiro Marinho, dr. Diogo P. Nogueira, Ascânio Novais, Isaias Nogueira, Rogério Prendes, Joaquim Alves, Costa. João Melilo e João Chagas de Miranda. Foi ponto o dr. Luiz Melilo. Subiu esta peça numerosas vezes à cena, em anos subsequentes. **João da Mata**, drama caipira em 3 atos, representado pela primeira vez no referido teatro, aos 17 de novembro de 1921. Sua publicação é acompanhada de umas notas sobre a linguagem sertaneja. Esta peça mereceu referência honrosa, no concurso realizado pela Academia Brasileira de Letras, em 1920, em parecer subscrito por Silva Ramos e Miguel Couto e cujo relator foi o

eminente Felix Pacheco. **Tagarellice de Papagaio**, comédia em um ato, subida ao palco do Teatro do Externato S. João, pela primeira vez, em 9 de junho de 1928. **Degenerados**, drama em 3 atos, representado no Teatro Municipal, aos 18 e 19 de junho de 1932. **Ciumes e arrufos**, comédia em um ato, representada pela primeira vez no Teatro Municipal, em 29 de novembro de 1933. **Fernão Dias**, drama histórico, com prólogo e 4 atos, a que já nos referimos, levado à cena no dia 7 de setembro de 1939, e que mereceu honrosa apreciação do nosso prezado presidente honorário, o historiador Afonso de Taunay, e dos jornalistas campineiros Mario Erbolato e Eduardo Penha (Raul Marques).

Todos estes trabalhos foram impressos na Casa Genoud, estabelecimento gráfico e outrora também casa comercial de variado sortimento, especialmente no ramo de livraria, que desempenhou papel saliente no desenvolvimento social e cultural de Campinas. À Casa Genoud estava presa a vida campineira, havendo sido profundamente deplorado o seu fechamento, há dois anos, por morte do filho sobrevivente da viuva Genoud, que, com seu marido, se instalara e vivera em Campinas.

Deixou inéditos: **A moça moderna**, romance, e **Cousas de linguagem**, estudos filológicos.

Faleceu Amilar Alves na sua cidade natal, aos 5 de março do corrente ano, havendo este Instituto ouvido sentido necrológico, dias depois do seu passamento, feito pelo nosso distinto consócio, o dr. Bueno de Azevedo Filho. Até hoje perduram, na imprensa e na sociedade campineira, os ecos da tristeza produzida por sua morte.

COMENDADOR JOÃO MANUEL ALFAIA RODRIGUES

Passamos, agora, a prestar a nossa homenagem ao mais antigo dos nossos sócios correspondentes, proposta pelo saudoso dr. Domingos Jaguaribe, o comendador João Manuel Alfaia Rodrigues, falecido a 16 de agosto do corrente ano, em Santos.

Ali também nascera, aos 13 de abril de 1850, filho de dom João Manuel Alfaia Rodrigues, fidalgo espanhol e de d. Camila Lelis de Oliveira Alfaia.

Não obstante haver frequentado o Seminário Episcopal e o curso anexo à Academia de Direito, de S. Paulo, seguiu a carreira de seu pai, a do comércio, não deixando mais a sua cidade de Santos, à qual devotava grande carinho, assinalado, especialmente, por duas ações bem eloquentes e sobretudo nobilitantes:

a obtenção de donativos para a secular Santa Casa de Misericórdia, quando das dificuldades por que atravessava, ao tempo da Guerra do Paraguai, e a obtenção de todos os documentos históricos a respeito do fundador da cidade, Braz Cubas, cujo formoso e expressivo monumento se deve ao nosso pranteado consócio, o comendador Alfaia Rodrigues, como a ele se deve também o monumento ao "padre voador", Bartolomeu Lourenço de Gusmão, não sendo estranho ainda à iniciativa de outros, existentes em Santos.

E por que não recordar, desde já, mais um gesto de larga benemerência — a sua atuação marcada na epidemia de 1874? Socorreu a população, assistindo ao maior número, sem conhecer lazer e, menos ainda, sem recear o morbo terrível, havendo organizado hospitais e encorajado os médicos. Reconheceu-lhe os serviços sua magestade o sr. dom Pedro II, condecorando-o com a comenda de cavalleiro da Imperial Ordem da Rosa, título que ele ostentava com justo desvanecimento. E já possuía ou alcançou, mais tarde, outros: desde 1873, o de capitão-secretário do comando superior da Guarda Nacional, em Santos; delegado de polícia; major da referida milícia; inspetor da instrução pública; juiz municipal, com exercício nas varas do comércio, de orfãos e da provedoria, tendo tido oportunidades de substituir o juiz de direito da comarca.

Foi um dos fundadores do asilo de orfãos, da escola de aviação e da Praça do Comércio, mais tarde transformada na Associação Comercial de Santos.

Prestou inestimáveis serviços à imigração, no cargo de diretor deste departamento, no porto de Santos, para o qual foi nomeado pela Princesa Isabel, regente do Império.

No largo período de 1908 a 1925, desempenhou o cargo eletivo de vereador à câmara municipal, ocupando ora a presidência, ora a vice-presidência.

No estrangeiro, representou com lustre o Brasil. Assim, em Roma, no Congresso promovido por ocasião do jubileu da definição do dogma da Imaculada Conceição; em Espanha, quando foi colocada a lápide na cidade de Toledo, sobre o túmulo do ilustre santista Bartolomeu Lourenço de Gusmão; no Chile, na festiva inauguração do monumento ao almirante Cóchrane, numa praça de Valparaíso, onde discursou, salientando a contribuição do homenageado, nas lutas após a independência do Brasil e do Chile.

Do Santo Padre recebeu a cruz de benemerência e a comenda pro **Ecclesia et Pontifice**; do governo chileno, a condecoração da Ordem **Al mérito**; da cidade de Valparaíso, o título de

membro honorário do Conselho Municipal; da Espanha, a insígnia de cavaleiro da Ordem de Carlos III e comendador da Ordem de Isabel, a católica; da Itália, a comenda da Real Ordem da Coroa.

Foi sócio correspondente da Sociedade de Geografia, de Lisboa, e da Academia de História Internacional, de Paris.

Durante algum tempo, exerceu as funções de consul da Argentina e, há mais de quarenta anos, as de consul da Guatemala, em Santos.

Sua vida foi a de um benemérito e muito honrou o Instituto, mesmo no seu campo especial da história, como vimos. Com palavras expressivas, já o homenageou o nosso sodalício, tecendo-lhe o elogio, numa das sessões deste ano, o nosso prezado consócio Amadeu Nogueira. Outro ilustre consócio, Francisco Martins dos Santos, na sua excelente *História de Santos*, fixou para sempre a fisionomia daquele que, para mim, sempre há de ser recordado como o bondoso velhinho, já nonagenário e cego, mas incutidor de entusiasmo aos moços.

CARLOS MALHEIRO DIAS

Desde 1930, por proposta do hoje nosso incansável presidente perpétuo, dr. Torres de Oliveira, de Alberto Penteadó e de Renato Alves Guimarães, ficou nosso sócio correspondente o insigne polígrafo português, Carlos Malheiro Dias.

Nascido no Porto, a 13 de agosto de 1875, para as letras nasceu, porem, nesta capital de S. Paulo, inserindo o *Diário Popular* a primeira de suas crônicas, com o pseudônimo "Truão". Era rapaz de 17 anos de idade, ajudante de guarda-livros de uma casa de fazendas da então rua do Comércio.

Na *Semana*, do Rio, de Valentim Magalhães, publicou uma série de reconstituições históricas, assinando-as apenas como Carlos Dias.

Passando a residir no Rio de Janeiro, publicou um romance, que provocou grande celeuma e cujos exemplares o notável escritor procurou, a seguir, fazer desaparecer. Voltando a Portugal, ali frequentou o Curso Superior de Letras, fazendo jornalismo.

Foi neste período que surgiu o seu primeiro trabalho definitivo, o "Filho das Ervas", que causou sensação. Carlos Malheiro Dias veio porisso, e pelo valor intrínseco do trabalho, movimentar a crítica e o interesse público.

Não havia nas suas páginas grande profundidade, preocupações de ordem psicológica, traçados de grandes tipos ou de exóticos ambientes sociais. Mas nelas se encontra observação li-

geira e grande beleza emotiva. "Teles de Albergaria", quadro realista duma velha família aristocrática de Guimarães, é um estudo provinciano de grande verdade nas figuras e no meio social. "Paixão de Maria do Céu", o seu melhor livro, em que se denunciam os pendores do escritor para investigações do passado, é trabalho de grande relevo romântico, desse romantismo singelo, que é o característico primordial na gente portuguesa.

Foi por esse tempo que Carlos Malheiro Dias tentou o teatro. "O Grande Cagliostro", reconstituição cênica de Portugal do século XVIII, e "Inimigos", estudo da sociedade moderna, foram os seus dois trabalhos de maior projecção. Não são obras definitivas do gênero, mas valem como produções de um homem de talento, que punha no labor da sua pena muito esforço e muita cultura.

Foi a esse tempo que o jornalista Silva Graça o chamou para a direção da "Ilustração Portuguesa". Carlos Malheiro Dias era uma verdadeira vocação para esse gênero de jornalismo. Gosto artístico, sentimento nacionalista, cultura variada, eram qualidades que ele punha em jogo, conseguindo sempre admiráveis vitórias.

Em 1913, veio ao Brasil realizar conferências, entre as quais se tornou notável a que proferiu sobre o desditoso Rei D. Carlos, quer pelo arrojo dos conceitos sobre aquele monarca, ainda tão castigado pela injustiça dos homens, quer pelo brilho da forma, na verdade notável. A esse tempo, de sociedade com o livreiro-editor Artur Brandão, adquiriu a "Revista da Semana", da firma Mendes de Almeida, proprietária do "Jornal do Brasil". Pondo a seu serviço as extraordinárias qualidades que possuía para este gênero de trabalhos, em breve a "Revista da Semana" se tornou a melhor revista do Brasil. Sucederam desgostos, mal-entendidos, injustiças, e Malheiro Dias recolheu à Pátria, com o intuito, dizia-se, de ali permanecer tranquilamente, agarrado aos seus livros e aos seus estudos.

Mas a amizade ao Brasil era grande e a saudade da sua gente também enorme. Volta. Entregam-lhe a direção da nova revista "O Cruzeiro", a que ele deu o mesmo cunho artístico.

Surge, nessa fase da sua vida, com a obra que mais nobilita o seu nome: A "História da Colonização Portuguesa do Brasil", de que saíram apenas três volumes, estando prometidos para agora mais dois.

Deparam-se-nos ali alguns trabalhos seus valiosos, mas o mérito do seu esforço consiste principalmente em ter podido reunir, naquelas páginas memoráveis, os maiores nomes de Por-

tugal e Brasil. Ainda de volta ao seu país, merece relevo a sua "Carta à Mocidade", onde ele pregou, duma maneira eloquentíssima, o amor ao Brasil e à sua glória.

Carlos Malheiro Dias também enveredou pela política. Foi deputado e chefe do gabinete do Ministro das Obras Públicas, Conde de Paço Vieira. Pouco tempo por ali se demorou. Nos últimos dias da sua existência, que foi a de um lutador, o governo português nomeou-o Embaixador em Espanha, cargo que não pode ocupar pelo seu melindroso estado de saúde.

Morreu aos sessenta e seis anos, e com a sua morte, Portugal perdeu um grande valor e o Brasil um grande amigo.

São estas as obras, que publicou:

Romances: **Filho das Ervas; Os Teles de Albegaria; Paixão de Maria do Céu, O Grande Cagliostro.**

Conto: **A Vencida.**

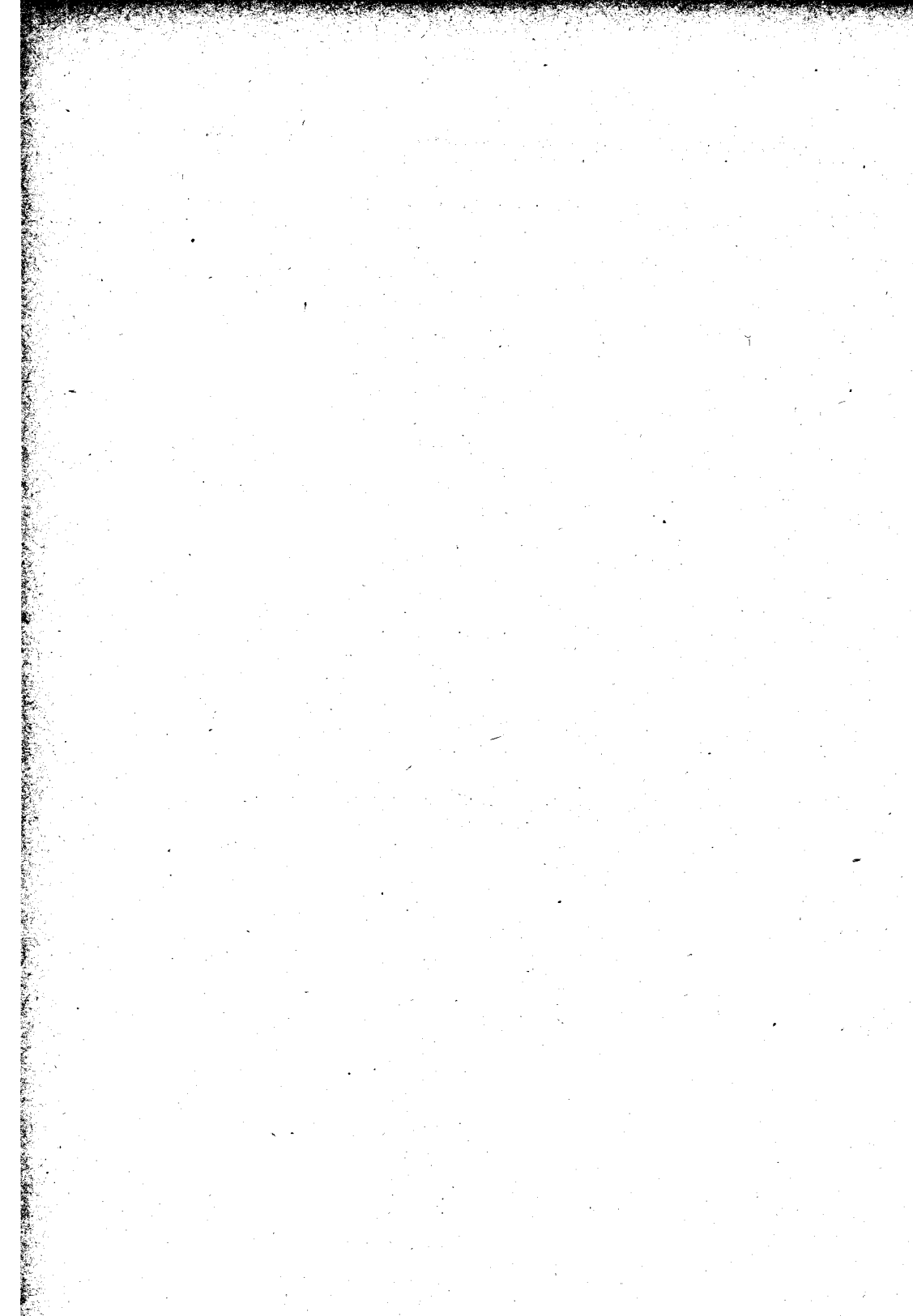
História: **Quem é o rei de Portugal; Do Desafio à Debandada: I — O Pesadelo; II — Cheque ao Rei; Em redor dum grande drama: Zona de Tufos; O estado atual da Causa Monárquica; Entre precipícios... História da Colonização Portuguesa do Brasil; O Piedoso e o desejado.**

Crônicas: **Cartas de Lisboa — 1.a, 2.a e 3.a séries; A Esperança e a Morte; A verdade nua.**

Doutrina e ensaio: **Carta dos estudantes portugueses; Exortação à mocidade; Ensaio sobre Henrique Medina, Pensadores brasileiros.**

Conferências: **A Espada ao serviço da Honra e do Amor; Portugal-Brasil; Orações e conferências.**

Teatro: **Corações de todos; O Grande Cagliostro; Inimigos.**



Relatório de 1941 (*)

Srs. Consócios:

Inaugurando os trabalhos sociais de 1942, cumprimos o dever de vos apresentar um relatório sucinto de nossa atividade no período compreendido entre 25 de janeiro e 1.º de novembro de 1941, data, esta última, em que o Instituto completou 47 anos de existência.

TRICENTENÁRIO DA ACLAMAÇÃO DE AMADOR BUENO — Nos dias 1.º, 2 e 3 de abril, o Instituto comemorou, de maneira expressiva, o 3.º centenário da aclamação de Amador Bueno para rei de São Paulo. Duas placas de bronze, recordando o grande acontecimento histórico, foram colocadas, respectivamente, na rua Amador Bueno e no peristilo do edifício social. Além disso, promoveu o Instituto, em sua sede, a realização de três conferências sobre o episódio da Aclamação e a personalidade do Aclamado, as quais foram proferidas pelos nossos distintos consócios srs. drs. Afonso de Escragnolle Taunay, Alfredo Ellis Júnior e Aureliano Leite. Esses três trabalhos, igualmente notáveis pela soma de conhecimentos e interessantes observações que encerram, foram reunidos, como mereciam, no volume XL de nossa *Revista*, a sair do prelo. Paralelamente, graças aos esforços da comissão nomeada e aos dos nossos prezados companheiros srs. drs. Mário de Sanctis e Roberto Thut, realizou-se uma significativa comemoração filatélica, que consistiu na emissão de um selo postal com a effigie supositicia de Amador Bueno, na distribuição de cartões-postais e envelopes ilustrados com essa mesma effigie e, finalmente, na instalação, no prédio do Instituto, de uma agência do Correio, a qual, funcionando durante o tríduo comemorativo, aplicou à correspondência dos interessados o carimbo especial alusivo à efemeride. Para perpetuar as comemorações, editou o Instituto, com artística apresentação material, uma *plaquette* intitulada: **O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a Amador Bueno, no Tricentenário de Sua Aclamação como Rei de São Paulo.**

DOCUMENTOS HISTÓRICOS — Do nosso consócio correspondente, dr. Artur da Mota Alves, com quem, há tempos, entráramos em negociações para a remessa de traslados de documentos relativos à história de São Paulo, existentes nos arquivos portugueses, recebeu o Instituto um apógrafo valioso das *Memórias para a História da Capitania de São Vicente, hoje chamada de São Paulo*, de Frei Gaspar da Madre de Deus, e uma cópia de trabalhos inéditos de Pedro Taques de Almeida Pais Leme, os quais, cuidadosamente examinados pelo nosso ilustre presidente honorário, dr. Afonso de Escragnolle Taunay, foram considerados como da mais alta relevância. Como se evidenciem divergências mais ou menos importantes, entre o texto

(*) Lido e aprovado na sessão regimental de 25 de janeiro de 1942.
— N. da R.

da edição de 1797 da obra de Frei Gaspar e a redação do apógrafo em apreço, será este, para estudo crítico, oportunamente publicado pelo Instituto, assim como o serão os referidos inéditos de Pedro Taques.

HOMENAGENS — Por motivo da ocorrência dos centenários de seus nascimentos, foram prestadas pelo Instituto as devidas homenagens à memória dos drs. Manuel Ferraz de Campos Sales, Bernardino de Campos e Prudente José de Moraes Barros. Focalizando a marcante personalidade de Campos Sales, o sr. presidente, dr. José Torres de Oliveira, em sessão de 5 de fevereiro, caracterizou-a como a de um “homem padrão de virtudes cívicas, que sempre se distinguiu entre os contemporâneos por uma perfeita probidade, pela rara energia, pela lúcida inteligência e pelo devotamento patriótico”. Em sessão de 5 de setembro coube ao dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho propor, com aprovação geral, que o grande estadista, que foi Bernardino de Campos, recebesse, igualmente, em tão significativa efeméride, as homenagens póstumas do Instituto, e que à sua exma. família se oficiasse nesse sentido. Finalmente, realizou-se, em 4 de outubro, uma assembléia geral extraordinária, consagrada a Prudente de Moraes, 1.º presidente honorário do Instituto, e na qual, sobre a vida e a obra do eminente brasileiro, discursaram os srs. drs. José Torres de Oliveira, presidente perpétuo, José Carlos de Ataliba Nogueira, orador oficial, e Aureliano Leite, sócio efetivo.

À veneranda sra. Condessa do Pinhal, por ter completado 100 anos de existência, em plena lucidez de espírito e com numerosa e ilustre descendência, foi enviado, pelo sr. presidente, dr. José Torres de Oliveira, um expressivo e carinhoso ofício de felicitações.

VISITAS — Como se achassem enfermos, foram visitados, pessoalmente, pelo sr. dr. José Torres de Oliveira, presidente, e pelas comissões por este nomeadas para esse fim, os srs. drs. Afonso de Taunay, presidente honorário, Alvaro de Sales Oliveira, 1.º vice-presidente, e Aristides da Silveira Lobo bibliotecário.

GALERIA DE RETRATOS — Inauguraram-se, na sede do Instituto, os retratos a óleo de Júlio Conceição, sócio benemerito, e Prudente de Moraes, 1.º presidente honorário, — ambos de autoria do prof. Teodoro Braga, — e os de Estevão Leão Bourroul e Domingos Jaguaribe, sócios fundadores, — de autoria, respectivamente, dos pintores Paulo V. Lopes de Leão e Paulo do Vale.

VISITA DO SR. PRESIDENTE PERPÉTUO AO RIO-DE-JANEIRO — Em setembro do ano social findo, encontrando-se no Rio-de-Janeiro, teve o sr. presidente, dr. José Torres de Oliveira, o ensejo de visitar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde foi recebido com geral simpatia e cordialidade, tendo sido convidado, pelo sr. embaixador dr. José Carlos de Macedo Soares, a tomar assento à Mesa de uma das sessões daquela egrégia instituição científica. Em companhia da exma. sra. d. Darci Vargas, esposa do Presidente da República, de vários sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e de outras pessoas de representação, o dr. Torres de Oliveira visitou, ainda, o Panteon da Imperatriz Leopoldina, hoje instalado, provisoriamente, no Mosteiro de São Bento daquela Capital.

PALESTRAS E CONFERÊNCIAS — Entre 25 de janeiro e 1.º de novembro de 1941, foram lidos, na sede do Instituto, os seguintes trabalhos: **O Arroz na Alimentação dos Paulistas**, pelo prof. Otoniel Mota; **Os Frades Trapistas no Brasil**, pelo dr. Felix Guisard Filho; **O Episódio da Aclamação de Amador Bueno e a Controvérsia a esse Respeito**, pelo dr. Afonso de Taunay; **A Aclamação de Amador Bueno**, pelo dr. Alfredo Ellis Júnior; **Amador Bueno Estadista Colonial**, pelo dr. Aureliano Leite; **Os Rebanhos em Piratininga**, pelo pro. Otoniel Mota; **Gaetano de Sanctis: A Última e Dramática Obra de um Grande Historiador**, pelo prof. Francisco Isoldi; **O**

Médico da Princesa D. Maria Leopoldina, pelo dr. Alvaro Soares Brandão; e O Colégio de Itú do meu Tempo, pelo dr. José Torres de Oliveira.

INTERPRETAÇÃO ESTATUTÁRIA — Tendo surgido dúvidas quanto à interpretação do art. 10 dos nossos Estatutos, com referência à obrigatoriedade, ou não, de serem inteiramente secretas as sessões em que viessem a ser discutidas e votadas propostas de novos sócios, foi o assunto levado à deliberação da assembléa ordinária de 5 de fevereiro, a qual, atendendo à sugestão feita pelo sr. dr. Artur Pequerobí de Aguiar Whitaker, no sentido de que fosse fixada a inteligência do dispositivo em apreço, decidiu aprovar a seguinte redação interpretativa, proposta pelo sr. presidente, dr. José Torres de Oliveira: "Art. 10 — A votação de propostas e pareceres, relativos à admissão de sócios ou transferência de uma para outra classe, será sempre feita simbolicamente, em escrutínio secreto, por meio de esferas ou cubos, salvo o disposto no artigo 13, sendo considerada secreta a parte da sessão em que se discutirem os pareceres da Comissão de Admissão de Sócios e das comissões técnicas, podendo a Mesa, se achar conveniente, fazer retirar do recinto as pessoas estranhas que aí estiverem."

REVISTA — Posto em circulação o volume XXXIX de nossa Revista, exclusivamente consagrado à reimpressão, que se fazia mister, do 2.º volume da Nobiliarquia Paulistana, de Pedro Taques de Almeida Paes Leme, verificou o nosso prezado presidente honorário, dr. Afonso de Escragolle Taunay, que, infelizmente, a obra se acha ainda incompleta, não tendo sido publicada a sua parte final, relativa aos títulos Costa Cabrais, Mesquitas, Penteados e Alvarengas, num total de cerca de 100 páginas. Deveu-se tal contra-tempo ao fato de não ter a Imprensa Nacional devolvido essa parte do material que lhe fora entregue, para publicação, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Assim, uma vez impressos os volumes XL e, em 2.ª tiragem, o XVII, os quais se acham no prelo, deverá a Revista sanar essa falha, de modo que se complete, embora sem as notas marginais de Siqueira Cardoso, o trabalho do insigne genealogista e historiador. Não representa esse fato, todavia, um prejuízo para os cofres sociais, de vez que, como já é do vosso conhecimento, obteve o Instituto concessão para imprimir, gratuitamente, nas oficinas da Imprensa Oficial do Estado, todas as suas publicações, desde que não excedam, anualmente, o total de 1.000 páginas e a tiragem de 500 exemplares por publicação.

SESSÕES — Durante o ano social findo, o Instituto realizou nada menos de 19 sessões, 8 das quais extraordinárias, tendo sido 5 dentre estas consagradas aos atos comemorativos do tricentenário da aclamação de Amador Bueno.

SÓCIOS FALECIDOS — Quatro falecimentos enlutaram o Instituto em 1941, tendo desaparecido do nosso convívio os consócios Luiz de Sousa Gomes Carneiro, Amilar Alves, Comendador João Manuel Alfaia Rodrigues e Carlos Malheiros Dias, o primeiro, sócio benemérito, e os três últimos, correspondentes. Os respectivos necrológios, que serão oportunamente inseridos em nossa Revista, foram feitos pelo orador oficial, dr. José Carlos de Ataliba Nogueira, em sessão magna de 1.º de novembro.

NOVOS SÓCIOS — Foram eleitos sócios do Instituto: na categoria dos honorários, a sra. d. Francisca Pereira Rodrigues; na dos efetivos, os srs. prof. João Dias da Silveira, prof. Joaquim da Silveira Santos, tenente-coronel Luiz Tenório de Brito, prof. Alfredo Gomes, dr. Alvaro Soares Brandão, d. Marina de Campos Andrada Procópio de Carvalho, Mário de Sampaio Ferraz, padre Heliodoro Pires, Carlos Borges Schmidt, prof. Ernesto Leme, dr. Luiz do Amaral, dr. Sebastião Pagano, Vitor de Azevedo Pinheiro, padre Alcionílio Bruzzi Alves da Silva e Ciro Tassara de Pádua; e, na dos correspondentes, os srs. Amilar Alves, dr. Flávio Maurano, dr. Fernando São Paulo, dr. Elmano Gomes Cardim, dr. Leopoldo Antônio Feijó Bitten-

court, dr. Eduardo dos Santos Maia, cel. Henrique de Campos Ferreira Lima, dr. Dante de Laitano, Francisco de Campos Abreu, dr. Antônio de Araujo de Aragão Bulcão Sobrinho, Benedito Pires de Almeida e dr. Osvaldo Orjico.

COMISSÕES PERMANENTES — Como da Comissão de Sindicância e Admissão de Sócios fizesse parte, interinamente, o sr. João Batista de Campos Aguirra, que vinha substituindo o dr. Plínio de Barros Monteiro, cuja renúncia fora apresentada há tempos, foi nomeado, pelo sr. presidente, para substituí-lo, em caráter efetivo, o sr. dr. Aureliano Leite. Para a Comissão de História, na vaga aberta com o falecimento do dr. Ricardo Severo foi nomeado o sr. prof. Tito Lívio Ferreira.

TESOURARIA — Embora não tendo recebido dos poderes públicos a subvenção que se esperava fosse renovada, pode a Tesouraria atender às despesas que se fizeram necessárias e manter, em 1941, a situação de prosperidade que, de um modo geral, vimos desfrutando. O balancete correspondente ao ano transato, que oportunamente será publicado em nossa Revista, permitir-vos-á melhor exame do nosso movimento financeiro.

BIBLIOTECA E ARQUIVO — Consideravelmente maior do que no ano anterior foi o número de estudiosos, notadamente alunas da nossa Universidade, que frequentaram esse nosso departamento.

Numerosas ofertas foram feitas, durante o ano social findo, à Biblioteca, tendo sido enviados officios de agradecimento aos respectivos doadores. Em diferentes sessões, foram mencionadas as seguintes: **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**, de Jean Baptiste Debret, tradução brasileira, edição em 2 volumes da Livraria Martins, oferta do dr. Cândido de Sousa Campos; **O Espírito Militar e a Questão Acreana**, de Luiz Felipe de Castilhos Goicocheia, oferta do Autor, por intermédio do dr. Fausto de Almeida Prado Pen-teado; **Viagem Pitoresca Através do Brasil**, de João Mauricio Rugendas; **Reminiscências de Viagem e Permanência no Brasil**, de Daniel P. Kidder, e **Brasil Pitoresco** (2 volumes), de Charles Ribeyrolles. — traduções brasileiras, edições da Livraria Martins, ofertas do dr. Cândido de Sousa Campos; **O Príncipe Galante**, de Cristovão de Camargo, oferta do Autor, por intermédio do dr. José Torres de Oliveira; **Nóbrega**, de José Mariz de Moraes, oferta do Autor, também por intermédio do dr. José Torres de Oliveira.

Cumprir destacar, ainda, a oferta, feita pelo sr. prof. Dácio Pires Correia, nosso distinto consócio e companheiro de Diretoria, do 1.º volume da obra **Durch Central Brasilien**, de Karl von den Steinen, da qual a nossa Biblioteca possui somente o 2.º volume.

CORRESPONDÊNCIA E PUBLICIDADE — Em jornais desta Capital, foram publicadas, no transcurso do ano findo, cerca de 50 notícias sobre os trabalhos e a vida do Instituto, destacando-se uma ampla reportagem do **Diário da Noite** com numerosas fotografias e na qual aparecem uma entrevista do sr. presidente, dr. José Torres de Oliveira, e outra do sr. Aristides da Silveira Lobo, bibliotecário.

O movimento de correspondência foi o seguinte:

| Correspondência recebida | | Correspondência expedida | |
|--------------------------|-----|-----------------------------|-----|
| Cartas | 129 | Agradecimentos de ofertas . | 267 |
| Cartões | 48 | Officios | 56 |
| Officios | 75 | Cartas | 174 |
| Circulares | 41 | Telegramas | 2 |
| Telegramas | 7 | | |

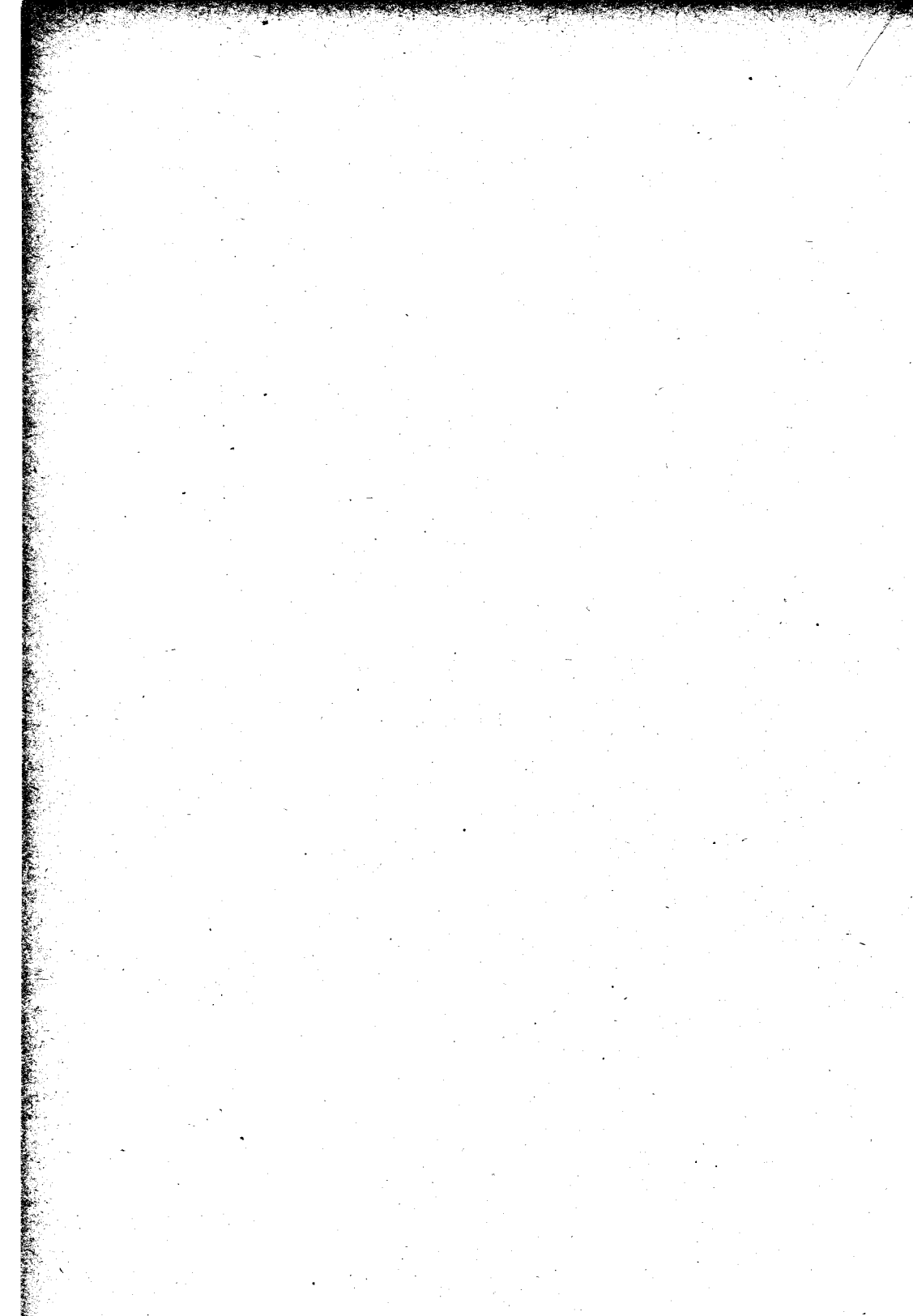
O Instituto continua a manter o intercâmbio habitual com as sociedades culturais nacionais e estrangeiras.

NOVA DIRETORIA — Tendo expirado o prazo de três anos, estabelecido pelos Estatutos, para o mandato da Diretoria eleita em 1938, realizaram-se novas eleições em 25 de outubro último, cujo resultado foi o seguinte; 1.º vice-presidente, prof. Nicolau Duarte Silva; 2.º vice-presidente, dr. Artur Piqueroí de Aguiar Whitaker; 3.º vice-presidente, d. José Gaspar de Afonseca e Silva; 1.º secretário, prof. Tito Lívio Ferreira; 2.º secretário, dr. Carlos Alberto da Costa Nunes; tesoureiro, prof. Dácio Pires Correia; orador, prof. dr. José Carlos de Ataliba Nogueira; suplentes do 2.º secretário: drs. Aureliano Leite e Marcelo de Toledo Piza e Almeida.

Ao terminar este bosquejo da atividade do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo no ano de 1941, desejamos formuleis, francamente, os vossos pedidos de maiores esclarecimentos, caso os julgueis necessários.

São Paulo, 25 de janeiro de 1942.

A DIRETORIA



O Brasil nas comemorações centenárias de Portugal

Sessão realizada, na sede do Instituto, em 18 de novembro de 1941, sob a presidência do Sr. Consul Geral de Portugal em São Paulo, Dr. Júlio Augusto Borges dos Santos. — Discurso do Dr. Alvaro Soares Brandão, Representante Consular. — Conferência do Dr. Júlio Caiola, Agente Geral das Colônias Portuguesas

No dia 18 de novembro de 1941, no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, com a presença de numerosos sócios e de seleta assistência, realizou-se uma sessão especial, na qual foram oferecidos ao Instituto numerosas e excelentes publicações feitas pela Agência Geral das Colônias de Portugal por motivo da ocorrência, no ano de 1940, dos centenários da fundação e da restauração dinástica daquele país irmão. A convite do Exmo. Sr. Dr. José Torres de Oliveira, presidente perpétuo do Instituto, pronunciou uma interessante conferência o Exmo. Sr. Dr. Júlio Caiola, Agente Geral das Colônias Portuguesas e figura de grande projeção nos meios culturais luso-brasileiros.

Atendendo a pedido do Dr. José Torres de Oliveira, que deixou de comparecer por motivo de doença, abriu a sessão, como membro do Instituto, o Dr. Alvaro Soares Brandão, que imediatamente convidou o Senhor Consul de Portugal, Dr. Júlio Augusto Borges dos Santos, para assumir a presidência dos trabalhos, tendo s. exa. proferido as seguintes palavras:

“Vamos ter o imenso-prazer em ouvir uma sugestiva conferência proferida por um homem, dos novos, e do Estado Novo que, com a sua habitual elegância e de modo eloquente nos dirá da influência brasileira nas Comemorações Centenárias.

Na marcha dos tempos vinca-se a influência brasileira, na história das colônias.

Mas, felizmente, as colônias portuguesas foram melhor conhecidas depois das comemorações. O compromisso generoso tomado pelo Brasil em concorrer ao grande certame da gente lusíada veio dar um novo ambiente e um elevado significado aos Centenários, cujas festas tiveram o condão de abrir os corações luso-brasileiros. Em geral as colônias africanas receberam a influência brasílica, principalmente, desde Salvador Correia de Sá, em 1648, esse marinheiro e guerreiro. Mais tarde, aí, por volta de 1815, no Rio de Janeiro, entrava no Ministério Antônio de Araujo, conde da Barca, homem ilustradíssimo, que não só deu grande impulso aos melhoramentos já iniciados, mas promulgou a medida, que produziu entusiasmo no Brasil, porque elevava esta rica colônia americana à categoria de reino unido. Pelo ano de 1816 em fora, continuou Antônio de Araujo a tomar medidas salutares para o Brasil. Mas, retrocedendo-se na história, temos a recordar os primórdios da influência brasílica que mais tarde se verificaram na Co-

memoração dos Centenários, com a publicação de trabalhos históricos. Em 1808, como desde os fins do século passado, se tratava da ligação entre as duas costas, destinou-se a esse fim a expedição dirigida em Moçambique pelo grande sábio Francisco José de Lacerda e Almeida, expedição com a qual se deviam encontrar os expedicionários de Angola. Lacerda e Almeida veio a morrer sem conseguir levar a cabo a sua expedição. E depois?... depois, aí, por 1823 chegava a Angola a notícia da sublevação do Brasil, e agitava profundamente os ânimos. Em Benguela chegou-se a tentar uma sublevação com o intuito de se proclamar a união com o Brasil. Também a notícia da insurreição do Brasil produziu grande impressão em Moçambique e despertou a idéia de se unirem à colônia americana. Como vêem, a influência brasileira abrange um longo capítulo da nossa história colonial e num largo período e os acontecimentos que se desenrolam são dominados sobretudo pelos fatos capitais da nossa história colonial nesse 19.º século; a expulsão holandesa de Loanda e a independência do Brasil.

A nossa actual situação é outra e mudou tão completamente, porque vamos entrar num período completamente novo. A influência brasileira que foi, sempre, intensa, passa dos romances descritivos de Camilo Castelo Branco, do Eça, do Fialho e outros, para figurar nas festas dos Centenários, graças a esforços heróicos, em que os dois países irmãos entram, de novo, no caminho do desenvolvimento das mais estreitas relações culturais e sentimentais. É, essa entrada, de braço dado, que o sr. Caiola nos vai narrar com a sua palavra quente e vigorosa, justa e harmónica, porque é a Verdade que se refere a uma nova e bela página de história contemporânea e não queremos, com isto, e por forma alguma, se suponha que pode a paixão partidária influir neste nosso julgamento. É que não se pode falar do presente sem se recordar o passado.

Tem a palavra o distinto professor sr. dr. Álvaro Soares Brandão."

DISCURSO DO DR. ALVARO SOARES BRANDÃO

"Minhas Senhoras,

Meus Senhores.

Nesta Casa, onde a invocação e o culto do Passado são orações de todos os dias, consenti que as minhas primeiras palavras sejam de recordação sincera dos meus tempos da mocidade!

Há já alguns anos, (5) que a memória ainda conserva e o tempo apaga delicadamente, dois meninos, na quadra primaveril e risonha da sua vida, brincavam alegres e descuidados, num educandário da Companhia de Jesús, o saudoso e inolvidável Colégio de Campolide, sabiamente orientado pela figura venerável do seu ilustre Reitor, que o Brasil acolheu e apreciou religiosamente, o Reverendo e Querido Mestre, Padre Luitz Gonzaga da Silva Cabral!

Estas duas crianças, a quem o Destino traçara no horizonte enigmático do Futuro, panoramas variadíssimos, onde cintilavam coloridos relampejantes e sedutores, emoldurando a Fé, a Esperança e a inevitável Saudade, encontraram-se, depois de algumas décadas, em Terras de Santa Cruz, esta maravilhosa Arca da Aliança que a Saudade Lusitana edificou, para Solar da Família Brasileira!

Um desses meninos, que o outro, vestido com a roupagem imposta pelo Tempo, Vos apresenta galhardamente, é o Dr. Júlio Caiola, homem de pensamento, de coração e de um altíssimo saber!

O Dr. Júlio Caiola é o Agente Geral das Colônias Portuguesas, o Secretário do Ministro das Colônias, o Consultor Colonial da Emissora Nacional e o ilustre conferencista desta noite!

A sua atividade, o seu dinamismo, a luminiscência fulgurante do seu espírito, criaram a Exposição de Lousinho, em 1936, e a Exposição Histórica da Ocupação, em 1937.

Em 1940, a-pesar-de sobrecarregado com a contribuição cultural da Agência Geral das Colônias, nas Comemorações Centenárias, foi o idealizador, o orientador e o diretor do Pavilhão Colonial, traçando, ao mesmo tempo, o "Cruzeiro dos Velhos Colonos", piedosa romagem de amor e de saudade!

Desde a sua nomeação para o elevado cargo que dignamente superintende, o Dr. Júlio Caiola imprimiu largo desenvolvimento à Cultura Colonial, apresentando valiosos trabalhos sobre Mousinho, Aires de Ornelas, Luciano Cordeiro, Eduardo Costa e Serpa Pinto, sem esquecermos a preciosa coleção intitulada "Pelo Império", onde o Brasil colabora através da pena aurifulgente de seus filhos, como Pedro Calmon, Afrânio Peixoto, Gustavo Barroso, Bernardino José de Sousa, Wanderley Pinho e Clado Ribeiro de Lessa.

A obra grandiosa, inteligente, purificadora e amiga do Dr. Júlio Caiola, enquadra-se perfeitamente no plano de intercâmbio que desenvolvemos outrora, ao organizarmos as Conferências Luso-Brasileiras de Alta Cultura, que São Paulo apreciou por largo tempo!

Por conseguinte, é com satisfação, com orgulho e com sincera amizade que apresentamos ao ilustre auditório, o Dr. Júlio Caiola que, dentro de alguns instantes dissertará acerca de "O Brasil nas Comemorações Centenárias".

Tenho dito."

CONFERÊNCIA DO DR. JÚLIO CAIOLA

"Antes de principiar a dizer o que ides ouvir, quero declarar que não vou fazer propriamente, uma conferência mas apenas, conversar convosco, no tom simples e despretençioso, que compete a quem é homem de ação, mais do que de palavras.

E acrescento que esta palestra está integrada no plano a que obedeceu a exposição da Obra Cultural da Agência Geral das Colônias Portuguesas, realizada em São Paulo, na Galeria Prestes Maia e é a explicação da colaboração brasileira nessa obra.

No Rio de Janeiro, na minha primeira conferência, fiz as saudações oficiais da praxe, na minha qualidade de Agente Geral das Colônias Portuguesas. Referi-me às mais altas individualidades brasileiras, mas não me esqueci, porem, do Embaixador de Portugal e rendi-lhe as justas homenagens que me pedia o meu coração amigo, já de dezenas de anos e o reconhecimento da sua alta inteligência e valor.

Aquí devo lembrar-me de que uso da palavra no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Ao fazê-lo evoco esse dia distante de 1 de novembro de 1894, em que devido à iniciativa dos drs. Domingos Jaguaribe Filho e Antônio Piza e Estevão Leão Bourroul, se fundou este Instituto que tem hoje tão largo e profundo reflexo no movimento cultural e científico do Brasil.

Em espirito estou a ver, através da névoa do espaço, eu que por natureza sou entusiasta, essas primeiras sessões que não podiam deixar de ser um pouco dispersivas até que o Instituto se estabelece na sua sede definitiva onde se realizou a primeira sessão solene em 25 de dezembro de 1909.

A mim, que vos venho falar de livros interessa-me sobremaneira saber que o Instituto já publicou mais de trinta volumes com preciosos trabalhos da autoria de alguns dos maiores nomes brasileiros, sobre a história e a geografia deste tão querido Brasil, especialmente no que se refere a este grande Estado de S. Paulo que pelas suas possibilidades ubérrimas é quase um mundo. Que fundo inesgotável para os estudiosos não é hoje a sua biblioteca e o seu museu!

Seria estultícia minha querer dizer-vos, a vós, que me acolheis tão generosamente, o que tem sido a vossa obra maravilhosa. A vós que além de me tratares tão fidalgamente incumbisteis um dos vossos, que tanto aprecio e admiro, de se desentornhar em palavras amigas, que valem porque são amigas e tão exageradas pelo que tem de elogiosas.

Mas, permitam-me que recorde aquí três grandes momentos da vida do vosso Instituto: — as Comemorações dos primeiros historiadores paulistas Frei Gaspar da Madre de Deus e Pedro Taques, preito de homenagem aos precursores.

— O parecer sobre a importante questão dos limites do Estado de São Paulo e Minas Gerais, prova de alto patriotismo...

— E, ainda a inclusão de dispositivos, em favor dos vossos patrícios das selvas, na Constituição brasileira, demonstração de elevados sentimentos de fraternidade e solidariedade humana.

Mas, eu sei, eu sinto, que a obra magnífica desta douta agremiação não parará mais e que para ela será dia grande esse que se aproxima do seu cinquentenário.

E, sei e sinto isto que vos digo porque a inspiração deste Instituto é uma força indomável e progressiva formada por um conjunto superior que se chama: — **Ciência e Espírito.**

Deixai-me ainda, que, em família, como estou, me refira aos portugueses que vem de abalada, mar fora aportar a esta terra bendita, a que, todos nós portugueses queremos e amamos, como nossa segunda Pátria.

Eu conheço muito bem as qualidades e as virtudes dos que tamaninhos ou moços ainda buscam neste abençoado Brasil a realização dos seus sonhos de ventura. São as mesmas daqueles com quem lidei em África e que para lá partem, não esquecendo, nunca a terra onde nasceram, conservando intacto o seu amor por ela, sentimento que se integra o culto pela terra onde se fixaram.

Adaptação do meio, probidade, tenacidade, persistência, fé constante, justa ambição de vencer na vida, seriedade, amor ao trabalho, eis as condições de que dispõem para se tornarem em elementos tão úteis que são quase indispensáveis.

Curvo-me conciente e reverentemente diante deles com o respeito e admiração que me merecem os que podem servir de exemplo, porque com homens dessa tempera, é que se construiu o Império Português.

Mas, brasileiros que me ouvis, há ainda o Brasil-brasileiro, à semelhança do que diria um dos vossos, de setecentos, Elias Alexandre da Silva Correia,

Descendo do navio que me trouxe para pisar pela primeira vez Terra de Vera Cruz, que até ao instante só através das minhas próprias efusões conhecia, senti uma emoção custosa de descrever, tão profunda foi e em que se confundia ternura e êxtase. — Pois era possível, pensava eu, deslumbrado, que ante os meus olhos extasiados, se me apresentasse esta Terra espiritualmente filha de Portugal e cujos primeiros passos na civilização foi a empresa mais portentosa de colonização da nossa gente, terra que, pelo esplendor, se conta entre as mais magestosas e ricas do Mundo!

Quantas vezes, idealizando este momento anteví, aliciado pelo que de tradição e de livros conhecia, as suas florestas exuberantes, os seus rios-mares, as suas claras cidades, que refletem a face das outras, portuguesas, de além-mar! Nos vossos prosadores e poetas, na docura embaladora que aqui obtém o nosso falar, conhecido do trato de amigos e parentes que voltam à pátria, o meu portuguesismo de velha raiz muito cedo experimentou novas e orgulhosas razões de ser.

Pois tudo quanto imaginei, e que era já lisongeira antecipação da realidade, mal me pode preparar para sofrer a sangue frio o encantamento das horas que me estão decorrendo!

E não é já a imaginação que me enleva; é das próprias cousas e da luminosa atmosfera que as envolve que me advêm todos os motivos de arreouamento!

O cantar que me enche os ouvidos não é uma alucinação fortuita, mas a projecção direta das harmonias da natureza brasílica, seja o cantar das vossas paradisíacas aves, seja o do vosso Catulo Cearense, voz doce dos sertões e das suas noites enluaradas, da ardentia lírica do caboclo, do despenhar das vossas cachoeiras cuja prata se desfaz em espuma!...

Desde muito cedo, disse, que no coração abriguei o amor da pátria brasileira.

A primeira bíblia que sendo ainda creança, tive nas mãos e que antes de lida me encantou com as suas estampas, quase folha a folha, foi a do Bispo do Pará: Costa Macedo.

Os meus primeiros significados de português, tirei-os do Dicionário do insigne Moraes. Moraes foi um grande filólogo brasileiro.

Por último Deus havia de querer que nas veias dos meus descendentes corresse glóbulos de sangue brasileiro.

É em família, portanto, que me sinto, estando no Brasil.

E não sou só eu a senti-lo, assim o sentem todos os portugueses. O fato do Brasil ter posto casa à parte, autónoma e independente, ato que proclamamos ter sido realizado na hora própria, pois que, sem ódios nem sempre se conseguiu manter a unidade territorial e espiritual deste Brasil imenso, não pode desfazer os laços de consequinidade, os efeitos duma comunidade de civilização e até de interesses. Depois disso ficamos sendo o velho e glorioso D. Portugal, usando da terra e felicíssima expressão de Afrânio Peixoto; D. Portugal, avô que se venera e que aos netos assentados em seus joelhos, contasse suas velhas histórias, tecendo deste modo o fio delicado e orgulhoso duma tração de família prolongando-se para além das horas de cada geração.

Onde encontraríamos nós ao longo dos itinerários pelo luso país de além, desde as esmaltadas veigas do Minho até à ponta de Sagres, — santuário da projecção marítima da Grei, passando pelas altas cuniadas beirões ou pela queimada planura do Alentejo, de castelos que evocam tantas famosas pugnas de que veio a sair um consideravel trato — da fronteira, — português que tivesse aos naturais do Brasil, por estrangeiros, conforme ao rigoroso sentimento que a política e a jurídica dão ao termo? Ingrata perda de tempo representaria a pesquisa.

O fato revela que o coração tem suas razões.

Uma tal posição moral justifica absolutamente que o Brasil haja ido à nossa Exposição de 1940, a tomar parte nas Comemorações Centenárias, que foram verdadeiras festas lareiras, à semelhança de jubilosos aniversários de família.

Atente-se no que por nossas cidades, vilas e aldeias se entende por este nome brasileiro, e verificar-se-á que é corrente usá-lo em certos casos, sem exclusão da própria qualidade de portugueses.

Ocorre-me até, para ilustração deste acerto, de reminiscências que guardo talvez da leitura camiliana, certa engraçada anedota que testemunha o que avanço.

Andava el-rei D. Luiz I em visita pelas nossas terras minhotas. Não havia cidade nem vila que para o receber condignamente não se engalanasse de arcos de verdura, de mastros com vistosos galhardetes, de coretos para música que animaria os bailes do povo, de ricas colgaduras por sacadas e janelas. Então, na veneranda cidade dos arcebispos e antiga primarcial das Espanhas, no enfiamento duma das mais nobres ruas talvez a do Souto, via-se um daqueles pitorescos arcos, ao alto do qual se inscrevia, composta, por variada profusão de flores, esta legenda: "As Suas Magestades, os brasileiros de Braga".

Contracenso tocante, linda anomalia de expressão!

Por uma razão idêntica pode explicar-se que me sinta aqui, como já disse, entre pessoas de família, espécie de parente acabado de chegar de longe.

Contrariaria a propensão destas efusões, tão íntimas e profundas, que irmanam as gentes dum e doutro lado do Atlântico, que das faustas bodas centenárias de 1940 não tivesse participado o Brasil.

Assim com a elevação do gênio que lhe é próprio, o compreendeu o Chefe e Reformador de Portugal Novo — SALAZAR.

Há muito que o meu espírito acalentava o sonho de poder trazer a público alguns roteiros inéditos e ainda outros de edição tão antiga que seria lamentável não relembrar.

E deste sonho nasceu o plano da colaboração da Agência Geral das Colônias, que é o Departamento Cultural do Ministério respectivo, nas comemorações Centenárias.

Ao propor ao Ministro das Colônias que o organismo que dirijo avançasse mais um passo nas suas iniciativas culturais, participando dessas Comemorações, logo tive em vista também o contributo da intelectualidade brasileira, porque, para mim, sem essa colaboração, a idéia ficava incompleta.

Estudando, então, um vasto plano, nele se incluiu uma série de velhos roteiros, testemunhos, da nossa perícia de navegar os mares, clássicos por, assim dizer, do nosso saber náutico que constituíram a parte das navegações e descobrimentos. Outras obras se consagraram à Restauração, um dos motivos do jubileu nacional; à Ocupação, o fato fundamental da colonização, e à Propaganda da Fé — fase sublime da empresa lusiada na desvendação dos mundos.

Seria interessante porem publicar ainda um certo número de obras, que acudiam num feliz a propósito, e a-pesar-de não poderem coerentemente incluir-se em qualquer dos períodos referidos, resolvi publicá-las.

Abertamente o sr. dr. Francisco Machado, o ilustre homem de Estado que gere a pasta das Colônias há já quase seis anos e que tem realizado uma obra notável, se dignou apoiar o plano que lhe expús. Sem esse apoio tão generosa e entusiasticamente dispensado, a sua realização ter-se-ia tornado impossível ou não haveria atingido aquela beleza plástica, com que foi levado a efeito.

Confiei, então a parte roteirista ao Comandante Fontoura da Costa. Não posso pronunciar este nome sem experimentar no coração a dor da sua lamentável perda ocorrida há pouco.

Com que saudade relembro as longas horas, os dias em que ambos nos dedicamos à realização do empreendimento, ele com o seu saber imenso e eu, apenas, com a minha boa vontade. Providencialmente Deus conservou-lhe a vida, não o arrebatando antes que visse graficamente consumadas as últimas páginas do último roteiro que estudara. E eu, do mesmo passo, sinto uma saudade profunda e alegria de, por uma iniciativa minha, lhe ter permitido realizar a maior ambição de sua vida, que era, tantas vezes me disse, a edição e a reedição, com prefácios e anotações suas, das obras dos grandes pilotos portugueses.

Tratando-se dos roteiros chamo a atenção de V. Exa. para as formosas tábuas do Atlas de D. João de Castro, reproduzidas a cores e a ouro do maravilhoso códice existente no Museu de Londres e a negro do da Biblioteca Nacional de Paris.

O Comandante Fontoura da Costa incluiu ainda no plano duas obras originais: A MARINHARIA DOS DESCOBRIMENTOS e a BIBLIOGRAFIA NAÚTICA ATÉ 1700.

Outros nomes da ala portuguesa: — O Almirante Botelho de Sousa, historiador da nossa epopéia naval; o Professor Ernani Cidade, que realizou um notável trabalho de história literária sobre os sermões do Padre Antônio Vieira; o Reverendo dr. Serafim Leite, historiador tão justamente apreciado numa e noutra margem do nosso mar, pelos seus trabalhos acerca da Companhia de Jesús e que nesta série escreveu sobre Luiz Figueira, de tal forma, que Afrânio Peixoto, Pedro Calmon, Tristão de Athaide e Gustavo Barroso, afirmaram ser essa obra, notável contribuição de inestimável valia para a história de Portugal e Brasil; o Reverendo Antônio da Silva Rego, autor do erudito estudo O PADROADO PORTUGUÊS NO ORIENTE, e tantos e tantos outros.

Propositadamente quis incluir no plano a MENSAGEM DE FERNANDO PESSOA, um dos maiores poetas do nosso tempo, malogradamente perdido para os triunfos literários, poeta da Lusitanidade, cuja lira emudecida, foi assim desvelada dos crepes que a envolviam, para que as suas cordas de ouro e cristal tornassem a soar.

Como expressão intencional duma colaboração de espíritos de um e de outro lado do Atlântico aplicados à mesma tarefa de historicidade, apraz-me em particular lembrar a obra; A RESTAURAÇÃO E O IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS. Nesta obra única, no plano e na ocasião de colaboração luso-brasileira, se reuniram preciosas memórias de historiadores portugueses e ainda de dois brasileiros ilustres: Pedro Calmon e Hélio Viana.

Seria ingrato nesta ocasião não recordar a prestimosa coadjuvação que Afrânio Peixoto, amigo querido e dileto, me prestou desde o nosso primeiro encontro, no meu gabinete em Lisboa. Com efeito o insigne homem de letras levou a sua longaminidade a extremos que me autorizam a apresentá-lo na efetivação da missão que levava, embarcando de volta ao Brasil, por o mais diligente e finíssimo embaixador que o foi, junto dos seus pares.

Um período houve mesmo em que raro terá sido o barco de rumo ao Tejo, que me não trouxesse cartas suas, sempre deliciosamente "conversadas".

Com a sua boa vontade e a sua gentileza, o ilustre acadêmico vencera o escolho da distância entre Lisboa e a formosa e esplêndida baía de Guanabara, conseguira milagres em matéria de tempo.

Devido a ele foi um fato a colaboração ambicionada.

A ala brasileira, lembrando ao acaso, sem propósitos de precedência, constituíram-na além de Afrânio Peixoto com o seu palpitante e erudito MARTIM SOARES MORENO, Bernardino José de Sousa, que aplicou a sua pena castiça a narrar-nos a vida heróica de LUIZ BARBALHO e os seus efeitos nas guerras contra o holandês e nas "bandeiras" sertanistas; Clado Ribeiro Lessa que pôs em ação, vividamente, a brilhante figura de SALVADOR CORREIA DE SÁ E DO SEU LIDAR NO BRASIL E EM ANGOLA; Gustavo Barroso, a sua Senhora de Pangim e com um retrato vigoroso de PERO COELHO DE SOUSA, o portentoso vulto, graças ao qual, como escreve o seu biógrafo de agora, o Brasil apresentou à hora da Restauração, a linha integral de suas costas sobre o Atlântico; Hélio Viana, que na obra "A RESTAURAÇÃO" já citada, escreveu um estudo histórico e sociológico de alta valia; Pedro Calmon, que para essa mesma obra apresentou um primoroso trabalho sobre o Brasil político-militar e noutro estudo traçou delicadamente, a figura de FRANCISCO BARRETO, restaurador de Pernambuco e por fim, Wanderley Pinho, que retratou a primor o varão insigne que foi D. MARCOS TEIXEIRA, 5.º BISPO DO BRASIL.

Adivinham V. Exas. decerto a bela impressão que causou em Portugal esta finíssima colaboração de alguns dos maiores escritores e historiadores brasileiros.

Mas a colaboração brasileira nas comemorações Centenárias, não se limitou apenas como V. Exas., sabem à sua intervenção no plano do meu Departamento de Estado.

Porque não havemos de evocar, como sonho que nos apeetece recordar, esse pavilhão maravilhoso da Exposição do Mundo Português, em que a vossa grandeza se espalhou na apresentação apoteótica, das vossas riquezas quase infinitas; em que vossa ciência se difundiu na clareza dos vossos ensinamentos, naquilo que tanto é, em que sois mestres; em que vossa cultura, tão querida, nas terras da outra banca do Atlântico, como catadupas inundou a Terra Portuguesa, com os vossos escritores e os vossos poetas.

E porque não lembrarem, ainda, os vossos historiadores que tão largo e fecundo contributo deram ao congresso de portugueses no mundo e sobretudo ao congresso luso-brasileiro de história?

E porque não afirmar, por fim, que não houve um ato, por mais simples que fosse, mas todos de alto alcance histórico, em que o Brasil, representado pela sua Embaixada Especial não estivesse presente.

Não a título de convidado, mas com o direito de irmão a quem queremos, como queremos a nós próprios, atos que para todo o Portugal, sem a sua presença, não teriam significação.

A Agência Geral das Colônias, com a sua iniciativa, deu assim mais um passo, na política de espírito que o Estado Novo Português, notavelmente e com desvelo prossegue. E, espero em Deus, que a colaboração brasileira continuará por que temos imenso ainda a fazer unidos. Para isso conto desde já com algumas dezenas dos melhores nomes intelectuais brasileiros. Só por ter conseguido tanto, me dou por largamente compensado, do que tem sido o meu trabalho insano.

A propósito dessa política não posso deixar de observar que as obras comemorativas dos Centenários têm em precedente de relevo na atividade cultural do meu Departamento.

Essa atividade conhece-a de sobejo o país, e no estrangeiro um grande número de Institutos Culturais e Altos Organismos Oficiais.

Neste campo colonial, teve, fazendo história em breves palavras, seu ponto de partida, na gerência do sr. dr. Armino Monteiro, antigo Ministro das Colônias, depois Ministro dos Negócios Estrangeiros e hoje Embaixador em Londres, que foi também um réformador de grande enverga-

dura no domínio administrativo, no das finanças, no da economia do Império. Espero noutra oportunidade referir-me a ela mais largamente. E o atual Ministro, consagra um especial interesse e particular atenção ao desenvolvimento da cultura colonial.

Diga-se, porem, desde já, que nunca como desde o advento do Estado Novo uma tal política foi tão preciosa, ativa e brilhante. Ela representa de resto, no meu setor, uma faceta da que o grande reformador Salazar havia já criado.

Levaria muito tempo a enumerar os fatos, ainda que só os principais dessa política até hoje levada a efeito.

Basta, porem, referir os congressos, as conferências de alta cultura colonial e imperial, o concurso de literatura colonial, as Exposições Históricas da Ocupação e das Recordações de Mousinho, que tive a honra de idealizar, orientar e executar. Isto na parte colonial porque há ainda os estímulos de vária sorte criados a arte, como o Teatro do Povo, que tem sido levado a quasi todos os cantos de Portugal, os concertos, bailados, conferências, concursos literários, representações de Portugal em Exposições estrangeiras, missões culturais etc. Essa ação dirige-a com rara competência, Antonio Ferro, elegantíssimo homem de letras a que, por fortuna, embora cada um com a sua missão, tive por companheiro e que uma sábia administração colocou no alto posto de Diretor do Secretariado da Propaganda, que ele tanto tem honrado, cargo agora acumulado com o de Presidente da Emissora, a "voz" que vai dizendo ao mundo inteiro que Portugal, uno e indivizel, vive, e em paz, trabalha e progride.

E como demonstração máxima da política de espírito lembremos a Exposição do Mundo Português que foi uma cidade-maravilha erguida sobre a praia do Restelo, donde as naus de quinhentos partiam à gigantesca empresa dos périplos marítimos.

Com a preocupação constante duma colaboração luso-brasileira pros seguiremos na política de espírito, que é afinal a expansão da nossa língua comum, através do tempo e do espaço, enquanto estiver a largos anos estará, abençoado seja Deus porisso, à frente do Governo essa figura única entre nós portugueses, para quem viver é servir a Pátria a todos os instantes, com o esplendor de sua inteligência portentosa, com a intuição rara do seu instinto patriótico, com a força da sua inabalavel fé em Deus: SALAZAR..

Tenho dito."

Cadastro social

(EM NOVEMBRO DE 1943)

Presidente Perpétuo:

José Torres de Oliveira

Presidente Honorário:

Afonso de Escragnolle Taunay

Sócios Beneméritos:

Ribeiro, Samuel

Soares, José Carlos de Macedo (2)

Sócios Honorários:

Aires, Leopoldo

Arantes, Altino

Araujo, Deusdedit (Cônego)

Azevedo, José Vicente

Barros, Maria Pais de

Bevilaqua, Clovis

Brotero, Frederico de Barros

Camargo, Laudo Ferreira de

Campos, Ernesto de Sousa

Campos, Pedro Dias de (Coronel)

Carvalho, Afonso José de

Carvalho, João Batista de (Padre)

Chevelon, Hipólito (Padre)

Colbacchini, Antônio (Padre)

Correia, Francisco de Aquino (Dom)

Danti, José (Padre)

Egas, Eugênio

Faria, Julio Cesar de

Gama, Noemia Nascimento

Gonçalves, Alberto José (Dom)

Krug, Edmundo

Leite, Serafim (Padre)

Magalhães, José Augusto de

Manso, Manuel da Costa
Marrey Junior, José Adriano
Mesquita Filho, Júlio de
Nazaré, Carlos de Sousa
Neri, José de Castro (Padre)
Oliveira, Alvaro de Sales
Pinto, Gastão Liberal (Dom)
Prado, Paulo da Silva
Queiroz, Carlota Pereira de
Rio, José Pires do
Rocha, Sinésio
Rodrigues, Francisca Pereira
Rodrigues, João Lourenço
Rondon, Cândido Mariano da Silva (General)
Silveira, Carlos da
Silveira, Maria Imaculada Xavier da
Sousa, Washington Luis Pereira de
Tibiriçá, Ana de Queiroz Teles

(41)

Sócios Eletivos:

Aguirra, João Batista de Campos
Aires Neto, José
Airosa, Plínio Marques da Silva
Almeida, Antônio Paulino de
Almeida, Galeno Martins de
Almeida, Marcelo de Toledo Piza e
Alves, Coriolano Roberto
Amaral, Luiz
Andrade, Carlos de Moraes
Aranha, Cassio Egídio de Queirós
Araujo, Rui Calasans de
Assiz, José Eugênio de Paula
Assunção, Laerte Teixeira de
Azevedo, Aroldo Edgar de
Azevedo Filho, José Bueno de Oliveira
Barros, Rivadavia Dias de
Bloem, Rui
Braga, Cincinato
Braga, Teodoro
Brandão, Alvaro Soares
Brito, Luiz Tenório de (Tenente-Coronel)
Bueno, Bento
Caiubí, Amando Franco Soares

Camargo, Odécio Bueno de
Campos, Cândido de Sousa
Campos, Cantidio de Moura
Campos, José Higino de (Monsenhor)
Cardoso, João Pedro
Carmilo, Edvard
Carvalho, José Ribeiro de Sá
Carvalho, Marina Andrada Procópio de
Cavalcanti, José Furtado
Cesarino Júnior, Antônio Ferreira
Cintra, Antônio de Almeida
Coimbra, Álvaro da Veiga
Correia, Dácio Pires
Cortez, João Gomes de Oliveira Mendonça
Coutinho, Ulisses
Daunt, Ricardo Gumbleton
Dias, Teodomiro
Dolgorukij, Igor N. P.
Drummond, Antônio Augusto de Meneses
Fazzio, Celestino Eusébio
Ferraz, Arrisson de Sousa (1.º tte.)
Ferraz, Manuel Carlos de Figueiredo
Ferraz, Mario de Sampaio
Ferreira, Arnaldo Amado
Ferreira, Inácio da Costa
Ferreira, Tito Livio
Florence, Amador Bueno Machado
Fonseca, Joaquim Alfredo da
Forjaz, Djalma
Franchini Neto, Miguel
Franco, Francisco de Assiz Carvalho
Freire, Paulo Aurissol Cavalheiro (Padre)
Freitas Junior, Afonso Antônio de
Gomes, Alfredo
Gonzaga, Augusto
Granato, Lourenço
Isoldi, Francisco
Laurito Domingos
Leão, Paulo Vergueiro Lopes de
Leite, Aureliano
Leme, Ernesto de Moraes
Lessa, Orígenes
Magalhães, Paulo Ribeiro de

Magro, Omar Simões
Melo, Astrogildo Rodrigues de
Mendes, Manuel Gândara
Mendes, Persio Pereira
Mennucci, Sud
Monteiro, Plinio de Barros
Morais, Rubens Borba Alves de
Morato, Francisco Antônio de Almeida
Moreira, Roberto dos Santos
Mota, Otoniel
Moura, Américo Brasiliense Antunes de
Moya, Salvador-de (Coronel)
Nogueira, Amadeu
Nogueira, José Carlos de Ataliba
Nogueira, José Ferreira Melo
Nunes, Carlos Alberto
Oliveira, Alipio Leme de
Oliveira, Percival de
Orlandi, José de Oliveira
Pádua, Ciro Tassara de
Pagano, Sebastião
Paula, Eurípedes Simões de
Penteado, Fausto de Almeida Prado
Pereira, Armando de Arruda
Pestana, Sinesio Rangel
Piccarolo, Antônio
Pinto, Leonardo
Pinto, Raul de Frias Sá
Piza, Lelio
Pompilio, Roberto
Portugal, Silvio Pimentel
Prado, Fabio da Silva
Prado Júnior, Martinho da Silva
Queiroz, Amadeu de
Recalde, Juan Francisco
Rezende, José de Moura
Ribeiro, Maria da Conceição Martins
Romano, Raul
Rúffolo, Geraldo
Sales, Dagoberto
Salgado, José Augusto Cesar
Sampaio, José Nogueira (Capitão)
Sanctis, Mario de

Santos, Joaquim da Silveira
Schmidt, Carlos Borges
Seabra, Demetrio Justo
Silva, Alcionilio Bruzzi Alves da (Padre)
Silva, José Pinto e
Silva, Nicolau Duarte
Silva Junior, Vitor Freire da
Silveira, Enzo
Silveira, João Dias da
Simonsen, Roberto
Soares, José Cassio de Macedo
Sousa, Alcindo Muniz de
Stella, Jorge Bertolaso
Teles, Goffredo Teixeira da Silva
Thiollier, René
Thut, Roberto
Toledo, José de
Tomaz, Luiz Sérgio
Vale, Luiz Ribeiro do
Vidal, Bento de Abreu Sampaio
Vidal, Joaquim de Abreu Sampaio
Vidigal, Gastão
Vieira, Hermes
Vieira, João Lelis
Whitaker, Artur Pequerobí de Aguiar
Whitaker, José Maria

(135)

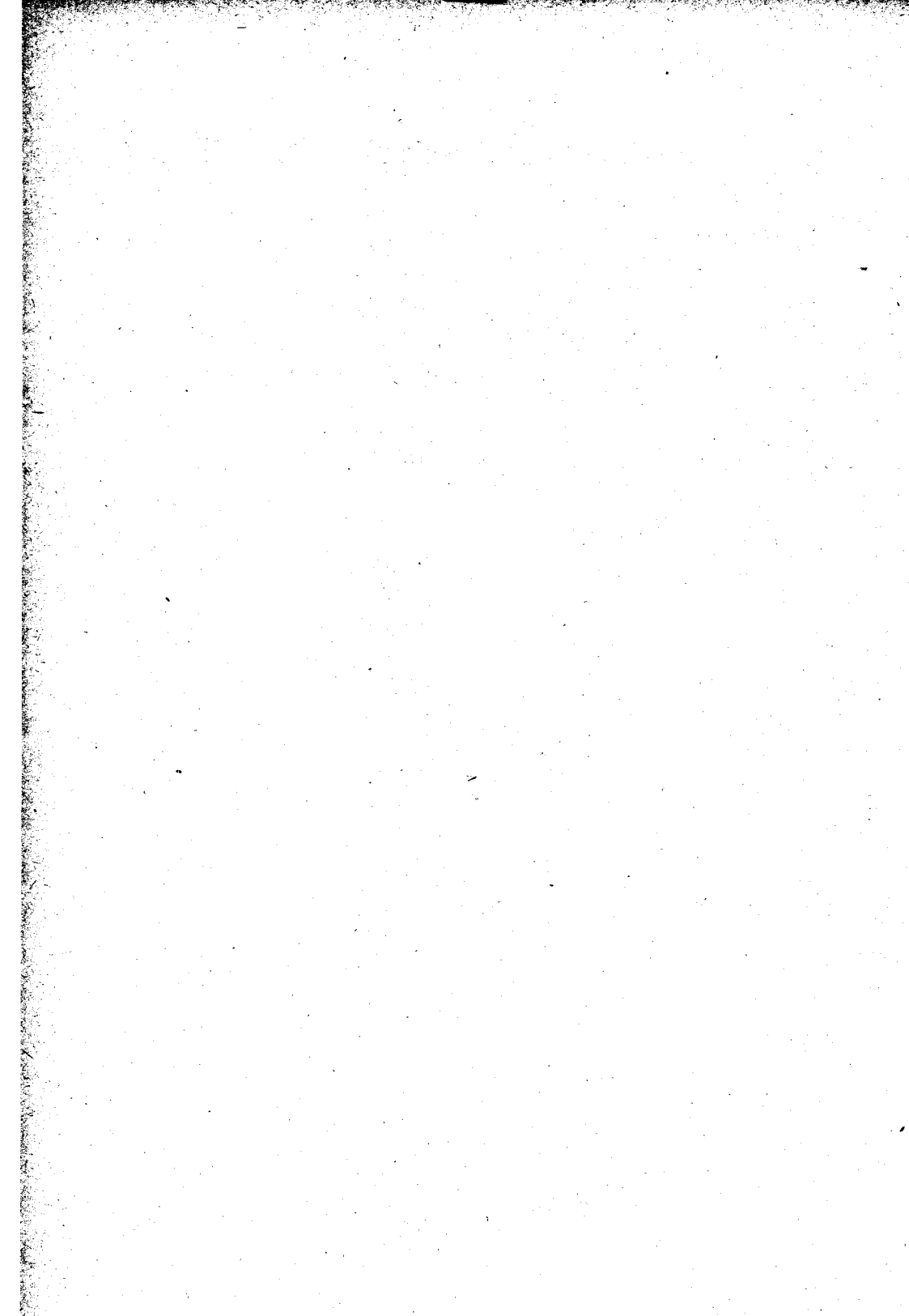
Sócios Correspondentes:

Almeida, Antônio Figueira de
Almeida, Benedito Pires de
Almeida, Luiz Castanho de (Cônego)
Almeida, Rui (Tenente-Coronel)
Alves, Arthur da Mota
Áscoli, Haroldo Renato
Azevedo, Paulo Silvio
Bittencourt, Leopoldo Antônio Feijó
Bulcão Sobrinho, Antônio de Araujo de Aragão
Camargo, Celso Ferraz de
Camargo, Celso Vieira de
Camargo, Cristovão de
Cardim, Elmano Gomes
Carvalho, Teófilo Feu de
Castro, Eugênio Teixeira de (Comandante)

Caviglia Hijo, Buenaventura
Correia Filho, Vergilio
Costa, Arlindo Drummond
Devoto, Juan S. Pivel
Doca, Emílio Fernandes de Sousa (General)
Doria, Luiz Gastão d'Escragnolle
Duarte, Rafael
Esteves, Ramón de Castro
Garcia, Rodolfo
Goicocheia, Luiz Filipe Castilhos
Guimarães, Arquimedes Pereira
Guisard Filho, Felix
Hurley, Henrique Jorge
Jacobina, Eduardo d'Araujo Ferreira
Laitano, Dante de
Lamego, Alberto Frederico de Moraes
Lima, Henrique de Campos Ferreira (Coronel)
Lima, Nestor dos Santos
Magalhães, Basilio de
Maia, Eduardo Santos
Martel, Alamiro de Ávila y
Matos, Anibal de
Maurano, Flavio
Meira, Augusto
Melo, Mario
Meneses, Rodrigo Otávio Langaard
Mesquita, José de
Minhoto, Laurindo Dias
Moraes, José Mariz de
Moutinho, Murilo (Padre)
Oliveira, José Feliciano de
Oliveira, Sebastião Almeida
Ortmann, Adalberto (Frei)
Paulo, Fernando São
Pelúcio, José Alberto
Pinhão, Antônio Tavares
Ribeiro, Maria da Conceição Martins
Rivet, Paul
Rodrigues, Antônio da Gama
Rodrigues, Lisias Augusto (Coronel)
Salim, Emílio José (Cônego)
Santos, Amílcar Salgado dos (Tenente-Coronel)
Santos, Francisco de Paula

Santos, Plínio Travassos dos
Schroeder, Celso M.
Silva, Aristides Monteiro de Carvalho e
Silva, Manuel Cícero Peregrino da
Siqueira, Hildebrando
Soares, José Eduardo de Macedo
Soares, José Roberto de Macedo
Sousa, Bernardino de
Souto, Luiz Filipe Vieira
Tovar, y R. Enrique D.

(68)



Atas

ATA DA 1.ª SESSÃO ORDINÁRIA, — REALIZADA EM 25 DE JANEIRO DE 1941

Presidente — Dr. José Torres de Oliveira.
1.º Secretário — Dr. Nicolau Duarte Silva.
2.º Secretário — Prof. Tito Lívio Ferreira.

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro do ano de 1941, à rua Benjamim Constant n. 152, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a sessão inaugural dos trabalhos sociais de 1941 e comemorativa da fundação de S. Paulo. Assinaram o livro de presença os sócios srs. drs. José Torres de Oliveira, Afonso de Escragnolle Taunay, Afonso José de Carvalho, Frederico de Barros Brotero, Teodoro Braga, Carlos da Silveira, José Eugênio de Paula Assiz, Antônio Augusto de Menezes Drummond, José Furtado Cavalcanti, Amador Eueno Machado Florence, Geraldo Rúffolo, Domingos Laurito, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Alvaro Soares de Oliveira, Edmundo Krug, Enzo Silveira, cel. Pedro Dias de Campos, Cândido de Sousa Campos, Nicolau Duarte Silva, prof. Dácio Pires Correia e prof. Tito Lívio Ferreira. Justificaram sua ausência os srs. prof. João Augusto de Toledo e dr. Aureliano Leite. Por motivo de força maior, retiraram-se, antes que tivesse sido dado início aos trabalhos, os srs. dr. Afonso de Taunay e Carlos da Silveira.

Aberta a sessão pelo sr. dr. José Torres de Oliveira, presidente perpétuo, que de início dirigiu afetuosa saudação a todos os confrades, foram por s. ex. convidados para 1.º e 2.º secretários, respectivamente, os srs. Nicolau Duarte Silva e prof. Tito Lívio Ferreira. Lida por este último a ata da sessão de 25 de outubro foi a mesma aprovada. Por proposta do dr. Domingos Laurito, dispensou-se a leitura da ata da sessão de 1.º de novembro, já publicada na imprensa diária e que, submetida a votos, foi igualmente aprovada. Dando conta do expediente, o sr. Nicolau Duarte Silva, primeiro secretário *ad-hoc*, leu as cópias de duas cartas recentemente expedidas pelo Instituto: uma, endereçada ao dr. Artur da Mota Alves, sócio correspondente em Lisboa, sobre a remessa, feita por este, de documentação relativa à história de São Paulo; e outra, dirigida ao sr. Cândido de Sousa Campos, sócio efetivo, agradecendo-lhe a oferta da tradução brasileira da obra de Debret, em dois volumes, edição da Livraria Martins. Como se achasse na antessala o novo sócio dr. José Furtado Cavalcanti, foi nomeada pelo sr. presidente, para introduzi-lo no recinto da sessão, uma comissão composta dos drs. Amador Florence, Domingos Laurito e cel. Pedro Dias de Campos. Em seguida, dirigiu-lhe o sr. presidente

em nome do Instituto, expressiva saudação, reportando-se à leitura de um trabalho em que o recipiendário defende seu avô o ilustre Desembargador Furtado, de acusações injustas que lhe foram assacadas. Anunciada pelo sr. presidente a primeira parte da ordem-do-dia, pede a palavra o prof. Dácio Pires Correia, que propõe um voto de pesar pelo falecimento do dr. Luis de Sousa Gomes Carneiro, sócio benemérito do Instituto. O sr. presidente corrobora os termos da proposta e, considerando desnecessário submetê-la a votação, manda consignar em ata o pesar do sodalício. Procede, então, o sr. 1.º-secretário à leitura do relatório administrativo de 1940. Usa da palavra, para uma retificação, o dr. Bueno de Azevedo Filho, que observa terem sido omitidos o nome do dr. Eugênio Egas e o seu, no tópico relativo ao III Congresso Sul-Rio-Grandense de História. Uma vez que é citado — argumenta o orador — o nome do dr. Enzo Silveira como autor de uma tese publicada nos *Anais* do referido congresso, parece-lhe justo que haja também uma referência aos nomes de outros consócios cujos trabalhos aparecem igualmente naqueles *Anais*. A seguir, passa o dr. Bueno de Azevedo Filho a relatar sua viagem ao Rio Grande do Sul, como representante do Instituto no aludido certame. Hóspede do governo daquele Estado, foi s. exa. recebido por uma comissão do Instituto Histórico e Geográfico do Rio-Grande-do-Sul, tendo encontrado um ambiente intelectual que o surpreendeu pelos valores que o compõem. O congresso, que devera ter durado quatro dias, segundo as previsões da comissão organizadora, prolongou-se por nada menos de dezesseis, devido ao grande número de trabalhos apresentados, como também ao seu próprio trabalho desenvolvido em plenário. Os *Anais*, que acabam de ser publicados em quatro grossos volumes, encerram mais de cem teses originais. Para, assinalar a realização do certame, foi cunhada uma medalha comemorativa, que naturalmente será enviada ao Instituto, pois que para tanto se empenhou o orador, tendo intercedido também para que a mesma medalha seja oferecida a outras instituições de que faz parte. O Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo goza de grande prestígio entre os sul-rio-grandenses, sendo muito conhecidos os nomes de vários consócios, entre os quais o do cel. Pedro Dias de Campos, que é, aliás, sócio correspondente do Instituto daquele Estado. Sabedor da grande admiração do orador pela figura do Barão de Taquari, o prefeito da cidade deste nome convidou-o a ali passar dois dias, onde efetivamente esteve, em companhia do dr. Otelo Rosa, a visitar lugares históricos. Termina o dr. Bueno de Azevedo Filho o seu circunstanciado relatório agradecendo ao sr. presidente a satisfação que lhe proporeionou com a escolha de seu nome para representar o Instituto em tão importante congresso, cuja realização, assim como a sua presença em Porto-Alegre, foi fartamente noticiada pela imprensa paulista, dispensando-o assim de estender-se em maiores considerações. O sr. presidente agradece a exposição feita pelo dr. Bueno de Azevedo Filho e, quanto à observação feita à margem da leitura do relatório administrativo do Instituto, promete tomá-la em consideração, se bem que a citação eventual do nome do dr. Enzo Silveira, como autor de um trabalho publicado nos *Anais* do referido Congresso, não implicasse em diminuição de outros cujos trabalhos também foram publicados. Em seguida, o sr. presidente encaminha à comissão competente, para dar parecer, as propostas para admissão, como novos sócios, dos drs. Mário de Sampaio Ferraz e Fernando São Paulo, o primeiro desta Capital e o segundo, do Estado da Baía. Examinando uma divergência de interpretação dos artigos 9 e 11 dos Estatutos, sustenta o sr. presidente, em contraposição ao ponto-de-vista do dr. Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker, a tese de que o sigillo exigido para a eleição de novos sócios tem em vista somente a votação e a eventual discussão das propostas, e não o conjunto da sessão em que tais propostas são submetidas à apreciação do plenário. A-fim-de

que o assunto fique definitivamente esclarecido, aguarda o sr. presidente uma sessão em que esteja presente o dr. Aguiar Whitaker, podendo, então, a assembléa orientar-se melhor quanto à decisão que deverá tomar. Anunciada a segunda parte da ordem-do-dia, explica o sr. presidente que na presente sessão deveriam tomar posse ilustres personalidades, recentemente eleitas membros do Instituto: S. exa. revdma. d. José Gaspar de Afonseca e Silva, Arcebispo de S. Paulo; S. Exa. Revdma. D. Francisco de Aquino Correia, Arcebispo de Cuiabá; S. Ex. o Sr. Dr. José de Moura Resende, Secretário da Justiça; S. Ex. o Dr. Gofredo da Silva Teles, Presidente do Departamento Administrativo do Estado; S. Ex. o Sr. Dr. Domingos Rubião Meira, Reitor da Universidade, e vários outros. Devido, porém, às comemorações do Dia de S. Paulo, achavam-se essas autoridades impossibilitadas de comparecer, tanto mais quanto algumas, como D. José Gaspar, pretendem apresentar trabalhos históricos por ocasião de sua posse, o que exigirá um certo prazo de preparação. A presente sessão destinava-se, igualmente — esclarece o sr. presidente — à comemoração da data da fundação de São Paulo, por meio de uma oração que seria proferida pelo Dr. José Carlos de Ataliba Nogueira, orador oficial. Como este se encontre enfermo, fica esse projeto prejudicado, sendo a efeméride comemorada pela simples inauguração dos trabalhos do Instituto. Por fim, nada mais havendo a tratar, é encerrada a sessão, tendo o sr. presidente agradecido aos presentes o seu comparecimento, convidando-os para a próxima sessão ordinária de 5 de fevereiro vindouro. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(a.a.) JOSÉ TORRES DE OLIVEIRA,
A. P. DE AGUIAR WHITAKER,
DR. FELIX GUISARD FILHO.

**ATA DA 2.^a SESSÃO ORDINÁRIA, — REALIZADA
EM 5 DE FEVEREIRO DE 1941**

Presidente: Dr. José Torres de Oliveira.

1.^o Secretário: Dr. Artur Pequerobí de Aguiar Whitaker.

2.^o Secretário: Dr. Felix Guisard Filho.

Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de 1941, em sua sede social, à rua Benjamin Constant, n. 152, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a segunda sessão ordinária do ano social de 1941. Compareceram os sócios drs. José Torres de Oliveira, Artur Pequerobí de Aguiar Whitaker, Otoniel Mota, Domingos Laurito, Frederico de Barros Brotero, Enzo Silveira, Edmundo Krug, Fausto de Almeida Prado Penteado, Francisco Isoldi, Plínio Marques da Silva Airoso, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Felix Guisard Filho, Geraldo Ruffolo, Amador Bueno Machado Florence, Djalma Forjaz, cel. Pedro Dias de Campos, prof. Tito Lívio Ferreira, prof. Dácio Pires Correia, tenente-coronel Salvador Moia e sr. Amadeu Nogueira. Justificaram ausência, além dos secretários efetivos, os consócios drs. Afonso de Escragnolle Taunay, Plínio de Barros Monteiro e sr. João Batista de Campos Aguirra.

Aberta a sessão pelo sr. presidente perpétuo, dr. José Torres de Oliveira, foram por s. exa. convidados a tomar assento à mesa, como 1.º e 2.º secretários *ad hoc*, respectivamente, os drs. Artur Pequeróbi de Aguiar Whitaker e Felix Guisard Filho. Em seguida, como se achasse na antessala, para tomar posse, o novo sócio efetivo sr. Amadeu Nogueira, o sr. presidente nomeou, para introduzi-lo no recinto, uma comissão composta dos drs. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Enzo Silveira e tenente coronel Salvador Moia. Saudado pelo sr. presidente, agradeceu o recipiendário em interessante e comovido discurso, comprometendo-se a envidar o melhor de seus esforços em prol da grandeza do Instituto. Passou, então, o sr. 2.º secretário à leitura da ata da sessão anterior, que foi aprovada sem debate. Apresentado pelo sr. tesoureiro, prof. Dácio Pires Correia, o balancete relativo ao movimento financeiro de 1940, foi esse documento lido pelo sr. 1.º secretário e encaminhado pelo sr. presidente à comissão de contas, para o respectivo parecer. Procedeu-se, em andamento dos trabalhos, à leitura de duas propostas para novos sócios, os quais foram pelo sr. presidente encaminhados à comissão técnica competente: uma, relativa ao dr. Mário de Sampaio Ferraz, para sócio efetivo; e a outra, para sócio correspondente, relativa ao dr. Fernando São Paulo, da Faculdade de Medicina da Baía. Usando da palavra, comunica o sr. presidente que foi adiada para o mês de maio vindouro a posse solene dos novos sócios d. José Gaspar de Afonseca e Silva, d. Francisco de Aquino Correia, dr. José de Moura Resende, dr. Gofredo da Silva Teles, dr. Domingos Rubião Meira e outros; que está em entendimentos com o Governo do Estado no sentido não só de obter o Instituto uma subvenção anual, como no de lhe ser concedida autorização para imprimir suas publicações nas oficinas do "Diário Oficial" do Estado; que vai reiniciar as negociações entabuladas para a construção de um arranha-céu no terreno da atual sede social, pretendendo entrar de acordo com a Prefeitura sobre a obrigação por esta contraída, em escritura pública, relativamente à construção de nova sede em outro local; e que no próximo dia 12, às 17 horas, deverá reunir-se a comissão organizadora das homenagens à memória de Amador Bueno. Prosseguindo, discorre o sr. presidente sobre a personalidade do dr. Manuel Ferraz de Campos Sales, que foi sócio fundador e benemérito do Instituto, e acentua que não pode passar despercebida a ocorrência do primeiro centenário de seu nascimento, motivo pelo qual se promovem em todo o país grandes e expressivas comemorações; porisso, de sua parte, propõe seja consignado em ata um voto de homenagem ao grande brasileiro, homem-padrão de virtudes cívicas, que sempre se distinguiu entre os contemporâneos por uma perfeita probidade, pela rara energia, pela lúcida inteligência e pelo devotamento patriótico. Desenvolvendo o seu pensamento diz o sr. presidente que, embora não possa o Instituto tomar a iniciativa das comemorações, por se tratar de uma personalidade cuja existência se caracterizou, principalmente, por uma grande combatividade política, participará, entretanto, das homenagens projetadas, objetivando o perfeito homem público, glória de Campinas, de São Paulo e do Brasil. Aprovado esse voto com entusiásticos aplausos do plenário, passa o sr. presidente, a tratar de uma divergência de interpretação dos estatutos sociais, na parte que se refere ao processo de eleição de novos sócios. Acha s. exa. que, somente quando houver efetivamente discussão em torno de alguma proposta para sócio, deve essa parte da sessão tornar-se secreta, de vez que o que se tem em vista é evitar a divulgação dos debates em torno dos méritos do candidato. Propõe, assim, que o trecho do artigo 10, onde se lê: "sendo consideradas secretas as sessões em que se discutirem os pareceres da Comissão de Admissão de Sócios e das comissões técnicas", tenha a seguinte interpretação: "sendo considerada secreta a parte da sessão em que se discutirem os pareceres da Comissão de Ad-

missão de Sócios e das comissões técnicas, podendo a Mesa, se achar conveniente, fazer retirar do recinto às pessoas estranhas que aí estiverem". Pede a palavra o dr. Artur de Aguiar Whitaker, que, prestando homenagem ao elevado critério a que tem sempre obedecido o sr. presidente na direção dos trabalhos do Instituto, manifesta a opinião de que o assunto deve ficar suficientemente esclarecido, de modo a afastar a possibilidades de mal-entendidos. Faz o dr. Whitaker uma profunda e substanciosa crítica da redação dos estatutos, observando que algumas expressões, a seu ver inadequadas, devem ser interpretadas à luz das tradições e dos interesses do Instituto. Assim, embora julgue preferível dar-se nova redação aos artigos dos Estatutos passíveis de dúvida, como ficou demonstrado, o que poderia ser feito em ligeira reforma por iniciativa da Mesa, não faria, contudo, objecção à proposta do sr. presidente no sentido de se fixar a inteligência dos dispositivos em apreço, mediante interpretação aprovada pela Casa, e que fique isso constando da ata. Concorde com essa solução intermédia, porque, em todo caso, fica mantida a exigência estatutária relativa à discussão secreta dos pareceres sobre admissão de sócios. Intervêm ainda nos debates os drs. Djalma Forjaz, Plínio Alrosa, Amador Florence e Geraldo Rúffolo, para corroborar ou discordar, em parte, do parecer do sr. presidente. Por fim, submetida a votos a redação interpretativa proposta pelo sr. presidente, foi ela aprovada, tendo votado contra somente o dr. Djalma Forjaz, por achar que o mais prático seria proceder-se a uma reforma dos estatutos. Finalmente, proposta pelo sr. presidente e aprovada pela assembleia a inversão da ordem dos trabalhos, ocupou a tribuna o dr. Otoniel Mota, que leu um interessantíssimo trabalho sobre a introdução do arroz na alimentação dos paulistas. O conferencista foi muito aplaudido e cumprimentado, tendo o sr. presidente apresentado a s. exa. os agradecimentos do Instituto pela brilhante palestra realizada, assim como os votos de que outras oportunidades se ofereçam para que a sua palavra erudita e brilhante seja novamente ouvida. Devido ao adiantado da hora, anuncia o sr. presidente o encerramento dos trabalhos e designa o próximo dia 15 do corrente para uma sessão extraordinária, principalmente destinada à discussão e votação das propostas para novos sócios. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada será devidamente assinada.

(a.a.) CARLOS DA SILVEIRA

JOSÉ BUENO DE OLIVEIRA AZEVEDO FILHO

TITO LÍVIO FERREIRA

DISCURSO DO SR. AMADOR NOGUEIRA, EM 5 DE FEVEREIRO DE 1941

Foi o seguinte o discurso de posse pronunciado pelo sr. Amadeu Nogueira:

"Exmo. Sr. Dr. José Torres de Oliveira, digno Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo.

Senhores consócios.

Meus amigos e colegas.

Esta noite, para mim, é de grande encantamento. Sonhei-a durante alguns anos. Esperei-a com a mais santa das religiosidades. E, quando bati à porta desta casa veneranda, fi-lo com receio e humildade, sendo esse, talvez, o motivo da vitória, que reputo uma das maiores de minha vida no mundo das letras.

E aqui estou para vos agradecer a generosa homenagem com que me galardoasteis, elegendo-me vosso consócio e companheiro de todas as horas.

É preciso que vos diga, aqui na intimidade, que nos meus estudos escolares, em assuntos históricos, sempre fui o último. Não conseguí passar da guerra dos holandeses, de um livro pequeno, que ainda guardo como relíquia.

Hoje, com mais experiência da vida, fazendo um retrospecto de minha passagem pelas escolas, sem me querer mostrar douto no assunto, verifico que a história do Brasil é mal ensinada em nossos estabelecimentos de ensino. O quase que desprezo pela história, por parte dos estudantes, é natural, porque é nas casas de ensino que se ganha essa antipatia por assuntos do passado. A história que é ministrada à juventude é feita de datas e mais datas, de épocas e de complicações. O belo, a poesia da história, não é mostrado, nem entrevisto pela nossa mocidade.

E, quando o aluno deixa os bancos escolares, nunca mais abre um livro de História Pátria. E, assim se está formando uma geração que não conhece a história dos seus antepassados, dos nossos heróis e desbravadores de sertão. Para maior infelicidade, há tempos, ainda se excluiu dos programas escolares a matéria de História do Brasil, que voltou recentemente a ser incluída, depois de grandes trabalhos de homens de letras.

Pertenço à geração dos que aprenderam a história pelo método confuso. Assim, esta casa, para mim foi sempre difícil de conquistar, porque para aqui só entram os que amam os seus antepassados, — os que vivem sobre velhos papéis, que poucos podem ler.

Não fosse o trabalho deste Instituto, por intermédio dos seus ilustres e beneméritos consócios, a história hoje estaria em muito peor situação. Quem poderia, nos dias que estamos atravessando, conhecer um Fernão Dias Pais ou um Borba Gato? Deve-se esse serviço de divulgação das nossas figuras proeminentes ao historiador. Foi o beneditino, o que lida com velhos papéis, que tirou do olvido a esses gloriosos bandeirantes. Por intermédio do estudioso é que a geração atual pode saber das caminhadas, das renúncias dos nossos ancestrais.

Ninguém poderia, na atualidade, conhecer a epopéia e o alcance da colonização portuguesa. Dos arquivos, dos papéis rendados, o historiador, num trabalho ingrato, que bem poucos compreendem, foi tirando os dados, compilando as notas, reconstituindo fatos, até chegar a uma conclusão nos seus estudos, dando-nos, então, a conhecer a figura nobre de Martim Afonso, a odisséia da primeira bandeira, a fundação de S. Vicente, de São Paulo de Piratininga. E, ainda, mostrando-nos as figuras grandiosas de Nóbrega e de Anchieta, no trabalho árduo de evangelizar os selvagens da terra lendária, fundando colégios, argamassando uma nacionalidade.

E todo esse esforço, de ressuscitar heróis, de mostrar fraquezas de uns e renúncias de outros, não se deve a uma legião de homens. Deve-se, sim, a uns poucos, a uns raros, que se entregam a esses estudos fatigantes e muito mal compreendidos por uma grande maioria.

E a história, base da nacionalidade, continua, ainda, a ser matéria pouco compreendida em nossa jovem e querida terra. Poucos são os livros de história que não sejam raros. E, a explicação desse fato é muito fácil. O escritor que se dedica ao estudo do nosso passado, quando publica um livro, na certeza de que têm poucos leitores, limita a edição de sua obra, que foi escrita por amor à arte, para meia dúzia de amigos e apaixonados do ofício.

Esse fato fez com que o nosso povo cada vez mais se mostre indiferente ao estudo dos feitos dos nossos avoengos, das batalhas em que se empenharam, da glória que os bafeja.

E, assim, nas letras, não há trabalho mais ingrato do que o de escrever-se livros de história. Aqueles que se dedicam a esse mister, são uns verdadeiros beneditinos da arte, escravos de uma vocação, por todos os títulos, grandiosa e nobilitante. Plantam para o futuro, sem colher os frutos, que amadurecem para as gerações que hão de vir.

Aquí estou com os beneditinos das letras pátrias. Em boa companhia, satisfeito e disposto a trabalhar para a grandeza de minha querida terra.”

ATA DA 1.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 15 DE FEVEREIRO DE 1941

Presidente: Dr. Carlos da Silveira.

1.^o Secretário: Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho.

2.^o Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira.

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e quarenta e um, em sua sede social, à rua Benjamim Constant, n. 152, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a primeira sessão extraordinária do ano social de 1941. Compareceram os sócios: Drs. Carlos da Silveira, Amador Florence, Edmundo Krug, Cel. Pedro Dias de Campos, Drs. Otoniel Mota, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Tito Lívio Ferreira, Geraldo Rúffolo e Fausto de Almeida Prado Penteadó. Como estivessem ausentes, com causa justificada, o Dr. José Torres de Oliveira, presidente perpétuo, Dr. Álvaro de Sales Oliveira, 1.^o vice-presidente; Dr. Frederico de Barros Brotero, 2.^o vice-presidente; Desembargador Dr. Júlio Cesar de Faria, 3.^o vice-presidente e Professor João Augusto de Toledo, 1.^o secretário, assumiu a presidência dos trabalhos o Dr. Carlos da Silveira, 2.^o secretário, o qual convidou, ao abrir a sessão, o Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, para funcionar como 1.^o secretário e a mim, Tito Lívio Ferreira, para funcionar como segundo. Em seguida esclarece o sr. Presidente que a sessão fora convocada para a admissão de novos sócios, pelo que deixava de ser lida a correspondência, a qual estava sobre a mesa à disposição dos srs. associados. Procede-se, então, à leitura da ata da sessão anterior e, como, a seguir, aberta a discussão, não houvesse nenhum sócio que desejasse fazer uso da palavra, foi a mesma aprovada. Passando à primeira parte da ordem-do-dia, declara o sr. Presidente que se ia proceder, em seguida, à leitura, discussão e votação de algumas propostas para novos sócios. Isso feito, verificou-se o seguinte resultado: Prof. João Dias da Silveira, eleito sócio efetivo por sete votos contra um; Prof. Joaquim da Silveira Santos, eleito sócio efetivo por unanimidade dos presentes; Sr. Amilar Alves, eleito

sócio correspondente por sete votos contra um; Tenente-Coronel Luiz Tenório de Brito, eleito sócio efetivo por sete votos contra um; Prof. Alfredo Gomes, eleito socio efetivo por sete votos contra dois; Dr. Flávio Maurano, eleito sócio correspondente, por oito votos contra um; e Eng. Álvaro Soares Brandão, delegado em S. Paulo, da Sociedade de Geografia de Lisboa, eleito sócio efetivo por seis votos contra três. Em seguida procede-se à leitura de sete propostas para novos sócios, as quais foram, pelo sr. Presidente, encaminhadas à comissão técnica competente, e são as seguintes: D. Marina de Andrada Procópio de Carvalho, Dr. Mário de Sampaio Ferraz e Revmo. Padre Heliodoro Pires, para sócios efetivos, e Drs. Fernando São Paulo, Elmano Gomes Cardim, Leopoldo Antônio Feijó e Cel. Henrique de Campos Ferreira Lima, Diretor do Arquivo Histórico Militar de Lisboa, para sócios correspondentes. Declara, a seguir, o sr. Presidente, que, por intermédio do Dr. Fausto de Almeida Prado Penteado, o Instituto acaba de receber um exemplar do livro "O Espírito Militar e a Questão Acreana", de autoria do Dr. Luís Felipe de Castilhos Goicocheia, ilustre historiador sul-riograndense. Essa oferta foi recebida com especial agrado. Pede a palavra o Dr. Bueno de Azevedo Filho, que ressaltou o valor histórico e literário da obra do sr. dr. Castilhos de Goicocheia, membro correspondente deste Instituto, principalmente os seus trabalhos sobre Plácido de Castro e o Acre. Declara o sr. Presidente encerrados os trabalhos. E, para constar, eu Tito Lívio Ferreira, 2.º secretário, lavrei a presente ata, que depois de lida, discutida e aprovada será devidamente assinada.

(a.a.) FREDERICO B. BROTERO
CARLOS DA SILVEIRA
Pe. PAULO AURISOL C. FREIRE.

**ATA DA 3.ª REUNIAO ORDINARIA, REALIZADA
EM 5 DE MARÇO DE 1941**

Presidente: Dr. Frederico de Barros Brotero.
1.º Secretário: Dr. Carlos da Silveira.
2.º Secretário: Pe. Aurisol Cavalheiro Freire.

Aos cinco dias do mês de março de mil novecentos e quarenta e um, nesta Capital, na sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sita à rua Benjamin Constant número cento e cinquenta e dois; às vinte e uma horas, havendo **quorum**, foi declarada aberta a sessão, com a presença de pessoas estranhas ao quadro social, e os seguintes sócios devidamente assinados no livro de presença: Drs. Frederico de Barros Brotero, Plínio de Barros Monteiro, Carlos da Silveira, Felix Guisard Filho, Edmundo Krug, Enzo Silveira, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Domingos Laurito, Luiz Ribeiro do Vale, Geraldo Rúffolo, Afonso d'E. Taunay, Padre Paulo Aurisol Cavalheiro Freire,] Profs. Amadeu Nogueira, Tito Lívio Ferreira, Srs. Amador Bueno Machado Florence e João Batista de Campos Aguirra. Justificaram sua ausência os senhores associados Dr. José Torres de Oliveira, Presidente Perpetuo; Prof. João Augusto de Toledo, 1.º Secretário; e Dr. Leonardo Pinto. Assumiu a presidência o 2.º Vice-Presidente Dr. Frederico de Barros Brotero, que designou, para primeiro secretário, o segundo, havendo convidado para segundo o secretário *ad-hoc* o Revmo. Padre Paulo Aurisol Cavalheiro Freire. Como estivesse na antessala, para tomar posse, o sócio eleito Dr. Luiz Ribeiro do Vale, o Sr. Presidente nomeou uma comissão composta do Dr. Felix Guisard

Filho, Sr. João Batista de Campos Aguirra e Sr. Amador Bueno Machado Florence a-fim-de introduzir na sala das sessões o recipiendário, o que foi feito debaixo de uma salva de palmas, terminadas as quais o novo associado assinou o livro de presença. O segundo secretário ad hoc lê, a seguir, a ata da sessão anterior, a qual é, sem debate, aprovada. O senhor Presidente comunica que o Dr. Álvaro de Sales Oliveira, 1.º Vice-Presidente do Instituto, está recolhido ao Hospital Santa Cecília e nomeia para visitá-lo, em nome da agremiação, uma comissão formada dos senhores Dr. Afonso d'Escragnolle Taunay, Dr. Luiz Ribeiro do Vale e Prof. Dácio Pires Correia. O senhor Presidente, considerando que havia propostas para votação, propõe inversão na ordem dos trabalhos, uma vez que o Regimento Interno exige votação secreta e, na sala havia assistentes, estranhos ao quadro, que compareceram para ouvir a conferência anunciada do Dr. Felix Guisard Filho. Foi aprovada a proposta e, a seguir, dada a palavra ao conferente, que discorreu sobre a origem dos trapistas, insistindo no fato de serem eles um ramo da ordem de São Bento, tão antiga na França e tão conhecida pelas suas célebres abadias medievais de Cistér (Cîteaux), e Clairaval (Clairvaux), fundadas respectivamente por Roberto de Molesne, em 1098, e S. Bernardo, em 1114. Da abadia da Trapa (la Trappe), fundada em 1140, perto de Mortagne (Orne), e reformada em 1662 pelo abade de Rancé, derivam os trapistas, com a sua regra particularmente severa, que determina o silêncio, o abandono do leito às duas horas da madrugada, com o tempo todo ocupado em orações e trabalhos agrícolas, em que são exímios. Tão exímios são mesmo nesses trabalhos agrícolas que foi essa a razão pela qual não foram atingidos pela lei de expulsão das ordens religiosas da França, em 1901, conseguindo até, nessa época, conquistarem a simpatia de Georges Clemenceau, o rude político tão conhecido pelo seu espírito anticatólico e até mesmo anticristão. Em 1903, o abade Dom Chauttard determinou que se estabelecesse uma casa trapista no Brasil e para isso andaram enviados observando terras em Cananéia e em Tremembé. Foram estas as escolhidas, adquirindo os trapistas a grande fazenda da Palmeira, onde criaram gado leiteiro, exploraram a lavoura de café, existente, e plantaram arroz, no Vale do Paraíba. Eram duas as trapas da região — a de Maristela, na parte mais alta, e a de Birisal, na mais baixa marginal ao Paraíba. Manda a justiça que se afirme, salienta o orador, que não foram, entretanto, os frades trapistas, os iniciadores da cultura de arroz na baixada do Paraíba, pois as primeiras experiências nesse sentido cabem, sem favor, ao eminente paulista Dr. Carlos José Botelho, ao tempo em que foi secretário da Agricultura do Estado de São Paulo. Os trapistas aproveitaram-se da iniciativa do Dr. Carlos José Botelho, ampliaram muitíssimo as experiências anteriores, tiveram proveito pecuniário da cultura da graminea, o que de certo não se havia verificado nas experiências oficiais, caras e sem compensação monetária. Além dos trabalhos agrícolas e pecuários, os trapistas ganharam muito dinheiro no saneamento da zona em que tinham influência, muito beneficiando as populações rurais. A baixa do café, entretanto, e, sobretudo, a ausência de vocações brasileiras para a Ordem, determinaram o fechamento das trapas taubateenses, em 1930, com pesar para todos os que acompanharam, como o orador (médico dos frades) tão importantes obras em terras paulistas. Refere-se o orador, ligeiramente, à experiência fracassada das trapistas, em Nova Friburgo, no Estado do Rio-de-Janeiro. Terminada, com aplausos, a conferência do Dr. Felix Guisard Filho, pediu a palavra o Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho e pronunciou um sentido elogio fúnebre do consócio, recentemente eleito, senhor Amílcar Alves, de Campinas, ontem falecido nessa cidade. Terminou propondo, no próprio nome e no do dr. Edmundo Krug, um voto de pesar pelo falecido, o que foi unanimemente aprovado, com toda a simpatia da casa. O Senhor

Presidente propõe dois officios de pêsames: um, ao Major Firmino Augusto de Godói, sócio efetivo, pelo falecimento de sua Excelentíssima Esposa; e outra, ao Dr. Galeno Martins de Almeida, também sócio efetivo, pelo falecimento de seu irmão o Dr. Juliano Martins de Almeida — sendo aprovada a proposta. Passa-se, então, à votação das propostas para isso preparadas. O primeiro secretário lê a relativa ao jornalista Antônio Cuoco, para sócio efetivo, estando presentes dezesseis associados, que assinaram o livro. Recolhidas as esferas, foram encontradas sete brancas e nove pretas, sendo, assim, rejeitada a proposta e o respectivo parecer favoravel. É lida, em continuação, a proposta concernente à senhora D. Francisca Pereira Rodrigues, para sócia honorária, com parecer favoravel, e obteve doze esferas brancas e quatro pretas, sendo, porisso, aprovada. Vem, após, a proposta para sócia efetiva, respeitante à senhora D. Marina de Campos Andrada Procópio de Carvalho, com parecer favoravel, e se recolheram dezesseis esferas brancas, o que significou aprovação unânime. Segue-se a apresentação da proposta, para sócio correspondente, na Baía, relativa ao Dr. Fernando São Paulo, com parecer favoravel, sendo recolhidas 16 esferas brancas, sendo portanto, aprovada por unanimidade. Finalmente, faz-se a leitura da proposta com o nome do agrônomo senhor Mário de Sampaio Ferraz, para sócio efetivo, com parecer favoravel, tendo havido, na votação, 15 esferas brancas e 1 preta, e foi, assim, aprovada. Terminadas as votações, pediu a palavra o consócio Dr. Geraldo Rúffolo, e discorreu com erudição sobre a *Odisséia*, recentemente traduzida para a língua portuguesa, no metro original, pelo consócio Dr. Carlos Alberto da Costa Nunes. Refere-se igualmente aos brilhantes artigos do consócio Dr. Antônio Picarolo, sobre o referido livro do Dr. Nunes, e termina o seu simpático discurso propondo dois louros aos dois eruditos membros do Instituto Histórico de São Paulo, concretizados, esses louros, num voto de louvor, inserido na ata dos trabalhos de hoje, o que foi aprovado com entusiasmo. Continuando com a palavra, o Dr. Rúffolo faz elógiosa referência a um artigo do consócio Dr. Aureliano Leite, no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, de dois de fevereiro próximo findo, relativamente à língua brasileira, ou língua portuguesa, pedindo igualmente o apoio do Instituto para esse artigo, apoio também concretizado num voto de simpatia, o que foi aprovado. E ainda, continuando, justifica a ausência do consócio Dr. José da Mata Cardim. Pede então a palavra o Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho e propõe um voto de congratulações pela passagem, em 26 de fevereiro último, do aniversário do Dr. José Torres de Oliveira, Presidente Perpétuo. O Sr. Presidente comunica aos consócios presentes que já se reuniu a comissão organizadora das homenagens à memória de Amador Bueno, tendo sido tomadas as seguintes deliberações: 1.º mandar colocar no peristilo do Instituto uma placa de bronze, comemorativa da efeméride; 2.º colocar, com prévia autorização do Sr. Prefeito Municipal, uma placa de bronze na rua Amador Bueno, esquina da avenida Ipiranga, devendo falar nessa ocasião o dr. Felix Guisard Filho; 3.º organizar uma "plaquette" comemorativa; 4.º officiar ao sr. Ministro da Viação solicitando providências junto à Casa da Moeda para a emissão de um selo postal comemorativo; 5.º realizar três conferências, nos dias 1.º, 2 e 3 de abril, a cargo, respectivamente, dos drs. Afonso de Taunay, Alfredo Ellis Júnior e Aureliano Leite. Terminada a comunicação, e como ninguem mais quisesse usar da palavra, o Sr. Presidente agradeceu o comparecimento de todos e convidou para a próxima reunião ordinária de 5 de abril. Depois do que foi declarada encerrada a sessão, pelas vinte e três horas. E, para constar, foi la-

vrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(a.a.) FREDERICO BROTERO
CARLOS DA SILVEIRA
AFONSO DE CARVALHO

Ata da primeira reunião extraordinária, realizada no dia 1.º de abril de 1941, terça-feira, às dezesseis horas.

A primeiro de abril de mil novecentos e quarenta e um, terça-feira, às dezesseis horas, no átrio do edifício social, sito à rua Benjamim Constant, número cento e cinquenta e dois, precedendo amplo noticiário nos jornais desta Capital, realizou-se a primeira reunião extraordinária, cujo fim era inaugurar a placa de bronze comemorativa da passagem da data tricentenária da aclamação de Amador Bueno para rei de São Paulo e consequente recusa por parte do aclamado. Presentes membros da Diretoria do Instituto, representantes das altas autoridades civis, militares e religiosas, representantes da Imprensa e de associações culturais, entre os quais o Dr. Anibal de Matos, pelo Instituto Histórico de Belo Horizonte, de que é presidente; convidados, consócios e assistência popular, dentro e fora do prédio, pelo Desembargador Dr. Júlio Cesar de Faria, terceiro vice-presidente, foi explicada a significação do ato e, a seguir, convidado o Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, sócio do Instituto, na qualidade de descendente de Amador Bueno, para descerrar a placa de bronze feita pelo escultor Sr. Roque De Mingo, o que se realizou, tendo ficado descobertos os dizeres da mesma: "Recorda este bronze singelo a oblação grata do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo à memória de Amador Bueno, que, ao recusar uma coroa real, aos Paulistas assegurou a continuidade lusitana de sua missão histórica de impertérritos dilatadores da Pátria Brasileira — 1641-1941". Após esse ato, o Senhor Presidente da reunião deu a palavra ao consócio orador oficial do Instituto, Professor Doutor José Carlos de Ataliba Nogueira, o qual proferiu longo e substancioso discurso, alusivo, sendo muito cumprimentado, ao terminar. O Senhor Desembargador Dr. Júlio Cesar de Faria tomou então a palavra e, agradecendo o comparecimento de todos, a todos convidou para o ato da inauguração da placa de bronze colocada na rua Amador Bueno, esquina da Avenida Ipiranga, o que se daria às dezessete horas. Dissolveu-se, nesse momento, a reunião do átrio do Instituto Histórico, por já se haver cumprido a finalidade dela e, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada será devidamente assinada.

Ata da segunda reunião extraordinária, realizada no dia primeiro de abril de 1941, terça-feira, às dezessete horas.

A primeiro de abril de mil novecentos e quarenta e um, terça-feira, às dezessete horas, na esquina da rua Amador Bueno com a Avenida Ipiranga, precedendo amplo noticiário nos jornais da Capital, realizou-se a segunda reunião extraordinária, cujo fim era inaugurar a placa de bronze comemorativa da passagem da data tricentenária da aclamação de Amador Bueno, para rei de São Paulo, e a consequente recusa por parte do aclamado. Presentes membros da Diretoria do Instituto, representantes da Im-

prensa e de associações culturais, convidados, consócios e assistência popular, pelo Desembargador Dr. Júlio Cesar de Faria, terceiro vice-presidente, foi explicada a significação do ato e, a seguir, convidado Dom Paulo Pedrosa, prior da Abadia Beneditina desta Cidade, como membro da Ordem Religiosa no seio da qual se abrigou Amador Bueno, no dia da sua aclamação, para descerrar a placa feita pelo escultor Sr. Roque De Mingo, o que se realizou, tendo ficado descobertos os dizeres da mesma: "Rua Amador Bueno (o Aclamado) — 1641-1941 — Homenagem do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo". Após essa cerimônia, o Senhor Presidente da reunião deu a palavra ao consócio, orador do ato, Doutor Felix Guisard Filho, o qual proferiu entusiástico discurso, alusivo, sendo muito cumprimentado, ao terminar. O Sr. Desembargador Dr. Júlio Cesar de Faria tomou então a palavra e, agradecendo o comparecimento de todos, deu por encerrada a reunião, a qual se dissolveu por se haver ali cumprido a finalidade dela. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada será devidamente assinada.

Ata da terceira reunião extraordinária, realizada no dia primeiro de abril de mil novecentos e quarenta e um, terça-feira, às vinte e uma horas.

Presidente: Dr. Frederico de Barros Brotero.

1.º Secretário: Dr. Carlos da Silveira.

2.º Secretário: Dr. Artur Pequerobí de Aguiar Whitaker.

A primeiro de abril de mil novecentos e quarenta e um, terça-feira, às vinte e uma horas, na sede social, sita à rua Benjamim Constant número cento e cinquenta e dois, nesta Cidade de São Paulo, presentes muitos consócios cujos nomes constam do livro de presença, bem como representantes das altas autoridades civis, militares e religiosas; representantes da Imprensa e de associações culturais; pessoas gradas, cavalheiros, damas, que enchiam literalmente todo o salão das sessões, realizou-se a terceira reunião extraordinária, cujo fim era a conferência a ser proferida pelo consócio Dr. Afonso de Escragnolle Taunay, presidente honorário do Instituto e membro da Academia Brasileira de Letras, o que constava do programa amplamente divulgado pelos jornais desta Capital. Constituída a mesa pelo Dr. Frederico de Barros Brotero, segundo vice-presidente, por estar ausente o Dr. José Torres de Oliveira, Presidente Perpétuo; segundo secretário servindo de primeiro, por motivo de moléstia do efetivo, Professor João Augusto de Toledo; Conselheiro Dr. Artur Pequerobí de Aguiar Whitaker, servindo de segundo secretário *ad-hoc*; Tenente Augusto Ferreira Marcondes, representante do Sr. Interventor Federal; Coronel Mário Xavier, comandante da Força Pública do Estado; o monge beneditino Dom Gonçalo de Matos, representante da Abadia de São Bento, desta Capital e o Dr. Afonso de Escragnolle Taunay, conferencista, pelo Sr. Presidente Dr. Frederico de Barros Brotero foi dada a palavra ao orador, Dr. Afonso de Escragnolle Taunay, que leu sua bem documentada e elucidativa conferência, procurando, sobretudo, fazer justiça ao historiador paulista Gaspar da Madre de Deus, da Ordem de São Bento, geralmente conhecido por "Frei Gaspar da Madre de Deus", há anos violentamente e injustamente atacado na sua honorabilidade de historiador pelo Dr. Cândido Mendes de Almeida, e depois, pelo Dr. Sílvio Romero. Ao terminar sua brilhante e convincente conferência histórica, foi o Presidente Honorário muito felicitado por todos os presentes, por palavras a ele dirigidas e por palmas efusivas da numerosa assistência. A seguir, o Sr. Presidente deu conheci-

mento do officio do Prefeito de Lorena, Sr. Jovino de Aquino, solidarizando-se com os festejos comemorativos da data tricentenária, e encarregando de representá-lo, durante os mesmos, o consócio Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho. Depois do que foi encerrada a sessão, tendo antes o Sr. Presidente agradecido ao orador e à assistência. E, para constar, foi lavrada a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada

Ata da quarta reunião extraordinária, realizada no dia dois de abril de mil novecentos e quarenta e um, quarta-feira, às vinte e uma horas.

Presidente: Dr. Frederico de Barros Brotero.

1.º Secretário: Dr. Carlos da Silveira.

2.º Secretário: Dr. Afonso José de Carvalho.

Aos dois de abril de mil novecentos e quarenta e um, quarta-feira, às vinte e uma horas, na sede social, sita à rua Benjamim Constant, número cento e cinquenta e dois, nesta Cidade de São Paulo, presentes muitos consócios cujos nomes constam do livro de presença, bem como representantes das altas autoridades civis, militares e religiosas; representantes da imprensa e das associações culturais, pessoas gradas, cavalheiros, damas, que enchiam o salão das sessões, realizou-se a quarta reunião extraordinária, cujo fim era a conferência a ser proferida pelo consócio Dr. Alfredo Ellis, professor de História Pátria da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo, o que constava do programa amplamente divulgado pelos jornais desta Capital. Constituída a mesa pelo Dr. Frederico de Barros Brotero, segundo vice-presidente, por motivo da ausência do Dr. José Torres de Oliveira, Presidente Perpétuo; segundo secretário servindo de primeiro, por moléstia do efetivo, Professor João Augusto de Toledo; Desembargador Afonso José de Carvalho, como segundo secretário *ad hoc*; Tenente Arrison de Sousa Ferraz, representante do Senhor Interventor Federal; Tenente-coronel Coriolano de Almeida Júnior, representante do Commandante da Força Policial do Estado; o monge beneditino Dom Bento Pickel, representante da Abadia de São Bento, desta Capital e o Dr. Alfredo Ellis Júnior, conferencista, pelo Sr. Presidente Dr. Frederico de Barros Brotero foi dada a palavra ao orador, Dr. Alfredo Ellis, que proferiu sua conferência, a que deu forma didática. Contrariando opiniões antigas e aceitas, nega o orador mérito ao aclamado, a quem acha medíocre, embora seja seu antepassado. E, aproveitando a oportunidade, critica severamente os fazedores de genealogias, preocupados com a grandeza dos seus respectivos avoengos, o que, segundo pensa, nenhum valor tem para o mérito de cada um dos descendentes. Afirma que Dom João IV não passava de infra-normal e que Amador Bueno não podia ter, para com a monarquia portuguesa, tão mal representada, nenhum laço afetivo. Acha que se Amador Bueno houvesse aceitado a coroa que se lhe oferecia, São Paulo teria iniciado, desde aquela era (1641), a sua evolução progressista. Ao terminar, foi o orador felicitado pelos presentes. A seguir, o Sr. Presidente da sessão agradeceu ao orador e à assistência, dando a sessão por encerrada. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada

Ata da quinta reunião extraordinária, realizada no dia três de abril de mil novecentos e quarenta e um, quinta-feira, às vinte e uma horas.

Presidente: Dr. Júlio Cesar de Faria.

1.º Secretário: Dr. Carlos da Silveira.

2.º Secretário: Dr. Afonso José de Carvalho.

Aos três de abril de mil novecentos e quarenta e um, quinta-feira, às vinte e uma horas, na sede social, sita à rua Benjamin Constant número cento e cinquenta e dois, nesta Cidade de São Paulo, presentes muitos consócios cujos nomes constam do livro de presença bem como representantes das altas autoridades civis, militares e religiosas; representantes da Imprensa e das associações culturais; pessoas gradas, cavalheiros, damas, que enchem o salão das sessões, realizou-se a quinta reunião extraordinária, cujo fim era a conferência a ser proferida pelo consócio Dr. Aureliano Leite, o que constava do programa amplamente divulgado pelos jornais da Capital. Constituída a mesa pelo Desembargador Dr. Júlio Cesar de Faria, terceiro vice-presidente, em vista da ausência do Dr. José Torres de Oliveira, Presidente Perpétuo; segundo secretário servindo de primeiro, dado o estado de saúde do efetivo, Professor João Augusto de Toledo; Desembargador Afonso José de Carvalho, como segundo secretário *ad hoc*; Capitão Joaquim Ferreira de Sousa, representante do Senhor Interventor Federal; Cônego Paulo Rolim Loureiro, representante do Excelentíssimo Senhor Arcebispo Metropolitano de São Paulo; Embaixador Dr. José Carlos de Macedo Soares, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; e o monge beneditino Dom Bento Pickel, representante da Abadia Beneditina desta Capital: pelo Senhor Presidente Desembargador Dr. Júlio Cesar de Faria foi dada a palavra ao orador, Dr. Aureliano Leite, que proferiu sua conferência, da tribuna, discorrendo com erudição sobre a personalidade de Amador Bueno, que acha digna de admiração e acatamento, concluindo por afirmar que o aclamado era bem a figura de um verdadeiro estadista colonial, o que é fácil provar no desempenho que deu aos muitos cargos que ocupou e no descortino revelado em várias oportunidades que se lhe ofereceram. Ao terminar, foi o orador muito felicitado pelos presentes. A seguir, o Sr. Presidente da sessão, fazendo uma feliz resenha das solenidades comemorativas da data tricentenária da Aclamação de Amador Bueno, salienta o papel da comissão organizadora à qual agradece, estendendo estes agradecimentos aos três oradores, cujas tendências mentais põe em relevo, e, ao dar por terminadas as comemorações, encerra a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada será devidamente assinada.

ATA DA 4.ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 5 DE ABRIL DE 1941

Aos cinco dias do mês de abril de mil e novecentos e quarenta e um, na sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, à rua Benjamin Constant, número cento e cinquenta e dois, presentes alguns senhores visitantes e os associados senhores doutores Frederico de Barros Brotero, Amador Bueno Machado Florence, Edmundo Krug, Plínio de Barros Monteiro, desembargador Afonso José de Carvalho, Roberto Thut, Carlos da Silveira, Geraldo Rúffolo, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Marcelo Piza, Ottoniel Mota, coronel Pedro Dias de Campos e professor Dácio Pires Correia,

havendo quorum, foi aberta a sessão, às vinte e uma horas. Na forma regimental, assumiu a presidência o doutor Frederico de Barros Brotero, segundo vice-presidente, o qual convidou, para segundo secretário ad-hoc, o desembargador doutor Afonso José de Carvalho. Como primeiro secretário, na ausência, por motivo justificado, do efetivo, senhor professor João Augusto de Toledo, serviu o segundo. A seguir, foi lida a ata da sessão anterior, a qual foi, sem debate, aprovada e, depois, assinada pela Mesa. O primeiro secretário lê uma proposta para sócio efetivo relativa ao senhor Carlos Borges Schmidt, sendo ela encaminhada à comissão de admissão de sócios, para o respectivo parecer. Relativamente aos ofícios recebidos, o consócio doutor Roberto Thut faz algumas considerações a respeito de um, da sociedade Filatélica. A seguir, é dada a palavra ao professor Otoniel Mota, para ler uma interessante comunicação (capítulo de um livro a publicar), anunciada pela imprensa, subordinada ao título *Os rebanhos em Piratininga*, sendo muito aplaudido e cumprimentado, ao terminar. O senhor presidente fala sobre as comemorações realizadas pelo Instituto, quanto ao tricentenário da aclamação de Amador Bueno para rei de São Paulo, referindo-se ao brilho das mesmas e ao papel que tiveram, para o êxito verificado, os senhores doutores Afonso de Escagnolle Taunay, Aureliano Leite, Felix Guisard Filho, Alfredo Ellis Júnior, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho e professor Dácio Pires Correia, membros da comissão nomeada pelo presidente perpétuo, senhor doutor José Torres de Oliveira. Também se refere aos trabalhos executados na secretaria do Instituto pelo senhor Aristides da Silveira Lobo, auxiliar-bibliotecário. Acha que a todos deve caber um voto de louvor pelo desempenho dado às suas funções, propondo que isso fique consignado em ata, o que foi aprovado. Propõe, em continuação, que se dê conhecimento do brilhantismo das comemorações aludidas, em ofício, ao presidente perpétuo doutor José Torres de Oliveira, ausente desta Capital, por motivos independentes de sua vontade, ofício que levará igualmente, ao presidente perpétuo, os votos de boas-vindas do Instituto, por ter o senhor doutor José Torres de Oliveira de regressar nestes dias próximos. Pede a palavra o consócio Sr. Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho e como único membro presente da comissão, agradece, em seu nome e no dos demais companheiros, as amáveis referências do doutor Frederico de Barros Brotero. Continuando, o doutor Bueno justifica a ausência dos senhores consócios Tito Livio Ferreira, Teodoro Braga e Enzo Silveira. Pede, então, a palavra o consócio doutor Geraldo Rúffolo e insiste na homenagem proposta pelo senhor presidente. E, prosseguindo, propõe um voto de pesar ao sócio efetivo doutor José Maria Whitaker, por haver perdido uma filha. As propostas foram aprovadas. O senhor professor Dácio Pires Correia comunica à assembléia que foi feita ao senhor doutor Alvaro de Sales Oliveira, primeiro vice-presidente, por achar-se enfermo, a visita de que fora incumbido como membro da comissão para esse fim nomeada na sessão anterior e da qual também faziam parte os senhores doutores Afonso de Escagnolle Taunay e Luiz Ribeiro do Vale. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, o senhor presidente agradece o comparecimento de todos, convida para a próxima sessão e declara encerrados os trabalhos às vinte e duas horas e meia. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa.) Frederico Brotero.
Carlos da Silveira.
A. P. de Aguiar Whitaker.

**ATA DA 5.a SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NA QUINTA-FEIRA,
DIA 5 DE JUNHO DE 1941.**

Presidente: Dr. Frederico de Barros Brotero.

1.º Secretário: Dr. Carlos da Silveira.

2.º Secretário: Dr. Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker.

Aos cinco dias do mês de junho de mil novecentos e quarenta e um, quinta-feira, na sede social do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sito nesta Capital, à rua Benjamin Constant número cento e cinquenta e dois, às vinte e uma horas, havendo **quorum**, foi aberta a sessão, presentes os senhores associados **drs Frederico de Barros Brotero, Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker, Carlos da Silveira, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Plínio de Barros Monteiro, Marcelo de Toledo Piza, Edmundo Krug, Geraldo Rúffolo, Afonso de Escragnole Taunay, cel. Pedro Dias de Campos, tte.-cel. Luiz Tenório de Brito e sr. Nicolau Duarte Silva.** Na ausência justificada ao presidente perpétuo, sr. dr. José Torres de Oliveira, e do primeiro secretário, sr professor João Augusto de Toledo, ficou a mesa composta do 2.º Vice-Presidente, dr. Frederico de Barros Brotero; do segundo secretário, servindo de primeiro; e do consócio dr. Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker, no posto de segundo secretário *ad-hoc*. O Senhor Presidente declarou estar na antessala o Tenente-Coronel Luiz Tenório de Brito, recentemente eleito sócio efetivo e, portanto, nomeia para introduzi-lo no recinto das sessões uma comissão composta dos Senhores Coronel **Pedro Dias de Campos, dr. Marcelo de Toledo Piza e Almeida e dr. Edmundo Krug.** Entrando na sala e assinando o livro de presença, é o novo socio saudado pelo Senhor Presidente, a que responde com expressivas palavras de satisfação. Em seguida faz-se a leitura da ata da sessão de cinco de abril, a qual foi sem debate aprovada. Passando-se ao expediente, o primeiro secretário dá conta da oferta das seguintes obras: **Durch Central-Brasilien**, 1.º volume, edição de Leipzig, 1886, dádiva do consócio Professor Dácio Pires Correia; **História do Café no Brasil**, em nove volumes, oferta do Departamento Nacional do Café, por intermédio do autor, dr. Afonso de Taunay; e, finalmente, a oferta feita pelo dr. Cândido de Souza Campos, em volumes luxuosamente encadernados, das traduções, brasileiras da **Viagem Pitoresca Através do Brasil**, de João Maurício Rugendas, das **Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil**, de Daniel P. Kidder, e do **Brasil Pitoresco** (2 volumes), de Charles Ribeyrolles. São apresentadas as contas do Tesoureiro, com o parecer da comissão respectiva os quais submetidos à discussão e votação são unanimemente aprovados sem debate. São também apresentadas duas pastas com a correspondência recebida e a remetida, tudo em perfeita ordem e que fica à disposição dos senhores associados, para qualquer exame ou consulta. O Senhor Presidente declara que as ofertas feitas são recebidas com especial agrado e, em continuação, comunica à assembléia que, havendo propostas para novos sócios, já com os pareceres da respectiva comissão, passar-se-ia ao trabalho da votação dessas propostas. E então lida a referente ao **Padre Heliodero Pires**, para **SÓCIO EFETIVO**, a qual foi aprovada pelos onze senhores associados presentes, o que significa unanimidade na aceitação. Vem depois a proposta relativa ao dr. **Elmano Gomes Cardim**, para **SÓCIO CORRESPONDENTE**, igualmente aprovada por unanimidade, ou seja por onze votos. Logo após a assembléia passa a apreciar a proposta concernente ao dr. **Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt**, para **SÓCIO CORRESPONDENTE**, logrando a mesma aprovação unânime, ou sejam onze votos favoráveis, com as três anteriores. Finalmente, entra em votação a proposta tocante ao **Senhor Carlos Borges Schmidt**, para **SÓCIO**

EFETIVO, a qual foi aprovada por dez votos. Não tomaram parte nas quatro votações os Senhores Desembargador Afonso José de Carvalho e o Professor Nicolau Duarte Silva, por haverem chegado depois de realizado esse trabalho. Pede então a palavra o consócio dr. Geraldo Rúfiolo para comunicar que vem colhendo dados relativos à personalidade do dr. Rafael Correia da Silva Sobrinho, ou ainda o Dr. Rafael Correia da Silva, ou finalmente, como mais era chamado, dr. Rafael Correia, lente que foi da Faculdade de Direito desta Capital filho da cidade de Rio Claro. Logo que termine essa tarefa, muito grata ao espírito dele orador, apresentará o seu estudo ao Instituto Histórico. Pede colaboração a todos, a quem solicita informes que digam respeito ao professor e jurisconsulto conhecido. A seguir, o Senhor Presidente comunica o falecimento da Excelentíssima progenitora do consócio senhor dr. Galeno Martins de Almeida, ao qual foi enviada, pelo sr. Presidente em nome do Instituto, uma carta de pêsames, estando certo de ter sido interpretado fielmente o sentimento de todos os consócios. É lida uma comunicação do consócio Enzo Silveira, datada do Rio de Janeiro, justificando o não comparecimento à presente sessão. Nada mais havendo a tratar e ninguém mais pedindo a palavra, o Senhor Presidente agradece o comparecimento dos presentes e convida para a próxima sessão ordinária de cinco de julho próximo, declarando, logo após, encerrados os trabalhos e suspendendo a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada será devidamente assinada.

(aa.) José Torres de Oliveira.
Marcelo Piza.
José Bueno de Oliveira Azevedo Filho.

ATA DA 6.a SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 1941

Presidente: Dr. José Torres de Oliveira.

1.º Secretário: Dr. Marcelo de Toledo Piza e Almeida

2.º Secretário: Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho.

Aos cinco dias do mês de julho de mil novecentos e quarenta e um, na sede social do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sita nesta Capital, à rua Benjamin Constant, n. 152, realizou-se a sexta sessão ordinária anual, com a presença dos sócios srs. drs. José Torres de Oliveira, Frederico de Barros Brotero, Marcelo de Toledo Piza e Almeida, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Afonso de Escragnolle Taunay, Francisco Isoldi, cel. Pedro Dias de Campos, major Amílcar Salgado dos Santos, Roberto Thut, Amador Bueno Machado Florence, Plínio de Barros Monteiro e Geraldo Rúfiolo. Justificaram ausência os srs. drs. Álvaro de Sales Oliveira, dr. Carlos da Silveira, prof. João Augusto de Toledo, dr. José da Mata, Cardim, major Firmino Augusto de Godói, prof. Tito Lívio Ferreira, prof. Dácio Pires Correia e dr. Otoniel Mota. Assumiu a direção dos trabalhos o dr. José Torres de Oliveira, presidente perpétuo, que convidou o dr. Afonso de Taunay a ocupar seu lugar à mesa, como presidente honorário, na cadeira ao lado da destinada ao 2.º secretário. Em seguida, a convite do sr. presidente, tomaram assento à mesa os drs. Marcelo Piza e Bueno de Azevedo Filho, como 1.º e 2.º secretários *ad hoc*, respectivamente. Lida a ata da sessão anterior, usa a palavra o sr. Geraldo Rúfiolo, que pede seja feita uma emenda na parte em que o orador se referiu à personalidade do dr. Rafael Correia da Silva Sobrinho, o qual nasceu em Araraquara e não em Rio

Claro. E com essa observação é a ata aprovada. Anunciado o expediente, o sr. presidente comunica que o Instituto continua a manter correspondência com o consócio dr. Artur da Mota Alves, de Lisboa, a respeito dos documentos sobre a história de S. Paulo existentes nos arquivos portugueses e cujas cópias, à medida que forem sendo recebidas e examinadas pela Comissão de História, serão dadas à publicidade. Pede então a palavra o dr. Afonso de Taunay, que diz ter examinado os trabalhos de frei Gaspar da Madre de Deus e de Pedro Taques de Almeida Pais Leme. Boa parte do material enviado pelo dr. Mota Alves é inédita e o orador considera da máxima importância. Comunica ainda o sr. presidente que, desde que o sr. Plínio de Barros Monteiro deixou a Comissão de Sindicância e Admissão de Sócios, passou a fazer parte da mesma, em caráter interino, o sr. João Baptista de Campos Aguirra, a quem agradece os serviços prestados. Agora, porém, já tendo decorrido um prazo relativamente longo, resolve o sr. presidente nomear para esse posto, em caráter definitivo, o dr. Aureliano Leite, assim como nomeia o prof. Tito Lívio Ferreira para a vaga aberta na Comissão de História com o falecimento do dr. Ricardo Severo. A seguir, o sr. presidente informa que o Instituto acaba de obter do Governo do Estado autorização para imprimir suas publicações gratuitamente, na Imprensa Oficial, na base de um volume de 500 páginas em cada semestre. Essa autorização, concedida pelo governo anterior, está sendo mantida pelo atual governo e constitui, certamente, uma prova do acatamento que, por suas altas finalidades merece o Instituto dos poderes públicos. Informa, depois, o sr. presidente que foram inaugurados, há tempos, os retratos a óleo de Cesário Mota Júnior e Teodoro Sampaio, de autoria do pintor Antônio Gomide. Por lembrança do dr. Afonso de Taunay, presidente honorário, acolhida pela diretoria, o Instituto confiou ao prof. Teodoro Braga a execução do retrato de Júlio Conceição, sócio benemérito, o qual se acha colocado no gabinete da presidência. Ficam igualmente inaugurados os de Prudente de Moraes, primeiro presidente honorário, também de autoria do prof. Teodoro Braga, e os de Estevão Leão Bourroul e Domingos Jaguaribe, que, com Antônio de Toledo Piza, foram os iniciadores da criação do Instituto. Esses dois últimos retratos foram executados, respectivamente, pelos pintores Paulo V. Lopes de Leão e Paulo do Vale. Pedindo a palavra, o dr. Afonso de Taunay propõe um voto de aplausos à diretoria, pela maneira por que vem honrando os beneméritos da instituição. Corrobora as palavras do orador o sr. Geraldo Ruffolo, que propõe ainda um voto de louvor e gratidão ao governo, por ter autorizado a Imprensa Oficial a imprimir gratuitamente as publicações do Instituto. O sr. presidente esclarece que os consagrados pintores há pouco citados apenas receberam o valor material dos seus trabalhos, abrindo mão, generosamente, de qualquer lucro. Propõe seja, por esse motivo, consignado em ata um voto de agradecimento. Em seguida, reportando-se às comemorações tri-centenárias da aclamação de Amador Bueno, o sr. presidente manifesta ao Instituto o seu agradecimento pelas carinhosas referências feitas ao seu nome por essa ocasião, assim como o seu aplauso pelo brilho de que se revestiram todos os atos comemorativos. Pede, depois, a palavra o dr. Afonso de Taunay, que informa ter recebido do dr. Ernesto Enes, de Lisboa, uma carta relativa às comemorações promovidas pelo Instituto em abril último. Os jornais portugueses publicaram vários artigos sobre Amador Bueno, o dr. Enes é autor de um livro sobre o episódio da aclamação. Em seguida, o sr. presidente comunica que estiveram enfermos e que por esse motivo foram visitados, já se achando restabelecidos, o dr. Afonso de Taunay, presidente honorário e o sr. Aristides da Silveira Lobo, bibliotecário e auxiliar da diretoria. Ainda se acha acamado, mas já experimentando sensíveis melhoras, o dr. Alvaro de Sales Oliveira, 1.º vice-

presidente a quem, há dias fez o orador uma visita pessoal. Anuncia o sr. presidente que, no próximo dia 15, na sede do Instituto, fará s. exa. uma conferência subordinada ao tema: "O Colégio de Itú do meu tempo". Para essa palestra, que faz parte da série organizada para as comemorações do quarto centenário da fundação da Companhia, de Jesús, convida todos os consócios. Na segunda parte da ordem-do-dia, é dada a palavra ao prof. Francisco Isoldi, que lê interessante trabalho de sua autoria sobre a obra de Gaetano de Sanctis subordinado ao título: "A última e dramática obra de um grande historiador". Usa ainda da palavra o sr. Amador Florence, para propor que o Instituto comemore a ocorrência, no ano vindouro, do centenário da revolução de 1842. Ouvindo a sugestão, o sr. presidente declara que a toma na devida consideração e que, oportunamente, a submeterá à consideração da casa para deliberar a respeito. E, não mais havendo quem desejasse fazer uso da palavra, foi encerrada a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa.) **Frederico Brotero**
Carlos da Silveira
A. P. de Aguiar Whitaker.

ATA DA 7.^a SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 5 DE AGOSTO DE 1941

Presidente: Dr. Frederico de Barros Brotero.
 1.º Secretário: Dr. Carlos da Silveira.
 2.º Secretário: Dr. Artur Pequerobí de Aguiar Whitaker.

Aos cinco dias do mês de agosto de mil novecentos e quarenta e um, terça-feira, na sede social do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, à rua Benjamin Constant, número cento e cinquenta e dois, nesta Capital, presentes os doze associados senhores drs. Frederico de Barros Brotero, Marcelo de Toledo Piza e Almeida, Domingos Laurito, Alvaro Soares de Oliveira, Otoniel Mota, Artur Pequerobí de Aguiar Whitaker, Carlos da Silveira, José Carlos Ataliba Nogueira, major Amílcar Salgado dos Santos, Plínio de Barros Monteiro, João Batista de Campos Aguirra e Roberto Thut, havendo quorum, foi aberta a sessão, às vinte e uma horas. Achava-se também na sala das sessões, na qualidade de visitante, o senhor dr. João Batista Alvarenga, promotor de Justiça em Muzambinho, do Estado de Minas Gerais.

Na ausência do presidente perpétuo senhor dr. José Torres de Oliveira, assumiu a direção dos trabalhos o 2.º vice-presidente, dr. Frederico de Barros Brotero, secretariado pelo segundo secretário fazendo as vezes de primeiro, e ocupando o lugar de segundo secretário, ad hoc, o dr. Artur Pequerobí de Aguiar Whitaker, especialmente convidado. Iniciados os trabalhos, foi lida a ata da sessão anterior, a qual foi sem debate aprovada.

Passando-se ao expediente, o dr. Frederico de Barros Brotero justifica a ausência do consócio Tito Livio Ferreira, e o dr. Alvaro Soares de Oliveira a do consócio Dácio Pires Correia. Continuando, o senhor presidente dá conhecimento à casa do entendimento que, por autorização do Governo, teve o Instituto quanto à impressão da Revista nas oficinas do Diário Oficial. E, alargando-se em considerações a respeito, informa que essa concessão representa grande economia para os cofres sociais, sendo as-

sim uma forma de auxílio valioso do Governo do Estado ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Não havendo mais matéria de expediente, passou-se à ORDEM DO DIA, para a votação de algumas propostas para novos associados, as quais se achavam prontas, com os respectivos pareceres. Nesse momento, entraram dois consócios, que não se achavam presentes no início da sessão: dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho e o primeiro secretário, senhor Professor João Augusto de Toledo, e não tendo ele acedido em ocupar o seu lugar à mesa, ficou esta com a mesma constituição que já tinha desde o começo dos trabalhos. Antes das votações, retirou-se do recinto o visitante dr. João Batista Alvarenga. Achavam-se na sala quatorze sócios.

Foi então lida a proposta para sócio efetivo, relativa ao Professor dr. Ernesto Leme, sendo ela aprovada por quatorze votos, ou seja unanimemente. A seguir, foi lida a proposta concernente ao dr. Luiz Amaral, para sócio efetivo, sendo ela aprovada por treze votos. Com a entrada de mais um consócio, sr. Amador Bueno Machado Florence, a casa contava agora quinze presentes. Votou-se, em prosseguimento, a proposta respeitante ao dr. Eduardo Santos Maia, para sócio correspondente, e foi aprovada por doze votos. Afinal, passou-se a votação da proposta para sócio correspondente, onde constava o nome do tenente-coronel Henrique de Campos Ferreira Lima, e foi ela aprovada por quatorze votos.

Concluídos esses trabalhos da ORDEM DO DIA, e por ser hora ainda pouco avançada, o senhor presidente dr. Frederico de Barros Brotero ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso. E, a pedido, foi dada ao consócio dr. Roberto Thut, que, lembrando a passagem em data próxima do primeiro centenário da Lei Provincial de São Paulo, número 181, de 2 de fevereiro de 1842, que elevou à categoria de cidade as vilas de Taubaté, Itú, Sorocaba, Coritíba, Paranaguá e São Carlos (esta com o título de cidade de Campinas), propunha que se oficiasse à Casa da Moeda, por intermédio do Ministério competente, a-fim-de que fosse feita uma emissão de seis selos comemorativos desse fato, tratando-se como se trata de seis cidades importantes, progressistas, cuja vida tanto tem honrado a comunhão brasileira. A proposta foi aprovada com aplausos ao proponente; que foi muito fêbre, o orador propõe que o Instituto Histórico tome conhecimento do tudo, determinou que ficassem encarregadas da execução da parte que, na comemoração do dito centenário, couber ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, as duas comissões de História e de Filatelia.

E ninguém mais querendo fazer uso da palavra, o senhor presidente dr. Frederico de Barros Brotero agradeceu o comparecimento de todos os quinze consócios que assinaram o livro de presença, e, depois de haver convidado para a próxima sessão de setembro, declarou encerrados os trabalhos. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa.) João Toledo.
Carlos da Silveira.
A. P. Aguiar Whitaker.

ATA DA 8.a SESSÃO REGIMENTAL EM 5 DE SETEMBRO DE 1941

Presidente: João Augusto de Toledo.
1.º Secretário: Dr. Carlos da Silveira.
2.º Secretário: Artur Fequerobi de Aguiar Whitaker.

Aos cinco dias do mês de setembro de mil novecentos e quarenta e um, sexta-feira, na sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sita

à rua Benjamin Constant, número cento e cinquenta e dois, às vinte e uma horas presentes os associados Senhores Geraldo Rúffolo, Amílcar Salgado dos Santos, Carlos da Silveira, A. P. de Aguiar Whitaker, João Toledo, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Riberto Thut, Tito Lívio Ferreira e Domingos Laurito; havendo **quorum**, foi aberta a sessão. Serviu como presidente, na forma regimental, o primeiro secretário Professor João Augusto de Toledo; como primeiro secretário, o segundo, e como segundo, **ad-hoc**, o dr. Artur Pequerobí de Aguiar Whitaker. Foi justificada a ausência do Tenente-Coronel Salvador de Moya, por motivo de moléstia. Lida a ata, pediu a palavra o dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, para fazer uma pequena retificação, consistente em declarar que o posto do novo consócio Henrique de Campos Ferreira Lima é o de Coronel de Artilharia; depois do que, foi a ata aprovada, sem qualquer outra emenda. O Senhor Presidente refere-se à correspondência recebida e expedida, a qual está perfeitamente catalogada e à inteira disposição dos senhores associados que queiram examiná-la. Não havendo mais matéria de expediente, passa-se à primeira parte da **ORDEM DO DIA**, para o exame e votação de propostas de novos sócios, já com os respectivos pareceres. Havia, no momento, oito associados presentes. Em primeiro lugar foi lida a proposta para **sócio correspondente**, relativa ao dr. Dante de Laitano, com parecer favorável, sendo aprovada por oito votos, ou seja unanimemente. Em segundo lugar, foi apresentada a proposta, para **sócio correspondente**, com parecer favorável, concernente ao Senhor Francisco de Campos Abreu, a qual foi aprovada por sete votos. Em terceiro lugar, foi apreciada a proposta para sócio correspondente, também com parecer favorável, referente ao dr. Antônio de Araujo de Aragão Bulcão Sobrinho, recebendo a mesma oito votos, ou seja unanimidade de votação. Passou-se então à segunda parte da **ORDEM DO DIA**, para a apresentação de propostas, trabalhos, etc. Nessa altura dos trabalhos, entrou o dr. Domingos Laurito. Pede então a palavra o dr. Carlos da Silveira e apresenta ao exame de todos um reclamo comercial, de casa aqui estabelecida há longos anos, onde estavam impressos vários dizeres, entre os quais: "Lorena, Estado do Rio de Janeiro". Depois de fazer algumas considerações oportunas sobre esse estranho impresso, o orador propõe que o Instituto Histórico tome conhecimento do fato, adotando uma medida qualquer, com a audiência da Comissão de Geografia. A proposta suscita debate demonstrativo do interesse despertado em torno do caso, tendo manifestado a sua opinião, a respeito, os Senhores José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Geraldo Rúffolo, João Augusto de Toledo, Domingos Laurito, e Artur Pequerobí de Aguiar Whitaker. O Senhor Presidente, após manifestar-se inteiramente favorável a uma intervenção do Instituto, sugere, com aprovação geral, como uma primeira providência, a remessa de uma carta, por ele escrita, à firma de onde saiu o anúncio; conforme o efeito dessa reclamação inicial, seriam ou não tomadas outras medidas. Usou a seguir da palavra o Major Amílcar Salgado dos Santos, que apresentou suas despedidas ao Instituto, por ter de partir para o Rio de Janeiro, em cuja guarnição vai prestar serviços. Passando a outro assunto, refere-se à data de 24 de agosto de mil setecentos e nove, quando partiu de São Paulo para as Minas Gerais, chefiando a expedição contra os emboabas, o célebre paulista Amador Bueno da Veiga. E, pela efeméride, recentemente assinalada, ducentésimo trigésimo segundo aniversário do acontecimento, congratula-se com o Instituto, anunciando que publicará, oportunamente, sobre o caso, um livro que já tem quasi concluído. Fala, em continuação, o dr. Geraldo Rúffolo, que, depois de justificar a ausência do Dr. José da Mata Cardim, apresenta pêsames ao Dr. Frederico de Barros Brotero por haver falecido uma filha deste prezado

consócio, 2.º vice-presidente do Instituto. Continuando com a palavra, o orador congratula-se com o Professor João Augusto de Toledo, por vê-lo novamente frequentando o Instituto, depois de sua moléstia. Refere-se ainda ao artigo do dr. Afonso de Taunay, no **Jornal do Comércio**, do Rio-de-Janeiro, de trinta e um de agosto, sobre a aclamação de Amador Bueno, sob o título "Ainda a "lenda" de Amador Bueno"; e fez outras considerações interessantes sobre a **História de D. Pedro II** do dr. Heitor Lira, obra em dois volumes da "Brasiliiana" da Biblioteca Pedagógica Brasileira, e reputa "o segundo volume convincente de que esse imperador foi e é o pináculo da majestade total do Brasil". Pede novamente a palavra o dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho e propõe, uma vez que transcorre amanhã, dia seis, o centenário do nascimento do dr. Bernardino de Campos, que o Instituto se associe às comemorações que se realizarão, nesse sentido e officie ao primogênito do notável paulista, dando conhecimento da resolução da casa, o que foi aprovado. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu o comparecimento de todos e a todos convidou para a próxima reunião de cinco de outubro, e encerrou a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

Frederico de Barros Brotero.
Carlos da Silveira.
Luiz Tenório de Brito.

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 4 DE OUTUBRO DE 1941, COMEMORATIVA DO PRIMEIRO CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DO DR. PRUDENTE JOSÉ DE MORAIS BARROS.

Presidente: Dr. José Torres de Oliveira
1.º Secretário: Dr. Carlos da Silveira
2.º Secretário: Prof. Nicolau Duarte Silva.

Aos quatro dias do mês de outubro de mil novecentos e quarenta e um, nesta Cidade e Capital de São Paulo, na sede social do Instituto Histórico e Geográfico, sita à rua Benjamin Constant, número cento e cinquenta e dois, presentes os associados senhores drs. José Torres de Oliveira, Carlos da Silveira, Marcelo Piza, J. da Mata Cardim, Afonso José de Carvalho, Tito Lívio Ferreira, Amador Bueno Machado Florence, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Plínio de Barros Monteiro, Ataliba Nogueira, N. Duarte Silva, Frederico de Barros Brotero, Carlota Pereira de Queiroz, Otoniel Mota, Aureliano Leite, Geraldo Ruffolo, Dácio Pires Correia e Tte.-Cel. Luiz Tenório de Brito, bem como numerosa assistência que enchia o salão das sessões, foi, pelo senhor doutor José Torres de Oliveira, presidente perpétuo, declarada aberta, às vinte e uma horas, a sessão extraordinária, destinada a comemorar a passagem do primeiro centenário do nascimento do eminente paulista ituano Dr. Prudente José de Moraes Barros. Ocupou o lugar de primeiro secretário, na ausência do efetivo, o segundo; e a de segundo secretário, *ad-hoc*, o consócio senhor Nicolau Duarte Silva. Assentaram-se outrossim à mesa, os oradores inscritos, Dr. José Carlos de Ataliba Nogueira e Dr. Aureliano Leite, e também, a convite especial do senhor presidente, os Drs. João da Silveira Melo e Prudente de Moraes Neto, como representantes da família do homenageado, por serem seus netos. Explicando os fins da solenidade, o senhor presidente pronunciou o seguinte discurso: "O Instituto

Histórico e Geográfico de São Paulo, tendo tido a honra de inscrever no quadro de seus consócios, na classe especial de Presidentes Honorários, o nome de Prudente José de Moraes Barros, não podia deixar de expandir-se, jubilosamente, no dia de hoje, em que ocorre o centésimo aniversário de seu nascimento. Colimando esse fim, aqui nos reunimos. Nosso sodalício não faz mais do que acompanhar, a *latere*, os representantes do Governo da República e do Estado e todas as classes sociais do País, igualmente empenhados em recordar e perpetuar a vida e os feitos de quem, com a maior nobreza e devotamento, serviu à Pátria, durante tantos lustros, dando a ela, com grande eficiência, tudo o que em si existia de belo e de bom, inclusive a saúde e a própria vida. Sociedade de fins puramente culturais, não nos interessa, particularmente, a ação desenvolvida por Prudente de Moraes no setor político de sua atividade, embora dita ação esteja entrozada com as demais de sua existência. Não podemos, porem, esquecer e deixar de assinalar que, timoneiro seguro e esclarecido, conduziu, triunfalmente, a nau do Estado Brasileiro no período talvez mais perigoso e incerto de sua vida política, por se tratar, então, da implantação de um regime novo, destinado a substituir velhas instituições que, durante tanto tempo, encheram a nação de paz, de brilho e de glória. Visamos, entretanto e sobretudo, homenagear o brasileiro que, por suas excelsas virtudes, tornou-se um paradigma de trabalho e de honra, merecedor da maior admiração e da máxima estima de seus concidadãos. Sobre essa vida gloriosa e benemérita, de quem foi o Primeiro Presidente Honorário do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, vão falar, em nome da associação, por delegação de sua Diretoria, o orador oficial, Dr. Ataliba Nogueira, e o Dr. Aureliano Leite, ilustre confrade. A eles, pois, sucessivamente, vou dar a palavra". Ao terminar, foi o sr. Presidente muito aplaudido. Teve, então, a palavra, o orador oficial do Instituto, Dr. José Carlos de Ataliba Nogueira, que, subindo à tribuna, emitiu conceitos elevados e curiosos sobre a personalidade de Prudente José de Moraes Barros, sendo a sua oração, dita de improviso, recebida com geral agrado e, assim, encerrada sob palmas da numerosa e seleta assistência. Foi, em prosseguimento, dada a palavra ao Dr. Aureliano Leite que, subindo à tribuna, leu substancioso discurso, cheio de dados interessantes, conceituoso, sendo, igualmente, muito aplaudido, ao finalizar. E como não houvesse mais oradores inscritos, o senhor presidente agradeceu o comparecimento de todos e encerrou a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada será devidamente assinada. — José Torres de Oliveira. — João Toledo. — Carlos da Silveira.

ATA DA. 9.ª SESSÃO REGIMENTAL, REALIZADA EM 6 DE OUTUBRO DE 1941

Presidente: Dr. Frederico de Barros Brotero.

1.º Secretário: Dr. Carlos da Silveira.

2.º Secretário: Tte. Cel. Luiz Tenório de Brito.

Aos 6 dias do mês de outubro de mil novecentos e quarenta e um, na sede social do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sito nesta Cidade e Capital do Estado de São Paulo, à rua Benjamin Constant número cento e cinquenta e dois, às vinte e uma horas, presentes os associados senhores doutores Frederico Brotero, Carlos da Silveira, Tito Lívio Ferreira, Plínio de Barros Monteiro, Geraldo Rúffolo, Domingos Laurito, Amador Bueno Machado Florence e Tte. Cel. Luiz Tenório de Brito; havendo quo-

rum, foi declarada aberta a sessão, cujos trabalhos foram dirigidos pelo Dr. Frederico de Barros Brotero, 2.º vice-presidente, na ausência do Senhor Doutor José Torres de Oliveira, presidente perpétuo, que comunicou não poder assistir à sessão. Serviu, como primeiro secretário o segundo; e, como segundo, *ad-hoc*, o associado tenente-coronel Luiz Tenório de Brito. O senhor presidente justifica a ausência do consócio Dr. José Carlos de Ataliba Nogueira, que, por escrito, comunicou a impossibilidade de comparecer à reunião. A seguir foi lida a ata da sessão anterior, de 5 de setembro, sendo aprovada sem discussão. O primeiro secretário lê uma oferta, do livro "O Príncipe Galante", de autoria do senhor doutor Cristovão de Camargo; bem como um telegrama congratulatório do Ceará, a propósito do primeiro centenário do nascimento do Dr. Prudente José de Moraes Barros, concebido nos seguintes termos: "Instituto Ceará comemorou centenário eminente Prudente Moraes congratulando-se essa respeitável entidade grande data. Saudações. Pompeu Sobrinho, Presidente". O senhor presidente declara que a oferta foi recebida com especial agrado e que o telegrama será devidamente agradecido. **ORDEM DO DIA:** Passando-se à primeira parte da ordem do dia, o primeiro secretário lê uma proposta para sócio efetivo, referente ao Dr. Sebastião Pagano, com parecer favorável da Comissão de Admissão de Sócios, e, sendo ela votada, teve sete votos sim e um não. Vem, a seguir, a leitura da proposta concernente ao senhor Vitor de Azevedo Pinheiro, para sócio efetivo, com parecer favorável da comissão competente, e, sendo ela votada, recebeu seis votos sim e dois não. Em prosseguimento, o primeiro secretário lê a proposta, para sócio efetivo, respeitante ao Reverendíssimo Padre Alcionílio Bruzzi Alves da Silva, com parecer favorável da respectiva comissão, e, sendo ela votada, contaram-se sete votos sim e um não. Terminadas as votações supra-ditas, com a aceitação dos candidatos, o senhor presidente da sessão declarou que não havendo mais matéria, passava-se à segunda parte da ordem do dia, e dava a palavra a quem dela quisesse usar. Pede então a palavra o Dr. Geraldo Ruffolo e justifica a ausência do Dr. José da Mata Cardim. E, em seguida refere um fato passado em São Paulo, em mil novecentos e um ao tempo em que o atual clínico oculista Dr. José Pereira Gomes era estudante de preparatórios aqui e professor primário do Grupo Escolar do Triunfo. Sendo, como é sabido, habilíssimo desenhista, o Dr. Gomes traçou com segurança no mármore de uma mezinha do Café Guarani, um ótimo retrato de Prudente de Moraes, o qual retrato, visto por pessoas amigas do Dr. Prudente, foi adquirido e oferecido ao homenageado. Este fato foi recordado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, na sua edição de quatro do vigente mês de outubro, ao noticiar a sessão do Rotary Club, do qual o Dr. Gomes é o atual presidente, e, a propósito disso, o Doutor Ruffolo propõe, que o Instituto se congratule com o autor do retrato, pela feitura do mesmo, e também por ter fornecido esse subsídio histórico: o que foi aprovado sem discussão. Pede então a palavra o Dr. Domingos Laurito e requer seja lido o ofício que, em data de treze de setembro, teve oportunidade de enviar ao Instituto Histórico. A leitura é feita pelo primeiro secretário e, concluída ela, o Dr. Laurito propõe seja o ofício transcrito em ata, o que, sem discussão, foi aprovado. É o seguinte o ofício da proposta do Dr. Domingos Laurito: "Exmo. Sr. Dr. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. — Excelentíssimo Senhor — Saudações. — Passando-se no dia 16 do corrente mais um aniversário da Independência dos Estados Unidos do México, solicito V. Excia. se digne ordenar seja o sr. Dr. José Maria Davila, embaixador daquele povo irmão no Rio de Janeiro, cumprimentado por esse Instituto, que V. Excia. inteligentemente dirige. — O endereço da embaixada no Rio de Janeiro é Praia do

Flamengo n. 382. — Cordiais saudações. — (a) **Domingos Laurito.**” Ninguém mais pedindo a palavra, o senhor presidente Dr. Brotero agradeceu o comparecimento dos senhores associados, a todos convidou para a última sessão ordinária do corrente ano, a realizar-se no dia vinte e cinco deste mês, e, em seguida declarou encerrados os trabalhos. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa.) **José Torres de Oliveira**
João Toledo
Carios da Silveira.

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM
20 DE OUTUBRO DE 1941**

Presidente: Dr. Frederico de Barros Brotero
1.º Secretário: Dr. Carlos de Silveira
2.º Secretário: Tte. Cel. Luiz Tenório de Brito.

Aos vinte dias do mês de outubro de mil novecentos e quarenta e um, segunda-feira, na sede social do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, à rua Benjamin Constant, número cento e cinquenta e dois, nesta Capital, às vinte e uma horas, presentes os associados senhores Carlos da Silveira, Luiz Tenório de Brito, Tito Lívio Ferreira, Plínio de Barros Monteiro, Geraldo Rúffolo, Ataliba Nogueira, Frederico Brotero, Demétrio Justo Seabra, Francisco de Paula Santos, Francisca P. Rodrigues, Alvaro Soares Brandão, Carlos Borges Schmidt, Cel. Pedro Dias de Campos e José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, cujos nomes constam do livro de presença dos sócios; bem como outras pessoas, visitantes, que também assinaram o livro respectivo dos visitantes, entre as quais se achavam o Tenente Guedes Figueira, representante do Sr. Interventor Federal em S. Paulo; representante do Sr. Secretário da Justiça; e o Dr. Júlio Borges dos Santos, digníssimo consul de Portugal em São Paulo; havendo quorum, foi aberta a sessão, que foi presidida pelo 2.º vice-presidente, Dr. Frederico de Barros Brotero, funcionando como primeiro secretário, na ausência do primeiro, o segundo e, como segundo, **ad-hoc**, o tenente-coronel Luiz Tenório de Brito. Abrindo a sessão, o senhor presidente convidou para tomarem assento à mesa o representante do Senhor Interventor Federal, e o Senhor Consul de Portugal, que, aceitando, ocuparam seus lugares. O senhor presidente nomeou, então, uma comissão de três sócios, os senhores Geraldo Rúffolo, Plínio de Barros Monteiro e Tito Lívio Ferreira, para introduzirem no recinto os sócios eleitos, e que haviam comparecido para a posse — D. Francisca Rodrigues, Sr. Carlos Borges Schmidt e Engenheiro químico dr. Alvaro Soares Brandão, que se achavam na antessala e que, ao entrarem no salão das sessões, foram recebidos por uma salva de palmas e, ato contínuo, assinaram o livro de presença dos sócios. Foi então dada a palavra ao professor Dr. José Carlos de Ataliba Nogueira, orador oficial do Instituto, para saudar os recipiendários o que S. S. fez com o brilhantismo habitual. Terminando seu discurso, o senhor presidente deu a palavra ao orador inscrito, Dr. Alvaro Soares Brandão, para ler a sua anunciada conferência, subordinada ao título: “O médico da princesa d. Maria Leopoldina”. A conferência, uma peça erudita sobre o médico e cientista português, higienista, D. Fernandino Antó-

nio Gomes, agradeou sobremaneira, pela elegância e precisão dos conceitos e pela documentação adqquad. Terminada a conferência, foi o autor muito cumprimentado. E estando cumprido o programa da sessão extraordinária, o senhor presidente, depois de agradecer o comparecimento de todos, e convidar os senhores consócios para a próxima reunião, encerrou a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa.) José Torres de Oliveira
João Toledo
Carlos da Silveira.

Ata da 10.^a sessão ordinária realizada no sábado, dia vinte e cinco de outubro de 1941.

Presidente: Dr. José Torres de Oliveira.
1.^o Secretário: Prof. João Augusto de Toledo.
2.^o Secretário: Dr. Carlos da Silveira.

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de mil novecentos e quarenta e um, na sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sito à rua Benjamin Constant, número cento e cincoenta e dois, nesta Capital, presentes os senhores José Torres de Oliveira, Domingos Laurito, Alvaro Soares de Oliveira, Plínio de Barros Monteiro, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Américo Brasiliense Antunes de Moura, Carlos da Silveira, Armando de Arruda Pereira, João Batista de Campos Aguirra, Tito Lívio Ferreira, Francisco Isoldi, Fausto de Almeida Prado Penteadado, Heimes Pio Vieira, Carlos Alberto da Costa Nunes, Artur Pequerobí de Aguiar Whitaker, Aristides Monteiro de Carvalho e Silva, Roberto Thut, Amador Bueno Machado Florence, João Augusto de Toledo, Luiz Tenório de Brito, Nicolau Duarte Silva, Dácio Pires Correia, Pedro Dias de Campos, Cândido de Sousa Campos, Frederico de Barros Brotero, Ricardo Gumbleton Daunt, Afonso José de Carvalho, Antônio Augusto de Menezes Drummond, Aureliano Leite, Geraldo Rúffolo, Herbert Baldus, Plínio Airoso, Roberto Carregal Pompílio Tayler e Amadeu Nogueira, havendo **quorum**, foi, às vinte e uma horas, aberta a sessão pelo senhor Dr. José Torres de Oliveira, Presidente Perpétuo, servindo como primeiro secretário o professor João Augusto de Toledo e, como segundo, o Dr. Carlos da Silveira, respectivamente setenta e sete efetivos desses cargos. Passando-se à leitura sucessiva de três atas anteriores, foram aprovadas sem discussão. Quanto ao expediente, o senhor Presidente fez referência à volumosa correspondência recebida e expedida pelo Instituto, a qual se acha toda catalogada à inteira disposição dos srs. associados que desejarem examiná-la. Em relação às ofertas, sempre recebidas **com especial agrado, destaca o livro Nóbrega**, de autoria do Dr. José Mariz de Moraes, lendo então a apreciação que, sobre essa obra, fez o escritor Tristão de Ataíde. Segue-se a primeira parte da ordem-do-dia, sendo a matéria mais relevante a eleição para os cargos da Diretoria, na forma estatutária, referente ao triênio de mil novecentos e quarenta e dois a mil novecentos e quarenta e quatro. O senhor Presidente faz, nesse ponto, longas referências, elogiosas, aos que serviram no triênio que ora finda e que lhe parece que deviam ser poupados os sacrifícios de uma reeleição, e são os senhores Júlio Cesar de Faria, Alvaro de Sales Oliveira, João Augusto de Toledo, Frederico de Barros Brotero e Carlos da Silveira. Diz lhe

parecer conveniente só a reeleição dos senhores José Carlos de Ataliba Nogueira, orador, e Dácio Pires Correia, tesoureiro, explicando que o primeiro havia sido eleito apenas há um ano, e, quanto ao segundo, ser muito difícil encontrar quem queira exercer esse cargo sempre muito trabalhoso. Sobre uma corrente que apareceu favorável à eleição para vice-presidente de Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Dom José Gaspar de Afonseca e Silva, digníssimo Arcebispo Metropolitano, declarou o senhor Presidente que, embora ele ainda não tivesse tomado posse de sua cadeira, entendia que esse fato não impedia de ser sufragado seu nome, por ser a eleição com ou sem posse que dá aos sócios direitos e deveres. Outrossim, recomendou o senhor Presidente que não se solicitassem votos, nem se disputassem cargos no Instituto, reputando isso impróprio de uma sociedade de cultura, onde os cargos são gratuitos, e todos os sócios têm capacidade e idoneidade para o desempenho de quaisquer cargos da Diretoria. Achava bom lembrar isso, neste momento em que se devem organizar as chapas, para as votações. Foi, nessa altura, suspensa a sessão, por dez minutos, a-fim-dos srs. consócios se munirem de cédulas. Reiniciados os trabalhos, o senhor Presidente nomeou os consócios Dr. Aristides Monteiro de Carvalho e Silva e Coronel Pedro Dias de Campos, para escrutinadores, os quais tomaram assento à mesa. A seguir, o segundo secretário começou a fazer a chamada pelo livro de presença, que acusava trinta e três sócios presentes e oito que, por motivo de justificada ausência, enviaram procurações ao senhor Presidente, com renessa altura, suspensa a sessão, por dez minutos, a-fim-dos srs. consócios se nhor Amador Florence e, alegando merecer o Sr. Presidente a máxima confiança de todos, propôs que se dispensasse a leitura dos termos das cartas-procurações enviadas ao mesmo senhor Presidente, e para que também se não prolongassem demasiadamente os trabalhos eleitorais, proposta que foi aprovada sem debate; e, assim, o senhor Presidente depositou, na urna, um a um, os votos dos senhores doutores Cantídio de Moura Campos, Antônio Ferreira Cesarino Júnior, Sinésio Rangel Pestana, Francisco de Assiz Carvalho Franco, Teodoro Braga, Gastão Madeira, Padre Paulo Aurisol Cavaleiro Freire, Tenente-Coronel Salvador de Móia, conforme as cartas-procurações que ficam devidamente arquivadas. Concluída a chamada de todos os presentes e depositada a última cédula, o senhor Presidente mandou abrir a urna e dela foi extraíndo as cédulas depositadas, as quais, contadas, alcançaram o total de quarenta e um, o que conferia com o livro de presença, pelo qual se havia feito a chamada. Foi a seguir iniciada a apuração, na forma costumeira, lendo o senhor Presidente as cédulas e anotando os escrutinadores os votos, cujo número era imediatamente anunciado para cada candidato. Havendo terminado a apuração, o senhor Presidente deu a conhecer à assembléa, o resultado seguinte: PARA TRÊS VICE-PRESIDENTES — Dr. Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker, trinta e seis votos; Nicolau Duarte Silva, e trinta e seis votos; Dom José Gaspar de Afonseca e Silva, vinte e seis votos; Dr. Frederico de Barros Brotero, três votos; Coronel Pedro Dias de Campos, dois votos; Dr. Antônio Augusto de Menezes Drummond, dois votos; Dr. Alvaro Sales Oliveira, dois votos; Desembargador Júlio Cesar de Faria, um voto; Enzo Silveira, um voto; Tenente-coronel Salvador de Móia, um voto. Como tivesse havido empate nos dois primeiros votados, na forma estatutária o senhor Presidente recorreu ao sorteio, o qual, feito pelo consócio Amador Florence, a convite do senhor Presidente, pelo colhimento de uma de duas cédulas fechadas, perfeitamente iguais, depositadas na mesma apareceu o nome do senhor Nicolau Duarte Silva, que foi proclamado 1.º vice-presidente. Como consequência foi proclamado 2.º vice-presidente o Dr. Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker, e, terceiro, sua exa. reverendíssima o Sr. Dom José Gaspar de Afonseca e Silva. PARA PRIMEIRO SECRETARIO — Professor Tito Lívio Ferreira,

trinta e seis votos; Dr. Armando de Arruda Pereira, dois votos; Dr. Carlos da Silveira, um voto; Dr. Plínio Marques da Silva Airosa, um voto; Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, um voto. O senhor presidente proclamou PRIMEIRO SECRETÁRIO, para o triênio referido, o primeiro votado, Professor Tito Lívio Ferreira. PARA SEGUNDO SECRETÁRIO: Dr. Carlos Alberto da Costa Nunes, vinte e dois votos; Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, quatorze votos; Tenente-coronel Luiz Tenório de Brito, um voto. O senhor Presidente proclamou SEGUNDO SECRETÁRIO, para o período em questão, o Dr. Carlos Alberto da Costa Nunes, mais votado. PARA DOIS SUPLENTEs DO SEGUNDO SECRETÁRIO: Dr. Aureliano Leite, vinte e nove votos; Dr. Marcelo de Toledo Piza e Almeida, vinte e oito votos; Dr. Carlos da Silveira, um voto; Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, um voto; Dr. Herbert Baldus, um voto; Dr. Roberto Thut, um voto. O senhor Presidente proclamou SUPLENTEs DO SEGUNDO SECRETÁRIO, para 1942-1944, os dois primeiros votados, Dr. Aureliano Leite e Dr. Marcelo de Toledo Piza e Almeida. PARA ORADOR: Professor José Carlos de Ataliba Nogueira, trinta e quatro votos; Dr. Aureliano Leite, um voto; Dr. Geraldo Ruffolo, um voto; Dr. João Fernando de Almeida Prado, um voto; Desembargador Afonso José de Carvalho, um voto. O senhor Presidente proclamou ORADOR, do período em questão, o Professor Dr. José Carlos de Ataliba Nogueira, mais votado. PARA TESOUREIRO: Dácio Pires Correia, trinta e sete votos; Dr. Plínio de Barros Monteiro, um voto. O senhor Presidente proclamou TESOUREIRO, para o triênio já dito, o Professor Dácio Pires Correia. Pede então a palavra o Dr. Aureliano Leite e declara que estava muito agradecido pela sua eleição, o que revelava a amizade e o conceito em que é tido pelos seus amigos e consócios, mas que, por princípio, não costuma aceitar encargo na diretoria de quaisquer associações e, assim, resignava o seu posto de suplente de segundo secretário, para o qual acabava de ser eleito. O senhor Presidente, a seguir, explica que é obrigatória pelos Estatutos, a aceitação e desempenho de quaisquer cargos, comissões ou delegações da Sociedade, não podendo os srs. consócios recusá-los; atendendo, porém, às declarações do eminente consócio que muito lhe merecia, aceitava sua renúncia, marcando a eleição de seu substituto para tempo oportuno. Toma a palavra, em continuação, o dr. Artur Pequeróbi de Aguiar Whitaker, e agradece a eleição para segundo vice-presidente no triênio de 1942-1944, protestando fazer tudo quanto ao seu alcance estiver para o progresso e bem-estar do sodalício. Em continuação, o senhor Presidente se congratula com a assembleia pelo resultado da eleição, e declara que a posse dos recém-eleitos será na sessão de vinte e cinco de janeiro do próximo ano e que, até lá, continuam a servir os atuais mandatários. Tem, então, a palavra o consócio senhor Amadeu Nogueira e pronuncia o seguinte discurso sobre o comendador João Manuel Alfaia Rodrigues: "Sr. Presidente. Aproveito a oportunidade para propor um voto de pesar pelo falecimento ocorrido no dia 16 de agosto do corrente ano, do sr. comendador João Manuel Alfaia Rodrigues, figura veneranda da vizinha cidade de Santos. O comendador Alfaia era natural de Santos, tendo nascido a 13 de abril de 1850. Filho legítimo de dom João Manuel Alfaia Rodrigues, fidalgo espanhol com carta de brasões, e de d. Camila Lelis de Oliveira Alfaia. Fez os seus primeiros estudos nesta capital, no Seminário Episcopal da Luz. Depois passou para o Colégio Galvão, de grande fama naquele tempo, onde estudou pelo espaço de 2 anos. Daí transferiu-se para o curso anexo da Faculdade de Direito, onde terminou o curso de preparatórios. Logo abandonou os estudos, dedicando-se à vida comercial como ajudante de seu pai, que mantinha importante casa na cidade de Braz Cubas. Revelou-se sempre um espírito progressista. Amou como poucos a cidade do seu nascimento. Na ocasião da guerra do Paraguai, quando a histórica Santa

Casa de Santos lutava com as maiores dificuldades, sem patrimônio e sem rendas, o comendador Alfaia teve um gesto que o tornou admirado em todos os círculos sociais da vizinha cidade. Corria um dia da semana o alto comércio, recolhendo donativos, que foram suficientes para amparar a antiga instituição durante aqueles tristes dias. O Imperador D. Pedro II, que lhe deotava especial estima, pela Carta Patente de 19 de abril de 1873, nomeou-o capitão-secretário do Comando Superior do município de Santos e anexos da Província de S. Paulo. Pouco depois era nomeado delegado de polícia. Quando em 1874, Santos foi assolada por grande epidemia, o governo provincial o encarregou da assistência à população. Naquela época foi incansável. Trabalhava dia e noite, socorrendo os habitantes, organizando hospitais e auxiliando, de modo extraordinário, os médicos. Foi então condecorado pelo governo com a comenda de Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa. A 4 de outubro de 1894, pelo marechal Floriano, foi reformado no posto de capitão, com acesso a major. Foi, ainda, Juiz Municipal, durante vários anos. Exerceu as varas de Comércio, Orfãos, Provedoria, funcionando, também, como substituto do Juiz de Direito da comarca. Exerceu as funções de inspetor da Instrução de Santos. Fundou com o visconde de Vergueiro, visconde de Embaré e outros, a "Praça do Comercio", mais tarde transformada na Associação Comercial de Santos. Pela princesa regente, a 6 de março de 1881, foi nomeado diretor oficial, encarregado da imigração em Santos. Foi, assim, um dos grandes pioneiros do movimento imigratório de S. Paulo. Depois da abolição dos escravos, continuou ainda a exercer esse cargo, que foi confirmado pela República, depois de sua proclamação. Recebeu milhares de imigrantes estrangeiros, organizando relatórios, tomando parte ativa no recenseamento demográfico municipal, ainda no tempo do Império. Em 1889, foi um dos fundadores do Asilo de Orfãos de Santos. Foi, também, um dos fundadores e presidente da primeira Escola de Aviação Santista, que anos depois veio a desaparecer. Fez parte, de 1908 a 1925, das Câmaras Municipais, ora como vice-presidente e presidente em algumas. Tomou parte no Congresso Mariano, em Roma, como deputado católico, no jubileu da coroação da Imaculada Conceição. Foi agraciado pelo Papa com a Cruz de Benemerência. Assistiu a 5 de junho de 1912, em Toledo, à colocação da lápide sobre o túmulo do santista Bartolomeu Lourenço de Gusmão. Na inauguração do monumento em Valparaíso, ao almirante Córane, fez o discurso oficial "declarando ao povo do país amigo que a figura do famoso almirante inglês era particularmente grata ao seu país, porque a história brasileira incluía o seu nome entre os nomes daqueles que mais concorreram para a Independência do Brasil." A sua atuação no Chile foi tão importante que mereceu o título de membro honorário do Conselho Municipal da cidade e a insígnia de Mérito da 1.ª Classe da República. Os seus títulos e condecorações são inumeráveis. Destacamos o de membro da Academia de História Internacional de Paris, sócio correspondente da Sociedade de Geografia de Lisboa, sócio correspondente deste nosso sodalício. Era Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa do Brasil, Cavaleiro da Real e Distinguida Ordem de Carlos III da Espanha, comendador da Real Ordem de Isabel, a Católica, medalha de Benemerência e Diploma de Pio X, comendador da Cruz pró-Ecclesie et Pontifice, de Leão XIII, comendador da Real Ordem da Coroa da Itália, pelo rei Vitorio Emanuel III e Benito Mussolini. A cidade de Santos deve-lhe os mais assinalados serviços. Pode-se mesmo dizer que os monumentos que hoje aformoseiam a vizinha cidade foram todos de sua iniciativa, destacando-se, principalmente, o de Braz Cubas e Bartolomeu Lourenço de Gusmão. Foi o criador do Imposto Predial, projeto que apresentou à Câmara em 1877. Essa iniciativa teve os melhores frutos, porque, naquele tempo, Santos lutava com grandes dificuldades financeiras. Pouco depois a arrecadação aumentou de modo extraordinário,

melhorando, também, a fisionomia da cidade. O comendador Alfaia Rodrigues foi consul da República Argentina e era, também, há mais de quarenta anos, da Guatemala. Francisco Martins dos Santos, na *História de Santos*, traça-lhe formoso perfil, estudando-lhe a vida e apreciando os seus serviços à cidade do seu nascimento. Foi um bom. Na sua passagem pela terra espalhou exemplos, viajou, construiu e amou a sua terra. Impulsionou-lhe o progresso deixando uma herança de benefícios à cidade, que jamais será esquecida. Proponho, sr. Presidente, depois de consultar a casa, seja lavrado em ata um voto de profundo pesar pelo infausto desaparecimento do nosso ilustre patricio." Ao terminar, foi o orador muito cumprimentado. O senhor Presidente, manifestando-se de inteiro acordo com o orador, quanto ao mérito do falecido consócio comendador João Manuel Alfaia Rodrigues, declara que não consultaria a casa, sobre a inserção do voto de pesar proposto, mas que interpretando os sentimentos de todos, mandava fosse lançada na ata dos trabalhos de hoje a homenagem tão bem lembrada pelo senhor Amadeu Nogueira, no seu interessante estudo da personalidade do venerando morto. Em prosseguimento aos trabalhos sociais, passou à assembléa a votar três propostas para novos associados, as quais se achavam sobre a mesa, com os pareceres favoráveis da respectiva Comissão. Nesse momento, e por deverem as propostas ser votadas em reunião secreta, retirou-se do recinto das sessões, onde se encontrava, na qualidade de visitante, o ilustre historiador mineiro senhor José Alberto Pelúcio, residente em Baependi, e que está a passeio nesta Capital. O primeiro secretário, professor João Augusto de Toledo, leu a primeira das propostas, que se referia ao senhor Benedito Pires de Almeida, para SÓCIO CORRESPONDENTE, e, sendo ela votada, obteve vinte e três esferas brancas e quatro pretas, pelo que foi considerado aceito. Veio, depois, a proposta para SÓCIO EFETIVO, concernente ao senhor Ciro Tassara de Pádua, residente nesta Capital, e, sendo ela votada, recebeu vinte e duas esferas brancas e três pretas, pelo que foi considerado aceito. Apareceu, após, a proposta com o nome do senhor Osvaldo Orico, residente no Rio-de-Janeiro, para SÓCIO CORRESPONDENTE, e, sendo ela votada, teve dezoito votos a favor e quatro contra, pelo que foi considerado também aceito. A diferença de totais dos votos dados aos três candidatos resulta de saída de sócios durante o processo das votações. Chama, então, o senhor Presidente, a atenção dos srs. consócios para a necessidade de se observar os Estatutos no que diz respeito ao encaminhamento de propostas para eleição de novos sócios, o qual deve obedecer às prescrições do art. 7.º e § 1.º, e artigo 23, letra "a", como sempre se tem praticado. Censura o estranho caso de algumas propostas, já votadas, que apareceram na mesa das sessões, prontas para a resolução, e que deixaram de passar previamente pela Presidência e pela Secretaria do Instituto. Espera que essa prática não se repita, embora esteja convencido da boa-fé de seus autores. Quanto às ditas propostas, assim irregularmente encaminhadas à votação, uma vez que foram aprovadas, ficou sanada a irregularidade havida. E, aproveitando a circunstância de se achar com a palavra à hora de encerrar a última sessão ordinária do ano social, o senhor Presidente passa a fazer sucinto relato de suas atividades sociais, quando esteve há pouco, no Rio-de-Janeiro, a passeio. A convite do Presidente, Dr. José Carlos de Macedo Soares, e do Secretário Perpétuo, Dr. Max Fleiuss, foi assistir à sessão de vinte e sete de agosto e ouvir a conferência do Ministro Dr. Augusto Tavares de Lira sobre Francisco Glicério, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tendo sido convidado para sentar-se à mesa, ao lado do Presidente. Refere a desagradável impressão que teve do local onde está instalada, atualmente, a valiosíssima biblioteca do Instituto. E conta que no dia sete de setembro tomou parte na costumeira romaria anual, promovida pelo Instituto Histórico Brasileiro, ao local que

chamam "Panteon da Imperatriz Leopoldina", sito numa sala do Mosteiro de São Bento, por haver sido transferido, para aí, do Convento da Ajuda, quando da demolição deste cenóbio. Oraram, na cerimônia, o Dr. Max Fleiuss e o Dom Abade. Tomou parte na visita e teve o gesto gentil de depositar no túmulo um lindo ramilhete de orquídeas a senhora D. Darcf Vargas, esposa do Sr. Presidente da República. Comunica a decepção que lhe causaram o local e as instalações, embora provisórios, do referido "Panteon da Imperatriz Leopoldina", o que não está de acordo, de maneira alguma, com os altos méritos, intelectuais, morais e cívicos da primeira Imperatriz do Brasil. Verificou que nessa mesma sala estão guardados os restos mortais de "Frei Francisco de Sampaio", "Frei Francisco de Monte-Alvernum" e outros religiosos. Finalmente, referindo-se ao término dos trabalhos do presente ano social, quadragésimo sétimo de vida do Instituto, dirige seus agradecimentos às autoridades civis, militares e eclesiásticas, à imprensa diária e periódica, aos consócios, conferencistas e mais colaboradores do Instituto, bem como ao público em geral. Convida para a sessão magna de primeiro de novembro próximo e encerra a sessão às vinte e quatro horas. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada será devidamente assinada.

(a. a.) JOSÉ TORRES DE OLIVEIRA
TITO LÍVIO FERREIRA
CARLOS ALBERTO NUNES

**ATA DA SESSÃO MAGNA DE ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS
DO ANO SOCIAL DE 1941; REALIZADA NO SABADO, DIA 1.º DE
NOVEMBRO DE 1941**

Presidente: Dr. Frederico de Barros Brotero.

1.º Secretário: Prof. João Augusto de Toledo.

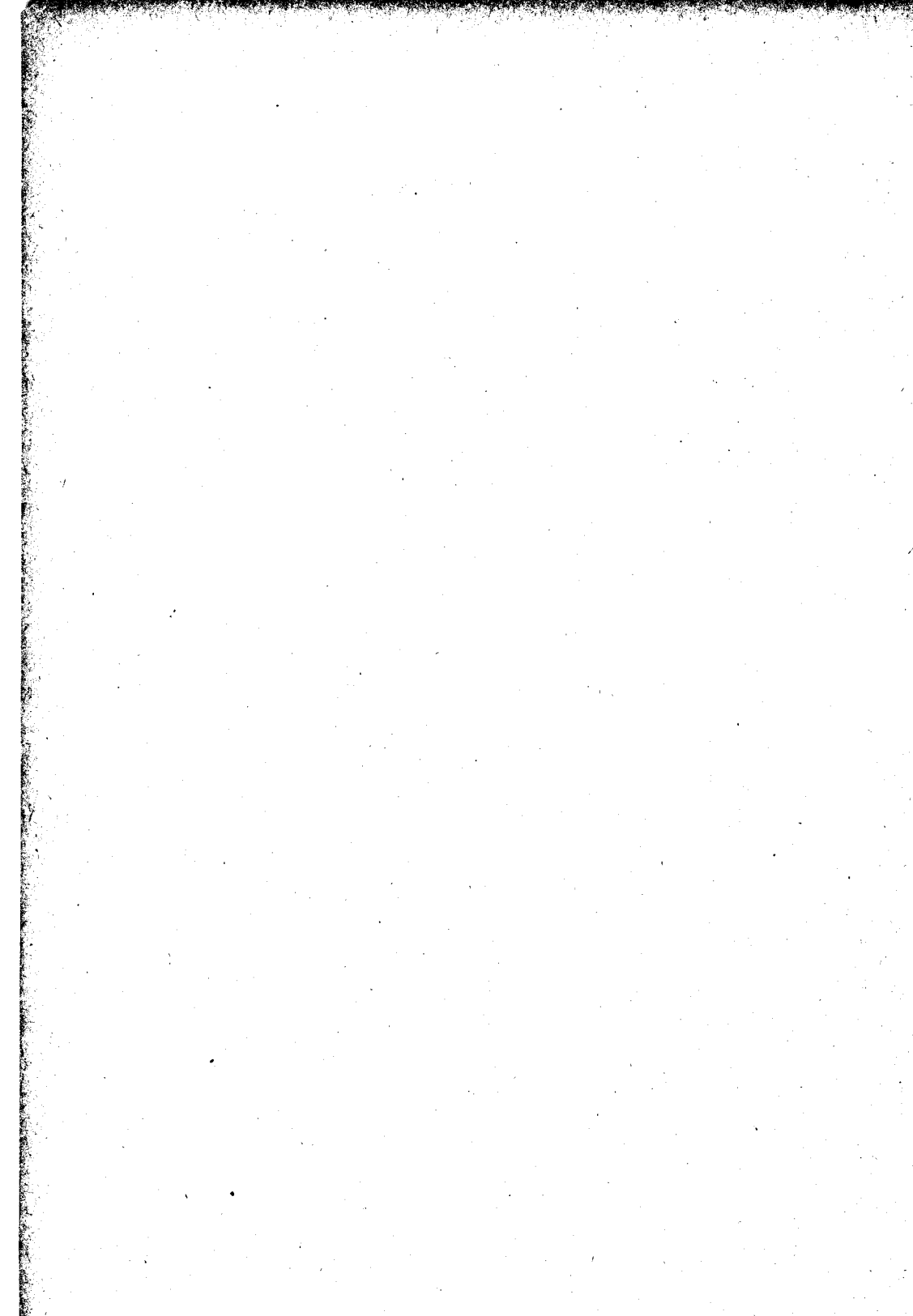
2.º Secretário: Dr. Carlos da Silveira.

A primeiro de novembro de mil novecentos e quarenta e um, na sede social do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, sito à rua Benjamim Constant, número cento e cinquenta e dois, nesta Capital, às vinte e uma horas, presentes os associados senhores Frederico de Barros Brotero, Carlos da Silveira, Domingos Laurito, Amador Bueno Machado Florence, João Augusto de Toledo, Tito Lívio Ferreira, Sinésio Rangel Pestana, José Carlos de Ataliba Nogueira, Carlos Alberto da Costa Nunes, Geraldo Rúffolo, Nicolau Duarte Silva, Dácio Pires Correia e Cel. Pedro Dias de Campos, cujos nomes constam do livro de presença dos sócios; e mais visitantes, que assinaram o livro apropriado; havendo *quorum*, foi aberta a sessão pelo segundo vice-presidente doutor Frederico de Barros Brotero, na ausência justificada do presidente perpétuo doutor José Torres de Oliveira. Funcionaram como secretários, o professor João Augusto de Toledo e o doutor Carlos da Silveira, efetivos dos postos, respectivamente primeiro secretário e segundo. Abrindo a sessão magna de encerramento dos trabalhos sociais do ano e de elogio dos sócios falecidos, na forma estatutária, o doutor Frederico de Barros Bro-

tero leu um discurso em que agradecia, em seu nome e no de seus companheiros de diretoria, cujo mandato terminou, as provas de confiança, os conselhos, as manifestações de amizade, por eles recebidas, não só do senhor presidente perpétuo, doutor José Torres de Oliveira, como também de todos os membros da casa em geral, e bem assim de cada sócio em particular. Protestando em seu próprio nome e no dos demais seus companheiros de Diretoria, cujo mandato se encerrou, inteiro apoio ao Instituto, cujo progresso visa sempre, em quaisquer atos seus, passa a dar a palavra ao orador oficial da associação, professor doutor José Carlos de Ataliba Nogueira, para fazer o elogio dos sócios falecidos. Tomando a palavra, o orador recorda primeiro dois sócios correspondentes, falecidos já há algum tempo, e a respeito dos quais ainda não tinha sido feito o elogio fúnebre, na forma dos Estatutos, e são eles os doutores Manuel Braga Ribeiro, correspondente, de Belem, e João da Silva Campos, da Baía. Continuando, discorre brilhantemente sobre Luiz Carneiro, sócio benemérito, de São Paulo; Amilar Alves, correspondente, de Campinas; comendador João Manuel Alfala Rodrigues, correspondente, de Santos; e Carlos Malheiros Dias, correspondente, do Rio-de-Janeiro. Concluindo o seu discurso, foi o orador muito cumprimentado. Em seguida, e por não haver mais nada a tratar, o senhor doutor Frederico de Barros Brotero, presidente da sessão, deu por terminados os trabalhos, depois de agradecer o comparecimento das pessoas presentes, sócios e visitantes. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada será devidamente assinada.

(aa) JOSÉ TORRES DE OLIVEIRA
TITO LÍVIO FERREIRA
CARLOS ALBERTO NUNES

Í N D I C E



ÍNDICE

| | PAGS. |
|--|-------|
| MARTIN AFONSO DE SOUSA E A FUNDAÇÃO DE SÃO VICENTE, <i>por José Torres de Oliveira</i> | 7 |
| GÊNESE SOCIAL DA GENTE BANDEIRANTE — POSTURAS QUINHENTISTAS, <i>por Tito Lívio Ferreira</i> | 21 |
| TRICINCOENTENÁRIO DO SUPPLICIO DE TIRADENTES .. | 27 |
| TIRADENTES, HERÓI E SANTO, <i>por Joaquim da Silveira Santos</i> | 29 |
| VALOR HISTÓRICO E MORAL DE JOAQUIM JOSÉ DA SILVA XAVIER, O TIRADENTES, <i>por Antônio Piccarolo</i> | 39 |
| SÃO PAULO ANTIGO (1882 - 1886), <i>por Afonso José de Carvalho</i> | 47 |
| O DR. RICARDO GUMBLETON DAUNT, <i>por Ricardo Gumbleton Daunt (Neto)</i> | 65 |
| DOCUMENTOS RELATIVOS A QUESTÃO MONSANTO-VIMYEIRO | 105 |
| A ÚLTIMA E DRAMÁTICA OBRA DE UM GRANDE HISTORIADOR, <i>por Francisco Isoldi</i> | 114 |
| CENTENÁRIO DE UM LIVRO, <i>por Hildebrando Siqueira</i> | 119 |
| O NEGRO NO PLANALTO (DO SÉCULO XVI AO SÉCULO XIX), <i>por Ciro T. de Pádua</i> | 127 |
| VEREADORES TIETEENSES, <i>por Benedito Pinto de Almeida</i> | 265 |
| O MONUMENTO A AMÉRICO VESPUCCI, <i>por Eduardo Jacobina</i> | 311 |
| DESCRIÇÃO DA ILHA DE S. MIGUEL, <i>por João Dabney de Avelar Brotero</i> | 327 |
| O IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUES E O BRASIL — UM ESBOÇO DE GEOGRAFIA POLÍTICA, <i>por Aroldo de Azevedo</i> .. | 347 |

| | PAGS. |
|---|--------------|
| QUEM FUNDOU SÃO PAULO? | 357 |
| O TESTAMENTO DA IMPERATRIZ D. AMÉLIA | 367 |
| PADRE ÂNGELO DE SIQUEIRA, MISSIONÁRIO APOSTÓ- LICO | 375 |
| A CAPELA DE N. S. DO ROSÁRIO, DE CAMPINAS | 379 |
| INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE S. PAULO | |
| O 47.º ANIVERSÁRIO DO INSTITUTO — ELOGIO HISTÓRICO <i>DOS SÓ-</i> <i>CIOS FALECIDOS EM 1941, por José Carlos de Ataliba Nogueira</i> | 385 |
| RELATÓRIO DE 1941 | 395 |
| O BRASIL NAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS DE POR- TUGAL | 401 |
| CADASTRO SOCIAL (EM NOVEMBRO DE 1943) | 411 |
| ATAS | 419 |